

MARTINHO TOMÉ MARTINS SOARES

# *História e ficção*

*em Paul Ricoeur e Tucídides*

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

(Página deixada propositadamente em branco)

# HISTÓRIA E FICÇÃO

## EM PAUL RICŒUR E TUCÍDIDES

PRÉMIO FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

de homenagem à

DOUTORA MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA  
(ano 2011)

instituído pela

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

na área de estudos clássicos na

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*Título:* HISTÓRIA E FICÇÃO EM PAUL RICŒUR E TUCÍDIDES

*Autor:* MARTINHO TOMÉ MARTINS SOARES

*Edição original e ©:* FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Rua Tenente Valadim, 325  
4100-479 Porto – Portugal  
Tel. 2260674218 – Fax 226004314  
E-mail: fundacao@feaa.pt  
Site: www.feaa.pt

*Edição digital:* IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rua da Ilha, 1  
3000-214 Coimbra – Portugal  
Tel. 239 247 170  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

*Data da 1ª edição:* Dezembro de 2013

*Data da 1ª edição digital:* Dezembro de 2016

*Paginação da 1ª edição:* José Soares Pinto

ISBN 978-972-8386-96-2

ISBN Digital 978-989-26-1296-6

DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1296-6>

Trabalho de Investigação financiado pelo POPH - QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.



MARTINHO TOMÉ MARTINS SOARES

# HISTÓRIA E FICÇÃO

## EM PAUL RICŒUR E TUCÍDIDES



(Página deixada propositadamente em branco)

«Confesso que procuro contar-me entre o número dos que escrevem progredindo e que progridem escrevendo. Portanto, se afirmei, por imprudência ou ignorância, uma opinião que merece ser corrigida, não apenas por outros que se possam aperceber dela, mas por mim próprio, na medida em que progrido, isso não há-de causar nem admiração nem pena. Antes é preciso perdoar e alegrar-se, não porque houve erro, mas porque houve correção».

(AGOSTINHO DE HIPONA, *Epístola* 143)

(Página deixada propositadamente em branco)

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso a minha mais profunda gratidão a todos aqueles que suportaram anímica e cientificamente esta investigação, e propiciaram a sua realização. À minha esposa e às minhas filhas, aos meus pais, aos meus sogros e amigos deixo o meu mais sincero e sentido muito obrigado. Revejo neles as âncoras fundamentais, os garantes de estabilidade emocional: pela compreensão, pela complacência, pela companhia fiel e auxílio pronto, ao longo dos altos e baixos desta ora entusiasmante ora sofrida jornada. Às minhas orientadoras exprimo o meu efetivo reconhecimento pelo apoio incondicional, pela motivação, pela confiança, pelo competente acompanhamento científico.

Expresso igualmente os meus mais sinceros agradecimentos à Fundação Eng. António de Almeida e à pessoa do seu Presidente, Dr. Fernando Aguiar-Branco, pela edição e publicação desta obra.

A todos o meu muito bem-haja.

(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
PREÂMBULO .....	17
NOTA PRELIMINAR.....	21
INTRODUÇÃO GERAL – HISTÓRIA E HISTÓRIAS.....	23

### **PRIMEIRA PARTE – HISTÓRIA E FICÇÃO EM PAUL RICŒUR**

CAPÍTULO I. SOB O SIGNO DA VERDADE .....	35
1. Objetividade e Subjetividade em história.....	45
2. Interpretação e verdade.....	53
CAPÍTULO II. EXPLICAÇÃO HISTÓRICA E COMPREENSÃO NARRATIVA .	59
1. Explicar e compreender: texto, ação e história.....	63
2. História e narrativa .....	75
2.1. O eclipse da narrativa .....	76
2.1.1. Historiografia francesa: contra o acontecimento e a narrativa .....	77
i) Raymon Aron: a “dissolução do objeto”.....	80
ii) H. I. Marrou e a compreensão do outro .....	81
iii) A escola dos Annales e a nova história.....	84
iv) Marc Bloch: testemunho e análise .....	89
v) Fernand Braudel e a “longa duração” .....	92
2.1.2. Modelo nomológico: contra a compreensão narrativa .....	103
i) Carl Hempel e as leis gerais em história.....	103
ii) Charles Frankel e a interpretação.....	109
2.1.3. Críticas e alternativas ao modelo nomológico.....	112
i) William Dray e a explicação fora da lei.....	112
ii) A explicação histórica de Georg Wright .....	119

2.2. O ressurgimento da narrativa: as teses narrativistas.....	123
i) A. Danto: as “frases narrativas” da história.....	124
ii) W. Gallie: <i>Story</i> e <i>history</i> à luz do conceito de <i>followability</i>	129
iii) L. O. Mink: compreensão histórica como configuração ou apreensão .....	141
iv) Hayden White: explicação por composição da intriga .....	153
v) Paul Veyne: a escrita da história .....	164
2.3. Explicação e compreensão: um balanço.....	174
3. Intencionalidade histórica: dialética explicação/compreensão.....	182
3.1. Imputação causal e imaginação: <i>quasi</i> -intriga .....	184
3.2. As entidades da história: <i>quasi</i> -personagens.....	194
3.3. Tempo histórico e tempo narrativo: <i>quasi</i> -acontecimento .....	199
4. Repercussões das teses de Ricœur.....	207
 CAPÍTULO III. HISTÓRIA E FICÇÃO: POR UMA POÉTICA DO TEMPO.....	 217
1. Narrativa, a guardiã do tempo .....	219
1.1. Teoria geral da narrativa: <i>mimesis</i> , <i>mythos</i> e <i>praxis</i> .....	225
1.2. O tempo narrado pela história e pela ficção .....	237
1.2.1. Heterogeneidade: resposta às aporias do tempo.....	239
1.2.1.1. A poética do tempo histórico.....	240
i) O tempo do calendário .....	241
ii) A sequência das gerações .....	244
iii) Os arquivos, documentos e traços.....	248
1.2.1.2. Tempo ficcional: as variações imaginativas .....	252
i) A neutralização do tempo histórico .....	252
ii) Variações imaginativas sobre a falha entre tempo vívido e tempo cósmico.....	253
iii) Variações sobre as aporias internas da fenomenologia	256
iv) Variações imaginativas e “tipos-ideais” .....	259
1.2.2. Paralelismo: representância e leitura.....	260
1.2.2.1. A realidade do passado histórico: a noção de represen- tância.....	260
i) Sob o signo do Mesmo: imaginação histórica e “reenactement” em Collingwood .....	263
ii) Sob o signo do Outro: Dilthey (o outro), Veyne (a diferença), De Certeau (o afastamento).....	270
iii) Sob o signo do Análogo: H. White e a teoria dos tropos .....	274
1.2.2.2. Mundo do texto e mundo do leitor: leitura e refiguração	283
i) Da poética à retórica.....	285
ii) A retórica entre texto e leitor.....	287



iii) Fenomenologia e estética da leitura .....	288
A) Fenomenologia do ato individual de ler.....	289
B) Hermenêutica da recepção pública de uma obra...	292
1.2.2.3. Dialéticas da refiguração: afinidades com a representância.	295
1.2.3. Entrecruzamento de história e ficção .....	297
1.2.3.1. Ficcionalização da história: imaginação, metáfora, imagem.	299
1.2.3.2. Historicização da ficção: tempo verbal e verosimilhança.	307
1.3. Notas finais.....	310
<b>CAPÍTULO IV. REPRESENTAÇÃO E FICÇÃO .....</b>	<b>313</b>
1. Representação mnemónica .....	319
1.1. O documento como prova científica.....	325
2. Representação como objeto de compreensão/explicação: variação de escalas	338
3. Representação literária .....	352
3.1. Representação e narratividade.....	354
3.2. Representação e retórica: a questão do referente .....	359
3.3. Representação e imagem: a dialética do ler e do ver.....	368
3.4. Representação como representância.....	374
4. A hermenêutica da condição histórica do homem .....	381
5. História e Ficção: síntese e outras perspetivas (Pomian e Jauss).....	384
 <b>SEGUNDA PARTE – HISTÓRIA E FICÇÃO EM TUCÍDIDES</b> 	
PREÂMBULO: A PERENIDADE DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA.....	399
<b>CAPÍTULO I. TUCÍDIDES, MESTRE DE VERDADE.....</b>	<b>411</b>
1. Tucídides e Heródoto.....	419
2. Condições do surgimento da história: grandiosidade, imortalidade e política..	424
3. <i>Historie</i> e <i>syngrapho</i> .....	431
4. <i>Ktēma es aei</i> .....	444
5. Os discursos.....	462
6. Tucídides cientista ou artista? Entre objetividade e subjetividade.....	476
6.1. O historiador íntegro e o artista intenso .....	488
<b>CAPÍTULO II. PREFIGURAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E REFIGURAÇÃO DA</b> <b><i>HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO</i>.....</b>	<b>501</b>
1. Prefiguração: testemunhos e documentos .....	501
1.1. Supremacia da observação direta e das testemunhas oculares.....	506
1.2. História do presente e história do passado: testemunhos e indícios.....	511

1.3. História e memória .....	517
1.4. <i>Semeion</i> e <i>tekmerion</i> .....	522
2. Configuração narrativa e explicação .....	528
2.1. Unidade narrativa e causalidade.....	532
2.2. Processo e causalidade .....	538
2.2.1. Tempo e acontecimento .....	543
2.2.2. Processo e estrutura.....	546
2.3. Tucídides e Aristóteles, a propósito de história e <i>poiesis</i> .....	549
3. Refiguração e retórica: do “ver-como” ao “fazer ver” .....	566
3.1. Refiguração e leitura.....	566
3.2. “Ver-como” trágico.....	573
3.3. “Fazer ver” o passado.....	576
3.3.1. A vividez do discurso de Tucídides – <i>enargeia</i> e <i>ekphrasis</i> .....	582
CONCLUSÃO.....	597
BIBLIOGRAFIA	
Ricœur .....	601
Tucídides.....	611
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	621
ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	631

## PREFÁCIO

Este trabalho, marcado por um grande entusiasmo científico e uma investigação muito séria e rigorosa, sobre a novidade do conceito de narrativa histórica de Paul Ricœur, tem como eixo central a relação entre narrativa histórica e verdade de facto nas concepções históricas de Tucídides e Ricœur. A grande questão que alimenta todo este trabalho científico é a seguinte: sendo a poética histórica uma mimese da ação humana, será que ela se reduz, contra as teses do positivismo histórico, a mero artefacto literário? Qual o verdadeiro contributo de Paul Ricœur para uma mediação entre as duas teses mais célebres sobre o discurso histórico: ciência ideográfica ou nomotética?

Se a grande tese de Ricœur é a de que a história é um discurso que visa sempre, através de um método científico e crítico, a verdade dos factos, embora não possa dispensar a imaginação, como compreender a relação entre história e ficção em Tucídides? São as categorias da mimese I, II e III de Ricœur que Martinho Soares aplica a Tucídides, no sentido de com elas apreender, testar e compreender a dimensão da prefiguração – valorizando a história e a memória, o *semeion* e o *tekmerion* –; a da configuração narrativa, que implica uma reflexão sobre ação e tempo humano, condensado na narrativa – o que torna pertinente a aproximação Tucídides/Aristóteles –; e, finalmente, a da refiguração, pela qual ao leitor é feito ver o passado como um “tua res agitur”, quiçá, de dimensões trágicas.

O autor chega, naturalmente, no seu discurso reflexivo e na sua investigação à inevitável dimensão retórica da narrativa histórica – o que, de resto, a aproxima da narrativa dramática. A sua reflexão e escrita partem de um trabalho sério de investigação, a que não faltou uma vasta pesquisa bibliográfica e uma apurada leitura.

Esta é uma obra de grande qualidade, que evidencia maturidade e originalidade na abordagem dos temas. Muito aproveitará, por conseguinte, a todos aqueles que se interessam por Teoria Literária, Epistemologia da História, Historiografia Antiga e Poética e Hermenêutica Filosófica.

Coimbra, 9 de julho de 2013

MARIA DO CÉU FIALHO  
MARIA LUÍSA PORTOCARRERO

## PREÂMBULO

O interesse pelo pensamento de Ricœur surge como consequência dos estudos de mestrado em *Poética e Hermenêutica*, onde foram preponderantes os seminários conduzidos pela especialista em Paul Ricœur, Luísa Portocarrero. Mais tarde, concedeu-me o privilégio de co-orientar as minhas teses de mestrado e de doutoramento. Nesses mesmos estudos de mestrado, os seminários de Poética Aristotélica, ministrados por Maria do Céu Fialho, consolidaram e aumentaram o meu interesse por Aristóteles e pelos estudos filosófico-literários. Daqui resultou uma tese de mestrado onde se intercetava o pensamento de Ricœur, de S.<sup>to</sup> Agostinho e de Aristóteles sobre o chão comum do tempo e da narrativa<sup>1</sup>. A intercessão de tempo e narrativa desembocava no cruzamento de história e ficção. História e ficção concorriam ambas, sob o modo de intriga, para prefigurar, configurar e refigurar o tempo da *praxis* humana, na medida em que ambas nos oferecem uma imagem narrativa do tempo que se subtrai ao pensamento fenomenológico e constituem, desse modo, uma solução poética à aporia do tempo. Aquando da investigação para a tese de mestrado, apercebi-me de um imenso território de reflexões, dispersas por várias obras e artigos de Paul Ricœur, que confrontavam a história com a ciência e a narrativa, e que tive de contornar por constrições de tempo e de pertinência temática. Todavia, a curiosidade e o interesse insinuaram-se, e ficaram aguardando, ansiosamente, uma oportunidade. Essa oportunidade surgiu com outra bolsa da FCT; desta feita, para doutoramento.

O tema foi instantâneo: história e ficção. E o autor também: Paul Ricœur. Conhecendo já um pouco do seu espírito de leitor dialético, atento e transversal, que conduz a sua reflexão com um leque de livros aberto à sua frente,

---

<sup>1</sup> Martinho Soares, *Tempo, mythos e praxis: o diálogo entre Ricœur, Agostinho e Aristóteles*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2013.

sabia que, pela sua mão, eu seria levado a visitar tudo o que de essencial no século XX se tivesse escrito acerca de história e ficção e história e ciência, e este facto explica, em grande parte, a extensão desta tese, a qual pretende não só dar voz a Ricœur, mas também a todas as vozes que ecoam em Ricœur e que são essenciais para se compreender, com seriedade e abrangência, este assunto. Assim, Ricœur acabou por ser um bom pretexto para uma compilação, inédita em Portugal, de teorias (e pensadores), ora complementares ora antagónicas, sobre história e ficção.

Embora estivesse ciente de que o filósofo francês fornecia matéria suficiente para uma tese de doutoramento, a minha matriz classicista e a minha índole comparatista reclamavam de insatisfação. Em se tratando de história e ficção, o nome que primeiro me veio à mente foi o de Heródoto. A intervenção feliz e oportuna de Maria do Céu Fialho, co-orientadora desta investigação científica, jogou aqui um papel determinante, ao sugerir-me Tucídides. Apesar de ser um dos pensadores gregos mais estudados em todo o mundo, autor de um dos maiores clássicos da literatura universal, constantemente revisitado por historiadores, sociólogos, politólogos, Tucídides é uma figura ainda pouco lida e estudada em Portugal<sup>2</sup>. Não obstante, ninguém como ele, na Antiguidade, problematizou de forma tão complexa e tão completa a dialética história e ficção e suas variantes: retórica e verdade, ciência e arte, história e memória, subjetividade e objetividade, imparcialidade e interpretação, seleção e totalidade, geral e particular.

São vários os motivos que nos estimulam a desenvolver um trabalho em que os dois protagonistas são um historiador grego do século V a. C. e um dos mais ecléticos e produtivos filósofos da nossa era. Em primeiro lugar, notámos uma semelhança excepcional na forma como o filósofo francês teoriza e o historiador ateniense aplica a ficção na história: os privilégios da imagem retórica, decorrentes da representação literária, em Ricœur, e a vividez imagética, *pathetika*, em Tucídides, conseguida por meio da *ekphrasis* e da *enargeia*, têm como finalidade fazer ver ou pôr sob os olhos dos leitores acontecimentos unicamente únicos que, no entender de Ricœur, clamam por justiça e não podem de modo algum ser esquecidos. Em segundo lugar, ambos trabalham contra uma menta-

---

<sup>2</sup> A primeira tradução para português – diretamente a partir do grego – da *História da Guerra do Peloponeso*, é muito recente; data de dezembro de 2010, e é da responsabilidade de Raul Miguel Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Em termos de estudos sobre Tucídides, até à data, o que existe em Portugal é uma tese de doutoramento defendida por Adriana Nogueira, em 2000: «A filosofia do Poder: *Nomos* e *physis* e a lei do mais forte em Tucídides».

lidade relativista que ameaça fazer da história uma disciplina tão fantasiosa como a ficção literária e procuram formas de conferir credibilidade científica ao ofício do historiador. Assim, ambos foram, no seu tempo e cada um a seu modo, baluartes da verdade contra tendências relativistas de reduzir todo o discurso histórico à retórica ficcional; mas também os dois acabam por reconhecer alguma razoabilidade às teorias que combatem e preservam delas o que pode valorizar a dimensão ética do ofício do historiador. Em terceiro lugar, temos um elo de ligação e de problematização entre Tucídides e Ricœur, que é Aristóteles. Ricœur constrói a sua teoria narrativa, que abrange a história e a ficção, alicerçada na *Poética* aristotélica; e a obra de Tucídides ajusta-se ao modelo da tríplice mimese aristotélico-ricœuriano; porém, paradoxalmente, Aristóteles recusa colocar os historiadores ao mesmo nível dos poetas, com base no argumento de que os primeiros imitam o particular e os segundos o universal. Ora, uma das características principais da obra de Tucídides é o seu pendor generalista, universal, e o caráter, a todos os níveis, verosímil e trágico do seu texto. Esta questão evoca uma outra que é central em Ricœur e passível de se reconstituir em Tucídides: a dialética compreensão/explicação. Um outro problema que é nuclear em Ricœur e em Tucídides é a crítica dos testemunhos e das testemunhas, dos indícios, das provas, dos documentos, em suma, da memória. A reflexão de Ricœur sobre a memória, o papel das testemunhas e os limites da representação inscrevem-se numa reflexão histórica suscitada por uma guerra contemporânea. Em Tucídides, os mesmos tópicos emergem também sob a influência de uma guerra contemporânea, cujas principais fontes de informação são as memórias dos sobreviventes. Este tema traz ao debate o conceito chave de *mimesis* e a teoria ricœuriana da representância, com a qual se pode confrontar a *História* de Tucídides. Tucídides parece querer configurar o texto com a guerra, como se um pudesse ser o espelho do outro, mas a expressão que utiliza para unir escrita e guerra (“escrever como aconteceu”) é aquela na qual se inspirará Leopold Ranke e na qual se apoiará posteriormente Ricœur para construir o conceito de representância. Por fim, Tucídides é um precursor, o pioneiro de uma disciplina que só amadurecerá enquanto ciência erudita a partir do século XV com Lorenzo Valla e, sobretudo, do séc. XIX com a Escola Metódica. Até aí, o autor da *História da Guerra do Peloponeso* permanece como figura ímpar da historiografia, não emulado pelos seus sucessores e superando em vários pontos o seu antecessor, Heródoto. A prova é que foi adotado como figura tutelar pelos pais da história científica (mais pelo seu ambicioso programa de trabalho do que propriamente pela sua concretização prática). De facto, em Tucídides reconhece-se uma atitude que é original e fundadora, ainda que meramente incoativa: a instituição de uma epistemologia

orientada por critérios de verdade, objetividade, imparcialidade; a valorização das ações humanas (políticas e militares); a indagação semiótica ou indiciária do passado a partir de traços arqueológicos, escritos e orais; a atitude crítica para com as provas e a memória; a construção de uma narrativa histórica explicativa e retroalinhada por ordem cronológica; a distinção entre história e ficção. Daqui nasce o primeiro exemplar de história contemporânea e político-militar; o que na Antiguidade é o mais exímio conciliador de retórica e história, ciência e arte, objetividade e subjetividade.

Vinte e cinco séculos depois encontramos as mesmas preocupações que estão na raiz da historiografia nas amplas e profundas meditações que Ricœur consagra à epistemologia da história em *Histoire et vérité* (1955), *Temps et récit* I e III (1983 e 1985), *Du texte à l'action: Essais d'herméneutique* II (1986), *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, (2000). Todavia, a reflexão de Paul Ricœur tem como pano de fundo não a historiografia antiga (embora esta surja esporadicamente) mas a historiografia moderna. Esta implica outra noção de história e de erudição, outras exigências ao nível das provas, das explicações, dos conceitos, do questionário e até dos factos. Por conseguinte, este confronto entre a epistemologia da história de Ricœur e a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides é também uma oportunidade para avaliar o desempenho do historiador ateniense, descobrindo-lhe as forças e as fraquezas e o seu lugar na história da história.



## NOTA PRELIMINAR

Tendo usado para Ricœur um modelo de referência bibliográfica diferente do utilizado para os restantes autores e obras, importa explicitá-lo. Por uma questão de clareza e operacionalidade, nas citações retiradas das principais obras de Ricœur, optámos por substituir a data de publicação pelas iniciais das obras. Assim, em vez de termos (Ricœur 1983: 20) temos (Ricœur, *TR I*, 20). Quando se trata de artigos ou ensaios do filósofo, seguimos a prática comum, ou seja, referimos a data de publicação. Relativamente às restantes citações, quando estas surgem entre « », a referência bibliográfica vem entre ( ); quando aparece destacada do corpo do texto, a referência, porque aparece integrada na própria citação, vem entre [ ]. Aparecem entre « » todas as citações em nota de rodapé e aquelas que ocupam menos de três linhas. As que têm uma extensão superior são destacadas do corpo do texto. Expomos, abaixo, a lista de siglas utilizadas para referir as obras de Paul Ricœur mais frequentemente citadas por nós.

- HV* *Histoire et Vérité*, Seuil, Paris, 1964 (2.<sup>a</sup> ed., reimp. 2003).
- TR I* *Temps et récit I: L'intrigue et le récit historique*, Seuil, Paris, 1983 (reimp. 2005).
- TR II* *Temps et récit II: La configuration dans le récit de fiction*, Seuil, Paris, 1984 (reimp. 2005).
- TR III* *Temps et Récit III: Le temps raconté*, Seuil, Paris, 1985 (reimp. 2005).
- MV* *La métaphore vive*, Éd. du Seuil, Paris, 1975 (reimp. 2002).
- TA* *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*, Seuil, Paris, 1986.
- RF* *Réflexion faite: autobiographie intellectuelle*, Esprit, Paris, 1995.
- MHO* *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Seuil, Paris, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO GERAL

### História e Histórias

Ricœur não consagra nenhuma monografia, capítulo ou mesmo página a Tucídides, mas evoca-o em todas as suas obras e na maioria dos artigos de reflexão histórica. Na maior parte das vezes, nomeia-o em notas de rodapé e por variados motivos: tendência generalizante do seu sistema explicativo, o caráter verosímil (poético) dos discursos ou a função do *histor* na Grécia Antiga e a sua relação com o aedo<sup>3</sup>. Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Ricœur ensaia mesmo uma explicação para as famosas “lições para sempre da história” (*ktema es aei*), colocando-as no lugar de “estados de coisas”. No entanto, não há indícios inequívocos de que Ricœur tivesse um conhecimento direto ou frequente da obra de Tucídides. É muito provável que, em tempos, enquanto estu-

---

<sup>3</sup> Em *Histoire et Vérité*, Ricœur consagra uma nota a Tucídides onde refere que o tipo de causalidade praticada pelo historiador ateniense é próximo do da ciência física do seu tempo, distanciando-se, nesse particular, de Heródoto (*HV*: 29). O nome de Tucídides surge depois duas vezes em *TR I* e uma vez em *TR II*. Em *TR I* Ricœur declara, num parêntesis, que a *História* de Tucídides contradiz o dito aristotélico de que a história é demasiado episódica para as exigências da *Poética* (p. 288). Na vez seguinte (p. 308), o nome do historiador ateniense aparece atrelado a Paul Veyne, historiador e intelectual francês que cita amiúde o nome de Tucídides na sua obra *Comment on écrit l'histoire*. Em *TR II*, a evocação faz-se a propósito do caráter permanente das *ktema* humanas narradas por Tucídides (p. 273, nota 1). Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, o nome de Tucídides surge pelo menos quatro vezes, nas páginas 29, 168, 173, 209: uma vez no âmbito das “*ktema es aei*”; outra em que apoda Tucídides “um mestre de verdade”; outra relacionada com a escrita e a finalidade que Tucídides outorgou à escrita da sua obra; e a última a propósito da distinção entre o *histor* e o aedo. Para além disso, há ainda menções ao nome do historiador grego em vários artigos que oportunamente serão citados e que, *grosso modo*, se referem a Tucídides e Heródoto como os pais da história.

dante e apreciador dos clássicos, tivesse lido a *História da Guerra do Peloponense* e por isso possuísse uma ideia geral do texto. Em todo o caso, ficamos com a sensação de que Ricœur conhece as problemáticas inerentes ao texto de Tucídides por intermédio de abordagens de outros autores, nomeadamente, Aron, Hartog, Dosse e, talvez, Châtelet – intelectuais que dedicam importantes análises à obra do historiador ateniense e que Ricœur cita amiúde. Ainda assim, pese o imenso hiato epistemológico e temporal, com tudo o que isso representa, é possível ler a obra de Tucídides seguindo algumas das coordenadas fundamentais da reflexão ricœuriana: a dialética entre história e ficção, ciência e arte, compreensão e explicação, objetividade e subjetividade, imparcialidade e retórica.

Tucídides pratica uma disciplina que está a dar os primeiros passos como prática na história do pensamento ocidental; um género ainda à procura do seu lugar entre a “ciência” e a literatura (principalmente a retórica, com quem mantém uma relação ambígua). Por um lado, está ainda muito presa aos géneros trágico e retórico, onde vai beber os discursos políticos, as técnicas de composição dramática, a força deíctica e efrástica, o efeito catártico e persuasivo; por outro lado, manifesta um desejo veemente de se demarcar destes géneros ficcionais e das *Histórias* de Heródoto: dos seus devaneios fantasiosos – próprios para discurso oral, dos excessos de linguagem e do escuro da verdade. A prosa tucidiana é já uma crisálida a tentar evoluir-se do casulo da tradição mítica e ficcional urdida por poetas, oradores e logógrafos, a ganhar asas que a levem pelos caminhos mais seguros da objetividade, do rigor, da imparcialidade e da verdade, encontrando na escrita e no racionalismo grego uma poderosa rampa de lançamento. O texto de Tucídides caminha nesta tensão entre a *episteme* grega e a *mimesis* literária; pretende dizer a verdade sob os constrangimentos da exatidão (*akribeia*) e ao mesmo tempo moldar o seu texto de tal forma que ele seja a própria guerra, a figura do horror. Mas a figura nunca é o objeto. Teria Tucídides consciência desta clivagem? *Mimesis*, para Aristóteles e Ricœur, como veremos, é recriação, reconstrução, representância e não cópia ou imitação. Para Tucídides, a *mimesis* tem como objetivo fazer ver a guerra *tal como* aconteceu. Poderemos sempre especular sobre o sentido da conjunção *ὡς* (cópia ou reconstrução?), tal como podemos perguntar o mesmo a Leopold Ranke – o historiador positivista que adota a expressão tucidiana como uma espécie de axioma para a história científica. Curiosamente, é sobre ela que Ricœur, à luz do pensamento de Dilthey, Collingwood, Marrou, Certeau, Veyne e Hayden White, constrói a sua teoria da representância. Mas será Tucídides um digno patrono da história científica? O passado não é estanque, a própria escrita do passado não é monolítica ou unívoca, está em constante metamorfose e adapta-

-se às mais variadas incidências interpretativas. Não é esse o valor maior dos gregos, que nós os possamos interpretar constantemente à luz de novos presentes? Só assim se entendem leituras tão díspares como as de Cornford e Cochrane, que representam duas tendências antagónicas de posicionamento diante da obra de Tucídides. Mas pelo meio há toda uma panóplia matizada de análises e interpretações que transformam a *História da Guerra do Peloponeso* numa densa nuvem hermenêutica da qual é impossível sair pacificado.

Não nos alongamos em apreciações relativamente a Tucídides. Na segunda parte desta investigação, haverá oportunidade para aprofundar e desenvolver os motivos que nos levam a reunir sob o mesmo teto Ricœur e Tucídides. Centremo-nos, por agora, no filósofo francês, figura tutelar da primeira parte deste estudo.

Paul Ricœur foi um dos filósofos que, nas últimas décadas, mais tempo e páginas dispensou a refletir sobre a história, com o único intuito de lhe encontrar um lugar condigno entre as ciências sociais. Por ela combateu contra todas as ameaças que punham em perigo o seu estatuto científico, a sua vitalidade narrativa e a sua própria validade ética: o narrativismo e o estruturalismo, o positivismo lógico, o negacionismo. De facto, a história ocupa um lugar de destaque na economia do pensamento ricœuriano. Basta ver o número de vezes que ela é convocada para a sua obra filosófica. Para além de um amplo naipe de artigos e ensaios citados no decorrer deste estudo, há três obras principais onde a problemática histórica é nuclear: *Histoire et vérité* (1955), *Temps et récit* I e III (1983 e 1985), *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000).

Numa entrevista divulgada na revista *Esprit*, em 1981, pouco antes da publicação do primeiro volume de *Temps et récit*, Paul Ricœur justifica a sua opção pela história com três razões de ordem essencial e várias de ordem técnica<sup>4</sup>.

Não é possível uma filosofia sem diálogo com as ciências humanas; ora, a história ocupa um lugar fundamental no concerto das ciências humanas. Não há conhecimento de si que não se efetue através do desvio por sinais, símbolos e obras culturais<sup>5</sup>; entre estas obras culturais encontram-se de forma permanente

---

<sup>4</sup> «L'histoire comme récit et comme pratique. Entretien avec Paul Ricœur», in *Esprit*, n.º 54, 1981, pp. 155-165. Redação de P. Kemp e F. Marchetti.

<sup>5</sup> Esta ideia do mediato contra o imediato, do indireto contra o direto, do desvio pelos símbolos da cultura, Ricœur vem defendendo desde a *Simbólica do mal* e repete em escritos posteriores, contra a imanência textual defendida pelo estruturalismo: «Contrairement à la tra-

as histórias que contamos e que o historiador escreve. Por fim, é preciso preservar a diversidade das formas de linguagem existentes – a Ricœur interessa, sobretudo, o caráter narrativo do ato de contar histórias.

As razões de ordem técnica prendem-se com várias questões interligadas. Em primeiro lugar, o desejo de superar a subdivisão paradoxal do ato de narrar entre história e ficção. Não haverá um fator de convergência, de unidade? Para Ricœur, a intriga é o elemento comum que une os dois gêneros narrativos. Em segundo lugar, pareceu ao filósofo que este ato narrativo unificador tem uma relação privilegiada com a experiência humana do tempo, porquanto esta não é redutível ao tempo cronológico marcado pelos relógios<sup>6</sup>. Daqui surge a bifurcação entre tempo cronológico e tempo histórico; se o segundo é o meio através do qual nós narramos, conclui-se o seguinte: «Le caractère narratif de l'expérience du temps serait alors une sorte de test pour articuler philosophiquement la structure du temps, ce qui a toujours constitué un des grands problèmes philosophiques» (Ricœur 1981: 156). Contra a opacidade e mudez da experiência temporal, o filósofo propõe a loquacidade da narrativa, que serve como uma «espécie de janela aberta sobre o que é o tempo humano» (ibid.).

Finalmente, há ainda razões de uma terceira ordem, secundárias do ponto de vista filosófico mas centrais do ponto de vista das suas convicções pessoais. Ricœur recorda «o caráter essencialmente narrativo da fé bíblica, que, antes de se exprimir em dogmas, em expressões abstratas sobre Deus, se apoia em histórias contadas: a história do Êxodo, a história da Crucificação e da Ressurreição, a história do Pentecostes, da Igreja primitiva [...]» (ibid.).

O ato narrativo possui, então, uma dimensão religiosa que poderá estar relacionada com o potencial da narrativa para estruturar o tempo. Mas, antes desta dimensão religiosa, existe uma dimensão ética na narrativa. Nenhuma existência pode viver sem história, nenhuma consciência humana é autotransparente ou autoposicional, porque toda a experiência está imbuída de temporalidade e ninguém se pode conhecer a si próprio sem ser por intermédio das nar-

---

dition du *Cogito* et à la prétention du sujet de se connaître lui-même par intuition immédiate, il faut dire que nous ne nous comprenons que par le grand détour des signes d'humanité déposés dans les œuvres de culture. Que saurions-nous de l'amour et de la haine, des sentiments éthiques et, en général, de tout ce que nous appelons le soi, si cela n'avait été porté au langage et articulé par la littérature. Ce qui paraît ainsi le plus contraire à la subjectivité, et que l'analyse structurale fait apparaître comme la texture même du texte, est le *medium* même dans lequel nous pouvons nous comprendre» (Ricœur, *TA*, 116).

<sup>6</sup> «Est-ce que l'acte de raconter ne développe pas son propre temps, qui serait le temps humain?» (Ricœur 1981: 156).

rativas «que conta sobre si, o que leva a falar de uma função identitária pessoal e comunitária da narrativa»<sup>7</sup>.

Talvez não seja possível identificar um tema com que se possa unificar a ampla e heterogênea bibliografia ricœuriana sobre a temática histórica, que conta com as três obras maiores já referidas e uma panóplia de artigos, comunicações, entrevistas e ensaios dispersos por revistas, livros, enciclopédias e atas de colóquios. No âmbito da reflexão epistemológica, os mais recorrentes são a dialética explicação-compreensão, sob a qual se discute a relação da história com a ciência e a narrativa, e daí com o tempo, a memória e a ficção. No âmbito da hermenêutica, da ontologia e da filosofia da história, os escritos de Paul Ricœur giram em torno do sentido da história, da consciência histórica e da condição histórica do homem, da memória e do esquecimento. No entanto, parece-nos que a preocupação maior do filósofo nesta matéria como, de um modo geral, em toda a sua produção filosófica tem como cerne a compreensão do homem no seu meio a partir da sua ação: o que é o homem, o que e de que forma as “praxeis” culturais humanas (muito particularmente as mediadas pela linguagem simbólica-metafórica-narrativa) nos podem revelar acerca do agente e do paciente humano? Em última análise, é sempre o mistério do homem temporal, agente, falível e sofredor que Ricœur procura iluminar através da análise semântica dos elos opacos que medeiam a nossa relação com o mundo e conosco próprios<sup>8</sup>. Neste processo interpretativo, as narrativas ocu-

---

<sup>7</sup> «[...] notre propre existence est inséparable du récit que nous pouvons faire de nous-mêmes: les histoires, vraies ou fausses d'ailleurs – peu importe! –, les fictions aussi bien que les histoires exactes, disons vérifiables, on cette valeur de nous donner une identité. [...] Si l'on applique cette idée au champ religieux, on peu dire qu'Israël a constitué son identité en racontant sa propre histoire. Certains auteurs ont même appelé la Bible l'autobiographie d'Israël. Et, en ce sens, on peut dire qu'une tradition religieuse se caractérise d'abord par les histoires qu'elle raconte et, bien entendu aussi, par les interprétations symboliques ou autres qu'elle greffe sur ces histoires. Mais le premier noyau est un noyau narratif» (Ricœur 1981: 156).

<sup>8</sup> A opção de refletir o sujeito de forma indireta recusando a ideia husserliana de uma consciência de si imediata – através do desvio pelas manifestações simbólico-culturais do próprio sujeito orienta toda a sua atividade filosófica desde o início e define a sua originalidade como pensador, mesmo relativamente a filósofos que ele admira e tem como mestres, como é o caso de Husserl. Na sua autobiografia intelectual, Ricœur admite-o: «[...] déjà dans les essais que j'ai consacrés à Husserl à la suite de la traduction des *Ideen I* [...], je prenais mes distances à l'égard d'une conscience de soi immédiate, transparente à soi, directe, et plaçais pour la nécessité du détour par les signes et les œuvres déployés dans le monde de la culture» (RF, 34). A hermenêutica como instrumento privilegiado desponta em *Symbolique du mal*, segundo volume de *Finitude et culpabilité* (1960). No quadro de toda uma reflexão

pam um lugar cimeiro: a narrativa diz de forma indireta (poética), mas significativa, o homem concreto e a realidade que o envolve<sup>9</sup>. Ricœur parte da constatação de que o homem vive enredado em histórias, procura conhecer-se e dar-se a conhecer através delas.

Compreende-se, pois, que a história – sendo, de um modo específico, uma narrativa e, além do mais, uma narrativa que visa relatar factos verdadeiros, comprováveis – ocupe um lugar central nesta economia. Que a história é uma narrativa comprova-o a própria ambiguidade do termo que, na maior parte das línguas europeias, significa, simultaneamente, o que realmente aconteceu no passado (dimensão ontológica do termo) e o discurso que sobre isso se faz (dimensão epistemológica do termo)<sup>10</sup>. Ricœur acredita que esta ambiguidade semântica não acontece por acaso, contribuindo para reforçar a similitude entre o ato de narrar a história e o estar na história, ou seja, entre fazer a história e ser histórico<sup>11</sup>. Mas vai mais longe ao destacar o papel que história e ficção desempenham na construção de narrativas que direta e indiretamente contribuem para desfazer a opacidade da experiência humana<sup>12</sup>. De facto, as histórias e a história são fadoras de historicidade humana<sup>13</sup>. A polissemia da palavra his-

---

acerca da consciência do mal, Paul Ricœur formula o famoso adágio que o “símbolo dá que pensar”. Aceitando a mediação dos símbolos e dos mitos e recusando terminantemente um acesso imediato, direto ou apodítico ao *Cogito*, o autor propõe um conhecimento do ser humano através dos signos depositados na sua memória e no seu imaginário pelas grandes culturas (cf. Portocarrero 2005, 71-86: A via longa da hermenêutica).

<sup>9</sup> Para Ricœur, a ficção é um meio privilegiado para redescrever a realidade. Aristóteles cauciona esta teoria atribuindo à linguagem poética a virtude de fazer a *mimesis* da realidade. A tragédia só imita a realidade recriando-a por meio de um *mythos*, de uma fábula que atinge a sua essência mais profunda (cf. Ricœur, *TA*, 115).

<sup>10</sup> «“Geschichte”, “history”, “histoire”, avons-nous dit, signifie à la fois ce qui s’est réellement produit et le récit que nous en faisons» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 58).

<sup>11</sup> «[...] le terme histoire, dans la plupart des langues européennes, a l’ambiguïté intrigante de signifier à la fois “ce qui s’est réellement produit” et le récit de ces événements. Or cette ambiguïté semble recouvrir plus qu’une rencontre de hasard ou qu’une confusion déplorable. Nos langues, plus vraisemblablement, préservent [...] une certaine appartenance mutuelle entre l’acte de raconter (ou d’écrire) l’histoire et le fait d’être dans l’histoire, entre faire l’histoire et être historique. En d’autres termes, la forme de vie dont le discours narratif est une partie est notre condition historique elle-même (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 50).

<sup>12</sup> «[...] la prétention référentielle indirecte des récits de fiction et la prétention référentielle directe des récits historiques (en tant qu’histoire «vraie», au sens épistémologique du mot «vrai»)» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 58).

<sup>13</sup> «Cette opacité logique peut expliquer que l’historicité de l’expérience humaine ne puisse être portée au langage que comme narrativité, – et que cette narrativité elle-même ne



tória serve para recuperar o papel da narrativa na história, depois de um período de eclipse, obrigando o historiador a interrogar-se sobre o seu ato de escrita, sobre a proximidade deste com a ficção e ainda sobre a fronteira que os separa<sup>14</sup>. É precisamente o que faz Ricœur e, como veremos adiante, igualmente Tucídides. Apesar de reconhecer essa polissemia do termo história, que tanto pode significar história como histórias, o filósofo francês não pretende fazer tábua rasa das diferenças que separam a história das narrativas ficcionais, nomeadamente, no que à pretensão à verdade diz respeito. É que a imaginação não está confrontada com as mesmas exigências críticas e científicas da história, sendo que esta se pauta pela realidade dos documentos e dos arquivos.

Je n'ai aucunement l'intention de nier ou d'obscurcir les différences évidentes qui séparent l'histoire de l'ensemble des récits de fiction quant à leur prétention respective à la vérité. Pour un certain niveau d'analyse et d'argumentation, le concept conventionnel de vérité, défini en termes de vérification et de falsification empiriques, est parfaitement valide. [...] la vérification ou la falsification en histoire ne met pas en jeu un concept de vérité différent de celui que la physique assume. Documents et archives sont les sources de vérification et de falsification pour l'investigation historique. Les récits de fiction, d'autre part, ignorent la charge de fournir des preuves de cette sorte. [...] il reste que l'imagination ignore le dur labeur de se confronter à des documents et même de les établir en fonction des questions qui leur sont posées. En ce sens l'imagination n'a pas de "faits" à traiter [Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 51].

A suspeita de que a história não é totalmente verdadeira porque está enredada na ficção nasceu com a própria história e acompanhou-a ao longo dos

---

requière pas moins que le jeu et l'intersection des deux grands modes narratifs. L'historicité est dite, dans la mesure où nous racontons des histoires et écrivons l'histoire» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 59).

«Nous avons besoin du récit empirique et du récit de fiction pour porter au langage notre situation historique» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 65).

<sup>14</sup> «Après une longue éclipse du récit au cours de laquelle les historiens du XIX<sup>e</sup> et du XX<sup>e</sup> siècle ont cru pouvoir fonder une physique sociale, croyant rompre à jamais avec l'histoire-récit, les historiens aujourd'hui insistent au contraire sur le fait que la notion d'histoire revêt une valeur polysémique, désignant tout à la fois l'action narrée et la narration elle-même, confondant tout ainsi l'action d'un narrateur, qui n'est pas forcément l'auteur, avec l'objet du récit. L'historien est de nouveau invité à s'interroger sur son acte d'écriture, sur la proximité de celui-ci avec l'écriture fictionnelle et en même temps sur la frontière qui distingue les deux domaines» (Dosse 2000: 87).

séculos<sup>15</sup>. Contudo, foi a partir do séc. XIX, com o eclodir da chamada história científica (epifenómeno do hegemónico e otimista modelo positivista), que a questão se agudizou e ganhou novos contornos. Para a história exigiu-se o mesmo tipo de método e resultados que as ciências físicas e biológicas almejam (Montesquieu, Voltaire, Condorcet). A conclusão de que a lei e a causa positivista não estavam ao alcance da história não faz os historiadores arredarem pé da senda das ciências, já não das naturais mas das sociais e humanas. Enquanto teóricos narrativistas e estruturalistas tentaram aproximar a narrativa da ciência e contribuíram para reduzir a história a um artefato literário, sujeito ao relativismo de todo o discurso ficcional, os historiadores franceses da *movência* dos *Annales* e os teóricos do modelo nomológico tentam afastar a história da narrativa e do acontecimento breve, aproximando-a da ciência. A história é confrontada com a alternativa de ser ciência idiográfica (compreensiva) ou ciência nomotética (explicativa), narrativa de acontecimentos singulares ou conjunto de proposições científicas que inscrevem factos sob leis gerais.

É neste cenário de real tensão que surgem as reflexões de Ricœur. Homem atento às questões do seu tempo, leitor assíduo das obras dos historiadores, contribui de forma determinante para uma reconciliação. A sua grande vitória foi justamente a de ter conseguido conciliar dois termos aparentemente contraditórios sem retirar credibilidade e autoridade explicativa à história. Esta, apesar de recorrer à ficção para cativar o público, para dar visibilidade aos factos narrados, em suma, para se dar a ler, continua a ter como alvo insubstituível a verdade. Não uma verdade de teor positivista (em que haveria coincidência entre o real e o conhecimento histórico), mas a verdade visada através da positividade do ter-sido e reconstruída sob o regime analógico da representância. Só assim a história mantém a capacidade para dar conta, de forma científica, de uma realidade exterior ao discurso, evitando cair no relativismo que os teóricos do *linguist turn* alimentaram.

Atualmente, é relativamente pacífica entre historiadores e filósofos a componente ficcional da história em concomitância com a autonomia explicativa e científica da mesma. Ricœur tem aí a sua quota-parte<sup>16</sup>. A história é uma ciên-

---

<sup>15</sup> «Histoire et fiction: vieux comme l'histoire même, le problème de leurs rapports porte de nos jours une interrogation fondamentale pour l'avenir de la philosophie et de la connaissance» (Pomian 1989: 115).

<sup>16</sup> «Le tournant interprétatif adopté par les travaux actuels permet de ne pas se laisser enfermer dans la fausse alternative entre une scientificité qui renverrait à un schéma monocausal organisateur et une dérive esthétisante. Le basculement est particulièrement spectaculaire dans la discipline historique qui a été nourrie tout au long des années soixante et

cia, ainda que não como as outras, e uma arte, ainda que diferente de todas as outras (vide Le Goff 1984: 158). Esse facto é hoje assumido um pouco por toda a parte<sup>17</sup>. A ficção, sabemo-lo, é do domínio da criação, da modelação, do recurso à imaginação<sup>18</sup>; tem contacto com o mundo, mas não tem contrato com a verdade nem está obrigada a prestar provas das suas declarações. A opinião de Ricœur é de que a história, ainda que não possa dispensar a imaginação, a interpretação e a retórica, é um discurso que, através de um método científico e crítico, busca incessante e incansavelmente a verdade rigorosa dos factos que narra, nisso ocupando um espaço distinto do da ficção. O historiador estabelece implicitamente com o leitor um compromisso ético e profissional de verdade, que implica julgar/explicar mediante a apresentação de provas. E, por conseguinte, a sua tarefa aproxima-se da do juiz<sup>19</sup>.

---

soixante-dix, sous l'impulsion de l'école des Annales, d'un idéal scientifique, celui de trouver la vérité ultime au bout des courbes statistiques et des grands équilibres immobiles et quantifiés. Grâce au travail sur le temps de Paul Ricœur, on redécouvre la double dimension de l'histoire qui, sous le même vocable en France, recouvre à la fois la narration elle-même et l'action narrée (Dosse 2000: 54-55).

<sup>17</sup> «A dimensão poética da produção e da escrita da história, que esta de facto nunca perdeu – apesar de, insista-se, em dada altura se ter feito crer que tal tinha acontecido, o que apenas diminuiu o valor da sua presença mas sem a anular – pode então assumir-se, sem pretensão alguma de se tornar única ou dominante, de celebrar "retornos" ou "raturas" que excluam outras experiências, como modelo plausível e capaz de seguir um caminho próprio. Articulando, naturalmente, a sua experiência com o rigor dos métodos de pesquisa e de crítica documental, e com todo o corpo de conhecimentos, que são património incontornável da historiografia no seu conjunto. Quer isto dizer: admitindo e praticando a história como saber próprio mas híbrido, que combina dados e imaginação, e o faz com rigor e com arte, afastando-se da estéril presunção da certeza e oferecendo-se ao interesse das pessoas que, por prazer ou vontade de conhecer – mas de preferência pelos dois motivos combinados – por ela se interessam, para ela são conquistadas, de alguma maneira a integram nas suas vidas» (Bebiano s/d: 19).

<sup>18</sup> «Fiction, c'est *finger*, et *finger*, c'est faire» (Ricœur, *TA*, 17).

<sup>19</sup> A comparação do historiador com o juiz é muito frequente em P. Ricœur. Para além de várias referências em *Temps et Récit*, o autor dedica uma análise mais demorada ao tema em *La mémoire, l'histoire, l'oubli* («L'historien et le juge», pp. 413-436). O grande historiador Carlo Ginzburg escreveu também um ensaio sobre o mesmo assunto: *Il giudice e lo storico*, Turin, Einaudi, 1991.

(Página deixada propositadamente em branco)

**PRIMEIRA PARTE**

**HISTÓRIA E FICÇÃO  
EM PAUL RICŒUR**

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO I

### SOB O SIGNO DA VERDADE

Mon propos, après bien d'autres, c'est la vérité en histoire  
(Ricœur 1996: 7).

Ricœur reúne sob o título de *História e Verdade* os seus primeiros escritos de epistemologia e filosofia da história<sup>1</sup>. E é a verdade (a par do sentido, podemos dizer<sup>2</sup>) um dos motores que de forma mais ruidosa ou em surdina impele a reflexão fenomenológica, epistemológica e ontológica de Ricœur até à sua última publicação sobre o ato de historiar: *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (Seuil, Paris, 2000)<sup>3</sup>. Que outro cuidado pode justificar tanto labor a confrontar e a conciliar o aparentemente inconciliável: objetividade e subjetividade, história e ficção, explicação e compreensão, ciência e narrativa, história e memória, interpretação e metodologia crítica<sup>4</sup>? Mesmo quando o diálogo da história não é

---

<sup>1</sup> Em *Histoire et Vérité* (HV, Seuil, Paris, 1955<sup>1</sup>, 1964<sup>2</sup>), o autor coloca os seus ensaios – enquadrem-se eles no âmbito da epistemologia histórica, da história da filosofia ou da filosofia e teologia da história – sob a regência da verdade.

<sup>2</sup> «Parce que l'histoire est notre histoire, le sens de l'histoire est notre sens» (Ricœur 1986: 36).

<sup>3</sup> Fazemos nossas as palavras de Dosse: «Cette dimension véritative de l'histoire est un fil conducteur majeur de Ricœur dans son dernier ouvrage. Elle constitue même ce par quoi l'histoire se différencie d'autres formes d'écriture, d'autres genres comme la fiction. A ce titre, Ricœur définit une épistémologie de l'histoire dont l'ambition et le pacte avec ses lecteurs est d'atteindre le niveau de la véracité par l'écriture» (2006: 22-23).

<sup>4</sup> A verdade não é mais entendida na aceção que lhe deu Tomás de Aquino, na senda de Platão e Aristóteles: *adaequatio rei et intellectus* – o acordo do pensamento com a coisa ou, numa tradução mais livre, a adequação do saber ao real. A adequação ao real que está a montante e a jusante do pensamento é linguisticamente mediada. Nesse sentido, verdade não é apenas correspondência mas também coerência, o que implica necessariamente a consideração não só de uma prática metodológica como de uma prática literária configurativa. É

diretamente com a ficção, mas com interlocutores como a narratividade, a ciência, o tempo ou a memória, a verdade não deixa de ser a estrela polar que orienta a reflexão de Ricœur. Da pretensão à verdade destaca-se de forma mais manifesta a dicotomia entre história e ficção –

L'histoire et la fiction se réfèrent toutes deux à l'action humaine, quoiqu'elles le font sur la base de deux prétentions référentielles différentes. Seule l'histoire peut articuler la prétention référentielle en accord avec les règles de l'évidence commune à tout le corps des sciences. Au sens conventionnel attaché au mot "vérité" par la familiarité avec ce corps des sciences, seule la connaissance historique peut énoncer sa prétention référentielle comme une prétention à la "vérité" [Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 58]<sup>5</sup>.

– e a construção deste ponto de honra constitui um dos contributos mais significativos de Ricœur à epistemologia da história, na medida em que eleva o seu estatuto e delimita o seu lugar no (des)concerto teórico-prático que marcou o século XX, dividido entre os extremos do cientismo e do narrativismo<sup>6</sup>.

---

nesta dupla vertente que o tema da verdade em história está diretamente relacionado com o seu oposto, a ficção, como bem no-lo relembra Chartier: «Aujourd'hui, pour les historiens, la pertinence d'une interrogation sur les rapports entre histoire et vérité est directement liée à son envers, c'est-à-dire à leur relation avec la fiction (1998b: 30).

<sup>5</sup> Isto não invalida que a ficção não almeje também a verdade, apenas se trata de um outro tipo de verdade, segundo uma modalidade diferente de pretensão referencial, «a pretensão a redescrever a realidade de acordo com as estruturas simbólicas da ficção» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 58). A pretensão que guia a ficção é indireta, ela visa indiretamente a nossa experiência temporal, a da história é direta, mas isso não nos impede de dizer que, num outro sentido de "verdadeiro" e "verdade", história e ficção podem ser consideradas as duas "verdadeiras".

<sup>6</sup> As últimas três décadas do séc. XX conheceram uma importante reação do chamado *linguistic turn*, nascido em solo americano e filho da pós-modernidade, contra a história concebida como disciplina objetiva e portadora de natureza demonstrativa. Os narrativistas (saídos do movimento do *linguistic turn*) trouxeram um importante contributo – reconhecido por Ricœur – à epistemologia da história, ao recordarem-nos que a história é também narrativa, arte, retórica, ficção e que a sua verdade, tal como a de outras ciências, não é objetiva, definitiva nem incontestável. Contudo, ao serem exclusivos, contribuíram para aumentar ainda mais o ambiente de ceticismo relativista, de descrença na verdade, que marcou a pós-modernidade, como nos conta Rui Bebião: «O caráter plural das formas de pensamento da pós-modernidade, que como é sabido exclui uma ideologia ou tendência hegemónica e se centra no discurso do multiculturalismo, tem vindo a acentuar esta redefinição dos conceitos, relativizando como nunca o valor "definitivo" da espécie de verdade que pode ser obtida no processo de aproximação e de conhecimento do passado. Fá-lo tomando os documentos singulares [...] como fragmentos manipuláveis (e remanipuláveis) em todos os momentos pelo



Como veremos ao longo deste estudo, Ricœur evita habilmente qualquer posição extremista ou unilateral, colaborando de forma determinante para dirimir esta contenda entre história-ciência e história-narrativa<sup>7</sup>. Podemos dizer que o filósofo francês propõe uma via do meio, que é uma via de diálogo, de conciliação da ciência-verdade com a narrativa-ficção, que ecoa nos trabalhos de pensadores e historiadores de craveira como François Dosse, Roger Chartier, Christian Delacroix, Le Goff, ou, entre nós, Fernando Catroga (2001, 2003, 2009) e Fátima Bonifácio (1993, 1999, 1999b). A história é vista como um discurso crítico sobre a realidade passada, mas sem poder dispensar os recursos da ficção para se dar a ler; para isso dá ao passado a forma de intriga, cria continuidade entre os vestígios do passado, põe, eventualmente, em cena atores ficcionais (povo, classe, nação), emprega a metáfora, joga com os tempos verbais, etc<sup>8</sup>.

Prudentemente, o autor de *Temps et Récit* não se cansa de insistir na assimetria inegável dos métodos que história e ficção usam para se dirigir à realidade: a historiografia tem a obrigação da verdade e o que lhe resta do acontecimento passado confere-lhe uma nota realista inalcançável mesmo pela literatura mais “realista”. O historiador é, filosoficamente falando, um realista, não no sentido positivista e empiricista da história de Ranke, mas porque considera que há uma realidade distinta do ato através do qual conhece essa rea-

---

historiador, rompendo com a presunção cientista e assumindo com frequência o caráter poético, como tal recorrentemente indeterminado e dependente da criatividade, da conceção da escrita e da comunicação em história» (s/d: 1).

<sup>7</sup> É como mediador e sanador deste conflito metodológico/epistemológico que Ricœur merece ser reconhecido: «Les historiens savent la dette qu’ils ont envers Paul Ricœur. [...] Le livre de Ricœur les a aidés à être plus lucides sur leur propre pratique et à comprendre comment l’intention de vérité qui fonde leur discipline ne pouvait être séparée des parentés qui lient son écriture à celle des récits de fiction» (Chartier 2002: 4).

<sup>8</sup> Outros pensadores franceses, contemporâneos de Ricœur, chamaram a atenção para este vínculo que une narrativa e operação historiográfica. O pioneiro foi Paul Veyne, que em 1971 deu à estampa o seu importante texto *Comment on écrit l’histoire*, Seuil, Paris. Segue-se-lhe Michel de Certeau, no seu artigo «L’opération historiographique», publicado, numa versão truncada, em 1974, em *Faire de l’histoire* e, numa versão completa, na sua célebre obra *L’écriture de l’histoire* (1975), que influencia indelevelmente, e a vários níveis, a reflexão de Ricœur, nomeadamente, a divisão triádica da operação historiográfica; a formulação do conceito de representância, com a categoria do “outro”; e a ideia de história como túmulo, referente a uma poética do ausente. O outro pensador foi Jacques Rancière, que no seu livro *Les mots de l’histoire* (1992) define a «poética do saber» como o «conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, ganha um estatuto de ciência e o significa» (p. 21).

lidade. Para Ricœur, a ideia de um referente passível de ser reconstruído pelo historiador é basilar:

Seule l'historiographie peut revendiquer une référence qui s'inscrit dans *l'empirie*, dans la mesure où l'intentionnalité historique vise des événements qui ont *effectivement* eu lieu. Même si le passé n'est plus et si, selon l'expression d'Augustin, il ne peut être atteint que dans le présent du passé, c'est-à-dire à travers les traces du passé, devenues documents pour l'historien, il reste que le passé a eu lieu. L'événement passé, aussi absent qu'il soit à la perception présente, n'en gouverne pas moins l'intentionnalité historique, lui conférant une note réaliste que n'égalerà jamais aucune littérature, fût-elle à prétention "réaliste" [Ricœur, *TR I*, 154]<sup>9</sup>.

A verdade, mais do que um tema de especulação filosófica, é um critério e um objetivo: um critério que permite separar e demarcar história e ficção e um objetivo que desde Tucídides orienta o ofício do historiador que pretende dizer de forma verdadeira a verdade sobre os homens do passado<sup>10</sup>. Perguntar se a história é ciência ou narrativa, objetividade ou subjetividade, explicação ou compreensão, memória ou esquecimento é tentar perceber, por um lado, qual o capital de confiança e rigor científico que se lhe pode atribuir e, por outro, a qualidade da verdade que põe a descoberto acerca da nossa condição histórica, comparativamente com outras ciências sociais e humanas e com a literatura.

Não estranhamos, pois, que sob o signo da verdade tenha desabrochado a reflexão de Ricœur sobre a *praxis* histórica<sup>11</sup>. A sua primeira incursão relevante no domínio da metodologia da história data de 1952, por ocasião de uma comunicação nas Jornadas pedagógicas de coordenação entre o ensino da filosofia e

---

<sup>9</sup> As palavras de Roger Chartier, em *Au bord de la falaise* (1998: 247), convergem com o pensamento de Ricœur: «Cette référence à une réalité située hors et avant le texte historique et que celui-ci a pour fonction de restituer à sa manière n'a été abdiquée par aucune des formes de la connaissance historique, mieux même, elle est ce qui constitue l'histoire dans sa différence maintenue avec la fable et la fiction».

<sup>10</sup> Dosse 2000: 13-17: «Thucydide ou le culte du vrai». «Desde o alvorecer da história que se julga o historiador pela medida da verdade. Com razão ou sem ela, Heródoto passa muito tempo por "mentiroso" [...] e Políbio, no livro XII das suas *Histórias*, ataca sobretudo um confrade, Timeu» (Le Goff 1984: 166).

<sup>11</sup> Signo não é tomado aqui na acepção saussuriana que serviu de base à semiótica estruturalista – o que seria contrariar o próprio pensamento de P. Ricœur, que muitas vezes, em nome do referente e do sentido, combateu o conceito de signo em favor do de frase como unidade mínima de discurso –, mas mais na acepção de *sinál* ou antes de *traço*, aquele traço deixado que é uma marca do passado no presente e condição ontológica da operação historiadora. Adiante, veremos como este traço tem a dupla condição de signo e efeito.

da história<sup>12</sup>. Aí profere o texto que disporá à entrada de *Histoire et Vérité* (1955), com o sugestivo título de *Objectivité et subjectivité en histoire*. Os paralelos que estabelece entre história e ciência e história e filosofia têm como preocupação latente a relação entre história e verdade<sup>13</sup>; verdade na dupla aceção: no sentido de *rigor científico* (enquanto capacidade de dizer *o que realmente aconteceu*); e no sentido de *revelador da subjetividade histórica* que procuramos compreender e explicar. A primeira constatação é a de que a objetividade alcançada pelo historiador é de um tipo específico, mais limitada do que a alcançada pelos cientistas, é certo, mas ainda assim suficiente para não deixar a história envergonhada diante das outras ciências. O que poderia ser considerado como um obstáculo à verdade, a saber, a interferência subjetiva-interpretativa-seletiva-explicativa do historiador, é de facto um limitador da verdade objetiva científica, mas não da verdade subjetiva filosófica; pelo contrário, é a intervenção do historiador no desconexo material histórico que permite concluir e salientar verdades significantes do passado dos homens e dos homens do passado.

Este artigo de abertura é bastante significativo, porquanto encerra em si, de forma ainda seminal, muitos dos tópicos que Ricœur proficuamente desenvolverá em *Temps et Récit* e em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Assim, embora *Histoire et Vérité* não seja proeminente no panorama da epistemologia histórica empreendida por Ricœur (só o primeiro dos ensaios se pode classificar verdadeiramente de epistemológico), ao escolher como estruturador temático da compilação o binómio *história e verdade*, acaba por lançar as bases de todo um programa de pesquisa que se repercutirá nas obras subsequentes<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Em bom rigor, P. Ricœur aborda pela primeira vez o tema da história em 1949 com o artigo *Husserl et le sens de l'histoire*, mas por se tratar de um estudo de «caractère philosophique trop technique» (*HV*, 9: nota 1), o autor opta por deixá-lo de fora da compilação de *Histoire et Vérité*.

<sup>13</sup> Justamente, Dosse, referindo-se a este ensaio do filósofo francês, sublinha o contrato de verdade, aí relembado por Ricœur, que desde Heródoto e Tucídides guia o trabalho do historiador: «Ricœur rappelle les règles qui régissent ce contrat de vérité qui, depuis Thucydide et Hérodote, guide toute investigation historique et fonde sa méthodologie» (2006: 19).

<sup>14</sup> Esta obra, como o próprio autor admite no prefácio, resulta da reunião de alguns ensaios produzidos para circunstâncias diversas, sem uma aparente espinha dorsal ou conexão lógica. No entanto, é possível ver neles uma certa ordem com base nas constantes de ritmo e tema. Agrupados em torno de dois polos fundamentais, o da metodologia histórica e o da ética-política-cultura, estes ensaios encontram um ritmo único (de proporções invertidas em cada uma das partes) na recusa de dissociar a reflexão levada a cabo sob a alçada dos conceitos diretores de história e verdade do compromisso social e político e de intervir ativamente na crise da nossa civilização. Por sua vez, a unidade temática é conseguida sob a batuta da verdade da história, que na primeira parte rege o conhecimento histórico e, na segunda, a ação histórica.

Logo em *Temps et Récit* I (pp. 125-126), na descrição dos processos miméticos que fazem a inteligibilidade narrativa, Ricœur tem o cuidado de abdicar do termo “ficção” para designar a operação mimética que abre o espaço do “como se” (a que dá os nomes de “configuração narrativa” ou “mimesis II”) e guardá-lo para fazer o contraste com a história (cf. *TR* I, 154 e 397: nota 1). Apesar de a *crítica literária*, de um modo geral, entender a ficção como sinónimo de configuração narrativa, Ricœur emprega o conceito como antónimo da pretensão da narrativa histórica a constituir uma narrativa verdadeira<sup>15</sup>. Com efeito, a história é *mise en intrigue* e resulta também de um processo de configuração narrativa, mas não é uma ficção – ainda que com ela se entrecruze nalguns pontos – porque está obrigada a aproximar-se, tanto quanto possível, da verdade dos factos ocorridos. Discrepâncias relevantes ao nível da mimesis I e da mimesis III não permitem a sobreposição de géneros, apenas entrecruzamento. É verdade que ambos vão ao campo da *praxis* recolher a matéria-prima do seu trabalho, mas a história dirige-se para ações realmente ocorridas no passado, tendo como referência os *traços* deixados, e, ainda que escolha o mesmo material, a ficção não está obrigada ao ónus da prova, porque a sua referência é metafórica<sup>16</sup>. A *prova* (assente nos testemunhos transformados em documentos) e o tipo de *referente* fazem toda a diferença. Em termos de refiguração, verifica-se que ambas as artes se dirigem a um leitor ou a um público que recebe o texto histórico e ficcional e a partir deles refigura o mundo da *praxis* que o texto desdobra, mas ainda aí há discrepâncias: entre historiador e leitor há um pacto de verdade sem paralelo em qualquer outro tipo de literatura dita narrativa, mesmo realista<sup>17</sup>. Dito de outro modo, à história não se aplica o preceito coleridiano de suspensão voluntária da descrença.

<sup>15</sup> «Je réserve toutefois le terme de fiction pour celles des créations littéraires qui ignorent l'ambition qu'a le récit historique de constituer un récit vrai. Si, en effet, nous tenons pour synonymes configuration et fiction, nous n'avons plus de terme disponible pour rendre compte d'un rapport différent entre les deux modes narratifs et la question de la vérité. Ce que le récit historique et le récit de fiction ont en commun, c'est de relever des mêmes opérations configurantes que nous avons placées sous le signe de *mimèsis II*» (Ricœur, *TR* II, 12).

<sup>16</sup> A despeito das diferenças referenciais, Ricœur reconhece que referência por traços e referência metafórica fazem um intercâmbio de elementos. A referência por traços aprende da referência metafórica, comum a todas as obras poéticas, a reconstruir o passado com o auxílio da imaginação. Por outro lado, a referência da narrativa ficcional aprende da referência histórica a narrar como se as coisas tivessem realmente acontecido, recorrendo aos tempos verbais do passado para narrar o irreal. Nisto consiste, basicamente o entrecruzamento de história e ficção: cf. Ricœur, *TR* I, 154; *TR* III, 329-348.

<sup>17</sup> «C'est une attente du lecteur du texte historique que l'auteur lui propose un «récit vrai» et non une fiction» (Ricœur 2000b: 731).

Em *Temps et Récit*, tal como em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, o conceito fundamental que garante a verdade da história é o mesmo que garante o seu referente extratextual: a representância. O facto histórico não se enreda nas estruturas da narrativa autorreferencial, por isso, a história não pode ser vista apenas como representação; também e, acima de tudo, como representância<sup>18</sup>. A noção, ainda que aporética e enigmática, chega para nos dar conta de uma história que tende para um *passado* realmente acontecido, ausente fisicamente, *presente* nos traços e *testemunhos* deixados, entretanto tornados provas documentais que conferem à história uma tónica científica e realista<sup>19</sup>; uma história que é movida por uma dívida para com os mortos; uma história que exige do

---

<sup>18</sup> «Ricœur évite tout enfermement de l'écriture dans la seule strate discursive et accorde une place nodale à un concept déjà utilisé dans *Temps et Récit* qui est celui de *représentance*. Par là, il entend la cristallisation des attentes et des apories de l'intentionnalité historique. La *représentance* est la visée de la connaissance historique elle-même placée sous le sceau d'un pacte selon lequel l'historien se donne pour objet des personnages, des situations ayant existé avant qu'il n'en soit fait récit. Cette notion se différencie donc de celle de représentation dans la mesure où elle implique un vis-à-vis du texte, un référent que Ricœur qualifie de *lieutenance* du texte historique» (Dosse 2006: 27).

<sup>19</sup> Ao propor a noção de representância, P. Ricœur recusa a separação radical entre o real e as representações que dele dá o historiador. Todavia, esta noção constitui mais um problema ou enigma do que propriamente uma solução, porque a história é construção, configuração e não cópia ou coincidência; o que foi já não é e não volta a ser e a tradução verbal do acontecimento não é exatamente a *mesma* coisa, é sempre *outra* coisa, *análoga* ou semelhante à primeira. A ambição de verdade e os limites da noção de representância são determinados pela distinção essencial entre *facto* e *acontecimento*. A distinção entre os factos declarados pelo historiador e os acontecimentos reais rememorados é um acatamento contra uma epistemologia ingénuo da coincidência entre facto construído e acontecimento real. Não se trata de um regresso ao método historiográfico dito positivista, objetivista. O estatuto epistemológico específico do facto histórico resulta de uma reciprocidade entre a construção e o estabelecimento do facto com base no documento; é, justamente, porque o facto é construído/estabelecido a partir de documentos que ele pode ser dito falso ou verdadeiro. Não só o facto construído deve ser separado do acontecimento real como também do trabalho de interpretação, distinção que H. White não tem em conta e que Ricœur procura instituir. Recusar a distinção entre facto histórico construído e interpretação ao nível da pesquisa documental, com o pretexto de evitar uma regressão positivista, tem como consequência a impossibilidade de qualquer julgamento de verdade sobre o facto histórico. Ademais, este julgamento torna-se mais difícil nas fases de explicação/compreensão e de representação literária, mais contaminadas que estão pela interpretação. Eis porque Ricœur tem necessidade de deixar bem clara a autonomia da operação documental de estabelecimento e construção do facto relativamente ao trabalho de interpretação ou de configuração narrativa; o que equivale a defender a existência de referente extratextual e de procedimentos científicos próprios que o saber histórico não partilha com a operação configurativa ficcional.

historiador o cumprimento de um pacto de verdade com o leitor. Como saldar esta dívida, como cumprir este pacto, como atestar, contra a ilusão e a opacidade da linguagem, a existência de um facto real extratextual? Em primeiro lugar, a tese de *Temps et Récit* defende que a representância, enquanto *signum* da verdade, consiste em percorrer o ciclo da hermenêutica histórica sob o signo do Mesmo, do Outro e do Análogo e representar o passado *tal como* aconteceu, isto é, de um modo *similar* – mas não totalmente coincidente – ao *como se* da ficção. Deste modo, preserva-se o carácter ontológico do facto histórico, marcado pela dupla característica de presença e ausência, passível de uma reconstrução analógica. Todavia, representar não basta. A ficção também representa. Os mortos, sobretudo as vítimas do horror, merecem que se procure e se diga a verdade, com base nos documentos/provas encontradas. Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Ricœur esclarecerá que a única maneira possível de furar as malhas narrativas – que tendem a fechar-se em torno de um sentido e de um significado – de modo a atestar a realidade ou o referente externo, é obrigar a fase representativa ou da escrita a articular-se com a fase documental e de compreensão/explicação<sup>20</sup>. A representância liga-se a esta condição de vai-e-vem entre as diversas fases do trabalho do historiador e salva a história de se perder no labirinto do *linguistic turn*. Não chega, pois, escrever a história dando-lhe legibilidade e até visibilidade, é preciso fundamentar a representação sobre a memória arquivada dos testemunhos e sobre os modos de conexão causal ou final<sup>21</sup>. Por

---

<sup>20</sup> «C'est ensemble que scripturalité, explication compréhensive et preuve documentaire sont susceptibles d'accréditer la prétention à la vérité du discours historique» (Ricœur, *MHO*, 363). Delacroix, falando do conceito de verdade histórica em Paul Ricœur (2005: 103-112), salienta um dado insistentemente sublinhado por Ricœur em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*: a interligação das três fases da operação historiográfica e o poder dado à prova documental como imperativo que se impõe às restantes fases de compreensão/explicação e da representação literária. Citamos: «L'originalité de [... *La mémoire, l'histoire, l'oubli*], par rapport aux développements antérieurs de P. Ricœur sur le nécessaire projet d'objectivité de l'histoire, est d'insister sur l'imbrication de ces trois moments méthodologiques [...] et sur la contrainte incessante de l'impératif documentaire – avec son noyau dur de la critique des témoignages – qui opère aussi bien dans le moment d'explication/compréhension que dans celui de l'écriture. Ce déplacement de la contrainte de la preuve documentaire tout au long de l'opération historiographique vise, en particulier, à rappeler que la phase de représentation/écriture, pourtant exposée à la clôture discursive, a avant tout en charge de réaliser la visée de vérité propre au discours historique» (Delacroix 2005: 105).

<sup>21</sup> Nesse sentido, as configurações narrativas e retóricas têm um papel paradoxal quanto ao projeto de verdade da escrita histórica: «[...] structurant à son insu le lecteur, elles peuvent jouer le double rôle de médiations en direction du réel historique et d'écrans opposant leur

isso, Ricœur pugna por um “realismo crítico”, entendido como a intenção de a história ser uma reconstrução verdadeira do passado<sup>22</sup>.

Defender a verdade da história passa por defender o seu caráter científico, pelo cuidado de não confundir explicação e narratividade e retórica, sabendo, contudo, que não há explicação sem coerência narrativa. Nesse sentido, a dialética compreensão/explicação, em *Temps et Récit*, – que sustenta um corte epistemológico entre explicação histórica e explicação narrativa ao nível da explicação, das entidades e do tempo – e a mesma articulação reforçada em *La mémoire, l’histoire et l’oubli*, desta feita com a coerência narrativa, são contributos inequívocos para a intenção de verdade que anima o trabalho do historiador. Sem dúvida que a história se ergue a partir da matriz narrativa, sem dúvida que a história é uma arte, uma arte narrativa e, mesmo quando envereda pelas longas durações e pelas estruturas sincrônicas, ela não perde essa marca matricial. Todavia, isso não invalida que a história seja uma ciência, procure o rigor, a exatidão, a verdade, e, por isso, não possa ater-se exclusivamente ao poder explicativo da inteligibilidade narrativa e procure ser uma ficção científica<sup>23</sup>. Tem modos próprios de se explicar, de percorrer o tempo, de constituir

---

opacité à la transparence prétendue des médiations» (Ricœur 2000b: 742). As constrações narrativas e retóricas (analisadas pela semiótica estrutural e pela escola narrativista) exercem uma ação ambígua relativamente à intenção de representar com verdade o passado, porque, por um lado, nos aproximam do acontecimento dando-lhe legibilidade e visibilidade, mas, ao mesmo tempo, levantam uma cortina opaca entre a realidade e a sua representação em forma narrativa, pondo em causa a objetividade e a verdade históricas. Por tudo isto, Ricœur decide, na sua última obra, abordar a questão narrativa em história até à consideração dos signos de literariedade, coisa que não fez em *Temps et Récit*, dando azo a que se confundisse a composição narrativa com a conexão explicativa.

<sup>22</sup> «Le but de P. Ricœur est précisément de démontrer que c’est le travail lui-même de l’historien, le respect de procédures et méthodes propres, qui permettent non seulement la seule sortie “scientifique” possible de l’énigme de la représentation mais aussi de surmonter le handicap historien de l’absence de reconnaissance. [...] L’intervention épistémologique de P. Ricœur vise donc à défendre, avec les historiens, la nécessité de la dimension critique de l’histoire, seule démarche disponible au service de la vérité en histoire» (Delacroix 2005: 110-111).

<sup>23</sup> «[...] ela é para nós uma “ficção”, no sentido em que a história é sempre uma “modelação” do passado. E com isto não estamos a admitir que ela não é uma ciência e muito menos que ela é apenas uma arte, já que não entendemos a ciência como um conhecimento que estabelece leis rígidas, que devem necessariamente conduzir à previsão, como se existisse apenas um só paradigma científico.

Por outro lado, mesmo que queiramos afastar a história o mais possível da “literatura”, nunca o conseguiremos de todo. A ficção de que falávamos é, por assim dizer, uma “ficção

acontecimentos, de observar e sintetizar os factos. E tudo isto só é científico porque está sujeito a crítica e revisão constante por parte da comunidade científica dos historiadores, que tem por trás o suporte insubstituível da prova documental, a qual orienta a explicação e certifica a representação. Qualquer obra histórica é alvo de atestação ou refutação.

Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, a verdade é assumidamente uma coordenada para a fenomenologia da memória e para a hermenêutica histórica, porém, é ao nível da reflexão epistemológica que ela se revela uma condicionante multifacetada<sup>24</sup>. Mas se, de algum modo, a verdade é o subsolo de tudo o que Ricœur disse acerca de história e ficção, ela transcende em muito este tópico, alastrando-se a outras áreas do saber examinadas por Ricœur, como o comprova a heterogeneidade dos ensaios reunidos em *Histoire et Vérité*. A busca de unidade e operatividade metodológica leva-nos a concentrar os nossos esforços no par história e ficção, sendo o núcleo em torno do qual gravitam grande parte das reflexões do filósofo francês sobre a história. Por uma questão de pertinência e coerência lógica, e seguindo a própria opção do autor, integramos neste primeiro capítulo (“sob o signo da verdade”) a única reflexão de teor epistemológico que o próprio inseriu em *Histoire et Vérité* e a reflexão de carácter mais hermenêutico que, posteriormente, constitui uma revisão e complemento do par objetividade/subjectividade: falamos do conceito de interpretação, tal como ele é apresentado em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Excetuando esta prolepse, tudo o mais seguirá uma ordem aproximadamente cronográfica que é também (crono)lógica.

---

científica” e não uma “ficção literária”, mas não esconderemos o drama do historiador no ato da “escrita da história”. O certo é que ele não deixa de usar, ao descrever e até ao interpretar, uma linguagem literária, ainda que reduzida, mesmo que se esforce por utilizar uma terminologia rigorosa e por formular juízos objetivos» (Luís Reis Torgal, in Torgal; Mendes; Catroga 1998: 155-156).

<sup>24</sup> Referindo-se, num dos artigos que antecedem a publicação de *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, às três fases que decanta na epistemologia do processo historiográfico, Ricœur é bastante assertivo quanto ao papel da(s) verdade(s) como espelho de toda a reflexão: «Ces trois niveaux peuvent être ordonnés en fonction de l'idée de vérité. On ne peut en effet appliquer à l'histoire un concept homogène de vérité. Les trois niveaux distingués offrent trois versions différentes de l'idée de vérité» (1998b: 24). Num outro artigo, insiste na mesma ideia: «[...] le destin de la vérité en histoire ne se joue pas au seul niveau terminal de l'écriture au sens scripturaire et littéraire, mais tout au long de la chaîne épistémologique. [...] C'est l'opération historiographique intégrale qui doit être évaluée en terme de vérité dans la représentation du passé» (1996: 15).



## 1. OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM HISTÓRIA

Da obra *Histoire et Vérité* ganha particular relevo para a nossa pesquisa o já referido ensaio sobre *Objetividade e subjetividade em história* (Ricœur, *HV*, 27-50). Os estudos seguintes, embora continuem sob a batuta do binômio história-verdade, estendem-se do âmbito da epistemologia histórica para os da história da filosofia e para os da filosofia e da teologia da história<sup>25</sup>. Esta reflexão, apresentada por Paul Ricœur no quadro de umas jornadas pedagógicas acerca da coordenação entre o ensino da filosofia e o da história, segue uma determinada ordem lógica: da objetividade da história à subjetividade do historiador e destas à subjetividade filosófica. As três etapas, fiéis ao contexto da comunicação, desembocam num confronto entre a história dos historiadores e a história dos filósofos.

Uma das ideias fundamentais deste texto é precisamente a de que história e filosofia precisam uma da outra. A história da filosofia tem, indubitavelmente, horizontes diferentes dos da história propriamente dita; segue um caminho bifurcado que tanto pode ir na direção de uma lógica da filosofia, pela procura de um sentido coerente através da história, ou ir ao encontro da intimidade e da singularidade de uma filosofia ou de um filósofo particulares. No entanto, em ambos os modos de fazer aflorar a subjetividade da história, a história dos historiadores serve de suporte informativo a retomar pelo filósofo. No primeiro caso, para a reflexão acerca do sujeito e da subjetividade histórica, porque «todas as filosofias andam em busca da verdadeira subjetividade, do verdadeiro ato de consciência» (Ricœur, *HV*, 41), o filósofo leitor retoma o trabalho do historiador, fazendo coincidir a sua *tomada de consciência* com a *retomada* da história<sup>26</sup>. Este ato de consciência, que só é possível através da meditação do

---

<sup>25</sup> O ensaio de abertura consagrado ao estudo da objetividade da história ocupa uma posição estratégica na economia da obra, uma vez que serve de antecâmara para os restantes, ao introduzir os conceitos nucleares de história e verdade, conceitos estes que para além de emprestarem o nome ao título da obra permitem estabelecer um fio condutor entre os vários ensaios. O segundo, «*L'histoire de la philosophie et l'unité du vrai*» (pp. 51-68), parte da constatação alcançada no anterior de que a verdade da obra histórica é limitada. Ricœur o que faz é estender este princípio ao campo da história da filosofia que ensina na Universidade, uma vez que a história da filosofia prossegue a partir da história dos historiadores, guiada por uma tomada de consciência histórica. Nesse sentido, acrescenta Ricœur (*HV*, 12), ela deriva da história e não da filosofia.

<sup>26</sup> «Le philosophe a une manière propre d'achever en lui-même le travail de l'historien, cette manière propre consiste à faire coïncider sa propre "prise" de conscience avec une "reprise" de l'histoire» (Ricœur, *HV*, 41).

texto histórico, cumpre num leitor (neste caso, filósofo) o trabalho do historiador, pois não há texto sem leitor. A história retomada (“reprise”) pelo filósofo permite-lhe formular uma história do espírito que não absorve nem anula a história dos historiadores. No segundo caso, retoma-se o texto histórico para determinar toda a problemática de uma época e as influências do passado que ecoam em determinada filosofia, sem que o trabalho do historiador da filosofia se confunda com o do historiador propriamente dito<sup>27</sup>.

Por sua vez, esta dupla leitura filosófica que fez surgir o homem como consciência e como subjetividade também pode ser útil ao historiador, revelando-lhe uma história contínua – «como único sentido em marcha» – e descontínua – «como constelação de pessoas» (Ricœur, *HV*, 49), e ainda a necessidade de trabalhar aquém desta divisão da filosofia para assumir como objeto completo de estudo a história factual e a história estrutural.

Concluindo, apesar de o ofício do historiador bastar para discernir a boa e a má subjetividade do historiador, o historiador precisa da reflexão filosófica para discernir a boa e a má objetividade da história. A filosofia relembra à história o erro que seria voltar-se exclusivamente para uma espécie de objetivismo que omite o homem, composto por estruturas, forças e instituições, em detrimento dos homens e dos valores humanos que constituem as civilizações<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> «[L'historien de la philosophie] a seulement fait un autre choix que l'historien proprement dit: le choix pour les existants exceptionnels et pour leur œuvre, en tant que cette œuvre est une œuvre singulière, irréductible à des généralités, à des types repérables (réalisme, empirisme, rationalisme, etc.); le choix de cette lecture implique que l'économique, le social, le politique, *ne* sont considérés *que* comme influence, situation, facilitation par rapport à l'émergence de tel créateur de pensées, de telle œuvre singulière. Ce créateur et cette œuvre sont alors le centre de gravité, le réceptacle, le porteur unique de toutes les influences subies et de toutes les influences exercées» (Ricœur, *HV*, 46-47).

<sup>28</sup> «[...] l'objet de l'histoire c'est le *sujet* humain lui-même» (Ricœur, *HV*, 50). Esta é uma ideia também muito cara a Marc Bloch, que não apreciava a definição de história como a ciência do passado, considerando absurda a ideia de que o passado, como tal, pudesse ser objeto da ciência, e definia a história como «a ciência dos homens no tempo» (1952: 18). Por outro lado, esta é uma máxima que Ricœur perfilha e não se cansará de frisar em *Temps et Récit*, a propósito do eclipse da narrativa na historiografia francesa praticada pela escola dos Annales. Para que haja narrativa é fundamental personagens e acontecimentos que suscitem mudanças. Já Antoine Prost, invocando justamente L. Febvre e Marc Bloch, insiste na mesma tecla, mas atribuindo três características ao objeto da história: é humano, e mesmo as histórias que parecem mais afastadas do caráter humano acabam por indiretamente conduzir ao humano; é coletivo, a história interessa-se por grupos, e mesmo quando se concentra num só indivíduo é porque ele é representativo de todo um grupo ou classe; por fim, é concreto, situado num tempo e num espaço (Prost 1996: 148-149).

Estas considerações de caráter filosófico, que aqui expusemos abreviadamente para dar uma visão holística do ensaio de Ricœur, surgem no seguimento da problemática epistemológica que faz sobressair a dialética entre a objetividade específica da prática histórica e a subjetividade do historiador, que leva a concluir que a história deriva de uma epistemologia mista, de um *entrelaçamento de objetividade e subjetividade*, de *explicação e compreensão*<sup>29</sup>; dialética do mesmo e do outro afastado no tempo, confronto entre a linguagem contemporânea e uma situação passada que põe a descoberto a equivocidade da linguagem histórica.

Quando se fala de objetividade no contexto da história, impõe-se o cuidado de não a identificar totalmente com a objetividade própria das ciências físicas e biológicas. A objetividade histórica é de outra natureza. Apesar disso, do mesmo modo que essas ciências, a história tem como objetivo o que o pensamento *metódico* (Ricœur jamais descarta o método e a análise crítica) elaborou, ordenou, compreendeu e pode dar a compreender, daí que seja legítimo esperar que ela eleve o passado das sociedades humanas a um nível de objetividade. Acontece, porém, que os níveis de objetividade variam consoante os métodos e a história tem um método próprio, que acrescenta «uma nova província ao império da variedade da objetividade» (Ricœur, *HV*, 28).

A objetividade em história é fixada pelo ofício científico do historiador e não pela reflexão do filósofo. A retificação a que o labor histórico está sujeito atesta a existência de uma objetividade próxima da das ciências físicas.

Nous attendons de l'histoire une certaine objectivité, l'objectivité qui lui convient; la façon dont l'histoire naît et renaît nous l'atteste; elle procède toujours de la rectification de l'arrangement officiel et pragmatique de leur passé par les sociétés traditionnelles. Cette rectification n'est pas d'un autre esprit que la rectification que représente la science physique par rapport au premier arrangement des apparences dans la perception et dans les cosmologies qui lui restent tributaires [Ricœur, *HV*, 28, 29]<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> «[Ricœur] récusé notamment la fausse alternative, qui va devenir de plus en plus prégnante dans l'opération historiographique, entre l'horizon d'objectivation, avec son ambition scientifique, et la perspective subjectiviste avec sa croyance en une expérience de l'imédiateté quant à la capacité à procéder à la résurrection du passé. L'objet est de montrer que la pratique historique est une pratique en tension constante entre une objectivité à jamais incomplète et la subjectivité d'un regard méthodique qui doit se déprendre d'une partie de soi-même en se clivant entre une bonne subjectivité, "le moi de recherche" et une mauvaise, "le moi pathétique" (Dosse 2006: 18; vide, etiam, Delacroix, Dosse, Garcia 2007: 370-374).

<sup>30</sup> Le Goff, refletindo acerca das revisões incessantes a que deve estar sujeito o trabalho histórico, cita este passo de Ricœur dizendo que foi um dos dois filósofos que melhor exprimiu «a lenta marcha da história para a objetividade» (1984: 168, 169).

Próxima mas distinta. Ricœur retira do célebre texto de Marc Bloch os alicerces da objetividade possível no trabalho do historiador. A inacabada obra *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* fornece as várias etapas da construção da objetividade: observação histórica, crítica, e análise histórica<sup>31</sup>. A cada uma corresponde um capítulo.

A *observação* diz respeito à apreensão do passado. Não se trata de uma apreensão direta, mas através de traços ou vestígios deixados pelo passado. Nesse sentido, segundo a célebre fórmula de François Simiand, retomada por M. Bloch (1952: 34), toda a história é um «conhecimento por traços»<sup>32</sup>. Isso significa também que toda a história é uma reconstituição. O facto de o historiador não estar nunca diante do objeto passado não retira crédito científico à sua atividade, pois

reconstituir um acontecimento ou antes uma série de acontecimentos, ou uma situação, ou uma instituição, a partir de documentos, é elaborar uma conduta de objetividade de um tipo específico, mas irrecusável: pois esta reconstituição supõe que o documento seja interrogado, forçado a falar; que o historiador vá ao seu encontro, lançando-lhe uma hipótese de trabalho [Ricœur, *HV*, 29].

Deste modo, o historiador/questionador eleva o traço ao estatuto de documento significante e *institui o facto histórico*, já que o documento não era documento antes de o historiador o isolar para o questionar<sup>33</sup>. Desta atividade metódica, em tudo similar à das outras ciências, surge a objetividade do facto científico, também ele idêntico aos outros factos científicos. Podemos, pois, concluir que o facto científico não é dado à partida, mas resulta de uma operação *crítica*<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> A primeira edição é 1949. Usamos a segunda, de 1952. Obra fundamental e impulsionadora de uma nova forma de fazer história, escrita por Marc Bloch durante o cativeiro de guerra. O historiador acabaria por ser fuzilado em 1944, pelos nazis alemães, deixando o manuscrito inacabado.

<sup>32</sup> Marc Bloch define “trace” como «la marque, perceptible aux sens, qu’a laissée un phénomène en lui-même impossible de saisir» (1952: 34).

<sup>33</sup> A função inelutável da questão para a constituição do facto histórico é uma das ideias primordiais que Ricœur destacará amplamente em *La mémoire, l’histoire, l’oubli* (p. 226) e que outros historiadores tomam como um imperativo categórico. Prost não se cansa de no-lo lembrar ao longo de toda a sua obra *Douze Leçons sur l’histoire*: «sans questions les traces restent muettes et ne sont même pas “sources”» (id. 1996: 145). Veja-se, especialmente, a lição n.º 4, pp. 79-100, toda ela subordinada ao tema das questões do historiador.

<sup>34</sup> Lucien Febvre, na sua célebre sessão inaugural no Collège de France, a 13 de dezembro de 1933, diz a propósito da constituição do facto histórico: «Dado? Não, criado

A *análise* diz respeito à atividade do historiador que procura uma *explicação*. Para Marc Bloch, a *explicação* histórica não se faz sem a prévia constituição de séries de fenómenos – económicos, políticos, culturais, etc. – que permitem descobrir uma *mesma* função em acontecimentos *diferentes*. Este processo tem uma forte componente de abstração e anula qualquer fantasia de ver no trabalho do historiador uma restituição das coisas tal como aconteceram. A história é “re-constituição” e não “re-vivência”, é análise e não coincidência emocional. E não há  *síntese* sem *análise* ou compreensão sem explicação. O trabalho de recomposição (*síntese*) só vem depois da análise, sendo uma o prolongamento da outra. Eis porque, neste processo, a compreensão não é oposta à explicação, é antes o seu complemento e contrapartida. O historiador procura compreender as séries que isolou através da sua análise e só depois faz a síntese da sua observação. São as análises que tornam possível a síntese ou compreensão<sup>35</sup>.

Ricœur conclui a sua análise da objetividade em história dizendo que, deste modo, ela se mantém fiel à sua etimologia grega de “pesquisa”, “inquirição”, de acordo com o étimo usado por Heródoto<sup>36</sup>. Não obstante, não há objetividade sem historiador, ou seja, sem subjetividade. A subjetividade aparece implicada na própria objetividade e não pode ser procurada fora do trabalho do historiador. A subjetividade do historiador afeta a objetividade histórica, tornando-a mais incompleta do que a conseguida por outras ciências. Em primeiro lugar, porque o historiador escolhe ou seleciona acontecimentos e fatores através de um *juízo de importância*. Em segundo lugar, porque a história é tributária a vários níveis de uma conceção pobre de causalidade, segundo a qual a causa tanto pode designar um acontecimento breve e excepcional como uma conjuntura de lenta duração ou ainda uma estrutura permanente. A conhecida obra de Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, é a primeira a tentar separar e ordenar estas causalidades, num esforço meritório mas precário de busca de objetividade histórica. A causalidade empregue pelo historiador, oscilante entre o determinismo e a probabilidade, é

---

pelo historiador e, quantas vezes? Inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante... Elaborar um facto é construí-lo. Se quisermos, uma questão dá-nos uma resposta. E, se não há questão, não fica mais que o nada» (apud Le Goff 1984: 167).

<sup>35</sup> «La conscience d'époque que l'historien, dans ses synthèses les plus vastes, tentera de reconstituer, est nourrie de toutes les interactions, de toutes les relations en tous sens que l'historien a conquises par l'analyse» (Ricœur, *HV*, 31).

<sup>36</sup> «Ainsi, de part en part, l'histoire est fidèle à son étymologie: c'est une “recherche”, ἱστορία» (Ricœur, *HV*, 32).

frequentemente ingênua e pouco crítica. O historiador usa, naturalmente, modos de explicação que excedem a sua reflexão. Em terceiro lugar, temos a chamada *distância histórica* que o tempo cava entre o historiador e o objeto do seu conhecimento. A história é o passado ausente, o outro. Ressalta aqui a velha dialética do *mesmo* e do *outro*, desde logo na nomenclatura: como nomear e dar a entender com linguagem contemporânea algo que já ocorreu senão através de similitudes funcionais: “tirania”, “vassalagem”, “feudalidade”, “Estado”, etc. O historiador tenta vencer a distância temporal recorrendo à *imaginação*, que lhe permite transportar-se para um *outro* presente que é o passado. A imaginação histórica intervém, então, como meio heurístico essencial da compreensão, abrindo uma fenda entre a história e as outras ciências. A subjetividade é a ponte necessária para aceder à objetividade, efetuando um salto temporal: «C’est même un don rare de savoir approcher de nous le passé historique, tout en restituant la distance historique, mieux: tout en instituant, dans l’esprit du lecteur, une conscience d’éloignement, de profondeur temporelle» (Ricœur, *HV*, 35).

Por fim, o passado que nos interessa é o humano. Em última instância, a história visa explicar e compreender o vivido por outros homens no passado, logo, o historiador não se transporta apenas para um *outro* presente no passado, mas também para uma *outra* vida humana. A transferência temporal por meio da imaginação é simultaneamente a transferência para uma outra subjetividade, adotada como centro de perspectiva. É pois a *simpatia* do historiador pelos homens de outrora, pelos seus valores e instituições, animada por um desejo de *encontro* e de *explicação*, que o faz aproximar-se deles e criar afinidades profundas. Mas a simpatia pelos homens do passado leva implícita a subjetividade do historiador, que não pode descartar a sua própria experiência humana, enquanto ser que partilha a mesma condição histórica da humanidade que estuda e da qual também faz parte<sup>37</sup>. Para evitar que a sua obra seja uma apologética ou uma hagiografia, o historiador deve pôr em prática a boa simpatia, a que adota as crenças dos homens de outrora suspendendo-as ou neutralizando-as enquanto crenças atualmente professadas. Em suma, a história permite esta comunicação de consciências de indivíduos que pertencem à mesma humanidade, comunicação esta escrutinada pela etapa metodológica do traço e do documento, o que a diferencia do diálogo tradicional onde o outro responde,

---

<sup>37</sup> «[...] l’historien fait partie de l’histoire; non seulement en ce sens banal que le passé est le passé de son présent, mais en ce sens que les hommes du passé font partie de la même humanité. L’histoire est donc une des manières dont les hommes “répètent” leur appartenance à la même humanité» (Ricœur, *HV*, 37).

mas a integra no plano da intersubjetividade total, sempre aberta ao debate (cf. Ricœur, *HV*, 37). Vemos aqui aflorar já não apenas a subjetividade do historiador mas a subjetividade da história de que falámos anteriormente.

Ao fazer o ponto da situação, Ricœur garante que esta intrusão da subjetividade do historiador na objetividade da prática histórica não invalida as considerações anteriores a propósito da objetividade nem contribui para a dissolução do objeto, pois a objetividade própria do ofício do historiador é de um tipo específico, o correlato da subjetividade histórica; sendo que esta, tal como a descrevemos, é de uma riqueza muito maior que a do físico, não deixando de ser uma boa subjetividade. Com esta premissa, o filósofo francês empenha-se agora em demonstrar que a qualidade do trabalho do historiador depende de uma boa subjetividade, aquela que é educada pelo próprio ofício do historiador.

Para esta boa subjetividade contribuíram grandemente a crítica filosófica de Raymond Aron e de Henri-Iriné Marrou, autores franceses da predileção de Ricœur, e cuja influência se repercute notoriamente neste ensaio<sup>38</sup>. Estes souberam separar o trigo do joio da Escola Metódica (dita incorretamente positivista) e do pensamento de Seignobos, extraindo daí ensinamentos que aumentam o grau de cientificidade do método histórico e nos relembram que «nem o julgamento de importância, nem a teoria, nem a imaginação temporal, nem sobretudo a simpatia abandonam a história a uma qualquer deriva subjetiva; estas disposições subjetivas são dimensões da própria objetividade histórica» (Ricœur, *HV*, 39).

A história reflete a subjetividade do historiador, mas é ao ofício de historiador que cabe educar a sua própria subjetividade, o que leva Ricœur a afirmar que «a história faz o historiador tanto como o historiador faz a história. Antes: o ofício de historiador faz a história e o historiador» (Ricœur, *HV*, 39).

Ricœur considera, pois, que há dois tipos de subjetividade, uma boa e outra má, e só a boa interessa ao historiador e à história<sup>39</sup>. A subjetividade boa

---

<sup>38</sup> Rayon Aron publicou, em 1938, *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Gallimard, Paris; e Henri-Iriné Marrou publicou, em 1954, *De la connaissance historique*, Éd. Du Seuil, Paris. São palpáveis as influências destes dois pensadores no trabalho de Ricœur, que adota uma postura perante a objetividade e a subjetividade na história muito próxima da de Marrou: «Ni objectivisme pur, ni subjectivisme radical, l'histoire est à la fois saisie de l'objet et aventure spirituelle du sujet connaissant. [...] Que dans cette connaissance, il y ait nécessairement du subjectif, quelque chose de relatif à ma situation d'être dans le monde, n'empêche pas qu'elle puisse être, en même temps, une saisie authentique du passé» (Marrou 1954: 229).

<sup>39</sup> «La subjectivité d'historien, comme toute subjectivité scientifique, représente la victoire d'une bonne subjectivité sur une mauvaise subjectivité» (Ricœur, *HV*, 38).

é a da pesquisa ou *moi de recherche*, tal como a definimos acima (julgamento de importância, pertença do historiador à mesma história e à mesma humanidade dos homens do passado, transferência para uma outra subjetividade adotada como perspectiva), e a má é a subjetividade passional, tendenciosa, dos ódios e paixões e ressentimentos, em suma, o *moi pathétique*. Compreender não é julgar, fazer juízos críticos de valor não é missão do historiador, defendia Marc Bloch. O velho adágio *sine ira nec studio* (sem cólera nem favorecimento), que deve regular a atividade do historiador e do juiz, não se deve aplicar somente ao estudo crítico dos documentos, mas, de forma mais subtil e preciosa, também à atividade de síntese ou redação. O sujeito patético não é apenas aquele que mantém uma postura tendenciosa fulminante, pode ser aquele que permanece apático perante os factos que analisa, denegrindo toda a grandeza reputada e depreciando todos os valores que encontra. Não há, pois, história sem suspensão (*epoche*) da subjetividade quotidiana e sem a entrada em cena do eu de pesquisa que dá bom nome à história. O historiador é alguém que está disponível e aberto à surpresa do passado. Só deste modo a má subjetividade pode ser vencida:

Pas d'histoire donc sans une ἐποχή de la subjectivité quotidienne, sans l'institution de ce moi de recherche duquel l'histoire tire son beau nom. Car l'ἱστορία c'est précisément cette «disponibilité», cette "soumission à l'inattendu", cette "ouverture à autrui", où la mauvaise subjectivité est surmontée [Ricœur, *HV*, 39].

Noutro ensaio de *Histoire et Vérité* («Histoire de la philosophie et historicité») Ricœur reitera os limites do conhecimento histórico, desta feita pondo a ênfase sobre a distância temporal que se intromete entre historiador e história, a inexactidão do método e a impossibilidade de restabelecer o acontecido. Mas estes limites do discurso histórico não o invalidam, não são vícios, são equívocos bem fundamentados que justificam o ofício do historiador. Citamos o passo na íntegra, em jeito de conclusão:

L'histoire est réellement le royaume de l'inexacte. Cette découverte n'est pas vaine; elle justifie l'historien. Elle le justifie de tous ses embarras. La méthode historique ne peut être qu'une méthode inexacte. [...] Toutes les difficultés de la méthode historique sont justifiées, à partir de cette limite du discours philosophique. L'histoire veut être objective, et elle ne peut pas l'être. Elle veut rendre les choses contemporaines, mais en même temps il lui faut restituer la distance et la profondeur de l'éloignement historique. [...] cette réflexion tend à justifier toutes les apories du métier d'historien, celles que Marc Bloch avait signalées dans son plaidoyer pour l'histoire et le métier d'historien. Ces difficultés ne tiennent pas à des vices de méthode, ce sont des équivoques bien fondées [*HV*, 90-91].



## 2. INTERPRETAÇÃO E VERDADE

Sob a denominação canônica de “subjetividade vs objetividade”, o ensaio de Ricœur acentua o envolvimento do historiador no processo de conhecimento e o seu envolvimento social/institucional. Este duplo envolvimento é fruto da dimensão de intersubjetividade do conhecimento histórico enquanto província do conhecimento de outrem. Os homens do passado que o historiador pretende conhecer mantêm uma dupla condição: a de seres estrangeiros e a de seres do passado. A esta dupla alteridade Dilthey acrescenta uma terceira formada pela mediação da inscrição, que especifica a interpretação entre as modalidades de compreensão. É esta tripla alteridade que coloca o conhecimento histórico na região das ciências do espírito. O argumento de Dilthey (que é também o de Max Weber e de Karl Jaspers) faz eco nas teses de Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou. Para Aron, a compreensão implica uma objetivação dos factos psíquicos mas, ao mesmo tempo, envolve sempre o intérprete, na sua dupla condição de homem e de sábio, por isso a objetivação é sempre imperfeita. Acima de tudo, porque a história não é estática e acabada, mas está sempre em aberto, é livre e imprevisível como o próprio homem e sujeita-se a equívocos e interpretações várias. O mesmo jogo entre subjetividade e objetividade se assiste em Marrou. O historiador não é alguém que se limite a conferir uma determinada ordem a um conjunto de documentos. Ele interroga-os e, nesse sentido, a sua arte começa por ser hermenêutica e continua como compreensão – essencialmente, interpretação de signos que o ajudam a ir ao encontro do outro, à reciprocidade de consciências. A compreensão de outrem torna-se assim no farol do historiador, com a condição de uma *epoche* ou suspensão do eu quotidiano num verdadeiro esquecimento de si próprio. Por conseguinte, a implicação subjetiva constitui quer a condição quer o limite do conhecimento histórico.

No entanto, alguns anos mais tarde, Ricœur considera que o binómio é insuficiente para dar conta da intenção que anima o texto histórico, que é dizer a verdade, porquanto ele apenas salienta a psicologização e a moralização da intenção do historiador, sublinhando os seus interesses pessoais, os seus preconceitos e as suas paixões. A reflexão sobre subjetividade vs objetividade ganha valor com uma revisão do conceito de interpretação em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*<sup>40</sup>. Nesta obra, publicada quase meio século depois do ensaio *Objectivité*

---

<sup>40</sup> «L'amplitude du concept d'interprétation n'est pas encore pleinement reconnue dans une version que je tiens pour une forme faible de la réflexion sur elle-même, et ordinairement placée sous le titre «subjectivité vs objectivité»» (Ricœur, *MHO*, 437).

*et subjectivité en histoire*, Ricœur começa por sublinhar que a interpretação não é uma etapa da operação historiográfica como a fase documental, a fase de compreensão/explicação ou a fase da representação, mas encontra-se presente nelas todas, indo neste ponto muito além da conceção estrita de Dilthey<sup>41</sup>. Só salvaguardando esta amplitude do conceito se pode livrar o binómio subjetividade/objetividade, tal como Ricœur o concebe no ensaio supracitado, da acusação de psicologismo e sociologismo:

[...] présumer et assumer la solidarité entre interprétation et vérité en histoire, c'est dire plus que simplement adosser l'objectivité à la subjectivité, comme il était dit naguère; si l'on ne veut pas seulement psychologiser ou moraliser l'intention historique, par exemple en soulignant les intérêts, les préjugés, les passions de l'homme historien, ou en célébrant ses vertus d'honnêteté et de modestie, voire d'humilité, alors il faut marquer le caractère épistémique de l'interprétation [Ricœur 2000b: 746].

A interpretação entendida como operação epistémica é um complexo operatório que pode constituir a face subjetiva correlativa da face objetiva do conhecimento histórico. Este complexo operatório integra os enunciados objetivantes do discurso histórico e revela várias facetas que vão do enunciado (enquanto atos de linguagem) ao enunciador (o sujeito dos atos de interpretação). Em primeiro lugar, o cuidado de clarificar, de explicitar um conjunto de questões consideradas obscuras com vista a uma melhor compreensão por parte do interlocutor. Em seguida, o reconhecimento de que há várias interpretações possíveis para o mesmo complexo e a admissão de um grau inevitável de controversia, de conflito de interpretações. Depois, a defesa da interpretação com argumentos plausíveis, possivelmente prováveis, submetidos à parte adversa. Por fim, o reconhecimento de que por trás da interpretação subsiste sempre um fundo opaco impenetrável, inesgotável, de motivações pessoais e culturais.

É precisamente esta correlação entre a face subjetiva e objetiva do conhecimento histórico que Ricœur deteta em cada um dos estádios da operação historiográfica, de acordo com o trajeto epistemológico por ele definido em *La*

---

<sup>41</sup> Loin de récuser l'importance de la notion d'interprétation, je propose de lui donner une aire d'application beaucoup plus vaste que celle que lui assignait Dilthey; il y a, selon moi, de l'interprétation aux trois niveaux du discours historique, au niveau documentaire, au niveau de l'explication/compréhension, au niveau de la représentation littéraire du passé. En ce sens, l'interprétation est un trait de la recherche de la vérité en histoire qui traverse les trois niveaux: c'est de l'intention même de vérité de toutes les opérations historiographiques que l'interprétation est une composante (Ricœur, *MHO*, 235).

*mémoire, l'histoire, l'oubli*. A começar pela fase documental, a interpretação atua não só no momento da consulta dos arquivos mas já antes aquando da sua constituição. De facto, uma escolha ou uma seleção presidiu ao estabelecimento dos arquivos por uma instituição. Nem todos os traços e nem todos os testemunhos se tornam arquivos, a instituição guarda uns e rejeita outros. Na fase da consulta, novas dificuldades de interpretação se apresentam. Os arquivos são submetidos a um conjunto de questões que guiam a sua consulta por parte do historiador, logo, nem tudo o que eles transmitem tem interesse, havendo nova seleção ou delimitação. O próprio questionário não é infinito, podemos perguntar-nos o que é que guia o espírito do historiador para determinadas perguntas em detrimento de outras, o que o leva a estudar uma época e não outra. Relativamente à crítica dos testemunhos, ponto nevrálgico da fase documental, também ela deriva de uma lógica do provável. Ainda assim, a prova documental é o que em história se aproxima mais do critério que Karl Popper definiu como verificação e refutação. Com um largo acordo entre especialistas, podemos dizer que uma interpretação factual foi verificada se, com a documentação atualmente disponível, ela não foi refutada.

Na fase de explicação/compreensão, que Ricœur coloca, por uma questão meramente didática e não cronológica, depois da fase documental, a interpretação aparece como a face subjetiva da explicação. Sobressai o cuidado de clarificação que pusemos à cabeça da operação de interpretação. A interpretação tem que ver com a imbricação, ao nível da linguagem corrente, de usos logicamente heterogêneos do conector causal “porque”. Alguns desses usos aproximam-se mais de uma regularidade de lei própria das ciências naturais, outros estão mais próximos das explicações por razões ou motivos. Esta matéria tem que ver com o debate, que exporemos a seguir, entre explicação (da ordem das ciências naturais, propõe um modelo explicativo único para todas as ciências, inclusive a história) e compreensão (da ordem das ciências do espírito, defende uma separação entre o método explicativo das ciências naturais e o das ciências humanas). Max Weber e Henrik von Wright propõem um modelo misto que equivale a clarificação ou explicitação. Mais uma vez, não é clara a razão que leva um historiador a optar por um ou por outro modelo explicativo. Porquê preferir uma abordagem micro-histórica em vez de uma macro-histórica?

Por fim, a fase de representação escriturária dispensa grandes comentários, é onde é mais óbvia a interpretação. A narrativa comporta necessariamente uma imensa parte de interpretação, podemos narrar sempre de outro modo, devido ao carácter seletivo de qualquer composição narrativa. Podemos ainda escolher entre vários tipos de intriga, entre várias estratégias retóricas, podemos optar por mostrar em vez de narrar. As várias obras históricas que constantemente

surgem sobre um determinado período da história são bem o testemunho disso<sup>42</sup>.

Por conseguinte, podemos tentar uma definição de interpretação como operação epistémica:

clarification des concepts et des arguments, l'identification des points de controverse, la mise à plat des options prises, par exemple en posant telle question à tel document, en choisissant tel mode d'explication plutôt que tel autre, en termes de cause ou bien de raison d'agir, en privilégiant tel jeu de langage plutôt que tel autre. C'est à tous les stades de l'opération historiographique que l'interprétation qualifie le désir de vérité en histoire [Ricœur 2000b: 747].

Toda a operação historiográfica, em todas as suas ramificações, exhibe a correlação entre subjetividade e objetividade em história. Todavia, Ricœur propõe que se renuncie a esta fórmula equívoca e se fale antes da correlação entre

---

<sup>42</sup> As lições de Antoine Prost (1996) dão bastante relevo a esta componente seletiva da operação historiográfica e vão ao encontro das afirmações de Ricœur. Se a constituição de uma intriga histórica implica o recorte de um objeto particular na trama infinita dos acontecimentos da história, ela implica duas escolhas fundamentais: a escolha do início e do termo do período a estudar; e a escolha da perspectiva de abordagem. A seleção do início e do fim do assunto a estudar é uma escolha interpretativa com consequências no sentido e no tipo de intriga: «le découpage chronologique est aussi un parti interprétatif» (ibid.: 245). Não é a mesma coisa estudar a guerra de 1914 começando em 1871 e terminando em 1933 ou estudar a mesma entre as datas de 1914 e 1919. «La mise en intrigue porte aussi sur les personnages et les scènes. Elle est choix des acteurs et des épisodes. Toute histoire comporte, implicite, une liste des personnages et une suite de décors. Pour rester dans la guerre de 1914, on ne construira pas la même intrigue si l'on prend en compte l'arrière, les femmes, les vieux, les enfants, ou si l'on se limite aux soldats. De même, l'intrigue des généraux n'est pas celle des simples soldats. Et l'histoire prendra un sens un peu différent si l'on décide de visiter les hôpitaux et les cimetières, ou si l'on se limite aux tranchées et aux ministères» (ibid.: 246). Posto isto, reitera-se um princípio fundamental da filosofia da história: a de que não há factos isolados já constituídos. É estudando um facto que ele é isolado e construído como facto particular, sob um aspeto particular. «L'événement n'est pas un site que l'on va visiter, il est au croisement de plusieurs itinéraires possibles, et l'on peut de ce fait l'aborder sous divers aspects, en lui donnant une importance variable» (ibid.). A escolha do período e do ponto de vista dependem totalmente do tipo de intriga desejado e do enfoque que se pretende dar ao facto estudado: «Le même fait, pris dans des intrigues différentes, change de valeur, de signification et d'importance» (ibid.: 246-247). Uma história militar da guerra difere de uma história demográfica ou de uma história social e política da mesma. O objeto é o mesmo, mas um tipo de intriga dará relevo a factos que outra descurará ou deixará para segundo plano. Assim: «la sélection du fait, sa construction, les aspects qu'on en dégage, l'importance qu'on lui accorde dépendent de l'intrigue choisie. L'événement, dit P. Ricœur, est une variable de l'intrigue» (ibid.).

interpretação e verdade em história, pois que a implicação da interpretação em todas as fases da operação historiográfica comanda o estatuto da verdade em história (*MHO*, 445)<sup>43</sup>.

Ora, a verdade em história está sob o signo da poética, como bem o demonstra Jacques Rancière em *Les noms de l'histoire*. A verdade está presa à polissemia das palavras, a começar pela homonímia da palavra história, que em francês como em português tanto pode significar o curso dos acontecimentos passados como o relato que deles se faz. Sendo a história escritura de uma ponta à outra, toda a operação historiográfica é abrangida pela polissemia. A história é, então, ciência ou narrativa? Ou é algo intermédio entre os dois? Rancière (1992: 21) coloca o discurso histórico entre a inadequação da narrativa e da ciência e a anulação dessa inadequação, entre uma exigência e a sua impossibilidade. O modo de verdade do saber histórico consiste neste jogo entre a indeterminação e a sua supressão. Por conseguinte, a história está obrigada a um triplo pacto: científico, narrativo e político. Ou seja, ela deve, ao mesmo tempo, dizer o mais fielmente possível o que conhece do passado, ir ao encontro do gosto do público pela narrativa histórica e contribuir – de acordo com as instruções oficiais prescritas aos docentes – para a transmissão de um património cultural.

Mas, acima de tudo, ela deve cada vez mais dizer a verdade, nada mais do que a verdade, como testemunha diante dos tribunais, como regente da memória ou como colaboradora com a sua perícia nas celebrações comemorativas. O legislador pede-lhe que oriente as suas pesquisas para determinados acontecimentos e os qualifique do ponto de vista judicial ou moral (holocausto, massacres na Arménia, no Ruanda, na Bósnia, crimes da Guerra Civil espanhola, etc.). A reconstrução do passado não pode ser, pois, senão um honesto compromisso.

---

<sup>43</sup> Leduc identifica, em toda esta série de escolhas no plano da operação historiográfica, outros fatores que não têm que ver com a busca da verdade: a ideologia do historiador, a sua sensibilidade, a sua permeabilidade a pressões sociais ou à moda, a sua carreira académica ou editorial, etc. Estes fatores impossibilitam o projeto de objetividade, enquanto restituição total e imparcial do passado, mas há algumas garantias que impedem a história de cair na fantasia, a saber: o profissionalismo (o ofício de historiador exige escolarização superior); a crítica dos colegas do historiador, a que Karl Popper designa de intersubjetiva; por fim, o facto de a história não ser um discurso autorreferencial, o seu paratexto (notas, inventário de fontes, bibliografia) faz dela uma construção verificável. «A défaut de “vérité” – mot au parfum d’absolu – la construction historique est en recherche de vraisemblance, une vraisemblance que des nouvelles recherches pourront toujours, selon une autre formule de K. Popper, falsifier» (2008: 6).

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO II

### EXPLICAÇÃO HISTÓRICA E COMPREENSÃO NARRATIVA

Expliquer plus c'est comprendre mieux [Ricoeur, *TR II*, 14].

Alterando um pouco a ordem dos fatores seguida por Ricoeur – por uma questão de equilíbrio na estrutura desta exposição; por causa do peso que esta matéria assume quer no contexto geral da reflexão histórico-epistemológica do autor (transcendendo *Temps et Récit*) quer no nosso estudo; e devido ao facto de se poder ler, sem prejuízo, separada do tema maior ao qual aparece subordinada (a relação tempo e narrativa) – decidimos apresentar este capítulo isolado do itinerário argumentativo em que aparece embutido em *Temps et Récit* e que tem que ver com a poética do tempo, assunto a que dedicaremos o próximo capítulo. Ou seja, na obra em causa, a meditação sobre a relação entre história-ciência e narrativa, sem deixar de estar relacionada, obriga à suspensão da argumentação que o autor vem trazendo em torno da dialética tempo e narrativa, que só encontrará continuidade no terceiro volume da obra. Depois de demonstrar especulativamente essa simbiose – dando-nos conta da aporia agostiniana do tempo, da teoria poética aristotélica, que recobre a aporia temporal, e da sua própria teoria geral da narrativa, assente no círculo mimético formado pela tríplice mimese – o filósofo parte para a consideração específica do modo narrativo história-ciência. De facto, inicialmente, a inteligência narrativa é caracterizada uniformemente com base na operação dinâmica da “mimesis” II ou *mise en intrigue*, cuja configuração inteligível traça uma ponte entre o mundo da ação temporal e o do leitor. Parte-se do pressuposto que essa espiral hermenêutica se adequa de modo igual à historiografia e à ficção, os dois ramos maiores que constituem atualmente a narrativa. Todavia, Ricoeur não quer dar esse facto por adquirido, sobretudo porque as novas formas epistemológicas e metodológicas de apreender o passado afastaram-se imenso da tradicional história narrativa, que é apenas mais um género dentro da gama da historiografia.

Por esse motivo, o filósofo não avança para a tese final do entrecruzamento entre história e ficção na refiguração do tempo sem previamente deixar bem claro que em toda a história dita sábia, mesmo na mais afastada da inteligência narrativa, sobrevive uma marca de água narrativa, pois a inteligibilidade da *mise en intrigue* faz dela mais do que uma simples crónica ou sequência desgarrada de acontecimentos; a narrativa compõe-se de uma dimensão episódica-linear e outra configurante que é a base da sua inteligibilidade:

Ma thèse est que le lien de l’histoire avec le récit ne saurait être rompu sans que l’histoire perde sa spécificité parmi les sciences humaines. Je dirai d’abord que l’erreur de base de ceux qui opposent histoire à récit procède de la méconnaissance du caractère intelligible que l’intrigue confère au récit, tel qu’Aristote le premier l’avait souligné. Une notion naïve du récit, comme suite décousue d’événements, se retrouve toujours à l’arrière-plan de la critique du caractère narratif de l’histoire. On n’en voit que le caractère épisodique et on en oublie le caractère configuré, qui est la base de son intelligibilité. En même temps, on méconnaît la distance que le récit instaure entre lui-même et l’expérience vive. Entre vivre et raconter, un écart, si infime soit-il, se creuse. La vie est vécue, l’histoire est racontée [Ricœur, *TA*, 15].

A questão que se impõe, então, é a de verificar a que ponto é possível e legítimo radicar a história-ciência no solo da narrativa, preservando a sua especificidade relativamente à ficção e às outras ciências naturais e humanas. Assim, Ricœur pugna com dois fins aparentemente opostos: pretende assegurar o gene narrativo da história e assegurar a sua autonomia científica.

Ricœur nunca pretende denegar o caráter científico da história nem excluí-la do campo das ciências sociais e humanas, apenas trabalha no sentido de marcar a sua especificidade, pela sua ligação umbilical à narrativa e desta ao acontecimento temporal – peça fundamental sem a qual não existe narrativa. Este facto leva-o a fazer uma revisão crítica do contributo da escola francesa dos Annales, da sua repugnância pelo acontecimento breve e, consequentemente, pela narrativa, bem como do modelo nomológico, que tenta inscrever a história no círculo fechado das ciências. O filósofo francês analisa teorias da história que fizeram furor num determinado período do século XX, marcado pelo abandono da história política e factual e pela implementação de uma história de longa duração, tornada história social, económica, cultural, para concluir que esta permanece unida ao tempo e dá conta de acontecimentos que ligam uma situação inicial a uma situação final, pois não é a velocidade da mudança que faz a história:



La vitesse du changement ne fait rien à l'affaire. En restant liée au temps et au changement, elle reste liée à l'action des hommes qui, selon le mot de Marx, font l'histoire dans des circonstances qu'ils n'ont pas faites. Directement ou indirectement, l'histoire est celle des hommes qui sont les porteurs, les agents et les victimes des forces, des institutions, des fonctions, des structures dans lesquelles ils sont insérés. A titre ultime, l'histoire ne peut rompre tout à fait avec le récit, parce qu'elle ne peut rompre avec l'action qui implique des agents, des buts, des circonstances, des interactions et des résultats voulus et non voulus. Or l'intrigue est l'unité narrative de base qui compose ces ingrédients hétérogènes dans une totalité intelligible [Ricœur, *TA*, 15].

Neste sentido, um dos passos mais ousados e também mais admiráveis de Ricœur é a arguta e paciente análise da extensa obra histórica de F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), no intuito de fazer emergir da sua estrutura tripartida as características de uma intriga<sup>44</sup>.

Ignorar a inteligibilidade de base da narrativa (a sua capacidade configuradora) impede de compreender como é que a explicação histórica pode encaixar na compreensão narrativa, de maneira que: «en expliquant plus on raconte mieux» (Ricœur, *TA*, 15). É este famoso adágio ricœuriano que se oferece como solução à antinomia. Ele serve de divisa aos estudos desenvolvidos pelo filósofo em *Temps et Récit* I e II, onde se trata de ligar explicação e compreensão ao nível, respetivamente, da historiografia e da ficção, mas assoma já nos estudos hermenêuticos que encontramos reunidos em *Du texte à l'action, Essais d'herméneutique II*. Apesar de as análises de *Temps et Récit* serem mais detalhadas, o resultado final é o mesmo. No que à história diz respeito, Ricœur não nega que a história possa recorrer a leis, que pode pedir emprestadas a outras ciências sociais mais sofisticadas como a demografia, a economia, a linguística, a sociologia ou que a explicação histórica possa ser constituída por leis, causas

---

<sup>44</sup> «Une des raisons du succès de cette appropriation historique (certes inégale) tient aussi au travail mené par Ricœur (1983-1985, 2000) qui n'est pas un "méta-récit" philosophique de plus sur l'histoire car il s'appuie sur une lecture approfondie des productions historiques elles-mêmes. Son analyse de *La Méditerranée* de Braudel est devenue une référence désormais classique pour démontrer que le récit n'avait pas vraiment disparu de l'historiographie française (Hartog, 1995). Il y démontre comment une structure narrative complexe – un récit donc – est maintenue par Braudel. Celui-ci invente un nouveau type d'intrigue qui conjugue des structures, des cycles et des événements pour rendre compte du déclin de la Méditerranée comme "héros collectif de l'histoire mondiale"» (Delacroix, Dosse, Garcia 2007: 588).

regulares, funções, estruturas; questiona sim o seu funcionamento, o facto de não funcionarem em história da mesma maneira que funcionam nas ciências da natureza, e terem de se articular necessariamente com a compreensão narrativa que lhes subjaz. As leis só por si não têm significado histórico, para o adquirirem têm de estar inseridas numa narração de acontecimentos aos quais se referem, pois é a compreensão narrativa que preserva o carácter irredutivelmente histórico da história<sup>45</sup>. De facto, comenta Ricœur, o historiador não estabelece as leis, utiliza-as (1980, in Tiffeneau 1980: 7).

Passa-se algo similar na ficção: como na história a explicação nomológica não pode substituir a compreensão narrativa, mas apenas interpolar-se nela, em virtude justamente do adágio “expliquer plus c’est comprendre mieux”, também a semiótica só pode conservar o seu cariz narrativo articulando-se com a inteligibilidade narrativa<sup>46</sup>.

Sem querermos menosprezar as discussões em torno da ficção, neste capítulo, por uma questão de pertinência, daremos prioridade à historiografia, centrando a nossa atenção na incursão de Ricœur pelas reflexões metodológicas da escola dos Annales, epistemológicas do positivismo lógico e, sobretudo, pelas teses do narrativismo saído do *linguistic turn*, que merecem da nossa parte uma dupla atenção: porque são fundamentais para perceber a construção do argumentário de Ricœur; mas também porque se trata de textos e autores que marcaram indelevelmente a discussão em torno de história e ficção ao longo do século XX. A história é colocada numa posição delicada, entre *paradigmas científicos* e *teorias narrativistas*, que se enxertam na velha questão hermenêutica que opõe *explicar* e *compreender*, até que a *imaginação* histórica, atuante na *imputação causal*, lhe estende uma ponte “quase-narrativa”. A despeito da dissolução deste conflito ao nível da *explicação* histórica, o projeto de encontrar os laços profundos entre história científica e competência narrativa só termina com a descoberta dos genes narrativos das *entidades* e dos *acontecimentos* próprios da história científica. É esta dialética entre história e narrativa – que

---

<sup>45</sup> «L’erreur des tenants des modèles nomologiques n’est pas tant qu’ils se méprennent sur la nature des lois [...] mais sur leur fonctionnement. Ils ne voient pas que ces lois revêtent une signification historique dans la mesure où elles se greffent sur une organisation narrative préalable qui a déjà qualifié les événements comme contribution au progrès d’une intrigue» (Ricœur, *TA*, 15).

<sup>46</sup> «Faudra-t-il dire, ici aussi, que la sémiotique, dont le droit d’exister est hors de question, ne conserve son qualificatif de narrative que dans la mesure où elle l’emprunte à l’intelligence préalable du récit [...]» (Ricœur, *TR II*, 65).

se confunde com explicação e compreensão – que preenche toda a segunda parte de *Temps et Récit* I (pp. 163-396).

A abordagem de questões delicadas e complexas como o estatuto do acontecimento, o apagamento da narrativa na história de tipo estrutural e a dialética explicação histórica e compreensão narrativa revelam uma sagacidade e uma competência intelectual fora de série. Com admirável mestria, o filósofo francês convoca e rege uma polifonia de autorizadas vozes, confronta e associa teorias, recolhe ideias daqui e dacolá e formula as suas próprias respostas, produzindo autênticos mosaicos, textos densos e, por vezes, difíceis de acompanhar para um leitor leigo, mas indispensáveis para os propósitos que norteiam a nossa investigação.

## 1. EXPLICAR E COMPREENDER: TEXTO, AÇÃO E HISTÓRIA

A problemática compreensão/explicação não é nova na bibliografia de Ricœur. Para além de aflorar o assunto no ensaio por nós anteriormente comentado sobre *Objetividade e subjetividade em história* (HV, 27-50), no qual explicação é associada a análise e compreensão a síntese histórica, é num estudo publicado em 1977, na *Revue Philosophique de Louvain*, sob o título «Expliquer et comprendre. Sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire» que o autor inaugura um percurso reflexivo mais profundo sobre o tema<sup>47</sup>. Este artigo integra a compilação, de 1986, *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique* II, cuja segunda parte contém uma série de ensaios de hermenêutica, nos quais a dialética compreensão-explicação assoma constantemente, servindo o texto de paradigma para a ação e para a história. Como reconhecerá mais tarde o autor, trata-se de reflexão rudimentar, pelo que uma nova abordagem dá-lhe oportunidade para refinar a sua análise ao nível da historiografia (TR I) e ao nível da narrativa ficcional (TR II)<sup>48</sup>.

Por trás do debate antigo entre explicação e compreensão está a questão da homogeneidade-continuidade-unidade ou do corte epistemológico entre ciên-

---

<sup>47</sup> O próprio autor, numa nota da página 168 de TR I, informa que a análise que consagra à intencionalidade histórica (ponto de encontro, em história, de compreensão e explicação) reaviva e dá continuidade a este ensaio.

<sup>48</sup> «Le cas de l'explication historique m'a au contraire donné l'occasion de raffiner la dialectique expliquer-comprendre, dont j'avais traité sous une forme plus rudimentaire sous le couvert de la notion de texte, ou dans le cadre de la théorie de l'action» (Ricœur, RF, 69-70).

ciências naturais e ciências humanas, como bem no-lo explica Antoine Prost<sup>49</sup>. Neste duelo primário, explicação designa a tese da não diferenciação, da continuidade epistemológica entre ciências da natureza e ciências do espírito, e compreensão a reivindicação da especificidade irredutível das ciências do homem. Este dualismo epistemológico é fundado pelo pressuposto de que a ordem dos signos e das instituições é inconciliável com a dos factos cobertos por uma lei, ou seja, que existe um modo de ser da natureza e um modo de ser do espírito. Ricœur, no artigo supracitado, põe em causa esta dicotomia entre duas modalidades irredutíveis. É nos níveis do texto, da ação e da história que o filósofo vê uma semelhança ou, nas suas palavras, uma *homologia* que autoriza uma *dialética* assente na interpretação como via alternativa<sup>50</sup>. A interpretação é enriquecida com a explicação, consistindo precisamente na alternância de fases de compreensão e de fases de explicação «ao longo de um único eixo hermenêutico» (Ricœur 1987: 7). Ora, em termos epistemológicos, uma implicação mútua entre os métodos significa que entre as ciências da natureza e as ciências do espírito deve existir tanto continuidade como descontinuidade, parentesco e especificidade metodológica. Se não existe dualismo epistemológico, também não poderá haver dualismo ontológico. Abolida a diferença de métodos, a filosofia não privilegiará umas disciplinas em detrimento de outras, mas deve abraçá-las todas sob o teto do conceito fundamental e superior de verdade.

---

<sup>49</sup> «L'opposition entre le mode d'intelligibilité des hommes et celui des choses a été théorisée par Dilthey et reprise en France par R. Aron, dans sa thèse. Bien qu'il soit daté, ce débat épistémologique reste important. Il pose une différence radicale entre les sciences de l'esprit ou sciences humaines (*Geisteswissenschaften*) et celles de la nature (*Naturwissenschaften*), celles-ci étant la physique et la chimie de la fin du siècle dernier. Les sciences de la nature expliquent les choses, les réalités matérielles; celles de l'esprit font comprendre les hommes et leurs conduites. L'explication est la démarche de la science proprement dite; elle recherche les causes et vérifie les lois. Elle est déterministe: les mêmes causes produisent toujours les mêmes effets, et c'est précisément ce que disent les lois. La rencontre d'un acide et d'un oxyde donne toujours un sel, de l'eau et de la chaleur. Manifestement, les sciences humaines ne peuvent viser ce type d'intelligibilité. Ce qui rend les conduites humaines intelligibles, c'est qu'elles sont rationnelles, ou du moins intentionnelles. L'action humaine est choix d'un moyen en fonction d'une fin. On ne peut l'expliquer par des causes et des lois, mais on peut la comprendre. C'est le mode même d'intelligibilité de l'histoire» (1996: 151).

<sup>50</sup> «Je voudrais tirer argument de la ressemblance ou, pour mieux dire, de l'homologie qu'on peut aujourd'hui établir entre trois problématiques, celle du texte, celle de l'action et celle de l'histoire. [...] Par dialectique, j'entends la considération selon laquelle expliquer et comprendre ne constitueraient pas les pôles d'un rapport d'exclusion, mais les moments relatifs d'un processus complexe qu'on peut appeler interprétation» (Ricœur, *TA*, 162).

Antes de explicitarmos a dialética ricœuriana nos três campos acima referidos, importa compreender como a teoria do “Verstehen” (compreender) resultou na dicotomia entre explicar e compreender e que deficiências suas permitem a Ricœur criticá-la e reformulá-la. Este trabalho exige que evoquemos Dilthey, o representante máximo da teoria do “Verstehen”, na Alemanha do início do século XX<sup>51</sup>. Para este filósofo, a questão não estava em opor um obscurantismo romântico ao espírito científico saído de Galileu, Descartes e Newton, mas sim em conferir à compreensão o mesmo estatuto científico da explicação. Explicação e compreensão designam para Dilthey duas esferas opostas da realidade: respetivamente, a das ciências da natureza e a das ciências do espírito. A região das ciências da natureza é a dos objetos oferecidos à observação científica e submetidos, desde Galileu, a uma matematização e, desde John Stuart Mill, aos cânones da lógica indutiva. A região do espírito é a das individualidades psíquicas para as quais cada psiquismo é capaz de se transportar. Logo, a compreensão consiste numa transferência ou transporte para o psiquismo de outrem. Se todo o modelo de explicação provém das ciências naturais e da sua lógica indutiva, é necessário preservar a autonomia das chamadas ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), reconhecendo o caráter irredutível da compreensão que se tem da vida psíquica de outrem com base nos signos através dos quais ela se exterioriza. Mas, se a compreensão está separada da explicação por este abismo lógico, em que sentido as ciências humanas podem ser ditas científicas?<sup>52</sup> A existência de *ciências* do espírito fica dependente da possibilidade de se poder alcançar um conhecimento científico dos indivíduos, ou seja, da possibilidade de se conseguir um conhecimento objetivo e universalmente válido da inteligência do singular. Para Dilthey isso é possível, porque o interior manifesta-se em signos exteriores sensíveis que podemos captar e compreender. A compreensão não se limita, pois, à capacidade de nos transferirmos para o vivido psíquico de outro com base nos signos que ele oferece à nossa compreensão – sejam eles signos diretos como gestos e palavras ou indiretos

---

<sup>51</sup> W. Dilthey, «Origine et développement de l’herméneutique», 1900, in *Le Monde de l’Esprit*, I, Paris, 1974.

<sup>52</sup> «Dilthey n’a cessé de se confronter avec ce paradoxe. Il a découvert, principalement, après avoir lu les *Recherches logiques* de Husserl, que les *Geisteswissenschaften* sont des sciences dans la mesure où les expressions de la vie subissent une sorte d’“objectification” qui rend possible une approche scientifique quelque peu semblable à celle des sciences naturelles, en dépit de la coupure logique entre *Natur* et *Geist*. De cette façon, la médiation offerte par ces “objectifications” paraît être plus importante, du point de vue scientifique, que la signification immédiate des expressions de la vie au niveau des transactions quotidiennes» (Ricœur, *TA*, 198).

como a escrita, os monumentos e as inscrições – ela quer ser um verdadeiro saber que, para além de preservar essa marca da sua origem na compreensão dos signos, tenha o caráter organizativo, estabilizador e coerente de um verdadeiro saber. Ora, dentre os signos, só os fixados por escrito são passíveis de objetivação científica e a vida psíquica, para passar ao estado escrito, tem de comportar encadeamentos estáveis, uma espécie de estrutura institucional<sup>53</sup>. O problema é que esta teoria leva Dilthey a introduzir características do espírito objetivo, teorizado por Hegel, numa filosofia que permanece marcadamente romântica, pois a vida exprime-se por signos e a partir daí interpreta-se a si mesma. A partir destas dificuldades internas à teoria da compreensão, Ricœur esboça uma dialética geral entre compreender e explicar ao nível do texto, da ação e da história, ligadas pela fórmula “explicar mais é compreender melhor”<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> As manifestações *escritas* do psiquismo de outrem ficam a cargo da interpretação, província da compreensão que tem como tarefa específica compreender os signos *escritos* que manifestam a interioridade de outrem e marcar a diferença fundamental que existe entre as ciências do espírito e as ciências da natureza: «L'interprétation est ainsi l'art de comprendre appliqué à de telles manifestations, à de tels témoignages, à de tels monuments, dont l'écriture est le caractère distinctif» (Ricœur, *TA*, 143). Assim sendo, no binómio compreender-interpretar, a compreensão fornece o fundamento, a saber, o conhecimento através de signos do psiquismo de outrem, a interpretação fornece o grau de objetivação, graças à fixação e à conservação que a escrita confere aos signos. E, para Dilthey, só há duas hipóteses, mutuamente exclusivas: «ou bien vous “expliquez”, à la manière du savant naturaliste, ou bien vous “interprétez”, à la manière de l'historien» (ibid.: 142). É por isso que Ricœur, avesso que é a oposições exclusivistas e apelando ao seu espírito dialético, tenta demonstrar, no artigo que antecede o que estamos a analisar (*TA*, 137-159), que o conceito de interpretação já não serve para fazer a oposição entre explicação e compreensão, no intuito de salvaguardar a especificidade das ciências do espírito, na medida em que, atualmente, essa oposição é despropositada, já que a explicação que se aplica às ciências do espírito não é uma extensão das ciências da natureza («Ce n'est pas un modèle naturaliste étendu après coup aux sciences de l'esprit» [ibid.: 146]), mas provém, por analogia, da própria esfera da linguagem, como é o caso do modelo estruturalista saído da linguística («il est en effet possible de traiter les textes selon les règles d'explication que la linguistique applique avec succès aux systèmes simples des signes qui constituent la langue-parole» [ibid.]). Assim sendo, a interpretação já não tem de se confrontar com um modelo exterior às ciências humanas; o seu debate é com um modelo de inteligibilidade que pertence ao mesmo domínio das ciências humanas, a linguística. Mais uma vez, o objetivo de Ricœur é tornar menos antinómica a relação entre explicação e interpretação, orientando a sua pesquisa no sentido de «uma estreita complementaridade e reciprocidade» (ibid.: 142) entre as duas, no momento chave da leitura.

<sup>54</sup> «Je résumerai ces trois débats partiels par une même formule. Expliquer plus c'est comprendre mieux. Autrement dit, si la compréhension précède, accompagne et *enveloppe* l'explication, celle-ci, en retour, *développe* analytiquement la compréhension» (Ricœur 1987a: 8).

Apesar de a teoria da história ser aquela que de momento mais nos interessa, muito do que se disser sobre texto e ação serve também para história, devido à sua correlação e reenvio mútuo.

**Ao nível do texto**, Ricœur concentra-se especificamente no género narrativo do discurso. Uma leitura puramente dicotômica de explicação e compreensão leva a uma separação radical entre uma análise estrutural do texto e uma compreensão na linha da tradição hermenêutica romântica. Os estruturalistas partidários de explicação sem compreensão, têm uma visão mecânica e fechada do texto, ao qual não se pode perguntar nem pela intenção do autor nem pelo leitor nem pelo sentido ou mensagem. Os hermeneutas românticos têm uma conceção oposta. Para eles, compreender é estabelecer uma comunicação, um face-a-face, entre a mente do leitor e do autor: «Ainsi, d'une part, au nom de l'objectivité du texte, tout rapport subjectif et intersubjectif serait éliminé par l'explication, d'autre part, au nom de la subjectivité de l'appropriation du message, toute analyse objectivante serait déclarée étrangère à la compréhension» (Ricœur, *TA*, 165).

Contra esta mútua exclusão, Ricœur propõe a conceção mais dialética de «interpenetração entre compreensão e explicação» (ibid.)<sup>55</sup>. A compreensão necessita da explicação porque a feitura e a leitura de um texto é regulada por códigos narrativos que a análise estrutural dá a conhecer, dos quais dependem a compreensão das frases: «On ne saurait donc dire que le passage par l'expli-

---

<sup>55</sup> A dialética ricœuriana entre compreensão e explicação ao nível do texto retoma as conclusões de um ensaio anterior: «The Model of the Texte: Meaningful Action Considered as a Text», in *Social Research*, 38/3 (1971), pp. 529-562 [retomado em *TA*, sob o título «Le modèle du texte: l'action sensée considérée comme un texte», pp. 183-211]. Aí, tal como aqui, o autor, movido pelo mesmo desejo de conciliação, busca a explicação do lado do texto, logo, das ciências do espírito, e não como uma expansão das ciências naturais. A leitura, funcionando como réplica da escrita, permite estabelecer um diálogo entre compreensão e explicação, fornecendo uma solução ao paradoxo metodológico das ciências humanas: «il y a une dialectique entre expliquer et comprendre *parce que* le couple écrire-lire développe une problématique propre qui n'est pas seulement une extension du couple parler-entendre constitutif du dialogue» (Ricœur, *TA*, 198). É neste ponto que a hermenêutica ricœuriana se afasta claramente da tradição romântica da hermenêutica, que tinha como modelo de análise não o texto mas o diálogo. O texto exhibe características próprias que lhe conferem a objetividade da qual deriva a possibilidade de explicar. A explicação não é importada de um domínio estrangeiro, o dos acontecimentos naturais, mas é retirada dos próprios signos linguísticos. É, pois, no campo dos signos que explicação e compreensão se confrontam. O paradigma da leitura é depois estendido por Ricœur a toda a esfera das ciências humanas.

cation est destructeur de la compréhension intersubjective. C'est une médiation exigée par le discours lui-même» (ibid.: 166).

Também a explicação precisa da compreensão («il n'est pas d'explication qui ne s'achève par la compréhension» [ibid.: 166]), uma vez que uma narrativa não se limita a ser uma variável de um sistema de códigos de permissão e de interdição. É preciso fazer o percurso inverso do virtual para o atual, do sistema para o acontecimento, da língua para a palavra, ou mais precisamente, para o discurso<sup>56</sup>.

Não é assim que o estruturalismo entende este processo. Concentrando-se exclusivamente na tessitura verbal, recusa qualquer tipo de psicologia do narrador e do ouvinte e toda a sociologia do auditório, mantendo como sagrada a regra básica da imanência do texto. No entanto, se o analista estrutural procura, dentro da estrutura fechada do texto, os signos do narrador e do ouvinte é porque deseja *compreender* os vários procedimentos analíticos que lhe subjazem e o lugar da narração, enquanto transmissão de uma narrativa de alguém para outrem, dentro de uma *tradição* viva e de uma comunidade cultural, que se interpreta a si própria por via narrativa: «La narration – au sens opératoire du mot – est ainsi l'action qui ouvre le récit sur le monde où il se défait et se consume, et cette ouverture est la contrepartie de ce que le sémiologue ne connaît que comme fermeture du récit» (Ricœur, *TA*, 167).

Esta passagem da explicação à compreensão não significa, de modo algum, que Ricœur tome o partido da teoria psicologista de Dilthey. Pelo contrário, ele é o primeiro a admitir que o maior prejuízo para teoria da compreensão proveio da identificação diltheiana entre compreensão e compreensão de outrem, crente na possibilidade de se apreender a vida psicológica estrangeira por trás do texto. No artigo sobre a «função hermenêutica da distanciação» (ibid.: 101-117), Ricœur deixa bem claro o seu afastamento face a esta teoria com laivos de romantismo, que vê a hermenêutica como uma tentativa do sujeito leitor se igualar à genialidade do autor e se tornar seu contemporâneo. A mais-valia do estruturalismo foi ter-nos chamado a atenção para a impossibilidade desta aproximação, da distância insuperável entre autor e leitor e entre texto e mundo real. O texto está fechado, separado da realidade e do autor, sustentam os partidários da análise estrutural. Apesar de reconhecer a justeza e a

---

<sup>56</sup> Relativamente à famosa antinomia saussuriana entre “langue” e “parole”, que fundamenta o estruturalismo, podemos dizer que o discurso está do lado da “palavra” em oposição à “língua”. Esta não tem ligação alguma com a realidade, as palavras reenviam simplesmente umas às outras no circuito fechado do dicionário. O discurso, por seu turno, visa as coisas, aplica-se à realidade, exprime o mundo.



fecundidade das teses estruturalistas, Ricœur também lhes denuncia os excessos. A tarefa hermenêutica principal escapa à alternativa entre genialidade e estrutura, o filósofo francês liga-a à noção de “mundo do texto”. O mundo do texto não é o da linguagem quotidiana, é uma proposta de mundo, de um mundo que nós, leitores, *poderíamos* habitar. Por conseguinte, o mundo do texto não é o mundo das intenções de outrem, dissimuladas por trás do texto, que Dilthey acreditava poder recuperar-se mediante a interpretação; o mundo de que fala Ricœur é o que se desdobra diante do texto, é um mundo das possibilidades do ser-no-mundo, acessíveis à interpretação<sup>57</sup>. Esta posição exige que, contrariamente ao que propõe o estruturalismo, o texto tenha, para além do sentido, também uma referência, como sugere Frege<sup>58</sup> e Ricœur corrobora: «Son sens, c'est l'objet idéal qu'elle vise; ce sens est purement immanent au discours. Sa référence, c'est sa valeur de vérité, sa prétention à atteindre la réalité» (*TA*, 113).

Posto isto, o que há a compreender numa narrativa não é, em primeiro lugar, *aquele* que fala por trás do texto, mas *aquilo* que é dito, ou seja, *a coisa do texto*, o tipo de mundo que a obra desdobra diante de si [cf. Ricœur, *TA*, 168]. A *mimese* poética não é cópia, é, como a entende Aristóteles, uma *imitação criativa da ação dos homens*, que resulta num *mythos*, numa intriga. Do mesmo modo, uma lógica das possibilidades narrativas, tal como são abordadas por uma análise formal dos códigos narrativos, tem o seu fim na função mimética, pela qual a narrativa refaz o mundo humano da ação. Então, não faz sentido negar o caráter subjetivo da compreensão no qual se completa a explica-

---

<sup>57</sup> «Si nous ne pouvons plus définir l'herméneutique par la recherche d'un autrui et de ses intentions psychologiques qui se dissimulent *derrière* le texte, et si nous ne voulons pas réduire l'interprétation au démontage des structures, qu'est-ce qui reste à interpréter? Je répondrai: interpréter, c'est expliciter la sorte d'être-au-monde déployé devant le texte» (Ricœur, *TA*, 114).

<sup>58</sup> G. Frege, *Écrits logiques et philosophiques*, Éd. du Seuil, Paris, 1971. Ao falar de referência, Ricœur não está, obviamente, a pensar numa referência primária, imediata, pois essa é abolida pela ficção e pela poesia, ele fala de uma outra, metafórica, que se ergue sobre as ruínas desta e que atinge o ser-no-mundo. É assim que qualquer discurso poético ou ficcional se reporta sempre à realidade, não à realidade visada pela linguagem corrente, mas àquela onde se desdobra a verosímil e provável essência humana. «Et pourtant, il n'est pas de discours tellement fictif qu'il ne rejoigne la réalité, mais à un autre niveau, plus fondamental que celui qu'atteint le discours descriptif, constatif, didactique, que nous appelons langage ordinaire. Ma thèse est ici que l'abolition d'une référence de premier rang, abolition opérée par la fiction et par la poésie, est la condition de possibilité pour que soit libérée une référence de second rang, qui atteint le monde non plus seulement au niveau des objets manipulables, mais au niveau que Husserl désignait par l'expression de *Lebenswelt* et Heidegger par celle d'*être-au-monde*» (Ricœur, *TA*, 114).

ção. «É sempre alguém que recebe, faz seu e se apropria do sentido» (ibid.). Em suma, não há conflito ou incompatibilidade entre a análise objetiva estrutural e a apropriação do sentido pelos sujeitos. Entre as duas desdobra-se o mundo do texto e o significado da obra, constituído pelo “mundo dos trajetos possíveis da ação real” (ibid.): «Si le sujet est appelé à se comprendre devant le texte, c’est dans la mesure où celui-ci n’est pas fermé sur lui-même, mais ouvert sur le monde qu’il redécrit et refait» (Ricœur, *TA*, 168).

A dialética compreensão/explicação ao nível do texto será alvo de uma profunda e mais ampla análise em *Temps et Récit* II. Nós, por agora, voltamos para a teoria da ação, onde salientamos apenas as ideias principais. Ainda que se possa estabelecer alguma conexão entre a teoria do texto e a teoria da ação, os autores e as problemáticas são outras bem distintas.

**A teoria da ação**, aquando da redação do artigo por Ricœur, década de setenta, era uma especialidade anglo-saxónica. É curioso que o debate sobre a ação conduziu às mesmas aporias e às mesmas tentativas de uma solução dialética que o debate sobre o texto, como testemunha o próprio título da obra de G. H. von Wright, *Explanation and Understanding* (1971).

Entre os anos 1955-1960, sob a influência do pensamento de Wittgenstein (teoria dos jogos de linguagem<sup>59</sup>) e de Austin (teoria dos atos de fala), a discussão sobre esta matéria conduziu, com um vocabulário diferente, à mesma dicotomia entre compreender e explicar que encontramos, cinquenta anos antes, em Dilthey e nos seus partidários de língua alemã. A fratura deveu-se, em primeiro lugar, à noção de causa. Na ciência de Hume, causa e efeito são logicamente independentes, podendo descrever-se os antecedentes e os consequentes de forma separada. O mesmo não se passa entre intenção e ação, motivo e projeto, entre os quais existe um vínculo lógico e não causal, na aceção de Hume. Existe uma implicação entre motivo e projeto que não cabe no esquema de heterogeneidade lógica de causa e efeito. O mesmo conector causal “porque” pode significar uma causa num jogo de linguagem e um motivo ou razão nou-

---

<sup>59</sup> O argumento dos jogos de linguagem, que sustentava a sua irredutibilidade, consiste no seguinte: «Ce n’est pas dans le même jeu de langage que l’on parle d’événements se produisant dans la nature ou d’actions faites par des hommes. Car, pour parler d’événements, on entre dans un jeu de langage comportant des notions telles que cause, loi, fait, explication, etc. Il ne faut pas mêler les jeux de langage, mais les séparer. C’est donc dans un autre jeu de langage et dans un autre réseau conceptuel que l’on parlera de l’action humaine. Car, si on a commencé à parler en termes d’action, on continuera à parler en termes de projets, d’intentions, des motifs, de raisons d’agir, d’agents, etc.» (Ricœur, *TA*, 169).

tro jogo de linguagem. Em segundo lugar, foi a noção de agente que contribuiu para acender ainda mais o debate. Podemos considerar um agente causa dos seus atos se estivermos a pensar num modelo de causa não-humano, isto é, em que causa não signifique antecedente constante. Ricœur considera esta dicotomia insustentável, na medida em que ela retira à filosofia a sua missão de articuladora, hierarquizadora, organizadora do saber, para a reduzir a preservadora da diferença entre jogos de linguagem heterogêneos. Por isso, reage contra ela com dois argumentos fundamentais: o primeiro relativo ao debate entre motivo e causa e o segundo relativo à forma como a ação se insere no mundo. No primeiro demonstra como não é possível manter motivo e causa separados, como se cada um fosse específico de um só jogo de linguagem. Na verdade, eles misturam-se, interferem entre si. O fenómeno humano situa-se entre os extremos de uma causalidade sem motivação (como as restrições e os motivos externos que atuam no inconsciente) e uma motivação sem causalidade, puramente racional, onde os motivos se confundem com as razões (como nos jogos de estratégia). O mais frequente, na realidade humana da motivação, é o motivo ser, ao mesmo tempo, movimento suscitado pelo querer e justificação. Daí, a afirmação de Ricœur: «L’homme est tel précisément qu’il appartient à la fois au régime de la causalité et à celui de la motivation, donc de l’explication et de la compréhension» (*TA*, 172).

Para a construção do segundo argumento, Ricœur socorre-se do filósofo finlandês von Wright, que propõe uma reformulação das condições de explicação e das condições de compreensão, de modo a combiná-las na noção de “intervenção intencional” no mundo. Wright contesta a noção de determinismo universal, reconhecendo ao homem o *poder* para desencadear uma ação e interferir no curso das coisas<sup>60</sup>. Através do entrecruzamento de uma teoria dos sistemas com a teoria da motivação, Wright anula a dicotomia entre explicar e compreender<sup>61</sup>. O curso das coisas e a ação humana recobrem-se na noção de intervenção. Este sentido de intervenção resulta numa ideia de causa sinónima da iniciativa de um agente e, logo, muito diferente da de Hume. Assim, podemos concluir: «Action humaine et causalité physique sont trop entrelacées dans cette expérience tout à fait primitive de l’intervention d’un agent dans le cours

---

<sup>60</sup> «Par l’exercice d’un pouvoir, je fais arriver tel ou tel événement comme état initial d’un système» (Ricœur, *TA*, 173).

<sup>61</sup> «D’une part, il n’est pas de système sans état initial, pas d’état initial sans intervention, pas d’intervention sans l’exercice d’un pouvoir. Agir, c’est toujours faire quelque chose en sorte que quelque chose arrive dans le monde. D’autre part, il n’est pas d’action sans relation entre le savoir-faire (le pouvoir faire) et ce que celui-ci fait arriver» (Ricœur, *TA*, 174).

des choses pour que l'on puisse faire abstraction du premier terme et porter le second à l'absolu» (Ricœur, *TA*, 174-175).

**A teoria da história** permite-nos fazer a ponte com o assunto que temos vindo a tratar sob a alçada de *Temps et Récit* I. A história suscita os mesmos problemas que já encontramos na teoria do texto e da ação porque a história é, por um lado, um tipo de *narrativa* (tendo a verdade como elemento diferenciador face às narrativas míticas e ficcionais) e, por outro, reporta-se às *ações* dos homens no passado. Logo, não estranhámos o facto de o método histórico acumular as características da narrativa e da ação. Também a teoria da história revela as duas tendências que verificámos nos modelos anteriores: a oposição entre explicação e compreensão e a neutralização da unilateralidade operada por Ricœur em vista de um antagonismo menos extremado, mais dialético.

Uma vez que nos capítulos seguintes prestaremos uma maior atenção aos argumentos e aos autores que Ricœur cita em *TA* e retoma – de forma mais desenvolvida e pormenorizada – em *TR* I para ilustrar a oposição e a dialética entre compreensão e explicação, limitamo-nos a apresentar, abreviadamente, apenas os conteúdos que consideramos elementares e que servem de preâmbulo.

No artigo que temos vindo a ler (1986) e que integra a compilação *Du texte à l'action...* (*TA*, 161-182), o filósofo francês indica como partidários do modelo compreensivo e opositores da história positivista, os historiadores franceses Raymond Aron e Henri Marrou, continuadores da sociologia compreensiva alemã, e os historiadores de língua inglesa, entre os quais se destaca Collingwood, de quem falaremos com mais propriedade adiante. As reflexões de Aron e Marrou sublinham, principalmente, duas marcas do método histórico: a) a história debruça-se sobre as ações humanas regidas por intenções, projetos, motivos, que importa compreender através de uma *intropatia* análoga à que no dia-a-dia usamos para compreender as intenções e os motivos de outra pessoa e, neste sentido, considera-se a história uma extensão da compreensão de outrem; b) esta compreensão, diferentemente do conhecimento objetivo das ciências naturais, faz-se implicando o próprio historiador, a sua subjetividade. Collingwood, por sua vez, na sua famosa obra *The Idea of History*, diz aproximadamente o mesmo: a) a história capta acontecimentos que têm uma face interna e outra externa, a externa exprime o seu lado científico de ocorrência no mundo, a interna exprime o seu significado, o pensamento que os acontecimentos transportam consigo, sendo que a união destas duas faces forma a ação; b) a função da história consiste em reativar ou repensar o pensamento passado na mente presente do historiador. Nisto se resume a posição da compreensão (do “*Verstehen*”) em história, aproximando-se muito das teorias do

texto e da ação. Mas, tal como nelas, também na teoria da história esta posição fraturante revela aporias e embaraços. Uma teoria assente no transporte imediato para a vida psíquica de outra pessoa não deixa lugar para a postura crítica, por outras palavras, a imediatez da intropatia não deixa lugar para a mediação crítica que caracteriza a operação historiográfica enquanto atividade científica: «L’histoire commence quand on cesse de comprendre immédiatement, et qu’on entreprend de reconstruire l’enchaînement des antécédents selon des articulations différentes de celle des motifs et des raisons allégués par les acteurs de l’histoire» (Ricœur, *TA*, 177).

A questão está em saber como é que a explicação se acrescenta, sobrepõe ou substitui a compreensão imediata do curso da história passada. A tentação de transpor o modelo explicativo das ciências naturais para a epistemologia histórica pode afastar-nos do trabalho original e específico do historiador, impondo-lhe um esquema artificial que só ao epistemólogo é capaz de satisfazer. Foi isso que aconteceu com o positivismo lógico saído da escola analítica de língua inglesa, depois da publicação do famoso artigo de Carl Hempel, *The Function of General Laws in History*, em 1942. Mais à frente, exporemos com maior detalhe a proposta de Hempel, que se resume no chamado “modelo nomológico” (“covering law model”), de subsunção ou lógico-dedutivo. Basicamente, o que esta teoria defende é que a explicação histórica não tem nada de específico e original, pois segue o mesmo esquema que a explicação de um acontecimento físico, como, por exemplo, a rutura de um radiador de automóvel, uma avalanche ou uma erupção vulcânica. A explicação de um facto histórico tem por base o cruzamento de dois tipos de enunciados: um que reporta as condições iniciais singulares (acontecimentos anteriores, circunstâncias, contextos) e outro que relata hipóteses universais (alegadas ou verificadas). A fraqueza científica da história provém da fraqueza epistemológica das leis gerais alegadas ou tacitamente admitidas. O modelo hempeliano é demasiado ambicioso, apresentando um ideal epistemológico inatingível para o historiador. Por ter consciência disso, Hempel baixa um pouco a fasquia e propõe o “esquissito explicativo” (*explanation-sketch*) como satisfatório para a história, que deve ser completado e elevado a um maior grau de cientificidade por uma explicação cada vez mais fina. Apesar desta concessão, o seu modelo epistemológico continua a ser estranho à prática histórica, o que leva Ricœur a ensaiar, mais uma vez, uma conciliação entre explicação e compreensão.

Para começar, o filósofo francês, na senda dos autores narrativistas, particularmente W. Gallie (1964), dá-nos a sua definição de compreensão, a qual assenta, fundamentalmente, numa competência específica, a competência para seguir uma história que se narra:

Suivre une histoire, en effet, c'est comprendre une succession d'actions, de pensées, de sentiments présentant à la fois une certaine direction mais aussi des surprises (coïncidences, reconnaissances, révélations, etc.). Dès lors, la conclusion de l'histoire n'est jamais déductible et prédictible. C'est pourquoi il faut suivre le déroulement. Mais, non plus, l'histoire ne doit pas être décousue: non déductible, son issue doit être acceptable. Il y a ainsi, en toute histoire racontée, un lien de continuité logique tout à fait spécifique, puisque l'issue doit être à la fois contingente et acceptable [Ricœur, *TA*, 179].

Esta ideia de compreensão difere da noção intropática, porquanto essa negligencia a especificidade do elemento narrativo de qualquer história. Uma teoria que baseie a compreensão no elemento narrativo facilita a passagem da compreensão à explicação. Em que medida? Na medida em que raramente uma narrativa é totalmente autoexplicativa e a ação de seguir uma história exige o recurso à explicação para que melhor se perceba a diegese. Pergunta-se pelas razões, motivos, causas: «Le récit a ainsi une structure lacunaire telle que le *pourquoi* procède spontanément du *quoi*. Mais en retour l'explication n'a pas d'autonomie. Elle a pour vertu et pour effet de permettre de suivre mieux et plus loin l'histoire quand la compréhension spontanée de premier degré est mise en échec» (Ricœur, *TA*, 180).

Ricœur não põe em causa a afirmação de Hempel de que a explicação se obtém com recurso a leis gerais, apenas critica a falta de menção da função da explicação. A explicação é o que permite seguir de novo a história quando a sua compreensão foi interrompida. A explicação pode ter vários graus de generalidade, regularidade e de cientificidade, mas a intenção do historiador não é colocar um caso sob a generalidade de uma lei, é sim interpolar a lei ou a generalidade ou a causa na narrativa, de molde a desbloquear e relançar a sua compreensão.

La particularité principale de la connaissance historique, en ce qui concerne le statut de l'explication, n'est pas tant que les explications en histoire restent des esquisses d'explication et par conséquent des lois de rang inférieur, mais le fait qu'elles ne fonctionnent pas en histoire de la même façon que dans les sciences de la nature. L'historien n'établit pas des lois. Il les utilise. C'est pourquoi elles peuvent rester implicites et surtout peuvent appartenir à des niveaux hétérogènes d'universalité et de régularité [Ricœur, 1980, 7].

É assim que Ricœur vê, neste artigo que será aprofundado em *Temps et Récit I*, a alternância e convivência de compreensão e explicação na tessitura histórica.

## 2. HISTÓRIA E NARRATIVA

Em *Temps et Récit I*, Ricœur começa por esclarecer que não partilha da convicção de alguns teóricos narrativistas ingleses, nomeadamente Gallie<sup>62</sup>, que consideram a história como mais um subgénero narrativo, indistinto da ficção; *history* não é um subgénero do género *story*. Também não cede à solução fácil de a considerar ambígua, semiliterária e semicientífica. O seu desejo é demonstrar a história na vizinhança da narrativa e, ao mesmo tempo, fazer emergir os traços distintivos que lhe conferem autonomia explicativa. É que Ricœur tanto recusa qualquer identificação da história com o subgénero literário história narrativa, como se empenha em sustentar o carácter narrativo da mesma. A história requer competências narrativas de base para ser redigida, seguida e compreendida, e é essa filiação que assegura o laço da história com a narrativa. O problema está em determinar a natureza desse laço<sup>63</sup>.

A tese que avança de antemão é a de que a história, mesmo aquela que parece ter perdido qualquer proximidade com a forma narrativa, *deriva* da compreensão narrativa, sendo possível reconstituir esta *derivação* mediante um método apropriado – o método utilizado por Husserl noutra área do conhecimento designado de “questionnement à rebours”. Este não provém da metodologia das ciências históricas, empenhadas em apagar qualquer marca de compreensão narrativa, mas de uma reflexão de segundo grau sobre as condições últimas da inteligibilidade de uma disciplina que, por causa da sua ambição científica, tende a esquecer a sua origem. A *intencionalidade do pensamento histórico*, revelada pelo método husserliano de questionamento às arrecuas, permitirá concluir que as configurações narrativas próprias da historiografia, independentemente de desenvolverem parâmetros temporais apropriados ao seu objeto e ao seu método e de manterem, com legitimidade, a sua ambição científica, derivam *indiretamente* das configurações narrativas próprias da mimese de nível II e através destas vinculam-se à temporalidade característica do texto

---

<sup>62</sup> «[...] every work of history displays two features which strongly support the claim that history is a species of the genus Story» (Gallie 1964: 66).

<sup>63</sup> À cet égard, *ma thèse concernant le caractère ultimement narratif de l'histoire ne se confond aucunement avec la défense de l'histoire narrative*. Ma seconde conviction est que, si l'histoire rompait tout lien avec *la compétence de base que nous avons à suivre une histoire* et avec les opérations cognitives de la compréhension narrative [...] elle perdrait son caractère distinctif dans le concert des sciences sociales: elle cesserait d'être historique. Mais de quelle nature est ce lien? Là est la question (Ricœur, *TR I*, 165).

e da ação. Isto significa que a historiografia, ainda que de um modo “indireto”, “oblíquo” ou “derivado” (para usar predicativos do próprio autor), se inscreve, em última análise, no círculo mimético/hermenêutico: ao manusear os acontecimentos que sucedem no tempo, enraíza-se na competência pragmática da *mimesis* I; configura o campo prático através de construções temporais de nível superior aprendidas no tempo narrativo da *mimesis* II; e atinge o seu fim na refiguração do campo prático, contribuindo para a recapitulação da existência em que culmina a *mimesis* III.

Note-se, Ricœur não defende nem um corte intransponível entre história e narrativa que fizesse do tempo histórico uma construção desenraizada do tempo da narrativa e do tempo da ação nem uma ligação direta ou contínua entre o tempo da ação e o tempo histórico. O que defende é a existência «*de um laço indireto de derivação através do qual o saber histórico procede da compreensão narrativa sem perder nada da sua ambição científica*» (TR I, 166 – itálico nosso).

Para pôr de pé estas teses finais, o filósofo faz-nos passar por um prévio e longo processo dialético que visa ligar obliquamente a explicação histórica à compreensão narrativa e daí ao tempo humano<sup>64</sup>. Durante esta extensa preparação epistemológica teremos, de um lado, a supremacia científica com a valorização da explicação histórica, a crítica do acontecimento e da compreensão e o conseqüente eclipse da narrativa; do outro, a valorização da compreensão, desvalorização da explicação científica e o conseqüente resgate e entronização da narrativa. A relação *indireta* entre historiografia e narrativa assomará depois de as teorias narrativistas e nomológicas revelarem as suas virtudes e fraquezas, sob a pressão da argumentação ricœuriana.

## 2.1. O eclipse da narrativa

Ricœur abre a segunda parte de *Temps et Récit* I com a análise do apagamento da forma narrativa em duas correntes modernas e bem distintas de pensamento: a historiografia francesa e o neopositivismo inglês. Este “eclipse” – palavra sua – decorre da rejeição de qualquer laço entre a história e a narrativa, ou seja, da separação radical entre a construção do tempo histórico e os tempos subjacentes da narrativa e da ação.

---

<sup>64</sup> «La présente investigation s’emploie à relier, sur le mode de l’*oratio obliqua*, l’explication à la compréhension narrative décrite sous le titre de *mimésis* II» (Ricœur, TR I, 167).



A historiografia francesa, representada na escola dos Annales, caracteriza-se mais pela prática histórica que pela meditação filosófica, sendo mais metodológica que epistemológica<sup>65</sup>. Mas nem por isso deixou de refletir sobre a metodologia do seu ofício com ensaios teóricos de enorme valor e rigor. Nada devendo à filosofia, de facto acaba por lhe oferecer muito. A sua desconfiança relativamente a todo e qualquer discurso filosófico sobre a história, que tende a identificar equivocadamente com a filosofia da história de tipo hegeliano, leva-a ao menosprezo dos dois outros historiadores e filósofos convocados por Ricœur para a seleção da historiografia francesa. Raymond Aron e Henri Marrou são os representantes franceses da filosofia crítica da história, surgida na Alemanha por influência de Dilthey, Rickert, Simmel e Max Weber, em torno da problemática da compreensão (*Verstehen*). É o alvo comum, ontológico-metodológico, da história factual que leva Ricœur a juntar as duas escolas sob o teto da historiografia francesa; sendo que a responsabilidade pelo eclipse da narrativa deve-se, fundamentalmente, aos historiadores da escola dos Annales. Aron e Marrou atacam, sobretudo, a conceção positivista do objeto da história, tal como Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da escola dos Annales.

O neopositivismo, por seu turno, saído das teses do positivismo lógico da filosofia analítica, é mais epistemológico que metodológico, pecando pela não inclusão da prática histórica na discussão dos modelos de explicação. Apesar das diferenças – com particular incidência na argumentação – neopositivismo e historiografia francesa convergem na negação do caráter narrativo da história: os historiadores franceses contestam o primado da história política nas suas duas vertentes principais (o primado do indivíduo e o primado do acontecimento pontual); o positivismo lógico abre uma fissura entre *explicação histórica* e *compreensão narrativa*. Centraremos, na senda de Ricœur, a nossa atenção sobre a convergência deste duplo ataque.

### 2.1.1. Historiografia francesa: contra o acontecimento e a narrativa

A rejeição do caráter narrativo da história na historiografia francesa<sup>66</sup> está intimamente relacionada com a crítica da chamada “histoire événementielle” – designada, entre nós, por “história factual”, mas também conhecida por “metó-

---

<sup>65</sup> «Ce que l'école historique française offre de meilleur est une méthodologie d'hommes de terrain» (Ricœur, *TR I*, 172).

<sup>66</sup> Ricœur retoma, de forma abreviada, algumas das análises apresentadas num estudo anterior: «The Contribution of French Historiography to the Theory of History», *The Zaharoff Lecture* (1978-1979), Oxford, Clarendon Press, 1980.

dica”, “positivista”,<sup>67</sup> “historicizante”, “política”, “tradicional” e até “batalha”. Esta tendência historiográfica, iniciada pela escola alemã de Leopold Ranke, dominou em França entre 1870 e 1930, tendo como figuras mais proeminentes os historiadores franceses Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Fustel de Coulanges. Os primeiros são os autores da célebre obra destinada aos estudantes de história, *Introduction aux études historiques*, onde definem para a história um método crítico de duas faces: uma externa voltada para a análise e autenticação dos documentos e outra interna, de cariz hermenêutico, que visava representar os estados psicológicos experimentados pelo autor do documento<sup>68</sup>. Os historiadores da Escola Metódica praticaram e pugnaram por uma história de tipo metódico-descritivo, alérgica aos “micróbios literários” e à especulação filosófica, voltada essencialmente para a observação e transposição objetiva dos *acontecimentos* singulares. A escola dos *Annales* acusa-os de reduzir a história ao conjunto dos acontecimentos a extrair dos documentos, onde está latente mas já real, mesmo antes de intervir o trabalho inquiridor do historiador, como se a história, em vez de começar no documento, estivesse no documento; ou que, em nome da ciência e do respeito pela verdade, buscaram a imparcialidade e abominaram o subjetivismo<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Esta designação é muito contestada, até pelo próprio Ricœur; aplica-se com mais justiça àquele tipo específico de história determinista, influenciada pela doutrina filosófica de Comte, preocupada com o estabelecimento de leis universais e a busca de um sentido (cf. Mendes 1987: 66-68 e Delacroix, Dosse, Garcia 2007b: 96-98). As noções de “facto positivo” ou de “estudo positivo” não significava, de modo algum, para os historiadores desta escola, concordância com a teoria de Comte, o facto positivo é aquele cuja existência é atestada por uma documentação também ela autenticada e assegurada pela crítica.

<sup>68</sup> Langlois, Charles-Victor; Seignobos, Charles, *Introduction aux études historiques*, Hachette, 1898; reed. Kimé, 1992.

<sup>69</sup> Apesar de algumas ingenuidades, nomeadamente, ao nível da conceção do facto histórico e da ausência de questionário sobre os documentos, e, apesar do excesso didático, tem-se chegado ultimamente à conclusão que estas acusações dirigidas pelos *Annales*, particularmente por Lucien Febvre, contra a escola metódica são exageradas e injustas (vide Delacroix, Dosse, Garcia 2007b: 96-98). Atentemos nas palavras de Dosse: «Les historiens de l'école méthodique n'ont pas été les naïfs pour lesquels on les a fait passer. On ne peut plus dire qu'ils cultivaient un fétichisme du document et qu'ils niaient la pertinence de la subjectivité historienne [...] Simplement, l'école méthodique voyait la grandeur de l'historien dans sa capacité à contrôler sa subjectivité, à la tenir en bride» (2000: 27-28). De facto, Langlois e Seignobos são frequentemente citados, quer por Aron e Marrou quer por Prost e outros historiadores como pessoas cientes da interferência da subjetividade do historiador no ato de historiar e cientes do conhecimento histórico como indireto, assente nos documentos, ao invés das ciências experimentais. Simplesmente, a busca do rigor levou-os a ignorar as origens literárias da história e a execrar as formas de eloquência, porque «escondem a realidade», «des-

A historiografia francesa posterior reage abertamente contra este tipo de história, começando pela crítica ao estatuto do *acontecimento*. Os historiadores do século XIX privilegiaram um tipo de acontecimentos com as seguintes características: “grandes acontecimentos” ligados a “grandes homens”<sup>70</sup>; acontecimentos de curta duração, “explosivos”; acontecimento como determinação do tempo que regula de maneira não crítica a periodização do tempo histórico pelo historiador. A depuração e a erradicação de falsos pressupostos relativamente ao conceito de acontecimento causam o “eclipse” da narrativa<sup>71</sup>.

viam a atenção dos objetos para as formas», e «enfraquecem o esforço de representar as coisas e compreender as suas ligações» (Dosse 2000: 27). É infundada a crítica de que Seignobos concebia a história como restituição de documentos: «L’histoire n’est pas non plus pour Seignobos, comme on a pu le dire plus tard, la simple restitution des documents présentés comme les faits dans leur authenticité, mais tout au contraire un procédé de connaissance indirect, hypothético-déductif [...]» (ibid.: 28). No entanto, afirma Dosse, se há historiador a quem se possa imputar as ingenuidades denunciadas pelos Annales esse é Fustel de Coulanges, que se mostra um idólatra do documento, comparando a análise em história com a análise em química, uma operação delicada que, atenta ao mais ínfimo detalhe, deve extrair do documento tudo o que aí encontrar. «Fustel réduit la lecture et l’interprétation de l’historien à une simple restitution du document comme vérité: «Il n’est pas besoin de dire que la vérité historique ne se trouve que dans les documents» [Coulanges, *De l’analyse des textes historiques*, 1887, p. 349]» (Dosse 2000: 29). Na teoria de Coulanges, a análise histórica fica dominada pelo método filológico e a prática histórica reduz-se a um cientismo reacionário contra os textos, à recusa de toda e qualquer forma literária e ao apagamento do historiador. Há, pois, que saber distinguir no interior da Escola Metódica os contributos por vezes díspares dos vários historiadores, evitando todo o tipo de sincretismo, e reconhecer, para além dos defeitos, também as virtudes desta escola: «história com limitações e deficiências, sem dúvida. Mas justo é reconhecer, igualmente, que algumas das particularidades da metodologia atual – entre outras, o rigor da crítica, a exatidão das referências, a fidelidade na transcrição de textos e a indicação precisa das fontes – entroncam, precisamente, na história da escola metódica» (Mendes 1987: 71). Foi preciso esperar pela década de 70 do século XX para que os trabalhos de Charles-Olivier Carbonell, de Gérard Noiriel e de Antoine Prost sobre os historiadores da Escola Metódica reabilitassem a sua reputação e recuperassem muito do seu valor, que a escola dos Annales deitara fora.

<sup>70</sup> «D’abord, il s’agit des «grands événements», liés le plus souvent aux rôles des «grands hommes» – les «grands hommes historiques de l’histoire mondiale» dont parlait Hegel –, qui prévalent en histoire politique, militaire, diplomatique, ecclésiastique: a savoir guerres, traités, mariages royaux, changements de règne, etc. Le déplacement de l’histoire politique vers l’histoire sociale et économique, soulignent ces critiques, implique un moindre intérêt pour les grands hommes et les grands événements. Même en histoire politique les historiens contemporains s’attachent plus à l’évolution des institutions qu’aux événements politiques soudains et contingents. En d’autres termes, le porteur de l’histoire est moins l’individu et ses actions que les entités collectives qui les englobent» (Riccœur 1980, in Tiffeneau 1980: 14).

<sup>71</sup> Cf. François Furet, «De l’histoire-récit à l’histoire-problème» (1982: 73-90).

O uso não crítico da noção de *acontecimento* histórico, tal como era entendido pelo senso comum e pela história factual, assenta em duas séries de postulados, três de ordem ontológica e outros três de ordem epistemológica. Em termos ontológicos, considera-se facto histórico “o que ocorreu efetivamente no passado”. Esta definição tem algumas implicações inerentes: 1) o “ter já acontecido” é uma *propriedade absoluta* do passado, radicalmente diferente do “ainda não ter acontecido”, ou seja, o facto histórico é um dado absoluto e acabado, ocorrido no passado e passível de ser apreendido tal como realmente aconteceu, independentemente das interferências de construção ou reconstrução do historiador, não se distinguindo nisso do mero acontecimento físico; 2) os factos históricos são aqueles que se podem imputar a *agentes humanos*, daqui deriva a definição comum de história como “conhecimento das ações dos homens do passado”; 3) o passado humano, como passado, é visto como um obstáculo que afeta a nossa capacidade de comunicação, pois envolve uma *alteridade* ou uma *diferença absoluta*. A estes pressupostos de ordem ontológica (ter-sido absoluto, ação humana absolutamente passada, alteridade absoluta) correspondem outros tantos de ordem epistemológica: 1) habitualmente, opõe-se a singularidade não repetível do acontecimento físico ou humano à universalidade da lei, a uma frequência estatística que seja; 2) a suposição de que o evento é o que poderia ter acontecido de outro modo opõe a *contingência prática* da ação humana à necessidade lógica ou física; 3) a contrapartida epistemológica da *alteridade absoluta* é o afastamento relativamente a qualquer modelo ou invariante.

### **i) Raymond Aron: “dissolução do objeto”**

Como objeção ao primeiro pressuposto acima enunciado, Ricœur cita o contributo de Raymond Aron, mais concretamente, o seu axioma respeitante à *dissolução do objeto*<sup>72</sup>. Refletindo acerca dos limites da objetividade histórica, Aron conclui que o facto histórico, se for considerado um acontecimento absoluto do passado, imune a construções e reconstruções, não pode ser atestado pelo discurso histórico: «Il n'existe pas une réalité historique, toute faite avant la science, qu'il conviendrait simplement de reproduire avec fidélité» (Aron 1948: 147).

De facto, o historiador está sempre implicado na compreensão e explicação do seu objeto. E um dos princípios fundamentais de Aron é a de que não

---

<sup>72</sup> *Introduction à la philosophie de l'histoire: Essai sur les limites de l'objectivité historique* (1948), pp. 147-148.

existe nenhum historiador em estado puro, ideal ou neutro, uma espécie de sujeito transcendental kantiano. O conhecimento histórico é um prolongamento do conhecimento de si e de outrem. Conhecendo a história, o homem conhece-se a si próprio. O historiador é ao mesmo tempo espetador e ator, busca a partir do passado, de si mesmo e doutro que não ele. Por conseguinte, o passado está sempre determinado pelo presente coletivo e individual do historiador: cada época seleciona o seu passado, bebendo-o na fonte coletiva; cada existência nova transfigura a herança que recebeu, dando-lhe um outro futuro e uma outra significação<sup>73</sup>. Posto isto, é lícito concluir que qualquer compreensão não é nunca uma intuição direta, mas sempre uma reconstrução. A compreensão é sempre mais do que simples simpatia. A enunciação de um facto jamais é uma mera constatação, o historiador reconstrói-o e não o reproduz. Daí o erro de supor uma realidade histórica acabada antes da ciência, passível de reprodução fiel. A realidade histórica, porque é humana, é equívoca e inesgotável. Eis porque o passado, concebido como soma do que efetivamente aconteceu, está fora do alcance do historiador.

## ii) H. I. Marrou e a compreensão do outro

A objeção de Marrou vai ao encontro da de Aron. A sua obra *De la connaissance historique* (1954), tal como a de Aron (1948), está numa linha de continuidade com a matriz alemã da filosofia crítica da história, ao refletir a dialética compreensão explicação. Da reflexão de Marrou sobre a compreensão do outro, interessa reter as implicações metodológicas que reforçam a tese de Aron sobre a dissolução do objeto. Quanto a nós, alargaremos um pouco mais o espetro das análises de Ricœur, enquadrando-as na estrutura da obra.

O conhecimento histórico apoiado no testemunho do outro não é uma ciência propriamente dita, mas antes um voto de confiança, diz Marrou<sup>74</sup>. Contrariamente ao objetivismo estrito do positivismo, que tentou reduzir o trabalho do historiador a um olhar gelado e indiferente sobre um passado morto, a his-

---

<sup>73</sup> «Les idées que l'on cherche, on veut les intégrer au système actuel, les monuments transmis sont appelés à enrichir notre culture, les existences que l'on reconstitue doivent servir d'exemples ou de références, puisque l'homme ne se reconnaît et ne se détermine que par la confrontation» (Aron 1948: 148).

<sup>74</sup> «[...] la connaissance historique, reposant sur la notion de témoignage, n'est qu'une expérience médiante du réel, par personnage interposé (le document), et n'est donc pas susceptible de démonstration, n'est pas une science à proprement parler, mais seulement une connaissance de foi» (Marrou 1954: 143).

tória surge-nos na sua obra como resultado de uma ação, de um esforço em sentido criador, que coloca em jogo as forças vivas do espírito, tal como é definido pelas suas capacidades, pela sua mentalidade, pelo seu equipamento técnico, pela sua cultura; a história é uma aventura espiritual na qual a personalidade do historiador se empenha inteiramente; em suma, ela é dotada por ele de um valor existencial, e é daí que recebe a sua seriedade, o seu significado e o seu valor. Assim, a compreensão envolve todo o trabalho do historiador.

Os positivistas tentaram aplicar à história a bitola das ciências da natureza, fazendo da objetividade o critério supremo da verdade, porém, o historiador está condenado a contaminar o seu conhecimento histórico com aspetos pessoais (cf. Marrou 1954: 222-244). Todo o problema histórico resulta da questão levantada pelo historiador necessariamente situado no seu meio, no seu tempo, na sua vida presente. O sujeito conhecedor não parte nunca vazio ou ideologicamente neutro para o conhecimento, tem uma intervenção ativa, construtiva e criadora. No entanto, esta intervenção do fator “subjetivo” ou da compreensão na história não significa a erradicação da objetividade nem esta subjetividade é sinónimo de arbitrariedade ou relativismo<sup>75</sup>. De igual modo, Marrou considera perigoso opor, como dois dados irreduzíveis, ciências da natureza (explicação) e ciências do espírito (compreensão) como se a verdade histórica nada tivesse que ver com estas duas disciplinas.

Marrou censura ainda a ambição positivista de um conhecimento universal, único, válido para todos, o que significaria, inevitavelmente, a mutilação da história, a perda da sua riqueza humana, da sua profundidade, da sua fecundidade. Se assim fosse, à história interessaria apenas o que era comum ao conhecimento de todos os historiadores acerca de determinado assunto, ou seja, de todas as perceções diversas restaria muito pouco. Assim, a solução do problema da verdade histórica deve fugir quer do objetivismo puro quer do subjetivismo radical. A história é, simultaneamente, apreensão do objeto e aventura espiritual do sujeito cognoscente, numa relação entre o passado e o presente do historiador, atuando e pensando na sua própria perspetiva existencial, com a sua orientação, as suas antenas, as suas atitudes e os seus limites. Pelo facto de neste conhecimento haver necessariamente algo de subjetivo, qualquer coisa relativa à minha situação no mundo, não impede que ele possa ser ao mesmo tempo uma apreensão autêntica do passado<sup>76</sup>: «En fait, lorsque l’histoire est vraie, sa

---

<sup>75</sup> Esta mesma posição é partilhada por Ricœur no ensaio já analisado: «Objectivité et subjectivité em histoire» – Ricœur, *HV*, 27-50.

<sup>76</sup> «Connaissance de l’homme par l’homme, l’histoire est une saisie du passé par, et dans, une pensée humaine, vivante, engagée ; elle est un complexe, un mixte indissoluble de sujet et d’objet» (Marrou 1954: 232).

vérité est double, étant faite à la fois de vérité sur le passé et de témoignage sur l'historien» (Marrou 1954: 229).

Em face disto, Ricœur comenta que deste modo a compreensão é vinculada à verdade histórica possível. Ela não é a face subjetiva da qual a face objetiva seria a explicação, como se a primeira fosse a prisão e a segunda a sua libertação. Longe de se digladiarem ou excluírem, subjetividade e objetividade complementam-se (*TR I*, 177). A história é capaz de uma verdade autêntica mas parcial, limitada pelas restrições impostas à condição humana: podemos saber coisas acerca do passado humano, mas não podemos saber o todo desse passado, o que inviabiliza a pretensão de uma história universal. Não há quem possa reunir no microcosmo do seu conhecimento o macrocosmo dessa matéria inequívoca e inesgotável que é o passado ou o presente.

Uma vez que o historiador está implicado no conhecimento histórico, este não pode ser entendido como uma tarefa de “re-atualização” do passado, pois há que distinguir realidade histórica de conhecimento histórico: a primeira designa o passado realmente vivido pelos homens; a segunda corresponde à humilde tentativa de reconstituição dos factos pelo historiador. Para esta distinção concorrem dois fatores. Por um lado, a história só se torna conhecimento através da relação estabelecida entre o passado vivido pelos homens de outrora e o historiador de hoje. Consequentemente, o passado realmente vivido pela humanidade só pode ser postulado, tal como o númeno kantiano. O passado é apreendido como conhecimento, e nesse instante já ele sofreu uma grande metamorfose, encontra-se remodelado pelas categorias do sujeito cognoscente, ou melhor, pelas restrições lógicas e técnicas que pesam sobre a ciência histórica (Marrou 1954: 40-41). Caso contrário, se o passado nos fosse acessível, não seria objeto de conhecimento, pois aparecer-nos-ia, como todo o presente, confuso, multiforme, ininteligível, uma rede intrincada de causas e efeitos, campo de forças imensamente complexo, que a consciência do homem, quer como ator quer como testemunha, se mostra necessariamente incapaz de captar na sua realidade autêntica, capacidade só acessível a Deus. Mas o historiador não se pode satisfazer com uma visão tão fragmentária e superficial das coisas. Ele deseja e tenta saber mais do que soube ou pôde saber qualquer dos contemporâneos da época estudada, não no sentido do pormenor e da precisão da experiência vivida, mas do ponto de vista da inteligibilidade. Elevando-se acima da poeira dos factos menores e da desordem do presente, persegue uma visão ordenada, que faça sobressair linhas gerais, orientações suscetíveis de compreensão, cadeias de relações causais ou finais, significações, valores: «L'historien doit parvenir à jeter sur le passé ce regard rationnel qui comprend, saisit et (en un sens) explique» (ibid.: 48).

Mais do que estabelecer factos, importa ao historiador compreendê-los. Este argumento, que interdita a história de ser concebida como reminiscência do passado, condena também o positivismo contra o qual se debate a nova historiografia francesa. Se a história consiste na relação entre historiador e passado, não é legítimo tratar o historiador como um intruso a eliminar. Contra o mito da objetividade, que preconiza a existência do facto histórico em estado latente nos documentos, é preciso afirmar que a iniciativa na história não pertence ao documento, mas à questão colocada pelo historiador. Esta tem prioridade lógica na investigação histórica. Deste modo, a teoria de Marrou junta-se à da «dissolução do objeto» de Aron, e reforça a sua luta contra o preconceito da existência do passado enquanto tal<sup>77</sup>. Ao mesmo tempo, assegura a ligação com a orientação antipositivista da escola dos Annales. Mas, enquanto as reflexões de Aron e Marrou são claramente marcadas pelo problema da compreensão histórica, a escola dos Annales afasta-se dessa problemática, dando preferência ao ofício de historiador.

### iii) A escola dos Annales e a nova história

Histoire économique, démographique, histoire des techniques et des mœurs et pas seulement histoire politique, militaire, diplomatique. Histoire des hommes, de tous hommes, et pas uniquement des rois et des grands. Histoire des structures et non des seuls événements. Histoire en mouvement, histoire des évolutions et des transformations, et non histoire statique, histoire tableau. Histoire explicative, et non histoire purement narrative, descriptive – ou dogmatique. Histoire totale enfin... [Le Goff 1978, 223].

A escola dos Annales domina a historiografia francesa ao longo de todo o século XX, sofrendo, com as reviravoltas do próprio século, crises e mutações. Ricœur, para além de ler as obras dos seus historiadores, conhece os seus ensaios empíricos, dialoga com os seus intelectuais e chega mesmo a publicar na revista *Annales*<sup>78</sup>. Na época em que redigiu a trilogia *Temps et Récit*, o filósofo francês concentra o seu olhar, fundamentalmente, no trabalho da segunda geração, a de Braudel e Labrousse: o período da história económico-social de cariz estrutural. Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, terá como alvo a crise das

---

<sup>77</sup> O próprio Marrou cita na sua obra (1954: 50-51) o axioma de Aron relativo à dissolução do objeto.

<sup>78</sup> Paul Ricœur, «L'écriture de l'histoire et la représentation du passé», *Annales* 4, vol. 55, 2000, pp. 731-747.



mentalidades e a emergência da representação na geração da chamada “Nova história”<sup>79</sup>.

A escola dos *Annales* surgiu como reação à história dita *événementielle*, dominante em França até cerca de 1930, fascinada pelo acontecimento único, pontual, e pela história como crônica oficial. Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre fundam, em Estrasburgo, uma revista com o nome de *Annales d'histoire économique et sociale*, anunciando no próprio título as duas bases programáticas desta nova escola<sup>80</sup>. Depois de várias alterações, devido às condicionantes da guerra e à ocupação nazi, a revista encontrará o seu nome definitivo em 1946: *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*. O plural do título anuncia a intenção de estudar, globalmente, os homens – na pluralidade das suas ações e manifestações –, as sociedades, os grupos e não o homem enquanto entidade abstrata. Manifesta igualmente um voto expresso por Marc Bloch, no seu testamento metodológico – *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*: «Nous avons reconnu que, dans une société, quelle qu'elle soit, tout se lie et se commande mutuellement: la structure politique et sociale, l'économie, les croyances, les manifestations les plus élémentaires comme les plus subtiles de la mentalité» (Bloch 1952: 106).

Bloch e Febvre desejavam universalizar o campo da investigação histórica, superando as divisões que separavam a história das novas ciências sociais e humanas. Até este momento, a história estava acantonada no domínio das atividades conscientes, voluntárias, orientadas pela decisão política, pela propagação de ideias, pela conduta dos homens e dos acontecimentos. A história tradicional ou metódica restringia o seu campo de investigação quase exclusivamente aos indivíduos das classes sociais mais elevadas, às elites (constituídas pelo rei, pelos homens de estado, pelos grandes revolucionários) e às instituições (políticas, económicas, religiosas, etc.) dominadas por essas mesmas elites. A nova história social emergente, pelo contrário, manifesta preferência pela massa social, na sua atividade multifacetada. Esta mesma orientação suscitara já o surgimento de novas ciências humanas – nomeadamente, a sociologia, a psicologia, a etnologia e a antropologia, que se vieram juntar à já existente economia – voltadas não para o passado, mas para os que no presente eram domi-

---

<sup>79</sup> Sobre a presença da escola dos *Annales* na obra de Ricœur, veja-se o estudo de Christian Delacroix, em Delacroix, Dosse, Garcia 2007: «Ce que Ricœur fait des Annales: méthodologie et épistémologie dans l'identité des Annales», pp. 209-230.

<sup>80</sup> Para um conhecimento mais aprofundado e desenvolvido do surgimento e evolução desta escola consulte-se Le Goff, Chartier e Revel 1978; Allegra e Torre 1977; Cedronio et alii 1945.

nados e negligenciados pelas elites, para uma massa anónima na qual se reconhecia a verdadeira força de mutação histórica.

Outra mudança fundamental adveniente do surgimento desta nova história dá-se ao nível do questionário e do documento. A iniciativa passa do documento para a questão colocada pelo historiador. O novo historiador não se limita a reproduzir os documentos, mas seleciona e questiona os dados, confere a validade e a autenticidade dos documentos, contribuindo para uma história de tipo problemático, que busca a compreensão dos factos. Assim, os factos não são dados pelos documentos, mas os documentos são selecionados em função de um questionário. O questionário tradicional colocava como questão prioritária: o que se passou durante determinado período, em determinado local? Procurava-se o novo, o extraordinário, o inesperado, para depois inferir as causas pertinentes que, por sua vez, também deveriam ser singulares. Ora, este tipo de questionário viciava à partida a investigação do historiador, uma vez que o orientava apenas para os factos pontuais e acidentais que se destacavam do fundo rotineiro da ação humana. Por esta ordem de ideias, nas épocas em que nada de assinalável se passava nada havia a historiar. Antes, a atividade do historiador centrava-se nas fontes narrativas, depositárias dos factos mais relevantes e agitadores do passado. Os historiadores eram como antiquários, colecionadores de curiosas preciosidades, recusando tudo o que era banal, quotidiano, habitual. A própria arqueologia selecionava o que era rico, belo e raro, pondo de parte vestígios materiais da vida do comum dos mortais. Praticada desta forma, a história divergia das ciências sociais que, a partir da segunda metade do século XIX, começaram a ganhar relevo e prestígio – particularmente, a sociologia, a economia e a geografia. Apesar de continuar a reclamar para si o estatuto de científica, a distância entre a sua prática e as suas pretensões era abissal. Alguns historiadores tentaram ultrapassar esse abismo, desistindo do estatuto de ciência e remetendo a história para a categoria da narrativa literária. Outros tentaram enquadrá-la num regime especial através da conjugação entre o privilégio que tinham para eles os factos singulares e uma certa cientificidade, concebendo a história como ciência idiográfica, isto é, tendo por objeto específico o que não se repete, o singular. Seria, portanto, uma ciência única, oposta às ciências ditas nomotéticas, que tentam deduzir leis a partir da verificação de repetições e constâncias<sup>81</sup>. Outros havia, por fim, que desejavam a

---

<sup>81</sup> Esta famosa distinção entre ciências idiográficas e nomotéticas é da autoria de Windelband, «Geschichte und Naturwissenschaft», Discours de Strasbourg, 1984, reproduzido em *Präludien: Aufsätze un Reden zur Philosophie uns ihrer Geschichrte*, vol. II, Tübingen, J.B.C., 1921, pp. 136-160.

história convertida em ciência social e lançaram ataques violentos contra a história factual da escola metódica.

Momento assinalável neste conflito foi a publicação, em 1903, do artigo do sociólogo François Simiand, *Méthode historique et Science Social*, que teve como reação a criação da revista *Annales d'histoire économique et social*. A orientação durkheimiana que inspira o desafio de Simiand à história torna-se também na matriz teórica do programa da escola dos Annales<sup>82</sup>. Mas os primeiros sinais de rutura com a tradição, não apenas nos manifestos escritos, mas até mais na metodologia do próprio ofício de historiador, datam de 1911, ano em que Lucien Febvre defende na Sorbonne a sua tese *Philippe II et la France-Comté*. Esta obra pode considerar-se a precursora da nova história, na medida em que confere aos factos um novo significado: eles são, na opinião de Pomian, os sintomas de uma clivagem, ou seja, podem ser ditos como pertencentes à estrutura daquela sociedade do século XVI (Pomian 1978: 536). São preciosos enquanto revelam as variações conjunturais das relações entre duas classes sociais, em conflito constante, ao longo do período temporal visado. O anacronismo dos termos “estrutura” e “conjuntura” é justificado pela estrutura da própria obra. A primeira parte é consagrada ao estudo do meio geográfico e às instituições políticas; a segunda aborda o conflito entre a nobreza e a burguesia. Nisto o historiador manifesta uma consciência nova: todos estes fenómenos se inscrevem no que mais tarde será conhecido como “longa duração”.

---

<sup>82</sup> A sociologia de Durkheim conhece um enorme êxito nos finais do século XIX e inícios do século XX, contribuindo para revolucionar as ciências sociais e humanas ao reunir a geografia, a história e psicologia à volta do conceito de causalidade social. Os princípios epistemológicos desta sociologia fundam-se sobre o objectivismo do método (com exclusão da subjetividade do investigador); sobre a realidade do objeto (os factos sociais devem ser analisados como coisas e estes factos exercem uma constrição exterior sobre o indivíduo); e sobre a independência da explicação, que permite reduzir o facto social à sua causalidade sociológica (a explicações puramente sociológicas), a única que se considera eficiente. A história não ficou indemne, pelo contrário, é sob a pressão do novo método científico instaurado por Durkheim que ela se vê obrigada a trabalhar em torno de uma física social, de uma sociedade encarada como uma coisa da qual o historiador pode extrair os sistemas de causalidade. O manifesto de François Simiand («Méthode historique et sciences sociales») foi publicado na *Revue de synthèse historique*. Claramente influenciado pela sociologia de Durkheim, o artigo denunciava uma história que não tinha nada de científico, que se limitava a descrever fenómenos contingentes, ocasionais, enquanto a sociologia pode ter acesso aos fenómenos repetíveis, regulares, estáveis e deduzir a partir deles a existência de leis. Simiand denuncia, objetivamente, os três ídolos que adoram os historiadores: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico (cf. Dosse 2000: 45, 46).

O novo questionário dos historiadores dá prioridade ao que se repete, às retomas periódicas, ao que é constante, ou quase, durante um longo intervalo de tempo. O olhar desloca-se, assim, do excepcional para o regular, do extraordinário para o quotidiano, dos factos singulares para os que ocorrem em massa. Esta mudança de perspetiva provoca um certo desinteresse pela história política, onde os acontecimentos aparecem alinhados uns após os outros e um interesse crescente pela história económica e social.

Embora a história tradicional francesa continuasse a ignorar a economia, na Alemanha e em Inglaterra, esta ciência já merecia o respeito e a atenção dos historiadores. A história dos preços esteve muito em voga entre as duas grandes guerras. Além do mais, a história económica mereceu, desde o início, uma atenção especial por parte dos fundadores dos *Annales*, pois era a primeira história científica coletiva. Os dados sobre os quais trabalhava (preços, salários, impostos, crédito, mercado) eram o reflexo da vida quotidiana da massa popular e anónima e possibilitavam um tratamento matemático. A aplicação de métodos quantitativos e cálculos estatísticos importados da economia viria dar novo fôlego à prática histórica. Não se tratava de recuperar transações comerciais particulares tal como ocorreram entre determinados indivíduos, em locais e datas precisas, pois, nesse caso, bastaria os livros de contas, mas ficaria ainda no âmbito do singular, do não repetível; o escopo seria os fenómenos regulares, os que se repetem, logo, recorre-se às mercuriais – listas de preços praticados no mercado público – que permitem encontrar médias representativas (cf. Labrousse 1943: 12-13, 170-171). A *Revista trimestral de história social e económica*, publicada na Alemanha, e a *Revista de síntese histórica*, dirigida por Henri Berr, publicada em 1921, refletiam esta tendência e serviram de inspiração aos impulsionadores da Nova história.

Depois deste apontamento introdutório, em que tentámos caracterizar brevemente algumas das preocupações e inovações trazidas pela escola dos *Annales*, de molde a introduzir uma entidade que, doravante, será nossa companhia regular, impõe-se o regresso à problemática capital da nossa investigação: a denegação do carácter narrativo da história. Para isso, descemos com Ricœur aos trabalhos e ensaios de dois dos maiores vultos desta nova corrente historiográfica francesa: Marc Bloch e Fernand Braudel, cada um deles protagonista de um período diferente dentro da própria Escola. Na senda de Ricœur, lembramos que o objetivo principal não é abranger nem aprofundar todas as opções ideológicas e metodológicas da escola dos *Annales* ou dos seus membros, mas, preferencialmente, aquelas que nos ajudem a elucidar a recusa do carácter narrativo da história.

#### iv) Marc Bloch: testemunho e análise

Tal como já acontecera em *Histoire et Vérité*, o filósofo francês volta à companhia de Marc Bloch e ao seu testamento empírico, desta feita para nele detetar virtudes e defeitos relativamente ao tema em causa. Por nossa parte, tentamos enquadrar as análises críticas de Ricœur no contexto mais alargado da obra.

Um dos pilares fundamentais da *Apolologia da história ou o ofício do historiador* surge no capítulo segundo onde se enuncia uma indiscutível particularidade da observação histórica: a dita “connaissance par traces” (Bloch 1952: 34). Citando a feliz expressão de François Simiand, Bloch opina que o conhecimento de todos os factos humanos no passado e o conhecimento da maior parte deles no presente, é, necessariamente, um conhecimento por vestígios. Segundo o próprio, vestígio é toda a «marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenómeno impossível de captar em si mesmo»<sup>83</sup>.

Esta asserção impele o autor a alicerçar a observação histórica e a crítica do método histórico (temas do segundo e terceiro capítulos) sobre os testemunhos. Distingue duas grandes classes por onde se distribui a massa imensamente variada dos documentos que o passado pôs à disposição do historiador: à primeira pertencem os chamados testemunhos voluntários (“témoins volontaires”) e à segunda os involuntários ou “témoins malgré eux”. Relembramos que a história factual privilegiava os testemunhos voluntários e praticamente ignorava os não voluntários ou materiais. Testemunhos voluntários são as fontes ditas narrativas, ou seja, relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores, por exemplo: as *Histórias* de Heródoto, livros de memórias, crónicas, jornais, legislação, relatórios, registos de tipo diverso. Os testemunhos involuntários correspondem àqueles que nos foram transmitidos sem intenção informativa ou testemunhal. Nesta categoria, colocamos papiros, cerâmica, inscrições, moedas, guias, documentos secretos, relatórios confidenciais, iconografia e paisagens, entre outros. O alargamento do campo do documento histórico constitui pois uma novidade. A história à maneira de Langlois e Seignobos era, essencialmente, fundada sobre os textos, sobre o documento escrito. O que Marc Bloch propõe é uma história fundada sobre uma multiplicidade enorme de

---

<sup>83</sup> «[...] qu’entendons-nous en effet par *documents* sinon une «trace» c’est-à-dire la marque, perceptible aux sens, qu’a laissée un phénomène en lui-même impossible de saisir» (Bloch 1952: 34). Ricœur retomará esta definição, em *Temps et Récit* III, aquando da análise ontológica do real passado. De momento trata apenas de tecer algumas considerações epistemológicas sobre a matéria.

documentos: documentos escritos de todos os tipos, mas também documentos figurativos, orais, arqueológicos.

A aproximação do historiador ao passado faz-se, pois, através de documentos, mas o facto de estarmos limitados ao conhecimento do passado pelos vestígios deixados não nos impede de saber muito mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou bem por bem dar-nos a conhecer, graças aos testemunhos involuntários. Os testemunhos involuntários são tidos por mais seguros e preciosos, não porque sejam irrepreensíveis ou fidedignos, mas porque a deformação, se existir, não é intencional. Para além disso, estes indícios não premeditados do passado permitem preencher lacunas, verificar e atestar os relatos voluntários e, fundamentalmente, eliminar preconceitos, falsas prudências e miopias com as quais as narrativas do passado podem contaminar os historiadores e que são reflexo da época em que foram escritos.

Depois de uma análise geral da observação histórica – de que já demos conta a propósito de «objetividade e subjetividade em história» – Bloch inaugura um novo capítulo com a questão do método crítico usado pelo historiador. Fazendo a transição entre as duas secções, o testemunho servirá de modelo único, obrigado a passar pelo crivo psicológico da verdade e da mentira, do erro e da fiabilidade.

A leitura crítica de Paul Ricœur (*TR I*, 180-181) deteta nesta apologia duas fraquezas: por um lado, as narrativas são relegadas, por Bloch, para a categoria dos testemunhos ditos “voluntários” ou “intencionais”, sujeitos à crítica do historiador, destinados a informar o leitor e jamais reconhecidos como forma literária da obra escrita pelo historiador; por outro, a noção de testemunho, que engloba a de documento, é elevada ao estatuto de modelo para toda a observação por traços, sendo alvo de uma crítica psicossociológica, onde o que importa é apurar a verdade, a mentira, o engano, a impostura, numa linha claramente determinada pelo carácter psíquico dos fenómenos históricos, em detrimento das questões de causa e de lei que, nessa mesma época, ocupava a epistemologia de língua inglesa, que já abandonara a crítica do testemunho.

No entanto, Ricœur reconhece a mais-valia desta obra no capítulo IV, um dos mais inspiradores e influentes para a nova metodologia histórica. Aí se medita acerca da análise crítica e se argumenta em favor de uma história problemática. Marc Bloch advoga o primado da análise sobre a síntese, atribui à explicação histórica a constituição de cadeias de fenómenos semelhantes e o estabelecimento de suas interações, pois o conhecimento dos fragmentos, estudados sucessivamente e isolados, não propicia o conhecimento do todo, nem mesmo dos próprios fragmentos. O trabalho de recomposição só pode vir depois da análise e dela deriva. O discernimento das ligações depende da aná-

lise distintiva das coisas. A delicada rede que constitui um facto histórico só pode revelar-se depois de classificados os factos por categorias específicas. Este primado da análise sobre a síntese permitiu ao autor distinguir vários fenómenos dentro do fenómeno histórico global, como o político, o económico, o artístico, dando origem à chamada história comparativista, herdeira do método instituído pela sociologia de Durkheim. Este corolário começa com a tomada de consciência de que é mais fácil julgar do que *compreender* e de que a *compreensão* é uma paixão que domina e ilumina o trabalho dos historiadores<sup>84</sup>. Opondo-se às teorias da história factual, crente numa observação histórica objetiva e imparcial, o historiador sustenta que os documentos constituem uma primeira barreira entre o historiador e o passado, quase nunca se apresentam organizados de acordo com as necessidades de entendimento de quem os percebe. Por isso, não basta perceber os documentos em bruto, há que seleccionar algumas informações e apartar outras, ou seja, analisar. O historiador descobre as semelhanças a fim de as aproximar. A tarefa do historiador não consiste em reconstituir as coisas tal como aconteceram. A compreensão não é uma atividade passiva. Ela tem atrás de si a *análise*, que consiste na descoberta de semelhanças entre fenómenos diversos. Em vez de reproduzir – sem seleccionar e estabelecer contiguidades – uma panóplia de atividades diferentes tal como nos são apresentadas no intrincado de um documento ou de uma vida particular ou coletiva, o historiador procura o parentesco entre determinados fenómenos, de modo a encontrar uma tendência particular, e até certo ponto, estável, do indivíduo ou da sociedade. Daqui resulta necessariamente que sempre se compreenderá melhor um facto humano, qualquer que ele seja, se possuímos já a inteligência de outros factos da mesma espécie, ocorridos anteriormente<sup>85</sup>. Na medida em que os fenómenos humanos se determinam dos mais

---

<sup>84</sup> «Un mot, pour tout dire, domine et illumine nos études: “comprendre”. Ne disons pas que le bon historien est étranger aux passions; il a du moins celle-là. Mot, ne nous le dissimulons pas, lourd de difficultés; mais aussi d’espoirs. Mot surtout chargé d’amitié. [...] Comprendre, cependant, n’a rien d’une attitude de passivité. Pour faire une science, il faudra toujours deux choses: une matière, mais aussi un homme» (Bloch 1952: 83).

<sup>85</sup> «Aussi bien, quand, dans le cours de l’évolution humaine, nous croyons discerner entre certains phénomènes ce que nous appelons une parenté, qu’entendons-nous par là, sinon, que chaque type d’institutions, de croyances, de pratiques ou même d’événements, ainsi distingués, nous paraît exprimer une tendance particulière, et jusqu’à un certain point, stable, de l’individu ou de la société? Niera-t-on, par exemple, qu’à travers tous les contrastes il n’y ait entre les émotions religieuses quelque chose de commun? Il en résulte nécessairement qu’on comprendra toujours mieux un fait humain, quel qu’il soit, si on possède déjà l’intelligence d’autres faits de même sorte» (Bloch 1952: 84).

antigos para os mais recentes, eles ordenam-se, em primeiro lugar, por cadeias de fenómenos semelhantes. Ordená-los racionalmente por géneros é, portanto, pôr a nu linhas de força de uma eficácia capital. Estas distinções e classificações só existem na inteligência do investigador e não na própria realidade, onde tudo aparece mesclado, logo, ela é fruto de um processo de abstração e de imaginação, concluindo Bloch que nenhuma ciência pode dispensar a abstração nem tão pouco a imaginação<sup>86</sup>.

Relacionado com o tópico da classificação dos factos, surge o problema da nomenclatura e do anacronismo. Bloch reflete acerca do tipo de linguagem a usar para nomear os factos do passado. Por um lado, a terminologia patente nos próprios documentos deve merecer uma crítica, na medida em que ela própria é um testemunho de uma época. Por outro, aplicar aos documentos do passado uma terminologia atual pode levar à perda, por anacronismo, da especificidade dos fenómenos passados e à eternização prepotente das categorias do presente. Ricœur comenta que a mesma dialética do semelhante e do dissemelhante patente na crítica histórica rege também a análise histórica.

O verdadeiro manifesto da escola dos Annales – comenta Ricœur (*TR I*, 182) – vamos encontrá-lo em Fernand Braudel e na sua obra-prima sobre *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*.... Autor e obra são um marco na historiografia francesa do século XX e também na argumentação de Ricœur em prol da matriz narrativa dissimulada na história estrutural. Por esse motivo, antepomos à análise e comentário de Ricœur uma nota informativa que visa contextualizar e caracterizar as novidades introduzidas por Braudel, passando em revista alguns dos seus comentários empíricos mais importantes.

#### **v) Fernand Braudel e a “longa duração”**

Já tivemos oportunidade de dizer que uma das propostas do grupo dos Annales, na sua reação contra o individualismo dominante na história factual, é a deslocação do objeto formal da história do indivíduo para o facto social total, em todas as suas facetas de interação: económica, social, política, cultural, espiritual, entre outras. À noção de evento ou facto singular, concebido como instante temporal súbito e breve, opõe-se a noção de tempo social, cujas categorias maiores são retiradas do campo de trabalho da economia, da demografia e da sociologia: conjuntura, estrutura, tendência, ciclo, crescimento, crise, etc.

---

<sup>86</sup> «Pourquoi avoir peur des mots? Aucune science ne saurait se dispenser d’abstraction. Pas plus, d’ailleurs, que d’imagination» (Bloch 1952: 85).



A dupla contestação do primado do indivíduo como fim da investigação histórica e do primado do acontecimento, como fundamento último da mudança social, é, pois, uma consequência direta da transferência do eixo principal da investigação da história política para a história social. De facto, é na história de carácter político, militar, diplomático, eclesiástico que sobressaem os indivíduos como fatores de história, sejam eles chefes de estado, generais, diplomatas ou prelados. Neste tipo de história, predomina a descrição de acontecimentos ditos explosivos, devido à sua ocorrência surpreendente e breve, típicos das batalhas<sup>87</sup>. Eis porque os cognomes de “histoire de batailles” e “histoire événementielle” se correspondem semanticamente.

Esta crítica dirigida pela escola dos *Annales* à história factual praticada pela Escola Metódica não resulta de uma crítica filosófica contra uma conceção filosófica de história, mas de um combate contra uma metodologia que trabalhava a partir dos grandes acontecimentos já dados pelos arquivos, que, por sua vez, apareciam já instituídos e constituídos em torno de peripécias e de acidentes que afetaram a distribuição do poder. Esta história dita de “batalhas” ou de “acontecimentos” seria, inevitavelmente, criticada por aqueles que, seguindo a proposta de Bloch, optaram por uma história do fenómeno humano total, colocando a tónica nas condições económicas e sociais. Os trabalhos mais importantes surgidos nesta nova corrente são consagrados à história social, cujos heróis coletivos são, a partir de agora, grupos, categorias e classes sociais, vilas, aldeias, burgueses, artesãos, homens do campo e da cidade.

Neste contexto, surge a obra chave de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, iniciada durante os anos vinte, redigida durante a Segunda Guerra Mundial e publicada em 1949<sup>88</sup>. Neste como noutros escritos do autor<sup>89</sup> gizam-se as grandes diretrizes que deram novo impulso à escola dos *Annales* – e à revista homónima, na direção da qual sucedeu a Lucien Febvre, depois do desaparecimento deste em 1956 – e reforçam o afastamento crítico da tradição positivista que prevalecia nos estudos históricos em França, no primeiro terço do século XX. As duas grandes novidades

---

<sup>87</sup> «C'est là aussi que règne l'événement assimilable à une explosion» (Ricœur, *TR I*, 184).

<sup>88</sup> Seguimos a tradução portuguesa de 1995.

<sup>89</sup> Os principais: *Écrits sur l'histoire*, Flammarion, Paris, 1969; «*Leçon inaugurale*» au *collège de France* (1950); e o famoso artigo publicado na revista *Annales*, subordinado ao tema «la longue durée» (1958). Estes dois últimos aparecem reunidos numa coletânea de textos do autor traduzida para português: Fernand Braudel, *História e ciências sociais*, Presença, Lisboa, 1976.

introduzidas por Braudel são o reforço e ampliação da ideia de uma história global e o estudo da longa duração. Compreende-se, pois, que Ricœur dedique ao historiador um tempo e uma atenção redobrada ou não fosse ele capital para se justificar o eclipse quase total da narrativa no campo da história<sup>90</sup>.

É da autoria de Braudel um dos mais profícuos contributos da historiografia francesa à epistemologia histórica, o escalonamento tripartido das durações, – correspondente aos três planos sobrepostos em que se decompõe a história do Mediterrâneo: tempo individual, tempo social, tempo geográfico. A história mais superficial é a que se confina à dimensão do indivíduo e do acontecimento; uma história de curto prazo, feita de “vagas” breves, rápidas, nervosas; é a mais rica em humanidade, mas a mais perigosa<sup>91</sup>. No plano intermédio, está o tempo social, o das conjunturas. As várias conjunturas abordadas na segunda parte da sua obra (económica, cultural, política, social, militar) são oscilações (“marés”) cíclicas, em articulação com as transformações lentas e profundas das estruturas. O tempo geográfico tem por base o célebre e imprescindível conceito de “longa duração”<sup>92</sup>. Este surge por oposição ao de acontecimento entendido como duração breve. A história avança mais ou menos veloz, mas as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender num tempo longo, onde subsistem estruturas que se podem delimitar e identificar. Consideremos a explicação metafórica do próprio autor.

Mas abaixo das vagas há as marés. Abaixo destas estende-se a massa fantástica da água profunda. Tais comparações são familiares aos historiadores da economia:

---

<sup>90</sup> Relativamente a este eclipse da narrativa na obra de Braudel e, de um modo geral, nos trabalhos dos historiadores da escola dos *Annales*, Hayden White estabelece uma interessante comparação. Diz ele que «uma historiografia científica (ou científicista) do tipo da concebida pelos *Annalistas*, que versa sobre as forças físicas e sociais anónimas e em grande escala, [...] produz o equivalente historiográfico de um drama que é todo cena e carece de atores, ou uma novela que é toda tema e carece de personagens. Esta historiografia é toda fundo e carece de primeiro plano» (1992b: 184).

<sup>91</sup> «Troisième partie, enfin, celle de l’histoire traditionnelle, si l’on veut de l’histoire à la dimension non de l’homme, mais de l’individu, l’histoire événementielle de François Simiand: une agitation de surface, les vagues que les marées soulèvent sur leur puissant mouvement. Une histoire à oscillations brèves, rapides, nerveuses» (Braudel 1969: 12; vide, etiam, pp. 45-47).

<sup>92</sup> La découverte de toute une nouvelle dimension de l’histoire, de l’histoire structurale, très lente, «quasi immobile», «faite bien souvent de retours insistants, de cycles sans cesse recommencés», est un des plus grands apports de «Méditerranée» à la pensée et à la pratique historiques de notre temps (Pomian 1978: 542).

para eles, há a sobreposição das vibrações curtas, das conjunturas e, em profundidade, das estruturas. As vibrações curtas é aquilo a que eu chamo *factual*: há um acontecimento político, mas também económico, mas também cultural, mas também social... A conjuntura, também ela polivalente, são fases mais ou menos longas [...]. As conjunturas não representam toda a espessura do tempo vivido ou do tempo presente. Em profundidade, uma história estagna, desfila lentamente, a mais longa das longas das histórias, algo como o *trend* secular, ou melhor, multissecular dos economistas [Braudel 1991: 301].

Um sistema económico e social muda lentamente (cf. Le Goff 1978: 228). A longa duração é ensinada pelo economista ao historiador. A história económica introduz a seriação dos fenómenos de acordo com os diversos ritmos da sua evolução e separa-se, deste modo, do tempo superficial e linear da história *factual*. Ernest Labrousse, na senda da história dos preços de François Simiand, foi o primeiro a adotar os conceitos de estrutura e de conjuntura. Distingue três tipos de movimentos: um movimento de longa duração; outro composto por oscilações cíclicas; e um último feito de variações sazonais (Labrousse 1932: 147). Em 1943, na sua segunda obra, desenvolve um modelo da crise económica de tipo antigo com o intento de elucidar as causas que provocam as flutuações conjunturais. Todavia, este modelo não é aplicado aos movimentos seculares, sobretudo, por falta de dados que testemunhem as flutuações de preços, da produção agrícola ou mesmo das populações antes do século XVI. A convicção de que o historiador deveria interessar-se não apenas pelo que se altera mas também pelo que se mantém constante, ou quase, durante épocas que podem ser muito longas, induz uma nova mudança epistemológica, que se reflete ao nível do questionário. Desloca-se a atenção das flutuações cíclicas, ou conjunturais, para os “trends” seculares, de forma a integrá-los numa evolução mais lenta.

Fernand Braudel, cujo herói é o Mediterrâneo e o mundo mediterrânico, inaugura uma maneira diferente da de Labrousse de estudar as repetições, extraindo-as do campo económico a que pareciam confinadas. Afastando-se do programa de história económico-social de Simiand, Braudel, tutelado por L. Febvre, vai além da história organizada em torno das flutuações de preços e de retomas, num determinado país, durante uma época bem delimitada. A sua história é económica, social, mas também geográfica, demográfica, cultural, política, religiosa e militar, não num espaço e num tempo curtos, mas em vastas áreas geográficas e períodos longos. Braudel desenvolve uma forma original de encarar o mar Mediterrâneo e o mundo envolvente, descortinando neste espaço e no tempo a ele ligado «histórias mil vezes repetidas» (Braudel 1995: 173;

cf. Pomian 1978: 540-542)<sup>93</sup>. Trata-se, pois, de identificar, no nível mais profundo e duradouro – o da longa duração – as repetições e de evidenciar o seu carácter constante, para a partir daí se constituir um elemento de estrutura.

O estudo da evolução biológica da humanidade em perspetiva temporal, a cargo da demografia histórica, assume um papel preponderante, pois faz aparecer ritmos mundiais de população num longo período de tempo. Assim, a demografia histórica assegura a transição da história serial ou quantitativa de nível económico para uma história serial de nível social, depois de nível cultural e espiritual, de acordo com os três níveis estipulados por Labrousse (cf. Ricœur, *TR I*, 193-194).

Numa sociedade polimorfa, em constante mutação superficial, não será o que dura e perdura a sua essência, o que permanece sob a capa do social? – indaga Braudel:

[...] a sua biologia profunda, as suas condições de base, os seus constrangimentos, o seu ritmo respiratório? Esta procura do *permanente*, do *quasi-permanente*, é o que caracteriza o *estruturalismo* dos historiadores da chamada escola dos *Annales* que nada tem que ver com o *estruturalismo* sofisticado, à moda dos belos espíritos de Paris ao longo dos anos sessenta [Braudel 1991: 278].

A estrutura não é, pois, um sistema de relações abstratas<sup>94</sup>. Para o historiador, ao invés, a estrutura compreende coisas bem concretas e reais, é o que na «massa de uma sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa aos acasos, sobrevive com obstinação e sucesso» (Braudel 1991: 290; cf. Braudel 1969: 50). A história de longa duração é, na verdade, uma maneira de abordar o passado, omitindo uma enorme parte da história vivida. Elimina-se o que é breve, o que é individual, episódico, o que é oscilação simples, «para recriar uma paisagem de história segundo perspetivas intermináveis, multisseculares» (id. 1991: 290). A esta história que é assim privilegiada sob o signo da duração, da repetição, da insistência, chama o autor de estrutural. No entanto, o mesmo adverte-

<sup>93</sup> De facto, a escolha da personagem Mediterrâneo é singular e pertinente, na medida em que não possui data de nascimento ou de óbito e na medida em que obrigou o historiador francês a sair dos ritmos históricos vulgares praticados pelos seus colegas historiadores.

<sup>94</sup> «A esta história profunda chamei estrutural – mas por favor entenda-se, e de uma vez por todas, que o meu estruturalismo não tem nada a ver com o estruturalismo (aliás, passado de moda) dos linguistas. Para mim, é estrutura tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura – algo, pois, de bastante real, e não a abstração da relação ou da equação matemática» (Braudel 1991: 302).

-nos, com insistência, para o que ele considera ser um mal-entendido da sua teoria da longa duração: esta não pressupõe a imobilidade histórica.

A estrutura não é imobilidade rigorosa. Ela só parece imóvel em relação a tudo o que, à sua volta, se move, evolui mais ou menos rapidamente. Mas ela gasta-se a si própria, ao longo do tempo. Diminui-se. Está mesmo sujeita a ruturas, mas muito distanciadas umas das outras no tempo e que, por mais importantes que sejam, nunca incidem sobre toda a arquitetura estrutural de uma sociedade. Nada se quebra de uma só vez [Braudel 1991: 290]

Digo história profunda, não imóvel como diz repetidamente Emmanuel Le Roy Ladurie, de acordo com um exemplo que eu próprio devo ter dado outrora. Com efeito, a imobilidade não é a palavra conveniente: a imobilidade é a morte, enquanto a história profunda está viva; na verdade, ela é *repetição*. Assim, dando como exemplo o Mediterrâneo antigo, os rebanhos que vão para as pastagens de verão sobem regularmente, todos os anos, a partir das planícies e voltam a essas baixas regiões quando se aproxima o inverno, eis uma história longa. O mesmo se passa com os mares agitados de inverno, em que a navegação no Mediterrâneo é suspensa pelas regras de precaução das cidades. E isto durante séculos. Para durar, essas realidades repetem-se. Há evidentemente muitas outras repetições, muitas outras permanências: mais não seja a continuidade das civilizações (as religiões, os falares), dos equilíbrios económicos, das hierarquizações sociais e económicas inevitáveis – realidades que se substituem lentamente, diferentes nas suas formas, mas análogas nas suas razões de ser e de durar [ibid.: 301].

É histórico o que muda e também o que não muda. A mudança deve conciliar-se necessariamente com a não mudança, pois a história global resulta de uma dialética permanente entre estrutura e a conjuntura, entre permanência e mudança<sup>95</sup>. Na longa duração o Mediterrâneo permanece inalterado, repetitivo e, aparentemente, «mas só aparentemente» – adverte o autor (ibid.: 289) – imóvel, pois acima deste, oscilações cíclicas de mais ou menos longa duração fazem a história mover-se: são as conjunturas.

---

<sup>95</sup> A partir da década de quarenta do século XX, o novo questionário dos historiadores organiza-se em torno da oposição entre estrutura e conjuntura. As estruturas designam fenómenos geográficos, ecológicos, técnicos, económicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de um modo quase impercetível. As conjunturas designam flutuações de amplitudes diversas que se manifestam no contexto das estruturas. Por outras palavras, a estrutura é um conjunto de restrições e barreiras que impedem as diferentes variáveis, cujas oscilações constituem a conjuntura, de se elevar acima de um determinado teto.

Acima dele, uma história de lentas pulsações, uma sequência de conjunturas que, nas suas vagas sucessivas, levantam, depois abandonam, constroem e depois destroem, e continuamente movem as economias, as civilizações, as formas políticas, as realidades sociais, os vaivéns da história das ideias, as correntes artísticas e literárias que evoluem de geração em geração, ou ainda os costumes, ou as maneiras de pensar... [Braudel 1991: 289].

Todavia, uma história de curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças: «[...] a história que avança por cima destas lentidões sob o signo vivo dos acontecimentos do dia-a-dia, das “notícias sonantes”, como se dizia no século XVI: muito barulho, muita angústia, muitos alarmes, mas no dia seguinte, se tudo decorre normalmente, não se pensará mais nisso...» (ibid.)

Apesar de o tempo das estruturas ser muito lento, quase estacionário, é na sucessão destas que se notam transformações irreversíveis e profundas, denominadas revoluções. Neste contexto da afinidade com a estrutura, revolução não significa mutação violenta e espetacular ou dramática, pois ela é, na maior parte das vezes, silenciosa, subreptícia, mesmo para os seus agentes<sup>96</sup>. É o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Nem sequer tem de ser rápida, pode durar séculos. Uma revolução não é uma sucessão de acontecimentos únicos, é mais uma onda de inovações, que se propaga a partir de um ponto inicial através de inumeráveis repetições. Percebe-se este caráter repetitivo no caso do processo de alfabetização, que pode levar séculos: foi um a um que os indivíduos aprenderam a ler<sup>97</sup>: «[...] c’est justement cette cascade de répétitions qui est intéressante dans la perspective de l’histoire structurale, et non pas quelques faits spectaculaires mais isolés, sinon uniques» (Pomian 1978: 551).

A ideia de longa duração permite superar, simultaneamente, os primados do indivíduo e do acontecimento singular, próprios da história tradicional. Braudel prefere estudar o que muda lentamente: as estruturas. Uma história política apenas interessada em mudanças de trono ou de governo não capta o essencial: o aumento do tamanho do ser humano devido a mudanças profundas nos hábi-

---

<sup>96</sup> «Tudo muda verdadeiramente quando a história profunda começa a correr, pouco a pouco, num outro sentido, quando uma rutura profunda entra lentamente em ação, enorme fenda onde submerge a história ardente que os homens vivem no dia-a-dia» (Braudel 1991: 303).

<sup>97</sup> O mesmo se pode verificar no exemplo descrito por Le Goff (1963), em *Le Temps du travail dans la “crise” au XIV<sup>e</sup> siècle: du temps médiéval au temps moderne*: foi cidade a cidade, vila a vila que, paulatinamente, se foram multiplicando os relógios, alterando a conceção temporal dos habitantes que originou uma verdadeira revolução económica e social.

tos alimentares e na medicina; a mudança no relacionamento com o espaço devido à revolução ocorrida nos transportes; as transformações do conhecimento provocadas pelo aparecimento de novos meios de comunicação social. Estas premissas concretizam-se numa história anónima, profunda e silenciosa. Ao lado do tempo que passa, há o tempo que permanece, aquele tempo profundo, por vezes, inconsciente, onde moram as nossas memórias. Um tempo que recebemos dos nossos antepassados e que determina as nossas histórias<sup>98</sup>.

Esta forma de fazer a história tem implicações profundas na forma de narrar a história. Ao ameaçar o acontecimento, a personagem e a mudança, ameaça também a inteligibilidade própria da narrativa. É a partir desta constatação que Ricœur tece os seus apontamentos críticos. Dos ensaios de Braudel e dos seus discípulos, ele foca, em primeiro lugar, o que ataca o segundo postulado da história factual sobre o facto histórico: que os acontecimentos são o que os seres humanos fazem acontecer ou suportam. O que é contestado por Braudel é o modelo de ação implicado nas próprias noções de “fazer acontecer” e de “suportar”. De acordo com este modelo implícito, a ação pode ser sempre atribuída a agentes individuais, autores ou vítimas de acontecimentos. Mesmo incluindo o conceito de interação no de ação, não invalidamos o preceito de que o autor da ação deve ser sempre um agente identificável. Ora, Braudel anula este postulado e, simultaneamente, outros dois axiomas preconizados pela história positivista: o indivíduo é o portador último da mudança histórica e as mudanças mais significantes são pontuais, as que afetam os indivíduos de forma breve e surpreendente. Destes dois corolários depreende-se ainda um terceiro que nunca foi discutido abertamente por Braudel: uma história de factos é equivalente a uma história-narrativa. História política, história factual e história-narrativa são tomadas como expressões quase sinónimas. Ricœur critica este tratamento depreciativo da categoria narrativa da história como efeito secundário de uma reação violenta contra a história dita política, à qual foi associada a narrativa<sup>99</sup>. Braudel refere-se à história tradicional como a «história-narrativa,

---

<sup>98</sup> «Somos herdeiros de uma água profunda na qual navegamos mal, às cegas. Esta superfície da história é-nos propícia, sem dúvida: julgamo-nos livres no interior dela e a liberdade é, no essencial, a ilusão feliz de se ser livre, de se pensar que “o homem faz a história”, quando o contrário – “a história faz o homem” – é infelizmente mais verdadeiro» (Braudel 1991: 303).

<sup>99</sup> Chateaubriand (1831), um dos precursores *avant la lettre* da Nova história, manifesta este desprezo pela narrativa que deve implicar uma história moderna. No prefácio dos seus *Études historiques*, criticando duramente a história assente em factos e personagens principais e clamando já por uma história moderna abrangente e total, reconhece que este novo modo

querida a Ranke» (1969: 13). Ricœur estranha o facto de nenhum dos fundadores dos *Annales* ter notado que estavam a aproximar a realidade histórica da narrativa de ficção, como criação de um narrador, ao tecerem críticas veementes ao facto histórico dado totalmente nas fontes para defenderem uma realidade histórica construída pelo historiador (*TR I*, 183-184)<sup>100</sup>.

Ricœur valoriza o conceito braudeliano de “longue durée” mas assinala, mais uma vez, a ausência da discussão em torno das ideias de causa e lei. Para além disso, constata que não há grande rigor epistemológico na referência à pluralidade temporal. Braudel não fala simplesmente de diferenças quantitativas entre extensões temporais, como tempo curto e tempo longo, mas também de medidas de tempo que implicam velocidade e movimento, como tempo rápido e tempo lento. O recurso a imagens e metáforas do mundo marítimo, por exemplo, para dizer a rapidez dos movimentos que percorrem intervalos de tempo têm como finalidade depreciar o acontecimento, sinónimo de tempo breve: «une agitation de surface, les vagues que les marées soulèvent de leur puissant mouvement. Une histoire à oscillations breves, rapides, nerveuses» (Braudel 1969: 12). Já as metáforas que caracterizam o tempo longo enaltecem o seu valor excepcional.

Sob esta vontade de tornar visível e audível o que o clamor do drama eclipsou e reduziu ao silêncio subjazem duas perceções adversas, mas mantidas em equilíbrio: a permanência e a mudança. Por um lado, a defesa da longa duração, por permitir à história aceder a um tipo de inteligibilidade único, próprio dos equilíbrios duráveis, que se traduz numa espécie de estabilidade na mudança, que Braudel identifica com a estrutura. À espuma do facto opõe-se a rocha da duração, sobretudo, quando o tempo se inscreve na geografia ou se recolhe na perenidade das paisagens. Um exemplo disso é o conceito de civilização que por diversas vezes o historiador aflora nos seus escritos (Braudel

---

de fazer história implica o sacrifício de historiadores como Tucídides, Tito Lívio e Tácito. Apesar de reconhecer que este sacrifício é um inconveniente, acha-o necessário e inevitável (apud Le Goff 1978: 223-224). No comentário a esta passagem, Le Goff é mais incisivo: «histoire globale à nouveau où l'économique, l'artistique, l'anthropologique sont au premier plan. Histoire des prix et de l'économie politique (et non histoire politique). Histoire prête, enfin, à renoncer au prestige du style, à la conception de l'historien écrivain et artiste s'il faut payer de ce prix la rigueur scientifique...» (ibid.: 224).

<sup>100</sup> «Il n'y a pas de réalité historique toute faite, et qui se livrerait d'elle-même à l'historien. Comme tout homme de science, celui-ci doit, selon le mot de Marc Bloch, “face à l'immense et confuse réalité”, faire “son choix” – ce qui, évidemment, ne signifie ni arbitraire ni simple cueillette, mais construction scientifique du document dont l'analyse doit permettre la reconstitution et l'explication du passé» (Le Goff 1978: 216). Cf. L. Febvre 1953: 7.



1991: 302-305). Mas quando a matemática social tenta aplicar à longa duração as suas estruturas acrónicas, os seus moldes intemporais, o autor vê-se na obrigação de sublinhar que mesmo a permanência inclui mudança, pois sem ela não pode haver história (Braudel 1969: 42-83). É que a longa duração, mesmo a muito longa duração, continua a ser duração, logo, inseparável do tempo. Os modelos são de duração variável, porque apenas «são válidos, enquanto é válida a realidade que registam. [...] Mais significativos que as estruturas profundas da vida são os seus pontos de rutura, a sua brusca ou lenta deterioração, sob o efeito de pressões contraditórias» (Braudel 1976: 52-53).

Com esta chamada de atenção, Braudel tenta salvar a história estrutural de se confundir com as matemáticas qualitativas, como a antropologia ou a sociologia. Estas não podem servir de modelo à história, pois limitam-se a circular por uma só das inúmeras rotas do tempo – a rota da extrema lentidão, monótona e tranquila, quase intemporal – ignorando os acidentes, as conjunturas e as ruturas. Ao historiador, nas suas viagens pelo tempo, interessam, de sobremaneira, os momentos mais significativos, logo, uma duração muito longa, excessivamente longa, é incapaz de «reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas ruturas, todas as suas variações» (ibid.: 58).

O teorizador da longa duração envolve-se assim num duplo combate: contra o acontecimento episódico, breve e explosivo e contra a duração demasiado longa. Mais à frente Ricœur dirá como é que esta apologia da longa duração com a sua dupla recusa se pode conciliar com o modelo da configuração narrativa.

Depois de Braudel, o conceito de longa duração tornou-se o paradigma de toda a escola dos *Annales*. Ricœur (*TR I*, 190) detém-se num dos desenvolvimentos mais significativos da historiografia francesa: a introdução massiva em história de métodos quantitativos, importados da economia e estendidos à história demográfica, social, cultural e até espiritual (cf. Le Goff 1978: 233-234). Facto iniludível do abandono do acontecimento histórico como algo único e irrepetível. A história quantitativa é uma história serial, de acordo com a terminologia criada por Pierre Chanu (1978), consiste na elaboração de séries homogéneas de dados repetíveis, suscetíveis de tratamento informático. Deste modo, a *conjuntura*, que passara da história económica à história social, é estendida à história geral, como método capaz de integrar num dado momento o maior número possível de correlações entre séries afastadas. Igualmente, a estrutura, entendida pelos historiadores no seu duplo sentido estático e dinâmico, é usada enquanto método capaz de dar conta da interseção de numerosas

variáveis que em conjunto pressupõem uma ordenação serial. Conjuntura passa a designar o tempo curto e estrutura o tempo muito longo, sempre numa perspetiva de história serial.

De um modo geral, os historiadores, sobretudo os especialistas de história económica e graças ao conceito de longa duração, conseguiram, por um lado, preservar a componente temporal da estrutura, evitando a sua transformação no modelo acrónico das ciências sociais e, por outro, combater o fascínio pelo acontecimento catastrófico e isolado característico da história tradicional. A história serial, para se manter fiel à longa duração, foi obrigada a distanciar-se da história puramente quantitativa dos economistas, uma vez que esta última sacrificou às ciências exatas essa categoria maior do tempo histórico.

O que importa reter desta incursão pela história da nova história, segundo Ricœur (*TR I*, 195), resume-se a dois aspetos fundamentais: em primeiro lugar, verificar o combate da historiografia francesa contra a história dita factual ou episódica e, conseqüentemente, contra um modo diretamente narrativo de escrever história; em segundo, notar como essa repulsa obrigou a um vínculo com uma disciplina quantitativa, a economia, para a qual o tempo não é uma preocupação maior. Vimos como a história de longa duração nasce do relacionamento com a geografia; ao passo que a história quantitativa, enquanto história de longa duração, surge do enlace com a economia. Podemos questionar em que medida é que a história permanece histórica neste casamento com outras ciências. É impressionante que a resposta está sempre, de uma forma apropriada, relacionada com o acontecimento.

Na obra de antropologia histórica de Le Goff sobre o fenómeno do tempo na longa duração da Idade Média (1977), a evolução da representação temporal e as transformações de ordem social e económica que ela implicou é entendida como um dos maiores acontecimentos da história mental desses séculos, vendo-se aí a génese ideológica do mundo moderno. Tomando o tempo como acontecimento mutável, o historiador antropólogo assegura a duração na longa duração e, conseqüentemente, a permanência de algo histórico na própria história, evitando que ela descambe para a antropologia estrutural, acrónica<sup>101</sup>. Este exemplo leva Ricœur a questionar se, para se manter histórica, a história não deve constituir em *quasi*-acontecimentos as mutações lentas que abrevia na sua

---

<sup>101</sup> «O historiador está sempre atento à *mudança*, a «longa duração» é sempre «duração». Na própria dialética de «conjuntura» e «estrutura» – como na «história serial» de P. Chanu – há sempre uma coloração temporal da estrutura; neste aspeto os historiadores da «história económica», por exemplo, distinguem-se dos economistas e dos sociólogos» (Teixeira, I, 194).

memória, por um efeito de aceleração cinematográfica (*TR I*, 196). Esta interrogação fica para já sem resposta até ao momento em que Ricœur volta à obra de Braudel para conferir um estatuto epistemológico ajustado ao que provisoriamente designa de *quasi*-acontecimento (cf. Ricœur, *TR III*, 365-385). Antes disso, impõe-se confrontar e reconciliar compreensão e explicação, narrativa e ciência.

### 2.1.2. Modelo nomológico: contra a compreensão narrativa

O ataque contra a compreensão dirigido pelos partidários do modelo nomológico – saído do positivismo lógico – tem o mesmo efeito, «sinon le même enjeu» (Ricœur, *TR I*, 201) que o ataque levado a cabo pela historiografia francesa contra a história factual, a saber, o eclipse da narrativa. O alvo é novamente a noção de acontecimento histórico e o seu presumido primado como átomo de mutação histórica; todavia, agora não vamos encontrar uma argumentação sustentada pela prática de historiadores profissionais, mas o desejo de estabelecer as normas que levem à unidade da ciência, na boa tradição do Círculo de Viena, que encontra na filosofia analítica inglesa sucessores à altura<sup>102</sup>.

#### i) Carl Hempel e as leis gerais em história

Paul Ricœur toma como ponto de partida para esta discussão a clássica tese de Carl Hempel sobre a função de leis gerais em história<sup>103</sup>, que consiste, essencialmente, na apologia da função análoga das leis gerais em história e nas ciências naturais<sup>104</sup>, assente no princípio fundamental de que uma explicação científica deve ser tal que dela logicamente se possa inferir aquilo que se explica. Este modelo que ficou conhecido como “*covering-law model of expla-*

---

<sup>102</sup> A unificação das ciências é incompatível com a dissociação de Windelband entre método idiográfico e método nomotético. Esta distinção, prolongada pela filosofia crítica alemã, torna inconciliáveis compreensão e explicação e, logo, a possibilidade de fazer derivar a história a partir da narrativa. Cf. Aron 1938.

<sup>103</sup> Artigo publicado pela primeira vez no *Journal of Philosophy*, em 1942, tendo sido reeditado in Patrick Gardiner, *Theories of History*, New York, The Free Press, 1959, 344-356.

<sup>104</sup> «[...] general laws have quite analogous functions in history and in natural sciences, [...] they form an indispensable instrument of historical research, and [...] they even constitute the common basis of various procedures which are often considered as characteristic of the social in contradistinction to the natural sciences» (Hempel 1942, in Gardiner 1959: 345).

*nation*”<sup>105</sup> (Ricœur designa-o de “nomológico” ou também “hempeliano” [TR I, 203]) foi originalmente formulado por Karl Popper e depois elaborado e modificado por Hempel, que lhe deu a sua forma final. Em traços gerais, de acordo com este modelo, o ponto forte de qualquer explicação consiste em demonstrar que a ocorrência de um determinado acontecimento que se quer explicar pode ser deduzida e, por isso, também pode ser predita, a partir do conhecimento de leis gerais e condições prévias. Por outras palavras, uma explicação completa consiste em dispor o *explanandum* – uma proposição atestando a ocorrência do evento – como consequência dedutível de proposições acerca das leis gerais (a premissa maior) e de proposições acerca das condições iniciais (a premissa menor)<sup>106</sup>. Estabelecidas corretamente estas duas premissas, podemos dizer que a ocorrência do acontecimento visado foi logicamente deduzida e, por isso, explicada. Não obstante, esta explicação pode ser viciada de três maneiras: os enunciados empíricos que estabelecem as condições iniciais podem conter lacunas; as generalidades alegadas podem não ser autênticas leis; o nexó lógico entre premissas e consequência pode ser viciado por um sofisma ou um erro de raciocínio.

A vantagem deste modelo de explicação reside na preservação da unidade formal do conhecimento: um único modelo é aplicável a qualquer contexto de explicação, sustentando, desse modo, uma visão única e unificada da compreensão científica. A desvantagem é que poucas explicações são explicitamente expostas de uma forma dedutiva, nem tão pouco expõem ou aludem a generalizações que autorizem a inferência. Além do mais, para as ciências sociais a validade deste modelo não é tão evidente como para as ciências naturais, uma vez que poucas leis gerais de sociologia, por exemplo, são conhecidas. No entanto, este modelo encoraja a uma investigação contínua no sentido de completar as ainda inconsistentes leis sociais.

No que concerne a história, o modelo de subsunção mostra-se adverso a qualquer tipo de compreensão. Hempel valoriza, claramente, a objetividade

---

<sup>105</sup> W. Dray designa-o de *covering law model*, modelo segundo o qual uma lei cobre os casos particulares que se tornam exemplos da própria lei. Em português, tal como em francês “subsumption”, o termo que melhor definirá este modelo será o de “subsunção”, remetendo para a relação paralela entre espécie e género.

<sup>106</sup> «L’occurrence d’un événement d’un type spécifique peut être déduite de deux prémisses. La première décrit les conditions initiales: événements antérieures, conditions prévalentes, etc. La seconde énonce une régularité quelconque, c’est-à-dire une hypothèse de forme universelle qui, si elle est vérifiée, mérite d’être appelée une loi» (Ricœur, TR I, 202).

científica e desconfia da subjetividade compreensiva, o que acarreta a denegação do estatuto narrativo do acontecimento histórico, pois não leva em consideração o seu enquadramento inicial, a saber, o de fazer parte de uma crónica ou de um testemunho, seja ele ocular ou indireto. A omissão da especificidade deste primeiro nível de discurso faz-se em favor da relação direta entre a singularidade (do facto) e a universalidade (da lei)<sup>107</sup>. Para albergar sob uma lei científica geral eventos históricos e eventos físicos, o autor uniformiza os dois tipos de eventos, não distinguindo um acontecimento histórico da rutura do radiador de um automóvel. Alçado a este novo estatuto, o facto histórico é tão passível de explicação e previsão como qualquer outro evento sujeito à lei humiana de causa-efeito, ou, segundo o modelo explicativo de Hempel, do qual seja possível enunciar e verificar positivamente as condições ou causas determinantes e as hipóteses universais ou leis gerais em que se baseia. Destas duas premissas deduz-se, por raciocínio lógico, a explicação científica.

A estrutura epistemológica deste modelo explicativo assenta em três princípios fundamentais criticáveis. Em primeiro lugar, os conceitos de “causa”, “lei” e “explicação” recobrem-se. A explicação de um acontecimento acontece quando ele está coberto por uma lei (decorrente de regularidades verificadas) e os seus antecedentes são legitimamente considerados as suas causas<sup>108</sup>. Aqui Ricœur observa que o autor não faz distinção entre causas e condições determinantes e questiona se uma explicação causal em história não pode existir independente ou antes da regularidade verificada de uma lei. Esta questão antecipa a crítica do modelo feita por William Dray, que Ricœur evocará a seguir. A primeira falha apontada por Dray é, justamente, esta implicação necessária entre explicação e lei. Em segundo lugar, neste modelo nomológico, explicação e previsão aparecem em necessária conexão. Se uma ocorrência de tipo C provoca necessariamente uma outra de tipo E, partindo de C é possível prever E.

---

<sup>107</sup> «Ce n'est pas que Hempel ignore l'intérêt de l'histoire pour les événements particuliers du passé: au contraire, sa thèse concerne précisément le statut de l'événement. Mais elle ne tient pas pour important, sinon pour décisif, qu'en histoire les événements tirent leur statut proprement historique d'avoir été initialement inclus dans une chronique officielle, un témoignage oculaire, ou un récit basé sur des souvenirs personnels. La spécificité de ce premier niveau de discours est complètement ignoré, au bénéfice d'une relation directe entre la singularité de l'événement et l'assertion d'une hypothèse universelle, donc d'une forme quelconque de régularité» (Ricœur, *TR I*, 202).

<sup>108</sup> «A set of events can be said to have caused the event to be explained only if general laws can be indicated which connect “causes” and “effect” [...]» (Hempel 1942, in Gardiner 1959: 346).

Diz Hempel: «Previsão, numa ciência empírica, consiste em deduzir uma afirmação acerca de um certo evento futuro»<sup>109</sup>.

A estrutura lógica de uma previsão científica é, pois, a mesma de uma explicação científica, uma vez que a previsão implica sempre, nas ciências empíricas, uma referência a hipóteses universais empíricas. Hempel salvaguarda, contudo, uma diferença pragmática: no caso da explicação científica, o evento já ocorreu e é necessário procurar as suas condições determinantes; relativamente à previsão, passa-se o inverso – temos as condições iniciais e há que determinar o seu efeito, que ainda não ocorreu<sup>110</sup>. Acrescenta ainda que o caráter preditivo da explicação é critério de validade da própria explicação, sendo a sua ausência sinal de incompletude.

Curiosa é a extensão destas considerações à história. Segundo ele, a explicação histórica deveria demonstrar que determinado evento não foi fruto do acaso, mas era previsível, em virtude de certos antecedentes ou condições simultâneas e adverte que não se trata de profecia ou adivinhação, mas de antecipação científica racional assente em leis gerais. Por último, este modelo explicativo só serve para acontecimentos de um tipo específico, os repetíveis, e não abrange a classe dos singulares. Hempel justifica a exclusão dos acontecimentos singulares – o terramoto de Lisboa ou o assassinato de Júlio César, por exemplo – pela impossibilidade de se descrever exaustivamente todas as propriedades manifestadas pela região espacial ou pelo objeto individual em causa, durante o tempo em que se manifestou o ocorrido. Tarefa tão impossível para o historiador como para o físico. Uma explicação só pode ser precisa e apurada, não tem nem pode dar conta de todas as particularidades de um evento singular, logo, nenhum evento singular pode ser explicado cientificamente. Percebe-se, pois, que a singularidade do acontecimento é, consequentemente, «um mito para afastar do horizonte científico» (Ricœur, *TR I*, 204).

Ao elaborar este modelo universal, Hempel ambiciona colocar a história sob o mesmo teto, outorgando-lhe um estatuto similar, das ciências empíricas, pois ela deve ser ciência e não arte. Todavia, reconhece que a história é uma ciência não totalmente desenvolvida, já que, na maior parte das vezes, as suas explicações não incluem uma afirmação explícita das regularidades gerais que pressupõem; por outras palavras, as explicações históricas não oferecem nem

---

<sup>109</sup> «Quite generally, prediction in empirical science consists in deriving a statement about a certain future event [...]» (Hempel 1942, in Gardiner 1959: 347).

<sup>110</sup> «If the final event can be derived from the initial conditions and universal hypotheses stated in the explanation, then it might as well have been predicted, before it actually happened, on the basis of a knowledge of the initial conditions and the general laws» (Hempel 1942, in Gardiner 1959: 348).

pressupõem claramente generalizações acabadas e precisas a partir das quais se possa de facto inferir os próprios eventos narrados: quer porque as hipóteses gerais em causa derivam do foro psicológico individual ou social, supostamente comuns a toda a gente, através da experiência quotidiana, e, logo, tacitamente subentendidas; quer porque as alegadas regularidades carecem de comprovação empírica; ou ainda porque provêm da sabedoria popular ou do senso comum e são pseudoleis. Logo, a história lida sobretudo com hipóteses aproximadamente universais ou probabilidades, mas as probabilidades não são leis gerais, portanto, a análise histórica não permite obter uma explicação científica igual à das ciências empíricas. As explicações históricas oferecem-nos, isso sim, *esboços de explicações* (Hempel 1942, in Gardiner 1959: 351) aos quais é necessário acrescentar sempre mais pormenores para que eles nos permitam realmente deduzir os eventos em causa. Significa isto que as generalizações destes esboços não são totalmente explícitas e comprovadas, mas suficientes para abrir caminho a afirmações mais específicas e a novas pesquisas empíricas que permitam alcançar gradualmente uma explicação científica mais completa. É neste sentido que se pode afirmar que o esboço de explicação cientificamente aceitável aproxima-se mais de uma explicação autêntica do que de uma pseudoexplicação. Esta é a única concessão que Hempel faz à especificidade epistemológica da ciência história. Fora dela, o autor recusa qualquer processo de empatia, de interpretação ou de compreensão na explicação científica. Este método, segundo o autor, não constitui, por si só, uma explicação; é, essencialmente, um processo heurístico, que leva o historiador a “pôr-se na pele” das personagens para tentar imaginar como é que ele próprio agiria nessas circunstâncias, com as mesmas motivações dos seus heróis. Em história, argumenta Hempel, a explicação de um fenómeno faz-se somente pela sua classificação segundo leis empíricas gerais «e o critério da sua exatidão não é ver se ela agrada à nossa imaginação, se se apresenta em analogias sugestivas [...], mas, pura e simplesmente, se ela se fundamenta em hipóteses empiricamente bem fundadas, relativas a condições iniciais e leis gerais» (ibid.: 353).

Ricœur conclui, em jeito de síntese crítica:

Rien, donc, dans la construction du modèle, ne se réfère à la nature narrative de l’histoire ou au statut narratif de l’événement, encore moins à une quelconque spécificité du temps historique par rapport au temps cosmologique. Ces distinctions, comme on l’a dit plus haut, sont tacitement exclues dès lors que nulle différence de principe n’est admise entre un événement historique et un événement physique qui simplement arrive, dès lors qu’on ne tient pas comme pertinent pour le statut historique de l’événement qu’il ait été raconté dans des chroniques, des récits légendaires, des mémoires, etc. [TR I, 206].

Posteriormente, os partidários do modelo nomológico empenharam-se em reformular o modelo “forte” de Hempel, com o intuito de conciliar os seus requisitos com as características distintivas da investigação histórica, o que teve como consequência positiva o seu enfraquecimento. Positiva porque, para além de o ter tornado mais flexível, provocou a emergência de traços do conhecimento histórico que, efetivamente, derivam da explicação e podem ser usados como arma de defesa contra teorias antagónicas, nomeadamente narrativistas, que pretendem uma ligação direta entre história e narrativa. Ricœur reconhece por um lado que este enfraquecimento vai ao encontro do trabalho dos historiadores franceses e, por outro, é para ele próprio uma «razão suficiente para não ceder à tese diretamente narrativista e recorrer a um método mais indireto de reenvio da explicação à compreensão» (*TR I*, 207: nota 4).

A escola de Hempel, divergindo do seu mentor, começou por reconhecer a diferença entre as explicações causais da história e das ciências naturais: a história não estabelece as leis dedutíveis consoante o método proposto por Hempel, limita-se a aplicá-las<sup>111</sup>. Ressalva a heterogeneidade dos níveis de imprecisão que admite a noção de regularidade em história. P. Gardiner (1952) aceita no grupo das regularidades admitidas em história o que ele designa de *lawlike explanations*, isto é, regularidades de tipo “disposicional” às quais G. Ryle (1949) concede um papel principal na explicação do comportamento, ao dizer que uma das funções do conector “porque” é, com efeito, colocar a ação de um agente no quadro do seu comportamento “habitual”. Este caso é bem significativo da heterogeneidade de níveis de explicação, heterogeneidade que é perfeitamente aceitável pelo leitor de obras históricas. De facto, o leitor das obras históricas não as lê à espera de encontrar um modelo único, monolítico, monótono, de explicação, o seu leque de expectativas é bastante amplo. Contrariamente ao que se passa no modelo nomológico, a questão “porquê” em história admite uma série de respostas possíveis, é bem mais flexível. Não obstante, para evitar que o modelo “forte” ficasse demasiado fraco e a sua explicação causal não cedesse demasiado perante o amplo leque das respostas causais da explicação histórica, os seus seguidores continuam a propô-lo como referência, como ideal, apelando a uma aproximação gradual das formas da história às da ciência exata.

---

<sup>111</sup> «L’histoire n’établit pas les lois qui figurent dans la majeure de la déduction hempeienne. Elle les emploie. C’est pourquoi elles peuvent rester implicites. Mais c’est pourquoi surtout elles peuvent relever de niveaux hétérogènes d’universalité et de régularité» (Ricœur, *TR I*, 208)



## ii) Charles Frankel e a interpretação

Charles Frankel [1957, in Gardiner 1959, 408-427] foi o que forçou mais o modelo nomológico até ao limite da sua flexibilidade. A razão prende-se com a admissão da interpretação – entendida de forma muito similar à ideia alemã de compreensão na filosofia crítica da história de Dilthey (cf. Aron 1964) – como um momento necessário do conhecimento histórico. Frankel admite que o historiador tende a emitir juízos de valor e de sentido sobre eventos. Isto acontece quer na escolha e delimitação da história que narra e nos juízos morais que profere quer *na imputação concreta de conexões causais*, orientadas por consequências terminais (Frankel 1957, in Gardiner 1959: 417-418).

Apesar desta concessão, Frankel cuida de não abrir demasiadas brechas no tecido nomológico<sup>112</sup>. Ao conciliar a interpretação com a explicação causal, submete a primeira às exigências limitativas da segunda. É um facto que as generalizações históricas se inscrevem em esboços de explicação, mas isso é mais uma contingência gnosiológica do historiador do que uma limitação da própria história. Por conseguinte, nada a impede de se aproximar das outras ciências, devendo acrescentar às generalizações em esboço os muitos factos que o historiador ignorou, para conseguir explicações objetivas e geralmente aceites. Quanto à incapacidade preditiva ou retroditiva das explicações históricas, esta deve-se ao facto de exprimirem as condições essenciais, mas não suficientes para a ocorrência de um evento. São insuficientes, mas nem por isso deixam de satisfazer as nossas exigências de explicação, contanto que nos deem conta das diferentes fases do processo evolutivo que deu origem a determinado fenómeno que suscitou a nossa curiosidade. Perante estes considerandos, Frankel não hesita em considerar a explicação histórica um tipo normal de explicação causal: primeiro, porque esta espécie de explicação típica da história ocorre noutras ciências que tratam do desenvolvimento ou da evolução, como a embriologia; segundo, a descrição das fases do processo ou das condições essenciais para a ocorrência de um evento funda-se tanto como uma explicação inteiramente preditiva em generalizações tácitas ou expressas (ibid.: 411-412), que asseguram umnexo causal entre as várias fases. Observação crítica de Ricœur: «la frontière, dès lors, tend à s’effacer entre l’explication scientifique,

---

<sup>112</sup> Frankel, apesar de reconhecer as especificidades da explicação histórica, nomeadamente, o elemento subjetivo da interpretação, acha que estas características distintivas da explicação histórica não são suficientes para marcar uma descontinuidade em relação à lógica da investigação científica (cf. Frankel 1957, in Gardiner 1959: 410).

l'explication de sens commun, et la sorte de jugement prudentiel que nous portons d'ordinaire sur les affaires humaines» (*TR* I, 213).

O último aspeto distintivo do conhecimento histórico que é incompatível com o modelo nomológico prende-se com a questão das generalizações em história. Estas, manifestando mais uma frequência significativa do que relações constantes, oferecem uma enorme resistência a contraprovas, pelo facto de a imputada frequência da relação em causa ser extremamente indefinida. Assim, quando o historiador é confrontado com contraexemplos que invalidam as suas generalizações, em vez de as abandonar, defende-as acrescentando-lhes pormenores reais, que funcionam como restrições, da situação concreta a que está a aplicá-la, com o intuito de nos convencer da veracidade da sua explicação. Estas cláusulas restritivas reduzem de tal forma o campo de aplicação que acabam por demonstrar a ineficácia das contraprovas para a classe de eventos em causa. Deste modo, as restrições tornam as afirmações progressivamente mais nítidas.

Levando o modelo nomológico até ao seu limite da sua elasticidade, Frankel aceita que a explicação e a interpretação em história estão inextricavelmente entrelaçadas. No entanto, para não invalidar o modelo, defende que, para se manterem aceitáveis, as interpretações mais englobantes devem partir sempre de explicações parciais rigorosas, pois não se pode atribuir valor a algo sem que esse algo esteja assente em imputações causais fixas ou inflexíveis. O contrário também se verifica: a asserção de uma relação causal – quer em casos da vida prática quer na história – assenta, muitas vezes, ou numa conjectura de facto ou numa estipulação de valor.

Apresenta três exemplos típicos de interpretação em história, incompatíveis com o ideal de explicação. A menos compatível é que faz uma leitura teleológica da história. Mais aceitável é a proposta da “causa mais importante” – por exemplo, a económica – que consiste em oferecer uma teoria compreensiva como esquema elucidativo do que tem acontecido em questões humanas. A interpretação aqui é compatível com a explicação desde que ela se limite a fornecer à investigação um guia de pesquisa e a assinalar os seus graus de importância. Torna-se incompatível a partir do momento em que se assuma como única explicação válida, em detrimento de qualquer outra.

A interpretação mais profícua é a que tem por missão narrar uma série de eventos de uma era, de uma cultura ou de uma instituição, relacionados por causalidade com o que designa de “consequências terminais”, apreciadas em si mesmas, segundo critérios de valor ou de não-valor. Citamos as palavras do próprio Frankel:

Broadly, when an historian provides an “interpretation” of an age or a culture or a institution, he is doing something like the following. He is telling a story of a sequence of causally related events that have consequences of value or disvalue: in other words, he is showing that certain events are causally related to what I shall call “terminal consequences”. To state the “meaning” of an historical process is to state these terminal consequences. And it is the question of the choice of terminal consequences that raises most of the issues concerning the possibility of objectivity in history. For it is plain that no historian, insofar as he wishes merely to delimit his problem, let alone pass judgment on the events he is recording, can avoid selecting certain terminal consequences as the frame of his story [1957, in Gardiner 1959: 421].

Ricœur observa o quanto este argumento se avizinha da concepção narrativa: «the frame of his story»; «he is telling a story of a sequence of causally related events». Uma história é escrita em função de um determinado fim ao qual o historiador atribui valor. Por outras palavras, nenhum historiador pode deixar de selecionar certas consequências terminais para constituir a estrutura da sua história. Os compromissos morais ou sociais do historiador afetam as explicações causais que ele apresenta no ato de imputar causas em história, pois esta imputação é subjetiva, podendo divergir da de outro historiador. Os historiadores podem fazer leituras discordantes do curso dos acontecimentos, se os mesmos eventos forem vistos em ordem a consequências terminais diferentes. Por terem interpretações diferentes, não significa que ambos não sejam verdadeiros e objetivos quanto às sequências causais sobre as quais são edificados. De acordo com este princípio, quando os historiadores de eras posteriores reescrevem a história dos seus predecessores é porque estão em desacordo quanto aos factos. Mas quando a escrevem em função de consequências terminais que são diferentes daquelas que interessavam aos seus predecessores, então, não se pode considerar que reescrevem a história, eles escrevem uma outra história. Por conseguinte, podem ser verdadeiras e legítimas mais do que uma interpretação de um mesmo período histórico, contanto que não se apresentem narrativas incompatíveis de exatamente os mesmos factos. Contra as críticas dos céticos, salvaguarda-se assim a possibilidade da objetividade em história, apelando-se a um pluralismo crítico que, embora admita vários pontos de vista, não os considera todos igualmente válidos ou legítimos.

Ricœur comenta que não é possível ir mais longe na aceitação do ponto de vista adverso sem romper com a hipótese de base que norteou o artigo de Frankel: a explicação em história não difere fundamentalmente da explicação das outras ciências (*TR* I, 216). A manutenção deste princípio tem como fina-

lidade defender a ciência histórica das críticas dos céticos e justificar a sua luta pela objetividade. Foi assim que a apologia da objetividade e do modelo nomológico se tornaram indissociáveis.

### 2.1.3 Críticas e alternativas ao modelo nomológico

Alguns partidários da proposta de Hempel lutaram pela sua sobrevivência. Alargando o seu espartilho, tornaram-na mais flexível em função da diferença da ciência histórica, indo, numa escala descendente, do extremo da exigência dedutiva mais rigorosa até ao extremo da “quase-lei”. Deste enfraquecimento resultou o chamado “modelo fraco”, cuja boa intenção era preservar a aplicabilidade do modelo “forte”, respeitando as reconhecidas especificidades da ciência histórica. Autores houve, porém, que viram no afastamento insuperável entre o modelo nomológico e a explicação histórica o sintoma de uma deficiência lógica no seio do próprio modelo.

Ricœur comenta que a particularidade maior do conhecimento histórico, no que ao estatuto da explicação diz respeito, não é que as explicações em história sejam simples esboços ou leis de nível inferior, mas antes a forma como elas *funcionam* em história que não é a mesma que nas ciências da natureza, porque o historiador não estabelece as leis, utiliza-as. Elas podem, por isso, estar implícitas e, sobretudo, pertencer a níveis heterogêneos de universalidade e regularidade, como no-lo ensinam Dray e Wright.

#### i) William Dray e a explicação fora da lei

A obra de William Dray, *Laws and Explanations in History* (1957), foi das que mais contribuiu para o declínio do paradigma nomológico. Ciente disso, Ricœur não pode ignorar o seu contributo para esta reviravolta na epistemologia da história (vide *TR* I, 217-234). Dray desenvolve três teses fundamentais: uma de ataque ao modelo de subsunção – ou «modelo de lei global»<sup>113</sup> – e duas alternativas ao mesmo.

a) A primeira parte da sua obra consiste numa análise crítica que conduz à *dissociação das ideias de explicação e de lei*. Ao efetuar esta separação, o filósofo contesta também que a noção de explicação obrigue a lei a justificar

---

<sup>113</sup> Tradução de Vítor Matos e Sá de *covering law model*, in Gardiner, *Teorias da História*, FCG, 2004<sup>5</sup>, 494.

todos os casos particulares que ela supostamente cobre. A explicação por leis não é, pois, suficiente nem tem caráter necessário. Para explicar um acontecimento, não basta conhecer as leis físicas que o regem, é preciso estabelecer a cadeia detalhada dos acontecimentos que tiveram lugar entre o princípio despoletador e o seu efeito final, defende o autor. Não sendo suficiente, a explicação por leis também não é necessária. Enquanto um lógico da escola de Hempel, para explicar determinado acontecimento histórico, se limita a evocar um conjunto de leis implícitas, vagas e de caráter geral, para o historiador é preciso uma lei que contemple as condições específicas que conduziram ao acontecimento, ou seja, uma lei tão detalhada que se torna de um só caso. Nesta situação, já não se trata de uma lei explicativa de acordo com o modelo de subsunção. Nem lei se pode chamar, ainda que a reformulação operada pelo raciocínio do historiador lhe dê uma aparência de lei empírica. O historiador, de forma pragmática e análoga à do mecânico que procura explicar uma avaria num automóvel, explica um acontecimento enumerando um conjunto de fatores específicos que o causaram<sup>114</sup>; o lógico – confiante no modelo da lei global – perante a ocorrência de determinados fatores predirá o evento, socorrendo-se de uma lei. Dray classifica esta última equivalência de falaciosa, pois a hipótese de determinado acontecimento se dar a partir de um conjunto de fatores é apenas provável e não totalmente segura, logo, o facto de ser hipotética significa que não é necessariamente empírica. Ela apenas permite predizer ou *inferir* um resultado com alguma razoabilidade. Nesta confusão entre lei empírica e *princípio de inferência*, na opinião de Dray, reside a falha do modelo nomológico.

Desta tese Ricœur retira, provisoriamente, duas conclusões que incorporará na sua análise futura da dialética entre compreender e explicar em história. A primeira diz respeito à noção de acontecimento, já abordada no contexto da historiografia francesa. A rejeição do modelo nomológico parece implicar o regresso à conceção de acontecimento único. Esta asserção é evidentemente falsa se entendermos o conceito de unicidade de acordo com a tese metafísica de que o mundo é constituído por elementos radicalmente distintos. Neste caso, não é possível qualquer tipo de explicação. A afirmação é verdadeira se com ela pretendemos manifestar o desejo do historiador de descrever e explicar, em pormenor, o que realmente aconteceu, demarcando-se das constricções epistemológicas do método nomológico. Neste caso, a noção de único para o historiador

---

<sup>114</sup> «Prenons l'exemple d'un accident mécanique: le grippage d'un moteur. Pour attribuer la cause à une fuite d'huile, il ne suffit pas que l'on connaisse les diverses lois physiques mises en jeu; il faut encore que l'on puisse considérer une série continue d'incidents entre la fuite et la détérioration du moteur» (Ricœur, *TR I*, 220).

significa um objeto de estudo singular, não confundível com qualquer outro. A unicidade é relativa ao nível de precisão que ele elegeu para o seu estudo. Obviamente, o historiador não fica impedido de aplicar termos mais gerais como «revolução» ou «conquista de um país por outro», por exemplo. A diferença é que estes conceitos gerais não o obrigam a formular leis gerais, mas antes a procurar os motivos pelos quais os acontecimentos considerados e as suas circunstâncias diferem daqueles que normalmente seriam agrupados sob um mesmo termo classificatório. Para o historiador, as revoluções não são todas iguais, logo, quando fala da Revolução Francesa ele está interessado não em narrar o que ela teve de comum com outras revoluções ou a lei geral, mas o que nela foi distinto ou a *explicação das diferenças*. A segunda conclusão prende-se com a própria explicação das diferenças. Uma vez que este tipo de explicação assenta na seleção de acontecimentos únicos do tipo atrás referido, é legítimo afirmar-se que ela resulta de um julgamento equivalente ao de um juiz, e não de uma dedução. De acordo com a mesma analogia, o historiador, quando explica, pode comparar-se ao advogado de defesa que defende a sua posição contra um adversário que argumenta contrariamente. Neste tipo de julgamento, não se explicam os casos particulares evocando supostas leis aos quais estariam sujeitos, o que se faz é reunir todos os dados e avaliar o seu peso no ocorrido, tal como o juiz delibera depois de ter ponderado os argumentos e as provas<sup>115</sup>. Este exercício de julgamento, porque se afasta da dedução científica, permite obter um outro tipo de explicação diferente da explicação por leis, trata-se da explicação causal, que Dray propõe em alternativa ao modelo explicativo de subsunção.

b) A segunda tese de Dray, embora relativamente independente da crítica ao modelo de explicação por subsunção, ergue-se no campo aberto pela crítica ao modelo, revelando-se extremamente útil para a reconciliação que Ricœur opera entre explicação e compreensão, no capítulo da intencionalidade histórica. A apologia de um tipo de *explicação causal* irredutível à subsunção das leis só é possível depois de se ter dissolvido o laço entre explicação e lei. Mas a aná-

---

<sup>115</sup> «Entendons par jugement la sorte d'opération auquel se livre un juge quand il pèse des arguments contraires et prend une décision. De la même façon, expliquer, pour un historien, c'est *défendre* ses conclusions contre un adversaire qui invoquerait un autre ensemble de facteurs pour soutenir sa thèse. Cette manière de *juger* sur des cas particuliers ne consiste pas à placer un cas sous une loi, mais à regrouper des facteurs éparpillés et à peser leur importance respective dans la production du résultat final. L'historien, ici, suit la logique du choix pratique plutôt que celle de la déduction scientifique» [Ricœur, *TR I*, 223].

lise causal é, antes de mais, uma alternativa à explicação dedutível de leis gerais. A recusa deste tipo de explicação não significa a erradicação de qualquer explicação causal do discurso histórico. Apesar de todas as ambiguidades e dificuldades decorrentes da polissemia do conceito de causa, é inevitável e legítimo o uso de linguagem causal no discurso histórico, devido à sua força explicativa. Os historiadores tendem a dar explicações causais, mas, entenda-se, de acordo com Dray, estas explicações não estão diretamente relacionadas com leis causais. Assim: «se pusermos de parte o caso em que por causa se entende lei causal, uma discussão sobre a análise causal em história só tem interesse se existir conexões causais *singulares* cuja força explicativa não depende de uma lei» (Ricoeur, *TR I*, 225).

Uma *análise causal*, segundo o pensador canadiano, é uma análise, essencialmente seletiva, que *visa verificar a capacidade ou o grau de influência de determinados fatores na explicação de um evento*. Para poderem figurar na cadeia da explicação causal, os vários candidatos são sujeitos a dois testes criteriosos: um indutivo e outro pragmático. A *prova pragmática* averigua a razão pela qual a condição em causa se destaca dentre as outras. A *prova indutiva* visa comprovar a absoluta necessidade do fator para a ocorrência do evento, fora de qualquer lei geral. O historiador, valendo-se da sua capacidade de julgamento atrás referida, deve proceder por indução: põe mentalmente de parte a alegada causa para apreciar ou julgar que diferenças a sua hipotética não-ocorrência teria produzido no curso dos eventos. Deste modo, elimina da lista de candidatos ao papel de causa os fatores cuja ausência não alteraria o curso das coisas. Em suma, o que convém salientar, mais uma vez, é que a imputação de uma causa a respeito dum evento particular não deriva de uma lei causal. Na verdade, é o inverso que frequentemente se observa: muitas leis causais surgem de generalizações secundárias formuladas a partir da verificação de tendências comuns a casos particulares, como o comprovam os exemplos seguintes:

«La tyrannie est cause de révolution», est sans doute de cet ordre. De même: «la cause de la guerre est l'envie.» Une telle loi suppose qu'on dispose d'explications particulières de guerres particulières, puis qu'on observe une tendance commune à ces cas particuliers. C'est cette tendance commune que l'on résume dans ladite loi (Ricoeur, *TR I*, 227).

A propósito da análise causal proposta por Dray e da sua ambição de separar radicalmente a explicação em história do modelo nomológico, Ricoeur relembra, uma vez mais, que é errada qualquer pretensão de agrupar todas as explicações históricas sob um modelo de explicação único ou exclusivo, pois, como bem reconheceu o pensador canadiano, as explicações encontradas nas

obras de história formam uma coleção logicamente díspar<sup>116</sup>. No fundo, trata-se de prevenir a passagem de um extremo ao outro. Obviamente, o modelo nomológico não cobre todas as explicações em história, pois há análises causais que não são explicáveis pela lei. Contudo, adverte Ricœur, desta discussão não se pode concluir que a análise causal é a explicação dominante em história, em detrimento de toda e qualquer explicação por leis. Por este facto, Ricœur prefere afastar-se desta discussão em torno do carácter inapropriado das leis e aproveitar o que contribui para franquear a dialética mais subtil entre explicar e compreender, a saber: que *as leis estão interpoladas no próprio tecido narrativo* (TR I, 227); que *os procedimentos de justificação da atribuição causal aproximam-se dos procedimentos jurídicos* (ibid.). Esta analogia entre a argumentação histórica e a argumentação jurídica, muito cara a Ricœur, precisaria, porém, de ser mais explicitada<sup>117</sup>.

Outro reparo de Ricœur incide sobre a restrição da explicação aos factos singulares – precisamente, os que foram repudiados pela historiografia francesa. A análise causal particular até é passível de ser aplicada às mudanças na curta ou na longa duração, desde que o historiador considere a particularidade das mudanças que estuda. Faltou a Dray estender a noção de acontecimento único a outras mudanças que vão para além da curta duração.

c) A terceira tese desenvolvida por Dray incide na *explicação através de razões*. O modelo de explicação através de razões é, em certa medida, uma alternativa coerente ao modelo nomológico, porém a análise causal, por cobrir uma diversidade mais ampla de casos, oferecia uma melhor alternativa à explicação através de leis<sup>118</sup>. A explicação por razões restringe-se às ações individuais<sup>119</sup>.

<sup>116</sup> «A logically miscellaneous lot» (Dray 1957: 85; apud Ricœur, TR I, 221).

<sup>117</sup> «La recherche de “garants”, la “pesée” et l’ “appréciation” des causes, l’ “épreuve” des candidats au rôle de cause, toutes ces activités de jugement relèvent d’une analogie entre l’argumentation historique et l’argumentation juridique qui demande à être explicitée» (Ricœur, TR I, 228). Ricœur retoma o tema aquando da *imputação causal*, que estabelece um vínculo entre compreensão e explicação, mas só o explicitará de forma aprofundada e detalhada em *La mémoire, l’histoire, l’oubli* («L’historien et le juge», pp. 413-436).

<sup>118</sup> A análise causal aplica-se a acontecimentos ou a condições históricas em grande escala («fairly large-scale historical events or conditions» [Dray 1957: 118; apud Ricœur, TR I, 229]).

<sup>119</sup> «L’explication par des raisons s’applique à «un éventail de cas plus réduit», à savoir «la sorte d’explication que les historiens donnent en général des actions des individus qui sont suffisamment importants pour être mentionnés au cours du récit historique» (Ricœur, TR I, 229).



O nome dado pelo autor a este modo de explicação resume o seu programa. Por um lado, aplica-se às *ações* de agentes semelhantes a nós, abrindo, positivamente, caminho para a interseção da teoria histórica com a teoria da ação da *mimesis I*. Todavia, o risco inerente é de restringir a explicação histórica ao domínio da história “*événementielle*”, repudiada pela nova historiografia francesa. Por outro lado, pretende-se que seja ainda um modelo de explicação; pelo que o autor se coloca a meio caminho entre os positivistas, para quem explicar consiste em cobrir um acontecimento com uma lei empírica, e os idealistas, defensores da empatia, para quem compreender a ação é revivê-la, reatualizá-la, repensar as intenções, as concepções e os sentimentos dos agentes. Dentre os idealistas, Dray aproxima-se, sobretudo, de Collingwood e da sua teoria de compreensão histórica, que foi vivamente criticada como não científica pelos positivistas<sup>120</sup>. Dray tenta demonstrar que as operações propostas por Collingwood têm uma lógica que as distingue da psicologia ou da heurística e lhes confere um estatuto de explicativas.

Explicar uma ação individual recorrendo às razões é reconstruir o cálculo feito pelo agente, os meios que ele teve de adotar em vista de um determinado objetivo que estabeleceu, tendo em conta as razões e as circunstâncias. Explicar é, pois, segundo Dray, demonstrar que o que se fez era o necessário, tendo em conta as razões e as circunstâncias. No fundo, trata-se de justificar e avaliar até que ponto a ação levada a cabo foi apropriada aos fins e às circunstâncias; note-se que isto não implica ratificar a opção de acordo com os nossos critérios morais<sup>121</sup>. A explicação racional é uma tentativa para atingir um tipo de equilíbrio lógico no termo do qual uma ação está em consonância com o cálculo efetuado. Nós procuramos uma explicação justamente quando a ação do sujeito não bate certo com aquilo que nós sabemos dele e, por isso, procuramos reconstituí-la.

O conceito de equilíbrio lógico permite a Dray guardar a devida distância da compreensão por empatia, por projeção ou por identificação e, simultanea-

---

<sup>120</sup> Na sua teoria da história como re-apresentação da experiência passada, Collingwood defende que para apreender a verdadeira natureza dos acontecimentos históricos particulares é necessário penetrar no interior dos eventos e discernir os pensamentos dos agentes históricos em causa. O historiador tem de repensar, em seu espírito, estes pensamentos, o que acarreta uma reconstrução pessoal da situação em que os agentes se encontravam e o modo como a encaravam. Cf. Collingwood 2001: 221-324 e 1946b, in Gardiner 1959: 249-262.

<sup>121</sup> «Justifier, ce n'est pas ratifier le choix selon nos critères moraux, et dire: «ce qu'il a fait, je l'aurais fait aussi», c'est peser l'action en fonction des buts qui sont ceux de l'agent, de ses croyances même erronées, des circonstances telles qu'il les a connues» (Ricoeur, *TR I*, 231).

mente, subtrair a sua explicação à crítica hempeliana. Para atingir este ponto de equilíbrio, é preciso todo um trabalho documental de reconstrução que passa pela reunião por via indutiva das provas materiais que permitam ao historiador apreciar o problema tal como o agente o viu. Trata-se de um processo trabalhoso, aberto a retificações, tal como a análise causal.

Ricœur verifica que Dray não estabeleceu quaisquer ligações entre a sua análise e a construção narrativa e, no entanto, elas são evidentes. O autor observa que uma explicação através de razões comporta um tipo de generalização ou de universalidade diferente do de uma lei empírica, de acordo com a seguinte fórmula: «Se  $y$  é uma boa razão para  $A$  fazer  $x$ ,  $y$  seria uma boa razão para qualquer um suficientemente parecido com  $A$  fazer  $x$  em circunstâncias suficientemente semelhantes» (apud Ricœur, *TR I*, 232).

Reconhece-se, nesta fórmula, a probabilidade de que falava Aristóteles na *Poética*: «o que um homem diria ou faria necessária ou verosimilmente». O autor canadiano fixou-se de tal maneira na polémica contra o modelo nomológico e na distinção do princípio de uma ação de uma generalização empírica que descurou este entrecruzamento da teoria da história com a teoria da narrativa; o mesmo não sucedeu com a teoria da ação, como já vimos.

O maior entrave que Ricœur encontra nestas propostas de Dray é a dificuldade deste modelo de explicação através de razões, na medida em que cruza a teoria da história com a teoria da ação, dar conta da razão de ações atribuídas a agentes não individuais, isto é, agentes coletivos. Este é o ponto fraco de toda a teoria narrativista, como a seu tempo teremos oportunidade de constatar. As três respostas sugeridas por Dray para tentar resolver este problema são claramente insuficientes, pois obrigam a considerar o processo social equivalente à soma dos processos individuais analisados em termos intencionais e a considerar por simplesmente irracional a brecha que os separa. De facto, o que parece distinguir a explicação histórica da explicação da ação através de razões é, em primeiro lugar, a dimensão dos fenómenos que a primeira estuda, fenómenos relativos a entidades de carácter social, irreduzíveis à soma dos seus indivíduos; em segundo, o surgimento de efeitos irreduzíveis à soma das intenções dos seus membros, logo, dos seus cálculos; por fim, as mudanças históricas irreduzíveis às variações do tempo vivido por cada um dos indivíduos.

A teoria da ação desenvolvida por W. Dray não vai além da que Ricœur desenvolveu sob o título de *mimesis I*. O filósofo francês termina esta incursão pela obra do autor canadiano a franquear a via para uma reflexão futura em torno das *quase-personagens*, ao questionar-se se um tratamento “narrativista” da compreensão histórica, que se valesse dos recursos da inteligibilidade narrativa da *mimesis II*, não poderia superar este fosso entre a explicação por razões

de agentes individuais ou quase individuais e a explicação dos processos históricos de grande dimensão através de forças sociais não individuais (TR I, 235).

## ii) A explicação histórica de Georg Wright

Wright (*Explanation and Understanding*, 1971) imprime um violento abanão ao modelo nomológico. Ele não se limita, como Dray, a criticar a explicação por leis e a propor dois modelos alternativos: a explicação causal e a explicação através de razões. Oferece-nos um modelo misto, a *explicação quase causal*, que para além de conjugar no seu seio explicação causal e inferência teleológica, responde aos requisitos do modo mais típico de explicação das ciências humanas e da história. Nesta tese, o *intencional* e o *teleológico*, sem se identificarem, recobrem-se.

Paul Ricœur dá muito valor à proposta de Wright e dedica uma atenção especial à análise e ao comentário da sua argumentação (TR I, 235-255). Desta longa incursão de Ricœur pela obra do filósofo finlandês, retemos apenas as traves mestras para a compreensão desta problemática e para o entendimento de algumas das teses que Ricœur desenvolverá futuramente com a escora das considerações epistemológicas de Wright. Este propõe um modelo suficientemente capaz de confinar com o domínio da compreensão histórica, ao qual não cessa de reconhecer uma capacidade originária de apreensão do sentido da ação humana<sup>122</sup>. A sua reflexão, bem enraizada no seio da filosofia analítica, visa a reformulação lógica de toda a problemática da compreensão, reconhecendo à compreensão histórica essa capacidade original de *apreender o caráter intencional do comportamento humano*. Para isso, o autor constrói uma estrutura de base que consiste na análise das relações de condicionalidade entre estados anteriores e estados ulteriores, implícitos em sistemas físicos dinâmicos, ultrapassando assim o modelo nomológico que se limitava a sobrepor uma lei global a dados sem ligação lógica interna. É esta extensão da lógica proposicional a

---

<sup>122</sup> «L'intérêt, pour notre propre investigation, consiste très exactement dans cette approximation sans annexion du domaine de la compréhension par un modèle issu de l'enrichissement de la logique propositionnelle à l'aide de la logique modale et de la théorie des systèmes dynamiques» (TR I, 236). Ricœur já antes havia recorrido a von Wright, seja no artigo por nós comentado sobre a dialética explicação/compreensão ao nível da teoria da ação seja em «Le discours de l'action», in D. Tiffeneau (org.), *La Sémantique de l'Action*, Paris, 1977, 1-137. Dessa vez foi para criticar a generalização indiscriminada da oposição entre “motivo” e “causa”.

sistemas físicos dinâmicos que gera condições propícias para acolher a reformulação lógica de toda a problemática da compreensão.

Esta aproximação faz-se por intermédio da *explicação causal* e não da *análise causal*. Considerando um estado terminal, a análise causal interroga-se sobre as causas da vinda e da composição do dito estado terminal em termos de condições necessárias e suficientes. É preciso distinguir condição necessária de condição suficiente. Quando dizemos que  $p$  é a condição suficiente de  $q$ , estamos a dizer que todas as vezes que  $p$ , então  $q$  ( $p$  é suficiente para assegurar a presença de  $q$ ). Dizer que  $p$  é a condição necessária de  $q$ , significa que todas as vezes que  $q$ , então  $p$  ( $q$  pressupõe a presença de  $p$ ). É a diferença de sentidos, progressivo ou regressivo, que distingue os dois tipos de condições.

A explicação causal distingue-se da análise causal porque nesta última exploramos as relações de condicionalidade no interior do sistema, ao passo que na primeira é uma ocorrência individual de um fenómeno genérico (acontecimento, processo, estado) que é dado e procuramos em que sistema este fenómeno genérico – *explanandum* – pode ser ligado a um outro segundo uma relação de condicionalidade.

Ricœur sublinha em que medida a passagem da análise causal à explicação causal e a aplicação a esta última da diferenciação entre condição necessária e condição suficiente representa um passo significativo em direção das ciências humanas.

La relation de condition suffisante régit la manipulation (en produisant  $p$ , on fait arriver  $q$ ); la relation de condition nécessaire régit l'empêchement (en écartant  $p$ , on empêche tout ce dont  $p$  est une condition nécessaire). C'est en termes de condition suffisante qu'on répond à la question: *pourquoi* tel type d'état est-il arrivé nécessairement? En revanche, c'est en termes de condition nécessaire, mais non suffisante, qu'on répond à la question: *comment* a-t-il été possible que tel type d'état arrive? Dans l'explication du premier groupe, la prédiction est possible; les explications du deuxième groupe n'autorisent pas la prédiction, mais la rétrodition, en ce sens que, partant du fait que quelque chose est arrivée, nous inférons, à rebours du temps, que la condition antécédente nécessaire doit s'être produite et nous en cherchons les traces du présent, comme c'est le cas en cosmologie, en géologie, en biologie, mais aussi, comme on le dira plus loin, dans certaines explications historiques [TR I, 240].

Este método permite a articulação da explicação causal com a *ação*; nesta fase, teoria da ação e teoria da história recobrem-se. O fenómeno da *intervenção*, que se prefigura nos termos “produzir” ou “fazer acontecer”, “afastar” ou “impedir”, requer esta articulação, porque a intervenção conjuga o *poder-fazer*, do qual um agente tem uma compreensão imediata, com as relações internas de

*condicionalidade* de um sistema. A originalidade de Wright está, pois, «em buscar na própria estrutura dos sistemas a condição da intervenção» (Ricoeur, *TR* I, 241).

A explicação teleológica, por si só, é insuficiente para distinguir história de ação. É para dar conta do estatuto particular da explicação em história que von Wright introduz o conceito de *explicação quase causal*. De um modo genérico, a explicação quase causal resume-se na seguinte fórmula: “isto aconteceu porque”. Por exemplo: o povo sublevou-se porque o governo era corrupto. O equivalente lógico da relação da ação com o seu contexto (que, em história, se faz de todas as circunstâncias e dos efeitos da ação não previstos e não desejados) é a *explicação quase causal*. A explicação é dita causal – explica Ricoeur (ibid.: 249) – porque o *explanans* refere-se a um fator que precedeu o *explanandum*. Mas ela é somente quase causal por dois motivos: porque a validade dos dois enunciados não exige (como na explicação causal e na quase-teleológica) a *verdade* de uma conexão nômica e porque o segundo enunciado possui uma estrutura teleológica implícita – o objetivo da sublevação do povo era desembaraçar-se do mal sofrido.

A história, em termos explicativos, é um misto de *explicação causal* e *explicação teleológica*. A explicação de tipo causal figura na história sob duas formas principais: explicação em termos de *condições suficientes* (porquê) e explicação em termos de *condições necessárias* (como). Estas conjugam-se entre si. Tomemos o seguinte caso: Uma cidade está em ruínas. Qual foi a causa da sua destruição: uma inundação ou uma invasão? Temos uma causa em sentido humiano (um evento físico) e um efeito em sentido humiano, físico (a conquista entendida como agente físico). Ora, este tipo de explicação não resulta, enquanto tal, da história, mas apenas indiretamente, na medida em que por detrás da causa material se podem adivinhar rivalidades políticas entre cidades e para além do efeito material se podem descortinar consequências políticas, económicas e culturais do desastre. A explicação histórica procura unir entre si esta causa não humiana e este efeito não humiano. Quanto às condições necessárias, vejamos o seguinte exemplo: como é que os habitantes de determinada cidade conseguiram construir uma tão grande muralha? O *explanandum* (os muros que estão de pé) é um efeito humiano; o *explanans* é uma causa humiana (os meios materiais da construção). Não obstante, a explicação só é histórica na medida em que fizer um desvio pela ação (urbanismo, arquitetura, etc.) O *explanandum* passa a ser o resultado desta ação, no sentido em que dissemos que o resultado da ação não era um efeito humiano.

A explicação quase causal é singularmente mais complexa que estas, pois a resposta à questão “porquê” é muito mais ramificada. Tomemos o seguinte

exemplo: a Primeira Guerra Mundial deflagrou *porque* o arquiduque da Áustria foi assassinado em Sarajevo em julho de 1914. Que tipo de explicação se assume neste enunciado? Supondo que causa e efeito são logicamente independentes, isto é, que os dois acontecimentos são considerados diferentes. Nesse sentido, a explicação é, sem dúvida, de tipo causal. Mas a verdadeira mediação entre causa e efeito só nos pode ser fornecida por todos os percursos motivacionais que afetam todas as partes em jogo, motivações esquematizadas por inferências práticas, que geram sempre factos novos, em virtude do laço que existe entre intenção e ação no silogismo prático.

A explicação quase causal revela-se mais complexa que a explicação por razões de Dray. A explicação quase causal não se reduz à reconstrução de um cálculo como na explicação por razões. No fim de contas, a explicação quase causal restitui à história vários elementos da explicação. Desde logo, a conjunção entre a explicação causal e a teoria da ação em favor do fenómeno de intervenção permite incluir no modelo misto a referência da história às ações humanas, cuja significação enquanto ação é confirmada pela convicção que o próprio agente tem de poder fazer o que faz. Além disso, os segmentos teleológicos do esquema explicativo testemunham como é razoável interrogar as intenções dos atores da história em termos de uma inferência prática que releva de uma lógica específica, a que foi inaugurada pela teoria aristotélica do silogismo prático. Por fim, o modelo exprime a necessidade de coordenar os núcleos do poder-fazer e os segmentos de inferência prática com os segmentos não práticos e não teleológicos do tipo propriamente causal.

Mas falta a este modelo um fio condutor que ligue os segmentos nômicos e teleológicos da explicação quase causal. Este fio condutor seria a intriga, enquanto “síntese do heterogéneo”.

Pour s'en tenir au modèle de l'explication *quasi* causale, dans sa présentation la plus élémentaire, on put se demander ce qui assure l'unité entre les segments nomiques et les segments téléologiques à l'intérieur du schéma d'ensemble: cette discontinuité à l'intérieur du modèle, jointe aux autres facteurs de dispersion de l'explication [...] conduit à se demander s'il ne manque pas un fil conducteur de l'ordre de la compréhension, pour faire tenir ensemble des segments nomiques et les segments téléologiques de l'explication *quasi* causales. Ce fil conducteur, selon moi, c'est l'intrigue, en tant que *synthèse de l'hétérogène*. L'intrigue, en effet, «comprend», dans une totalité intelligible, des circonstances, des buts, des interactions, des résultats non voulus [Ricœur, *TR I*, 254].

Com esta nota, Ricœur abre caminho para as teses de tipo narrativista, que propõem uma reabilitação da narrativa.

## 2.2. Ressurgimento da narrativa: as teses narrativistas

A dupla incursão pela historiografia francesa e pela escola neopositivista revelou um menosprezo latente pelo estatuto narrativo da história. Subentende-se que a narrativa é uma forma demasiado elementar de discurso para fazer face aos requisitos científicos. Claramente insatisfeitos com as propostas limitativas do modelo nomológico ou com a estreiteza metodológica da historiografia francesa, vários filósofos e historiadores criticaram o modelo e o método e procuraram novas vias de conciliação da narrativa com a história. A crítica do modelo nomológico e a consequente desvalorização da natureza do método explicativo, por um lado, a revalorização dos recursos inteligíveis da narrativa e da compreensão, por outro, conduziram ao aparecimento de um conjunto de argumentos em prol da narrativa, conhecidos por narrativistas.

O corte epistemológico entre narrativa e história-ciência só pode ser sanado com a recuperação dos traços compositivos da narrativa. Resta saber se a reconquista destes traços é suficiente para que a compreensão narrativa ganhe valor explicativo, quando a própria explicação histórica deixa de ser avaliada pela medida do modelo nomológico. Com Ricœur seremos levados a concluir que nenhuma conceção narrativista da história pode fornecer um equivalente ou um substituto narrativo da explicação. É por isso que o filósofo francês acabará em busca de um laço indireto entre explicação histórica e compreensão narrativa. Antes de aí aportar, passa em revista cinco das principais teorias narrativistas da história, não porque sejam uma solução final e completa para o problema em causa, mas porque revelam uma componente necessária do conhecimento histórico: a configuração narrativa.

A filiação narratológica da história, desenvolvida particularmente no mundo anglo-saxónico (com a honrosa exceção de Paul de Veyne), tornou-se conhecida em França graças a estas recensões de Ricœur<sup>123</sup>. As teses narrativistas alimentam-se do chamado *linguistic turn*, da crítica ao modelo nomológico e da conceção da narrativa como fonte de saber, como desdobramento de recursos de inteligibilidade. Estas reflexões tiveram um impacto considerável na teorização ricœuriana da *mise en intrigue* ou *mimesis II*, como teremos oportunidade de verificar no próximo capítulo.

---

<sup>123</sup> «L'attention aux procédures textuelles, narratives, syntaxiques par lesquelles l'histoire énonce son régime de vérité conduit à se réappropriier les acquis des travaux de toute la filiation narratologiste particulièrement développée dans le monde anglo-saxon et connue en France grâce à Ricœur» (Dosse 2006: 27-28).

O problema maior do modelo hempeliano está em não distinguir um acontecimento físico que simplesmente acontece de um acontecimento histórico que recebe o seu estatuto das narrativas (crônicas e memórias) singulares que o transmitem. Narrativas estas que, por sua vez, se conjugam num texto maior que as engloba, e a posição delas nesta história maior também determina o estatuto histórico dos acontecimentos. O que importa pois não é a natureza ou a estrutura da explicação, a explicação pode ser a mesma em história e nas ciências da natureza, mas em que tipo de discurso ela opera. Todos os argumentos dirigidos contra o modelo hempeliano, quando não se limitam a regredir à intuição ou à empatia, prendem-se com o emprego e não com a estrutura dos procedimentos explicativos. Estes argumentos surgiram no mesmo contexto filosófico do modelo nomológico e têm o seu valor quando dizem o modo como os procedimentos explicativos são interpolados num modo narrativo do discurso.

Danto, por exemplo, ensinar-nos-á que não é a natureza da explicação que exclui a predição mas a natureza do discurso narrativo sobre o qual a explicação assenta: a explicação de um acontecimento é feita à luz de outro ocorrido posteriormente. É a própria estrutura da narrativa que prescreve as regras de emprego da explicação e que engendra o nível das expectativas segundo as quais uma ou outra explicação é exigida e aceite.

### **i) A. Danto: as “frases narrativas” da história**

Surpreendentemente, é no seio da própria filosofia analítica que surge o primeiro contributo para a apologia da interpretação narrativista da história. Arthur C. Danto, autor de *Analytical Philosophy of History* (1965), é pioneiro na abordagem das frases narrativas e representa uma nova perspetiva na tradição da filosofia analítica, desde que essa vinculou a história com as ciências, sob uma pretensão unificadora. A teoria de Danto não surge no quadro de uma epistemologia da história, mas sim num âmbito específico da filosofia analítica, que se ocupa a descrever os nossos modos de pensar e de falar acerca do mundo e, correlativamente, descrever o mundo tal como esses modos no-lo obrigam a conceber. A filosofia analítica, entendida deste modo, é fundamentalmente uma teoria das descrições. O fio condutor de Danto é, pois, o quadro conceptual que rege a nossa aplicação de um determinado tipo de frases que designamos de narrativas. Aplicada à história, esta conceção analítica da filosofia questiona em que medida os nossos modos de pensar e de descrever o mundo comportam frases com verbos no pretérito e enunciados irredutivelmente narrativos. Visando a frase narrativa as mudanças produzidas pela ação humana



e sabendo que esta mesma ação pode ser alvo de várias descrições, a frase narrativa é apenas uma das descrições possíveis da ação humana.

Renunciando a qualquer “filosofia substantiva” da história, ou seja, qualquer filosofia da história de tipo hegeliano, devido à sua pretensão de apreender o todo da história, devido ao seu caráter profético de tentar extrapolar o futuro a partir do passado, Danto recusa qualquer história do futuro e do presente, pois que as frases narrativas apenas redescrevem acontecimentos anteriores à luz de acontecimentos posteriores, desconhecidos dos agentes ou pacientes da primeira ocorrência<sup>124</sup>. Trata-se de uma descrição *post eventum*, baseada na assimetria temporal entre um facto anterior que é descrito e o facto ulterior sob a descrição do qual o primeiro é descrito.

Esta teoria da frase narrativa desenvolvida por Danto começa por contestar o preconceito de um passado determinado, fixo, eternamente parado no seu ser, enquanto só o futuro seria aberto, não decidido, contingente. Só um cronista ideal poderia ser testemunha e transmissor absolutamente fiel e seguro de um passado inteiramente terminado, na medida em que apenas ele poderia fazer a transcrição instantânea, completa, definitiva e por ordem cronológica dos acontecimentos testemunhados por si (cf. Danto 1965: 149). Ainda assim, este tipo de testemunho perderia eficácia, pois o seu desconhecimento do futuro não lhe permite fazer descrições narrativas, já que a verdade integral acerca de determinado evento só pode ser conhecida posteriormente (por vezes, muito tempo depois) à sua ocorrência. Isto faz com que nenhum evento possa ser atestado por testemunhas imediatas, só os historiadores podem contar esta história (*story*)<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Em suma, o defeito das filosofias substantivas da história é escrever no futuro as frases narrativas que só são possíveis no passado. Mas não é seguro que aquilo que os filósofos da história substantiva tentam fazer seja produzir acerca do futuro o mesmo tipo de asserções que os historiadores fazem sobre o passado. Ricœur observa muito bem que este argumento de Danto só em parte se pode imputar à Filosofia da história, pois esta não está limitada às descrições através de frases narrativas: «l'argument est impeccable aussi longtemps qu'il est formulé en termes négatifs: si la philosophie de l'histoire est la pensée du tout de l'histoire, elle ne peut être l'expression du discours narratif approprié au passé. Mais l'argument ne peut éliminer l'hypothèse que le discours sur le tout de l'histoire ne soit pas de nature narrative et constitue son sens par d'autres moyens. La philosophie de l'histoire n'est assurément pas narrative. L'anticipation du futur dans une philosophie ou une théologie de l'espérance, n'est pas non plus narrative. Au contraire, la narration y est réinterprétée à partir de l'espérance, certains événements fondateurs – l'Exode, la Résurrection – étant interprétés comme jalonnant l'espérance» (*TR I*, 258).

<sup>125</sup> «Même un témoin idéal ne pourrait pas dire, en 1789 par exemple, que la Révolution Française commence. Il ne pourrait non plus dire, en 1715, que l'auteur du “Neveu de Rameau” vient juste de naître» (Ricœur 1980, in Tiffeneau 1980: 10).

Podemos, então, definir a frase narrativa como aquela na qual um evento ou uma pessoa é descrito por meio de conexões com algo que ocorreu mais tarde. A sua verdade apenas pode ser conhecida por alguém que conhece a verdade sobre o evento posterior e não por alguém que o conhece no tempo presente da ocorrência. As frases narrativas referem-se a pelo menos dois eventos – E1 e E2 – distintos e temporalmente separados, ainda que descrevam somente o primeiro a que se referem<sup>126</sup>. Ambos os acontecimentos devem ser passados em relação ao tempo da enunciação. A frase narrativa implica, deste modo, três posições temporais: a do acontecimento descrito; a do acontecimento em função do qual o primeiro é descrito; e a do narrador. As duas primeiras concernem o enunciado, a terceira a enunciação.

O exemplo paradigmático ilustrador desta análise da frase narrativa é a seguinte asserção: «Em 1717 nasceu o autor de *O Sobrinho de Rameau*» (Danto 1965: 12). Ninguém nesta data poderia pronunciar tal frase, que redescreve o acontecimento do nascimento de uma criança (Diderot) à luz de um outro acontecimento posterior da sua autoria, a publicação da obra. Por outras palavras, escrever *O Sobrinho de Rameau* é o acontecimento sob a descrição do qual o primeiro acontecimento – o nascimento de Diderot – é re-descrito.

O que parece derivar desta definição de Danto é que existe na história um tipo de causalidade que é anômala: se um acontecimento se torna significativo à luz de acontecimentos ulteriores, a caracterização de um acontecimento como causa de outro parece acontecer depois da ocorrência do próprio acontecimento. Isso pode criar a sensação de que um acontecimento posterior transforma um acontecimento anterior em causa, logo, que uma condição suficiente do acontecimento mais antigo se produz posteriormente ao próprio acontecimento. Danto resolve este sofisma dizendo que o facto temporalmente posterior só torna o anterior significativo e causal se houver uma descrição narrativa que atribua ao facto mais antigo um predicado de causa (“é causa de”), pois ele não tem valor causal inerente: «O que é correto dizer é que a ocorrência de E-2 é uma condição necessária para que E-1 seja uma causa, ou mais precisamente, a causa de E-2» (Danto 1965: 157)<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> «[The] most general characteristic [of narrative sentences] is that they refer to at least two time separated events though they only *describe* (are only *about*) the earliest event to which they refer» [Danto, 1965, 143]. «The class of descriptions I am concerned with refer to two distinct and time-separated events, E-1 and E-2. They describe the earliest of the events referred to» (Danto 1965: 152).

<sup>127</sup> «“Being a cause” may indeed be a special case of the sort of characterization of events which narrative description affords. Causes after all cannot be witnessed *as* causes:

Repete-se, por outras palavras, que o predicado não é acessível ao cronista ideal e é apenas característico das frases narrativas do historiador. Os exemplos de empregos retrospectivos da categoria de causa são numerosos na história. Ao historiador é lícito afirmar que a descoberta da teoria heliocêntrica de Copérnico é a causa para que um facto muito anterior – a antecipação dessa mesma teoria por parte de Aristarco – ganhe relevo. Uma grande parte do conceito de significação deriva desta particularidade das frases narrativas. O lugar de nascimento de uma pessoa célebre só ganha importância ou significado à luz de acontecimentos futuros. Neste sentido, para o cronista ideal, apesar de ser testemunha perfeita, a categoria de significação é vazia de sentido.

Uma implicação epistemológica bastante mais interessante resultante desta análise da frase narrativa tem que ver com o facto de ela permitir distinguir a descrição propriamente narrativa da descrição ordinária da ação. Em primeiro lugar, este tipo de descrições narrativas usa verbos designados de “projeto” (*project verbs*) que fazem mais do que descrever ações particulares. Expressões como “fazer a guerra”, “criar gado”, “escrever um livro” são disso exemplo, na medida em que os seus verbos exprimem ações globais que subentendem imensas ações de detalhe ou microações, que podem ser descontínuas e implicar numerosos agentes numa estrutura temporal da responsabilidade do narrador. O emprego destes verbos na história é muito comum, mas, no discurso quotidiano sobre a ação, o sentido do verbo de projeto é independente da realização ou não, do sucesso ou do fracasso da ação. A teoria da frase narrativa tem assim um valor discriminativo em relação ao discurso da ação na linguagem comum. O fator discriminativo reside no «realinhamento retroativo do passado»<sup>128</sup>, operado pela descrição propriamente narrativa da ação. Este realinhamento consiste numa perspetivação temporal do passado que dá preferência às consequências não intencionais ou inesperadas da ação; consequentemente, tende a menospre-

---

Hume pointed this out long ago. To say of E-I that it caused E-2 is to give a description of E-I by referring to another event (E-2) which stands as a necessary condition for E-I – under the appropriate description. If E-2 fails to occur, if it is false that “E-2 takes place”, then it would follow that “E-I caused E- is in turn false. From this it does *not* follow that E-I is a sufficient condition for E-2. We would presumably not want to say in general that every cause of an event is a sufficient condition for that event. Nor again would we want necessarily to say that E-2 is a necessary condition for E-I. What it would be proper to say is that the occurrence of E-2 is a necessary condition for E-I being a cause, or more precisely, a cause of E-2» (Danto 1965: 157).

<sup>128</sup> «[...] retroactive re-alignment of the Past [...]» (Danto 1965: 168)

zar o carácter intencional da própria ação<sup>129</sup>. É esta diferença que contribui para distinguir a teoria da ação da teoria da história, pois, como refere Arthur Danto: «for the whole point of history is *not* to know about actions as witnesses might, but as historians do, in connection with later events and as parts of temporal wholes» (1965: 183).

Uma última consequência epistemológica desta análise dá conta de que não existe história do presente, no sentido estritamente narrativo do termo. Escrever sobre o nosso presente não seria mais do que antecipar o que os historiadores futuros poderiam, eventualmente, vir a escrever sobre nós, mas nós não sabemos o que dirão de nós os historiadores do futuro. Não só não sabemos que acontecimentos terão lugar, como também não sabemos que acontecimentos serão considerados importantes. Só sabendo de antemão os interesses dos historiadores no futuro é que poderíamos prever as descrições nas quais incluirão as nossas ações. Comenta Ricœur que a simetria entre explicar e prever, característica das ciências nomológicas, é fraturada mesmo ao nível do enunciado histórico (*TR* I, 262).

Relativamente ao contributo da frase narrativa para o esclarecimento da relação entre explicação histórica e compreensão narrativa não é possível adiantar muito, uma vez que Danto nunca trata o problema de forma assertiva e aberta. Sabe-se que esta análise das frases narrativas não esgota o problema da teoria da história, uma vez que Danto nunca tem a pretensão de afirmar que um texto histórico se resume a uma sucessão de frases narrativas. As restrições impostas à descrição verdadeira de um acontecimento pela estrutura temporal da frase narrativa constituem somente o que ele designa de «minimal characterization of history» (1965: 25). A escolha da frase narrativa como restrição minimal poderia levar-nos a concluir que os enunciados acerca de acontecimentos datados ou pontuais à luz de outros acontecimentos datados ou pontuais constituem os átomos lógicos do discurso histórico. Na verdade, pelo menos até ao capítulo X do livro, só se fala de «true descriptions of events in their past» em oposição à pretensão dos filósofos da história de descrever também «events in their future» (Danto 1965: 25). Fica implícita a ideia de que explicação e descrição – no sentido da frase narrativa – são operações implicadas uma na outra. Nada indica que o discurso histórico necessite de conectores diferentes da estrutura da frase narrativa. Para ele, qualquer narrativa é já explicativa, na medida em que estabelece conexões entre os factos que relata;

---

<sup>129</sup> «[...] frequently and almost typically, the actions of men are not intentional under those descriptions given of them by means of narrative sentences» (Danto 1965: 182).

não é concebível que uma narrativa seja uma mera ordenação cronológica de eventos. É por isso que explicar e descrever não se distinguem. A noção de intriga ou de estrutura narrativa parece reger-se pela lógica da frase narrativa, como se a descrição de um facto anterior em função de um posterior fosse já uma intriga em miniatura. Uma narrativa, ao selecionar factos, ao estabelecer laços pertinentes entre eles, tornando-os significativos, parece ser uma expansão da frase narrativa. Mas a relação entre frase e texto nunca é claramente abordada.

Ricœur verifica que o assunto surge, mais tarde, quando se trata de averiguar se há lugar na história para a aplicação do modelo explicativo nomológico, sendo que a narrativa é já naturalmente uma forma de explicação. Danto parece não se opor totalmente a esta hipótese, apenas se limita a observar a inutilidade da operação por redundância.

Danto, en effet, ne s'oppose pas de front à Hempel: il se borne à observer que les partisans du modèle nomologique, si soucieux de la structure forte de l'*explanans*, ne voient pas que cet *explanans* fonctionne dans un *explanandum* qui est déjà un récit, donc qui est déjà "couvert" par une description qui vaut explication. On ne peut couvrir un événement par une loi générale que s'il figure dans le langage comme un phénomène sous une certaine description, donc inscrit dans une phrase narrative. Dès lors, Danto peut être beaucoup plus libéral et ambivalent que William Dray à l'égard du modèle nomologique [Ricœur, *TR* I, 265].

Uma frase narrativa não é uma narrativa, na aceção de composição que abarca uma série inteira de acontecimentos numa *ordem* específica. Só esta ordem específica nos permite falar de *discurso* narrativo e não somente de frase narrativa. De facto, é esta ordem específica que fornece o fundo textual no interior do qual as explicações históricas são interpoladas. W. B. Gallie propõe uma resposta parcial a esta questão da composição narrativa, constituindo o segundo critério minimal do modo narrativo em geral.

## ii) W. Gallie – *Story e history à luz do conceito de followability*

O conceito de seguimento (*followability*) de uma história narrada, sobre o qual se constrói a importante obra de W. B. Gallie, *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), preenche uma lacuna deixada em aberto pela análise de Danto, aproximando-nos um pouco mais do princípio estrutural da narrativa. A dupla referência cronológica da frase narrativa é válida enquanto nos permite discriminar vários tipos de descrição de ações, mas mostra-se insuficiente para caracterizar uma narrativa enquanto *conexão* entre factos. Ricœur

propõe que este hiato entre *frase narrativa* e *texto narrativo* seja coberto pela noção de *followability*.

Gallie advoga que qualquer que seja o conteúdo da compreensão ou da explicação histórica este deve ser sempre avaliado pela sua relação com a narrativa da qual provém e para o desenvolvimento da qual contribui<sup>130</sup>. Dado importante a reter: a explicação histórica provém de um discurso que tem já uma forma narrativa e existe em função dessa mesma forma narrativa. A forma narrativa é pois, simultaneamente, a matriz e a estrutura de acolhimento da explicação, mas esta tese não adianta nada acerca da estrutura da própria explicação. Em todo o caso, o autor desenvolve a sua tese assente em dois objetivos fundamentais: por um lado, procura entender quais são os recursos inteligíveis da compreensão que fundam a explicação; por outro, procura o que falta à compreensão para que esta necessite do suplemento da explicação. O conceito de *followability* tem o mérito de satisfazer as duas questões.

Para começar, interrogamo-nos sobre a natureza de uma história (*story*) narrada e depois sobre o que é *seguir uma história*. Atentemos na noção de história:

Every story describes a sequence of actions and experiences of a number of people, real or imaginary. These people are usually presented in some characteristic human situation, and are then shown either changing it or reacting to changes which affect that situation from outside. As these changes and the characters' reactions to them accumulate, they commonly reveal hitherto hidden aspects of the original situation and of the characters: they also give rise to a predicament, calling for urgent thought and action from one or more of the main characters. [...] Whether or not the main characters respond successfully to the predicament, their response to it, and the effects of their response upon the other people concerned, brings the story to within sight of its conclusion [1964: 22].

Esta noção de história (*story*) não anda muito longe da noção de *mise en intrigue* apresentada por Ricœur. Gallie unicamente não se refere à intriga e às suas construições estruturais, preferindo destacar as condições subjetivas sob as quais uma história é aceitável e que conferem à história a aptidão para ser seguida. Seguir uma história significa compreender as sucessivas ações, pensamentos e sentimentos dos caracteres descritos enquanto seguem determinado

---

<sup>130</sup> «I have tried to analyse what it means to follow a narrative and have argued that whatever understanding and whatever explanations a work of history contains must be assessed in relation to the narrative from which they arise and whose development they subserve» (Gallie 1964: 9).

rumo (*peculiar directness*). A partir do momento em que respondemos às expectativas criadas em função de um desenlace, o desenvolvimento da história impele-nos para a frente (*pulled forward*). Compreensão e explicação aparecem inextricavelmente incorporadas neste processo porque, em termos ideais, uma história deveria poder explicar-se a si própria: «Ideally, a story should be self-explanatory» (Gallie 1964: 23). Só quando este processo é interrompido ou bloqueado é que se exige um suplemento de explicação<sup>131</sup>.

Admitir que uma história se orienta e nos orienta para um fim é admitir uma função teleológica inerente à própria história. Em todo o caso, isto não implica a necessidade de previsão ou de dedução defendida pelo modelo nomológico, pois tanto o desenrolar como o desenlace da narrativa deve ser inesperado e surpreendente para captar a nossa atenção<sup>132</sup>. Uma história contém sempre acidentes, coincidências, acontecimentos inesperados de vários tipos – encontros, reconhecimentos – que Gallie subsume sob o conceito de contingências<sup>133</sup> e é isso que atrai a nossa atenção e nos move a segui-la até ao desenlace – que não é a mesma coisa que seguir um argumento cuja conclusão é obrigatória. Mas se a conclusão não é previsível, deve ser, porém, aceitável ou possível. Um olhar retrospectivo sobre a história, partindo do último ponto final, deve permitir justificar a importância dos acontecimentos e da cadeia de ações para a ocorrência de determinado desenlace. A aptidão da história para ser seguida (*followability*) desmente qualquer incompatibilidade entre a contingência dos incidentes e a aceitação das conclusões, pois seguir uma história é reconhecer as contingências intelectualmente aceitáveis após o desenlace<sup>134</sup>. Quase

---

<sup>131</sup> «It is only when things become complicated and difficult – when in fact it is no longer possible to follow them – that we require an explicit explanation of what the characters are doing and why. But the more skilful the story-teller, the rarer will be the intrusion of such explicit explanations» (Gallie 1964: 22-23).

<sup>132</sup> «[...] the conclusion of a story is essentially a different kind of conclusion form that which is synonymous with “statement proved” or “result deduced or predicted”. The conclusion of any worthwhile story is not something that can be deduced or predicted, nor even something that can be seen at a later stage to have been revealed at some earlier stage» (Gallie 1964: 23).

<sup>133</sup> Explica Gallie que, na linha da tradição filosófica, contingências são coisas que indubitavelmente temos de aceitar, não sendo obrigatório que sejam intelectualmente aceitáveis, ou seja, por definição, o que é contingente está fora do nosso controlo intelectual (cf. Gallie 1964: 30).

<sup>134</sup> «We should notice here that perhaps of greater importance for stories than the predictability relation between events is the converse relation which enables us to see, not indeed that some earlier event necessitated a later one, but that a later event required, as its necessary condition, some earlier one» (Gallie 1964: 26).

todos os incidentes da história requerem, como condição necessária para a sua inteligibilidade, a sua aceitabilidade. A inteligibilidade de qualquer história digna desse nome não deriva de leis gerais, mas sim da conjugação dos fatores de contingência e aceitabilidade.

A diferença maior entre esta proposta de Gallie e a teoria aristotélica do *mythos* – nomeadamente, o conceito de *peripeteia*, do qual Ricœur aduziu a teoria da concordância discordante – reside na importância dada ao fator subjetivo introduzido pela noção de expectativa, de atração pelo desenlace, a denominada por Ricœur «teleologia subjetiva» (TR I, 268). Percebe-se, pois, que o conceito de *followability* resulta mais de uma psicologia da receção do que de uma lógica de configuração. A corroborar esta análise está o lugar de destaque que Gallie concede ao binómio simpatia/antipatia na teleologia subjetiva. Segundo ele, o que regula a nossa expectativa não é uma verdade qualquer de natureza indutiva, mas os nossos mais elementares sentimentos de simpatia ou de antipatia para com determinadas personagens, que devem ser estrategicamente colocadas em situações que suscitem o nosso interesse e nos façam embarcar na história.

*Following* não pode ser entendido como uma operação puramente intelectual, como seguir o funcionamento de determinado mecanismo ou um mapa geográfico, geológico ou uma forma biológica através das suas variações morfológicas.

Em suma, podemos resumir a reflexão de Gallie em dois tópicos principais: primeiro, o desenvolvimento crucial de qualquer história é essencialmente contingente, isto é, apresenta eventos surpreendentes e estimulantes e não regulares; e, segundo, o ato de seguir esse desenvolvimento depende do seu *interesse* humano, do seu poder para atrair os sentimentos humanos de simpatia/antipatia. É esta característica que vai servir para aproximar história (*history*) e ficção (*story*). Antes, sublinhou-se a descontinuidade epistemológica entre os géneros com base na prova (*evidence*); agora, Gallie, sem descurar o corte epistemológico, reaproxima-os pelo comum *interesse* narrativo<sup>135</sup>.

Assim, a partir do capítulo III, o autor está em condições de testar o cruzamento da sua reflexão anterior com o tema novo da historiografia, no intuito

---

<sup>135</sup> «Si cette continuité narrative entre “*story*” e “*history*” a été si peu remarqué dans le passé, c’est parce que les problèmes posés par la coupure épistémologique entre fiction et histoire, ou entre mythe et histoire, on fait porter toute l’attention sur la question de la preuve (*évidence*), aux dépens de la question plus fondamentale de savoir ce qui fait l’intérêt d’un ouvrage d’histoire. Or c’est cet intérêt qui assure la continuité entre l’histoire au sens de l’historiographie et le récit ordinaire» (Ricœur, TR I, 269).



de verificar até que ponto o que foi dito para o género *story* vale também para *history*. E o que foi dito para *story*, recapitulamo-lo, é que seguir uma história «is a teleologically guided form of attention. We are pulled along by our sympathies towards a promised yet always open conclusion, across any number of contingent, surprising events, but always on the understanding that these will not divert us hopelessly from the vaguely promised end» (Gallie 1964: 65).

Da história narrativa – a única que Gallie toma como paradigma – diz-se que ela deve lidar com ações humanas, projetos e resultados que podemos reconhecer como sendo semelhantes aos nossos (cf. *ibid.*: 52). Logo, nem todo o conhecimento do passado humano pode ser considerado história; e não pode haver história de seres humanos ou de sociedades que nos sejam totalmente alheias, que nos sejam impermeáveis ou que não pertençam connosco a um único sistema de comunicação, do qual qualquer história é sempre apenas um fragmento ou um segmento. Para serem estudadas como história, um conjunto de ações humanas passadas devem ser sentidas pelos membros de um determinado grupo humano como pertencentes ao seu passado, e devem ser inteligíveis e bem compreendidas do ponto de vista dos seus interesses presentes. É este facto, por exemplo, que dá origem ao muito discutível axioma que proclama que toda a história é contemporânea.

Voltando ao conceito de *story*, questiona-se se esta, de algum modo, pode contribuir para perceber o que é específico da compreensão histórica; porém, antes, é preciso averiguar se a narrativa é indispensável em qualquer história e, se sim, qual o seu lugar e função face a outros aspetos e características da história, como as discussões, as explicações e as análises.

As histórias que interessam abordar são aquelas que visam apreender «some major achievement or failure of men living and working together, in societies or nations or any other lastingly organized groups» (*ibid.*: 65).

São assuntos típicos destas histórias a unificação ou a desintegração de um império, a ascensão e a queda de uma classe, de um movimento social, de uma seita religiosa ou de um estilo artístico, a invenção de algo muito influente ou a realização de uma reforma moral.

Mesmo admitindo que cada trabalho genuinamente histórico deve conter exercícios da razão, de julgamento, hipóteses e explicações, ainda assim não pode dispensar duas classes de características fundamentais que qualificam a historiografia como uma espécie do género narrativo: «history is a species of the genus story» (*ibid.*: 66). Primeiro, a leitura das obras históricas deriva da nossa competência para seguir narrativas: apreciar e, em certo sentido, usar um livro ou um capítulo de história significa lê-lo do princípio ao fim, segui-lo de lés a lés, à luz do seu prometido e entrevisto desfecho, através de uma suces-

são de contingências, de forma diferente de estar simplesmente interessado no resultado que pode ser inferido ou deduzido de determinadas condicionantes iniciais. Estes resultados são próprios das ciências naturais e sociais, cuja previsibilidade e necessidade lógica permitem verificar a validade das leis e das hipóteses. As ciências sistemáticas não procuram dar-nos uma exposição “sequível” (*followable*) do que aconteceu em qualquer processo social ou natural. O que elas oferecem são modelos idealizados ou simplificados de acontecimentos, com base em leis e teorias gerais. Mas a história (*history*), tal como todas as histórias (*stories*) e fábulas, «é tanto uma partida como uma chegada, uma aproximação como um resultado» (ibid.: 67). Todo o genuíno trabalho de história deve ser entendido deste modo, sendo o seu assunto digno de ser seguido através de contingências, acidentes, reverses e de todos os multifacetados detalhes do seu desenvolvimento. Segundo, o tema destas histórias merece ser narrado e as suas narrativas merecem ser seguidas, pois o tema desperta o nosso interesse e atenção, ao expor o que outros como nós efetuaram com sucesso ou fracasso, mesmo que não convirja com os nossos sentimentos do momento. Acentua-se, novamente, a ideia de que é o “interesse” que autoriza a ver um laço de parentesco entre o género narrativo e o género historiográfico.

Ainda a propósito da relação entre *story* e *history*, pergunta-se também se os trabalhos históricos – cujas temáticas são na maior parte das vezes extensíssimas, abrangendo gerações e grupos e não indivíduos singulares – possuem o tipo de unidade característico das narrativas ficcionais, que nos permitem segui-las como um todo ou como unidades complexas de ação e reação humana, através de multiformes peripécias, até ao aguardado desfecho. Gallie responde que todo o trabalho de história bem sucedido deve ser “sequível” (*followable*) como uma unidade do mesmo tipo de qualquer história ficcional<sup>136</sup>. O tipo de unidade que encontramos em trabalhos históricos bem sucedidos revela uma analogia parcial com o tipo de unidade característico da saga – cuja marca é a ausência de conclusão definitiva e a passagem de testemunho de geração a geração – e das histórias dos ciclos épicos transgeracionais e transfamiliares da antiguidade, como o de Orestes e de Jacob, por exemplo. Toda a história (*history*), tal como a saga, é basicamente uma narração de acontecimentos nos quais o pensamento e a ação humana desempenham um papel predominante. Sabemos que a historiografia tende a tratar, preferencialmente, temas concernentes aos interesses, às ações e às vidas de grupos ou gerações, usando e descar-

---

<sup>136</sup> «[...] every successful work of history (of the kind that interests us all *most*) must be followable, as a unity, in the way that a story is» (Gallie 1964: 68).

tando personalidades singulares com relativa indiferença. Todavia, neste caso, a diferença entre indivíduo e grupo não é importante. O ato de *seguir uma história* confere unidade orgânica a qualquer história, seja ela de um grupo ou de um indivíduo, de correntes ou de tendências (*trend*), pois também estas só se manifestam na sucessão dos acontecimentos que seguimos<sup>137</sup>.

Conclui-se, pois, que as narrativas históricas são “sequíveis” ou inteligíveis do mesmo modo geral que todas as outras histórias. Evidentemente, para ser histórica uma narrativa deve ter sempre em conta a prova (*evidence*), isto é, os factos que narra devem ter data e locais assinalados e confirmados. Este estudo preliminar acerca da relação entre os géneros só ficará concluído com a análise do modo como as características do género *story* podem ser aplicadas ao género específico da *history*. Enfrentando esta questão estaremos a enfrentar dois problemas epistemológicos principais da compreensão histórica.

O primeiro diz respeito à forma como as obras históricas abordam o “interesse humano”. A tese de Gallie é que a compreensão histórica significa sempre ou, pelo menos, tem como elemento predominante, a apreciação de objetivos, escolhas, avaliações, esforços e feitos humanos, imputáveis exclusivamente a um único homem, agindo individualmente ou cooperando com outros, em seu nome ou em nome de um grupo, causa ou nação. Muitos historiadores e filósofos não defendem esta posição e alguns dos que a adotaram tenderam a identificá-la com a perspectiva mais extrema do nominalismo: que as proposições gerais não têm lugar na história, exceto se forem premissas maiores da explicação de acontecimentos particulares. Contra esta perspectiva, Gallie pergunta se é possível conceber um trabalho de história política que não contenha um conjunto de sentenças que tenham por sujeito expressões do género “a política do governo”, “o progresso da reforma”, “as condições da classe operária”, “o crescimento da oposição”, “a constituição”, etc. Frases deste tipo não se referem, obviamente, a ações ou indivíduos concretos, como exigem os nominalistas, mas têm a sua utilidade para factos institucionais (cf. *ibid.*: 76). Todavia, parece razoável argumentar que estes factos institucionais são entendidos, isto é, são seguidos através de mudanças e desenvolvimentos no seu interior, de

---

<sup>137</sup> «A trend or tendency is something that we see gradually disclosed through a succession of events; it is something that belongs to the events which we are following and no others; it is, so to speak, a pattern-quality of those particular events. It would thus seem that our appreciation of any historical trend must depend upon, or be a result of, our following a particular narrative, a narrative of events which happen to be arranged in such a way that, roughly speaking, they move in some easily described relation to some fixed point of reference» (Gallie 1964: 70).

um modo que é completamente diferente do de seguir pensamentos, sentimentos e ações de pessoas concretas. Mas também parece legítimo afirmar que se, por um lado, constatamos uma mudança geral ou uma tendência em direção a uma legislação ou período, por outro, compreendemos ou apreciamos os motivos e as razões que inspiraram os reformadores e os argumentos que impelem as suas causas. Assim sendo, torna-se fundamental decidir qual dos campos de “following” é mais importante para a história: seguir tendências gerais ou seguir motivos e razões individuais.

Este dilema coloca Gallie perante duas escolas de pensamento: a nominalista e a realista. Nenhuma delas por si só é totalmente aceitável, mas o confronto das duas fornece uma estrutura dentro da qual podemos destacar o que sustenta a reivindicação de que o interesse humano é um fator essencial «quer para seguir *histories* como para seguir *stories*» (ibid.: 77).

O Nominalismo defende que só existem coisas singulares, incluindo pessoas. As instituições humanas, as doutrinas, etc., só podem ser ditas a partir dos pensamentos, das crenças, das ações de homens e mulheres singulares. Por isso, tudo o que se diz acerca destes factos institucionais é uma espécie de abreviatura intelectual. Falar de uma doutrina, por exemplo, equivale a falar, resumidamente, acerca dos meios através dos quais determinados indivíduos mudaram a sua forma de pensar; e falar do crescimento de uma nação equivale a falar, resumidamente, do facto de um maior número de pessoas terem começado a obedecer e a pagar taxas a um governador.

Para o Realismo, qualquer ação caracteristicamente humana é realizada e interpretada como expressão de instituições, crenças, rotinas e normas no seio das quais os agentes individuais se inserem. Neste caso, as instituições e todos os fenómenos coletivos comparáveis são entidades reais, que têm uma história própria, irreduzível aos fins, aos esforços, às iniciativas imputáveis a indivíduos agindo sozinhos ou em grupo, em seu nome ou em nome de grupos que representam<sup>138</sup>. Logo, não tem interesse o que fazem os indivíduos enquanto indivíduos.

O que o Nominalismo tem de positivo é o ataque à tendência para reificar e, por vezes, para deificar abstrações. O Realismo tem o mérito de atacar a visão da história como uma coisa a seguir à outra e de pôr por terra a presunção ingênua de que a ação humana equivale à soma dos atos que estão adscritos a diferentes indivíduos.

---

<sup>138</sup> «[...] these real (although abstract) entities have histories; and historians can trace out these histories and can render them followable even when the names and separate individualities of all concerned in them are entirely lost» (Gallie 1964: 78).

Mas depois de reconhecer a virtude de cada uma das disciplinas, Gallie passa ao ataque. Critica as várias insuficiências do Nominalismo: não explica por que os historiadores optam ou são forçados a adotar expressões abstratas ou comuns que encobrem e abreviam as ações individuais, subordinando-os à abstração de um facto institucional, quando seria mais lógico referir nomes e detalhes individuais para compreender a evolução de uma instituição; não se apercebem da estreita relação entre o emprego de abstrações e o carácter eminentemente seletivo do interesse histórico; também descurem o facto de, em grande parte, as ações imputáveis aos indivíduos não serem realizadas por eles na qualidade de indivíduos, mas enquanto desempenham um papel institucional; por último, os nominalistas não percebem que para compreender fenómenos globais tais como o “descontentamento social” ou as “instituições económicas”, é preciso recorrer às chamadas “*dummy variables*”.

A este propósito, Ricœur observa o quanto esta crítica de Gallie ao Nominalismo se aproxima da metodologia defendida pela escola dos *Annales*, por entender a compreensão histórica não fundada sobre factos individuais ou singulares, mas sobre mudanças em determinada sociedade cujo sentido pode ser visto à luz do nosso conhecimento geral acerca do funcionamento das instituições (TR I, 272: nota 1).

Se a prática histórica desmente a tese nominalista segundo a qual só existem coisas singulares e entre elas as pessoas, também não justifica a tese realista segundo a qual toda a ação tipicamente humana envolve uma referência tácita a um facto social ou institucional de carácter geral e fica suficientemente explicada quando explicitarmos esta referência institucional. A tese nominalista, apesar da sua inadequação epistemológica, indica o *objetivo do pensamento histórico*, que é fornecer uma exposição “sequível” das mudanças sociais que interessam ao ser humano, porque elas dependem das ideias, das escolhas, dos lugares, dos esforços, dos sucessos e dos insucessos de homens e de mulheres singulares. A realista acerta na *maneira como a história realiza esse objetivo*, a saber, recorrendo a todo o conhecimento disponível sobre a vida em sociedade, desde os truísmos tradicionais até aos teoremas e modelos abstratos das ciências sociais (cf. Gallie 1964: 83-84). Por isso, Gallie não recusa nem perfiha nenhuma das duas perspetivas, antes combina a epistemologia da tese realista com a ontologia fundamentalmente individualista da tese nominalista. Entenda-se que esta conciliação só é possível com base no pressuposto de que os momentos cruciais de uma grande obra histórica consistem em indicações, o mais exatas possível, de como é que este ou aquele indivíduo ou grupo de indivíduos adotou, manteve, abandonou ou fracassou no cumprimento de certos papéis institucionais. Nesses momentos, vemos e sentimos o que Gallie designa

de “true growing-points or dying-points-of history» (ibid.: 85). Para contrabalançar, entre estes momentos cruciais contentamo-nos com proposições sumárias e gerais, formuladas em termos institucionais; nestes intervalos o anonimato geral dos factos prevalece e é aceite até que alguma rutura digna de referência venha alterar o curso do fenómeno social ou institucional. O ato capaz de interferir neste curso é habitual e corretamente identificado com algum indivíduo ou grupo de indivíduos. Verifica-se, por exemplo, na história económica e social, onde reina o anonimato generalizado de forças, correntes, estruturas. Mas mesmo uma história deste tipo que, no limite, se escreve sem datas nem nomes próprios não pode evitar narrar iniciativas, escolhas e ações de homens singulares.

O segundo problema epistemológico abordado prende-se com a *função das leis na explicação histórica*. O tema é suscitado pela questão das contingências em história: «[...] are the main events in any historical narrative [...] always presented as contingencies, as essentially unpredictable although acceptable stages in a followable, historically intelligible whole?» (Gallie 1964: 88).

Para se avançar nesta questão não podemos perder de vista duas verdades características da compreensão histórica: em primeiro lugar, seguimos uma narrativa histórica – de modo análogo ao seguimento de um jogo de críquete ou de uma história ficcional – através de uma panóplia de contingências e surpresas do mundo real em direção a uma entrevista conclusão; segundo, é bem possível que ocorram acidentes que obstruam o nosso percurso até à conclusão, sendo necessário recorrer, por vezes, a explicações constituídas por argumentos e considerações gerais e não apenas por provas, para iluminar o nosso caminho. Estas explicações não podem ser as do modelo nomológico, pois eliminariam o caráter contingente da narrativa. Gallie, já o dissemos antes, vê um tipo de explicações especialmente relevantes na narrativa. Retomando a analogia com o jogo de críquete, podemos dizer que estas explicações são equivalentes às regras do jogo e às informações contextuais que permitem a um leigo na matéria seguir e entender as jogadas, ao ponto de as poder comentar. Estas generalizações que visam tornar compreensível o acompanhamento de uma história ou de um jogo não se confundem com as que permitem fazer deduções ou previsões<sup>139</sup>. O seguimento e a avaliação dos factos narrados numa obra histórica exigem «*optimum* understanding» e «fullest possible sense of their intelligibi-

---

<sup>139</sup> «Applying generalisations so as to be able to follow a developing performance or game or story or history is thus basically different from applying them with a view to deducing, and in a particular predicting, some future event» (Gallie 1964: 90).

lity» (ibid.: 90). No caso das narrativas ficcionais, as explicações servem apenas para evitar que a narrativa deslize para a obscuridade e para a incoerência. Mas na historiografia, tal como nas ciências, as explicações têm um papel positivo: «Not only do they enable the historian to classify and clarify and endorse facts which at first seem puzzling or improbable, they help him to enlarge his vision of the context and potential relevance of particular actions and episodes» (ibid.).

O historiador não espera que as explicações eliminem as contingências, mas o ajudem a melhor compreender o contributo das contingências para o desenrolar da história. O seu interesse não é, pois, deduzir nem predizer, mas compreender melhor a complexidade dos encadeamentos que, ao cruzarem-se, concorreram para a ocorrência do evento em causa. Nisto o historiador distancia-se do físico. Enquanto este procura aumentar o campo das generalidades, reduzindo as contingências, o historiador apenas quer compreender melhor o que aconteceu<sup>140</sup>. Há mesmo campos de estudo onde as contingências assumem, para o historiador, um interesse primaz: conflitos entre estados ou nações, lutas sociais, descobertas científicas ou inovações artísticas. O interesse pelas contingências não significa que o historiador dá primazia ao sensacional. De um modo análogo ao que foi descrito no âmbito da *peripeteia* aristotélica, a preocupação do historiador consiste em incorporar estes acontecimentos acidentais numa narrativa aceitável, logo, inscrever a contingência num todo. Só assim um facto suscetível de figurar numa narração pode ser “sequível”<sup>141</sup>.

Tendo definido o exercício da capacidade para seguir uma história como o fundamento da compreensão histórica, importa esclarecer o contributo ancilar das leis que o historiador pede emprestadas às ciências para essa atividade: «to follow an historical narrative always requires the acceptance, from time to time,

---

<sup>140</sup> «[...] there is a clear and indispensable distinction between studies in which our predominant interest is to increase the range and accuracy of our generalisations and studies in which our predominant interest is in how things actually went, actually developed, in teaching some already broadly known result. Now it seems to me quite clear that the distinction between these two types of study is equivalent to the distinction between studies in which contingencies are unimportant either because they cancel each other out or for some other reason, and studies in which, as in history, certain contingencies are seized upon because they help us to see how other things actually worked out the way they did» (Gallie 1964: 92-93).

<sup>141</sup> «The basic and constant aim of the historian is to present an acceptable, because evidenced and unified, narrative: chance developments, creative developments, necessary or foreseeable developments must alike be woven into the whole design, and their categorical diversity is indeed liable to be lost under the even texture of a great historical style» (Gallie 1964: 103).

of explanations which have the effect of enabling one to follow further when one's vision was becoming blurred or one's credulity taxed beyond patience» (ibid.: 105). Ou ainda: «[...] the characteristic function of explanations in history is an ancillary one. It is, to repeat, to enable us to follow a narrative when we have got stuck, or to follow again more confidently when we had begun to be confused or bewildered (ibid.: 107).

As explicações em história desempenham o papel de auxiliar no seguimento da narrativa, quando se obscurece a nossa visão do seu encadeamento ou quando a nossa capacidade de aceitar a visão do autor é solicitada até ao ponto de rutura<sup>142</sup>. A explicação histórica não é uma versão enfraquecida do modelo dedutivo das ciências naturais. Não se trata de aplicar o modelo nomológico de “covering-law” à história.

Toda a narrativa é *self-explanatory*, isto é, explica-se por si mesma, no sentido de que contar *o que* sucedeu é já explicar *por que* sucedeu. Nesse sentido, seguir uma história implica conhecimento e aceitação de generalizações do comportamento humano, sejam elas de ordem classificatória, causal ou de outras teorias da ação humana, generalizações que podemos encontrar já nas histórias quotidianas sobre situações, funções, motivos, fins, provações e saídas. Nada obsta, então, a que generalizações e explicações cada vez mais complexas e importadas de outras ciências se venham interpolar na textura histórica; significando que, se por um lado, qualquer *narrativa* se explica por si própria, por outro, nenhuma narrativa *histórica* se explica apenas por si própria; está sempre em demanda da explicação a interpolar no seu tecido textual, porque fracassou a explicar-se a si mesma e, por isso, precisa de ser de novo colocada sobre os carris<sup>143</sup>. Mas aceitar estas generalizações não equivale a pôr um caso sob a alçada de uma lei, é sim relançar o processo de seguir uma história quando há um bloqueio ou um obscurecimento. Deste modo, o critério de uma boa explicação é pragmático, já que a sua função é altamente corretiva. A explicação por razões proposta por W. Dray é a mais apropriada para esta exigência; reconstruímos o pensamento de um agente quando uma ação nos surpreende, nos intriga, nos deixa perplexos.

---

<sup>142</sup> «This, I maintain, is the peculiar and all-important role of explanations in history: they are essentially aids to the basic capacity or attitude of following, and only in relation to this capacity can they be correctly assessed and construed» (Gallie 1964: 105).

<sup>143</sup> «[...] no historical narrative is self-explanatory, every historical narrative stands in need of the kind of explanation which is intruded into it because it has failed to be self-explanatory, because it needs to be righted, needs to be got back on the rails again, so that we can follow its progress as before» (Gallie 1964: 109).



O papel da explicação em história não difere muito do comentário filológico e da crítica textual: reordena os detalhes para tornar um texto, que nos aparece discordante relativamente a outros factos conhecidos, de novo inteligível. O objetivo é afastar-se do texto recebido para o reescrever e tornar mais legível. Por conseguinte, escrever é reescrever. Para o historiador, qualquer enigma ou facto inexplicável é um desafio para os critérios que tornam uma história sequível e aceitável. É neste trabalho de revisão das histórias anteriores que o historiador se aproxima mais do modelo hempeliano: confrontado com um curso estranho de eventos, o historiador procura construir o modelo do que seria o curso normal da ação, tentando averiguar a distância entre o comportamento dos atores em questão e o seu curso normal. Por isso, os escritores passam a vida a rever as histórias anteriormente escritas pelos seus pares e a procurar novas explicações para os factos sem resposta.

Le cas le plus fréquent et le plus remarquable de refonte est celui où un historien essaie une explication qui non seulement n'était pas accessible aux acteurs, mais diffère des explications offertes par les histoires antérieures devenues pour lui opaques et énigmatiques. Expliquer, dans ce cas, c'est justifier la réorientation de l'attention historique, qui conduit à une ré-vision générale de tout un cours d'histoire. Le grand historien est celui qui réussit à rendre acceptable une nouvelle manière de suivre l'histoire [Ricœur, *TR I*, 276].

Todavia, a explicação nunca vai além desta função ancilar e corretiva relativamente à compreensão aplicada à *followability* da narrativa histórica.

### iii) L. O. Mink: compreensão histórica como configuração ou apreensão

A reflexão de Mink dá um passo decisivo rumo à conceção narrativista das narrativas como *totalidades altamente organizadas*, exigindo, a partir de uma visão sinótica dos factos, um ato específico de compreensão, da ordem do julgamento. Ricœur diz que «ninguém foi tão longe quanto Mink no reconhecimento do carácter sintético da atividade narrativa»<sup>144</sup>. O filósofo francês passa em revista os principais artigos e as mais importantes teses deste autor, cujo contributo para a sua filosofia narrativa é indiscutível. Devido a essa notória e constante influência em toda a trilogia *Temps et Récit*, expomos algumas das

---

<sup>144</sup> «Reste que nul n'est allé aussi loin que Mink dans la reconnaissance du caractère synthétique de l'activité narrative» (Ricœur, *TR I*, 276).

reflexões mais relevantes de Mink, com o fito de explicitarmos muitos dos conceitos e ideias-chave que formam o substrato da filosofia ricœuriana.

A apologia de uma autonomia da *compreensão histórica* baseada no ato do *juízo* surge pela primeira vez no artigo *The autonomy of historical understanding* (1966). O autor começa por refutar as teses do modelo nominalístico e do seu método hipotético-dedutivo, que concebe a história como uma protociência a caminho do estatuto de ciência<sup>145</sup>. Em ordem a instaurar a autonomia histórica, resgatando-a da sombra da protociência, Mink precisa de lhe encontrar um método alternativo de explicação. Propõe-se para isso examinar seis características fundamentais da prática e da descrição histórica, comumente aceites entre os historiadores.

Em primeiro lugar, os historiadores questionam por que podem ambicionar explicar factos do passado, mas não prever o futuro, nem sequer no nível de incompletude e de generalidade com que explicam o passado. A resposta é que método histórico e método científico são necessariamente divergentes: explicar em história não equivale a subsumir factos sob leis gerais, o que esclarece a incapacidade de previsão dos historiadores. Em história, explicar é amiúde estabelecer coligações, o que significa explicar um acontecimento descrevendo as suas relações intrínsecas com outros acontecimentos e situá-los no seu contexto histórico<sup>146</sup>. A descrição de explicações como coligativas significa que para a compreensão histórica de um facto deve conhecer-se os seus antecedentes e os seus consequentes; o historiador deve olhar para o antes e para o depois; significa ainda que de certa forma podemos compreender um facto particular localizando-o corretamente numa sequência narrativa, da mesma forma que pode ser classificado como exemplo de uma lei. A narrativa pode, pois, resultar de uma resposta narrativa à questão “e depois, o que aconteceu?”.

Questiona-se também por que é que as hipóteses não são falsificáveis em história como o são nas ciências. É que os historiadores tendem a ver as hipó-

---

<sup>145</sup> «Bemused by the contradictions and ambiguities of “common sense” and ordinary language, history as we know it is in the chrysalid stage of *proto-science*; and the apparent differences between historical and scientific methods can be reconciled theoretically by analysis and practically by increased methodological sophistication on the part of historians» (Mink 1966: 66).

<sup>146</sup> «It is to describe such mode that W. H. Walsh has revived Whewell’s term “colligation”, by which Walsh intends to describe “the procedure of explaining an event by tracing its intrinsic relations to other events and locating it in its historical context.” Explanation by colligation, he suggests, is appropriate in cases where a purpose or policy has found expression in a series of actions each “intrinsically” related to the others in the series» (Mink 1966: 71).

teses não como potenciais leis mas como guias. Para o historiador, uma hipótese não é uma lei experimentável mas um indicador para formular questões, uma regra para delimitar o campo de inquirição e para determinar a relevância da evidência. Para o cientista, a hipótese é o alvo, para o historiador é um sinal de orientação.

Em terceiro lugar, tenta explicar-se a necessidade de os historiadores recorrerem à reconstrução imaginativa dos eventos que investigam, atividade que definem como “insight” ou intuição<sup>147</sup>. Contra este método de empatia psicológica, defendido por Dilthey, Croce e Collingwood, que entendiam as ações humanas como expressões de estados da mente que podiam ser re-experenciados pelos historiadores, insurge-se o ponto de vista da protociência, argumentando que este método de compreensão (“insight”) não é suficiente quando se investigam leis históricas. Para os críticos do método de compreensão, qualquer exemplo que esteja sob uma lei é um exemplo anónimo, isolado do rico e detalhado contexto com o qual o historiador trabalha. Na perspectiva da protociência, o conceito de compreensão é equivalente ao de explicação e este, por sua vez, identifica-se com o de predição. Para Mink uma elucidação do conceito de compreensão passa pela sua inclusão no contexto. Uma visão global dos factos passa pela sua compreensão num ato de *juízo* que os *apreende em conjunto* e não em série<sup>148</sup>. Uma família é apreendida como um conjunto de pessoas interrelacionadas e não como uma série de pessoas mais as suas relações individuais. É verdade que só se pode descrever uma família de acordo com o último caso enunciado, ou seja, pessoa a pessoa, mas trata-se de uma consequência acidental proveniente da discursividade da linguagem, que só pode nomear individualmente cada um dos elementos do grupo passível de ser apreendido simultaneamente como um todo. Salva guarda Mink que esta visão de conjunto não é um método nem uma técnica de prova ou um sistema lógico de descoberta, mas um tipo de juízo reflexivo (cf. 1966: 77).

Mink constata também que, normalmente, os historiadores não aceitam quaisquer conclusões, a menos que estejam ligadas a um argumento por eles

---

<sup>147</sup> Devido à falta de correspondente em português, mantemos o termo no original inglês. O termo português que me parece ter o significado mais próximo é o de “intuição”, entendido literalmente como “ir dentro”.

<sup>148</sup> «The minimal description of historical practice is that the historian deals with complex events in terms of the interrelationship of their constituent events (leaving open entirely the question whether there are “unit events” in history). Even supposing that all of the facts of the case are established, there is still the problem of comprehending them in an act of judgement which manages to hold them together rather than reviewing them *seriatim*» (Mink 1966: 77).

verificado. A justificação está no facto de a narrativa ter de ser tomada como um todo, pois é o todo que sustenta as conclusões. A história não é uma ciência cumulativa em que um investigador possa usar os resultados de uma outra investigação sem repetir o processo inteiro dessa mesma investigação. Em ciência é possível usar conclusões destacáveis por causa da sua estrutura teórica. Em história, as conclusões não se podem separar do argumento, porque a narrativa é compreendida como um todo coeso, logo, devem estar inseridas – e não simplesmente disseminadas – de acordo com uma ordem narrativa e não de forma científica ou demonstrativa. Neste aspeto, a história é parente da poesia. A argumentação de Mink põe em primeiro plano a noção de *síntese compreensiva* – objetivo final de toda a investigação histórica – ou de *juízo sinóptico*, semelhante à operação que nos permite interpretar uma frase como um todo.

Pergunta-se porque é que os acontecimentos históricos podem ser únicos e semelhantes a outros. Geralmente, os historiadores concordam que existem semelhanças entre acontecimentos complexos mas insistem na ideia de que não existem dois acontecimentos iguais. A similitude e a unicidade são dependentes dos contextos disponíveis. A irredutível singularidade dos factos pode ser um erro se for tomada como teoria dos factos, porém, pode ser defendida como reveladora indireta de uma característica distintiva do juízo histórico – «[...] there is reason to believe that the recognition of resemblances is a kind of terminal judgement [...]» (Mink 1966: 81).

A característica distintiva da compreensão histórica consiste em compreender um acontecimento complexo através da *visão de conjunto* dos factos num *juízo sinóptico* e total que não pode ser substituído por nenhuma técnica analítica<sup>149</sup>. Deste modo, a teoria do juízo sinóptico como componente essencial da competência do historiador e como objetivo final da compreensão histórica passa para primeiro plano. Mas, se assim é, interroga-se o autor, por que é o juízo sinóptico tem sido ignorado e mal entendido? Porque o historiador é obrigado a dispor por ordem sequencial uma narrativa que ele apreende como um todo; porque o historiador é capaz de sumariar as suas conclusões, causando a impressão, tal como nas conclusões avulsas da ciência, de que o posterior é deduzido da prova; e, acima de tudo, porque há a tendência para desviar a atenção do juízo histórico, como um ato reflexivo, para a explicação histórica, como uma série de afirmações interligadas por conexões

---

<sup>149</sup> «What is here called “synoptic judgment” is, I think, both a characterization of the type of historical thought in the process of research and also a description of its final aim» (Mink 1966: 82).

causais. Todavia, são duas operações bem distintas: «The logic of confirmation is appropriate to the testing of detachable conclusions, but ingredient meanings require a theory of judgment» (ibid.: 84). O facto de todos os eventos ocorrerem sequencialmente no tempo não significa que o historiador tenha de os reproduzir na mente por ordem sequencial para os compreender, mas deve, num ato de julgamento, reunir na mente os factos que ninguém poderia vivenciar de uma só vez<sup>150</sup>.

Por último, verifica-se que os historiadores se dirigem a um público universal e não apenas a uma elite de eruditos. Isso explica-se pelo teor da sua comunicação que é um julgamento mais próximo da *phronesis* aristotélica (conhecimento prático ou do senso comum) do que da ciência: o problema do historiador torna-se inteligível se for entendido como uma «tentativa para comunicar a sua experiência de ver-as-coisas-em-conjunto no necessário estilo narrativo de uma coisa-após-a outra» (Mink 1966: 85)<sup>151</sup>.

Mesmo que tivéssemos a possibilidade de visionar, através de um ecrã, o desenrolar detalhado dos acontecimentos passados, precisaríamos da compreensão histórica para tornar inteligível este confuso panorama.

Um aspeto é comum às seis características da historiografia sobre as quais centrámos a nossa atenção: a ideia de síntese histórica ou de história interpretativa. É esta especificidade como modo de compreensão que uma teoria do conhecimento histórico deve reconhecer se quer justificar e preservar a autonomia metodológica da história. Tentou demonstrar-se que a história difere da ciência não só porque lida com diferentes tipos de factos e de modelos de explicação, mas porque o historiador cultivava um hábito muito próprio: «[...] it cultivates the specialized habit of understanding which converts congeries of events into concatenations, and emphasizes and increases the scope of synoptic judgement in our reflection on experience» (ibid.: 88).

Do mesmo modo que a empatia não substitui a prova, também o julgamento sinóptico não pretende substituir uma metodologia. Mink reconhece que deixa em aberto questões epistemológicas como a de saber se as sínteses inter-

---

<sup>150</sup> «But this is the same type of synoptic judgment by which a critic “sees together” the complex of metaphor in a poem, by which the clinical psychologist “sees together” the responses and history of a patient, or by which the leader of a group “sees together” the mutually involved abilities, interests, and purposes of its members. [...] Success in any of these enterprises depends at least as much on the ability to make synoptic judgments as on the correctness of theory» (Mink 1966: 84).

<sup>151</sup> «[...] an attempt to communicate his experience of seeing-things-together in the necessarily narrative style of one-thing-after-another».

pretativas podem ser logicamente comparadas, se há razões gerais para preferir uma à outra e se estas podem ser tidas como critérios de objetividade e de verdade histórica. Mas este tipo de questões pressupõe que tenhamos identificado o que distingue o pensamento histórico elaborado quer das explicações quotidianas do senso comum quer das explicações teóricas das ciências naturais.

Mink procura responder a este problema no artigo de 1968, *Philosophical Analysis and Historical Understanding*, partindo da crítica aos limites do conceito de *followability* de Gallie. Refere que ele é perfeitamente válido enquanto o desfecho ou a conclusão da história for desconhecida do ouvinte ou do leitor, tal como acontece quando seguimos uma partida de um jogo, em que o conhecimento das regras é inútil para a previsão do resultado final. É preciso seguir o desenrolar das contingências até ao fim. As contingências, para uma compreensão fenomenológica, reportam-se a incidentes surpreendentes e inesperados em determinadas circunstâncias<sup>152</sup>. Espera-se uma conclusão, mas ignora-se qual seja, entre tantas possíveis. É por isso que é preciso seguir a história de uma ponta à outra e é por isso também que os nossos sentimentos de simpatia ou de hostilidade devem manter o dinamismo de todo o processo. Mas, observa Mink, esta condição de ignorância e a conseqüente atividade irrefletida de seguir a história não são características da prática histórica. A escrita da história já é em si mesma uma reescrita de histórias e o leitor segue-a de modo reflexivo, correspondendo à situação do historiador enquanto este reconta e reescreve. A história escreve-se depois de acontecida<sup>153</sup>. Há aqui resquícios da frase narrativa de Danto<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> «Gallie does not define “contingent” but he remains stoutly phenomenological in using it: it always means for him “surprising” or “unexpected in the circumstances”, rather than “not subject to law” or “not predictable in principle”. So events can be contingent in his sense which in fact we [...] do not believe to be uncaused or even unpredictable, given knowledge which just happens not to be available in the circumstances» (Mink 1968: 134).

<sup>153</sup> «[...] Gallie’s account is based entirely on the experience of following a story *for the first time*. But history is not the writing but the *rewriting* of stories, and the reflective reading of history depends on knowing that this is the case. Here the analogy with following a game in progress is most misleading. Forth historian the game is over (although it may be a problem to say just when and how it ended); writing history, or reading it reflectively, is not like watching a game with a “promised but open” outcome but rather like going over and over our records of it and writing and rewriting our stories of it to reduce rather than to exploit the contingencies of the events narrated» (Mink 1968: 136).

<sup>154</sup> «Cette sorte de redescription est, comme celle de Danto, une description *post eventum*. Mais elle met l’accent sur le processus de reconstruction à l’œuvre plutôt que sur la dualité des événements impliqués par les phrases narratives (Ricœur, *TR I*, 279: nota 2).

A função do historiador, ao invés do que propunha Gallie, não é a de acentuar os incidentes, mas a de os reduzir. O seu método é regressivo; o historiador avança para as pistas retrocedendo no tempo, e não há contingência nesta progressão regressiva<sup>155</sup>. Só no momento de recontar a história, num movimento inverso se volta a passar pelo caminho já percorrido pela marcha à ré, o que faz com que a contingência não passe dos factos para a narração<sup>156</sup>. Normalmente, quem lê obras históricas é entendido na matéria, ou seja, conhece de antemão o desfecho bem como o desenrolar dos acontecimentos. Uma questão impõe-se: o que leva o leitor a seguir com interesse a narração de factos que já conhece? Mink responde: «to see as intelligible a pattern of relationships» (1968: 137). Ele segue o rumo da história a fim de ver de que forma é que uma série de factos se tornou uma configuração inteligível de interrelações. A peculiaridade desta inteligibilidade é que ela é possível unicamente na reconstrução histórica; para além disso, nenhuma testemunha poderia realizar esta inteligibilidade retrospectiva no momento da ocorrência dos factos, pela razão de que a revisão lhe era nesse momento inacessível, por não conhecer ainda o desfecho. Mink desloca, desta forma, a lógica da narrativa da noção de “seguir uma história” para a de “ter seguido” uma história<sup>157</sup>. Com este deslocamento, o autor acaba por pôr em perigo a temporalidade específica do ato narrativo, ao abolir traços da operação narrativa que contar e recontar têm em comum e que são inerentes à própria estrutura da narrativa, a saber, a dialética entre contingência e ordem, entre episódio e configuração, entre discordância e concordância. Esse risco ganha consistência, sobretudo, em mais dois reparos que Mink faz à fenomenologia de Gallie.

O primeiro é justo ainda que não inofensivo. Verifica que no modelo defendido por Gallie, o “seguimento” de uma história pela primeira vez, a função da explicação é reduzida, retórica e meramente acessória, uma vez que se limita a preencher lacunas ou a iluminar pontos obscuros que obstruem o fluxo da narrativa, perdendo o carácter substantivo que tem na ciência. Mas, sublinha Mink, a explicação ganha relevo substantivo se entendermos a escrita da história como um processo regressivo, no qual não há contingências. Nesse caso,

---

<sup>155</sup> «[...] *tracing the lines backwards* is exactly what an historian does, and *there are no contingencies going backwards* [...]» (Mink 1968: 136).

<sup>156</sup> «And when we *tell* the story, we retrace forward what we have already traced backward. Thus what may be contingent in the occurrence of events is not in their narration [...]» (ibid.).

<sup>157</sup> «[...] it is not following but *having followed* which carries the force of understanding» (Mink 1968: 47, nota 9).

«a lógica da explicação deveria ter alguma coisa que ver com a fenomenologia da compreensão; a primeira, espera-se, deveria servir para corrigir a segunda e a segunda para enriquecer a primeira»<sup>158</sup>.

Este comentário é uma pista preciosa para Ricœur conciliar explicação e compreensão.

Outra falha assinalada é bem mais discutível e representa um risco muito maior para a neutralização da categoria temporal da narrativa. Mink censura Gallie por não distinguir categoricamente passado e futuro, ao conceber o passado como futuro passado e o futuro como passado futuro. A explicação para o facto está no desejo de Gallie de transferir a abertura e a contingência do nosso futuro presente para a narrativa de eventos passados, pois parece-lhe que não há outro modo de pensar esses eventos senão como tendo sido alguma vez futuros. Ricœur discorda desta análise por achar que futuros passados e passados futuros não são categoricamente a mesma coisa. O passado não é tão acabado que não permita uma de re-significação retroativa, para a qual Danto chamou – e muito bem – à atenção. Por fim, argumenta Ricœur [TR I, 281], o processo que consiste em percorrer de novo de trás para a frente o percurso que já tínhamos feito de frente para trás pode dar azo à redescoberta de contingências pertencentes ao passado quando era presente, ou seja, «pode restituir uma espécie de admiração instruída, graças à qual as “contingências” encontram uma parte da sua pujança inicial de surpresa» (Ricœur, TR I, 281).

O filósofo francês tem interesse em acentuar esta ideia, na medida em que ela lhe permite antecipar a hipótese, que confirmará mais à frente, deste poder das contingências estar de algum modo associado ao carácter ficcional da compreensão histórica. Pode estar ligado, especula ele, ao aspeto da ficção que Aristóteles identifica como *mimesis* da ação. É ao nível das contingências iniciais que determinados factos gozam da condição de terem sido futuros no curso da ação que é reconstruída retrospectivamente. Nesse sentido, também deve haver lugar para os futuros passados numa ontologia do tempo, na medida em que o nosso tempo existencial é construído pelas configurações temporais da história e da ficção em conjunto.

É, pois, sem surpresa, que Ricœur constata na obra de Mink uma tendência para despojar de qualquer traço temporal o ato da “apreensão de conjunto”, característico do processo de configuração. A própria recusa de atribuir aos acontecimentos narrados a condição temporal de terem sido futuros no passado

---

<sup>158</sup> «The logic of explanation should have something to do with the phenomenology of understanding; the former, one hopes, should serve to correct the latter and the latter to enrich the former» (Mink 1968: 135).



já deixava antever esta orientação, que é reforçada pela insistência no ato de recontar em detrimento do de contar/seguir uma história pela primeira vez.

No artigo de 1970, *History and Fiction as modes of comprehension*, este propósito fica explícito. Reiterando uma vez mais a sua crítica ao conceito de *followability* de Gallie, que substitui pelo de *having followed*, Mink concorda com a ênfase que o seu homólogo dá à narrativa, mas discorda da ideia de que as características essenciais e determinantes de uma narrativa assentam na sua capacidade de ser seguida. Evoca o argumento já conhecido: «What he has provided is a description of the naive reader, that is, the reader *who does not know the story ends*, and who is “pulled along” by interest, sympathy, and curiosity» (1970: 47).

Na tese de Gallie, os factos contingentes tornam-se aceitáveis e inteligíveis enquanto a história os encaminhe para um desfecho esperado mas desconhecido. Mas esta é uma experiência que nenhum historiador ou leitor com conhecimentos razoáveis de história pode ter. Esta diferença entre “seguir” e “ter seguido” uma história é mais do que uma diferença acidental entre experiência presente e experiência passada. Esta diferença entre presente e passado no contexto das mudanças e das ações humanas é crucial, é a diferença – diz ele – entre conhecer um acontecimento por retrospeção ou conhecê-lo por predição/antecipação. No primeiro caso, a descrição do acontecimento é governada pela história onde este se insere; relativamente ao segundo caso, sentença que não há nenhuma história do futuro. Para conferir alguma plausibilidade à sua tese, o autor disserta acerca do que entende por “*to have followed a story*” (Mink 1970: 48).

Nesta dissertação, apresenta aquele que para Ricœur é o ponto forte do artigo: a teoria acerca da elaboração do *modo de configuração*, apresentado como um dos três modos da *compreensão*, em sentido lato, situado entre os modos *teórico* e *categoriais*. O modo teórico está associado a um tipo de compreensão característico das ciências naturais, o categoriais da filosofia e o configurativo da história. A compreensão aplica-se tanto a um complexo de relações como a inferências teóricas e a determinações categóricas. O modo de compreensão configurativo é o único relevante para os conceitos da história e é independente dos outros dois, mas não pode ser claramente definido sem o contraste com eles<sup>159</sup>. Segundo o modo teórico, os objetos com características comuns são compreendidos a título de exemplos ou casos de uma teoria geral.

---

<sup>159</sup> Para uma caracterização mais detalhada dos vários modos, vid. Mink 1970: 51-53.

Este modo teórico de compreensão é também conhecido por hipotético-dedutivo e o seu tipo ideal é representado pelo sistema de Laplace. Relativamente ao modo categorial, por vezes confundido com o anterior, é um meio de compreender um determinado número de objetos como exemplos de uma mesma categoria. A compreensão categorial permite determinar a que tipo pertence determinado objeto, que sistema de conceitos dá forma a uma experiência que, na sua ausência, seria caótica. A este tipo de compreensão aspirou Platão e os filósofos mais sistemáticos. O modo configurativo tem como especificidade *a colocação dos elementos num complexo único e concreto de relações*. Uma carta queimada pode ser compreendida não apenas como uma substância inflamável (compreensão teórica) mas também como um elo afetivo com um antigo amigo. Ela pertence a uma história, a uma narrativa de acontecimentos que seria ininteligível sem a referência a essa relação. Para explicar o facto de ela ter ardido, não é necessário construir uma teoria acerca de cartas e amizades, basta-me mostrar de que modo este facto encaixa numa particular configuração de acontecimentos, como a peça de um puzzle. O mais alto grau de compreensão configurativa seria aquele que Boécio atribui a Deus, o *totum simul*.

Os três modos visam um mesmo objetivo, compreender, no sentido literal e etimológico do termo de apreender em conjunto; apreender, num ato mental único, coisas não experienciadas em conjunto e separadas por critérios de espaço, tempo e lógica<sup>160</sup>: «Comprehension is an individual act of seeing-things together, and only that» (Mink 1970: 55).

Neste sentido, a compreensão não se confina ao conhecimento histórico nem a atos temporais. Compreender uma conclusão lógica como resultado de duas premissas é um ato de compreensão que não inclui qualquer traço narrativo. Inclui alguns pressupostos temporais, na medida em que o que tentamos compreender são relações complexas de partes que só podem ser experimentadas numa sequência temporal<sup>161</sup>. Mas estas marcas temporais são irrelevantes para o caso, tratando-se apenas do reconhecimento da temporalidade de qualquer ação.

Toda a compreensão, *latu sensu*, tem por finalidade, ao seu mais alto nível, a apreensão do mundo como totalidade. Este objetivo, que parece fora do

---

<sup>160</sup> [...] grasping together in a single mental act things which are not experienced together, or even capable of being so experienced, because they are separated by time, space, or logical kind. And the ability to do this is a necessary (although not a sufficient) condition of *understanding* (Mink 1970: 49).

<sup>161</sup> «[...] the complicated relationships of parts which can be experienced only *seriatim*» (Mink 1970: 50)

alcance de qualquer compreensão humana, está ao alcance de Deus. Todavia, ele faz todo o sentido porquanto o projeto humano é pôr-se no lugar de Deus<sup>162</sup>. Esta referência teológica não é inocente. Mink tem em mente a afirmação de Boécio sobre o conhecimento que Deus tem do mundo como *totum simul*: uma percepção única que tem copresentes os momentos sucessivos de todo o tempo, como uma paisagem de acontecimentos.

Este entendimento da compreensão como *totum simul* transposto para o caso específico da configuração revela-se, obviamente, incompatível com a teoria da *followability*, defensora da forma sequencial das histórias. Em síntese, afirma-se que ação e acontecimento, tradicionalmente representados como se fossem produzidos numa ordem temporal, podem ser apercebidos em conjunto, num apanhado geral, numa ordem de significação, com a conseqüente abolição dos traços temporais. Ricœur, ainda que encontre valor no argumento que substitui o ato de “seguir” uma história pelo de “ter seguido”, questiona-se se este não foi levado demasiado longe e até enfraquecido por esta última tese que pretende ver no ato de compreensão configurativa uma aproximação ao *totum simul* de Deus, operação que para os humanos será sempre parcial (TR I, 284). De facto, este nível superior de compreensão configurativa pode implicar a sua própria abolição. Para evitar esse desastre para a teoria narrativa, é necessário limitar a ambição da compreensão de abolir o carácter sequencial do tempo subjacente à vertente episódica da composição narrativa. O *totum simul* deve ser visto antes como uma ideia limite – no sentido kantiano do conceito – e não como um guia ou um objetivo.

A Ricœur interessa, sobretudo, verificar a justeza da asserção de que na compreensão de uma narrativa a ideia de sucessão temporal tende a desvanecer-se ou a retardar-se: «In the understanding of a narrative the thought of temporal succession as such vanishes – or perhaps, one might say, remains like the smile of the Cheshire Cat» (Mink 1970: 56). O filósofo francês discorda dos argumentos de Mink, segundo os quais, na compreensão configurativa de uma história que seguimos, a necessidade de referências regressivas anula a contingência das referências progressivas. De acordo com este princípio, compreender a sucessão temporal significa abarcar de uma só vez com o pensamento o tempo nos dois sentidos; o tempo deixaria de ser como o fluxo do rio que é preciso acompanhar, mas todo o rio visto do céu, de uma só vez. O argumento

---

<sup>162</sup> «Of course this is an unattainable goal, but it is significant as an ideal aim against which partial comprehension can be judged. To put it differently, it is unattainable because such comprehension would be divine, but significant because the human project is to take God's place» (ibid.).

de que na historiografia corrente a cronologia está a perder relevância e que o uso de datas não passa de mero artifício de mnemónica<sup>163</sup> – comprovando assim a ausência do tempo da essência das narrativas – é perfeitamente razoável, admite Ricœur. Resta saber até que ponto a superação da simples cronologia implica a abolição de qualquer forma de temporização. De Agostinho a Heidegger toda a ontologia do tempo tem como objetivo extrair do tempo puramente cronológico propriedades temporais construídas sobre a sucessão, mas irreduzíveis, por sua vez, à simples sucessão e à cronologia.

Posto isto, Mink argumenta que a compreensão está completa quando se apreende determinada ação como resposta a um acontecimento; por exemplo, “enviar um telegrama” seria a resposta ao acontecimento “receber uma oferta de promoção na empresa”. Assim, generalizando, conclui-se o seguinte: «the actions and events of a story comprehended as a whole are *connected by a network of overlapping descriptions* (Mink 1970: 58). Esta generalização é criticada por Ricœur, pois entre o ato de enviar um telegrama e o de o receber há um termo mediador, constituído pela aceitação da oferta, o qual origina uma mudança do estado de coisas inicial para o estado de coisas final. Para o filósofo francês, a abolição de frases marcadas por tempos verbais nesta rede de descrições imbricadas umas nas outras é o sinal de que a qualidade narrativa da história desapareceu com o laço temporal. E, apoiando-se novamente no cânone aristotélico, remata contra a compreensão configurativa de Mink:

On peut bien dire que, dans la rétrospection, tous les incidents qui se sont produits dans l’histoire d’Œdipe peuvent être saisis ensemble dans le portrait d’Œdipe. Mais ce portrait est équivalent à la “pensée” de la tragédie d’Œdipe. Or, la “pensée”, qu’Aristote dénommait *dianoia*, est un aspect dérivé de l’intrigue au même titre que les caractères [TR I, 286].

Em síntese, o modo compositivo da compreensão proposto por Mink, em nome da sua ambição pelo *totum simul* divino, tende a dissolver a sua qualidade temporal, pondo em risco a dialética real entre concordância e discordância, entre sucessão e configuração ou entre caráter episódico e caráter configurativo, próprios da inteligibilidade narrativa. A transferência do conceito de intriga da crítica literária para a epistemologia da história aclara a dialética do texto narrativo obscurecida por Mink.

---

<sup>163</sup> «The more one comes to understand the actual relations among a number of events, as expressed in the story or stories to which they all belong, the less one needs to remember dates» (Mink 1970: 57).

#### iv) Hayden White: explicação por composição da intriga

O autor de referência agora é Hayden White, um dos pensadores que mais marcou a discussão sobre a prática histórica no último terço do séc. XX. É também um dos mais citados por Ricœur, assumindo um lugar de destaque em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, onde o filósofo francês de novo reconhece o valor das suas teses, mas mostra sobretudo muito cuidado e muitas reservas, ao contestar e repudiar as suas posições relativistas, que colocam em causa a fronteira entre história e ficção face ao revisionismo. H. White, por seu turno, mostra-se um leitor assíduo e profundo conhecedor do pensamento de Ricœur, pelo menos até à publicação de *Temps et Récit*, a julgar pelo ensaio que lhe dedicou em *The content of the form*<sup>164</sup>. Após a publicação dos dois primeiros volumes da trilogia *Temps et Récit*, mas conhecendo já o programa do terceiro, o pensador canadiano redige um comentário à obra de Ricœur, considerando-a «magistral, [...] a mais importante síntese de teoria literária e histórica produzida neste século» (1992b: 180).

Apesar de manter sempre uma postura crítica – podemos mesmo dizer desconfiada – diante das teses de White, que basicamente são as responsáveis pela construção do conceito de representância, como forma de salvaguardar a fronteira entre história e ficção e a certeza de que a história se dirige ao campo do real e tem como objetivo dizer a verdade, o filósofo francês reconhece ao pensador canadiano o mérito de ser o primeiro a associar os procedimentos próprios da configuração narrativa, que Ricœur designa de *mimesis* II, à estrutura narrativa da historiografia (*TR* I, 286). Fá-lo, na sua obra chave de 1973<sup>165</sup>, onde se propõe fazer a análise da *estrutura profunda da imaginação histórica*, a partir do estudo de quatro importantes historiadores e de quatro filósofos da história do século XIX europeu: Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt; Hegel, Marx, Nietzsche e Croce. Começa a sua dissertação com a apresentação de uma teoria formal da obra histórica que haveria de fazer correr muita tinta. Esta resulta numa grelha de leitura, análise e identificação do estilo historiográ-

---

<sup>164</sup> Título original: *The content of the form. Narrative discourse and historical representation*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/London, 1987. Seguimos a tradução espanhola: *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*, Paidós, Barcelona/Buenos Aires/México, 1992.

<sup>165</sup> *Metahistory: The Historical Imagination in nineteenth-century Europe*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1973. Seguimos a tradução espanhola: *Metahistoria: La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*, Fondo de Cultura Económica, México, 1992.

fico das referidas figuras e da história de qualquer historiador. A despeito de a sua teoria resultar num «formalismo demasiado sistemático para ser plenamente convincente, a reflexão abre perspectivas iluminantes para a epistemologia da história» (Prost 1996: 258). Esta tem como ponto de partida o conceito, para White mais evidente, de obra histórica como «uma estrutura verbal em forma de discurso de prosa narrativa» (1992: 14). Trata-se, como o próprio tem o cuidado de informar, de um estudo de caráter formalista, que aborda as obras históricas desses autores do ponto de vista puramente verbal<sup>166</sup>. Hayden White constata que toda a obra histórica combina conceitos teóricos, que visam explicar os dados históricos que se narram, e uma estrutura narrativa com a função de apresentar esses mesmos dados. Sustém, por isso, que todas as histórias possuem uma estrutura profunda de natureza poética e linguística, que serve de paradigma pré-crítico para a interpretação da própria história. Justifica-se, pois, o título “poética da história”, que encabeça a introdução teórica da *Meta-história*. Estes considerandos de White partem da constatação de que as obras históricas têm uma personalidade, uma originalidade que as distingue umas das outras. É tão difícil confundir Guizot e Michelet como James Hadley Chase e Agatha Christie. Não é apenas uma questão de estilo que distingue entre eles quer as obras de história quer os romances policiais, mas a própria conceção, a intriga. Este facto leva o autor canadiano a interrogar-se sobre os pressupostos da intriga, sobre o que preside à feitura da intriga histórica pelo historiador.

Aprofundando a teoria de Louis O. Mink, que expusemos anteriormente, White começa por reorganizar a relação entre história e ficção com critérios diferentes de os de uma epistemologia que tem a objetividade e a prova como cânones de base para a classificação dos modos de discurso. O primeiro pressuposto de uma “poética” do discurso histórico consiste na afirmação de que ficção e história pertencem à mesma classe quanto à estrutura narrativa. White pressupõe, em segundo lugar, que esta reaproximação entre história e ficção implica, conseqüentemente, uma segunda entre história e literatura. O que afirma, em última análise, é que a escrita da história é inerente à conceção e à composição da história; não é uma operação secundária, fruto da retórica da comunicação e, por isso, confinada ao âmbito insignificante da redação. Ela é constitutiva do modo histórico de compreensão. A história é intrinsecamente *historiografia* ou, usando um termo mais provocador, ela é um artefato literário

---

<sup>166</sup> «Mientras leía a los clásicos del pensamiento europeo del siglo XIX me pareció evidente que para considerarlos como formas representativas de la reflexión histórica hacía falta una teoría formal de la obra histórica. Esa teoría es lo que he tratado de presentar en la Introducción» (White 1992: 9).

(*a literary artifact*)<sup>167</sup>. O terceiro pressuposto consiste na afirmação de que a fronteira traçada pelas epistemologias entre a história dos historiadores e a filosofia da história deve também ela ser posta em causa, na medida em que, por um lado, qualquer grande obra histórica expõe uma visão de conjunto do mundo histórico e, por outro, as filosofias da história socorrem-se dos mesmos recursos de articulação das grandes obras históricas. Eis a razão pela qual White ousa associar, na sua obra, nomes tão díspares como os referidos anteriormente.

Estes três pressupostos exigem um deslocamento e uma reclassificação desta problemática. A atenção exclusiva dada até agora às competências científicas da história é considerada responsável pelo desconhecimento das estruturas que aproximam a história da ficção narrativa. A *Meta-história* tem como missão específica encarar as narrativas históricas como ficções verbais, associando-as pelo conteúdo e pela forma. Esta similitude gera de imediato alguma desconfiança em Paul Ricœur: «[...] s'il est possible de reclasser ainsi l'histoire comme artifice littéraire, sans la déclasser comme connaissance à prétention scientifique» (*TR I*, 288).

Este procedimento implica a transferência para a historiografia de categorias importadas da crítica literária. A ironia da situação, para Ricœur, está no facto de estas categorias terem sido retiradas de autores que se opuseram a essa colagem da história com a ficção (*TR I*, 288). Como sabemos, Aristóteles exclui a história da teoria do *mythos*<sup>168</sup>. O filósofo grego não se limitou a constatar que a história era demasiado episódica para satisfazer as exigências da *Poética*. Ele explica por que a história é episódica: porque ela narra o que na realidade aconteceu e não, como a poesia, o que poderia ter acontecido. O real visado pelo historiador difere do possível visado pelo poeta na medida em que implica particularidades que não entram na poesia. Além do mais, o poeta, sendo o autor da sua intriga, tem legitimidade para se separar do real contingente e elevar-se ao domínio do possível verosímil. A transferência da história para o círculo da poética não é, pois, um ato anódino, acarretando consequências para o tratamento da contingência do real.

---

<sup>167</sup> Um dos artigos mais provocadores de White é justamente *The Historical Text as Literary Artifact*, publicado inicialmente em *Clio* 3, 1974, e incluído na compilação de 1978: *The Tropics of Discourse*, 81-100.

<sup>168</sup> «O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso [...]. Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e o outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular» (Aristóteles, *Poética*: 1451b 1-5 [2004]).

Esta transgressão do modelo aristotélico também encontra oposições na crítica literária da qual a obra de H. White está mais próxima. Para críticos literários como Auerbach, Wayne Booth, Scholes e Kellogg, o imaginário define-se por contraste com o real e o modelo próprio da história continua a ser o do realismo da representação. Northrop Frye, autor a quem White vai buscar o maior número de conceitos, é um dos defensores mais acérrimos desta fronteira. Segundo ele, a ficção concerne o possível, ao passo que a história diz respeito ao real. Retomando Aristóteles, Frye diz que o poeta opera a partir de uma forma de unificação, o historiador opera em direção da mesma. Assim sendo, a *Meta-história* de White tem de defrontar dois obstáculos principais: o dos historiadores que defendem que o corte epistemológico entre a história e a narrativa tradicional e mítica afasta radicalmente a primeira do campo da ficção; e o dos críticos literários para quem a distinção entre imaginário e real é inquestionável.

Paul Ricœur opta por dividir a teoria meta-histórica de White em duas partes, separando a teoria tropológica (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) – que reserva para a quarta parte da obra (*TR* III, 272-283), onde se equaciona a prefiguração tropológica e a *representância do real passado em história*<sup>169</sup>, mais afim da *mimesis* III – da reflexão relacionada com os mecanismos de configuração ou *mimesis* II.

White distingue *story* de *crónica* porque *story*, sendo já um modo de organização em função de motivos ou de temas, é capaz de produzir algum “efeito explicativo”. Os elementos do campo histórico, diz White, começam por se organizar numa crónica, mediante a ordenação dos factos por ordem cronológica de ocorrência, sem preocupação de princípio, meio e fim<sup>170</sup>. *Story*, por sua vez, constitui-se a partir da seleção e arranjo dos episódios da crónica como componentes de um processo de acontecimentos com princípio, meio e

---

<sup>169</sup> White postula um nível profundo de consciência, através do qual o historiador realiza um ato essencialmente poético, o da prefiguração do campo histórico, prefiguração esta associada a quatro tropos literários: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. A teoria da prefiguração tropológica, que determina a forma como o historiador apreende os factos do campo histórico, fica fora desta primeira incursão de Ricœur pela obra de White por não contribuir para o efeito explicativo da composição narrativa, objetivo primordial desta análise.

<sup>170</sup> «Las crónicas, hablando estrictamente, son abiertas por los extremos. En principio no tienen inauguraciones, simplemente “empiezan” cuando el cronista comienza a registrar hechos. Y no tienen culminación ni resolución, pueden proseguir indefinidamente. Los relatos, en cambio, tienen una forma discernible (aun cuando esa forma sea una imagen de un estado de caos) que distingue los hechos contenidos en ellos de los demás acontecimientos que pueden aparecer en una crónica de los años cubiertos por su desarrollo» (White 1992: 17).



fim<sup>171</sup>. Por outras palavras, a transformação da crónica em *story* realiza-se através da codificação de alguns factos da crónica em termos de motivos inaugurais, outros em termos de motivos finais e outros em termos de motivos de transição. Factos que até agora eram meros acontecimentos passam a ganhar valor explicativo e a contribuir como motivos para o desenrolar de uma intriga<sup>172</sup>. Uma simples crónica de episódios dá lugar a um *processo diacrónico* completo, sobre o qual podemos fazer uma série de perguntas, como se estivéssemos perante uma *estrutura sincrónica* de relações. Assim entendida, a obra histórica faz a mediação entre um campo real da história e um público. O campo histórico é assim o limite inferior, pré-conceptual. A crónica, como primeira recolha pouco criteriosa de dados por ordem cronológica, está aberta aos processos de seleção e de ordenação do historiador que quer construir uma narrativa (*story*). Estes processos construtivos são dirigidos por perguntas do género: “que se passou a seguir?”, “como sucedeu isso?”, “porque é que as coisas aconteceram deste modo e não doutro?”, “como é que tudo terminou?”, etc. São estas perguntas que determinam as técnicas narrativas que o historiador deve utilizar na construção da sua *story*. Não obstante, tais perguntas que estabelecem conexões entre elementos de uma história sequível (*followable*) devem distinguir-se das perguntas que instituem outras formas narrativas de explicar, pois a história combina outros modos de explicação. São perguntas como “que significa tudo isso?”, “qual o sentido de tudo isso?”, as quais exigem um juízo sinóptico com outros enunciados passíveis de se ter extraído da crónica e apelam a outros tipos de explicação: 1) por composição da intriga ou *plotment*; 2) por argumentação; 3) por implicação ideológica<sup>173</sup>.

---

<sup>171</sup> Los *relatos* históricos presentan las secuencias de sucesos que llevan de las inauguraciones a las terminaciones (provisionales) de procesos sociales y culturales de un modo como no se espera que lo hagan las *crónicas* (White 1992: 17).

<sup>172</sup> «En la crónica el hecho simplemente está “ahí” como elemento de una serie; no “funciona” como elemento de un relato. El historiador ordena los hechos de la crónica en una jerarquía de significación asignando las diferentes funciones como elementos del relato de modo de revelar la coherencia formal de todo un conjunto de acontecimientos, considerado como un proceso comprensible con un principio, un medio y un fin discernibles» (White 1992: 18).

<sup>173</sup> «Estas preguntas tienen que ver con la estructura del *conjunto completo de hechos* considerado como un relato completo y piden un juicio sinóptico de la relación entre determinado relato y otros relatos que podrían ser “hallados”, “identificados” o “descubiertos” en la crónica. Se pueden responder de varias maneras. Llamo a esas maneras 1) explicación por la trama, 2) explicación por argumentación, y 3) explicación por implicación ideológica» (White 1992: 18).

A explicação através da composição da intriga (*emplotment*) tem um efeito explicativo diverso do da história narrada (*story*), uma vez que explica não os acontecimentos da história narrada, mas a própria história, pela identificação do paradigma literário a que pertence<sup>174</sup>. De facto, o fio da história narrada permite identificar uma configuração única, ao passo que a composição narrativa (*emplotment*) permite o reconhecimento de uma classe tradicional de configurações<sup>175</sup>. Permite a identificação do tipo (*kind*) ou da categoria de configuração ao qual pertence a história narrada (*story*). A composição da intriga, segundo H. White, tem uma função de categorização, ou seja, a sua capacidade explicativa traduz-se num guia para a identificação progressiva da classe de composição da intriga. Ao permitir classificar o tipo de história que é narrada, deixa encontrar o sentido de uma história, por isso é que um historiador deve necessariamente escrever a sua história de acordo com um determinado arquétipo. White, na linha de Northrop Frye<sup>176</sup>, identifica quatro modos diferentes de compor intrigas: o romance, a tragédia, a comédia e a sátira. Pode haver outros e é possível que alguns sejam uma mistura; o que importa ressaltar é que um historiador tem necessariamente de compor todo o conjunto de histórias narradas (*story's*) que formam a sua narrativa (*plot*) de acordo com determinado arquétipo – «Lo importante es que toda historia, hasta la más “sincrónica” o “estructural”, está tramada de alguna manera» (White 1992: 19).

Estas quatro formas arquetípicas de composição da intriga proporcionam-nos um instrumento de caracterização dos diferentes tipos de efeitos explicativos que um historiador pode tentar alcançar ao nível da composição da narrativa. Michelet deu a todas as suas histórias uma coloração de romance, Ranke

---

<sup>174</sup> «Se llama explicación por la trama a la que da el “significado” de un relato mediante la identificación del tipo de relato que se ha narrado. Si en el curso de la narración de su relato el historiador le da la estructura de trama de una tragedia, lo ha “explicado” de una manera; si lo ha estructurado como comedia, lo ha “explicado” de otra. El tramado es la manera en que una secuencia de sucesos organizada en un relato se revela de manera gradual como un relato de cierto tipo particular. [...] Un historiador determinado está obligado a tramar todo el conjunto de relatos que forman su narrativa en una forma de relato general o arquetípica» (White 1992: 18).

<sup>175</sup> White distingue dois modos de explicação: a explicação da história e a explicação do acontecimento. Ricœur explica esta separação com a intenção de White de escapar aos argumentos antinarrativistas dos partidários do modelo de Hempel: deixa para eles a organização da história em termos de causas e de leis e tira-lhes a explicação categorial ou arquetípica própria da composição da intriga (*TR I*, 292, 293).

<sup>176</sup> Northrop Frye, *The Anatomy of Criticism: Four Essays*, Princeton, 1957.

enveredou pela forma cômica, Tocqueville usou o modo trágico e Burckhardt empregou a sátira. No tipo romanesco, conta-se a história de um herói que acaba por triunfar e fazer triunfar o bem sobre o mal. O tipo cômico caracteriza as histórias que acabam bem; o seu desenlace feliz reconcilia o homem com o homem, com o mundo e com a sociedade. No tipo trágico, não há vitória nem herói, nem reconciliação geral. Não quer dizer que o ambiente da narrativa seja sombrio, trágico é tomado aqui no seu sentido literário, em que o desenlace da história é anunciado desde o início e em que a história tem como objetivo revelar as forças em conflito. O tipo satírico mostra o homem cativo do universo e não seu mestre; o leitor fica frustrado, pois a história e a explicação ficam em suspenso.

Na *Meta-história*, a explicação pela intriga (*emplotment*) não é a única capaz de dar algum sentido ao ocorrido, a explicação por argumentação e a explicação por implicação ideológica também respondem de forma distinta às perguntas do sentido e do significado do acontecido. O autor distingue quatro tipos de argumentação formal: formista, organicista, mecanicista e contextualista. Consagra algumas páginas da introdução da sua obra (1992: 24-31) à caracterização de cada um deles, ilustrando-os com grandes nomes da historiografia e da filosofia da história do século XIX. A argumentação formista põe a tônica sobre o caráter único dos diferentes atores e o que os diferencia; privilegia a cor, o caráter vivo e diversificado do campo histórico. Michelet e a história romântica, de um modo geral, derivam deste tipo de argumentação. A argumentação de tipo organicista é mais sintética e integradora; vê os indivíduos agregarem-se para formarem todos; a história torna-se a consolidação ou a cristalização de um conjunto inicialmente disperso; é orientada assim para um determinado fim. A argumentação mecanicista é a mais redutora: os factos manifestam mecanicismos, obedecem a causas, ou seja, a leis; os dados evidenciam as regularidades. Marx encarna este tipo de argumentação, mas H. White também o encontra em Tocqueville, onde os mecanismos são de natureza diferente e têm que ver antes com os princípios das instituições. Por fim, a argumentação contextualista procura relacionar cada elemento com todos os outros e mostrar a sua interdependência; ela está atenta ao espírito da época.

Ricœur (*TR I*, 293) observa que a fronteira entre intriga (*plot*) e argumentação (*argument*) não é muito clara. O argumento designa tudo em torno do qual a história gira, no fundo, a tese ou o tema da narrativa. Aristóteles incluía-o na narrativa, dependente da necessidade e da probabilidade. A historiografia, ao invés de outros géneros literários, exige esta distinção em nome dos efeitos explicativos. Precisamente, porque a explicação através de argumentos pode ser diferenciada da explicação através da composição da intriga, os lógicos inven-

taram o modelo nomológico<sup>177</sup>. O historiador argumenta de modo formal, explícito, discursivo. O que os partidários do modelo nomológico não viram é que o campo da argumentação é consideravelmente mais vasto que o das leis gerais importadas das ciências exatas, já constituídas fora do campo histórico. O historiador tem um modo próprio de argumentar, que pertence ainda ao domínio do narrativo. Cada modo de argumentar exprime ao mesmo tempo um pressuposto de carácter meta-histórico sobre a própria natureza do campo histórico e sobre o que será expectável da explicação histórica<sup>178</sup>. White identifica quatro paradigmas de descrição e explicação da realidade histórica<sup>179</sup>.

Cada um destes modelos de argumentação representa uma forma típica de generalizar acerca do campo histórico, evidente na forma como descrevem e interpretam os objetos, agentes e ações desse mesmo campo; porém, uma visão sinóptica destes modelos explicativos da história dá conta de uma discriminativa marca ideológica que os orienta. Cada um deles pretende ter discernido algum tipo de coerência formal no registo histórico, dando origem a uma teoria sobre a natureza do mundo histórico e do próprio conhecimento histórico, que têm implicações ideológicas na compreensão do próprio presente.

Devemos, pois, ter em conta os tipos de implicação ideológica, quer dizer, as atitudes gerais dos historiadores face à sociedade. Este tipo de explicação distingue-se da anterior pela tomada de posição ética, característica de uma determinada maneira de escrever história. Neste caso, o posicionamento particular do historiador não incide, como a argumentação formal, sobre o campo histórico, mas sobre a natureza da consciência histórica e sobre as implicações que podem derivar do estudo de acontecimentos passados para a compreensão dos factos presentes<sup>180</sup>. Com base na obra *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim, o autor postula quatro posições ideológicas básicas: o anarquismo, o

---

<sup>177</sup> «Pero aquí distingo entre la trama de los hechos de una historia considerados como elementos de un relato y la caracterización de esos hechos como elementos de una matriz de relaciones causales que se presume existieron en provincias específicas del tiempo y del espacio» (White 1992: 23).

<sup>178</sup> «Lo que está en juego aquí, por lo menos en un nivel de conceptualización, son diferentes nociones de la naturaleza de la realidad histórica y de la forma apropiada que un relato histórico, considerado como una argumentación formal, debe adotar» (White 1992: 24).

<sup>179</sup> «Siguiendo el análisis de Stephen C. Pepper en su *World Hypotheses*, he distinguido cuatro paradigmas de la forma que puede adotar una explicación histórica, considerada como argumento discursivo: formista, organicista, mecanicista y contextualista» (White 1992: 24).

<sup>180</sup> «Con el término “ideología” quiero decir un conjunto de prescripciones para tomar posición en el mundo presente de la praxis social y actuar sobre él (ya sea para cambiar el mundo o para mantenerlo en su estado atual) (White 1992: 32).

conservadorismo, o radicalismo e o liberalismo. Estes termos são empregues não tanto em sentido político, mas antes para designar preferências ideológicas gerais. Salvedade-se também que esta marca ideológica que o historiador confere à forma como compõe a sua intriga ou a explica por argumentação formal não tem de ser forçosamente consciente. Porém, ela existe e há de corresponder a uma das quatro posições ideológicas referidas, porque, diz White: «Así como cada ideología va acompañada por una idea específica de la historia y sus procesos, sostengo también que cada idea de la historia va acompañada por implicaciones ideológicas específicamente determinables» (1992: 34)<sup>181</sup>.

Os liberais refletem sobre o ajustamento dos indivíduos à sociedade no seio de uma relação estrutural estável por intermédio das instituições; estão direcionados para o futuro, mas reportam a utopia a um horizonte o suficientemente longínquo para não ter de se realizar agora. Tocqueville é a figura do liberalismo. Os conservadores pensam a evolução a partir da analogia com o mundo natural; estão voltados para o passado e centram-se na elaboração progressiva da sociedade presente. Os radicais e os anarquistas são propensos a aceitar ou a querer mudanças drásticas, mas os primeiros julgam iminente a realização da utopia, ao passo que os segundos a veem num passado longínquo, ainda que ela se possa realizar novamente a qualquer momento. Neste sentido, Michelet seria para White um anarquista, não que ele sonhe com a desordem revolucionária, mas porque nenhuma sociedade vindoura é suscetível de poder realizar o seu ideal.

Ricœur reconhece que o benefício maior que se pode extrair desta distinção entre os três níveis de que se socorrem os historiadores para conseguir um efeito explicativo nas suas narrações é a construção de uma teoria do *estilo historiográfico*, entendido como uma combinação particular dos modos de *composição*, de *argumentação* e de *implicação ideológica* (TR I, 297). No entanto, a combinação destes três modos que definem um estilo historiográfico não pode ser feita de forma indiscriminada numa determinada obra. Uma intriga cómica não é compatível com uma argumentação mecanicista, do mesmo modo que uma ideologia radical é inconciliável com uma intriga satírica. Há afinidades de eleição entre os vários modos, que se baseiam em homologias estruturais discerníveis entre os mesmos. White propõe uma representação gráfica das afini-

---

<sup>181</sup> Ricœur salienta que esta dimensão da compreensão histórica é fortemente sublinhada, em França, por Marrou e Aron. Relembremos que estes autores defendiam, justamente, a implicação do historiador no fazer da história, a consideração dos valores, e o laço entre a história e a ação no mundo presente.

dades que regulam a sua própria leitura dos quatro grandes historiadores e dos quatro grandes filósofos da história aos quais é consagrada a sua obra (cf. 1992: 39). Todavia, estas afinidades não devem ser consideradas como combinações necessárias dos modos para um determinado historiador. Ao invés, a tensão dialética que caracteriza a obra de qualquer historiador importante advém geralmente do esforço em conciliar um modo de composição com um modo de argumentação ou de implicação ideológica que não se coaduna bem com ele. No entanto, esta tensão dialética deve evoluir dentro do contexto de uma visão coerente do campo histórico completo<sup>182</sup>. Só assim o estilo historiográfico particular do historiador ganha a consistência e a coerência que definem os seus atributos estilísticos distintivos. A base dessa coerência e dessa consistência é, de acordo com H. White, de natureza poética e especificamente linguística (1992: 39).

Ricœur chama a atenção para o facto de esta tripla tipologia que caracteriza cada um dos modos e sobre a qual assenta a teoria do estilo historiográfico não reivindicar nenhuma autoridade lógica. No caso particular dos quatro modos de composição da intriga (romântico, trágico, cómico e satírico), são produtos de uma tradição de escrita que lhes outorgou a configuração que o historiador põe em prática ao escrever a sua obra. Este aspeto da tradição é o mais importante, porque o historiador, ao escrever, dirige-se a um público suscetível de reconhecer as formas tradicionais da arte de narrar. Por conseguinte, as estruturas não são regras inertes, não são classes resultantes de uma taxinomia *a priori*, são formas de uma herança cultural. Se se pode dizer que nenhum facto em si é à partida trágico ou cómico e que é a forma como o historiador o codifica que o faz parecer trágico ou cómico, é porque a arbitrariedade da codificação tem limites, impostos não pelos próprios factos mas pela expectativa dos leitores que deverão reconhecer, através dos códigos, as figuras da tradição literária. Diz H. White que a codificação dos factos em função de uma determinada estrutura de intriga é um dos processos de que dispõe uma

---

<sup>182</sup> P. Ricœur vê nesta tensão dialética o germe da dialética concordância discordância, gerada quer pela oposição entre os três modos que, tomados em conjunto, conferem às estruturas narrativas uma função explicativa quer pela conciliação de opostos nas várias formas de compor intrigas, verificável não apenas entre vários escritores, mas mesmo no seio de uma grande obra de história, como no caso da obra de Hegel (*TR I*, 299). O filósofo francês comenta ainda, a propósito da *Meta-história* de H. White, que a noção de estrutura narrativa é muito mais abrangente neste autor do que em qualquer outro autor narrativista e que a noção de intriga ganha uma precisão pouco comum graças à sua posição de contraste entre a história narrada e o argumento (*TR I*, 299).

cultura para atribuir sentido a um passado pessoal ou público<sup>183</sup>. Daí o comentário de Ricœur: «L’encodage est ainsi réglé plus par les effets de sens attendus que par le matériau à encoder» (*TR I*, 300).

O efeito de sentido conseguido pela codificação dos factos numa narrativa consiste em tornar familiar o não-familiar<sup>184</sup>. A codificação contribui na medida em que o historiador partilha com o seu público a inteligência das formas que devem tomar as situações humanas significativas, em virtude da participação do historiador no processo de formação do sentido específico de determinada herança cultural que o identifica enquanto indivíduo<sup>185</sup>. Deste modo, através do seu carácter de tradicionalidade, é restituído à composição da intriga o seu carácter dinâmico. *Emplotment* não é um mero nível de explicação entre outros, é o nível que faz a transição entre a narração e a explicação. A explicação pela composição da intriga – colocada entre o fio da história (*story-line*), que se desdobra em crónica e cadeia de motivos, e a argumentação, desdobrável em argumentos formais e implicações ideológicas – exerce a função dinâmica de pivô: «L’explication par mise en intrigue (*emplotment*) prend chez H. White un sens strict et limitatif, qui permet de dire à la fois qu’elle n’est pas le tout de la structure narrative et pourtant qu’elle en est le pivot» (*TR I*, 295). Esta posição da intriga como operação que dinamiza todos os níveis de articulação narrativa reforça a definição de intriga como síntese do heterogéneo ou como concordância discordante, síntese de narração e explicação, concordância da narrativa com a ciência<sup>186</sup>.

---

<sup>183</sup> «[...] the encodation of events in terms of such plot structures is one of the ways that a culture has of making sense of both personal and public pasts» (*The Historical Text as Literary Artifact*, in White 1985: 85).

<sup>184</sup> «The effect of such encodations is to familiarize the unfamiliar» (ibid.: 86).

<sup>185</sup> «The historian shares with his audience *general notions* of the *forms* that significant human situations *must* take by virtue of his participation in the specific processes of sense-making which identify him as a member of one cultural endowment rather than other» (ibid.).

<sup>186</sup> «Ainsi est restitué, à travers son caractère de traditionalité, le caractère dynamique de la mise en intrigue, même si son caractère générique est seul considéré. Au reste, ce trait se trouve compensé par la continuité que la notion de *style* historiographique rétablit entre chronique, chaîne de motifs, intrigue, argument, implication idéologique. C’est pourquoi il est permis – un peu contre H. White, mais beaucoup grâce à lui – de tenir la mise en intrigue pour l’opération qui dynamise tous les niveaux d’articulation narrative. La mise en intrigue est beaucoup plus qu’un niveau parmi d’autres: c’est elle qui fait la transition entre raconter et expliquer» (Ricœur, *TR I*, 300-301).

### v) Paul Veyne: a escrita da história

Ricœur justifica o regresso à historiografia francesa, particularmente à obra de Paul Veyne (*Comment on écrit l'histoire*, editada pela primeira vez em 1971<sup>187</sup>), singular no panorama historiográfico francês, dizendo que ela tem a vantagem de «conjuguar uma diminuição científica da história com uma apologia da noção de intriga» (*TR* I, 301). Embora não provenha da corrente narrativista anglo-saxã e mantenha com o positivismo lógico uma ligação que o narrativismo quebrou, Ricœur situa a obra de Paul Veyne na confluência dessas duas correntes de pensamento. Ainda segundo o filósofo francês, esta pode ser lida como o hábil cruzamento de duas ideias principais: a história nada mais é do que uma narrativa verídica e a história é uma ciência demasiado sublunar para ser explicada através de leis. Trata-se, pois, de um justo equilíbrio entre o baixar da pretensão explicativa e o elevar da capacidade narrativa.

A *elevação da capacidade narrativa* faz-se através do vínculo com a intriga, afirmada insistentemente ao longo da obra: «A história é uma noção livresca e não existencial; ela é a organização pela inteligência de dados que se reportam a uma temporalidade que não é a do *Dasein*» (Veyne 1983: 94); «A história é uma atividade intelectual que, através das formas literárias consagradas, serve fins de simples curiosidade» (ibid.: 103).

Paul Veyne quer deixar bem claro que o conhecimento do passado não é um dado *a priori* ou intuitivo, mas uma atividade que exige reconstrução. A consciência espontânea não possui a noção de história, esta exige uma elaboração intelectual, tudo o que a consciência sabe é que o tempo passa, logo, o tempo do eu não se confunde com o da história.

Ao optar pelo termo narrativa em vez de reconstrução, usado por Aron e Marrou, Veyne pretende associar a compreensão histórica à atividade de composição narrativa, indo assim mais longe na descrição do objeto histórico. O acontecimento, enquanto ocorrência individual e não repetível, não é objeto da história nem da física, pois não há nenhuma diferença radical entre os factos estudados pela história e os estudados pela física: todos são individualizados num espaço e num tempo e, logo, passíveis de serem tratados cientificamente. Não se pode opor história e ciência com base no argumento de que uma estuda o singular e outra o universal, quer porque os objetos das ciências físicas não são menos individualizados que os da história, quer porque o conhecimento de

---

<sup>187</sup> Seguimos a tradução portuguesa: Paul Veyne, *Como se escreve a história*, Edições 70, Lisboa, 1983.



uma individualidade histórica supõe o seu relacionamento com o universal. Os factos não se repetem, o que se repete são as abstrações sem data nem local que o físico deles extrai sob a forma de leis. Posto isto, conclui que «a verdadeira diferença não se encontra entre factos históricos e factos físicos, mas sim entre historiografia e ciência física. A física é um corpo de leis e a história é um corpo de factos» (Veyne 1983; 21).

A física não se ocupa de factos descritos e explicados, ela procura as leis que explicam os factos; ao passo que a história integra factos em intrigas. Ademais, os factos do passado só ganham valor histórico nas intrigas, só «aí tomam a importância relativa que lhe impõe a lógica humana do drama» (ibid.: 71)<sup>188</sup>. Toda a espécie de factos é digna de ser estudada pelo historiador, não há razão para considerar uns mais dignos que outros. «Dado que qualquer acontecimento é tão histórico como qualquer outro, podemos cortar o campo acontecimental com toda a liberdade» (ibid.: 84), não se justificando, de acordo com o autor, as divisões segundo o tempo e o espaço, como por exemplo: “história do século XVI” ou “história de França”. Além disso, a história é um conhecimento cheio de lacunas, pois nenhuma narrativa exaure tudo o que aconteceu em determinado período ou local, por outras palavras, a história não é a reconstituição integral do passado. Há factos ocorridos que não deixaram vestígios para a posteridade. A história só conta o que é possível saber sobre determinado acontecimento. Os documentos não dizem tudo, também eles são lacunares. Mas o campo histórico é completamente indeterminado; a única condição necessária é a veracidade dos factos.

Ao unir o acontecimento à intriga, Paul Veyne desvaloriza a polémica levantada pela escola dos Annales entre *événementiel* e *non-événementiel*. Tanto a longa como a curta duração são fatuais (*événementielles*). A única diferença está na distinção entre aquilo que já foi alvo das narrativas do historiador (o factual) e aquela parte do campo histórico que nunca foi explorada (o não-factual)<sup>189</sup>.

Os factos não existem isoladamente, mas apenas reunidos ou agenciados numa intriga, que é «uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de

---

<sup>188</sup> Ao afirmar que um facto histórico não é só o que acontece, mas o que pode ser contado ou o que já foi contado em crónicas, P. Veyne aproxima-se dos narrativistas ingleses que temos vindo a estudar.

<sup>189</sup> «[...] o não-acontecimental são os acontecimentos ainda não saudados como tais: história dos solos, das mentalidades, da loucura ou da procura de segurança através dos tempos. Chamaremos portanto não-acontecimental à historicidade da qual não temos consciência enquanto tal» (Veyne 1983: 32).

causas materiais, de fins e acasos, numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer e onde os factos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa» (ibid.: 48).

Não é obrigatório que esta intriga se organize de acordo com uma ordem cronológica. Ricœur reconhece que esta definição de intriga como combinação de factos díspares está próxima da sua noção de síntese do heterogéneo<sup>190</sup>. Mesmo a história quantitativa que, preterindo as sequências cronológicas, opta por séries de *itens*, precisa da intriga, o que faz com que pertença ao campo da história. Ao associar a história quantitativa à intriga, através do *entrecruzamento de séries*, o autor estende a noção de intriga até ao ponto em que a dimensão temporal perde toda a importância. A noção de intriga de P. Veyne, tal como a de Aristóteles, acaba por ignorar a dimensão temporal, apesar de conceberem ambos a intriga com princípio, meio e fim. A acronicidade em Aristóteles justificava-se pelo carácter universal que defendia para a *Poética*; em Paul Veyne a razão é idêntica, expressa num aparente paradoxo entre individual e específico.

Depois de negar que a história é uma relação de valores, o autor francês afirma que o objetivo da história não é o individual mas o específico. Com isto o filósofo quer dizer que a história procura compreender os acontecimentos, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou mais precisamente de especificidade. Específico significa assim, ao mesmo tempo, “geral” e “particular”. Esta passagem da singularidade individual à especificidade equivale à passagem ao indivíduo como inteligível, já que o específico é a individualidade compreensível:

A história propõe-se descrever as civilizações do passado e não salvar a memória dos indivíduos; ela não é uma imensa recolha de biografias. [...] ela não se ocupa dos indivíduos, mas do que eles têm de específico, pela simples razão de que, como se verá, não há nada a dizer da singularidade individual [...] Que o indivíduo seja personagem principal da história, ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade [Veyne 1983: 75].

Em suma, a história é a descrição do que é específico, do que é compreensível, nos acontecimentos humanos. Para que um indivíduo seja compreendido é preciso retirar-lhe a singularidade e desmembrá-lo em intrigas, afastando as verdades universais, porque o conhecimento é diferença. É digno de memória o que é coletivo sem ser universal, o que é específico sem ser individual<sup>191</sup>;

---

<sup>190</sup> «À mon avis, cette définition est tout à fait compatible avec la notion de synthèse de l'hétérogène proposée dans notre première partie» (Ricœur, *TR I*, 303)

no fundo, o que é representativo, o que mantém uma relação de continuidade ou contribui para a história de uma espécie, de uma tradição, de um grupo, de um estilo, de um comportamento. Só o que é singular ou particular é incompreensível, pois querem que Dupond não seja Dupont e que os indivíduos existam um por um. Saber da existência de um indivíduo singular com o nome de Georges Pompidou não interessa à história, pois, de acordo com Aristóteles, não podemos dizer o que ele fez e o que lhe aconteceu, mas, se o podemos dizer, é mesmo a partir daí que nos elevamos à especificidade.

Esta tese liga-se às da descrição por itens e cruzamento de séries. O primeiro cuidado do historiador é apagar a singularidade de cada indivíduo de um determinado grupo para o reagrupar de acordo com itens (nível de vida, hábitos matrimoniais); em vez de uma justaposição de biografias, obtemos uma justaposição de itens, cujo conjunto constitui a vida desse grupo de indivíduos em estudo. O indivíduo é assim transformado numa encruzilhada de séries de itens; na condição de que um conjunto de itens seja ainda uma intriga.

*A diminuição da pretensão explicativa* parte da negação do método histórico. A história é basicamente uma questão de entendimento; as dificuldades por ela apresentadas não passam de pormenores: «Ela não tem método, o que quer dizer que o seu método é inato: para compreender o passado, basta olhá-lo com os mesmos olhos que nos servem para compreender o mundo que nos rodeia ou a vida de um povo estranho» (ibid.: 135).

Compreendemos de forma inata o mundo que nos rodeia e o passado porque existem neles três espécies de causas que reconhecemos desde que abrimos os olhos: a *natureza das coisas*, a *liberdade humana* e o *acaso*. Estas são, de acordo com os peripatéticos, as três espécies de causas eficientes que governam o mundo vivido e sublunar; são as três espécies de causas motrizes da história universal.

Esta ausência de método significa ausência de regra para reunir em intriga os factos. O campo histórico é indeterminado e imensas são as possibilidades de abordagem e de reconstrução. A arte de reconstrução dos acontecimentos históricos nasceu com o próprio género e adaptou-se às suas transformações ao longo dos séculos. A única lógica compatível com a noção de intriga é a lógica da probabilidade, que governa a região sublunar, tomando de Aristóteles os

---

<sup>191</sup> «É histórico o que não é universal e o que não é singular. Para que isso não seja universal, basta que haja nisso diferença; para que isso não seja singular, basta que seja específico, que seja compreendido, que remeta para uma intriga» (Veyne 1983: 78).

conceitos. Para este filósofo e também para os da Academia, o mundo dividia-se em duas regiões bem distintas, a terra e o céu. A região celeste ou supralunar é a do determinismo, da lei, da ciência, porque os astros não nascem, não mudam, não morrem e o seu movimento apresenta uma regularidade constante, perfeita. Já o nosso mundo sublunar é dominado pelo devir e tudo aí é acontecimento. Deste devir não pode haver ciência fixa ou exata, pois as leis são apenas prováveis e é preciso contar com as contingências. Neste mundo, «o homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito permanece duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente» (ibid.: 43).

Para melhor perceber esta oposição aristotélica entre celeste e sublunar pode estabelecer-se um paralelo com a oposição que normalmente se estabelece entre as ciências físicas e as ciências humanas, convictos de que o homem não pode ser objeto de ciência e os acontecimentos não são coisas. A concepção aristotélica, acredita P. Veyne, é o instrumento mais cómodo para descrever a história tal como ela é e como será enquanto se puder chamar história, isto porque «no mundo sublunar, cada um reconhecerá o mundo onde vivemos e agimos, o mundo que os nossos olhos veem e que é descrito nos romances, nos dramas e livros de história, por oposição ao céu das abstrações onde reinam as ciências físicas e humanas» (ibid.).

A história não é uma ciência humana, pois não pode sair do sublunar, substituindo o acaso e a liberdade – que a ciência repudia – pelo determinismo.

Sendo a probabilidade uma característica da própria intriga, não se pode fazer a distinção entre narrativa, compreensão e explicação. A história não ultrapassa um nível muito básico de explicação «e o que chamamos explicação não é mais do que o modo que a narração tem de se organizar numa intriga compreensível» (ibid.: 115).

A explicação, entendida no seu sentido forte de consignação de um facto a uma lei ou de uma teoria a uma teoria mais geral, como fazem as ciências ou a filosofia, é inapropriada para a história. À história convém uma explicação no seu sentido fraco e familiar, isto é, a que é inerente ao discurso compreensível do quotidiano, que usamos quando tentamos, simplesmente, explicar a alguém algo que aconteceu. Nesta segunda aceção do termo, qualquer página de história é explicativa, «a partir do momento em que ela não se reduz a uma simples algaraviada ou a uma lista cronológica e que tem algum sentido para o leitor» (ibid.: 116).

Conclui-se que não há explicação histórica no sentido científico do termo, apenas no seu sentido familiar, que é o que decorre da compreensão quer de um livro de história quer de um romance ou de uma notícia. «Dito de outro modo, explicar, da parte dum historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvi-

mento da intriga, fazer compreendê-la”. Tal é a explicação: toda sublinear e nada científica; nós reservar-lhe-emos o nome de compreensão» (ibid.).

A indistinção entre compreensão e explicação sublinear anula o problema teorizado por Raymond Aron da relação entre compreensão e explicação. Em suma:

A história não explica, no sentido em que ela não pode deduzir e prever (só o pode um sistema hipotético-dedutivo); as suas explicações não são o reenvio para um princípio que tornaria o acontecimento inteligível, elas são o sentido que o historiador empresta à narrativa. [...] a explicação da Revolução [Francesa] é o *resumo* dela [a ascensão da burguesia] e nada mais [Veyne 1983: 118].

Do mesmo modo, a causalidade histórica difere da causalidade científica, pois a causa histórica é independente de uma lei. Em história, as causas são os acontecimentos que antecedem determinado acontecimento que se procura explicar, são, nas palavras do próprio autor, «os diversos episódios da intriga» (ibid.: 119). «O historiador não encadeia as causas cujo concurso produziria o efeito, o historiador desenvolve uma narrativa cujos episódios se sucedem e na qual os atores e fatores estimulam os seus atos» (ibid.: 120). Seria artificial recortar causas discretas de uma narrativa histórica, uma vez que «essa narrativa é logo à primeira vista causal, compreensível; simplesmente a compreensão que procura é mais ou menos aprofundada» (ibid.: 122).

Por conseguinte, procurar as causas é narrar um facto de forma mais profunda, é fazer emergir os aspetos não-fatuais. Explicar mais resume-se, pois, a contar melhor<sup>192</sup>. O progresso da história não consiste em passar da narração à explicação, uma vez que toda a narração é já explicativa, mas levar a narração mais longe, ao não-factual. Se a explicação parece ir mais longe do que a compreensão imediata é porque ela pode explicitar os fatores da narrativa de acordo com as três linhas do acaso, da causa material e da liberdade, que constituem o mínimo facto histórico, se ele for humano<sup>193</sup>. Assim sendo, a história não se

---

<sup>192</sup> «Expliquer plus, c'est raconter mieux, et de toute manière on ne peut pas raconter sans expliquer» (Veyne 1971: 132) ; «Explicar mais é contar melhor, e de qualquer modo não se pode contar sem explicar» (Veyne 1983: 122).

<sup>193</sup> «[...] a explicação histórica leva mais ou menos longe a explicação dos fatores; por outro lado, neste mundo sublinear, estes fatores são de três espécies. Um é o acaso, a que chamamos também causas superficiais, incidente, génio ou ocasião. Outro chama-se causas, ou condições, ou dados objetivos; nós chamar-lhe-emos causas materiais. O último é liberdade, a deliberação, a que nós chamaremos causas finais. O mínimo “facto” histórico comporta estes três elementos, se é humano; [...]» (Veyne 1983: 125).

explica só por incidentes ou ocasiões nem por causas económicas nem por mentalidades, projetos ou ideias. Não existe nenhuma regra de ordenação destes três aspetos, ou seja, reitera-se a ideia de que a história não tem método próprio.

Paul Ricœur entende o processo de retrodicção, teorizado por P. Veyne no capítulo VIII (1983: 179-210), como uma exceção a esta tese que entende a explicação em história como uma forma de fazer compreender, de descrever as coisas tal como se passaram. Porque a retrodicção põe em jogo uma explicação causal para um facto do passado cuja causa se desconhece, a explicação e a compreensão aparecem como dois processos distintos. P. Veyne define o conceito de retrodicção como uma operação indutiva de preenchimento de uma lacuna da narrativa histórica por analogia com um enchimento análogo mas sem falha numa outra série. No fundo, trata-se de tentar encontrar ou presumir a melhor explicação para um problema acontecido, sempre que o documento seja omisso, partindo da explicação de um acontecimento similar. No caso da proposição «Luís XIV tornou-se impopular porque os impostos eram demasiado pesados», não tendo o historiador um documento que afirme que os impostos foram realmente a causa da impopularidade do rei e sabendo somente que os impostos eram pesados e que, por outro lado, o rei se tornou impopular no final do seu reinado, só lhe resta raciocinar por retrodicção, isto é, remontar da impopularidade (efeito) a uma causa hipotética. Esta retrodicção tem de apoiar-se em casos paralelos da época e nas mesmas circunstâncias que evidenciam o descontentamento e a reação negativa dos povos a impostos demasiado pesados<sup>194</sup>. Raciocinamos assim por comparação com o semelhante, mas sem a garantia de que num caso particular esta analogia não falhe; não podemos esquecer que estamos a lidar com a causalidade sublunar, irregular e confusa. A retrodicção é um raciocínio muito próximo da seriação, raciocínio típico dos epigrafistas, filólogos e iconografistas:

[...] quando um epigrafista, um filólogo ou um iconografista quer saber o que significa a palavra *rosa* ou o que faz, nesse baixo-relevo, um romano que é representado deitado num leito, recolheu todas as outras ocorrências da palavra *rosa* e de romanos deitados e tira, da série assim constituída, a conclusão de que *rosa* quer dizer *rosa* e que o romano dorme ou come; a fundamentação dessa conclusão é que seria surpreendente que uma palavra não tivesse sempre pouco mais ou menos o mesmo sentido e que os romanos não tivessem comido e dormido como queriam os hábitos da sua época [Veyne 1983: 188].

---

<sup>194</sup> «Subentendido: se as coisas se passaram regularmente; a retrodicção aparenta-se por aí ao raciocínio por analogia ou a essa forma de profecia racional, porque condicional, a que chamamos predição» (Veyne 1983: 186).

Porque a espécie humana ou, no mínimo, cada época apresenta hábitos e costumes muito próprios, é possível fazer retrodições. Mas há setores onde a retrodição é arriscada: o equívoco, a excentricidade, a boémia, o génio e a loucura. Daí que P. Veyne afirme que «uma escultura de má qualidade entre em série, uma obra-prima, dificilmente; os textos poéticos prestam-se menos a ela do que os formulários administrativos» (1983: 189).

Obviamente, a grande dificuldade em todo este processo é sabermos quando estamos perante um setor no qual a repetição funciona ou não, até porque há épocas que ficaram marcadas, justamente, pela transgressão e pela originalidade. Em suma, podemos concluir que «a história de uma determinada época reconstitui-se por seriações, por idas e vindas entre os documentos e a retrodição» (ibid.: 190).

Não obstante, os conhecimentos alcançados pela retrodição situam-se sempre no campo do sublunar, não têm nada que ver com as leis gerais do modelo de subsunção ou das ciências hipotético-dedutivas<sup>195</sup>. As pretensas leis da história ou as *ktema es aei* de Tucídides (as lições para sempre válidas da história) não podem separar-se do contexto concreto factual a que se referem, isto é, não admitem as abstrações com que lidam as leis científicas<sup>196</sup>. A retrodição está mais próxima da explicação causal de Dray e de Mandelbaum e P. Veyne faz questão de o deixar bem claro: «A explicação histórica não é nomológica, é causal; como causal ela contém o geral» (ibid.: 203).

A explicação histórica difere da explicação científica porque a história é descritiva, limita-se a contar o que aconteceu e como aconteceu, ao passo que a ciência explica o porquê do acontecimento, enunciando leis das ciências físicas ou humanas. Insiste o autor francês que «a história descreve o que é verdadeiro, o que é concreto, vivido, sublunar; a ciência descobre o que está escondido, abstrato e, de direito, formalizável» (ibid.: 203).

Tentar conciliar a causalidade do vivido com a causalidade científica é negligenciar o abismo que desde a antiguidade clássica grega separa a *doxa* da *episteme*. História e ciência não se podem misturar, salvo nalguns casos em que a ciência é convocada pelo próprio sistema da história. Ora, Paul Veyne não é

---

<sup>195</sup> Daí que o autor afirme: «estudar a síntese histórica, ou retrodição, é estudar que papel desempenha em história a indução e em que consiste a “causalidade histórica”, por outras palavras, dado que a História não existe, a causalidade na nossa vida quotidiana, a causalidade sublunar» (Veyne 1983: 180).

<sup>196</sup> «[...] conceitos e “leis” histórico-sociológicos não têm sentido nem interesse senão através de *trocias subreptícias* que continuam a manter com o concreto que governam; é precisamente nessas trocas que reconhecemos que uma ciência ainda não o é» (Veyne 1983: 202).

muito explícito relativamente a esta exceção, apenas diz que a ciência pode ser útil à história para explicar o intervalo entre as intenções e os acontecimentos. As nossas intenções nunca coincidem totalmente com os efeitos, e este intervalo é o lugar reservado para as explicações científicas, na escrita e na prática histórica. Só recorreremos à ciência quando as intenções não bastam, ou seja, fazemos apelo à ciência unicamente para explicar um efeito incompreensível ou imprevisto, porém esta exceção não é suficiente para derrubar a barreira que separa história e ciência<sup>197</sup>.

Uma outra tese de Veyne é a de que a história não tem método, mas uma *crítica* e uma *tópica*, as quais não substituem o método mas são-lhe equivalentes. A explicação histórica é inata e familiar, por isso se pode qualificar de compreensão, e o método histórico que atualmente possuímos é o mesmo desde Heródoto e Tucídides<sup>198</sup>. «O que progrediu consideravelmente, em contrapartida, foi a crítica histórica e sobretudo [...] a tópica histórica» (ibid.: 137).

Por *crítica histórica* o autor entende a vigilância que o historiador exerce sobre os conceitos que emprega. Depois de refutar o valor das teorias históricas e a criação de uma tipologia em história (que até pode ter algum valor heurístico, mas nada acrescenta à explicação histórica,) e de optar pelo nominalismo (porque as abstrações não existem e não podem, por isso, ser causas eficientes: não existe a França, somente os franceses; não existem forças produtivas, apenas homens que produzem), P. Veyne acaba por reconhecer que os historiadores não podem deixar de utilizar teorias, tipos ou conceitos, que são uma única e mesma coisa – «resumos de intrigas já prontos» (ibid.: 155) –, ainda que estes sirvam apenas para abreviar uma descrição<sup>199</sup>. A partir do

---

<sup>197</sup> «As ciências físicas e humanas podem realizar todos os progressos possíveis: a história não será mudada do seu assento; com efeito, ela não fará uso das suas descobertas exceto num caso muito preciso: *quando essas descobertas permitem explicar um intervalo entre as intenções dos agentes e os resultados*» (Veyne 1983: 210).

<sup>198</sup> Todas as tentativas de descoberta de um método ou de uma concepção geral que explicasse o funcionamento da história e da sociedade, como o materialismo económico, nunca resultaram e os filósofos e teóricos que praticaram uma metodologia histórica viram-se obrigados, assim que se tornaram historiadores, a regressar às evidências do bom senso. O ofício dos historiadores é de fazer compreender o sublunar, por isso a compreensão não aceita nenhum outro tipo de explicação ao seu lado. «A explicação histórica não pode apelar para nenhum princípio, para nenhuma estrutura permanente (cada intriga tem o seu dispositivo causal particular)» (Veyne 1983: 137).

<sup>199</sup> «O tipo ou a teoria só podem servir para abreviar uma descrição; fala-se de despotismo esclarecido ou de conflito cidade-campo para ser breve, como se diz “guerra” em vez de “conflito armado entre potências”» (Veyne 1983: 154).



momento em que os historiadores não podem evitar o uso de palavras, também não podem evitar o uso de conceitos. Mas estes não são explicativos, apenas heurísticos. Tanto a história generalizante como a história comparada não vão mais longe nem conseguem ser mais gerais ou científicas que a história comum, porque os conceitos que utilizam são sublunares, remetem sempre para intrigas particulares e porque tal como a história tradicional se limitam a compreender e a fazer compreender. No fundo, há apenas uma história que consiste unicamente em compreender e que se escreve com palavras: «Que fazemos nós mais do que compreender intrigas? E não há duas maneiras de compreender» (Veyne 1983: 160).

A “tópica”, para P. Veyne também não constitui um modelo de explicação, mas aplica-se ao questionário ideal, tratando-se de um alargamento da lista de questões que o historiador deve colocar aos seus documentos. O termo é retirado da retórica aristotélica, onde *topoi* designa a lista de “lugares-comuns” e de “verosimilhanças” que o orador deveria usar nos seus discursos, não para resolver as dificuldades, mas para enumerar todas as dificuldades possíveis nas quais era necessário refletir. Estas listas correspondem ao que na atualidade os sociólogos denominam de *check-lists*. O prolongamento do questionário que a tópica permite é o único progresso de que a história é capaz, implicando um enriquecimento paralelo dos conceitos<sup>200</sup>. É a tópica que permite à história estrutural ou não-factual lutar contra a ótica imposta pelas fontes, conceptualizar os acontecimentos de forma diferente dos próprios atores ou dos seus contemporâneos e, logo, racionalizar a leitura do passado. O progresso conceptual faz com que a visão do historiador moderno seja muito mais rica que a de Heródoto e Tucídides ou de qualquer outro historiador da Antiguidade. Há questões que estes historiadores antigos nunca fariam e que hoje são imprescindíveis, questões que levam o historiador a concentrar-se em factos que na Antiguidade passaram despercebidos. Todavia,

o único progresso possível da história é [este] alargamento da sua visão e a sua percepção mais fina da originalidade dos acontecimentos, e esse género de pro-

---

<sup>200</sup> «O enriquecimento dos reportórios de lugares é o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer, a história não poderá nunca dar mais lições do que dá presentemente, mas ela poderá multiplicar ainda as questões. Ela é definitivamente narrativa e reduz-se a contar o que Alcibiades fez e o que aconteceu. Longe de desembocar numa ciência ou numa tipologia, ela não deixa de confirmar que o homem é matéria variável sobre a qual não se pode fazer um juízo fixo; não sabe melhor do que no primeiro dia como se articulam o económico e o social e é ainda mais incapaz do que no tempo de Montesquieu de afirmar que, tendo-se produzido o acontecimento A, o acontecimento B se produzirá igualmente» (Veyne 1983: 270).

gresso todo em delicadeza não é tonitruante, fora desse crescimento de um tesouro de experiência, tudo o resto são avatares das convenções do gênero, modas do dia ou casos heurísticos. A história não progride, alarga-se; o que significa que ela não perde para trás o terreno que conquista para a frente [...] A maneira que tinham Tucídides ou Codefroy de escrever história é sempre nossa contemporânea [Veyne 1983: 273].

Em suma: o que há a compreender em história são as intrigas e o alargamento do questionário equivale a uma progressiva conceptualização. Estas duas teses, aparentemente incompatíveis, admitem que a noção de intriga se aplica também ao campo da história estrutural, não-factual; que a conceptualização não se confunde com a ciência do mundo supralunar e se restringe ao conhecimento sublunar. A tópica histórica é apenas heurística, não explicativa «pois a dificuldade da historiografia é menos encontrar respostas do que encontrar questões» (Veyne 1983: 269) e não altera o caráter fundamental da compreensão, que é compreender intrigas. Ricœur termina com o seguinte comentário: «Pour être tout à fait convaincant, Paul Veyne devrait expliquer comment l’histoire peut rester un récit quand elle cesse d’être événementielle» (*TR I*, 309). Ou, por outras palavras, o que o filósofo francês questiona é a ausência de limites para a noção de intriga: «La question que pose le livre de Paul Veyne est de savoir jusqu’où l’on peut étendre la notion d’intrigue sans qu’elle cesse d’être discriminante» (*TR I*, 309). Questão com que podemos confrontar todos os defensores da teoria narrativista da história, não tanto os de língua inglesa porque apresentavam exemplos que não iam muito além da história *événe-mentielle*; porém, a dificuldade acentua-se quando a intriga deixa de ser aplicada apenas à história do acontecimento. O filósofo francês reconhece como ponto forte da obra de P. Veyne o ter conduzido até este limite crítico a ideia de que a história é só construção e compreensão de intrigas: «C’est lorsque l’histoire cesse d’être événementielle que la théorie narrativiste est véritablement mise à l’épreuve. La force du livre de Paul Veyne est d’avoir conduit jusqu’à ce point critique l’idée que l’histoire n’est que construction et compréhension d’intrigues» (*TR I*, 310).

### 2.3. Explicação e compreensão: um balanço

Fizemos desfilar, na senda de Ricœur, uma série de teorias sobre a epistemologia da história. Impõe-se, agora, um balanço crítico, ressaltando os contributos e as insuficiências de cada uma. Porque reconhece virtudes e defeitos em qualquer das propostas apresentadas, o filósofo francês não toma partido

absoluto, mas recolhe de cada uma as mais-valias para a construção de uma dialética entre explicação histórica e compreensão narrativa, com a vantagem de que nos estudos anteriores (por nós já comentados) essa dialética se circunscrevia ao nível da imputação causal e agora abrange também as entidades e o tempo da história-ciência. Que balanço podemos fazer então destas leituras, por vezes dispersas e aparentemente fortuitas, levadas a cabo por Ricœur? Responde o próprio: «Qu'un tel lien [entre l'historiographie et la compétence narrative] doit être préservé, mais que ce lien ne puisse être direct, c'est le *bilan* de la confrontation [...]» (Ricœur, *TR I*, 311).

Da passagem pela teoria nomológica de Hempel e pelas críticas da escola francesa dos *Annales*, Ricœur realça um **corte epistemológico** entre a nova história científica surgida no dealbar do século XX e a inteligência narrativa, mesmo depois de fortalecida pelas teses narrativistas que se ergueram no seio da filosofia analítica contra o modelo hempeliano. Este corte reflete-se a três níveis interdependentes na narrativa histórica: ao nível dos *procedimentos*, das *entidades* e do *tempo*.

No que aos **procedimentos** diz respeito, a história enquanto ciência de *investigação* nasce do uso específico e autónomo que faz da explicação. Isto acontece tão simplesmente porque, na narrativa, a explicação assenta sobre conexões inerentes ao próprio ato de composição, daí que Gallie e Veyne possam afirmar que a narrativa é autoexplicativa e, de facto, narrar já é explicar, mas a história exige um outro tipo de explicação que não a da simples conexão causal permitida pela conjunção subordinativa “porque”. A narrativa histórica precisa de *autenticação* e de *justificação*, logo de uma explicação que é externa ao texto, assente nas provas documentais. O historiador exerce um papel semelhante ao do juiz (analogia que já Dray notara), porquanto, tal como ele, submete as provas a julgamento em busca da melhor explicação, que terá de defender perante a possível contestação dos seus pares. Já ao escritor de ficções ninguém pedirá provas do que diz, pois: «Une chose est d'expliquer en racontant. Une autre est de problématiser l'explication elle-même pour la soumettre à la discussion et au jugement d'un auditoire, sinon universel, du moins réputé compétent, composé d'abord des pairs de l'historien» (Ricœur, *TR I*, 312).

O filósofo francês encontra nesta autonomia da explicação histórica três corolários específicos que acentuam o hiato entre história e narrativa: *conceptualização*, *procura de objetividade*, *reflexividade crítica*<sup>201</sup>. Um exercício de

---

<sup>201</sup> «Conceptualisation, recherche d'objectivité, redoublement critique marquent les trois étapes de l'autonomisation de l'explication en histoire par rapport au caractère «auto-explicatif» du récit» (Ricœur, *TR I*, 314)

explicação implica um exercício de *conceptualização*, que muitos têm por critério principal da historiografia. A conceptualização é um problema antigo que anda associado ao debate em torno da nomenclatura – abordado também por Marc Bloch – e à querela dos universais históricos entre realismo e nominalismo. O historiador usa universais. O próprio P. Veyne, que se recusa a aceitar um método histórico, não se furta a salvaguardar uma crítica e uma tópica, ainda que, no seu entender, elas se restrinjam a uma função meramente heurística, que visa o alargamento do questionário e não o alargamento das respostas, ou seja, a explicação. Embora o narrador de uma obra de ficção também utilize conceitos gerais, não está obrigado, como o historiador, a submetê-los a uma crítica permanente. Quanto à *procura de objetividade*, ela resulta do próprio estatuto crítico da história como pesquisa. A história procura uma objetividade ideal, onde a verdade de um facto implique a falsidade do oposto. Deparando constantemente com inevitáveis limites à objetividade, não deixa, porém, de a procurar. Ricœur regista duas “crenças” associadas a esta pretensão: em primeiro lugar, o desejo de que os factos relatados por diferentes historiadores possam interligar-se a uma mesma escala; e em segundo, a vontade que os resultados das suas histórias se complementem. É assim que a história pode assumir como seu problema específico o dos limites da objetividade, questão naturalmente estranha ao narrador de uma obra ficcional, que conta sempre com a suspensão da descrença por parte do seu público. Todavia, o historiador dirige-se a leitores desconfiados, que esperam a autenticação dos factos que narra. Só o facto de o historiador reconhecer uma implicação ideológica diferente de um modo argumentativo (H. White) é por si só elucidativo da consciência crítica que tem quanto aos limites da objetividade histórica. A submissão da ideologia a uma crítica das ideologias é o que Ricœur designa de *reflexividade crítica* da operação histórica.

Também as **entidades** visadas pela nova história económica, social e cultural são autónomas, servindo para aumentar a brecha entre história e ficção. Na narrativa tradicional ou mítica e até mesmo nas crónicas que antecedem a historiografia como ciência, os agentes são sujeitos identificados, têm nome próprio e são responsáveis por determinadas ações, ao passo que as entidades da história científica são anónimas, sejam elas nações, sociedades, civilizações, classes sociais ou mentalidades. A rutura opera-se através da revolução que a Escola dos Annales faz da história política para a história económica, social e cultural. O lugar antes ocupado por grandes nomes da história é agora ocupado por forças sociais irredutíveis a indivíduos concretos. Esta exclusão das personagens da nova história difere da narrativa tradicional, que tem nas personagens singulares e nomeadas uma categoria essencial.

O estatuto epistemológico do **tempo histórico**, resultante dos procedimentos e das entidades, marca uma terceira rutura com a categoria temporal própria da narrativa ficcional. O tempo histórico surge separado do tempo da memória, da expectativa e da circunspeção dos agentes individuais e não aparece referido ao presente vivo de uma consciência subjetiva. A sua estrutura está intimamente ligada aos procedimentos e às entidades da história científica. Tempo definido por uma sucessão de *intervalos homogéneos*, portadores de explicação causal ou nomológica e tempo disperso na *multiplicidade dos tempos*, cuja escala se adequa à das diversas entidades: o tempo curto para o acontecimento, o semilongo para a conjuntura, o longo para as civilizações e o muito longo para os símbolos fundadores do estatuto social. Este tempo parece não ter ligação com o tempo da ação, com a “intra-temporalidade”.

Uma vez demonstrada a rutura epistemológica, não é possível continuar a defender a tese de *history* como uma espécie do género *story*. Uma continuidade direta entre história e narrativa é insustentável. Por outro lado, a história não pode cortar totalmente com a narrativa sem perder o seu carácter histórico. A crítica do modelo nomológico e a argumentação narrativista aumentaram a exigência de uma nova dialética entre a pesquisa histórica e a compreensão narrativa.

A diversificação da explicação histórica torna-a menos estranha à inteligência narrativa, sem com isso renunciar à vocação explicativa que mantém a história no círculo das ciências humanas. O enfraquecimento do modelo nomológico desempenha um papel essencial no reconhecimento das suas virtudes para a epistemologia histórica, porque leva à admissão de níveis mais diversificados de cientificidade para as generalidades alegadas, desde as leis dignas deste nome até às generalidades do senso comum que a história partilha com a linguagem quotidiana, passando pelas generalidades de carácter “disposicional” invocadas por G. Ryle e P. Gardiner. Neste domínio, ganha também particular relevância os contributos de Dray e Wright. Estes criticam o modelo hempeiliano e propõem formas menos normativas e universais de explicação, mais articuláveis com a compreensão histórica. Refletem sobre a natureza da explicação histórica mas nada avançam relativamente ao modo como esta se articula com a narrativa histórica. Dray critica o modelo nomológico, dizendo que em história não dá para subordinar factos a leis. Em alternativa, apresenta a explicação causal e a explicação por razões. Esta última reforça-se com as mesmas exigências de conceptualização, de autentificação e de vigilância crítica de qualquer outro modo de explicação. Como ponto fraco, Dray não tem em conta o carácter narrativo da história. Ainda em reação contra o modelo nomológico, G. H. Wright propõe um modelo misto, a explicação quase causal, composto de

explicações causais e inferências teleológicas, que resulta da passagem da análise causal para a explicação causal. Todavia, também lhe falta o fio condutor que ligue os segmentos nômicos e teleológicos da explicação quase causal. Pelo que estes novos modos de explicação aproximam-na da narrativa, mas não a consideram; por outro lado, separam a explicação histórica da explicação imanente à narrativa<sup>202</sup>.

Cabe às teses narrativistas definirem o discurso histórico onde se enxertam os procedimentos explicativos, elevando com isso os recursos explicativos da narrativa, num movimento de convergência com o movimento anterior da explicação para a narração. Passamo-las rapidamente em revista. Danto diz que é próprio da frase narrativa ligar dois acontecimentos sob duas condições: primeira, que o segundo acontecimento seja posterior ao primeiro; segunda, que os dois acontecimentos sejam anteriores à narrativa do historiador. Alargando o discurso histórico ao modelo nomológico, Danto parece ser mais liberal que Dray ao não se opor à inserção de explicações nomológicas na história, apenas observa que qualquer acontecimento histórico que se pretenda explicar está já coberto por uma descrição que equivale a uma explicação. Só podemos cobrir um acontecimento com uma lei geral se ele estiver já inscrito numa frase narrativa. Não obstante, a relação entre a frase narrativa e a narrativa, enquanto composição que abarca uma série de acontecimentos numa determinada ordem, nunca é claramente discutida. É esta ordem específica que nos permite falar de discurso narrativo e nos fornece a estrutura do discurso que acolhe as explicações históricas.

O conceito de *followability* teorizado por Gallie define a compreensão narrativa. Compreender uma história (enquanto descrição direcionada para um fim de uma sequência de ações, pensamentos e sentimentos experimentados por personagens reais ou fictícias que provocam mudanças ou reagem a elas) consiste em segui-la através de uma série de contingências (surpresas, coincidências, reencontros, revelações, reconhecimentos, etc.) em direção a um desenlace. Este desenlace funciona como ponto de atração, mas não é previsível, apenas aceitável depois de conhecido. Por conseguinte, uma história combina contingência com aceitabilidade. Esta fórmula aplica-se a *story* e a *history*, pois *history* é um subgénero de *story*, logo, tirando a prova material ou documental (*evidence*), nada mais distingue história de ficção. A história, tal como a ficção, fala sobre realizações e fracassos de homens em interação. A leitura das histórias provém

---

<sup>202</sup> «Sur ces trois voies, l'explication propre à la recherche historique paraît bien faire une partie du chemin qui la sépare de l'explication immanente au récit» (Ricœur, *TR I*, 316).

da nossa competência para seguir ficções. Seguimos histórias como ficções, porque as primeiras, tal como as segundas, apresentam um tema que desperta o nosso interesse e, por isso, merece ser seguido através de contingências. Se as histórias dos historiadores se fundam nas ficções, os traços distintivos da explicação histórica devem ser considerados como expansões ao serviço da aptidão da história de base para ser seguida. Ou seja, as explicações não têm outra função que não seja ajudar o leitor a ir mais avante. As explicações históricas não são, pois, formas atenuadas das explicações científicas, elas limitam-se a desenvolver generalizações que podemos encontrar já nas histórias do quotidiano relativamente a situações, papéis, motivos, fins, provações e saídas. Pelo que, aceitar estas generalizações não significa colocar um caso sob uma lei mas sim relançar o processo de seguir uma história quando ele foi interrompido ou obscurecido. As explicações devem ser integradas no discurso narrativo. O papel da explicação em história não difere grandemente do comentário filológico. Nos dois casos, a crítica nasce da necessidade de ganhar distância face ao texto recebido e de reescrever o texto de forma a torná-lo mais legível.

A reflexão de Louis O. Mink acentua outra característica fundamental da compreensão narrativa: o julgamento sinóptico ou a sua capacidade para apreender, num todo simultâneo, factos dispostos sequencialmente. Esta característica confere autonomia à compreensão histórica e afasta qualquer modelo explicativo com pretensões hipotético-dedutivas. A explicação em história faz-se relacionando os acontecimentos uns com os outros, dentro de um *contexto* histórico. Mas esta teoria vai também contra o conceito de *followability* de Galile, que dava prioridade à sequência dos acontecimentos contingentes. A ideia de que na compreensão de uma narrativa a sucessão temporal se desvanece põe em causa as contingências, depositárias dos traços cronológicos. O mais importante da tese de Mink é a percepção de que a arte de seguir uma história requer a capacidade de sacar uma configuração de uma sucessão. Esta operação configuracional é um trunfo que Ricœur apresentará contra os que têm da narrativa a ideia errada de uma mera sequência cronológica ou episódica de acontecimentos. A estrutura narrativa consegue combinar sequência e configuração, apresentando uma dimensão episódica e outra configuracional, uma sequência e uma figura. No que concerne a história, enquanto narrativa verdadeira, esta estrutura complexa implica que a narrativa seja sempre mais do que uma série cronológica de acontecimentos e, ao invés, que a dimensão configuracional não eclipse a dimensão episódica sem abolir a própria estrutura narrativa. Todavia, Mink só acentua a dimensão configurante, deixando moribunda a dimensão episódica-temporal-linear. Para aclarar a dialética concreta entre discordância e concordância na narrativa, Ricœur transfere a sua pesquisa do conceito de intriga da

crítica literária para a epistemologia da história. É aí que encontra as teses de Hayden White.

H. White pensa a operação de *mise en intrigue* no âmbito da estrutura narrativa da historiografia. O autor coloca a composição da intriga (*emplotment*) entre várias operações, cuja enumeração varia de obra para obra. Em *Metahistory*, a sua separação de *story* (história narrada), leva à dissociação de explicação da história e explicação do acontecimento, dependendo a primeira da categoria da própria *mise en intrigue* (*emplotment*) e a segunda da organização da história (*story*) em termos de causas e de leis. Outras fronteiras difíceis de entender delimitam a intriga (*plot*) de outros modos de explicação. Uma com o *argumento* (a tese ou ponto de vista da narrativa), que Aristóteles incluía na intriga, e outra com a ideologia. A maior vantagem desta teoria é a construção de um estilo historiográfico, resultado da combinação particular dos modos de composição, de argumentação e de implicação ideológica e a conceção da composição da intriga (*emplotment*) como uma operação que dinamiza os vários níveis de articulação narrativa, que faz a transição entre a narração e a explicação. Deste modo, vai ao encontro da ideia que Ricœur pretende salientar de intriga como síntese do heterogêneo, como jogo de concordância e discordância, compreensão e explicação.

A obra de Paul Veyne combina um afrouxamento do poder explicativo da história com uma elevação da sua capacidade narrativa. A história é antes de mais uma reconstrução que faz uso de uma intriga. A noção de intriga como síntese do heterogêneo apraz a Ricœur, mas a sua aplicação à história quantitativa e estrutural e a sua extensão até ao limite da atemporalidade e do não-ocorrencial deixa-a no limite da descaracterização. O que distingue história das ciências naturais não é o objeto de estudo, ambas se debruçam sobre objetos individualizados ou específicos, a diferença reside em que a ciência física, enquanto disciplina supralunar, integra factos sob leis e a história, sendo uma disciplina sublunar, integra factos em intrigas. Porém, porque a história não tem método, não há nenhuma regra para reunir os factos em intriga. Ela recorre ao mesmo tipo inato de explicações que nós usamos no quotidiano para explicar um acontecimento qualquer que presenciámos. A partir do momento em que uma história se apresenta com sentido, isto é, seja compreensível, pode considerar-se explicativa, não havendo diferença alguma entre explicação, compreensão e narrativa. Narrar é explicar, *explicar mais é narrar melhor*. A explicação em história, seja ela de que tipo for, é sempre causal, no sentido em que não admite qualquer tipo de abstração do contexto factual a que se refere e, por isso, nunca pode ser nomológica. A história deve contar *o que* aconteceu e *como* aconteceu. A ciência explica o *porquê* dos acontecimentos, enunciando leis das



ciências físicas ou humanas. Mas história e ciência, salvo raras exceções (não especificadas), para explicar um efeito incompreensível, não se podem misturar. Salva-se a ideia forte de história como compreensão de intrigas, com as reservas atrás apontadas sobre os limites pouco claros do conceito de intriga.

Ricœur reconhece sucesso e fracasso às teorias narrativistas<sup>203</sup>. Não fazem justiça à especificidade da história, dentro do leque da narrativa; as suas considerações valem apenas para as formas historiográficas com ligação *direta* e visível à narrativa, ignorando as transformações que a historiografia entretanto foi sofrendo; e não conseguem integrar a explicação através de leis no tecido narrativo da história. Por outro lado, perceberam bem que a qualidade propriamente histórica da história só pode ser preservada por meio do elo que liga a explicação histórica à compreensão narrativa, contra a rutura epistemológica que pretende dissociá-las. Independentemente do triplo corte epistemológico exigido pela nova história científica, *a história não pode ser radicalmente desligada da narrativa sem sacrificar o seu caráter histórico*.

Os narrativistas conseguiram demonstrar que *narrar é já explicar*. O famoso conceito aristotélico do “um por causa do outro” (*di' allela*), que faz a conexão lógica de qualquer intriga, aplica-se não só à narrativa ficcional como à histórica. Esta tese tem várias consequências. Por um lado, a conexão causal ativada em qualquer narrativa pela composição da intriga representa uma vitória sobre a simples cronologia e torna possível a distinção entre história e crónica, uma vez que nesta última os factos são apresentados uns *a seguir* aos outros e não uns *por causa* dos outros. Por outro, se a construção da intriga resulta de um julgamento, é porque há necessariamente um narrador implicado na narração. O narrador mantém um ponto de vista distante e diferente do dos agentes ou personagens envolvidos na própria ação narrada, que possuem uma compreensão dos acontecimentos e do seu contributo para o desenrolar da intriga mais confusa e limitada. Este distanciamento permite passar do narrador ao historiador. Por fim, se é possível à narrativa integrar, num todo coeso e significativo, aspetos tão díspares como as circunstâncias, os cálculos, as ações, as ajudas e os obstáculos, os resultados, então, também é possível à história incluir os resultados não intencionais ou inesperados da ação e produzir descrições da ação distintas da sua descrição em termos simplesmente intencionais (Danto).

Um segundo aspeto positivo das teses narrativistas tem que ver com o facto de responderem a uma diversificação e a uma hierarquização dos modelos

---

<sup>203</sup> «J'ai dit plus haut que le demi-succès des théories narrativistes était aussi un demi-éche» (TR I, 316).

explicativos com uma diversificação e uma hierarquização análoga dos recursos explicativos da narrativa. Danto adapta a estrutura da frase narrativa a um tipo específico de narrativa histórica, nomeadamente, a que se baseia em documentação datável. Mink, por sua vez, confere um estatuto explicativo ao ato configurador, associando-o a outros dois tipos de explicação: a categorial e a teórica. White, numa primeira fase, coloca o efeito explicativo da composição da intriga entre a argumentação e a *story-line*; numa segunda fase, dissocia-o da explicação inerente à história narrada (*story*) e liga-o à explicação através do argumento e à explicação através da implicação ideológica. Esta diversificação explicativa resulta do esforço dos narrativistas em aproximarem o mais possível a explicação narrativa do plano da explicação histórica.

No fim de contas, subsiste um hiato intransponível, aberto pela investigação e daí pela autonomia explicativa da história, entre explicação narrativa e explicação histórica e nenhuma tese narrativista ou mesmo quase antinarrativista seria capaz de substituir um modelo explicativo.

### 3. INTENCIONALIDADE HISTÓRICA: DIALÉCTICA EXPLICAÇÃO/ /COMPREENSÃO

O desfile de autores e respetivas teses sobre a historiografia tem o mérito de pôr a descoberto os benefícios e as insuficiências quer do modelo nomológico quer das teses narrativistas. Esta estratégia antitética só ganha sentido à luz da ulterior reativação das fontes narrativas da historiografia. Depois da avaliação dos contributos destas leituras, é preciso demonstrar que a história, pela sua matriz narrativa, está intencionalmente direcionada para o campo temporal da *praxis* humana e é essa ação que ela representa nas suas intrigas<sup>204</sup>. Com esse fim, Ricœur desenvolve a tese da ligação *indireta* da história à competência narrativa. A *intencionalidade histórica*, título do terceiro capítulo da segunda parte da trilogia *Temps et Récit*, é a ferramenta que lhe permite *reconstruir os laços indiretos da história com a narrativa*: «Reconstruire les liens indirects de l’histoire au récit, c’est finalement porter au jour l’intentionnalité de la pensée historique par laquelle l’histoire continue de viser obliquement le champ de l’action et sa temporalité de base» (*TR I*, 167).

---

<sup>204</sup> A intenção oblíqua que o autor vê, especulativamente, na escrita da história, permitir-lhe-á inscrever a historiografia no grande círculo mimético de que falámos anteriormente e daí alcançar o objetivo principal e final: a construção do tempo histórico. Estamos, por isso, ainda na antecâmara dos aposentos onde história e ficção *colaboram* pela narrativa do tempo.

É a aliança entre explicação e compreensão que Ricœur pretende demonstrar a partir do método husserliano da *Rückfrage*, ou seja, do questionamento analéptico ou às arrecuas da *intencionalidade histórica*<sup>205</sup>. Esta expressão significa, segundo o autor, a orientação ou o sentido do intento noético da história, a qual garante a sua autonomia e o seu valor, preservando-a da dissolução nas ciências com as quais se tem vindo a aproximar, como a economia, a geografia, a demografia, a etnologia, a sociologia das mentalidades e das ideologias<sup>206</sup>.

O questionamento às arrecuas da intencionalidade histórica reenvia para um mundo da ação já narrativamente configurado por uma atividade narrativa, de acordo com o ciclo da tríplice mimese, e anterior em sentido à historiografia científica. Por outras palavras, esta atividade narrativa tem já a sua dialética própria, que percorreu os estádios sucessivos da *mimesis*, desde as prefigurações inerentes à ordem da ação, passando pelas configurações constitutivas da *mise en intrigue*, até às refigurações suscitadas pelo encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Tendo esta premissa como base, Ricœur estabelece as coordenadas da sua investigação: «Je me propose d’explorer par quelles voies indirectes le paradoxe de *la connaissance historique transpose à un degré supérieur de complexité le paradoxe constitutif de l’opération de configuration narrative*» (Ricœur, *TR I*, 319).

O paradoxo constitutivo da *mimesis II* de que fala Ricœur resulta da sua posição simultânea de rutura e de continuidade entre mundo pré-narrativo da ação efetiva a montante e o mundo do texto a jusante. O conhecimento histórico duplica este contraste<sup>207</sup>. Por conseguinte, a questão que se coloca é a de

---

<sup>205</sup> A expressão que traduzimos por “questionamento analéptico” pretende equivaler à francesa “questionnement à rebours”, com a qual o filósofo francês designa o método de questionar utilizado por Husserl a propósito das ciências clássicas, ditas de Galileu e de Newton. «La solution du problème relève de ce qu’on peut appeler une méthode de questionnement à rebours. Cette méthode, pratiquée par Husserl dans la *Krisis*, ressortit à une phénoménologie génétique, au sens non d’une genèse psychologique, mais d’une genèse de sens» (Ricœur, *TR I*, 318).

<sup>206</sup> Nous nous interrogeons à notre tour sur ce que j’appellerai désormais *l’intentionnalité de la connaissance historique* ou, par abréviation, *l’intentionnalité historique*. J’entends par là le *sens de la visée noétique* qui fait la qualité historique de l’histoire et la préserve de se dissoudre dans les savoirs auxquels l’historiographie vient à se joindre par son mariage de raison avec l’économie, la géographie, l’ethnologie, la sociologie des mentalités et des idéologies (Ricœur, *TR I*, 318).

<sup>207</sup> «En vertu de sa position médiane entre l’amont et l’aval du texte poétique, l’opération narrative présente déjà les traits opposés dont la connaissance historique redouble le contraste: d’un côté, elle naît de la rupture qui ouvre le royaume de la fable et le scinde de l’ordre de l’action effective; de l’autre, elle renvoie à la compréhension immanente à l’ordre de l’action et aux structures pré-narratives de l’action effective» [*ibid.*, 319].

discernir por que derivações indiretas a tripla cesura epistemológica (procedimentos, entidades, temporalidade), que faz da história uma investigação, procede da cesura instaurada pela atividade própria da mimesis II, sem perder de vista, pelo menos de forma oblíqua, a ordem da ação, de acordo com os recursos de inteligibilidade, de simbolização e de organização pré-narrativos, próprios do plano da *mimesis* I. O autor visa demonstrar deste modo a derivação indireta da história a partir da configuração narrativa e o seu consequente, ainda que afastado, reenvio ao campo da *praxis* – derivação e reenvio sacrificados e recalcados pela conquista da autonomia científica da história.

Apesar desta tentativa de apagamento dos vestígios do campo prático e dos seus recursos narrativos, Ricœur descobre no conhecimento histórico uma série de elos que lhe permitem reconstruir a derivação do texto histórico do mundo da ação, consignado à mimesis I. Essa reconstrução segue a ordem por que foram apresentadas acima as modalidades do corte epistemológico: autonomia dos *procedimentos*, autonomia das *entidades*, autonomia dos *tempos*.

### 3.1. Imputação causal e imaginação: *quasi-intriga*

Quanto aos *procedimentos* explicativos, o elo indireto com a narrativa está no nexos imposto pela *imputação causal singular*, método que tem reflexos significativos das teorias da *análise causal* de W. Dray<sup>208</sup> e da *explicação quase-causal* de von Wright, mas é sobretudo fruto das reflexões mais consistentes e elaboradas de Max Weber e Raymond Aron<sup>209</sup>. É este nexos causal, típico de qualquer explicação histórica, que permite fazer a ponte entre a explicação de tipo narrativo (o *um-por-causa-do-outro* aristotélico) ou compreensão e a explicação de tipo nomológico, normalmente identificada com a explicação:

---

<sup>208</sup> A dupla prova indutiva e pragmática de que fala Dray, através das quais se verifica a capacidade ou o grau de influência de determinados fatores na explicação de um evento, aproxima-se muito da lógica da imputação causal desenvolvida por Weber e Aron.

<sup>209</sup> R. Aron, *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Gallimard, Paris, 1948, pp. 195-330; M. Weber, *Essais sur la théorie de la science*, Librairie Plon, Paris, 1965, (trad. fr., Julien Freund, de *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 2.<sup>a</sup> ed., Tübingen, Mohr, 1951). Da tradução francesa, que reúne quatro dos dez ensaios que constituem o original alemão, salientamos o segundo ensaio “Études critiques pour servir à la logique des sciences de la culture” (1906). Nesse mesmo ensaio, o segundo ponto, intitulado “possibilité objective et causalité adéquate en histoire” (Weber 1965: 290-323) é a peça chave de que Ricœur se socorre para estabelecer o paralelo e a diferença entre explicação por imputação causal e explicação narrativa.

En ce sens, l'imputation causale singulière ne constitue pas une explication parmi d'autres, mais le nexus de toute explication en histoire. A ce titre, elle constitue la *médiation* recherchée entre les pôles de l'explication et de la compréhension, pour conserver un vocabulaire maintenant vieilli; ou mieux, entre l'explication nomologique et l'explication par mise en intrigue [Ricœur, *TR I*, 320].

A lógica da imputação causal singular nasce do seguinte raciocínio: para se apurar se determinado fator, entre muitos outros fatores concomitantes, foi significativo para a ocorrência de determinado acontecimento, pergunta-se o que teria acontecido se ele não tivesse intervindo ou tivesse ocorrido de modo diferente. No fundo, consiste em avaliar o peso ou a influência causal que um determinado fator efetivo e singular teve num fenómeno histórico, imaginando-se, por um processo de abstração do real, um curso alternativo de acontecimentos, a partir da supressão desse fator causal. Esta operação, segundo Max Weber, visa destrinçar as relações causais reais, através da construção de outras irrealis: «[...] nous créons – n'ayons pas peur des mots – des *tableaux imaginaires* par abstraction d'un ou plusieurs éléments de la "réalité" donnés effectivement dans le réel et par construction idéelle d'un cours des choses modifié relativement à une ou plusieurs "conditions" (Weber 1965: 303).

A reflexão de Aron vai no mesmo sentido: «tout historien, pour expliquer ce qui a été, se demande ce qui aurait pu être» – e explicita:

Si nous cherchons la cause d'un phénomène, nous ne nous bornons pas à additionner ou à rapprocher les antécédents. Nous nous efforçons de *peser* l'influence propre de chacun. Pour opérer cette discrimination, nous prenons un des antécédents, nous le supposons, par la pensée, disparu ou modifié, nous tâchons de construire ou d'imaginer ce qui se serait passé dans cette hypothèse. [...] Si les Grecs étaient tombés sous la domination perse, la vie grecque postérieure aurait été partiellement autre qu'elle n'a été. La victoire de Marathon est une des causes de la culture grecque» [Aron 1948: 202].

Trata-se, pois, da tentativa de apurar a significação causal de um determinado acontecimento para o desenrolar de todo um conjunto de ações, supondo a sua não ocorrência ou alteração. Max Weber justifica assim o recurso a este método:

[...] il n'y a absolument rien de "oiseux" à poser la question: *qu'aurait-il pu arriver* si Bismarck n'avait pas pris la décision de faire la guerre? Elle concerne, en effet, le point décisif pour la structuration historique de la réalité, à savoir: quelle *signification* causale faut-il au fond attribuer à cette décision individuelle au sein de la totalité des éléments infiniment nombreux qui devaient précisément être

agencés de cette manière-là et non d'une autre pour amener ce résultat-là, et quelle est la place de cette décision dans l'exposé historique? Si l'histoire prétend s'élever au-dessus d'une simple chronique des événements et des personnalités, il ne lui reste d'autre voie que celle de poser des questions de ce genre. Et pour autant qu'elle est une science, elle a toujours procédé de cette manière [1965: 291].

A história só recorre à imaginação para aí discernir melhor o necessário e excluir o desnecessário ou não influente. Pretende-se saber *o que poderia ter acontecido* à cultura grega se os Gregos não tivessem vencido os Persas em Maratona ou se teria havido Segunda Guerra Púnica sem a decisão de Aníbal ou Guerra dos Sete Anos sem Frederico, o Grande. Se o historiador concluir que o fenómeno estudado poderia ter conhecido um curso diferente na ausência ou na alteração de determinado acontecimento singular de um complexo de condições históricas, então, pode concluir que este antecedente é uma das causas duma parte do fenómeno. Trata-se, pois, de um julgamento de imputação causal que atribui significado histórico ao dito acontecimento singular<sup>210</sup>. A imputação causal considera-se singular quer se refira à decisão de um indivíduo, por exemplo Bismarck na guerra de 1866, quer a um acontecimento coletivo, como a vitória dos Gregos em Salamina. E não é preciso reduzir este acontecimento à soma de ações individuais nele envolvidas. Ele é único na medida em que pode ser objeto de uma imputação causal singular, ou seja, quando se pode demonstrar que foi determinante entre duas possibilidades cuja probabilidade pode ser avaliada sem ser quantificada<sup>211</sup>. Neste caso, falamos da alternativa entre uma cultura teocrática religiosa, que seria imposta pelo Império Persa se os Gregos não tivessem ganho a batalha – resultado este que se pode constituir mentalmente a partir de outros fatores conhecidos e outras situações similares – e uma cultura helénica livre e criativa, como se veio realmente a desenvolver. A vitória dos Gregos em Salamina pode ser considerada a causa adequada deste desenvolvimento cultural e humanístico, pois, se suprimirmos este acontecimento, suprimimos toda uma cadeia de outros fatores daí decorren-

---

<sup>210</sup> «Si l'historien peut affirmer que, en modifiant ou en omettant en pensée un événement singulier dans un complexe de conditions historiques, il s'en serait suivi un développement différent d'événements "concernant certaines relations historiques de cet événement", alors l'historien peut poser le jugement d'imputation causale qui décide de la signification historique dudit événement» (Ricœur, *TR I*, 325).

<sup>211</sup> «La bataille de Salamine est pour l'historien, dans un certaine situation de discours, un événement unique, dans la mesure où elle peut faire en tant que telle l'objet d'une imputation causale singulière» (Ricœur, *TR I*, 336).

tes, como a construção da frota ática, o desenvolvimento de lutas pela liberdade, a curiosidade historiográfica, entre outros. É o valor que nós atribuímos aos factos culturais insubstituíveis do espírito helénico livre que desperta o nosso interesse pelas Guerras Médicas. Mas é a construção do “quadro imaginário”, criado pela abstração, e a ponderação das consequências do acontecimento supostamente suprimido, que constituem a estrutura lógica do argumento causal<sup>212</sup>.

Nesta atividade imaginativa, Ricœur descortina uma dupla afinidade: com a construção da intriga, que também é fruto da imaginação probabilística, e com a explicação por leis.

Ainda que nada na obra de Max Weber refira explicitamente esta primeira afinidade, Ricœur, socorrendo-se dos recursos contemporâneos da narratologia, estabelece essa conexão com segurança e fiabilidade a partir de duas pistas deixadas pelo pensador alemão. A primeira concretiza-se na semelhança e diferença entre o historiador e o agente da história. O historiador põe-se no lugar do agente que, antes de agir, pesa as maneiras possíveis de agir, de acordo com o objetivo e os meios que tem à sua disposição. Ambos formulam a mesma questão, mas o historiador goza de uma posição privilegiada porque, ao invés do agente, conhece o resultado final, é por isso que ele a formula com um conjunto de probabilidades bem mais favoráveis. São estas “chances plus favorables” que Ricœur diz remeterem para esse «extraordinário laboratório do provável que são os paradigmas de “mise en intrigue”» (*TR I*, 326). Mas o autor nota ainda que o historiador tem uma tarefa paralela à do criminalista e à do juiz e difere deles. Ambos fazem uma pergunta semelhante: em que condições se pode afirmar que pela sua ação um indivíduo provocou (foi a causa) de um específico efeito exterior? Esta questão tem manifestamente a mesma estrutura lógica – antropocêntrica, porque direcionada para o homem e para o significado das suas ações – da causalidade histórica. O problema da causalidade em história orienta-se também e sempre para uma imputação de efeitos concretos a causas concretas; ou seja, ao pesquisar a culpabilidade de um suspeito, o que faz o criminalista é, sobretudo, procurar apurar a sua causalidade. No entanto,

---

<sup>212</sup> Prost, na lição consagrada a “imaginação e imputação causal” (1996: 169-187) sublinha o papel insubstituível da imaginação na identificação das causas: «En effet, toute histoire est contre-factuelle. Il n’y a pas d’autre moyen, pour identifier les causalités, que de se transporter en imagination dans le passé et de se demander si, par hypothèse, le déroulement des événements aurait été le même au cas où tel ou tel facteur considéré isolément aurait été différent. L’expérience imaginaire est la seule possible en histoire [...]» (ibid.: 178).

a divergência instala-se no objetivo final. A imputação causal do criminalista orienta-se para uma imputação ética de acordo com as leis do código penal; já o historiador é alheio a qualquer imputação de teor ético. Mas esta divergência acentua a afinidade com a narrativa: «Qu'est-ce que l'imputation causale dépouillée de l'imputation éthique, sinon la mise à l'essai des schèmes d'intrigues alternatifs?» (ibid.).

A imputação causal singular estabelece também uma relação de contiguidade com a explicação científica. Em primeiro lugar, este tipo de raciocínio explicativo exige uma seleção ou *isolamento rigoroso de fatores*, já que a curiosidade histórica orienta o interesse do historiador apenas para uma determinada classe de resultados. Por exemplo, na morte de César, o historiador interessa-se somente pelas consequências consideráveis desse acontecimento no desenvolvimento da história mundial, pois é isso que ele tem como historicamente mais significativo. Isto significa que se a história tem por missão compreender causalmente a realidade concreta de um acontecimento na sua singularidade, não pode explicar causalmente nem reproduzir integralmente todos os traços singulares à volta desse acontecimento, o que seria uma tarefa hercúlea e absurda. A história apenas procura explicar causalmente os fatores e os aspectos do acontecimento em questão que têm um significado geral sobre determinados pontos de vista (o desenvolvimento da história mundial, no exemplo anterior) e que oferecem por essa mesma razão um considerável interesse histórico. Do mesmo modo, o juiz não avalia o curso total e singular de uma ação, mas somente os elementos que são essenciais para a subsunção sobre normas éticas. A imputação histórica elimina, tal como a imputação jurídica, uma infinidade de fatores, porque não têm nenhuma importância causal<sup>213</sup>. Voltando ao exemplo da morte de César, o que neste caso interessa ao historiador não são as questões criminalistas ou médicas, nem tão pouco os detalhes do assassinato, na medida em que não foram importantes. A preocupação maior do historiador é o facto de esta morte ter ocorrido num tempo muito específico, no meio de uma constelação política muito concreta, o que faz com que daqui tenham decorrido consequências consideráveis para o posterior desenrolar da história mundial.

---

<sup>213</sup> «On le voit, un fait singulier est donc insignifiant pour l'historien non seulement lorsqu'il n'a eu aucun rapport avec l'événement en discussion, de sorte qu'on peut l'omettre en pensée sans qu'une quelconque modification n'intervienne dans le cours réel des événements, mais déjà lorsque les éléments essentiels *in concreto* et seuls intéressants semblent n'avoir pas été en relation causale avec lui (Weber 1965: 300).



Em segundo lugar, a construção imaginária de consequências expectáveis, devido à supressão ou modificação do fator previamente suprimido, leva a que a consequência assuma um papel determinante na estrutura lógica do argumento causal. De acordo com Weber, para que essas consequências imaginadas sejam válidas, é preciso inseri-las no que o autor designa de *regras da experiência*; regras que dizem respeito à maneira como os homens habitualmente reagem a determinadas situações – ou seja, um saber nomológico ou *generalizações*. Este “savoir nomologique” empírico adquire-se com a nossa experiência individual e com o conhecimento do comportamento dos outros. Como sublinha Ricœur, as ditas regras da experiência têm o condão de demonstrar de que forma as leis se podem integrar na história, mesmo quando não são estabelecidas pela história (cf. *TR I*, 327).

*Isolamento dos fatores e generalizações* (ou recurso a regras de experiência) são, assim, dois processos que Weber identifica como essenciais para a construção dos chamados “juízos de possibilidade”, referindo-se aos enunciados que exprimem o que poderia ter acontecido em caso de eliminação ou modificação de determinadas condições. Todavia, mais do que estas duas marcas científicas que não são, apesar de tudo, totalmente estranhas à inteligibilidade narrativa, porquanto ela também tem uma gramática profunda, a aplicação, neste tipo de construção simultaneamente irreal e necessária, da chamada teoria da *possibilidade objetiva* confere-lhe uma marca exclusivamente científica, que leva Ricœur a afirmar: «C’est ce troisième trait qui marque la véritable distance entre l’explication par le récit et l’explication par imputation causale» (ibid.).

Weber pretende com este conceito retirado do campo da fisiologia conferir à imputação causal uma precisão que a probabilidade invocada por Aristóteles na *Poética* ignora. O problema é simples: introduzindo a possibilidade e a imaginação em considerações de ordem causal, não se corre o risco de deixar o arbitrário subjetivo invadir a historiografia? Nesse caso, pode continuar a falar-se de conhecimento causal e pode a história continuar a ser entendida como uma ciência? Um exame aprofundado da categoria de “possibilidade objetiva” permite distinguir vários níveis de validade dos “juízos de possibilidade”, ou seja, para cada questão hipotética – chamemos-lhes assim – existem respostas com graus diferentes de probabilidade, que oscilam entre um nível inferior, o de uma *causalidade acidental*, e um nível superior, o de uma *causalidade adequada*. Entre estes extremos pode falar-se da influência mais ou menos favorável de um determinado fator. Para fazer a distinção entre o que é causalmente essencial e o que é insignificante, Weber diz que é preciso determinar o grau de “hipótese favorável”. Ora, esta determinação não pode ser matema-

ticamente quantificável, pois trata-se de uma probabilidade relativa e não absoluta, mas, comparando, através da imaginação, as várias condições modificadas pelo pensamento, é possível chegar a um grau aproximado de influência de uma possibilidade objetiva:

Enfin, s'il ne nous est pas possible d'évaluer de façon équivoque, même par le calcul des probabilités, le *degré* de chance favorable que certaines "conditions" exercent sur un effet déterminé, nous sommes néanmoins en mesure d'évaluer le "degré" relatif de cette chance générale favorable, grâce à la *comparaison* avec la manière dont certaines autres conditions, modifiés en pensée, l'"auraient" favorisée; et lorsque nous faisons en "imagination" cette comparaison grâce à un nombre suffisant de modifications concevables des constellations, il est toujours possible, au moins en principe, de concevoir une proportion assez importante de déterminabilité pour établir un jugement sur le "degré" de possibilité objective [...] [Weber 1965: 316 – 317].

Só após este processo de confrontação ou oposição é que é possível atribuir a um fator o estatuto de causa adequada. Este estatuto é objetivo, no sentido em que não resulta de um processo psicológico de descoberta de hipóteses, mas porque constitui a estrutura lógica do conhecimento histórico.

Em síntese, o que assegura uma ponte entre a composição da intriga e a imputação causal singular é a *imaginação*; ao passo que a descontinuidade é imposta pela *análise dos fatores*, pela *inserção das regras da experiência* ou *generalizações* e, sobretudo, pelos *graus de probabilidade* que regulam a determinação da causalidade adequada. O historiador é, sem dúvida, bem mais do que um simples narrador, pois está obrigado a justificar a escolha de um fator em detrimento de outros como causa suficiente de determinada cadeia de eventos<sup>214</sup>. A narrativa ficcional, por seu turno, é autoexplicativa, dispensa a argumentação, pois a narração é suficiente como explicação. O historiador precisa de argumentar as suas escolhas porque sabe que é possível encontrar outras explicações, tal como o juiz em situação análoga se vê obrigado a fundamentar e a justificar racionalmente os seus julgamentos.

Paul Ricœur alerta que mesmo neste caso não se quebra o elo entre explicação histórica e explicação narrativa, na medida em que a causalidade adequada é irredutível à necessidade lógica do modelo nomológico forte. Entre

---

<sup>214</sup> «L'historien n'est pas un simple narrateur: il donne les raisons pour lesquelles il tient tel facteur plutôt que tel autre pour la cause suffisante de tel cours d'événements» (Ricœur, *TR I*, 329).

imputação causal singular e explicação nomológica vigora a mesma relação de continuidade e descontinuidade que entre imputação causal singular e configuração narrativa<sup>215</sup>.

A reflexão de Aron acerca da causalidade e do acaso (cf. 1948, 218-224) acentua mais que Weber a descontinuidade, mas também a relatividade da sua teoria probabilística. O acidente não é apenas o extremo oposto da probabilidade adequada, pois um facto pode ser considerado acidental para um conjunto de antecedentes e adequado para outro. Todo o acontecimento deriva de várias séries de causas e o grau de causalidade de um antecedente pode variar de série para série.

Também a continuidade entre explicação causal singular e explicação causal nomológica é bem marcada por Aron, através do confronto entre história e sociologia. A sociologia esforça-se por estabelecer leis ou generalizações e a história limita-se a narrar os acontecimentos singulares<sup>216</sup>. Neste sentido, a história centra-se no estudo dos *antecedentes* de um facto singular, ao passo que a sociologia pesquisa as *causas* de um facto passíveis de se reproduzir. Para os sociólogos, a causa é sinónimo de antecedente constante. Todavia, Aron salienta mais as interferências entre as duas modalidades de causalidade do que as divisões. A construção da probabilidade retrospectiva de uma constelação histórica inclui *generalizações empíricas*, que suscitam a procura de regularidades, logo, são provenientes de um *saber nomológico*. A obra de Aron mostra quer a originalidade da causalidade sociológica quer a sua conexão com a causalidade histórica, através da imputação causal singular. A investigação histórica fica aquém da sociológica no que à pesquisa de regularidades e leis diz respeito, mas supera-a por não fazer as abstrações típicas da sociologia<sup>217</sup>. A causalidade histórica impede a história de cair numa explicação determinista.

---

<sup>215</sup> «Et, pourtant, redisons-le, la filiation de l'explication historique à partir de l'explication narrative n'est pas rompue, dans la mesure où la causalité adéquate reste irréductible à la seule nécessité logique. Le même rapport de *continuité* et de *discontinuité* se retrouve entre explication causale singulière et explication par des lois qu'entre la première et la mise en intrigue» (Ricoeur, *TR I*, 329).

<sup>216</sup> «[...] la sociologie se caractérise par l'effort pour établir des lois (ou du moins des régularités ou des généralités), alors que l'histoire se borne à raconter des événements dans leur suite singulière» (Aron 1948: 235).

<sup>217</sup> Prost, nas suas *lições sobre a história* (1996) vê vantagem na alternância e na interação entre a história narrativa, fundada no acontecimento, e a história quadro de tipo sociológico, fundada na estrutura. A imputação causal é a forma de explicação mais adequada para a história *narrativa* dos acontecimentos e a explicação comparativa, quantitativa e estatística,

Esta perspectiva fortalece a originalidade de Aron relativamente a Weber e tem que ver com a própria perspectiva filosófica que atravessa e dá unidade a toda a sua obra. A epistemologia da *Introdução à filosofia da história* é governada pela luta contra a ilusão de fatalidade e determinismo, suscitada pela retrospectiva histórica, e pela defesa da contingência do presente: «[...] la rétrospection crée une *illusion de fatalité* qui contredit *l'impression contemporaine de contingence*. Ni l'une ni l'autre n'est *a priori* vraie ou fausse, l'avenir rectifie souvent le jugement des acteurs» (1948: 224).

Enquadrada neste princípio filosófico de fundo, a lógica da probabilidade retrospectiva contribui grandemente para fortalecer a tese ricœuriana da temporalidade histórica, ao defender a representação das três dimensões do tempo nas obras históricas e as construções ficcionais como partes integrantes da própria ciência: «[...] l'enquête causale de l'historien a moins pour sens de dessiner les grands traits de relief historique que de conserver ou de restituer au passé l'incertitude de l'avenir» (ibid.). E ainda: «Les constructions irréelles doivent rester partie intégrant de la science, même si elles ne dépassent pas une vraisemblance équivoque, car elles offrent le seul moyen d'échapper à *l'illusion rétrospective de fatalité*» (ibid.: 228).

---

de tipo sociológico, adequa-se às estruturas ou quadros. Algumas formas de história, que se centram sobretudo na análise de conexões, privilegiam mais a narrativa. A história política, a das guerras ou revoluções, a história dos grandes acontecimentos do passado seguem uma série de imputações causais. O grande contributo do modelo sociológico, do qual a quantificação é um dos elementos mais significativos, é permitir pensar com rigor as coerências que dão consistência a uma sociedade, as suas estruturas. Obviamente que a explicação sociológica não é apropriada para a história dos acontecimentos propriamente ditos, mas pode por vezes ser usada para confirmar ou infirmar determinada imputação causal. Por exemplo, para averiguar se a miséria é a causa das greves, podemos recorrer, de um lado, às quantificações dos níveis de salários e de desemprego e, do outro, à frequência das greves, e confirmar se existe alguma relação entre estes dois tipos de indicadores. Em todo o caso, o que obtemos é uma causa material, nunca uma causa final, essa só pode ser obtida mediante imputação causal. As causas finais, diz Prost, escapam por completo ao modo quantitativo, nunca uma estatística nos poderá dizer se a decisão de Bismarck é ou não responsável pela guerra de 1866. Não obstante, daqui resulta claro que há dois modos explicativos em história, se bem que um não possa substituir o outro, nada impede que se cruzem «pois qualquer problema histórico concreto resulta simultaneamente da narrativa causal e do quadro estrutural»: «Il en résulte très clairement qu'il existe deux modes de raisonnement historique. Pour simplifier, on dira que le premier s'intéresse aux enchaînements dans le déroulement du temps, et le second aux cohérences au sein d'une société donnée dans un temps donné. Le premier traite des événements et s'organise selon l'axe du récit, le second s'attache aux structures et relève du tableau. Naturellement, l'un et l'autre s'entrecroisent car tout problème historique concret relève simultanément du récit causal et du tableau structural» (Prost 1996: 207).

A consideração retrospectiva das probabilidades excede a significação puramente epistemológica, pois ela lembra aos leitores de história que o passado do historiador foi o futuro das personagens históricas. Daí que Ricœur afirme: «L'historien se comporte ici en narrateur qui redéfinit par rapport à un présent fictif les trois dimensions du temps» (TR I, 332). Devido ao seu caráter probabilístico, a explicação causal introduz no passado a imprevisibilidade do futuro e insere na retrospectiva a incerteza do acontecimento.

Posto isto, podemos afirmar com solidez que a imputação causal singular desempenha a função de mediadora entre a composição narrativa e a explicação por leis. No termo desta reflexão que associou causa e imaginação ao nível dos *procedimentos* da investigação histórica, adivinha-se a complexidade que envolve uma mesma mediação para o nível das *entidades* da história estrutural. Pode objetar-se que os exemplos que Max Weber apresenta para ilustrar a imputação causal singular – os quais legitimam a filiação entre composição narrativa e imputação causal singular – estão confinados à esfera política e, por isso, confundem-se com a história factual ou com uma variante da “explicação através de razões”, uma vez que põem em cena decisões de personalidades influentes como a decisão de Bismarck de atacar o Império Austro-Húngaro. Esta objeção perde sentido se se puder estender a imputação causal singular a acontecimentos históricos de grande envergadura, cuja causa não seja um indivíduo. E de facto, já o dissemos antes, a imputação causal singular pode, sem perder o seu caráter singular, ser aplicada a acontecimentos históricos irreduzíveis a indivíduos, como a batalha de Salamina ou a influência da ética protestante no espírito capitalista (exemplos também apresentados por Max Weber), onde não é possível discernir, separadamente, nem as decisões individuais nem os acontecimentos pontuais<sup>218</sup>. Ora, aparentemente, esta extensão parece provocar uma fratura total com a narrativa. Contra esta aparência, Ricœur assevera que a analogia se mantém, mas deve ser entendida em termos de *quasi*-intriga. Intriga, segundo Paul Veyne, é a conjugação de fins, causas e acasos. Este mesmo critério é aplicado por Ricœur à configuração narrativa: síntese do heterogéneo: um todo coeso e uno formado por elementos tão díspares como as circunstâncias, as intenções, as interações, as adversidades, a fortuna e o infortú-

---

<sup>218</sup> «L'historien peut s'interroger sur la portée historique de la bataille de Salamine, sans décomposer cet événement en une poussière d'actions individuelles. La bataille de Salamine est pour l'historien, dans une certaine situation de discours, un événement unique, dans la mesure où elle peut faire en tant que telle l'objet d'une imputation causal singulière» (Ricœur, TR I, 336).

nio. É este critério que nos autoriza a falar, por transferência analógica, de intriga no quadro das imputações causais singulares, na medida em que todas as imputações causais singulares consistem numa síntese do heterogéneo. No entanto, para salvaguardar a analogia da extensão da imputação causal singular a partir do individual e para permanecer fiel ao argumento do laço indireto entre explicação histórica e compreensão narrativa, Paul Ricœur usa o conceito de *quasi-intriga*<sup>219</sup>. Esta analogia é extremamente importante para estabelecer o paralelo entre as entidades de base do conhecimento histórico e as personagens narrativas.

### 3.2. As entidades da história: *quasi*-personagens

Diretamente implicada na imputação causal singular, que estabelece a mediação entre a explicação científica e a explicação narrativa, está a segunda modalidade responsável pelo corte epistemológico: as entidades próprias da historiografia. Paul Ricœur não escamoteia o pressuposto já enunciado, causador da rutura epistemológica, de que uma personagem ficcional pode ser identificada e designada por um nome próprio, pode-se-lhe imputar a responsabilidade de ações que lhe são atribuídas; é autor ou vítima dessas ações, que o podem tornar feliz ou infeliz. Por sua vez, as entidades históricas a maior parte das vezes não são personagens, são forças sociais que englobam ações individuais anónimas<sup>220</sup>. Não obstante, à imagem do que aconteceu ao nível dos procedimentos históricos com a imputação causal, também no caso das entidades é possível, partindo dos pontos de contacto (“relais”) que a própria historiografia oferece ao trabalho de reconstrução da intencionalidade histórica, estabelecer um laço indireto entre as entidades historiográficas e as personagens da ficção, por intermédio do que Ricœur designa de “entidades de pertença participativa”.

---

<sup>219</sup> «Toutefois, pour rester cohérent avec mon argument du rapport *indirect* de l'explication historique à la structure du récit, je parlerai de *quasi-intrigue*, pour marquer le caractère *analogique* de l'extension de l'imputation causale singulière, à partir de son exemple *princeps*, l'explication causale des résultats d'une décision individuelle» (Ricœur, *TR I*, 339). Veremos como em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Ricœur não terá mais necessidade de manter o “quasi”, pois estaremos já longe da macro-história de Labrousse e Braudel. A história das *representações* introduzida pela micro-história autoriza uma ligação *direta* com a narrativa e as suas entidades de base que são, justamente, singulares.

<sup>220</sup> O autor mostra-se avesso à teoria do “individualismo metodológico”, segundo a qual é possível reduzir qualquer mudança social a ações individuais ou elementares, como se fosse possível e legítimo identificar cada um dos autores responsáveis pela mudança social.

Falamos de entidades de primeira ordem do conhecimento histórico ou entidades ditas *sociétales*, que não se podem decompor numa “poeira de ações individuais”, mas que, apesar disso, remetem na sua constituição e na sua definição para indivíduos passíveis de serem considerados como personagens de uma narrativa. Estas entidades de primeira ordem têm a particularidade de serem as destinatárias preferenciais das imputações causais singulares de que se falou anteriormente. Aos procedimentos explicativos (sob o título de imputação causal singular) que medeiam entre a explicação científica e a explicação narrativa equivalem as personagens da narrativa que, na qualidade de *objets transicionais*, fazem a mediação entre as entidades próprias da historiografia e as entidades narrativas<sup>221</sup>.

A tese de Ricœur tem por base a importante reflexão levada a cabo por Maurice Mandelbaum, em *The Anatomy of Historical Knowledge*, nomeadamente, acerca do conceito de “*sociétal*”. A epistemologia de Mandelbaum, que podemos situar a meio caminho entre as teses narrativistas e os defensores do modelo de subsunção, preconiza que o objeto específico da história é de ordem “*sociétal*”; querendo com isto dizer que a história compreende os pensamentos, os sentimentos e as ações dos indivíduos no contexto específico do seu ambiente social: «C’est seulement dans la mesure où les individus sont considérés par référence à la nature et aux changements d’une société existant en un temps et en un lieu particuliers qu’ils intéressent les historiens» (apud Ricœur, *TR I*, 343).

A noção de *sociedade* como referência última da historiografia é fundamental para Mandelbaum e a sua oposição à noção de cultura fará dela um *objeto transicional* entre o plano da narrativa e o plano da história explicativa:

Une société, dirai-je, consiste en individus vivant dans une communauté organisée, maitresse d’un territoire particulier; l’organisation d’une telle communauté est assurée par des institutions qui servent à définir le statut assumé par différents individus et leur assigne les rôles qu’ils sont tenues de jouer, tout en perpétuant l’existence ininterrompue de la communauté [apud Ricœur, *TR I*, 344].

Convém salientar os três traços característicos da sociedade que se destacam nesta definição: em primeiro lugar, relaciona-se a comunidade e a sua duração com os lugares que habita; em segundo, com os indivíduos que a com-

---

<sup>221</sup> «L’appartenance participative est aux entités ce que l’imputation causale singulière est aux procédures de l’historiographie» (Ricœur, *TR I*, 341).

põem, atribuindo-lhes funções institucionais; por último, caracteriza-se a comunidade pela sua existência contínua, através do renovamento geracional – este último traço é fundamental para a oposição entre sociedade e cultura.

A cultura é alvo de uma história especializada que investiga todas as aquisições abstratas, resultantes da criatividade social, implicadas no uso individual e transmitidas por uma tradição, como são os casos das línguas, das técnicas, das artes, das crenças religiosas, ideológicas e filosóficas. A sociedade, pelo contrário, é alvo de uma história geral que se ocupa, exatamente, do estudo das sociedades particulares (povos, nações) cuja existência é contínua.

Tal como a imputação causal singular apresenta uma afinidade com a composição da intriga, que permite falar dela como uma *quasi*-intriga, também a *sociedade*, entendida, na senda de Mandelbaum, como uma entidade singular, pode ser considerada como uma *quasi*-personagem do discurso histórico. Esta analogia é justificada quer pela teoria narrativa quer pela própria estrutura do fenómeno “sociétal”.

Do ponto de vista da teoria narrativa, personagem é quem age, mas não é obrigatório que seja um indivíduo. Esta função pode ser assumida por qualquer entidade, desde que corresponda ao sujeito gramatical de um predicado de ação. Neste sentido – diz Ricœur – a história não faz mais do que prolongar e ampliar a dissociação operada pela composição da intriga entre a personagem e o agente real do campo da *praxis*. Pode mesmo dizer-se que ela contribui para conferir à personagem a sua dimensão narrativa total (cf. *TR* I, 347). Isto porque o indivíduo responsável é apenas o primeiro de uma série de outras personagens análogas, compostas por povos, nações, classes e todas as comunidades que cabem dentro da noção de sociedade singular.

Em segundo lugar, a própria noção de sociedade, de acordo com a conceção de Mandelbaum, comporta uma marca característica que fundamenta esta analogia com o papel da personagem. Falamos da referência necessária e *oblíqua* aos indivíduos que a constituem. Trata-se de uma referência oblíqua na medida em que não é obrigatório que entidades individuais entrem no discurso *direto* do historiador, que pode contemplar unicamente entidades coletivas<sup>222</sup>. No entanto, esta referência oblíqua está inscrita na definição de sociedade de Mandelbaum, nos seus três traços constituintes, pois tanto a organização terri-

---

<sup>222</sup> Não é tarefa de uma história que se quer científica explorar este laço oblíquo entre a sociedade e os indivíduos que a compõem, cabe porém à fenomenologia genética a missão de estudar a origem desta ligação. Esta encontra-o no chamado fenómeno de *pertença participativa*, que une as entidades históricas de primeira ordem à esfera da ação.



torial como a estrutura institucional como a continuidade temporal se referem a indivíduos que habitam o território, que desempenham papéis sociais e que asseguram a continuidade da sociedade a que pertencem pela renovação das gerações. É esta referência que permite falar da sociedade como um grande indivíduo, comparável aos indivíduos que a formam.

A referência oblíqua do fenómeno “*sociétal*” aos indivíduos justifica a extensão *analógica* do papel de personagens às entidades de primeira ordem da história. Esta analogia permite que as entidades históricas de primeira ordem sejam designadas como sujeitos lógicos de verbos de ação e de paixão. Todavia, esta transferência de vocabulário do indivíduo para as entidades de primeira ordem da historiografia não implica nunca que a entidade coletiva em causa seja reduzida aos indivíduos que a compõem ou que as suas ações possam ser atribuídas distributivamente a cada um dos seus membros. Esta transferência é apenas *analógica* e está bem assente no fenómeno de pertença participativa estudado pela fenomenologia genética.

Em suma, é porque cada sociedade é composta por indivíduos que elas se comportam do ponto de vista histórico como um grande indivíduo e assim o historiador pode legitimamente tratá-las como sujeitos de ação e imputar-lhes a responsabilidade histórica de determinados resultados, mesmo não intencionais. Nisto se funda a analogia patente na noção de *quasi*-personagem adotada por Ricœur. Mas é por intermédio da categoria narrativa de personagem que as entidades de primeira ordem do historiador visam as entidades do campo real da ação, ou seja, a noção narrativa de personagem assegura, ao nível da configuração, a mediação entre as entidades de primeira ordem da historiografia e os indivíduos agentes do campo prático:

[...] *c'est parce que la technique du récit nous a appris à décrocher le personnage de l'individu*, que le discours historique peut opérer ce transfert sur le plan syntaxique. En d'autres termes, les entités historiographiques de premier ordre ne constituent un relais entre les entités de second, voire de troisième ordre, et le plan de l'action réelle que parce que la notion narrative de personnage constitue elle-même un relais au plan de la configuration entre ces entités de premier ordre dont traite l'histoire et les individus agissants qu'implique la pratique réelle [TR I, 351].

A obra de Mandelbaum fornece ainda a Ricœur um elemento essencial para o estabelecimento de uma correlação entre as entidades de primeira ordem do conhecimento histórico e o procedimento de imputação causal: a existência contínua da sociedade, que permite distingui-la da cultura. De facto, uma função essencial da imputação causal é a de restabelecer a continuidade de um

processo cuja unidade de desenvolvimento parece interrompida ou até inexistente. De acordo com Mandelbaum, a causalidade traduz a continuidade de um processo singular, pois a causa é o processo inteiro, o efeito apenas o seu ponto final. Assim, não é correto separar o remate do golo nem a má colheita da intempérie. Contrariando Hume, o autor preconiza que a análise da causa de uma ocorrência particular consiste em remontar aos fatores variáveis responsáveis pela singularidade dessa ocorrência, o que é muito diferente de explicar um fenómeno por uma lei geral sobre uma conexão invariável entre fatores tipificados e discretos. A explicação causal tem como finalidade a reconstituição dos aspetos de um processo singular cujo curso sofreu algures uma interrupção<sup>223</sup>.

Daqui resultam duas consequências fundamentais para a epistemologia histórica. A primeira é relativa à inserção de regularidades numa imputação causal singular. Mesmo que no curso da explicação de um processo singular se recorra às generalidades das leis, estas não substituem, de modo algum, a singularidade da explicação causal. Ricœur dá o seguinte exemplo, que é bastante elucidativo: se dissermos que o indivíduo x foi morto por uma bala que lhe perfurou o coração, as leis fisiológicas relativas à circulação sanguínea preenchem os fatores abstratos, mas não as fases concretas do processo efetivo, ou seja, elas fornecem a argamassa, mas não os tijolos. A segunda consequência prende-se com o facto de a explicação fazer aparecer o efeito de um processo contínuo como necessariamente determinado. Depois de se conhecer o estado inicial do sistema, o resultado é necessariamente um. Não obstante, isto não significa que o acontecimento foi abstratamente determinado, pois a sua determinação só é possível quando se analisa a sua ocorrência dentro de um sistema fechado, delimitado num tempo e num espaço concreto<sup>224</sup>. Importa ter bem presente que a necessidade causal é sempre uma necessidade condicional: «Étant donné l'ensemble complet des conditions causales qui ont eu lieu (et non d'autres), il a été nécessaire que l'effet effectivement produit advienne» (Ricœur, *TR I*, 354).

Em suma, a explicação causal tal como Mandelbaum a define assenta em três pilares fundamentais: a causalidade é a conexão interna de um processo contínuo; as generalizações em forma de lei têm lugar na explicação causal singular; a necessidade causal é condicional e não implica nenhuma crença ou determinismo.

---

<sup>223</sup> «[...] to constitute aspects of a single ongoing process» (apud Ricœur, *TR I*, 353).

<sup>224</sup> «Les conditions initiales ne peuvent être dites entraîner logiquement leur effet, puisque ce dernier résulte du fait contingent que chacune des occurrences prises au point de départ ont pris place à tel moment et en tel lieu» (Ricœur, *TR I*, 354).

### 3.3. Tempo histórico e tempo narrativo: *quasi*-acontecimento

Depois de ter descortinado, nos procedimentos explicativos e nas entidades de primeira ordem provenientes do corte epistemológico da ciência histórica, ecos da explicação e das personagens da compreensão narrativa, Ricœur procura uma aproximação equivalente entre tempo histórico e tempo narrativo: «Peut-on démontrer que le temps construit par l'historien est issu, par une série d'écarts, de la temporalité propre au récit?» (TR I, 363).

O elemento que permite estabelecer a relação encontra-se na própria noção de acontecimento e no uso ambíguo que dela fazem os historiadores, nomeadamente, os do círculo da historiografia francesa.

Normalmente, associamos à ideia de acontecimento os atributos de contingência, singularidade e afastamento. Segundo Paul Ricœur, a *mise en intrigue* reformula esta noção: os acontecimentos são inteligíveis pois provocam uma mudança de rumo na história e fazem-na progredir, ou seja, o acontecimento é uma variável da intriga. As próprias intrigas, por um lado, narram acontecimentos únicos, mas, por outro, inserindo-se em arquétipos de configuração, universalizam o acontecimento; além disso, as intrigas combinam contingência com necessidade e verosimilhança, dando sentido e legibilidade à história, como no-lo recordaram Gallie e Mink; e ainda combinam a submissão aos paradigmas com a fuga à tradição narrativa ou sedimentação com a invenção: «Du fait qu'ils sont racontés, les événements sont singuliers *et* typiques, contingents *et* attendus, déviants *et* tributaires de paradigmes [...]» (Ricœur, TR I, 365).

Posto isto, a tese de Ricœur é a de que os acontecimentos históricos não divergem radicalmente dos acontecimentos narrativos. A mesma derivação indireta verificada anteriormente, dos procedimentos explicativos e das entidades a partir das estruturas de base da narrativa, leva-nos a crer que é possível, mediante ações apropriadas, estender à noção de acontecimento histórico a reformulação que a noção de acontecimento narrativo (*événement-mis-en-intrigue*) impôs aos conceitos de singularidade, contingência e afastamento absolutos.

As ações apropriadas encontra-as Ricœur nos escritos de Fernand Braudel, principalmente na sua obra maior sobre o Mediterrâneo e Filipe II, com os quais o filósofo francês tenta mostrar como a própria noção de história de longa duração deriva de um *acontecimento* dramático, na aceção de *événement-mis-en-intrigue*. A divisão tripartida do tempo social teorizada por Braudel serve

de ponto de partida para esta premissa<sup>225</sup>. O que torna a distinção entre as três modalidades temporais de *La Méditerranée et le Monde méditerranéen...* pensável é a própria unidade da obra que mantém a coesão entre as três partes em que se subdivide. Mesmo o título, ao fazer referência quer ao Mediterrâneo quer a Filipe II, interpela-nos sobre a forma como a longa duração opera esta transição da estrutura para o acontecimento, ou seja, do meio físico para a figura histórica do rei. A compreensão do papel mediador da longa duração dos fenómenos civilizacionais, que ocupa a secção intermédia, permite a Ricœur o reconhecimento do carácter narrativo que se cola ao todo constituído pelas três partes da obra. Por isso, concluirá que o papel relevante das estruturas de transição que asseguram a unidade e coerência do texto permitem considerar o seu agenciamento unificador em termos de *quasi*-intriga, na aceção mais abrangente de Paul de Veyne<sup>226</sup>.

Mesmo na primeira parte onde, sob a batuta de uma duração muito lenta (quase imóvel) se descreve o meio geográfico, é possível detetar um ténue cunho histórico, preservado, justamente, pelas referências económico-políticas que vão preparando o terreno para a ação da segunda e da terceira partes, dominadas pelos conflitos entre a Espanha e a Turquia. As montanhas, os mares e as planícies são descritas sempre em função dos homens que aí habitam, antecipando os acontecimentos do segundo nível temporal<sup>227</sup>. A polaridade dos Impérios Turco e Espanhol é avançada na própria polaridade geográfica, as zonas marítimas transformar-se-ão em zonas políticas. É assim que a geo-história do primeiro nível dá lugar à geopolítica do segundo.

Oscilando entre o registo da estrutura e da conjuntura, a segunda parte constitui-se em torno de três grandes princípios estruturadores: as economias, a geopolítica, as civilizações. Todavia, a exposição de um conjunto de factos históricos, devidamente datados, comprovam a constante interferência do nível III no nível II. Ricœur termina mesmo a análise das duas primeiras partes da obra

---

<sup>225</sup> «Il faut se demander ce qui rend pensable la distinction même entre une «histoire quasi immobile», une «histoire lentement rythmée» et une «histoire à la dimension de l'individu», a savoir cette histoire événementielle que l'histoire de longue durée doit détrôner» (Ricœur, *TR I*, 365).

<sup>226</sup> Por estrutura de transição Ricœur entende «toutes les procédures d'analyse et d'exposition qui font que l'œuvre doit se lire d'avant en arrière et d'arrière en avant» (*TR I*, 366).

<sup>227</sup> «Répétons-le: ce ne sont pas les espaces géographiques qui font l'histoire, mais bien les hommes, maîtres ou inventeurs de ces espaces» (Braudel, *La Méditerranée et le Monde...*; apud Ricœur, *TR I*, 368).

de Braudel, dizendo o seguinte: «Tout, donc, conspire, dans les deux premières parties, à couronner l'édifice par une histoire des événements qui met en scène «la politique et les hommes» (TRI, 373).

A terceira parte põe em cena os acontecimentos, porém não se trata de uma concessão à história dita tradicional ou factual, pois os acontecimentos que o historiador escolhe são aqueles que dão testemunho das massas profundas da história. O critério de eleição do acontecimento vai ao encontro da imputação causal singular de Max Weber e Aron, pois o historiador só retém os mais importantes, isto é, aqueles cujas consequências os tornaram importantes.

A segunda tese de Ricœur é a de que «é em *conjunto* que os três níveis da obra constituem uma *quasi*-intriga, uma intriga no sentido largo de Paul Veyne». Dito isto, o autor reconhece que seria um erro cingir ao terceiro nível o parentesco da obra com o modelo narrativo da composição narrativa. Um dos benefícios maiores desta análise é justamente criar condições para a reformulação do conceito de *intriga* e daí para o conceito de *acontecimento*. Se o texto de Braudel pode ser considerado como *quasi*-intriga, não é somente porque comporta um terceiro nível mais factual e por isso mais identificável com o modelo tradicional da narrativa. Do mesmo modo, o segundo nível, só por si, não é suficiente para fundamentar a nova forma de intriga, mas a história econômica presta-se a ser uma intriga pelo facto de apresentar um termo inicial e um termo final, uma vez que qualquer intriga, de acordo com Aristóteles, deve comportar uma ordem inteligível e uma extensão não excessiva, que possa ser abarcada como um todo. Ora, a intriga do Mediterrâneo é delimitada pelo declínio do Mediterrâneo como herói coletivo na cena da história mundial. O fim da intriga não é a morte de Filipe II, mas o fim das rivalidades entre os dois grandes impérios, espanhol e turco, e a deslocação da história para o Atlântico e Europa do Norte. Para esta intriga concorrem as três partes distintas ou níveis temporais da obra e o que assegura a imagem implícita do todo são as interferências, de que atrás se falou. O resultado do trabalho de Braudel é uma *quasi*-intriga virtual, dividida em várias intrigas menores que, ainda que explícitas, são parciais e, nesse sentido, abstratas. O próprio Braudel ao dizer que não são os espaços geográficos que fazem a ação, mas os homens, mestres ou inventores dos espaços, coloca a sua obra sob o signo da *mimesis* da ação.

Por conseguinte, pode dizer-se que tal como Homero recortou no vasto campo da guerra de Troia algumas histórias que narrou na *Iliada*, do mesmo modo Braudel seleciona no vasto campo do grande conflito que opôs o Ocidente ao Oriente o conflito que tem como protagonistas a Espanha e a Turquia, na época de Filipe II, e cuja trama consiste no declínio do Mediterrâneo como

zona histórica. Para Ricœur, Braudel, com o seu método analítico e disjuntivo, inventou um novo tipo de intriga, que designa de intriga virtual, uma intriga onde as três temporalidades diferentes aparecem separadas: «S'il est vrai que l'intrigue est toujours à quelque degré une synthèse de l'hétérogène, l'intrigue virtuelle du livre de Braudel, en conjuguant des temporalités hétérogènes, des chronologies contradictoires, nous apprend à conjuguer des structures, des cycles et des événements» (TR I, 382).

Depois de fundamentar a atribuição do caráter de *quasi*-intriga ao texto de Braudel, Ricœur mostra-se em condições de realizar uma depuração semântica no conceito de acontecimento tal como o entende a escola dos Annales. Para Ricœur, o acontecimento não tem de ser necessariamente breve, nervoso, explosivo. Não é específico apenas do terceiro nível temporal, mas pode aparecer em qualquer um dos outros, com funções diversas: no terceiro nível ele guarda a sua característica explosiva, nos restantes ele assume-se como um sintoma ou testemunho. O acontecimento do historiador, diferentemente do usado pelo sociólogo e pelo economista, resulta dos desacordos ou discordâncias entre os vários ritmos temporais que envolvem as pessoas e as civilizações. O historiador, ao invés do sociólogo, está atento aos pontos de rutura pontuais das estruturas, à sua brusca ou lenta deterioração, em suma, à perspectiva da sua extinção. Braudel, como qualquer historiador tradicional, é dominado pela caducidade dos impérios; na obra em causa, pela perda da influência histórica do mundo mediterrânico. Daqui conclui Ricœur: «C'est à nouveau la fragilité des œuvres humaines qui passe au premier plan et avec elle la dimension dramatique dont la longue durée était censée délivrer l'histoire» (ibid.: 384).

De facto, o que o trabalho de estruturação da história, levado a cabo por Braudel, acaba por fazer é atribuir uma nova qualidade ao acontecimento, ao mostrar-nos que mesmo as estruturas mais estáveis não estão livres de sofrer mudanças<sup>228</sup>. E o que lhes acontece é a morte. Daí que a sua obra termine com o quadro de uma morte, não a do Mediterrâneo, mas a de Filipe II<sup>229</sup>.

---

<sup>228</sup> Num artigo de 1992 («Le retour de l'Événement»), Ricœur dirá o quanto o exemplo da obra de Braudel lhe permitiu fazer a transição apropriada para o “regresso do acontecimento” (Ricœur 1992: 31), na medida em que a história “non événementielle” pôs em evidência estruturas e conjunturas instáveis que dão lugar ao imprevisível, ao contingente, permitindo colocar o acontecimento como terceiro elemento da tríade constituída já por estrutura e conjuntura. Com esta promoção, o acontecimento muda o seu estatuto epistemológico. O acontecimento é construído mas não por uma narrativa, antes por uma estrutura ou uma conjuntura, que por sua vez também são construções. Em todo o caso, continua a ser uma categoria inexpugnável, permitindo chamar revolução aos acontecimentos súbitos da estrutura

Finalmente, podemos sintetizar dizendo que as discordâncias de ritmo das múltiplas temporalidades, embutidas no devir geral das sociedades, revelam a analogia profunda das mudanças históricas menos pontuais com as mudanças bruscas de fortuna que, na narrativa, são consideradas acontecimentos.

A engenhosa estratégia de Ricœur para conciliar de novo a história enquanto ciência com a narrativa não se fica por aqui. Tendo-se detido demoradamente sobre a obra de Braudel, um dos patriarcas da nova história científica, não se coíbe de estender o olhar para as obras dos seus correligionários, nomeadamente Jacques Le Goff, Georges Duby e François Furet, para anular definitivamente a tese que incompatibiliza estruturas e ideologias com acontecimentos e narrativa.

Muito sucintamente, mesmo na obra *Un autre Moyen Âge* de Le Goff, escrita ao ritmo de uma muito longa duração e sob os auspícios da antropologia

---

(revolução demográfica, industrial) e às mudanças de tendência no âmbito das conjunturas. O regresso do acontecimento, propalado por Pierre Nora antes de Ricœur, não é nenhuma regressão ao acontecimento da história “*événementielle*” assente na singularidade não repetível, no primado abusivo da história política e no primado também excessivo dos grandes homens da história mundial. Ele resulta da transformação do campo histórico impulsionada pela escola dos *Annales* e pelas teorias estruturalistas da linguística e da antropologia, que desclassificam por completo este tipo de acontecimento. O “regresso do acontecimento” passa por uma reformulação do conceito em três frentes. A noção narratológica de personagem, correlativa da de intriga, permite dar um âmbito muito mais vasto à noção de agente da história, que não é mais o grande homem nem, necessariamente, os indivíduos, mas grupos, forças, classes em conflito. A história política não é mais “*événementielle*”, mas engloba, a par do factual, o estrutural e o conjuntural. Por fim, relativamente ao carácter singular e irrepitível do acontecimento, aposta-se numa dialética sistémico-ocorrencial (“*système-événementielle*”), em que o acontecimento, longe de ser um resíduo que não se deixa sistematizar, é o iniciador de sistemas, eles próprios abertos ao improvável, ao aleatório, ou seja, ao acontecimento.

<sup>229</sup> Ricœur interroga-se sobre a opção de terminar a obra com a morte de Filipe II, em 13 de setembro de 1598, porque, do ponto de vista da história do Mediterrâneo, essa morte é insignificante. A justificação é que essa morte foi muito significativa para os protagonistas da época, sobretudo para os adversários de Filipe II, para quem o seu reinado pareceu interminável. Ou ainda que esta morte confere um carácter humano/mortal a uma história que extravasa em larga escala o tempo mortal. Jacques Rancière tem ainda outra leitura. Para ele, o facto de Braudel guardar para o fim o relato da morte do rei, apresentando-o deslocado da ordem normal dos acontecimentos narrados, tem um significado alegórico e metafórico, o da morte da história factual e política: «La mort déplacée de Philippe II, nous comprenons qu'elle métaphorise la mort d'une certaine histoire, celle des événements et des rois. L'événement théorique sur lequel se clôt le livre est ceci: que la mort du roi ne fasse plus événement. La mort du roi signifie que les rois sont morts comme centres et forces d'histoire» (Rancière 1992: 26-27).

e da história, o filósofo francês não deixa de ver *quasi*-acontecimentos. É verdade que as mentalidades mudam muito lentamente, mas ainda assim são datáveis e sujeitas a uma evolução histórica. A longa duração como que se abrevia em *quasi*-acontecimentos. O conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos comerciantes, representado no confronto entre os sinos e os relógios, é um dos *acontecimentos* maiores da história mental dos séculos compreendidos pela Idade Média, onde radica a ideologia do tempo moderno.

A análise sociológica que Georges Duby leva a cabo em *Trois Ordres ou l'imaginaire du féodalisme* permite chegar às mesmas conclusões, vindo corroborar a tese de Ricœur de que mesmo no quadro das estruturas ideológicas, sobretudo, em momentos críticos ou de rutura, se infiltram acontecimentos ou, para ser mais preciso, *quasi*-acontecimentos, cujo veículo é, como em Braudel, a *quasi*-intriga<sup>230</sup>. Duby dramatiza uma estrutura ideológica através da elaboração de uma *quasi*-intriga delimitada por princípio, meio e fim. A estrutura em causa é a representação imaginária da sociedade inteira sob a forma de uma hierarquia dividida em três ordens: os que rezam; os que combatem; e os que alimentam os anteriores pelo seu trabalho. Esta imagem trifuncional é a personagem central da *quasi*-intriga que o historiador constrói para o funcionamento do sistema ideológico em questão: o feudalismo emergente.

O regresso ao acontecimento torna-se inevitável no campo da história política. François Furet, em *Penser la Révolution Française*, questiona como se pode pensar um acontecimento como a Revolução Francesa. O acontecimento revolucionário, a partir do momento em que eclode, transforma radicalmente a situação anterior e institui uma nova ordem de ação histórica. Também aqui, como em Braudel, o acontecimento é um resíduo de cada tentativa de explicação, é uma dissonância entre estruturas explicativas, que marca a própria vida e morte das estruturas.

Posto isto, impõem-se algumas considerações finais. Se a longa duração, em qualquer uma das suas três modalidades, não remeter para o acontecimento, dissolve-se o laço entre temporalidade humana e tempo histórico e o tempo histórico deixa de o ser se se desligar da maneira como o ser humano vive o tempo. Disso nos dá conta o próprio Ricœur: «Un temps long peut être un temps sans présent, donc aussi sans passé ni futur: mais alors il n'est plus un

---

<sup>230</sup> «C'est tout ce que je voulais démontrer: les *quasi-événements* qui marquent les périodes critiques des systèmes idéologiques *s'encadrent dans des quasi-intrigues*, qui assurent leur statut narratif» (TR I, 391).



temps historique, et la longue durée reconduit seulement le temps humain au temps de la nature» (TR I, 394-395).

A longa duração de Braudel, ao esquecer o presente, corre, por vezes, o risco de esvaziar o tempo histórico de qualquer humanismo. Para o evitar, é preciso manter uma analogia entre o tempo dos indivíduos e o tempo das civilizações, analogia que, de acordo com Ricœur, incide no crescimento e no declínio, na criação e na morte, no destino. Trata-se, pois, de uma analogia que está para a temporalidade como a analogia entre imputação causal e configuração narrativa está para os procedimentos e a analogia entre sociedades e personagens narrativas para as entidades próprias da história, o que leva Ricœur a sentenciar: «Tout changement entre dans le champ historique comme *quasi-événement*» (TR I, 395).

O filósofo francês insiste que esta revalorização do acontecimento não equivale à defesa da sua qualidade breve e súbita que a história de longa duração repudiou. O *quasi*-acontecimento (*quasi-événement*) de que fala tem uma extensão que ultrapassa a imediatez confusa do momento, pois é correlativa à extensão própria da intriga e da personagem. Ele reside onde de viés se puder descortinar uma *quasi*-intriga e *quasi*-personagens<sup>231</sup>. No contexto da história, o acontecimento corresponde ao que Aristóteles, na *Poética*, chamava de *metabole* ou mudança no rumo dos acontecimentos. Logo, um acontecimento não é o que apenas contribui para o desenrolar de uma intriga, mas também o que lhe confere a marca dramática de uma mudança de fortuna.

Este parentesco entre *quasi*-acontecimento e *quasi*-intriga faz com que a pluralidade dos tempos históricos de Braudel seja uma expansão do tempo narrativo e da sua aptidão para combinar em proporções variáveis a cronologia dos elementos episódicos com a cronologia da configuração. O filósofo francês afirma que cada um destes níveis temporais usados pela explicação histórica pode ser visto como uma extrapolação desta dialética. Em termos comparativos, podemos dizer que o acontecimento fugaz faz prevalecer o caráter episódico, mesmo em narrativas altamente complexas, ao passo que a longa duração assegura a presença da configuração (cf. Ricœur, TR I, 396).

Saliente-se a pertinência e a sagacidade na forma como Ricœur conseguiu aproximar a história da narrativa através dos conceitos de *quasi*-intriga, *quasi*-personagem, *quasi*-acontecimento, que permitem justamente respeitar a forma

---

<sup>231</sup> «Il y a quasi-événement là où nous pouvons discerner, même très indirectement, très obliquement, une quasi-intrigue et des quasi-personnages» (Ricœur, TR I, 395).

muito indireta de filiação pela qual a historiografia, mesmo a mais afastada da narrativa no seu estilo de escrita, se revela tributária da inteligência narrativa<sup>232</sup>. Utilizando estes termos, o filósofo tem consciência de ter levado os conceitos, que inicialmente elaborou sob o signo da *mimesis* II, até ao extremo da sua flexibilidade (TR I, 403). A intriga que ele descortina implícita na obra de Braudel fica no limite do que podemos considerar uma intriga e vimos como ela é muito ténue e de difícil reconstrução. De igual modo, o manuseio de nomes próprios, quando aplicados às entidades de primeiro nível da história, exige muita prudência. Mesmo os acontecimentos, para serem equiparados às discordâncias e às ruturas que pontuam a vida das estruturas económicas, sociais, ideológicas de uma sociedade singular, tiveram de perder o seu carácter breve e súbito. Mas só assim, como afirma o próprio, foi possível demonstrar a analogia que preserva o elo entre história e narrativa:

Le *quasi* des expressions *quasi*-intrigue, *quasi*-personnage, *quasi*-événement, atteste le caractère hautement analogique de l'emploi des catégories narratives dans l'histoire savante. Du moins, cette analogie exprime-t-elle le lien ténu et dissimulé qui retient l'histoire dans la mouvance du récit et ainsi préserve la dimension historique elle-même (Ricœur, TR I, 403-404).

---

<sup>232</sup> A análise de Ricœur é justa, a obra de Braudel é ainda uma narrativa, possui uma intriga muito ténue e diluída, mas tem os traços constitutivos da narrativa. Todavia, até como escrita é diferente. Se partirmos, como Rancière (1992: 32-33) da distinção efetuada por Benveniste entre tempo da diegese que se relata por si própria e tempo do discurso no qual o locutor está envolvido, chegamos à conclusão que a arquitetura narrativa do texto de Braudel distancia-se da tradicional nos tempos verbais empregues, dando, atrevidamente, primazia ao presente e ao futuro, conferindo-lhe objetividade e força assertiva, em vez dos tradicionais perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito, cuja distância temporal e neutralização da pessoa naradora davam ao relato uma objetividade não assumida. Jacques Rancière vê nesta revolução gramatical operada por Braudel no emprego dos tempos verbais uma manifestação da revolução sábia da nova história contra a história tradicional, factual. Admira-se que muito poucos e até mesmo Ricœur não se tenham dado conta deste facto, embora entenda que a análise do filósofo francês depende da sua perspectiva fenomenológica. Ricœur virá a reconhecer a justeza e a complementaridade da análise de Rancière: «Rancière complète ma propre analyse de la structure narrative dissimulée de l'ensemble de l'ouvrage par un examen de l'usage grammatical des temps verbaux [...]» (MHO, 447); mas também reconhece que a distinção entre tempo do discurso que se relata a si próprio e tempo do discurso no qual o locutor está implicado não é assim tão funcional no texto de Braudel: «La distinction n'est peut-être pas aussi opératoire qu'on le voudrait dans le cas du texte braudélien» (ibid.).

#### 4. REPERCUSSÕES DAS TESES DE RICŒUR

Por esta época da publicação de *Temps et Récit*, dá-se o retorno da história política e do acontecimento<sup>233</sup> e surge um novo objeto histórico, as representações, com a redução para uma escala micro-histórica. Estas mudanças trouxeram consigo o legítimo regresso da narrativa, porém, a análise de Ricœur reporta-se a formas anteriores de escrever história, com particular incidência na história social, a que conjuga acontecimento e estrutura, se processa a uma escala macro-histórica e se lê no tempo longo, por vezes muito longo, onde a narrativa e o acontecimento se diluem e quase desaparecem. Por isso, o esforço e a perspicácia da leitura de Ricœur influenciaram indelevelmente os escritos posteriores sobre a prática histórica, sendo alvo de constantes citações, e conduziu à afirmação inexorável do caráter narrativo da história. François Dosse (2006: 49) afirma que «a composição narrativa se impõe a todos os historiadores, mesmo àqueles que se distanciam mais da narrativa clássica do acontecimento político-diplomático». Philippe Carrard diz algo muito similar<sup>234</sup>. Este conclui que desde o positivismo ortodoxo até às suas variantes mais flexíveis,

---

<sup>233</sup> «L'événement revient avec le politique avec des aspects proches de la péripétie dramatique: comme instauration et comme destruction. Dans le politique, quelque chose commence: un nouveau pouvoir, ou mieux une nouvelle domination; et quelque chose finit: des guerres sont perdues, des hommes sont massacrés, parce qu'incarnant telle race, des empires s'écroulent ou se décomposent. C'est peut-être dans la politique que l'on est au plus près de l'apparaître et du disparaître, du commencer et du finir qui définissent l'événement brut. Mais, encore une fois, l'événement ne s'ajoute pas du dehors et comme par surcroît à la structure et à la conjoncture, qui seraient à chercher hors de la sphère politique, laquelle ne serait qu'événementielle. La politique est lui-même le lieu de jonction du structurel, du conjoncturel et de l'événementiel» (Ricœur 1992: 32).

<sup>234</sup> Philippe Carrard, apresenta, em 1992, um interessante estudo com o título de *Poetics of the New History*, que parte, justamente, também, de uma análise do discurso histórico na França do pós-guerra, de Braudel a Chartier, nomeadamente, o produzido pelos historiadores que se identificam com a escola dos Annales. Analisa os seus diversos modos de escrita a partir de critérios como a personificação ou não de entidades abstratas, a utilização dos tempos verbais, a projeção do “eu” no discurso, as modalidades da prova (citações, séries, quadros, gráficos, etc.). O interessante desta análise é constatar que historiadores que comungam dos mesmos princípios ideológicos da história-ciência e se debruçam sobre um mesmo objeto de análise conseguem ser extremamente díspares na forma de escrever e nas provas apresentadas. Isto equivale ao reconhecimento da dependência da história relativamente às técnicas retóricas da narração e as possibilidades, conscientemente controladas ou não, das variações no seio da matriz que partilham.

a história nunca deixou de ser narrativa. E adverte: «não existe esperança de reforma» para aqueles historiadores que, quixotesicamente, «pensam que os textos podem ser expurgados, se não da própria “linguagem”, pelo menos das estratégias literárias» (Carrard, apud Bebiano s/d: 12).

Jacques Rancière, alguns anos depois da publicação de *Temps et Récit*, retoma e complementa a análise de Ricœur. Rancière enaltece Braudel (e também Lucien Febvre) por terem sabido, com as suas obras, fazer o entrecruzamento poético do novo objeto da história com a língua do saber e, deste modo, resistir às seduções do cientismo radical, impedindo a história de se diluir no seio das ciências humanas, reduzida a uma função meramente secundária, fornecedora de dados estatísticos:

Le propre de la révolution historique alors n'est pas simplement d'avoir su définir les objets nouveaux de la longue durée, de la civilisation matérielle et de la vie des masses et leur adapter les instruments nouveaux de la langue des chiffres. Il est d'avoir su reconnaître, dans le chant des sirènes de l'âge scientifique, la menace de sa perte, le dilemme caché sous les propositions de sa scientification; *ou l'histoire ou la science*» (Rancière 1992: 18).

Souberam contornar a armadilha da disjunção – *ou* pela ciência *ou* pela história – e reagiram com inteligência, tentando conjugar as duas, optando por articular as estruturas de longa duração com os nomes e os acontecimentos diplomáticos. A ligação entre os interesses e as investigações da nova história com os nomes próprios dos reis não é um efeito retórico, assegura Rancière. Antes, é a resposta à tentação disjuntiva: «Le génie particulier de Lucien Febvre est d'avoir intuitivement compris ceci: l'histoire ne pouvait faire une révolution qui fût la sienne qu'à jouer de l'ambivalence de son nom, à récuser, dans la pratique de la langue, l'opposition de la science et de la littérature» (ibid.: 19).

Não é fácil conciliar os rigores da ciência com os charmes da literatura. No entanto, só a língua das histórias é apta a marcar a cientificidade própria da ciência histórica. Para isso foi preciso constituir em língua de verdade a língua tanto verdadeira como falsa das histórias ficcionais; é esse processo de limpeza e transformação gramatical que Rancière estuda sob o título de *poética do saber*: «Étude de l'ensemble des procédures littéraires par lesquelles un discours se soustrait à la littérature, se donne un statut de science et le signifie» (ibid.: 21).

Antoine Prost também valoriza, reflete e amplifica a leitura de Ricœur. O autor das “lições de história” tem como princípio que não há história sem intriga e sem narratividade, seja ela de que tipo for.

[L’histoire] n’est pas seulement faits, questions, documents, temporalités, conceptualisation, compréhension, recherche des causes et exploration des structures, elle se compose aussi comme une intrigue et s’écrit avec des phrases, faites de mots. Toute histoire présente une dimension littéraire, ou linguistique, disons rhétorique et langagière [...] (Prost 1996: 236).

No quadro de uma reflexão acerca das mutações científicas e literárias da própria ciência histórica, o historiador francês disserta sobre o contributo da sociologia, a sua boa influência sobre a história social, a conjugação da explicação por imputação causal com a explicação comparativa, quantitativa e estatística, oriunda da sociologia de Durkheim, bem como as vantagens de se cruzar acontecimentos e estruturas, narrativas e quadros. É esta solidariedade entre dois modelos históricos que se verifica na história social<sup>235</sup>. A obra de Braudel é bem o exemplo da interação harmoniosa entre acontecimento e estrutura, narrativa e quadro, que concorrem para formar um todo essencialmente diegético<sup>236</sup>. Já a história das mentalidades, toda feita de nuances e subtileza, oferece mais resistência à introdução do método robusto mas grosseiro da quantificação.

De Ricœur, Prost parece extrair, entre outras, a noção reformulada de acontecimento, como aquilo que contribui para uma mudança, no sentido aristotélico de *metabole* – «[...] est événement tout ce qui arrive, tout ce qui change, dans quelque ordre de réalité que ce soit» (Prost 1996: 255) – noção esta que acaba com a oposição entre acontecimento e estrutura, quanto aos fenómenos históricos a que apareciam associados: «L’événement et la structure ne sont plus associés à deux ordres de phénomènes, le politique d’une part, l’économique et le social de l’autre, qui commanderaient chacun un mode d’exposé» (ibid.).

O que constitui o acontecimento e a estrutura é o tipo de pergunta. O acontecimento é construído pela narrativa em resposta à questão “o que se passou?” e a estrutura é construída pelo quadro em resposta à questão “como eram as coisas?”. O mesmo facto pode ser reconstruído pelo historiador como acon-

---

<sup>235</sup> «L’histoire sociale constitue un bon exemple si l’on veut comprendre comment s’unissent, dans une démarche concrète, la structure et l’événement, l’analyse des cohérences et la recherche des causes» (Prost 1996: 213).

<sup>236</sup> «Quelques-unes des plus fortes œuvres historiques de ce siècle, à commencer par *La Méditerranée*, s’organisent autour de ces solidarités, de ces cohérences. [...] La dévalorisation de l’événement et le désintérêt pour la question des causes s’accompagnent ici d’une valorisation du temps long des structures géographiques, économiques et techniques. Le raisonnement sociologique est à sa place, même si Braudel affirme quelque défiance envers les systèmes trop déterministes (Prost 1996: 207, 208).

tecimento ou como elemento de uma estrutura, dependendo da pergunta que comanda a investigação e do tipo de intriga escolhido.

Nesse sentido, Prost considera que há três formas de exposição histórica: as narrativas, os quadros e os comentários. Atentemos nas duas primeiras. A narrativa guarda a marca cronológica da passagem de um acontecimento ou situação a outro ou outra. A política ou o acontecimento singular não gozam de privilégio algum, qualquer objeto histórico pode ser alvo da narrativa<sup>237</sup>. Por conseguinte, é absurdo falar do retorno da narrativa, pois ela nunca desapareceu<sup>238</sup>. A narrativa convém à explicação dos acontecimentos (“porque é que isto aconteceu?”), implicando, naturalmente, uma procura de causas e intenções. Os quadros são descrições situadas num tempo por vezes muito longo e no espaço. Pretendem pôr a descoberto as coerências, respondem à pergunta do “como foi?” e centram-se não sobre as mudanças, como a narrativa, mas sobre as particularidades do seu objeto e sobre o que assegura a sua unidade. Também não têm um objeto histórico específico<sup>239</sup>. Posto isto, é normal que algumas narrativas comportem quadros (sequências descritivas e estruturais) e alguns quadros comportem narrativas<sup>240</sup>. O que define uma narrativa histórica para Prost é o seu recorte no contínuo temporal e o seu fechamento ou acabamento em torno de uma questão que apela à construção de uma intriga sobre um qualquer objeto de história<sup>241</sup>.

A despeito de concordar genericamente com a análise de Ricœur, Prost pretende complementar a sua reflexão. Começa por reconhecer, em consonância

---

<sup>237</sup> «L’histoire économique, comme celle des pratiques culturelles ou des représentations peuvent appeler le récit aussi bien que l’histoire politique» (Prost 1996: 240).

<sup>238</sup> Prost está claramente a referir-se ao artigo emblemático de Lawrence Stone, «Retour au récit ou réflexions sur une nouvelle histoire» (1980), que propalava com euforia o regresso da narrativa, depois de um longo período de aridez dominado pelos números e pelas estatísticas.

<sup>239</sup> «Pas plus que le récit, le tableau n’est nécessairement associé à un type d’objet historique. Naturellement, il convient à la présentation d’une société donnée, ou d’un groupe social précis à un moment déterminé de l’histoire [...]. On peut consacrer des tableaux à des événements, et même à ces événements les plus événementielles que sont les batailles. Tout dépend de la question privilégiée» (Prost 1996: 241).

<sup>240</sup> «Plus profondément, l’explication causale du récit fait appel à des régularités qui relèvent de structures, tandis que la description des structures recourt à des personnalisations qui les transforment en acteurs de récits d’un autre type. Les deux catégories se distinguent sans s’exclure» (Prost 1996: 242).

<sup>241</sup> «Qu’une histoire soit un récit, un tableau ou une forme mixte, c’est un texte clos, un élément arbitrairement découpé dans l’ensemble indéfini du continuum illimité de l’histoire. Toute entreprise historienne se définit par une clôture» (Prost 1996: 243).

com Ricœur, que apesar de haver narração nos três níveis temporais em que subdivide a obra de Braudel, só em conjunto os três formam uma intriga, cujo desenlace é o declínio do mundo mediterrânico – «On ne comprendrait rien au dénouement, si l'on n'intégrait pas les trois parties du livre entre elles et à l'intérieur de cette grande intrigue (Prost 1996: 253). Daí a conclusão epistemológica de que pode haver narrativa mesmo no interior de uma estrutura desde que o objeto construído seja dinâmico: «toute histoire est narrative, parce qu'elle inclut toujours du changement» (ibid.: 253). Esta constrição deixa de fora da intriga a marca mais genuína do quadro: a sua dimensão sincrónica. Ora, Prost pretende demonstrar que a sincronia também faz intriga e narrativa, na medida em que está sempre, de algum modo, referida à diacronia. Desse modo, podemos falar de narrativa na explicação de estruturas, correndo o risco consciente de enfraquecer a própria noção de narrativa, ao reduzi-la às temporalidades mútuas que ela inclui nos seus próprios enunciados, como exemplifica a frase narrativa de Danto: «En 1717 naquit l'auteur du *Neveu de Rameau*». É que, segundo o autor, «descrever uma coerência ou analisar uma estrutura supõe uma intriga» (ibid.). No cinema não são apenas os filmes que estão construídos sobre uma intriga, para Prost os documentários também têm intriga. Dois argumentos militam neste sentido.

Em primeiro lugar, a explicação sincrónica e a explicação diacrónica fundam-se no mesmo tipo de raciocínio natural. Ou seja, narrar-explicar um acidente rodoviário que se presenciou é o mesmo que descrever a um amigo uma família numerosa, explicando quem é quem e os laços que unem os seus elementos: «Une description de ce type met en œuvre les mêmes choix que celle d'un récit. Les questions posées sont certes différentes, mais on retrouve le même découpage, ici territorial ou setoriel plus que chronologique, le même choix de personnages – au sens large – et de niveaux d'analyse» (ibid.: 255). A partir do momento em que um relato tenha um fio condutor que lhe confira sentido, lhe permita estruturar a montagem e hierarquizar as sequências, temos uma intriga.

O segundo argumento passa por «prolongar a análise de P. Ricœur libertando a dimensão narrativa presente em qualquer quadro enquanto quadro» (ibid.: 254). O quadro, do mesmo modo que a narrativa, está sempre delimitado e estruturado por questões, sendo uma delas relativa à mudança temporal:

Comme le récit, le tableau est toujours délimité et structuré par des questions, et, parmi ces questions, figure toujours celle du changement dans le temps. On le voit bien dans la vie courante. Quand un grand-père «explique» à ses petits-enfants comment était son village avant la guerre, il leur dit tout ce qui a changé depuis: son tableau est construit à partir de la différence entre hier et aujourd'hui. L'historien n'est guère différent du grand-père (ibid.).

O importante é que a descrição seja feita com base na comparação implícita com o presente ou com outra data histórica, assegurando, assim, o dinamismo cronológico de que falava Ricœur e, conseqüentemente, a estrutura da intriga – «Sans point de comparaison diachronique, l'analyse synchronique est impossible: la spécificité de la réalité, ce qui la rend intéressante à étudier s'évanouit. Il n'y a pas de tableau historique possible sans temporalité: l'intrigue minimale du tableau est le passage du passé au présent» (ibid.).

Ricœur teve o cuidado de falar de *quasi*-intriga a propósito da obra de Braudel, salvaguardando a analogia, evitando o risco de identificação direta com o processo mimético de construção da narrativa literária ficcional – a qual, não o esqueçamos é a matriz, o modelo de base – e lembrando-nos o quanto a história do Mediterrâneo era uma história no limite daquilo que se pode considerar narrativa. Ora, Prost ultrapassa o limite. A nosso ver, a sua concepção de intriga não é já compatível com qualquer definição que Ricœur tenha dado de *mise en intrigue* (“mimesis” II). Nem o prefixo *quasi* nos parece legítimo. Perdeu-se tudo: personagens, acontecimentos, a causalidade específica, definida por Aristóteles como “um-por-causa-do-outro” e não “um-após-o-outro”. Resta apenas uma suposta e impercetível temporalidade, mudança sem acontecimentos explícitos, apenas pontos de comparação temporais, uma reformulação da frase narrativa de Danto. A premissa de que explicação diacrônica e explicação sincrônica obedecem ao mesmo tipo de raciocínio é muito discutível. Não vemos que seja a mesma coisa explicar um acidente e apresentar uma família, contar uma história e descrever uma paisagem, compreender um filme e um documentário, compreender uma obra de história e um ensaio. Em suma, parece-nos insuficiente estabelecer a mudança temporal como elemento suficiente de intriga, se essa mudança não for impulsionada por acontecimentos, ligados por um nexos causal, atribuíveis a personagens, mesmo que sejam apenas acontecimentos e personagens do tipo daqueles que Ricœur descortinou na obra de Braudel. Não estranhamos, pois, que Prost considere que toda a história é narrativa, mesmo aquela que é composta de quadros sem acontecimentos e num ritmo temporal muito lento, só porque esses quadros estão dispostos por ordem cronológica e mantêm uma certa continuidade lógica<sup>242</sup>.

---

<sup>242</sup> A obra de Ariès serve de exemplo, ela comporta quatro quadros sucessivos, correspondendo cada um a uma época, sendo que cada um retém traços dessa época que se ligam em sentido e cronologia às configurações anterior e posterior. O que estrutura e orienta a descrição é a análise global da mudança de atitudes face à morte até à atualidade e isso faz com que os quadros estejam organizados como uma narrativa. «Un bon exemple en est le livre de Philippe Ariès, *La Mort en Occident*, qui s'articule en quatre chapitres successifs, consacrés



Em suma, tanto faz que predominem as sucessões cronológicas ou as coerências sincrônicas, ou que se misturem narrativas e quadros, a história é sempre configuração, ou seja, “mimesis” II. Ela é definida, modelada e estruturada por uma intriga que comporta uma dimensão temporal irredutível. Em última instância, a narrativa sobrepe-se sempre ao quadro e o acontecimento vence sempre a estrutura, pois esta é sempre precária, provisória, minada por dentro pelo acontecimento, «como o fermento dentro da pasta ou o bicho dentro da maçã», dependendo as metáforas de uma visão otimista ou pessimista<sup>243</sup>.

Com estas considerações Prost entra em terrenos muito instáveis, onde é muito fácil resvalar para uma indiferenciação entre história e outras ciências sociais. No entanto, apercebe-se do perigo e toma as devidas cautelas. Como já vimos, a história e outras disciplinas como a sociologia e a antropologia, apesar de privilegiarem modos de explicação diferentes, têm em comum o facto de esses modos assentarem no mesmo tipo de raciocínio natural, seja ele diacrónico ou sincrónico, um acidente ou um agregado familiar; poderíamos dizer que o próprio da história é procurar uma explicação diacrónica. Só que isso não chega para a distinguir das outras disciplinas, pois ela, ao incluir quadros na sua narrativa, recorre à explicação sincrónica saída da sociologia. A diferença reside em que os quadros do historiador não são do mesmo tipo do sociólogo, pois ao historiador

é-lhe impossível pensar uma estrutura, por mais robusta que seja, sem se interrogar sobre o que a vai fazer mudar, transformar a curto ou a longo prazo. A própria estabilidade de uma estrutura coloca questões: ela é uma suspeita para o historiador que indaga que forças, que atores estão já a trabalhar, por vezes sem que se saiba, no seio da própria estrutura, para a modificar. O acontecimento está por todo o lado, à espreita, senão em ação (Prost 1996: 256).

Neste ponto, Prost volta a aproximar-se do comentário de Ricœur à obra de Braudel (cf. *TR* I, 383). Para ele, também é o acontecimento que distingue o conceito de estrutura do historiador do do sociólogo ou do economista e o

---

chacun à la mort à une époque donnée [...]. Il s'agit bien d'un récit, puisque nous passons d'une situation à une autre. Le plan est d'ailleurs chronologique. Mais c'est un récit sans événements, au rythme très lent» (Prost 1996: 243).

<sup>243</sup> «En dernière instance, le récit prend donc le pas sur le tableau, ou, si l'on préfère, l'événement (au sens de ce qui change et dont on fait le récit) sur la structure. Ou, pour le dire autrement, la structure, telle que les historiens l'appréhendent, est toujours précaire, provisoire. Elle est comme minée de l'intérieur par l'événement. L'événement est au cœur de la structure, comme le levain dans la pâte ou le ver dans la pomme – je laisse chacun choisir la métaphore suivant qu'il est optimiste ou pessimiste» (Prost 1996: 255).

acontecimento não cessa de minar a estrutura por dentro. O acontecimento é originado pela diferença de ritmos com que as estruturas se alteram e pelo olhar atento do historiador que, diferentemente do sociólogo, procura não as constâncias mas os pontos de rutura nas estruturas, a sua brusca ou lenta deterioração, a perspetiva da sua extinção.

Para Ricœur, Braudel tinha inventado um novo tipo de intriga. Considerando esta como síntese do heterogéneo, a intriga virtual de Braudel conjuga temporalidades heterogéneas, cronologias contraditórias, ensina-nos a conjugar estruturas, ciclos e acontecimentos (*TR* I, 382). Este comentário terá inspirado Prost. O autor observa que a história é narrativa, mas não por inteiro, pois inclui sequências que o não são: a argumentação, enquanto desenvolvimento analítico das razões que justificam a explicação e que integram naturalmente o texto, é uma delas. Mas a intriga, na sua qualidade de concordância discordante ou configuração do heterogéneo assume com coerência este conjunto. Ela pode-o fazer porque todos os elementos do texto derivam do modo natural de raciocinar ou de procurar explicações (“raisonnement naturel”), independentemente das provas que venham sustentar os argumentos. Neste aspeto, o autor apropria-se, voluntariamente, do conceito de intriga formulado por Ricœur: «L'intrigue assure ainsi ce que P. Ricœur appelle une “synthèse de l'hétérogène”. Elle “comprend”, écrit-il, dans une totalité intelligible, des circonstances, des buts, des interactions, des résultats non voulus» (ibid.: 257).

É por ser síntese do heterogéneo que a intriga se mantém unificada, apesar do material díspar que reúne. Mas a intriga também define o tipo de história que o historiador constrói e, nesse sentido, como configuração geral do texto do historiador, ela fornece por si mesma uma explicação. Ela é mais do que uma simples trama ou fio da história (“story-line”). Uma mesma questão posta a um mesmo facto histórico por dois historiadores resulta em duas respostas diferentes. Cada um constrói uma intriga diferente e original. Já nos apercebemos, por estes considerandos, que Prost está a deixar o terreno cultivado por Ricœur e a enveredar pelas vias exploradas por Hayden White. É por aí que segue a sua argumentação (cf. ibid.: 257-262).

Outro tópico que Prost partilha com Ricœur é a dialética compreensão/explicação, oferecendo uma excelente síntese da dialética trabalhada pelo filósofo francês. Na senda de Ricœur, Prost começa por afirmar que a compreensão é o modo de inteligibilidade próprio da história. Porque a história não pode ser uma ciência como a química – aliás, essa não é a sua pretensão – a noção de compreensão visa especificar o modo de conhecimento próprio da história, o qual «não é menos legítimo, nem menos rigoroso, nem menos verdadeiro, na

sua ordem, que o conhecimento objetivo das ciências da natureza» (Prost 1996: 153). O que torna uma história compreensível é o encadeamento dos factos, não a sua ordenação cronológica, critério que distingue uma narrativa de uma crónica. O que o historiador, o sociólogo e o antropólogo procuram *compreender* é o *sentido* das vidas e dos comportamentos humanos, apelando à competência narrativa de seguir uma história. Compreender uma história implica seguir o desenrolar dos acontecimentos para apreender o seu sentido e perceber as suas causas. A história é narrativa e a compreensão visa assegurar-lhe respeitabilidade científica, uma legitimidade igual à das ciências naturais, pois a história quer ser um saber verdadeiro e não uma opinião. Para isso, a compreensão empática ou intuitiva por si só é insuficiente, devendo ser complementada com a explicação “não científica”. Para Ricœur, não se compreende o acontecido apenas por meio de intropatia ou amizade, esta forma de compreensão deve ser equilibrada por elementos menos intuitivos, mais racionais e seguros. Obviamente, esta exigência não invalida que as teorias da compreensão de Dilthey, Marrou, Collingwood tenham a virtude de nos despertar para a subjetividade e intersubjetividade que animam a atividade historiadora: o historiador é movido por um impulso de amizade ou mesmo amor que o não deixa indiferente aos homens que estuda. A atividade de historiar não é fria, assética, insensível, mas é viva e afetiva. No entanto, a história exige ir mais além da busca dos motivos, sentimentos e pensamentos pessoais, quer explicações, não explicações iguais às das ciências naturais, mas imputações causais<sup>244</sup>. A compreensão enquanto procura de causas assume uma força explicativa que a aproxima das ciências e a afasta da empatia, tirando sentido à oposição entre compreensão e explicação. Nesse sentido, a explicação histórica prolonga a compreensão. Todavia, convém recordar que as condutas humanas, objeto da história, inscrevem-se na ordem do sentido e não da ciência. E também que o complexo encadeamento das causas em história é inesgotável. A história não se explica totalmente, é verdade, mas explica-se; se se explicasse perfeitamente, seria previsível como as ciências deterministas. Mas ela não é nem totalmente determinada nem totalmente aleatória, os seus prognósticos, baseados em diagnósticos, devem reservar uma boa margem para o contingente, para o inesperado. Daí que o raciocínio imaginativo da imputação causal goze de grande pri-

---

<sup>244</sup> «[...] en histoire, la compréhension ne suffit pas, et elle risque d’être fautive, si l’on ne se soucie pas de construire à partir d’elle une explication plus systématique, en analysant la situation initiale, en identifiant les divers facteurs et en pesant les causes» (Prost 1996: 172).

vilégio, na medida em que permite à história conciliar a liberdade dos atores com a imprevisibilidade do futuro, através do levantamento e da hierarquização das causas que condicionam a sua ação. Respeitando a incerteza do acontecimento, a história permite pensar, simultaneamente, na liberdade dos homens e na constrição das situações.

Prost, em consonância com Ricœur, reconhece que as construções irreais ou imaginárias probabilísticas que a imputação causal origina são ficções, mas não são fantasias, porque estão ancoradas no mundo real. O historiador mobiliza múltiplos conhecimentos para as fundamentar e defender em caso de contestação. Ele faz uso da sua experiência social, das regularidades ou das regras de experiência que conhece, mas não só, porque pode recorrer também aos contributos da história e da própria sociologia. Assim, o historiador descobre no passado um conjunto de probabilidades objetivas. «Ainsi ancrée dans le réel et armée d'un savoir social, l'expérience imaginaire conduit l'historien à repérer, dans le passé, des possibilités qui étaient objectives, mais qui ne se sont pas réalisées, qui n'étaient donc pas nécessaires, mais seulement probables» (Prost 1996: 186). O difícil é determinar o grau de plausibilidade adequada de cada possibilidade objetiva e fundar uma hierarquia de causas. Mas aí o historiador apresenta e argumenta em favor das razões pelas quais ele considera determinado fator e não outro como causa suficiente de uma sucessão de acontecimentos.

Sabemos que o historiador não conta o que quer que seja, que ele argumenta com factos construídos a partir da análise de documentos; compreendemos que a experiência imaginária da construção de cenários irreais lhe permite pesar as causas a partir de dados objetivos; contudo, trata-se de uma operação fictícia, dominada pela imaginação, os pesos que usa na balança com que pesa as causas não são universais e rigorosos, deixando o historiador desprotegido e pouco confortável face a acusações de subjetividade. Não obstante, Ricœur parece confortar-se com a inevitabilidade da componente subjetiva, ficcional e imaginativa da história, sendo ela a face humana/espiritual do processo de compreensão/explicação. Antes disso do que enveredar por uma história de tipo sociológico positivista, que perdesse o contacto com a realidade temporal, com o acontecimento, com o concreto.

### CAPÍTULO III

## HISTÓRIA E FICÇÃO: POR UMA POÉTICA DO TEMPO

Le temps devient temps humain dans la mesure où il est articulé de manière narrative; en retour le récit est significatif dans la mesure où il dessine les traits de l'expérience temporelle (Ricœur, *TR I*, 17).

Ninguém duvida que história e tempo estão intimamente ligados. Estamos prontos a admitir que não há história sem tempo, desde logo porque o passado é uma categoria temporal. Talvez nos surpreendamos se nos disserem que também não há tempo sem história. Ricœur di-lo. Da mesma maneira que a história é a narração dos homens no tempo – e “no tempo” é redundante, porque ser-no-tempo, segundo Heidegger, é a nossa forma de estar-no-mundo – também são as histórias ficcionais e científicas que nós contamos que nos revelam poeticamente ou de modo indireto a dimensão temporal da vida humana. Sem tempo não há narração e sem narração não percebemos o tempo, porque o tempo pede para ser narrado; tempo e narração são interdependentes<sup>245</sup>. Mas o que é o tempo? E o que é a história/narrativa? E como se gera esta relação circular entre ambos? Estas são questões a que procuramos responder neste capítulo, com base nas considerações de Ricœur. É daqui que deve partir qualquer dialética ou confrontação entre história-ciência e ficção, na

---

<sup>245</sup> «Mon hypothèse de base est à cet égard la suivante: le caractère commun de l'expérience humaine, qui est marqué, articulé, clarifié par l'acte de raconter sous toutes ses formes, c'est son *caractère temporel*. Tout ce qu'on raconte arrive dans le temps, prends du temps, se déroule temporellement; et ce qui se déroule dans le temps peut être raconté. Peut-être même tout processus temporel n'est-il reconnu comme tel que dans la mesure où il est racontable d'une manière ou d'une autre. Cette réciprocité supposée entre narrativité et temporalité est le thème de *Temps et Récit*» (Ricœur, *TA*, 12).

medida em que ambas partilham a mesma estrutura narrativa que nos dá o tempo<sup>246</sup>.

Na verdade, a primeira e, podemos dizer, mais conhecida meditação que Ricœur empreende na sua vasta bibliografia acerca do binómio história e ficção encontra-se na segunda metade do terceiro volume de *Temps et Récit*, a propósito de uma questão mais abrangente que ocupa o seu pensamento ao longo dos três volumes: a articulação entre tempo e narrativa. A tese dominante em *Temps et Récit* é a de que a temporalidade é a estrutura da existência que a linguagem alcança na narratividade e a narratividade é a estrutura da linguagem que a temporalidade tem como seu referente último. O cotejo de história e ficção, que vai da divergência ao paralelismo e finalmente ao entrecruzamento, é, de facto, construído em nome de uma poética do tempo que tem no momento refigurador da narrativa a etapa imprescindível, na qual história científica e ficção cooperam para dar ao leitor uma *imagem* do tempo que escapa ao raciocínio fenomenológico. Todavia, sendo esta a última etapa de todo um percurso realizado por Ricœur, seria contraproducente avançar diretamente para a meta sem a enquadrar na marcha intelectual que a precede e fundamenta. É que na estratégia desenvolvida por Ricœur, só chegamos à história e à ficção partindo da narrativa e da sua capacidade para configurar a temporalidade humana. Daí que tenha sido obrigatório identificar as duas modalidades em que se subdivide a narrativa, pois há a história ficcional e a história científica; e se dizemos que as duas prefiguram, configuram e refiguram o tempo, é preciso demonstrar que a história científica, apesar de não se confundir com a ficção, não perdeu os laços que a unem à sua matriz narrativa. Foi este desafio, do qual demos conta no capítulo anterior, que levou o filósofo francês a retomar um antigo debate moderado por si entre compreensão e explicação, sendo o seu rumo definido da oposição para a dialética, como é habitual no programa argumentativo da filosofia ricœuriana.

Seguindo de perto o itinerário argumentativo do próprio Ricœur (porquanto o entrecruzamento de história e ficção nos parece inextricável de tempo e narrativa), este terceiro capítulo da nossa exposição estrutura-se em duas partes. A primeira visa pôr em marcha a dialética tempo-narrativa; a segunda separa, aproxima e entrecruza história e ficção nos modos como superam a dicotomia tempo cosmológico/tempo fenomenológico e constituem uma resposta poética à aporética do tempo.

---

<sup>246</sup> «En traitant la qualité temporelle de l'expérience comme référent commun de l'histoire et de la fiction, je constitue en problème unique fiction, histoire et temps» (Ricœur, *TA*, 12).

## 1. NARRATIVA: A GUARDIÃ DO TEMPO

Não é por acaso que a reflexão acerca da história radica no subsolo do tempo. Desde os primeiros ensaios, reunidos em *Histoire et Vérité*, que Ricœur tem bem presente a dimensão temporal que é o fundamento da história, assumindo como divisa a máxima de Marc Bloch que a história é «a ciência dos homens no tempo» (Bloch 1952: 18). Em *Temps et Récit*, o tempo humano é o escudo de todos os seus embates pela história e pela narrativa. Não pode haver história sem tempo-ação-mudança, em suma, sem homens agindo no tempo. Este ternário, que constitui o código genético da ficção e da história-ciência, permite-lhe enfrentar criticamente os trabalhos que a história trouxe à luz em meados do século XX, sob a égide de uma quase acronologia, de uma descrição apática e quase estática. A narrativa (histórica e ficcional) é a guardiã do tempo, e este não pode ser pensado se não for narrado pelo ficcionista e pelo historiador<sup>247</sup>. Mas a questão do tempo não surgiu pela via direta da historiografia, antes pela via indireta da narrativa. Apesar de ser uma inquietação antiga, cujas aporias eram discutidas em aulas e em seminários, só se sentiu impelido a escrever sobre ela quando detetou na narrativa uma entrada e uma saída<sup>248</sup>: «Je suis entré dans la question du temps par le biais de mon intérêt pour le récit [...]. Je n'ai pu écrire sur le temps que lorsque j'ai pu apercevoir une connexion significative entre la "fonction narrative" et "l'expérience humaine du temps" (Ricœur, *RF*, 63). A narrativa é uma saída para o beco em que desemboca a reflexão fenomenológica sobre o tempo, na medida em que permite uma articulação poética com a experiência temporal<sup>249</sup>.

---

<sup>247</sup> «Sous forme schématique, notre hypothèse de travail revient ainsi à *tenir le récit pour le gardien du temps*, dans la mesure où il ne serait de temps pensé que raconté» (Ricœur, *TR* III, 435).

<sup>248</sup> Em 1977, Paul Ricœur dirigiu um Seminário na universidade de Missouri-Columbia, consagrado à *Narratividade*, ao jogo de linguagem da narração comum à história dos historiadores e à narrativa ficcional. Os resultados deste seminário (designado em inglês "Brick Lectures") foram publicados em França, sob a direcção de Dorian Tiffeneau, com o título de *La Narrativité*, em 1980. Os três capítulos da primeira parte [1] «Histoire comme récit»; 2) «Le récit de fiction»; 3) «La fonction narrative»] constituem o núcleo do que haveria de ser *Temps et Récit*.

<sup>249</sup> Para uma análise mais detalhada desta dialética entre tempo e narrativa veja-se o nosso trabalho anterior: Soares, Martinho, *Tempo, mythos e praxis: o diálogo entre Ricœur, Agostinho e Aristóteles*, Fundação Eng. António de Almeida, 2013; vide., etiam, Teixeira 2004, vol. II: 9-51.

Ricœur chega à sua matéria-prima através da leitura criativa, pertinente e sagaz de uma das mais antigas e célebres meditações sobre o tempo, a de Agostinho nas *Confissões* (livro XI). Deste filão extrai o díptico elementar da *intentio* e *distentio animi* e o inspirador exemplo da recitação do salmo que o encaminha para a senda da narrativa (*TR I*, 21-65).

A meditação de Santo Agostinho sobre a natureza do tempo termina num impasse difícil de ultrapassar ao (in)conciliar duas atividades contraditórias, uma ativa e outra passiva, uma de tensão e outra de distensão, remetendo o tempo para o domínio do inescrutável<sup>250</sup>. Consequentemente, Ricœur observa que não existe uma fenomenologia pura do tempo em Agostinho, isto é, uma apreensão direta do tempo, independente de argumentação e livre de se enredar em novos paradoxos. E, provavelmente, depois de Agostinho, nunca terá havido uma fenomenologia pura do tempo<sup>251</sup>. Para o comprovar, Ricœur passa em revista as meditações sobre o tempo de Aristóteles, de Husserl, de Kant e de Heidegger, que desembocam todas no mesmo beco.

Contraposta à visão extremamente “psicológica” e subjetiva do tempo teorizada por Agostinho, Ricœur lê, na definição clássica da *Física* aristotélica, um tempo ligado ao movimento e escrutinável por operações matemáticas, uma visão que acentua a propriedade cosmológica do tempo: o instante de um movimento contínuo que a alma pode medir (*TR III*, 21-42). Esta bipolaridade é o gérmen das duas linhas de pensamento dentro das quais podemos, de um modo geral e imperfeito, situar as conceções subsequentes, marcadas quer por uma

---

<sup>250</sup> A alma, cuja atividade em tensão consiste em abreviar a expectativa e alongar a memória, fazendo esse “trânsito” pela atenção presente, à medida que faz passar, passa também, sofrendo o efeito negativo da sua própria ação. Esta *intentio* ou tensão única da alma para aspetos múltiplos pretende explicar a possibilidade de se medir o tempo, não o tempo em si, mas as impressões deixadas na memória e na expectativa pelos eventos passados e pelos eventos futuros, respetivamente. Mas é, justamente, por este ato mensurável que a passividade das impressões provoca a chamada *distentio animi*, deixando patente um antagonismo insolúvel entre *distentio* e *intentio animi* e explicada a supremacia da ação do tempo sobre o ser humano.

<sup>251</sup> «Il n’y a pas, disons-nous, de phénoménologie pure du temps chez Augustin. Nous ajoutons: peut-être n’y en aura-t-il jamais après lui. [...] Par phénoménologie pure, j’entends une appréhension *intuitive* de la structure du temps, qui, non seulement puisse être isolée des procédures d’*argumentation* par lesquelles la phénoménologie s’emploie à résoudre les apories reçues d’une tradition antérieure, mais ne paie pas ses découvertes par des nouvelles apories d’un prix toujours plus élevé. Ma thèse est que les authentiques trouvailles de la phénoménologie du temps ne peuvent être définitivement soustraites au régime aporétique qui caractérise si fortement la théorie agustinienne du temps» (*TR I*, 156).



tendência fenomenológica quer por uma tendência cosmológica<sup>252</sup>. De um lado teríamos Agostinho, Husserl e Heidegger, do outro Aristóteles e Kant (TR III, 21-187). A ambição husserliana de *fazer aparecer* o tempo enquanto tal esbarra de frente na tese kantiana da invisibilidade do tempo físico ou objetivo (cf. TR III, 43-82). Para Kant (TR III, 82-109), o tempo objetivo não passa de um pressuposto, não permite nenhuma observação nem asserção direta porque o tempo é em si mesmo invisível. O tempo não aparece, ele é uma condição do aparecer.

Aparentemente, a interpretação heideggeriana de *Ser e Tempo* parece resolver ou, pelo menos, dissolver as aporias sobre o tempo geradas pelo pensamento de Agostinho e Husserl, na medida em que o solo do qual irrompem é abandonado para dar lugar a um novo questionamento (Ricoeur, TR III, 110-178). Não é mais possível opor um tempo da alma, na aceção de Agostinho, a um tempo do mundo, no sentido aristotélico (algo do movimento). Por um lado, a analítica existencial não tem como referência uma alma mas um *ser-aí* (*Dasein*), invalidando qualquer distinção ôntica entre a região do psíquico e a do físico. Por outro lado, para a analítica existencial, a natureza não pode constituir um polo oposto, muito menos um tema estranho à consideração do *Dasein*, na medida em que o mundo é ele próprio um momento constitutivo do *ser-aí*. Por conseguinte, a questão do tempo só pode ser estudada depois da pergunta pelo *ser-no-mundo*, que revela a constituição fundamental do *ser-aí*.

De acordo com Ricoeur (TR III, 116), devemos a Heidegger três admiráveis descobertas: em primeiro lugar, a questão do tempo como totalidade está sediada na estrutura fundamental do *Cuidado*; em segundo, a unidade das três

---

<sup>252</sup> Nenhuma das duas teorias (de Agostinho e de Aristóteles), tomada isoladamente, é capaz de explicar cabal e totalmente a experiência temporal, de tal forma que o aprofundamento de cada uma das posições antagônicas resulta na descoberta de uma temporalidade transcendente à sua definição e cada uma delas encontra sempre como resíduo a sua expressão inversa. Se aprofundamos o tempo da alma, acabamos por chegar à conclusão que o tempo a circunscreve, a envolve e a domina, sem que ela jamais o possa engendrar. Se, por outro lado, sublinharmos a prioridade cosmológica do tempo, deparamos com um instante físico, mensurável, que implica uma alma que o meça, sem que, todavia seja possível identificar os instantes do mundo e a presença que torna “presente” a alma a si mesma. Há uma separação intransponível entre o instante aristotélico e o presente agostiniano. É que o instante aristotélico, para ser pensável, requer apenas um corte efetuado pela alma na continuidade do movimento, porque este é numerável. Mas este instante pode ser qualquer um, qualquer instante é digno de ser o presente. Num movimento há apenas a sequência na qual a alma pode distinguir os dois instantes do antes e do depois, sem que se possa dizer que um é passado e o outro futuro.

dimensões do tempo – futuro, passado, presente – é uma unidade *ex-tática*, em que a exteriorização mútua dos *ex-tases* procede da sua própria implicação; por fim, o desdobramento desta unidade *ex-tática* revela por sua vez uma constituição estratificada do tempo, isto é, uma hierarquização dos níveis de temporalização, que requer denominações distintas: *temporalidade*, *historialidade*, *intra-temporalidade*. A fenomenologia hermenêutica do tempo tem por alvo a unidade articulada dos três momentos do futuro, passado e presente. Agostinho fazia derivar esta unidade do tríplice presente; mas, para Heidegger, o presente não pode assumir esta função de articulação e dispersão, porque é a categoria temporal menos apta para uma análise original e autêntica, devido ao seu parentesco com as formas decaídas da existência. Não podendo ser o presente a modalidade apropriada para esta procura da totalidade, entra em cena a ideia de *ser-para-a-morte*, como existencial que veicula a marca da sua própria clausura interna. O fim do *ser-aí* é a morte, pelo que “findar”, no sentido de morrer, constitui a totalidade do *ser-aí*.

A originalidade de Heidegger está em ter buscado no próprio *Cuidado* o princípio de pluralização do tempo em futuro, passado e presente. Esta deslocção coloca o futuro no lugar tradicionalmente ocupado pelo presente e provoca uma reorientação total das relações entre as três dimensões do tempo, permitindo discernir, entre elas, relações inusitadas de íntima implicação mútua. A temporalidade é a unidade articulada do “por-vir”, do “tendo-sido” e do “tornar-se-presente”, que são dados a pensar em conjunto. Apesar do suporte temporal ter passado do presente para o futuro, Ricœur não deixa de ver neste processo temporal feito de unificação e dispersão o enigma agostiniano da *distentio animi*<sup>253</sup>. Além do mais, o fracasso do *conceito vulgar do tempo* (tempo univer-

<sup>253</sup> «Ce qui demeure aussi opaque chez Heidegger que chez Augustin, c’est la triplicité interne à cette intégralité structurale: les expressions adverbiales [...] signalent au niveau même du langage la dispersion qui mine de l’intérieur l’articulation unitaire. Le problème agostinien du triple présent se trouve simplement reporté sur la temporalisation prise dans son ensemble» (TR III, 129). No entanto, as modalidades de temporalização que Heidegger define em *Ser e Tempo* servem para a hermenêutica da condição histórica do homem: «L’“être-dans-le-temps” est la façon temporelle d’être-au-monde» (Ricœur, *MHO*, 498). Nós representamos o passado porque existimos no tempo. É no tempo que existimos e é no tempo que as coisas acontecem. Todavia, Ricœur demonstra alguma desconfiança relativamente ao *ser-para-a-morte* de Heidegger, preferindo pôr a tónica no *estar-em-dívida* como laço possível entre passado e futuro. Para ele, é essencial que o ter-sido suplante o simples e negativo ter-passado. O passado existe ainda no presente (cf. Ricœur, *MHO*, 501). Neste ponto ele coincide com Jankélévitch, de quem retira a epígrafe que serve de pórtico à sua obra *La mémoire, l’histoire, l’oubli*: «Celui qui a été ne peut plus désormais ne pas avoir été: désormais ce fait mystérieux et profondément obscur d’avoir été est son viatique pour l’éternité».

sal da astronomia, das ciências físicas, da biologia e das ciências humanas) eleva a aporia temporal ao seu cúmulo, porque resume o fracasso de toda e qualquer tentativa de pensar o tempo (cf. Ricœur, *TR* III, 170-177). Deste modo, fica claro que «a temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia» – «[...] les tentatives le plus exemplaires pour exprimer le vécu du temps dans son immédiateté même multiplient les apories à mesure que s'affine l'instrument d'analyse» (Ricœur, *TR* III, 435) – impelindo Ricœur para a «mediação indireta da narração» (ibid.), a única capaz de desfazer os nós que a fenomenologia multiplicou<sup>254</sup>.

O enigma agostiniano mais impenetrável é aquele que pretende resolver o problema da medição do tempo: como é que a alma se pode distender à medida que tende? Eis a aporia suprema, comenta Ricœur (*TR* I, 48). O mesmo não deixa de ver nesta resolução enigmática «la trouvaille inestimable de saint Augustin» (ibid.: 49), precisamente porque, ao reduzir a extensão do tempo à distensão da alma, ligou esta distensão à falha que não cessa de se insinuar no seio do tríptico presente. A distensão, entende Ricœur, está na falha ou na não coincidência das três modalidades da ação – entre o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente. A discordância nasce e renasce da própria concordância entre as (in)tenções da expectativa, da atenção e da memória. Esta aporia gerada pelo exemplo da recitação de um salmo põe em evidência, simultaneamente, o paradoxo do tempo e a pista para a solução do mesmo, faltou a Agostinho descobrir que o próprio ato narrativo comporta em si concordância e discordância. Mas para isso seria preciso convocar a *Poética* de Aristóteles, onde, ao contrário do que se passa na experiência temporal de Agostinho, a concordância predomina sobre a discordância<sup>255</sup>. Este confronto é o ponto de partida para a extrapolação da tese de que «o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo e a narrativa alcança a sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal» (Ricœur, *TR* I, 105).

Depois de verificar a unilateralidade e a insuficiência de qualquer teoria cosmológica e a incapacidade de qualquer fenomenologia pura do tempo para alcançar uma resposta cabal e limpa de aporias, que permita compreender, de forma transparente e especulativa, o fenómeno temporal em toda a sua ampli-

---

<sup>254</sup> Ce sont ces apories que précisément la poétique du récit traite comme autant de nœuds qu'elle s'emploie à dénouer (Ricœur, *TR* III, 435).

<sup>255</sup> «Il va de soi que c'est moi, lecteur d'Augustin et d'Aristote, qui établis ce rapport entre une expérience vive où la discordance déchire la concordance et une activité éminemment verbale où la concordance répare la discordance» (Ricœur, *TR* I, 66).

tude e profundidade, Ricœur mergulha na *Poética* de Aristóteles, à procura de um mediador poético entre a compreensão humana e a experiência temporal (TR I, 66-104). Daí extrai dois conceitos fundamentais que opõe ao par agostiniano: contra a sobreposição da *distentio* sobre a *intentio animi*, da desordem sobre a ordem ou da dispersão sobre a atenção, o autor propõe a força do *mythos* sobre a *peripécia*, da ordem sobre a desordem ou da síntese sobre o heterogéneo.

No modelo aristotélico de *mythos*, a concordância vence a discordância porque a *mimesis* opera a síntese de factos discordantes e heterogéneos da ação humana (*praxis*) num objeto narrativo coeso, total e unitário, segundo as leis da verosimilhança e da necessidade. Partindo destas considerações poéticas, o filósofo francês infere que ao representar numa totalidade significativa o que no tempo agostiniano era disperso e episódico, o *mythos* pode ser entendido como réplica invertida da *distentio animi* de Agostinho; já a *mimesis*, enquanto atividade mimética (re)criadora e estilizadora da realidade prática, permite a configuração da experiência temporal humana pelo desvio ou corte próprio da intriga em relação ao campo do real. Se a concordância do *mythos* trágico se deve ao seu carácter duplamente unificador e ordenador, segundo a lógica da necessidade e da verosimilhança, a sua discordância provém de inversões bruscas e inesperadas no rumo dos acontecimentos (as chamadas peripécias) e do reconhecimento, que despertam temor e compaixão. A estes Ricœur acrescentará os traços temporais que Aristóteles não considerou, mas que entende diretamente implicados no dinamismo constitutivo da configuração narrativa, dando pleno sentido ao conceito de concordância-discordante e à relação tempo-narrativa. Só assim é possível afirmar que a *mimesis* ou operação narrativa reflete o paradoxo do tempo suscitado por Agostinho e resolve-o de um modo não especulativo, mas poético. Reflete-o na medida em que combina segundo proporções variáveis duas dimensões temporais: uma cronológica, referente à dimensão episódica e factual da narrativa e outra não cronológica, referente à sua dimensão configurativa, responsável pela conversão de factos díspares numa história una e inteligível, permitindo que se extraia uma configuração a partir de uma sucessão ou uma unidade temporal a partir de um conjunto plural de eventos. Ao fazer a articulação entre facto e história, a *mimesis* oferece ao paradoxo do tempo como resolução o próprio ato poético. Em suma, a solução poética do paradoxo agostiniano do tempo está no arranjo configurativo que transforma uma sucessão linear de eventos numa totalidade significativa, permitindo a uma história ser seguida por um ouvinte ou leitor e possibilitando a sua tradução numa ideia, tema ou pensamento. Porém, para consolidar este vínculo original entre a atividade narrativa e o carácter temporal da experiência humana, Ricœur

teve de constituir a função mediadora da construção da intriga entre um estádio da experiência prática que a antecede e um estádio da recepção que lhe sucede, indo contra os conceitos da semiótica narrativa, característica da abordagem estrutural.

### 1.1. Teoria geral da narrativa: *mimesis*, *mythos* e *praxis*

Para Ricœur, a atividade de composição narrativa supõe três momentos miméticos distintos mas interligados; imprescindíveis como fundamento da ideia de imitação criadora e de cesura que instaura novo espaço de ficção. Os três níveis miméticos têm como elo a *praxis temporal* e como elemento desviante ou de cesura o *mythos*. A rutura operada pelo *mythos* é fundamental para que a atividade mimética possua a liberdade necessária para criar ficção; a continuidade, assegurada pelo laço da *praxis*, permite que essa mesma atividade mimética opere a transposição metafórica do campo ético para o campo poético, o que pressupõe que o *mythos* se liga a um referência externa ou, como diz Ricœur, uma referência a montante e outra a jusante da configuração poética. Este conceito hermenêutico de tríplice mimese é imprescindível para escorar a mediação entre tempo e narrativa e para armar a crítica às teorias semióticas do texto, que se concentram exclusivamente sobre a mimese dita de nível II. Contrariamente ao teorizado pelos estruturalistas franceses, Ricœur defende uma hermenêutica que contemple o texto literário não apenas como uma estrutura ou objeto abstrato isolado e reduzido às suas leis internas, mas como um objeto situado, com o campo real ou ético da *praxis* a montante (mimese I) e o campo da recepção a jusante (mimese III), já que só construindo uma relação entre os três modos miméticos se pode constituir a ponte entre a vida, a ação, o sofrimento e a narrativa: «C'est, en revanche, la tâche de l'herméneutique de reconstruire l'ensemble des opérations par lesquelles une œuvre s'enlève sur le fond opaque du vivre, de l'agir et du souffrir, pour être donnée par un auteur à un lecteur qui la reçoit et ainsi change son agir» (Ricœur, *TR* I, 107).

A **mimese de nível I** refere-se ao campo real da *praxis*, que serve de referência para a feitura de um enredo, seja ele histórico ou ficcional. Este é constituído por *estruturas inteligíveis*, *recursos simbólicos* e *traços temporais* que o poeta deve dominar antes de transportar (recriando) este mundo para o texto – atitude que Ricœur designa como pré-compreensão do mundo da ação.

Identificar a ação pelos seus *traços estruturais* ou pela sua rede conceptual exige uma semântica da ação<sup>256</sup>. Esta semântica permite distinguir a ação do mero movimento físico. A ação implica *fins* (o quê da ação) cuja antecipação não significa previsibilidade ou adivinhação; reporta-se a *motivos* (porquê) que explicam as razões de determinado ato de um agente – diferente de um evento físico que dá origem a outro; tem *agentes* (quem) que podemos considerar autores e responsáveis pelos seus atos; os agentes agem e são vítimas de determinadas *circunstâncias* (como) favoráveis ou desfavoráveis que estão fora do seu controlo; agem em *interação* (com ou contra quem) com outros agentes numa postura de cooperação ou de competição tão contingentes quanto as circunstâncias; mas toda a ação visa uma saída ou *desenlace* que pode ser uma mudança de sorte em direção à felicidade ou à infelicidade. Todos estes traços estruturais que compõem a semântica da ação estão numa estreita relação de intersignificação. Dominar esta rede conceptual no seu conjunto e cada um dos seus elementos em particular como membro do conjunto significa possuir a competência que Ricœur designa de *compreensão prática* (TR I, 110). A relação entre a compreensão prática e a compreensão narrativa é dupla: de *pressuposição* e de *transformação*. Pressupõe-se que quer o narrador quer o seu auditério conheçam bem termos como agente, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso, que compõem a rede conceptual da ação. Mas a narrativa não recorre apenas à nossa competência pragmática – ou paradigmática segundo a terminologia semiótica – ela utiliza traços discursivos sintáticos, próprios da compreensão narrativa, que permitem distinguir a narrativa de uma simples sucessão de frases de ação. Falamos de regras de composição que governam a ordem diacrónica da intriga (ficcional ou histórica) e que se situam na ordem sintagmática. A intriga, entendida como reunião e organização de factos numa ação total constituinte da história narrada, é o equivalente literário da ordem sintagmática que a narrativa introduz no campo da ação (ibid.: 112). Nesta transposição da ordem paradigmática da ação para a ordem sintagmática da narrativa os termos da semântica da ação adquirem integração e atualidade. Atualidade, pelo facto de termos que apenas possuíam um significado virtual ou potencial na ordem paradigmática receberem um significado efetivo graças ao encadeamento sequencial que a intriga confere aos agentes, ao seu agir e ao seu sofrer; integração, pelo facto de elementos tão díspares como agentes, motivos, circunstâncias, se poderem harmonizar e cooperar em totalidades temporais efetivas.

---

<sup>256</sup> Ricœur socorre-se aqui de um estudo seu anterior: *Sémantique de l'Action*, Éd. du CNRS, Paris, 1977, pp. 21-63.

Quanto aos *recursos simbólicos* do campo da *praxis*, eles revelam que aspetos do fazer, do poder-fazer e do saber-fazer derivam da transposição poética. Ricœur diz que a ação só pode ser narrada porque é já *simbolicamente mediatizada* por signos, regras e normas. O filósofo apoia-se no estudo de Cassirer sobre a função mediadora do símbolo (*Philosophie des formes symboliques*) para definir as formas simbólicas como «processos culturais que articulam a experiência inteira» (ibid.: 113). O simbolismo é uma significação inerente à própria ação e decifrável nela por outros atores do jogo social. Os símbolos estão estruturados num sistema simbólico dentro do qual estabelecem sinergias ou interações. Antes de serem texto, têm uma textura. Para compreender uma cultura é preciso conhecer a rede semiótica que a constitui. Um sistema simbólico fornece assim um contexto de descrição para ações particulares. Só podemos interpretar o significado, por exemplo, do gesto de levantar a mão, se conhecermos a convenção simbólica que veicula e o contexto onde ocorre. Antes de serem submetidos a uma interpretação, os símbolos são já interpretantes internos da ação e conferem à ação uma primeira leitura<sup>257</sup>. Reconhece-se, pois, um simbolismo implícito ou imanente na ação e um simbolismo explícito ou autónomo que integra o texto. Por sua vez, o termo símbolo introduz a ideia de regra, não apenas no seu sentido descritivo e interpretativo, mas também no seu sentido normativo, que nos dá conta da substância ética de uma sociedade. É em função destas normas imanentes da cultura que as ações podem ser avaliadas, apreciadas ou julgadas de acordo com uma escala de preferência moral. O que é válido para as ações vale também para os agentes que, como afirma Aristóteles na *Poética*, podem ser melhores ou piores do que os homens atuais. Isto significa que a compreensão prática que os autores partilham com o seu auditório comporta necessariamente uma avaliação dos caracteres e da sua ação segundo as categorias do bem e do mal (ibid.: 116). Não há, pois, ação alguma que não suscite aprovação ou reprovação em função de uma hierarquia de valores que tem como polos o bem e o mal. É por isso que a poética não cessa de recorrer à ética. E a própria qualidade inevitavelmente ética da ação é uma consequência do carácter maior da ação, a de ser sempre simbolicamente mediatizada.

Por fim, a ação que é transposta pela atividade mimética de nível II possui no seu seio *traços temporais* nos quais o tempo narrativo ficcional enxerta as suas configurações. Estas estruturas temporais da ação são elas mesmas solitadoras de narração, pois as articulações simbólicas das nossas ações veiculam

---

<sup>257</sup> «[...] le symbolisme confère à l'action une première *lisibilité*» (TR I, 115).

marcas temporais que não só nos permitem narrá-las como demandam narração. Não é só o texto da ficção que é narrativo, a própria experiência exhibe já uma qualidade narrativa ou, no mínimo, pré-narrativa, como se pode concluir seja pela análise fenomenológica da *intratemporalidade* (ou do *ser-no-tempo*) seja por algumas experiências maiores reveladas pela linguagem cotidiana, como é o caso de uma história de vida<sup>258</sup>. Percebe-se, pois, qual o valor e o sentido da *mimesis* I: imitar ou representar a ação é, antes de mais, pré-compreender o que aí há de agir humano, na sua componente semântica, simbólica e temporal. Sobre esta pré-compreensão, que é partilhada pelo poeta e pelos seus leitores, ergue-se a *mise en intrigue* e, com ela, a mimética textual e literária. Por

---

<sup>258</sup> Para Ricœur, a estrutura da *intratemporalidade* é a que melhor caracteriza a temporalidade da ação. É sobre ela que se edificarão conjuntamente as configurações narrativas e as formas mais elaboradas da temporalidade que lhe correspondem (Ricœur, *TR* I, 124-125). De acordo com M. Heidegger a forma mais originária da experiência do tempo é a *temporalidade*, composta pela dialética entre “por-vir”, “tendo-sido” e “tornar-se-presente”, dialética na qual o tempo é totalmente dessubstancializado. Termos como futuro, passado e presente desaparecem para dar lugar a um tempo como unidade deflagrada destes três *êx-tases* temporais. Esta dialética constitui o tempo do *Cuidado* (*Sorge*). Em seguida, num nível inferior ao da temporalidade, Heidegger apresenta a *historicidade*, caracterizada por dois traços: a extensão do tempo entre nascimento e morte e a deslocação do acento do futuro para o passado. Em favor de um terceiro traço – o da repetição – o filósofo alemão tenta “re-unir” o conjunto das disciplinas históricas. No terceiro e último nível, o filósofo coloca a *intratemporalidade*. Esta é colocada na última posição porque é a mais apta a ser nivelada pela representação linear do tempo como uma sucessão regular de instantes abstratos. Porém, Ricœur manifesta o seu interesse por ela, curiosamente, em função dos traços pelos quais esta estrutura se distingue da representação linear do tempo e resiste ao nivelamento que a reduziria a esta representação a que Heidegger chama *conceção vulgar do tempo* (*TR* I, 121). A *intratemporalidade* revela um caráter estrutural do *Cuidado* do *Dasein*: o estar-lançado entre as coisas (da ocupação e da pré-ocupação). *Estar-no-tempo* é antes de mais contar com o tempo e, conseqüentemente, calcular. Estas características existenciais não são dedutíveis da simples representação linear do tempo. É porque contamos com o tempo e fazemos cálculos que recorreremos à medida do tempo ou ao tempo como medida e não ao contrário. O *contar com* está antes da medição. Expressões como “ter tempo”, “agarrar o tempo”, “ganhar tempo”, “perder tempo”, “então”, “depois”, “mais tarde”, “até que”, “enquanto”, “desde que”, “agora que”, etc., orientam-nos já para o caráter *datável* e *público* da preocupação existencial e antropológica. Não são as coisas do *Cuidado* que determinam o sentido do tempo, mas o próprio *Cuidado*. Ao romper assim com a representação linear do tempo, a análise da *intratemporalidade* representa um benefício para a pré-compreensão da temporalidade da ação. Cf. M. Heidegger, *Sein und Zeit*, §§78-83, Tübingen, 1963<sup>10</sup>, particularmente o último capítulo da secção II: «Temporalidade e intratemporalidade como origem do conceito vulgar de tempo»; e o prefácio de Paul Ricœur a H. Arendt, *La Condition Humaine*, Paris, 1983<sup>2</sup>.



consequente, Ricœur pode afirmar: «[...] la littérature serait à jamais incompréhensible si elle ne venait configurer ce qui, dans l'action humaine, fait déjà figure» (TR I, 125).

Com a **mimese de nível II** abre-se o reino da ficção ou, como diz Ricœur, o reino do “comme si” (TR I, 125). No entanto, para se referir ao segundo nível mimético, sem colocar em risco a pretensão de verdade da narrativa histórica, opta por usar os termos “configuração” e “composição” – na aceção do *mythos* aristotélico – em vez de usar indiscriminadamente “ficção” para se referir à intriga da história-ciência e da história ficcional (cf. TR I, 126).

A posição intermédia e a função intermediária da *mimesis II* resultam do carácter dinâmico ou operativo da configuração que faz dela mediadora entre o campo da pré-compreensão e o da pós-compreensão da ordem da ação e dos seus traços temporais<sup>259</sup>. Justamente, o dinamismo da *mise en intrigue* é incompatível com os conceitos estáticos e abstratos de intriga e sistema e advém da sua função de tripla mediação/integração ao nível do campo textual. Ou seja, a *mimesis II* é mediadora entre dois estádios miméticos que contribuem para a mediação maior entre tempo e narrativa porque ela integra no corpo textual três tipos de elementos<sup>260</sup>.

Concentremo-nos no primeiro nível de integração/mediação: a intriga liga *acontecimentos* ou incidentes individuais a uma *história* completa e com sen-

---

<sup>259</sup> «En plaçant *mimèsis II* entre un stade antérieur et un stade ultérieur de la *mimèsis*, je ne cherche pas seulement à la localiser et à l'encadrer. Je veux mieux comprendre sa fonction de médiation entre l'amont et l'aval de la configuration. *Mimèsis II* n'a une position intermédiaire que parce qu'elle a une fonction de médiation» (Ricœur, TR I, 126-127).

<sup>260</sup> A intriga é duplamente mediadora: não só entre a narrativa e a ação temporal portadora de mudança, mas entre dois estádios miméticos, um a montante e outro a jusante, sendo que esta segunda mediação está ao serviço da primeira, servindo-lhe de fundamento teórico, porque o objetivo principal de Ricœur é estabelecer uma mediação entre tempo e narrativa: «[...] en passant de la question nouvelle de la *médiation* entre temps et récit à la question nouvelle de l'enchaînement des trois stades de la *mimèsis*, je base la stratégie entière de mon ouvrage sur la subordination du second problème au premier. C'est en construisant le rapport entre les trois modes mimétiques que je constitue la médiation entre temps et récit. Ou, pour le dire autrement, pour résoudre le problème du rapport entre temps et récit, je dois établir le rôle médiateur de la mise en intrigue entre un stade de l'expérience pratique qui la précède et un stade qui lui succède. En ce sens l'argument du livre consiste à construire la médiation entre temps et récit en démontrant le rôle médiateur de la mise en intrigue dans le procès mimétique» (TR I, 107).

tido. *De* um conjunto diversificado de acontecimentos ela saca uma história com sentido ou, por outras palavras, transforma acontecimentos aleatórios *em* história<sup>261</sup>. Por conseguinte, um acontecimento deve ser mais do que uma simples ocorrência singular. «Ele define-se pela sua contribuição para o desenrolar da intriga» (ibid.: 127)<sup>262</sup>. O acontecimento é a pedra de toque da construção da narrativa, com a qual desenvolve uma relação de simbiose. Ele contribui para o avanço da narrativa e ela confere-lhe o sentido que lhe permite sair da casualidade insignificante. O acontecimento tem a virtude de fazer avançar a história porque é de natureza temporal, representa uma mudança de um antes para um depois, condensa uma ação humana decorrida no tempo – que é onde decorrem necessariamente todas as ações humanas. Daí que os acontecimentos históricos, ao invés dos acontecimentos naturais, exibam uma estrutura narrativa, e este facto justifica por si só que o historiador os represente em forma de narrativa. Em suma, uma história faz mais do que enumerar sequencialmente os factos, ela deve organizá-los numa totalidade inteligível, de tal modo que se possa concluir o tema do seu argumento e de uma simples sucessão surja uma configuração: «La mise en intrigue est l'opération qui tire d'une simple succession une configuration» (ibid.: 127).

Em segundo lugar, a *mise en intrigue* congrega num corpo textual um conjunto de fatores heterogêneos, como os agentes, os fins, os meios, as intera-

---

<sup>261</sup> Num ensaio posterior a *Temps et Récit*, no qual Ricœur tenta dar a conhecer ao público os traços gerais da sua filosofia, dirá que a *mise en intrigue* tem essa virtude extraordinária de reunir ações dispersas e ilógicas (que em si não são princípio nem meio nem fim de nada) num organismo textual coeso e significante, com princípio, meio e fim: «Comprendons par là qu'aucune action n'est un commencement que dans une histoire qu'elle inaugure; qu'aucune action n'est non plus un milieu que si elle provoque dans l'histoire racontée un changement de fortune, un «nœud» à dénouer, une «péripiétie» surprenante, une suite d'incidents «pitoyables» ou «effrayants»; aucune action, enfin, prise en elle-même, n'est une fin, sinon en tant que dans l'histoire racontée elle conclut un cours d'action, dénoue un nœud, compense la péripiétie par la reconnaissance, scelle le destin du héros par un événement ultime qui clarifie toute l'action et produit, chez l'auditeur, la *katharsis* de la pitié et de la terreur» (Ricœur, *TA*, 13-14).

<sup>262</sup> Esta definição de acontecimento, que Ricœur reitera no artigo de abertura da compilação *Du texte à l'action* [*TA*], é fulcral para corroborar, como vimos, o caráter narrativo da história de tipo estrutural. «L'intrigue est le médiateur entre l'événement et l'histoire. Ce qui signifie que rien n'est événement qui ne contribue à la progression d'une histoire. Un événement n'est pas seulement une occurrence, quelque chose qui arrive, mais une composante narrative» (Ricœur, *TA*, 14).

ções, as circunstâncias, os imprevistos, as reviravoltas, os “pathoi”<sup>263</sup>. A intriga pode reunir no eixo sintagmático tudo o que é passível de figurar no eixo paradigmático estabelecido pela semântica da ação. Esta transição, operada pela configuração, do eixo paradigmático para o eixo sintagmático equivale à passagem da *mimesis* I para a *mimesis* II.

Por fim, temos a mediação que nos permite dizer que a teoria poética definida por Ricœur com base na *Poética* de Aristóteles é uma resposta não especulativa à aporética do tempo, na medida em que reflete e inverte o enigma agostiniano da discordância sobre a concordância. A intriga faz a mediação de traços temporais que reforçam a ideia de uma síntese do heterogêneo. Aristóteles, na *Poética*, não considerou estes traços temporais implicados no dinamismo constitutivo da configuração narrativa, mas eles são basilares na economia da tese ricœuriana, dando pleno sentido ao conceito de *concordância discordante*. O ato de composição poética combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica e outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica e factual da narrativa; a segunda constitui a dimensão configurante, pela qual a narrativa transforma os acontecimentos em história. O conceito de ato configurante (*configurational act*) como capacidade para *captar/compor num conjunto* elementos discordantes é adotado de Louis O. Mink (1966), que o emprega no âmbito da compreensão histórica. Ricœur estende-o a todo o campo da inteligência narrativa: «Cet acte configurant consiste à «prendre ensemble» les actions de détail ou ce que nous avons appelé les incidents de l’histoire; de ce divers d’événements, il tire l’unité d’une totalité temporelle» (Ricœur, *TR* I, 129).

O ato configurante extrai uma configuração ou figura de uma sucessão, revelando-se ao leitor ou ao ouvinte na *followability* da história ou na sua aptidão para ser seguida<sup>264</sup>. Seguir uma história, segundo Ricœur, «é avançar pelo meio de contingências e de peripécias sob a orientação de uma expectativa que encontra o seu cumprimento na *conclusão*» (ibid.: 130).

Esta conclusão, apesar de ser plausível e coerente com o que a antecede, deve ser imprevisível e dar à história um ponto final a partir do qual se pode

---

<sup>263</sup> «[...] je dirai que l’intrigue est l’unité intelligible qui compose des circonstances, des buts et des moyens, des initiatives, des conséquences non voulues» (Ricœur, *TA*, 14). Paul Ricœur deve esta ideia a Paul Veyne [1971], que define a intriga como uma combinação em proporções variáveis de fins, causas e imprevistos e faz deste princípio o fio condutor da sua obra de reflexão histórica.

<sup>264</sup> O conceito de *followability* aparece na teoria histórica de W. B. Gallie, *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), e, tal como a teoria de Veyne e de Mink, foi apresentada por nós, no capítulo anterior, no quadro das teses narrativistas.

aperceber a história como um todo. Deste modo, *comprender* a história é compreender *como* e *porquê* os episódios sucessivos conduziram a determinado desenlace congruente com a intriga<sup>265</sup>. Finalmente, a capacidade da história de ser seguida constitui a chave poética do paradoxo da distensão-intensão agostiniana: «Que l’histoire se laisse suivre convertit le paradoxe en dialectique vivante» (ibid.).

A dimensão episódica da narrativa constrói o tempo narrativo sobre a representação linear, facto que se comprova na sucessão sequencial dos episódios, de acordo com a ordem irreversível do tempo comum aos acontecimentos físicos e humanos. A dimensão configurante, ao invés, apresenta os traços temporais de forma inversa aos do tempo linear. Transforma a sucessão dos eventos numa totalidade significante e faz com que a história se deixe seguir<sup>266</sup>. Esta operação deixa-nos traduzir a história num pensamento ou tema. Mas este tema não é atemporal, o tempo da fábula é o tempo narrativo, que faz a mediação entre o aspeto episódico e o aspeto configurante. A dimensão configurante impõe ainda à sucessão indefinida dos incidentes *o sentido de um ponto final*, de acordo com a célebre expressão de Kermode (1967). Não nos referimos ao desenlace de que falámos anteriormente, a partir do qual uma história pode ser vista ou apercebida como um todo. A função estrutural deste ponto final discerne-se melhor no ato de re-narrar que no de narrar. Quando uma história é bem conhecida – como é o caso de grande parte dos contos, histórias tradicionais e crónicas nacionais – seguir a história é mais apreender como é que os episódios já conhecidos levam à conclusão prevista do que descobrir com surpresa os vários acontecimentos inesperados do argumento. Esta forma de seguir uma história revela-nos uma outra face do tempo. A recapitulação de uma história (do fim para o início) constitui uma alternativa à representação do tempo fluindo do passado para o futuro, segundo a famosa metáfora da “flecha do tempo”, porque inverte a ordem habitual do tempo. O raconto reduz ao silêncio os paradoxos que emergem da reflexão agostiniana sobre o tempo<sup>267</sup>.

<sup>265</sup> «[...] la compétence à suivre l’histoire constitue une forme très élaborée de *comprehension*» (Ricœur, *TA*, 14).

<sup>266</sup> Vimos no capítulo anterior que a apologia da narrativa como entrelaçada de uma dupla dimensão episódico-linear e configurante é essencial para fundamentar o parentesco da história com a narrativa. Muitos historiadores desconfiam ou recusam este parentesco porque veem na narrativa uma mera sucessão sequencial ou cronológica de acontecimentos, o que a tornaria inapta para a nova história.

<sup>267</sup> «[...] bref l’acte de raconter, réfléchi dans l’acte de suivre une histoire, rend productifs les paradoxes qui ont inquiété Augustin au point de le reconduire au silence» (*TR I*, 131).

Salientamos ainda duas características da *mimesis* II que contribuem para estabelecer a ligação com a *mimesis* III: o esquematismo e a tradição – ambas com ligação particular ao tempo. O ato configurante deriva da imaginação produtora e, segundo Ricœur, a composição da narrativa é mesmo uma das expressões mais notáveis do poder esquematizador que Kant atribui à imaginação produtora<sup>268</sup>. Este parentesco entre a estruturação narrativa e a imaginação produtora implica, por seu turno, que a *mise en intrigue* se realize sempre no quadro de uma tradição cultural viva que assenta num jogo de sedimentação e inovação. Da sedimentação do trabalho de imaginação produtora procedem os paradigmas, entendidos como modos típicos de composição narrativa, os quais fornecem as regras para uma experimentação posterior no campo da narrativa<sup>269</sup>. Contudo, os paradigmas, já eles resultantes de uma inovação anterior, mudam com a pressão de novas invenções dando lugar à inovação, mas mudam lentamente e tentam resistir à mudança, em virtude do processo de sedimentação. Numa obra poética há sempre lugar para a inovação, porque cada obra é singular. É por isso que os paradigmas constituem somente a gramática que regula a composição de novas obras – novas antes de se tornarem típicas. Invenção e sedimentação estão igualmente implicadas na constituição de tradições.

A explicação da relação entre tempo e narrativa só fica concluída com a *mimesis* III, pois a narrativa atinge o seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do sofrer na *mimesis* III. Aristóteles dava a entender que o percurso mimético da ação termina no ouvinte ou no leitor ao dizer-nos que a poesia ensina o universal e ao mencionar os efeitos da tragédia no auditório. Este último estádio da mimese representa, pois, a intercessão do mundo do texto com o mundo do leitor ou do ouvinte, pelo que a leitura desempenhará neste processo um papel imprescindível. Ricœur expõe o seu pensamento acerca desta intercessão em quatro etapas: 1) o círculo da mimese; 2) configuração, refiguração e leitura; 3) narratividade e referência; 4) tempo narrado.

---

<sup>268</sup> Vide «Entre temps et récit: concorde/discorde» in AAVV, *Recherches sur la philosophie et langage. Cahier du groupe de recherches sur la philosophie et le langage de l'Université de Grenoble*, Grenoble, 1982, 11.

<sup>269</sup> «La constitution d'une tradition, en effet, repose sur le jeu de l'innovation et de la sédimentation. C'est à la sédimentation, pour commencer par elle, que doivent être rapportés les paradigmes qui constituent la typologie de la mise en intrigue. Ces paradigmes sont issus d'une histoire sédimentée dont la genèse a été oblitérée» (Ricœur, *TR I*, 133).

Aos que veem um círculo vicioso entre a mimese I e a mimese III – o ponto de chegada incluído no ponto de partida – o filósofo retorque que esta circularidade não é viciosa, mas sim em espiral: o ponto de chegada retoma o ponto de partida, é verdade, mas a outra altitude. A mimese II não se limita a restituir à mimese III o que a mimese III já teria dado à mimese I. Há uma narratividade incoativa inerente à experiência, mas não procede da projeção da literatura sobre a vida, constituindo, é certo, uma autêntica demanda de narrativa, facto que nos leva ao reconhecimento de uma verdadeira estrutura pré-narrativa da experiência. Digamos que a concatenação dos episódios da própria experiência quotidiana nos faculta um modelo de histórias ainda não contadas e que cada ser humano possui uma história potencial ou por contar. Os exemplos do psicanalista e do juiz são bastante elucidativos da narratividade incoativa ou história não narrada e levam-nos a concluir que contamos histórias porque, em última análise, as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas, facto bem patente no caso de salvar a história das vítimas, pois toda a história do sofrimento grita por vingança e apela à narrativa<sup>270</sup>.

Depois de rebater a crítica de circularidade viciosa, o filósofo francês destaca o papel do ato de leitura como vetor de transição entre a mimese II (configuração) e a mimese III (refiguração). A leitura completa e atualiza o ato configurante, permitindo à intriga modelar a experiência<sup>271</sup>. Os dois traços próprios da configuração – esquematização e tradicionalidade – ao criarem interação entre o mundo da escrita e o mundo da leitura, ajudam-nos a desfazer a oposição preconceituosa entre um “fora” e um “dentro” do texto. A leitura termina a obra que não é senão um esboço para a leitura. Só existe obra na interação viva entre o texto e o seu recetor.

Na terceira etapa da análise da mimese III, Ricœur aborda a problemática da narratividade e referência<sup>272</sup>. Todo o discurso tem um referente extralinguís-

---

<sup>270</sup> «Nous racontons des histoires parce que finalement les vies humaines ont besoin et méritent d’être racontées. Cette remarque prend toute sa force quand nous évoquons la nécessité de sauver l’histoire des vaincus et des perdants. Toute l’histoire de la souffrance crie vengeance et appelle récit» (TR I, 143).

<sup>271</sup> A noção de leitura será alvo de uma importante expansão crítica no terceiro volume de *Temps et Récit*, para assegurar o entrecruzamento da história e da ficção.

<sup>272</sup> Este conceito de *referência* herdado de *Metáfora viva* sofrerá uma revisão crítica no terceiro volume de *Temps et Récit* onde será substituído pelos de *representância* – para marcar a assimetria entre a *realidade do passado* visada pela história e a *irrealidade da ficção* – e de *refiguração* – para dar conta da especificidade do referente ficcional, e fugir à noção de *redescricao*, oriunda também de *Metáfora viva*.

tico; dizendo a alguém algo acerca de alguma coisa, ele aponta para o mundo fora de si – «Ce que reçoit un lecteur, c'est non seulement le sens de l'œuvre mais, à travers son sens, sa référence, c'est-à-dire l'expérience qu'elle porte au langage et, à titre ultime, le monde et sa temporalité qu'elle déploie en face d'elle» (Ricœur, *TR I*, 148).

Esta tese vai contra as teorias da Semiótica e da Linguística, que recusam qualquer referência do texto ao mundo externo, em nome da estrita imanência da própria linguagem literária. Mas negar o impacto da literatura na experiência cotidiana é, por um lado, assumir uma atitude positivista e, por outro, negar à ficção o seu caráter subversivo de afetar a ordem moral e social. As obras de ficção alargam o nosso horizonte de existência<sup>273</sup>. Não obstante, a função da hermenêutica não consiste tanto em restituir a intenção do autor por trás da obra, mas muito mais em explicitar o movimento através do qual um texto expõe ao leitor uma proposta de mundo que transfigura o mundo do próprio leitor<sup>274</sup>. No texto literário ficamos perante um mundo não empobrecido mas sobressignificado na sua dimensão temporal pela ação de um aumento icônico. O aumento icônico em causa consiste no aumento da legibilidade ou da compreensão do mundo pré-narrativo da *praxis*. Por conseguinte, «a ação humana pode ser sobressignificada, porque ela já está pré-significada por todas as modalidades da sua articulação simbólica» (ibid.: 153).

O assunto da última etapa de teorização da mimese III diz respeito ao terceiro momento da mimese I, ou seja, ao tempo da ação convertido pela configuração mimética (mimese II) em tempo narrado. O tempo da ação, mais ainda que os outros traços da mimese I, é intensificado ou aumentado iconicamente pela *mise en intrigue* e refigurado pela mimese III. A questão

---

<sup>273</sup> «C'est en effet aux œuvres de fiction que nous devons pour une grande part l'élargissement de notre horizon d'existence. Loin que celles-ci ne produisent que des images affaiblies de la réalité, des "ombres" comme le veut le traitement platonicien de l'*eikon* dans l'ordre de la peinture ou de l'écriture (*Phèdre*, 274<sup>e</sup>-277<sup>e</sup>), les œuvres littéraires ne dépeignent la réalité qu'en l'augmentant de toutes les significations qu'elles-mêmes doivent à leurs vertus d'abréviation, de saturation et de culmination, étonnamment illustrés par la mise en intrigue» (Ricœur, *TR I*, 151).

<sup>274</sup> «Je n'ai cessé, ces dernières années, de soutenir que, ce qui est interprété dans un texte, c'est la proposition d'un monde que je pourrais habiter et dans lequel je pourrais projeter mes pouvoirs les plus propres» (Ricœur, *TR I*, 152). «La fiction a ce pouvoir de «refaire» la réalité praxique, dans la mesure où le texte vise intentionnellement un horizon de réalité nouvelle que nous avons pu appeler un monde. C'est ce monde du texte qui intervient dans le monde de l'action pour le configurer à nouveau ou, si l'on ose dire, pour le transfigurer» (Ricœur, *TA*, 23).

está em discernir a forma como a experiência vulgar do tempo, própria do agir e do padecer humanos, é remodelada ao passar pela grelha da narrativa. Porém, sendo este um tema complexo e fulcral na economia da obra, Ricœur reserva-o para o fim da trilogia *Temps et Récit*, onde o tempo narrado aparece como corolário do entrecruzamento de história e ficção e como superação do abismo entre tempo fenomenológico e tempo cosmológico. Antes disso, entre a introdução e a conclusão desta tese, o autor demonstra que a história-ciência cabe no espectro narrativo, porque é um ato configuracional que partilha a inteligibilidade narrativa da ficção (*TR I*, 165-396); que nenhuma fenomenologia consegue dizer-nos o que é o tempo sem se enredar em aporias (*TR III*, 19-178); e que a ficção se liga ao mundo extratextual do tempo e da ação (cf. *TR II*)<sup>275</sup>. Uma vez que já dissemos quanto baste sobre estas matérias, julgamo-nos em condições de passar diretamente ao *tempo narrado* pela história sábia e pela ficção.

---

<sup>275</sup> Este propósito – na continuidade da teoria narrativa que desenvolve sob a égide da tríplice mimese – preenche as páginas do segundo volume de *Temps et Récit*, instigando Ricœur a diversificar a noção de temporalidade recebida da tradição agostiniana, procedendo a um simultâneo alargamento, aprofundamento, enriquecimento e abertura para fora da noção de *mise en intrigue* (mimesis II) recebida da tradição aristotélica. *Alargar* a noção de *mise en intrigue* significa, primeiramente, testar a capacidade do *mythos* aristotélico de se metamorfosear noutros géneros narrativos (como o conto popular, a epopeia, a tragédia e a comédia, o romance) sem perder a sua identidade. *Aprofundar* a noção de “mise en intrigue” é confrontar a inteligência narrativa que nos foi transmitida pelas narrativas da nossa cultura com a racionalidade narratológica, muito particularmente com a semiótica narrativa de tipo estruturalista. *Enriquecer* a noção de *mise en intrigue* e a que lhe é correlativa, a de tempo narrativo, significa explorar os recursos da configuração narrativa que parecem próprios da narrativa ficcional e isso implica distinguir enunciação de enunciado e, consequentemente, tempo da narração e tempo das coisas narradas. Finalmente, *abrir* a mesma noção e a do tempo que lhe é apropriado para fora, «é seguir o movimento de transcendência pelo qual toda a obra de ficção, seja ela verbal ou plástica, narrativa ou lírica, projeta para fora de si mesma um mundo a que podemos chamar *mundo da obra*». (Ricœur, *TR II*, 15). O mundo da obra exhibe ao leitor experiências fictícias do tempo. Estes quatro objetivos levam Ricœur a entabular um diálogo com a *crítica literária* de Northrop Frye e Kermode, com o *estruturalismo* de Roland Barthes, com a *Morfologia do Conto* de Propp e com os *semióticos* da escola de Greimas, como Genette e Günther Müller, entre outros (*TR II*, 17-188). Ilustra o modo como a ficção lida com tempo do real a partir de três fábulas, três experiências temporais da literatura contemporânea (*TR II*, 189-286): *Mrs. Dalloway* de Virgínia Woolf, *A Montanha Mágica* de Thomas Mann e *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust.



## 1.2. O tempo narrado pela história e pela ficção

«La refiguration du temps par le récit est, selon moi, l'œuvre *conjointe* du récit historique et du récit de fiction» (Ricoeur, *TR I*, 169).

Ricoeur parte para as afinidades entre história e ficção, averiguando o modo como cada uma das modalidades apreende, mimetiza e transmite o campo da *praxis* temporal. De facto, se podemos considerar que história e literatura divergem nos referentes imediatos, que são, respetivamente, os acontecimentos “reais” e os acontecimentos imaginários, na medida em que ambas produzem relatos dotados de intriga, o seu referente último é a experiência humana de tempo ou as estruturas de temporalidade. A tese avançada por Ricoeur, no primeiro volume da trilogia, de que a narrativa é a única capaz de exhibir, de um modo poético ou indireto, o tempo no qual estamos enredados, só fica plena e cabalmente demonstrada com a entrada em cena dos papéis *cruciais* de história e ficção. Não basta dizer que a narrativa prefigura, configura e refigura o tempo, é preciso demonstrar como em cada uma das suas vertentes, historiográfica e ficcional, ela executa este processo. Com esta matéria atingimos o ponto alto da tese ricœuriana e o cerne da nossa investigação. Para aqui convergem as reflexões preparatórias de Paul Ricoeur levadas a cabo nos capítulos e volumes anteriores da sua obra<sup>276</sup>. Não obstante, este corolário quer ser, fundamentalmente, uma resposta direta às questões deixadas em aberto no quadro da mimese III, a propósito da refiguração ou da referência cruzada entre história e ficção e do papel da leitura como mediadora entre o mundo do texto e o mundo do leitor. O assunto preenche a quarta e última secção da trilogia, a mais extensa, sob o título de “poética da narrativa: história, ficção e tempo” (*TR III*, 179-433). O ternário que compõe o título justifica a nossa opção de antepor a este capítulo uma extensa nota explicativa sobre narrativa e história e sobre tempo e narrativa, pois só à luz destas dialéticas é possível destrinçar e fundamentar as afinidades entre história e ficção.

---

<sup>276</sup> Se é verdade que, de um ponto de vista epistemológico, a relação entre tempo e narrativa e o parentesco entre história e narrativa já tinham ficado solidamente demonstrados em *Temps et Récit I*, Ricoeur desde cedo admite que a dialética tempo narrativa não fica completa sem o confronto com a *crítica literária* (*TR II*), donde extrai o conceito de “variações imaginativas”, e a *fenomenologia do tempo* (*TR III*, 21-178), onde põe a descoberto as aporias da fenomenologia do tempo. Só após esta conversação triangular, o filósofo fica em posse dos instrumentos necessários para concluir o ciclo hermenêutico que pretende instaurar entre uma poética da narratividade e uma aporética da temporalidade.

Como a poética da narratividade não se pode satisfazer com uma reflexão genérica acerca da narrativa enquanto tríplice mimese, considerou-se a sua bifurcação maior em narrativa ficcional e narrativa histórica, por ambas contri-buírem para a solução poética da aporética do tempo. Vimos como a historio-grafia científica lida com a questão do tempo – recorde-se a pluralidade de tempos históricos teorizada por Braudel – e, no segundo volume de *Temps et Récit*, o autor expõe a forma como a narrativa de ficção incorpora e trabalha o tempo, produzindo sobre ele variações imaginativas. No entanto, estas refle-xões, mais fenomenológicas que ontológicas, não constituem uma resposta aca-bada às aporias do tempo, antes explicam as estratégias metodológicas que histó-ria e ficção usam para configurar o tempo. Só depois deste desvio estratégico que conscientemente efetua pela epistemologia da história, pela crítica literária e pela fenomenologia do tempo, Ricœur reúne as condições necessárias para confrontar e interligar história e ficção, com o intuito de formular uma resposta poética completa às aporias reveladas pela fenomenologia pura do tempo. No caso da história, este propósito exige que se vá além das considerações epis-temológicas anteriormente apresentadas a propósito do acontecimento e da longa duração e que se desenvolva em toda a sua amplitude a questão da *essência* do tempo histórico. Por outras palavras, é na célula do tempo histó-rico, o tempo construído pelo ofício do historiador, que encontramos uma forma original de superar o abismo aporético que a reflexão filosófica instalou entre o tempo interno subjetivo e o tempo externo objetivo. As operações seguintes passam pelo apuramento do estatuto ontológico do passado histórico enquanto *ter-sido*; a distinção, a partir daí, das “realidades” que são visadas pela história e pela ficção; o questionamento do tradicional abismo intransponível entre o passado “real” e a ficção “irreal”; em suma, o esclarecimento do estatuto onto-lógico do objeto e do sujeito na historiografia e na narrativa ficcional e a fun-damentação da relação entre esses dois polos e entre as duas modalidades nar-rativas.

Não se nega nunca uma assimetria irreduzível entre o real histórico e o irreal da ficção, antes nos apoiamos sobre ela para perceber o quiasmo entre os dois modos referenciais da ficção e da história. Por um lado, não se pode dizer que a ficção não tem referência, por outro, também não vamos dizer que a histó-ria se refere ao passado histórico do mesmo modo que as descrições empí-ricas se referem ao real presente. De uma maneira ou de outra, todos os sis-temas de símbolos contribuem para configurar a realidade. De um modo particular, as intrigas que nós inventamos ajudam-nos a configurar a nossa experiência temporal confusa, informe, opaca.

É no entrecruzamento das referências sobre a temporalidade da ação humana que se dá a refiguração do tempo humano pela história e pela ficção. O mais curioso é que nem a história nem a ficção são capazes de levar a cabo esta tarefa sem se socorrerem uma da outra. A intencionalidade histórica não se realiza sem incorporar à sua intenção os recursos de *ficcionalização* que emanam do imaginário narrativo; por seu turno, a intencionalidade da narrativa ficcional só produz os seus efeitos de detecção e transformação do agir e do padecer assumindo os recursos de *historicização* que encontra nas tentativas de reconstrução do passado efetivo, ou seja, nas construções históricas. É deste intercâmbio entre historicização da ficção e ficcionalização da história que nasce o denominado tempo humano, que mais não é que o tempo narrado.

Este trabalho de aproximação gradual entre narrativa histórica e narrativa ficcional é feito em três etapas; como duas linhas que partem afastadas e se vão aproximando até a um afunilamento. Num primeiro momento, os dois modelos narrativos são confrontados em oposição; numa segunda fase são postos lado a lado; e, no fim, são alvo de entrecruzamento. Partimos, assim, da heterogeneidade para o paralelismo e, finalmente, para o entrecruzamento.

### 1.2.1. Heterogeneidade: resposta às aporias do tempo

História e ficção têm formas distintas de apreender, tecer e exhibir o mundo da *praxis* temporal e, conseqüentemente, oferecem soluções heterogêneas às aporias da fenomenologia do tempo. A história responde às aporias com a construção de um terceiro tempo invariante, o *tempo histórico*, que faz a mediação entre o tempo vivido ou fenomenológico e o tempo cósmico ou objetivo ou vulgar, através de *conectores* da metodologia histórica que permitem inscrever acontecimentos do tempo vivido em grandezas do tempo cósmico.

Ora, esta forma de abordar a filosofia da história é nova. No momento em que Ricœur redige a sua obra, havia duas pontas por onde pegar: ou pela especulação sobre a história universal, à maneira de Hegel, ou pela epistemologia da escrita da história, à maneira da historiografia francesa. Ricœur descortina uma terceira opção:

Une troisième option, ouverte par la ruminaton des apories de la phénoménologie du temps, consiste à réfléchir sur *la place du temps historique entre le temps phénoménologique et le temps que la phénoménologie ne réussit pas à constituer, qu'on l'appelle temps du monde, temps objectif ou temps vulgaire* [Ricœur, TR III, 189].

Do lado da ficção, a mesma operação de religação do tempo vivido ao tempo do mundo resulta em *variações imaginativas* sobre os temas maiores da fenomenologia, que se apresentam como soluções para as aporias geradas pela mesma fenomenologia do tempo<sup>277</sup>. Assim, ainda que a oposição seja a dominante, há um denominador comum – a fenomenologia do tempo – sobre o qual história e ficção trabalham e que permite confrontá-las.

### 1.2.1.1. A poética do tempo histórico

O historiador, quando cruza o tempo vivido com o tempo cósmico, cria um terceiro tempo (*tiers-temps*) – o histórico – que concilia os dois tempos anteriores e vence as diferenças aporéticas. Este cruzamento é possível graças à invenção e uso de determinados instrumentos de pensamento próprios da metodologia histórica, como o calendário; a ideia de sequência das gerações e do triplo reino de antepassados, contemporâneos e sucessores; os arquivos, documentos e traços<sup>278</sup>. O que estes ditos *instrumentos de pensamento* têm de interessante é que são fruto da imaginação humana e, nessa qualidade, atestam a função poética da história e trabalham para solucionar as aporias do tempo. Todavia, agora avançaremos sem prestar particular atenção às virtudes imaginativas dos conectores, reservando-os para o momento em que defenderemos a ficcionalização da história.

Normalmente, o historiador não se interroga acerca das condições de possibilidade destes instrumentos do pensamento que usa com toda a naturalidade, porém estas revelam-se se confrontarmos o seu funcionamento com as aporias do tempo. É isso que faz Ricœur, para desvelar as suas estruturas narrativas.

---

<sup>277</sup> Não dispensamos a mesma atenção às soluções que as variações imaginativas oferecem às aporias da fenomenologia do tempo, cingindo-nos a um breve apanhado das considerações que Ricœur produz para o efeito, porque isso implicaria uma exposição mais detalhada e técnica quer do pensamento filosófico de Kant, Husserl e Heidegger a propósito do tempo (cf. Ricœur, *TR* III, 21-178 e 229-251) quer das três fábulas sobre o tempo e do conceito de “variações imaginativas” que o autor francês desenvolve ao longo do segundo volume de *Temps et Récit*. Além disso, preferimos destacar os contributos do tempo construído pelo trabalho do historiador, porquanto nos parecem mais relevantes para os propósitos que norteiam a nossa investigação.

<sup>278</sup> «L’histoire révèle une première fois sa capacité créatrice de refiguration du temps par l’invention et l’usage de certains *instruments de pensée* tels que le calendrier, l’idée de suite des générations et celle, connexe, du triple règne des contemporains, des prédécesseurs et des successeurs, enfin surtout par le recours à des archives, des documents et des traces» (*TR* III, 189).

### i) O tempo do calendário

O tempo do calendário é o primeiro instrumento utilizado pelo historiador para fazer a ponte entre o tempo vivido e o tempo universal. Sendo tributário das duas perspectivas temporais e de nenhuma em exclusivo, origina um novo tempo – o histórico. Ou, citando Ricœur: «a sua instituição constitui a invenção de um terceiro-tempo»<sup>279</sup>.

A constituição de qualquer calendário tem na sua raiz o *tempo mítico*, existente antes da divisão do tempo em mortal, histórico e cósmico e anterior à fratura do tempo em histórico e ficcional. O tempo mítico, teorizado por Platão no *Timeu* e Aristóteles na *Física*, envolve toda a realidade. Este “grande tempo” era usado para regular os ritmos temporais das sociedades e dos homens que as compõem com base nas coordenadas do tempo cósmico; permitia realizar uma escansão única e global do tempo, ordenando uns relativamente aos outros os ciclos de duração variável, os grandes ciclos celestes, as recorrências biológicas e os ritmos da vida social. Foi desta forma que as representações míticas (magia, religião...) contribuíram para a instituição do tempo do calendário. A este nível, o calendário, mais do que medir o tempo, tem por função ritmá-lo de acordo com as datas cíclicas das festas, dos dias fastos e nefastos, dos tempos favoráveis e desfavoráveis. Logo, toda a representação mítica encerra o duplo aspeto do *mito* e do *rito*. Por intermédio do rito, o tempo mítico tornou-se a raiz comum do tempo do mundo e dos homens. A periodicidade marcada pelo rito exprime um tempo cujos ritmos são mais vastos que os da ação ordinária. Ao escandir deste modo a ação, ele enquadra o tempo ordinário e cada vida humana num tempo de grande amplitude. Enquanto o mito tende a expandir o tempo e o espaço comuns, afastando-os para a alteridade do sagrado, o rito tende a aproximar o tempo mítico da vida e da ação profanas<sup>280</sup>. Não obstante o valioso acervo de informações transmitidas pela sociologia religiosa e pela história comparada das religiões, Ricœur apenas retém do mito e do rito o que contribui para a integração do tempo ordinário – centrado sobre a vivência dos indivíduos que agem e sofrem – no tempo do mundo esboçado no firmamento, ou seja, interessa-lhe apurar as condições universais da instituição do calendário. É esta constituição universal que faz do tempo do calendário um *terceiro-tempo* entre o tempo psíquico e o tempo cósmico.

<sup>279</sup> «[...] son institution constitue l'invention d'un tiers-temps» (TR III, 190).

<sup>280</sup> «S'il fallait opposer *mythe* et *rite*, on pourrait dire que le *mythe élargit* le temps ordinaire (comme aussi l'espace), tandis que le *rite rapproche* le temps mythique de la sphère profane de la vie et de l'action» (TR III, 193).

mico. Ricœur procura as regras desta constituição na reflexão de Émile Benveniste, *Le langage et l'expérience humaine*, que dá ao tempo do calendário o nome especial de *tempo crónico*, devido à originalidade da sua criação.

Todos os calendários têm três traços comuns, cujo conjunto forma o cômputo ou a divisão do tempo crónico: 1) um acontecimento fundador que dá origem a uma nova era, ou seja, um momento axial a partir do qual todos os acontecimentos são datados; 2) a possibilidade de se percorrer, a partir do ponto de referência, o tempo nas duas direções, do passado para o presente e do presente para o passado; 3) um conjunto de unidades constantes de medida que servem para nomear os intervalos constantes entre as recorrências de fenómenos cósmicos e são determinados com a ajuda da astronomia: o dia (entre o nascer e o pôr do Sol); o ano (uma revolução completa do Sol e das estações); o mês (duas conjunções da Lua e do Sol). Estes três traços distintivos do calendário comportam um parentesco *explícito* com o *tempo físico*, bem conhecido dos Antigos, e *implícito* com o *tempo vivido*, pouco reconhecido antes de Plotino e Agostinho.

Do *tempo físico* o calendário herdou as características de um contínuo uniforme, infinito, linear, fraccionável. Enquanto *fraccionável*, este tempo é fonte de instantes neutros (o instante é o análogo temporal do ponto geométrico), desprovidos de qualquer significado presente; enquanto ligado ao movimento e à causalidade, este tempo comporta uma direção para um antes e um depois, direção esta que ignorando o passado e o futuro, permite que o observador o percorra nos dois sentidos (bidimensionalidade do olhar e unidireccionalidade do curso das coisas); enquanto contínuo linear, é *mensurável*. A mensurabilidade permite fazer corresponder números aos intervalos iguais de tempo, intervalos estes relacionados com a recorrência de fenómenos naturais. A astronomia (através da observação do curso dos astros, particularmente do Sol e da Lua) é a ciência que fornece estas leis de recorrência. Por conseguinte, são os fenómenos astronómicos que dão um sentido à noção de tempo físico e determinam o *cômputo* do tempo do calendário.

Ainda que o cômputo do tempo do calendário assente sobre fenómenos astronómicos que conferem um sentido à noção de tempo físico, o princípio da *divisão* do tempo do calendário não deriva de fenómenos físicos ou astronómicos, deriva sim do *tempo vivido*. A divisão procede da determinação do ponto zero do cálculo. Importa aqui já não a noção físico-matemática de instante, mas o conceito fenomenológico do *presente* temporal. É o presente irreduzível ao instante que marca o “hoje” da presença, abre a um “ontem” e a um “amanhã” e dá sentido à ideia de acontecimento novo que rompe com uma era anterior e instaura um curso diferente de tudo o que o precedeu. O mesmo se pode

dizer quanto à *bidirecionalidade*: sem a experiência fenomenológica da retenção e da protensão *no* presente – ou da memória e da expectativa *na* atenção – não teríamos ideia alguma do percurso de uma série de acontecimentos passados. Mais do que isso, se não tivéssemos a ideia de quase-presente (a ideia de que todo o instante recordado se pode tornar um presente, dotado das suas próprias retenções e protensões) não teríamos a noção de um percurso em duas direções, do passado para o presente ou do presente para o passado. Não há presente e, logo, nem passado nem futuro, enquanto um instante não for considerado um “agora”, um “hoje”, um “presente”.

O tempo vivido e o tempo físico são dois pilares importantes do tempo crónico, mas este é uma autêntica criação que vai além dos recursos de um e do outro. O seu momento axial (embora os pressuponha) é mais do que um instante e do que um presente, é, como afirma Benveniste, um acontecimento tão importante que dá às coisas um novo rumo. O momento axial confere aos aspetos cósmicos e psicológicos do tempo um novo significado. Por um lado, serve de ponto de referência para situar os acontecimentos no tempo; por outro, estes mesmos acontecimentos que são datados a partir do momento axial servem de ponto de referência temporal para os acontecimentos da vida de cada pessoa: «Ils nous disent au sens propre où nous sommes dans la vastitude de l’histoire, quelle place est la nôtre parmi la succession infinie des hommes qui ont vécu et des choses qui sont arrivées» (Benveniste, apud Ricœur, *TR* III, 197).

As datas permitem-nos organizar a vida pessoal, interpessoal e social, cívica e religiosa. Além disso, o tempo axial confere ao tempo do calendário uma originalidade específica: permite considerá-lo “exterior” quer ao tempo físico quer ao tempo vivido. Por um lado, todos os instantes são legítimos candidatos ao lugar de momento axial; por outro, qualquer dia do calendário, em si mesmo, pode ser passado, presente ou futuro. Uma mesma data tanto pode designar um acontecimento passado, caso da crónica, como um acontecimento futuro, caso da cláusula jurídica num tratado. Para que haja o presente é preciso que alguém fale, é preciso que o acontecimento que o assinala coincida com um discurso vivo que o enuncie. Para que o tempo crónico alcance o tempo vivido precisa da mediação do tempo linguístico, referido ao discurso. Uma determinada data, completa e explícita, não pode ser dita futura nem passada sem conhecimento da data de enunciação que a pronuncia. O tempo do calendário, *dito* “exterior” aos eventos físicos e psicológicos, exprime a especificidade do tempo crónico como mediador entre os dois tipos de eventos: «Il cosmologise le temps vécu, il humanise le temps cosmique» (*TR* III, 197). E, deste modo, contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo.

## ii) A sequência das gerações

Além de um suporte astronômico – tempo do calendário –, o tempo histórico tem um suporte biológico – a sequência das gerações. Esta constitui a segunda mediação proposta pela prática histórica e entra no campo histórico por intermédio de uma outra, de teor sociológico, que Alfred Schutz descreve na sua obra<sup>281</sup>: a ideia da conexão formada por contemporâneos, antepassados e sucessores, que correspondem, do ponto de vista da concatenação biológica e sociológica, aos três “êxtases” temporais que compõem a temporalidade. Ricœur pretende usar a noção de sequência de gerações como réplica à aporia heideggeriana causada pela antinomia entre tempo mortal e tempo público – ou entre temporalidade (mortal) e historicidade (pública) – e fá-lo ao designar a cadeia dos agentes históricos em que os vivos vêm ocupar o lugar dos mortos. É esta renovação geracional que constitui o terceiro tempo característico da noção de sequência de gerações.

É inegável o enriquecimento que o conceito de geração trouxe ao de história. A substituição das gerações subentende a continuidade histórica, com o ritmo da tradição e da inovação. De um ponto de vista positivo e até positivista, a ideia de geração exprime algumas realidades cruas da vida humana: o nascimento, o envelhecimento, a morte; possibilita o cálculo da média de idade para a procriação (trinta anos) e conseqüentemente da renovação geracional. Permite, em suma, obter um conjunto de dados matemáticos ou quantitativos. Dilthey supera esta visão positivista ao prestar particular atenção aos aspetos qualitativos do tempo social<sup>282</sup>. O seu objetivo juntamente com Mannheim<sup>283</sup>, como partidários da sociologia compreensiva, era a de incorporar o fenómeno das gerações nas ciências humanas. Constataram que de um facto biológico não se pode inferir uma lei geral acerca dos ritmos da história, como se a juventude fosse por norma progressista e os idosos conservadores e como se a média dos trinta anos para substituição geracional comandasse automaticamente o tempo do progresso num tempo linear.

---

<sup>281</sup> Ricœur diz-se devedor da obra de Alfred Schutz, *The phenomenology of the social world*, Northwestern University Press, 1967, cap. IV: «The Structure of the Social World; The Realm of Directly Experienced Social Reality; the Realm of Contemporaries, and the Realm of Predecessors», pp. 139-214.

<sup>282</sup> W. Dilthey, «Ueber das studium der Geschichte, der Wissenschaften vom Menschen, der Gesellschaft und dem Staat» 1875, *Ges. Schriften*, V, pp. 31-73.

<sup>283</sup> Karl Mannheim, «Das Problem der Generationen», *Kolner Vierteljahrshefte für Soziologie*, VII, Munich et Leipzig. Verlag von Duncker et Humblot, 1928, pp. 157-185, 309-330.



Dilthey é o primeiro a dar relevo aos caracteres que fazem do conceito de geração um fenómeno intermediário entre o tempo exterior do calendário e o tempo interior da vida psíquica. Encontra dois usos diferentes para o termo: um indica a pertença à *mesma* geração e outro a própria *sequência* de gerações. Pertencem à mesma geração os indivíduos contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças. É um círculo mais amplo que o do *nós* e menor que o da *contemporaneidade anónima*; forma um todo onde se combinam quer o que é *adquirido* quer uma *orientação comum*. A noção de *sequência de gerações*, que é aquela que aqui mais nos interessa, constitui para Dilthey uma estrutura intermediária entre a exterioridade física e a interioridade psíquica do tempo, fazendo com que a história se configure como uma totalidade contínua. Por conseguinte, a sequência de gerações ocupa um lugar intermédio entre o encaidamento de uma vida pessoal – na aceção psicológico-compreensiva de motivação – e a história como totalidade contínua; ela é o equivalente histórico da sequência contínua que faz de cada vida, na sua individualidade, uma totalidade viva.

Alfred Schutz introduz a ideia do *reino dos contemporâneos, dos antepassados e dos sucessores*, a qual funciona como complemento sociológico da sequência de gerações; em contrapartida esta serve-lhe de suporte biológico. O objetivo de Ricœur nesta análise é o de discernir o significado do tempo *anónimo* – próprio do reino de contemporâneos, predecessores e sucessores – que se constitui a um nível intermédio, no ponto de articulação entre o tempo totalmente outro do cosmos e o tempo totalmente meu da alma (fenomenológico)<sup>284</sup>. Schutz, influenciado pelas obras de Husserl e Weber, enriquece a sua sociologia com o conceito de fenomenologia do ser social na sua dimensão *anónima*. Daí que o interesse maior da fenomenologia do ser social consista na exploração das transições que levam da experiência direta do “nós” ao anonimato característico do mundo social quotidiano. Da incursão pela sociologia fenomenológica de Schutz sobressai o princípio de que a tríade anónima do reino dos contemporâneos, dos antepassados e dos sucessores deriva da tríade presente, passado e futuro, característica da relação interpessoal direta e que é o anonimato deste triplo reino que fornece a Ricœur a mediação que procura entre o tempo privado e o tempo público.

---

<sup>284</sup> «L'enjeu, pour nous, est de discerner la signification du temps *anonyme* qui se constitue à ce niveau médian, au point d'articulation entre temps phénoménologique et temps cosmique» (TR III, 204).

Relativamente à primeira figura do tempo anónimo, o reino dos *contemporâneos*, o seu fenómeno originário é a simultaneidade de vários e distintos fluxos de consciência ou de várias durações (envelhecer em conjunto, crescer juntos). Neste sentido, a idade não é um fenómeno primariamente biológico e cronológico. A *contemporaneidade* assenta, pois, sobre esta simultaneidade de fluxos distintos de consciência e, como tal, transcende a esfera das relações interpessoais: à medida que diminui a imediatidade destas, aumentam as mediações simbólicas, permitindo assim o aparecimento da contemporaneidade anónima. Se desaparece a compreensão (direta) surge a interpretação (indireta). Nesse sentido, os meus contemporâneos são qualificados pelos papéis tipificados que lhes são atribuídos pelas instituições (os “tipos-ideais” de que fala Weber); são mais personagens do que pessoas. O funcionário dos correios reduz-se a um “tipo”, a um papel ao qual eu correspondo esperando dele uma distribuição correta do correio. A contemporaneidade perdeu a imediatez, a relação direta, a partilha de experiências. A imaginação substitui totalmente a experiência de um mútuo compromisso. A inferência dá lugar à imediatez. Portanto, a conclusão a tirar é a seguinte: «La relation de simple contemporanéité est une structure de médiation entre le temps privé de la destinée individuelle et le temps publique de l’histoire, en vertu de l’équation entre contemporanéité, anonymat et compréhension idéale-typique» (TR III, 207).

Posto isto, podemos definir o contemporâneo como alguém que eu sei que existe comigo no tempo mas com quem não tenho relação direta ou experiência imediata.

Relativamente aos antepassados ou predecessores, não é tão fácil traçar uma fronteira entre a memória individual e o passado histórico que a antecede. Os predecessores são aqueles que existiram antes do meu nascimento e que eu não posso de modo algum influenciar. Embora nenhuma das vivências dos meus antepassados seja contemporânea de alguma minha, o passado histórico e a memória recobrem-se parcialmente, o que contribui para a constituição de um tempo *anónimo*, a meio caminho entre o privado e o público. O exemplo canónico é o das narrativas ouvidas da boca dos nossos ascendentes que nos ligam a pessoas que nunca conhecemos. A fronteira que separa o passado histórico e a memória individual torna-se assim algo permeável. A memória do ascendente está em interseção parcial com a dos seus descendentes e esta interseção ocorre num presente comum que pode ele mesmo apresentar todos os graus, desde a intimidade do “nós” até ao anonimato da reportagem. Deste modo, lança-se uma ponte entre o passado histórico e a memória, através da narrativa ancestral, que transporta a memória até ao passado histórico, concebido como o tempo dos mortos e como o tempo anterior ao meu nascimento. Se escalarmos esta

cadeia de memórias, a história tenderá para uma relação em termos de um “nós” e de uma continuidade ininterrupta desde a origem da humanidade até aos nossos dias. Esta cadeia de memórias está para a escala do mundo dos predecessores como a retenção das retenções para a memória individual; contudo, a narrativa dos antepassados introduz já a *mediação por signos* e tende para o lado da mediação muda do monumento e do documento, que faz do conhecimento do passado histórico algo muito diferente de uma *memória individual* ampliada, exatamente do mesmo modo que o mundo dos contemporâneos se distinguia de nós pelo anonimato das mediações. Por isso, podemos dizer com Schutz que «a corrente da história é feita de acontecimentos anónimos» (apud Ricœur, *TR III*, 209).

Schutz não dedica muita atenção ao fenómeno dos *sucessores*, porque estuda o fenómeno social como algo já consolidado e, principalmente, porque dá demasiada relevância ao carácter determinado e completo do passado, o que é contestável. Por sua vez, para ele o futuro é algo de indeterminado e indeterminável, ideia igualmente discutível. É óbvio que o mundo dos sucessores é um fenómeno não histórico, porém pode contestar-se que seja um mundo absolutamente indeterminável. Será R. Koselleck a refletir sobre o horizonte de espera e expectativa e a formular uma conceção mais equilibrada e completa do mundo dos antepassados, contemporâneos e sucessores.

Paul Ricœur sublinha duas consequências do papel conector que a ideia de sequência de gerações complementada pela do reino de predecessores, contemporâneos e sucessores desempenha entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico. A primeira diz respeito ao *lugar da morte* na escrita da história, lugar significativamente ambíguo, onde se misturam a referência à intimidade da mortalidade de cada pessoa e a referência ao carácter público da substituição dos mortos pelos vivos. Destas duas referências resulta a morte anónima. A morte, horizonte secreto de cada vida humana vai-se diluindo na morte anónima (morre-se); através do sinal desta última, o historiador visa-a obliquamente mas apenas para logo a ultrapassar. Visada assim obliquamente, a morte é de facto substituída pelo eufemismo da “substituição de gerações”, para significar que os vivos vão substituindo os mortos, fazendo de cada um de nós vivos um sobrevivente; nesse sentido, a ideia de geração lembra-nos com insistência que a história é a história dos *mortais*. Todavia, é próprio da história ultrapassar a morte de cada indivíduo, tratando-a unicamente de forma alusiva, pois importa-lhe mais as funções que os atores (eles passam, elas permanecem), em benefício das entidades que se sobrepõem aos cadáveres: povo, nação, Estado, civilização. No entanto, o historiador não pode ignorar a morte, sob pena de a história perder a sua qualidade histórica. Daí a noção mista e ambígua da morte anó-

nima, conceito aceitável para quem discerne no anonimato da morte o sinal mesmo do anonimato postulado e mesmo instaurado pelo tempo histórico no ponto da colisão entre o tempo público e tempo mortal: a morte anónima permite compreender a rede nocional de predecessores, contemporâneos e sucessores e, como seu suporte biológico, a noção de sequência de gerações.

A segunda consequência concerne sobretudo a dimensão simbólica da rede de predecessores, contemporâneos e sucessores. Os ancestrais e os sucessores são os *outros*, revestidos de um simbolismo opaco, cuja figura vem ocupar o lugar de um Outro, completamente Outro, diferente dos mortais. Atestam-no, por um lado, a representação dos mortos não somente como ausentes da história mas como que assediando com a sua sombra o presente histórico e, por outro, a representação da humanidade futura como imortal, tal como aparece em imensos pensadores iluministas. Esta representação da humanidade imortal indicia um funcionamento simbólico mais profundo, «em virtude do qual nós visamos um Outro mais que humano, cuja ausência nós colmatamos através da figura dos antepassados, ícone do imemorial, e da figura dos sucessores, ícone da esperança» (TR III, 211).

A noção de traço vem elucidar este funcionamento simbólico.

### iii) Os arquivos, documentos e traços

O tempo histórico encontra nos arquivos, documentos e traços o último conector prático entre as perspectivas sobre o tempo, dissociadas pelo pensamento especulativo.

Três características dão corpo à noção de arquivo. Em primeiro lugar, o arquivo aparece associado ao *documento*: os arquivos constituem um conjunto organizado de documentos, de registos. Em segundo, dependem de uma *instituição*: os arquivos *resultam* de uma atividade institucional ou profissional; são *produzidos* ou *recebidos* por uma instituição. Por último, o objetivo dos arquivos é *conservar* ou *preservar* os documentos produzidos pela instituição. Sobressai o carácter institucional dos arquivos. Estes constituem o fundo documental de uma instituição; é ela que os produz, recebe, conserva.

Etimologicamente falando, a noção de documento remete para a docência ou ensino mas, neste caso, importa-nos mais sublinhar o seu carácter de *suporte*, de *garante* (prova material) de uma história, narrativa ou debate. Os documentos garantem a veracidade da história e a sua pretensão factual.

A crítica da noção de documento aceita vários níveis de análise. Num nível epistemológico elementar, não se coloca em causa o estatuto epistemológico do documento, mas amplia-se o seu campo. Qualquer traço ou vestígio

deixado pelo passado pode ser considerado um documento para o historiador desde que ele saiba interrogá-lo. O interrogatório do historiador é orientado pela temática que o próprio escolheu para guiar a sua pesquisa. Assim, tudo o que possa informar um investigador, cuja pesquisa é orientada por uma escolha razoável de questões, ganha estatuto de documento. Os mais valiosos são aqueles que não estavam destinados a veicular uma informação, os chamados testemunhos involuntários (*témoins malgré eux*) referidos por Marc Bloch. Uma crítica de segundo nível do documento é contemporânea da história quantitativa, crítica esta desencadeada pela relação entre *documento* e *monumento*. Durante muito tempo designou-se os documentos de monumentos (*Portugaliae Monumenta Histórica* foram publicados em 1856 por Alexandre Herculano). O desenvolvimento da história positivista, em finais do século XIX e início do século XX, marca o triunfo do documento sobre o monumento. Pôs-se em causa a autenticidade do monumento, cuja finalidade preestabelecida era a de levar à comemoração de eventos considerados dignos de integrarem a memória coletiva pelo poder político. O documento, pelo contrário, parecia ter uma objetividade que se opunha à intencionalidade do monumento. Os escritos dos arquivos adquiriram assim a reputação de serem mais documentos do que monumentos. Mas uma crítica ideológica ainda mais radical rapidamente põe em causa o valor institucional dos documentos, descobrindo em cada documento uma dimensão de monumento. Ataca as condições de produção da história e a sua intencionalidade dissimulada ou inconsciente. Depois de desmistificada a sua significação aparente, um documento é um monumento. Mesmo os *dados* dos bancos de dados sobre os quais trabalha a historiografia contemporânea, com tratamento informático e constituição de séries, não está isento do perigo de autoridade que ameaçou os documentos e foi denunciado pela história positivista. Todavia, trata-se de uma imperfeição necessária, pois, segundo Ricœur, a história perdia todo o sentido a partir do momento em que deixasse de colocar como prioridade a busca de documentos ou vestígios que permitam pagar a dívida aos mortos, aos homens do passado<sup>285</sup>.

O documento só é significativo enquanto é considerado como um traço deixado pelo passado. A sua função é a de informar sobre o passado e a de alargar a memória coletiva. E esta funcionalidade nem a nova ciência histórica com o seu tratamento informático pode substituir. Se os arquivos podem ser

---

<sup>285</sup> «[...] dès lors que l'idée d'une dette à l'égard des morts, à l'égard des hommes de chair à qui quelque chose est réellement arrivé dans le passé, cesse de donner à la recherche documentaire sa finalité première, l'histoire perd sa signification» (*TR* III, 216).

institucionalizados e os documentos recolhidos e conservados, é porque se acredita que o passado deixou um traço constituído por monumentos e por documentos que dele dão testemunho. Mas o que significa *deixar* um traço, marca, vestígio ou rasto, quando todos reconhecemos o paradoxo implicado? Por um lado, o traço é visível *aqui e agora*; por outro, só há uma marca porque *antes* passou por lá um homem, animal ou coisa. Mesmo na linguagem o traço e a marca *indicam* o passado da passagem, a anterioridade, mas *não mostram*, não fazem aparecer *o que* passou por lá. A própria homonímia de “ter passado” no sentido de passar por um local e “ter passado” no sentido de tempo volvido é feliz e ajuda aperceber esta ambivalência. A explicação do tempo nas *Confissões* de Santo Agostinho familiarizou-nos com esta noção do tempo como passagem. O paradoxo reside no facto de não existir mais passagem mas permanecer o vestígio. E os historiadores também não escapam a esta aceção mais vulgar, pois a sua definição de traço situa-se a meio caminho entre uma definição inicial como rasto de homem ou animal e outra mais abrangente e estática que se estende à marca deixada por algo. Para os historiadores, os homens do passado, enquanto agentes, deixaram traços (dimensão dinâmica); mas os produtos das suas atividades, das suas obras, a saber, os utensílios, habitações, templos, sepulturas e escritos também constituem marcas (dimensão estática)<sup>286</sup>. Daí a equivalência entre ter passado por lá e ter deixado uma marca. Na primeira aceção, sugere-se que o traço indica num espaço (aqui) e no presente (agora) a passagem passada de seres vivos, homens ou animais; ele orienta a caça, a pesquisa, a busca. A história é tudo isto. Dizer que ela consiste num conhecimento através de traços é, em última análise, enviá-la ao encontro da *significância* de um passado volvido que, apesar disso, permanece preservado nos seus vestígios. Na aceção mais lata, sugere-se a maior durabilidade da marca, mais duradoura que a atividade transitória dos homens. Os homens passam, as obras ficam; mas ficam enquanto coisas entre as coisas. Aqui sobressai uma relação de causa-efeito entre a coisa marcante e a coisa marcada. Podemos concluir que o traço conjuga uma relação de *significância*, perceptível na ideia de rasto de uma passagem, e uma relação de *causalidade*, incluída no próprio

---

<sup>286</sup> «O historiador prolonga a seu modo este dado familiar à linguagem, evidenciando a profunda equivalência entre o carácter dinâmico da *passagem* (a atividade dos homens do passado) e o carácter mais estático da *marca* (as obras enquanto produto dessa atividade): no primeiro sentido (dinâmico), o passado é uma *passagem* e são *os homens* que são primariamente visados como agentes ou autores (de que o traço é *signo*); no segundo sentido (estático), o passado deixa uma *marca* e são as *obras ou coisas* que são primariamente visadas como resultado dessa passagem passada (de que o traço é *efeito*)» (Teixeira 2004, I: 260).

objeto da marca<sup>287</sup>. Assim, o traço deixado é simultaneamente um efeito e um signo, com dois sistemas cruzados de relações:

[...] d'une part, suivre une trace, c'est raisonner par causalité le long de la chaîne des opérations constitutives de l'action de passer par là; d'autre part, remonter de la marque à la chose marquante, c'est isoler, parmi toutes les chaînes causales possibles, celles qui, en outre, véhiculent la signifiance propre à la relation du vestige au passage [TR III, 219].

Esta ambivalência do traço transforma-o em conector entre dois regimes de pensamento e, conseqüentemente, de duas perspectivas temporais: ao gravar no espaço a passagem do objeto de pesquisa é no tempo do calendário e, para além deste, no tempo cósmico, que ele grava a passagem. É assim que o traço conservado se pode tornar um documento datado<sup>288</sup>. Este elo entre traço e datação permite a Paul Ricœur retomar o problema não resolvido por Heidegger da relação entre o tempo fundamental do *Cuidado*, ou seja, a temporalidade virada para o futuro e a morte, e o tempo dito “vulgar”, concebido como uma sucessão de instantes, e demonstrar de que modo o traço opera esta ponte que a fenomenologia em vão tenta perceber e interpretar exclusivamente a partir da temporalidade do *Cuidado*. Desta incursão pela filosofia do autor de *Ser e tempo* resulta a conclusão de que o ato de seguir ou remontar um traço só pode ser feito no contexto de um tempo histórico que não é um fragmento do tempo astral nem um simples alargamento do tempo da memória pessoal às dimensões comunitárias, mas um tempo híbrido, composto pelas duas perspectivas temporais: fenomenológica (ou tempo do Cuidado) e cosmológica (ou vulgar, em terminologia heideggeriana). O tempo do traço comunga do mesmo caráter híbrido do tempo do calendário. O calendário e o traço são vistos por Ricœur como conectores que são autênticas criações nascidas no entrecruzamento prático e real do tempo fenomenológico com o tempo cosmológico, entre a alma e o mundo; logo, não se pode, como cria Heidegger, ter a historiografia como mal

---

<sup>287</sup> «La trace combine ainsi un rapport de *signifiance*, mieux discernable dans l'idée de vestige d'un passage, et un rapport de *causalité*, inclus dans la choiséité de la marque» (TR III, 219).

<sup>288</sup> «Cette double allégeance de la trace, loin de trahir une ambiguïté, constitue la trace en connecteur de deux régimes de pensée et, par implication, de deux perspectives sur le temps: dans la mesure même où la trace marque dans l'espace le passage de l'objet de la quête, c'est dans le temps du calendrier et, par-delà celui-ci, dans le temps astral que la trace marque le passage. C'est sous cette condition que la trace, conservée et non plus laissée devient document *daté*» (TR III, 219-220).

fundada. Esta conexão entre as duas perspetivas temporais, verificada nos dois conectores do tempo histórico, permite suturar a fratura especulativa, pois há entre eles uma mútua e recíproca intromissão.

Da meditação de Emmanuel Lévinas<sup>289</sup>, Ricœur aprende que o traço ou não é um signo como os outros que se organizam em sistemas; pelo contrário, ele desarranja qualquer sistema ou ordem, pelo facto de indicar sempre uma passagem, não uma presença possível. Daí, a frase chave de que *o traço significa sem fazer aparecer*. Por conseguinte, podemos considerá-lo um dos instrumentos mais enigmáticos através dos quais a narrativa histórica refigura o tempo.

### 1.2.1.2. Tempo ficcional: as variações imaginativas

A esta reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico, contrapõe-se do lado da ficção uma resposta às mesmas aporias da fenomenologia do tempo, desta feita recorrendo às *variações imaginativas* que a ficção elabora sobre os temas maiores desta fenomenologia. O conceito de variações imaginativas foi introduzido por Ricœur em *Temps et Récit II* para caracterizar as experiências fictícias do tempo presentes nas obras literárias *Mrs. Dalloway* de Virgínia Woolf, *A Montanha Mágica* de Thomas Mann e *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust. No entanto, nessa ocasião, o conceito foi utilizado sem ter sido analisado: faltava o conceito de tempo histórico, que funciona como termo fixo de comparação em relação ao qual as experiências fictícias com o tempo são consideradas variações imaginativas; isto significa que o fenómeno de reinscrição do tempo pessoal sobre o tempo universal é a invariante em relação à qual as fábulas sobre o tempo aparecem como variações imaginativas; e faltava ainda a esta oposição o denominador comum necessário, ou seja, as aporias da fenomenologia do tempo. Nesta secção, teremos oportunidade de ver quais são as aporias comuns às quais a constituição variável do tempo fictício e a constituição invariável do tempo histórico oferecem uma resposta.

#### i) A neutralização do tempo histórico

A neutralização do tempo histórico é a primeira característica salientada por Ricœur na oposição entre tempo fictício e tempo histórico. Este facto rela-

---

<sup>289</sup> «La trace», *Humanisme de l'autre homme*, Fata Morgana, Montpellier, 1972, p. 57-63.



ciona-se diretamente com a maior liberdade do narrador que não tem, contrariamente ao historiador, de se submeter aos conectores específicos da reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico. As personagens de uma obra de ficção fazem uma experiência irreal do tempo, uma vez que as marcas temporais dessa experiência não exigem uma ligação à situação espaço-temporal que caracteriza o tempo cronológico. A experiência temporal de um protagonista não precisa de estar referida ao tempo do calendário e sabemos desde a epopeia ao romance, passando pela tragédia e pela comédia antiga e moderna, que o tempo da narrativa está livre das constrações que exigem uma relação com o tempo do universo. Deste modo, não parece fazer qualquer sentido falar de conectores entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico no seio da narrativa ficcional – «Chaque expérience temporelle fictive déploie son monde, et chacun de ces mondes est singulier, incomparable, unique» (*TR* III, 231). Não há um único mundo imaginário que serve de referência a todas as obras ficcionais. Nenhuma experiência temporal fictícia pode ser absolutizada ou tomada como modelo único.

Não obstante, o que parece ser uma desvantagem – a isenção das constrações temporais do tempo cosmológico – revela-se, pelo contrário, uma vantagem: a ficção pode explorar à vontade os recursos do tempo fenomenológico que a narrativa histórica está inibida de explorar, porque está obrigada a ligar o tempo da história ao tempo cósmico através da reinscrição do primeiro sobre o segundo. A exploração dos recursos escondidos no tempo fenomenológico e as aporias que essa exploração suscita fazem a ligação secreta entre história e ficção. Ricœur entende a ficção como «uma reserva de variações imaginativas aplicadas à temática do tempo fenomenológico e às suas aporias»<sup>290</sup>. Para o demonstrar, o autor regressa aos três grandes textos literários (as três fábulas sobre o tempo) e confronta-as com as aporias da fenomenologia do tempo.

## ii) Variações imaginativas sobre a falha entre tempo vivido e tempo cósmico.

O primeiro ponto de divergência entre história e ficção reside na forma como ambas se comportam perante a fenda aberta pela reflexão especulativa entre tempo do sujeito e tempo do mundo. A história responde com um tempo fixo, o histórico. A ficção responde com variações imaginativas que concertam

---

<sup>290</sup> «La fiction, dirai-je, est une réserve de variations imaginatives appliquées à la thématique du temps phénoménologique et à ses apories» (*TR* III, 231).

estas duas temporalidades através da combinação de personagens históricas, acontecimentos datados ou datáveis e lugares conhecidos com personagens, acontecimentos e lugares inventados. A ação dos três romances referidos decorre, claramente, no período anterior e posterior à Primeira Guerra Mundial<sup>291</sup>.

No entanto, a datação destes eventos não arrasta o tempo da ficção para a esfera do tempo histórico. Pelo contrário, se o narrador e os seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojadas da sua função de “representância” do passado histórico e ganham o estatuto irreal dos outros acontecimentos. Ricœur esclarece que a referência ao passado e a própria função de “representância” são mantidas, mas de forma neutralizada. Os acontecimentos históricos não são *denotados*, apenas *mencionados* (TR III, 233). Por conseguinte, a Primeira Guerra Mundial, que é o ponto de referência histórica comum aos três romances, perde o seu estatuto de referência comum para se reduzir ao de *citação* idêntica em dois universos temporais distintos e incomunicáveis<sup>292</sup>. O próprio acontecimento da Primeira Guerra Mundial é ficcionado de forma diferente nas três obras, tal como as personagens históricas, pois gravitam em esferas temporais diferentes. Também os conectores específicos da história podem ser neutralizados e apenas mencionados. Assim, todos os instrumentos usados pela história na “representância” do passado podem ser apropriados pela ficção e revertidos para o domínio do imaginário. O modo como os acontecimentos históricos são integrados na experiência temporal de personagens da ficção, através das variações imaginativas, constitui uma réplica à aporia maior decorrente da especulação sobre o tempo.

A título ilustrativo, damos conta das variações imaginativas sobre o tempo a partir do antagonismo entre o que Ricœur designa de tempo mortal e tempo monumental, no romance de Virgínia Woolf. Neste caso, o antagonismo é muito mais do que um discurso especulativo entre duas entidades ou categorias temporais, é o confronto de duas experiências-limite (a de Septimus e a de Clarissa, cujos destinos estão inconscientemente interligados) marcadas pelo tempo, pelas quais se repartem depois as restantes experiências singulares narradas na

---

<sup>291</sup> *Mrs. Dalloway* situa-se claramente depois da Primeira Guerra Mundial, mais propriamente em 1923, e desenrola-se numa Londres, capital de um ainda poderoso Império britânico. A ação de *A Montanha Mágica* decorre em 1914, no limiar da guerra e os episódios de *Em busca do tempo perdido* antes e depois da Primeira Guerra Mundial.

<sup>292</sup> «[...] *citation* identique à l'intérieur d'univers temporels non superposables et incomunicables» (TR III, 233).

história. A experiência-limite de Septimus Warren Smith resulta da impossível reconciliação entre o tempo marcado pelo Big Ben e o seu incomunicável sonho de integridade pessoal; o seu suicídio marca a integração do existencial heideggeriano ser-para-a-morte numa experiência existencial singular. O tempo cósmico é tratado apenas sob o aparato da monumentalidade e incarnado nas figuras de autoridade, de intolerância, cúmplices da ordem estabelecida. Daqui resulta que as pancadas do Big Ben não escrutinam de modo algum um tempo neutro e comum, mas assumem um significado diferente para cada uma das personagens deste romance.

Em *A Montanha Mágica*, o confronto entre tempo vivido e tempo cósmico é posto noutros termos. É feito entre as gentes do quotidiano que habitam o sopé da montanha e representam maioritariamente o tempo vulgar, e os habitantes do alto da montanha que vivem um tempo mórbido e decadente, onde o próprio erotismo é marcado pelos estigmas da corrupção. Enquanto em *Mrs. Dalloway*, Clarissa tenta conciliar os dois extremos do tempo assumindo face à morte um compromisso frágil entre o tempo mortal e o tempo monumental, em *A Montanha Mágica*, o herói, Hans Castorp, que aspira ao tempo do alto, tenta resolver essa antinomia pela abolição do tempo cronológico, representado nas medidas de tempo. Todavia, esta tentativa de apagar as marcas do tempo cósmico é ainda uma forma de se reportar ao tempo cósmico, por isso *A Montanha Mágica* propõe uma variação imaginativa que perverte a reinscrição que a história faz do tempo vivido sobre o tempo do mundo.

A obra de Marcel Proust também apresenta uma variante extremamente peculiar da polaridade entre tempo da consciência e tempo do mundo. A figura que caracteriza o tempo cosmológico é a dos diversos reinos onde se exerce o que Ricœur denomina de aprendizagem dos signos, referindo-se aos signos da mundaneidade, do amor, das impressões sensíveis e da arte. Uma vez que estes quatro reinos são sempre representados pelos seus signos, a sua aprendizagem é logicamente a do mundo e a da consciência. Daqui resulta uma outra clivagem que opõe tempo perdido a tempo reencontrado. O tempo que se perde é o tempo que passa e que está ligado à usura das coisas, por isso este romance é uma incansável luta contra o apagamento das marcas, contra o esquecimento. Também se perde o tempo dissipado com os signos que ainda não foram reconhecidos como signos e o tempo disperso entre as duas localidades de Méséglise e Guermantes. Neste último caso, o tempo aparece como uma intermitência. O tempo perdido é de desorientação e desencanto; estes qualificativos só desaparecem quando a obra se encaminha para o grande propósito de escrever, porquanto a realização de uma obra de arte durável permite a fixação de um momento fugitivo.

Demonstradas as variações imaginativas sobre a aporia maior do tempo, Ricœur avança para as aporias internas da fenomenologia, resultantes das mediações filosóficas de Husserl e Heidegger, e começa por salientar que o maior contributo que a ficção pode dar à filosofia não está na diversidade de soluções que oferece à discordância entre tempo do mundo e tempo vivido, mas na «exploração de *traços não lineares do tempo fenomenológico* que o tempo histórico oculta por estar embutido na grande cronologia do universo» [TR, III, 237].

### iii) Variações sobre as aporias internas da fenomenologia

Ricœur estabelece as várias etapas de libertação do tempo fenomenológico das amarras do tempo histórico, pondo em evidência as variações sobre as aporias internas da fenomenologia. Considera três aporias e três modos de as ficcionar: a) o problema da unificação do curso temporal; b) a reviviscência do tema agostiniano da eternidade em certas experiências-limite de extrema concentração temporal; c) as modalidades de remitificação do tempo não oriundas da fenomenologia mas da ficção (TR III, 237-246).

a) Husserl tentou resolver a aporia agostiniana do triplo presente (presente do passado, presente do futuro e presente do presente) conferindo ao presente vivo uma espessura capaz de reter o passado recente ou primário (retenção) e o futuro próximo (protenção), mas o preço a pagar por esta extensão do presente vivo foi o rasgo efetuado entre a lembrança primária ou retenção, incluída no presente vivo, e a *relembrança* ou lembrança secundária, excluída do presente vivo. Para suturar esse rasgo, reconstituiu o fluxo temporal através da unificação (“recouvrement”) contínua das retenções (e das retenções das retenções), que formam como que a cauda do cometa do presente, e a série de quase-presentes para as quais o ser humano se transporta livremente por intermédio da imaginação e que desdobram cada uma delas o seu sistema de retenções e protenções. As retenções e as protenções irradiadas do presente vivo sobrepõem-se como telhas formando o fluxo temporal.

Heidegger, por sua vez, dá mais atenção à hierarquização interior dos níveis de temporalização (temporalidade, historialidade e intratemporalidade) que à continuidade do fluxo temporal. Por isso propõe a repetição como ponto de partida de todas as análises sobre o tempo. Reunindo ao nível da historialidade o “ter-sido”, o “por-vir” e o “tornar-presente”, a repetição junta neste nível médio o nível profundo da temporalidade autêntica e o nível superficial da intratemporalidade.

Ricœur descobre nas variações imaginativas das três fábulas sobre o tempo já referidas diversas formas de operar este duplo modo de unificação horizontal e de repetição vertical do tempo. O “recouvrement” de que fala Husserl (“*tuilage de la durée*” segundo a metáfora de Ricœur [TR III, 241]) pode ser entrevisto na forma como o romance de Virgínia Woolf se projeta ao mesmo tempo para a frente na expectativa da festa que se avizinha e para trás através das incursões constantes pelo passado dos protagonistas<sup>293</sup>. Um exemplo de aplicação do conceito heideggeriano de *repetição* é discernível na obra de Thomas Mann, no momento em que o narrador opera «uma autêntica repetição [...] ao relacionar a Busca constituída pela aprendizagem dos signos com a Visitação prefigurada nos momentos felizes, culminando na grande meditação sobre a arte redentora na biblioteca do príncipe de Guermantes» (Ricœur, TR III, 241)<sup>294</sup>.

b) Ao acompanhar esta passagem do “recouvrement” à repetição, a ficção faz a fenomenologia entrar num tema caro a Santo Agostinho e abandonado depois dele: o limite superior do processo de hierarquização da temporalidade, ou seja, a eternidade. Para Agostinho, seguidor dos ensinamentos neoplatônicos, a alma percorre o tempo em busca da eternidade que lhe garante repouso e estabilidade. No entanto, depois dele a fenomenologia pôs o tema de parte.

As três obras que servem a matéria-prima a Ricœur produzem variações imaginativas sobre a eternidade e atestam que esta, tal como diz Aristóteles, se diz de múltiplas maneiras. É possível entrever o tema ficcionado em *Mrs.*

---

<sup>293</sup> De acordo com Ricœur, a arte da autora inglesa está em conseguir «entrosar o presente, as suas praias de iminência e de passado recente, com um passado *relembrado*, e assim fazer progredir o tempo retardando-o» (*L'art de Virginia Woolf est ici d'enchevêtrer le présent, ses plages d'imminence et de récence, avec un passé ressouvenu, et ainsi de faire progresser le temps en le retardant*) (TR III, 239). Ademais, este facto torna-se visível em todas as personagens principais cuja consciência do tempo gravita em torno de dois polos: o presente vivo, inclinado para a iminência do futuro; e uma série de quase-presentes que irradiam lembranças do passado. O próprio tempo contínuo do romance avança através de uma espécie de vasos comunicantes entre os múltiplos fluxos de consciência das personagens, as protenções de uma personagem dirigem-se para as retenções de outra.

<sup>294</sup> A fórmula de Proust equivalente à “repetição” é a de “tempo perdido reencontrado”. A repetição não é reviviscência, ela atinge o seu auge quando a tensão imediata, que ocorre nos momentos felizes, entre duas sensações semelhantes, é suplantada pela longa meditação sobre a obra de arte. Nos momentos ditos felizes ou bem-aventurados, dois instantes semelhantes eram milagrosamente aproximados, mas na meditação sobre a obra de arte «o milagre fugitivo é fixado numa obra durável. O tempo perdido iguala o tempo reencontrado» (Ricœur, TR III, 241).

*Dalloway* a partir do suicídio de Septimus, que, independentemente da sua ambiguidade, permite perceber o tempo como um obstáculo que impede de ver totalmente a unidade cósmica. Neste caso, já não é o tempo que é mortal, é a eternidade que dá a morte. Em *A Montanha Mágica* – a obra mais fértil em variações imaginativas sobre o tema da eternidade e da morte – há uma eternidade identitária, uma eternidade sonhada, a eternidade do Carnaval, a eternidade imóvel da circulação das estrelas, a eternidade extática do episódio de Schnee. Curiosamente, devido à atração maléfica exercida pela montanha mágica, a eternidade não é aqui o auge do tempo mais tendido ou concentrado, mas sim do tempo distendido, decomposto, que faz da eternidade um engodo. Na obra *Em busca do tempo perdido*, a eternidade – acessível no reino extra-temporal das essências estéticas, referidas na longa meditação do *Tempo reencontrado* – também seria uma decepção e uma ilusão se a decisão de fazer uma obra de arte não viesse fixar a fugaz iluminação e dar-lhe a reconquista do tempo perdido. Através da escrita, a eternidade transforma-se no dom de poder reencontrar os dias antigos. Mas o tempo reencontrado através da arte não passa de uma trégua no combate entre a eternidade e a morte.

c) A ficção não se limita a explorar, através das suas variações imaginativas, os aspetos da concordância discordante relativos à constituição horizontal do fluxo temporal ou à hierarquização vertical dos níveis de temporalização ou às experiências-limite que balizam os confins do tempo e da eternidade. A ficção tem ainda o poder de explorar a fronteira entre a fábula e o mito. A fenomenologia também nada diz sobre esta matéria. De facto, só a ficção, porque é sempre ficção mesmo quando projeta e configura a experiência, se pode permitir este tipo de devaneios.

No caso da obra de Virgínia Woolf, Ricœur chama a atenção para as badaladas do Big Ben, que lhe parecem ter uma ressonância «mais do que física, mais do que psicológica, mais do que social» (*TR* III, 245). Os “círculos de chumbo que se dissolvem no ar” emitem um eco quase místico. O mesmo efeito tem o refrão da *Cymbeline* de Shakespeare («fear no more the heat / Nor the furious winter’s rages») que une secretamente os destinos paralelos de Septimus e Clarissa. Há ainda a “ode imortal ao Tempo” que atravessa a obra e só pode ser escutada para lá do ruído da vida. Em *A Montanha Mágica* nem a ironia da obra consegue evitar uma certa mitificação do tempo. Ricœur reconhece-lhe uma faceta secretamente hermética que não cabe nas explicações anteriores. Todavia, Marcel Proust é o que melhor consegue a remitificação do tempo. Em duas visões antitéticas do tempo – o tempo destruidor e “o artista, o Tempo” – o próprio mito duplica as variações imaginativas da ficção sobre

o tempo e a eternidade. Cada um destes tempos – um que age apressadamente e outro que trabalha lentamente – exterioriza-se e torna-se visível encarnado nas personagens. A ambição estéril da fenomenologia de tornar o tempo visível é conseguida pela ficção através de uma materialização semelhante à personificação do tempo nas prosopopeias antigas.

Para encerrar este assunto, Ricœur chama a atenção para o facto de o mito se ter intrometido por duas vezes numa investigação onde julgávamos jamais haver lugar para ele<sup>295</sup>: uma primeira vez aquando da descrição do tempo do calendário e uma segunda agora, a propósito do tempo da ficção. Também Aristóteles tentou expulsá-lo do seu discurso, mas «o murmúrio da palavra mítica continuava a ressoar sob o *logos* da filosofia. A ficção deu-lhe um eco mais sonoro» (Ricœur, *TR* III, 246).

#### iv) Variações imaginativas e “tipos-ideais”

Ricœur encerra este capítulo das dissimetrias entre a história e a ficção, na resposta às aporias do tempo, com uma reflexão sobre a tensão entre *solução* e *aporia*. Enquanto o tempo histórico resolve as aporias do tempo através de uma conciliação apaziguadora que lhes retira relevo e pertinência, a ficção, pelo contrário, tende a aumentá-las a enfatizá-las. Nesse sentido, resolver poeticamente as aporias consiste mais em dar-lhes visibilidade e em torná-las produtivas do que em dissolvê-las.

Ora, a ficção põe a descoberto elementos *não-ditos* da e pela fenomenologia. As variações imaginativas revelam que a fenomenologia designa com o mesmo nome a aporia e a sua resolução ideal ou, diríamos nós no vocabulário de Max Weber, o “tipo-ideal” da sua resolução. O paradoxo reside no facto de a mesma análise fenomenológica sobre o tempo revelar uma aporia e ocultar o seu carácter aporético sob o “tipo-ideal” da sua resolução, a qual só se torna visível através das variações imaginativas elaboradas sobre o tema dessa aporia. Recorde-se, por exemplo, que a dialéctica da *intentio/distentio* tanto servia de regra para interpretar a recitação de um salmo como a história bem mais vasta de toda uma vida e até a história universal. A concordância discordante é, simultaneamente, o nome de um fenómeno a solucionar e a sua solução ideal. Daí que se diga que a mesma análise descobre a aporia e dissimula-a sob o “tipo-ideal” da sua solução.

---

<sup>295</sup> «Ainsi le mythe, que nous avons voulu écarter de notre champ de recherche, y aura fait, malgré nous, deux fois retour [...]» [*TR* III, 246]

Já as variações imaginativas tornam explícita esta relação da aporia com o seu “tipo-ideal”. É na literatura de ficção que se explora as inúmeras formas através das quais a *intentio* e a *distentio* se opõem e se concertam. A literatura ficcional torna-se assim o meio privilegiado de exploração da concordância discordante que constitui a coesão de uma vida. No entanto, a ficção não se limita a ilustrar os temas da fenomenologia nem a pôr a descoberto os “tipos-ideais” da solução, dissimulados sob a descrição aporética, ela vai mais longe ao mostrar os limites da fenomenologia, através das experiências-limite que na narrativa ficcional confrontam eternidade e morte. Cabe às variações imaginativas a missão de reabrir o campo das modalidades existenciais heideggerianas susceptíveis de tornar mais autêntico o “ser-para-a-morte”, como é o caso da eternidade.

### 1.2.2. Paralelismo: representância e leitura

Na secção anterior pusemos a tónica na forma como os dois modos narrativos reinscrevem o tempo do sujeito sobre o tempo do mundo, oferecendo desse modo respostas dicotómicas às aporias geradas pelo discurso especulativo ou fenomenológico sobre o tempo. Nesta secção, recorta-se o processo em que os dois modos de narração aparecem já não em oposição mas numa relação de paralelismo. A convergência entre história e ficção radica na correlação entre a função de *représentance* exercida pelo conhecimento histórico relativamente ao passado [TR III, 252-283] e a função de *signifiance* própria da narrativa ficcional, obtida pela conciliação que a *leitura* faz entre o mundo do texto e o mundo do leitor [TR III, 284-328].

#### 1.2.2.1. A realidade do passado histórico: noção de representância

A noção de *représentance* surge na economia do pensamento ricœuriano para dar conta da especificidade ontológica do “real” passado que é visado pela ciência histórica e relaciona-se diretamente com a questão ontológica, já assumida, do traço, enquanto sinal e efeito<sup>296</sup>. O conceito de *représentance* constitui

---

<sup>296</sup> O termo “représentance” é colhido por Ricœur em F. Wahl, *Qu'est-ce que le Structuralisme?*, Paris, 1968, 11. Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, o autor retoma o conceito, no quadro da representação literária da história, dedicando-lhe uma longa nota onde nos explica o significado que lhe atribui no contexto histórico, a partir da sua evolução lexical e semântica fora da historiografia (vide *MHO*, 367-369).



uma das maiores conquistas de Ricœur para a epistemologia da história, de tal modo que o autor volta a ele, em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, para fazer prevalecer a intenção noética da historiografia para um “ter-sido” e para dar conta de uma nova aporia levantada pela dimensão representativa da representância, que empurra a reflexão do filósofo francês para um domínio que extravasa as competências da epistemologia histórica e invade o campo da ontologia. O interesse da *representância*, como reconhecem muitos dos leitores e comentadores da obra de Ricœur, está no facto de preservar a história como ciência e como ficção, salvaguardando a sua intenção verídica<sup>297</sup>. A história é uma construção que pretende ser a *reconstrução* de um objeto para o qual tende, objeto que não é diretamente observável, mas apenas memorável, por isso a história não pode ser *representação* mas *representância*. Este conceito liberta a história das cadeias da imanência discursiva e orienta-a para um referente externo que *não sendo já foi*, tendo deixado algo de si nos traços que permanecem.

O caráter *real* do passado marca uma dissimetria fundamental entre história e ficção, porém é imprescindível apurar o seu significado:

La question de la représentance du passé “réel” par la connaissance historique naît de la simple question: que signifie le terme “réel” appliqué au passé historique? Que pouvons-nous dire quand nous disons que quelque chose est “réellement” arrivé? Cette question est la plus embarrassante de celles que pose l’historiographie à la pensée de l’histoire [Ricœur, *TR* III, 252].

Diferentemente do romancista, o historiador, por intermédio de um documento ou de uma prova documental, tenta *reconstruir* um passado que qualificamos de real, algo que um dia aconteceu, mas que já não existe, a não ser nas *marcas* que deixou. O historiador, pensa Ricœur (*TR* III, 253), é movido pelo sentimento de *dívida* relativamente ao passado e aos mortos. Este sentimento de dívida obriga-o a contactar com os testemunhos do passado que resumimos, anteriormente, sob o conceito de traço. Vemo-nos de novo na pista da noção de traço, desta feita para apurar o que pode constituir a sua função mimética ou, de acordo com a terminologia empregue em *mimesis* III, a sua função de *refiguração*. Da noção de representância convém reter desde já dois constituintes essenciais: remete para algo que já não existe em si, mas que

---

<sup>297</sup> Dosse diz: «Par ce concept de représentance, Ricœur rend hommage à l’apport des narrativistes et en même temps il met en garde contre l’indistinction épistémologique entre fiction et histoire, rappelant l’exigence vériditive du discours historique» (Dosse 2001: 6). Cf. etiam Dosse 2000: 109.

aconteceu realmente e deixou um rasto; apela para um sentimento de dívida para com o passado.

O rasto deixado vale por si próprio, exercendo relativamente ao passado uma função de representância, por isso o filósofo francês tem o cuidado de distinguir *representar* (“représenter”), na aceção de “ter lugar” ou “estar na vez de alguma coisa” de *representar-se* (“se représenter”), na aceção de “ter uma imagem mental de algo exterior e ausente”. *Representância* designa a primeira aceção e *representação*, associada à ideia de reduplicação, a segunda<sup>298</sup>. O traço deixado pelo passado tem uma função de representância porque “está no lugar de”, podendo dizer-se também que ocupa uma função de *lugar-tenência*. A expressão “lugar-tenência”, equivalente à de representância, assinala a particularidade de uma referência indireta, própria de um conhecimento que se faz através de traços, e distingue a referência da história ao passado de qualquer outro modo referencial.

Nesta secção, o seu principal objetivo é explicar o enigma e o valor mimético do *traço* que exerce uma função de representância ou de lugar-tenência. Que consistência ontológica tem o rasto do passado, enquanto revelador de algo que existiu mas já não existe e que, de modo algum, se pode confundir com o objeto para o qual remete? Que diferença existe entre algo que ocorreu e já não existe e algo que nunca ocorreu? São estas as questões que guiam a reflexão do autor francês.

De forma original, opta por analisar este enigma da “realidade” do passado a partir da dialética instaurada por Platão, no *Sofista* (254 b-259 d), entre os grandes géneros do *Mesmo* e do *Outro*, aos quais acrescenta o do *Análogo*. Para se precaver contra possíveis objeções que acusem a sua estratégia de ser artificial, Ricœur tem o cuidado de fundamentar cada um destes géneros com conceituadas teorias da filosofia da história. A passagem de uma teoria a outra revelará a impotência de cada uma para resolver “per se” o enigma da representância, mas o autor está convencido que «nós dizemos qualquer coisa com sentido acerca do passado pensando-o sucessivamente sob o signo do Mesmo, do Outro e do Análogo»<sup>299</sup>.

<sup>298</sup> O conceito de representação, que fará o eixo de *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, é mencionado em *Temps et récit*, meramente, como contraste de representância, estando muito longe da força e do protagonismo que adquirirá na obra posterior, como núcleo da revolução epistemológica da micro-história.

<sup>299</sup> «Je ne prétends pas que l’idée de passé soit *construite* par l’enchaînement même de ces trois “grands genres”; je soutiens seulement que nous disons quelque chose de sensé sur le passé en le pensant successivement sous le signe du Même, de l’Autre, de l’Analogue» (*TR III*, 255).

A metodologia histórica, observa Ricœur, não se confronta com este tipo de questões de ordem filosófica ontológica. Cabe ao filósofo ocupar-se delas:

Cette problématique de *lieutenance* ou de *représentance* de l'histoire par rapport au passé concerne la *pensée* de l'histoire, plutôt que la *connaissance* historique. [...] Pour elle, la question ontologique, simplement contenue dans la notion de trace, est immédiatement recouverte par la question épistémologique du document, à savoir sa valeur de garant, d'appui, de preuve, dans l'explication du passé [Ricœur, *TR* III, 254].

### **i) Sob o signo do Mesmo: Imaginação histórica e “reenactement” em Collingwood**

Sob o signo do *Mesmo* Ricœur situa a tese de Collingwood da *reconstituição* ou *representação* (*réeffectuation*) do passado no presente através da anulação da distância temporal: «a história não é mais do que a reconstituição [*reenactement*] do pensamento passado no espírito do historiador» – declara o autor inglês em *A ideia de história* (2001: 241). Nesta obra, mais precisamente no capítulo final dos *Epilegomena*, Collingwood desenvolve a sua teoria de “History as Re-enactement of Past Experience”, que dá fundamento a uma conceção identitária do pensamento do passado: a operação histórica aparece como uma identificação com o que outrora foi, pois pensar a “passividade” do passado é anular a distância temporal que separa o presente do passado. Por conseguinte, o traço é ele próprio considerado presente; analisar o traço é fazer remontar ao presente os acontecimentos passados para os quais remete e tornar os leitores de história contemporâneos dos factos passados através de uma *reconstituição* viva do seu encadeamento. Em suma, é tomar consciência de que o passado só é inteligível pela sua persistência no presente.

A conceção identitária do pensamento histórico exige que Collingwood dissocie a face interior (*pensamento*) da face exterior do acontecimento (*mudanças físicas*)<sup>300</sup>; a considerar o pensamento do historiador, que reconstrói uma

---

<sup>300</sup> Por exterior de um evento o autor entende tudo aquilo que, fazendo parte dele, é passível de ser descrito como se de um corpo e seus movimentos se tratasse: a travessia do Rubicão por César e seus soldados, numa certa data, ou o derramamento do seu sangue no pavimento do senado, noutra data. Por interior entende-se aquilo que nele só pode ser descrito em termos de pensamento: o desafio de César à lei da República, ou o conflito da política constitucional entre ele próprio e os seus assassinos. O trabalho do historiador pode iniciar-se na descoberta do exterior de um acontecimento – a sua faceta dinâmica – mas não pode cingir-se ao mero evento: na medida em que todo o acontecimento foi uma ação, a sua mis-

cadeia de acontecimentos, como uma maneira de *repensar* o que foi já uma vez pensado; e a conceber o *repensar* como *numericamente idêntico* ao primeiro pensar. Por sua vez, cada um destes pressupostos corresponde a uma etapa de análise do pensamento histórico, constante no capítulo V de *A ideia de história*: o caráter *documental* do pensamento histórico<sup>301</sup>; o trabalho da *imaginação* na interpretação da prova documental (*evidence*)<sup>302</sup>; o desejo de que as construções

---

são consiste, principalmente, em se colocar ou em se imaginar no interior dessa ação para discernir o pensamento do seu agente. Assim sendo, o objeto da história – diferente do da ciência, que trabalha sobre os eventos físicos ou naturais – não é o evento, mas o pensamento nele expresso. Descobrir esse pensamento é já compreendê-lo. Para tornar a sua teoria mais credível, o autor tem o cuidado de precisar que, em primeiro lugar, a face exterior do evento não é inútil, pois a ação é constituída pela união das faces interna e externa de um evento; e, em segundo, o pensamento do passado deve ser entendido numa aceção mais ampla do que o pensamento racional, pois abrange todo o campo das intenções e das motivações.

<sup>301</sup> A noção de prova documental (*evidence*) abre caminho à distinção entre a faceta interior e exterior do acontecimento histórico: marca a distinção entre história e ciência Natural e confere à primeira o estatuto de única ciência do conhecimento do homem.

<sup>302</sup> Para evitar que o *reenactement* seja mal entendido como uma intuição, a passagem da noção de interior de um acontecimento, tido por um pensamento, à de *reconstituição* do passado na mente do historiador faz-se por intermédio da imaginação histórica, atividade mediadora do *repensar*. A imaginação assinala a especificidade da ligação do pensamento histórico ao passado enquanto tal. O pensamento histórico existe em relação a eventos e condições não perceptíveis aqui e agora, que só quando deixam de ser perceptíveis é que se tornam objetos do pensamento histórico. De resto, esta é uma das mais audaciosas e produtivas meditações do autor, o qual começa por afirmar que o *reenactement* deve ser entendido como um *repensar* e não como um *reviver*, justamente porque não é, de modo algum, uma intuição. O passado não é nunca um facto que se possa apreender empiricamente através da percepção. O conhecimento do passado é mediato ou indireto, nunca empírico. Além disso, o historiador é a sua própria fonte e autoridade, nenhum conhecimento do passado se apoia em testemunhos orais ou escritos, porque não oferecem mais do que uma fraca crença tocada de improbabilidade. Rejeitado um conhecimento imediato e testemunhal dos factos do passado, de que modo pode o historiador aceder ao ocorrido? – questiona-se Collingwood. «The historian must re-enact the past in his own mind» (1946: 282). Para conhecer o significado de determinado documento do passado, o historiador deve descobrir o pensamento implícito, e isso exige repensá-lo: «to discover what this thought was, the historian must think it again for himself» (ibid.: 283). De facto, o que se procura transpor para o presente é o significado histórico de um acontecimento ou documento, pelo que o historiador deve *reconstituir* na sua mente as motivações passadas na mente do autor de determinada ação; discerne os pensamentos que procura descobrir repensando-os no seu próprio espírito. A história do pensamento – e consequentemente toda a história – é a *reconstituição* do pensamento passado no próprio espírito do historiador. Não a *reconstituição* de um objeto de possível percepção, uma vez que já não existe, mas um objeto passível de se tornar, através da imaginação histórica, um objeto do nosso pensamento presente.

da imaginação realizem a *reconstituição* (*reenactment*) do passado. É precisamente esta última fase, tida como “telos” de todo um processo, que começa na interpretação documental e passa pelas construções da imaginação, que dá corpo à conceção identitária da história.

A conceção identitária da história começa a desenhar-se no momento em que Collingwood, para marcar a diferença entre a imaginação histórica e a imaginação ficcional, coloca a primeira no contexto do *reenactement*, declarando a *reconstituição* histórica como numericamente idêntica ao primeiro pensamento. Remontamos esse caminho intelectual, começando por definir o papel da chamada *imaginação a priori* na atividade de construção histórica.

Tal como a imaginação do romancista ou do artista em geral, a imaginação do historiador é apriorística, quer isto dizer que o historiador interpola entre as informações que extrai das provas documentais outras afirmações implícitas, método este designado de construtivo pelo autor inglês<sup>303</sup>. Este ato de interpolação, apriorístico e imaginativo, designa Collingwood de *imaginação a priori*:

[...] É esta ação [*imaginação a priori*] que, preenchendo as lacunas entre os elementos que nos são fornecidos pelas fontes, dá continuidade à narrativa ou descrição histórica. Que o historiador deve servir-se da imaginação, isso é um lugar-comum [...]. É ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a sua forma apriorística, executa o trabalho da construção histórica [Collingwood 2001: 252].

Collingwood acrescenta ainda que a *imaginação a priori*, para além de executar a construção histórica, fornece também os meios necessários para a crítica histórica, porque

[...] se enchêssemos a narração dos feitos de César com pormenores tão extravagantes como os nomes das pessoas que encontrou pelo caminho, e aquilo que lhes disse, a construção seria arbitrária; seria, de facto, a espécie de construção que é feita por um romancista histórico. Todavia, se a nossa construção não implica nada que não seja exigido pela evidência [prova documental], é uma legítima construção histórica, pertencente a uma espécie sem a qual não poderia haver história [Collingwood 2001: 252].

---

<sup>303</sup> «[...] As fontes dizem-nos que, num dia, César estava em Roma e, num outro dia, estava na Gália; não nos dizem nada sobre a sua viagem de um lugar para o outro, mas interpolamos isto com uma consciência perfeitamente clara» (Collingwood 2001: 252).

O que passa a fazer parte do quadro imaginário que o historiador dá do passado não é aceite passivamente pela imaginação do historiador mas exigido ativamente por ela própria, ou seja, o produto da imaginação não é arbitrário. Muito embora neste ponto o historiador e o romancista estejam de acordo, a verdade é que o historiador tem uma dupla tarefa: deve construir um quadro imaginário coerente e dotado de sentido, como o do romancista, mas mais do que disso, o quadro do historiador deve ter veracidade.

Como obras da imaginação, o trabalho do historiador e o do romancista não diferem. Só divergem neste ponto: o quadro do historiador deve ter veracidade. O romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido. O historiador tem uma dupla tarefa: tem de fazer isto e tem de construir também um quadro das coisas, tal como elas eram realmente, e dos acontecimentos, tal como eles ocorreram realmente [ibid.].

Esta exigência de veracidade obriga o historiador a obedecer a três ditames metodológicos dos quais estão livres o romancista e qualquer outro artista. O quadro do historiador tem de estar situado no espaço e no tempo, ao passo que o do artista pode estar referido a um lugar e a um tempo meramente ficcionais. A história está obrigada a ser coerente consigo própria; logo, tudo nela tem de estar referido ao único mundo histórico existente. Mas o mais significativo é que o quadro do historiador está relacionado especialmente com as provas documentais e é esta relação que lhe confere veracidade. Uma afirmação histórica é verdadeira se puder ser *comprovada*, caso contrário, em termos históricos, a verdade deixa de ser válida. O historiador crítico tem de justificar as fontes usadas na sua construção e estas só merecem crédito na medida em que são justificadas, por isso exigem ser depuradas de qualquer espécie de erro ou falsificação e esta depuração faz-se verificando se o quadro do passado para o qual a evidência conduz o historiador é um quadro coerente e dotado de sentido<sup>304</sup>.

---

<sup>304</sup> Sublinhe-se: as provas não são material prefabricado, destinado a ser tomado acriticamente pelo historiador. Prova é tudo aquilo que o historiador pode usar como prova e tem de ser alguma coisa perceptível por ele aqui e agora. Todo o mundo perceptível é potencialmente uma prova, cabe ao historiador descobrir-lhe alguma validade a partir do seu próprio conhecimento histórico que, quanto mais alargado for, mais possibilidade dá à prova de se constituir enquanto tal. «A prova só é prova, quando alguém a observa historicamente. De outro modo, não passa de um facto meramente percebido, historicamente mudo» [Collingwood, 2001, 257]. Este raciocínio leva Collingwood a sustentar que «o conhecimento histórico só pode desenvolver-se a partir de conhecimento histórico; por outras palavras, o pensamento histórico é uma atividade original e fundamental do espírito humano ou [...em termos cartesianos] a ideia de passado é uma ideia “inata”» (Collingwood 2001: 257).

Ainda assim, estes três ditames são insuficientes para satisfazer a pretensão à verdade das construções históricas; é fácil concluir que o quadro ou a pintura imaginária do passado é *outra* diferente do passado.

O historiador, ainda que trabalhe muito tempo e com rigor, não pode nunca dizer que o seu trabalho – mesmo sob a forma de simples esboço, ou neste ou naquele mínimo pormenor – é definitivo. Não pode nunca dizer que o seu quadro do passado se adequa, em qualquer ponto, à sua ideia daquilo que ele devia ter sido [ibid.: 259].

Para que seja a *mesma*, é imperioso que o “quadro do passado” seja numericamente idêntico ao passado. Por conseguinte, repensar tem de ser uma forma de anular a distância temporal. Esta anulação constitui o cerne filosófico do *reenactment*.

O tema é aflorado, genericamente, na primeira secção – consignada ao estudo da relação entre “natureza humana e história humana” – sob a declaração de que os pensamentos são, num sentido, «acontecimentos que ocorrem no tempo»; mas, porque a única forma do historiador os distinguir é repensando-os para si próprio, há um outro sentido, segundo o qual «não se localizam no tempo» (ibid.: 232). Só na natureza o passado é separado do presente, pois, num processo natural, o passado é um tempo ultrapassado e morto; na natureza os instantes morrem e são substituídos por outros, mas um mesmo acontecimento, conhecido historicamente, tem a faculdade de sobreviver no presente. Por exemplo, a Constituição republicana de Roma e as modificações que nela Augusto introduziu é um objeto eterno como o triângulo retângulo ou o quadrado da hipotenusa de Pitágoras.

Trata-se de um objeto eterno, porque pode ser apreendido pelo pensamento histórico, em qualquer altura. O tempo não exerce qualquer influência sobre ele [...]. A particularidade que o torna histórico não é o facto de acontecer no tempo, mas o facto de se tornar conhecido em relação a nós, por repensarmos o mesmo pensamento que gerou a situação que investigamos, chegando assim a compreender essa situação [ibid.: 232].

Partindo deste pressuposto acerca da sobrevivência e da imunidade do objeto no tempo, justifica-se a fórmula chave: «O conhecimento histórico é o conhecimento daquilo que o espírito realizou no passado e, ao mesmo tempo, é a reconstituição disto, a perpetuação de ações passadas, no presente» (ibid.: 218).

Por conseguinte, nada do passado sobrevive fora da reconstituição (“reenactment”). O que tem sentido é a posse atual da atividade do passado. Foi preciso que o passado deixasse uma marca ou vestígio intemporal para que o

historiador, como herdeiro, pudesse *reconstituir* os pensamentos passados. O paradoxo reside na marca intemporal: uma marca só se torna marca do passado no momento em que o seu caráter de passado é anulado pelo ato intemporal de repensar o acontecimento. Comenta Ricœur: «La réefetuation, ainsi comprise, donne au paradoxe de la trace une solution *identitaire*, le phénomène de la marque, de l’empreinte, et celui de sa perpétuation étant purement et simplement renvoyés à la connaissance naturelle» (TR III, 262).

No entanto, é na seção dedicada exclusivamente ao tema da “história como reconstituição da experiência passada” (2001, 288-305), que Collingwood desenvolve e aprofunda a questão da identidade. Para precaver qualquer laivo de ambiguidade que possam imputar à sua tese, o autor sujeita-a ao confronto com duas hipotéticas objeções. *Reconstruir* ou *repensar* um pensamento pode significar duas coisas: *ou* representar um ato de pensamento semelhante ao primeiro *ou* representar um ato literalmente idêntico ao primeiro. A primeira objeção implica que o historiador trate apenas de cópias de pensamentos passados e não dos próprios pensamentos passados; a segunda, que o historiador não pode nunca repensar um pensamento passado, uma vez que o ato de pensar representa uma experiência única, e nenhuma experiência pode ser literalmente idêntica a outra. Collingwood argumenta que um ato de pensamento não é uma mera experiência idêntica aos sentimentos e às sensações porque, embora ocorra num tempo específico e no contexto de outros atos de pensamento, emoções, sensações, apresenta a característica de ser capaz de sobreviver a uma alteração de contexto e de reviver num contexto diferente. Tomemos o seguinte exemplo: se eu agora repensar um pensamento de Platão, é o meu ato idêntico ao de Platão ou diferente do dele? Se não for idêntico, o meu suposto conhecimento de filosofia de Platão é falso; mas se não for diferente, o meu conhecimento da filosofia platônica implica o esquecimento da que me é própria. O que é preciso para que eu conheça a filosofia de Platão é, simultaneamente, repensá-la no meu próprio espírito e também pensar outras coisas à luz das quais a posso julgar. Consideradas como experiências imediatas que são, organicamente unidas ao corpo da experiência de que resultam, o meu pensamento e o de Platão são diferentes. Todavia, na sua mediação, são o mesmo. E acrescenta: se ler no *Teeteto* a argumentação de Platão contra a opinião de que o conhecimento não passa de sensação, não sei que doutrinas filosóficas ele ataca; pelo que me seria impossível expor essas doutrinas e dizer detalhadamente quem as defendeu e com base em que argumentos. Na sua qualidade de fenômeno imediato – experiência concreta e singular do próprio Platão – a sua argumentação formou-se indubitavelmente a partir de uma discussão à qual esteve intimamente ligado e que se desconhece. No entanto, para ir além da leitura da sua argumentação e



tentar compreendê-la – seguindo-a no espírito e rediscutindo-a – o processo de argumentação que se percorre não é meramente semelhante ao de Platão, é, tanto quanto foi apreendido, exatamente o do próprio Platão. A argumentação em si, partindo destas premissas e conduzindo por este processo a esta conclusão, a argumentação tal qual se pode desenvolver tanto no espírito de Platão como no de qualquer outra pessoa, constitui o que se designa por pensamento na sua mediação. Ele existiu no espírito de Platão num contexto específico de discussão e teoria; e no espírito de outrem, porque desconhece o contexto original, existe num contexto diferente. Porque se trata de um pensamento e não de um mero sentimento ou sensação, pode existir em ambos estes contextos sem perder a sua identidade, embora não pudesse de modo algum existir sem um contexto apropriado.

A tese profundamente idealista de Collingwood suscita várias objeções a Paul Ricœur. Por um lado, *dizer que o historiador apenas conhece o seu próprio pensamento sobre o passado equivale a dizer que ignora o passado*. Por outro, afirmar que a história só faz sentido se o historiador tiver consciência de que *reconstitui* um ato que não é seu significa admitir a alteridade. E Collingwood até argumenta em favor da capacidade do pensamento de se distanciar de si próprio, só que este distanciamento não equivale nunca à distância entre o próprio e o outro. Daí a crítica de Ricœur: «Toute l'entreprise de Collingwood se brise sur l'impossibilité de passer de la pensée du passé comme *mien* à la pensée du passé comme *autre*. L'identité de la réflexion ne saurait rendre compte de l'altérité de la répétition (Ricœur, *TR* III, 263).

Ricœur critica ainda a pressuposta transparência da consciência, que leva a aceitar que *reconstituir* um pensamento equivale a *repensá-lo*, ignorando a opacidade do ato original do passado e do ato reflexivo do presente. O ato original do passado nunca pode ser totalmente reconstituído num ato reflexivo do presente, pela razão de que nenhuma consciência é totalmente transparente a si própria ou capaz de reflexão total. Por outro lado, toda a *reconstituição*, como indica o prefixo “re”, implica a alteridade da repetição e como tal não pode anular a distância temporal. Poderíamos nós continuar a designar de *recreação* um ato que em nada difere da criação original?<sup>305</sup>

---

<sup>305</sup> «Que deviennent les notions de processus, d'acquisition, d'incorporation, de développement et même de critique, si le caractère événementiel de l'acte de réeffectuation lui-même est aboli? Comment appeler encore récréation un acte qui abolit sa propre différence par rapport à la création originale?» (Ricœur, *TR* III, 263).

Esta anulação da distância temporal decorre da decomposição da ação em exterior (movimento físico) e interior (pensamento), que dá origem à subdivisão do tempo histórico em duas noções que o negam: de um lado, a mudança, onde uma ocorrência dá lugar a outra – é o tempo inerente aos processos naturais, próprios dos eventos das ciências da natureza; do outro, a intemporalidade do ato de pensar – é o tempo dos processos históricos, próprios dos problemas humanos visados pelo conhecimento histórico<sup>306</sup>. A crítica incide no facto de se terem eliminado as próprias mediações que faziam do tempo histórico um misto entre mudança temporal e intemporalidade do ato de pensar. Estas mediações que constituem o tempo histórico ficaram de fora do âmbito do Mesmo e a sua denegação implica a negação radical da história.

Estas imprecisões e aporias da análise de Collingwood impossibilitam que o passado possa ser pensado exclusivamente sob o grande género do Mesmo, por isso Ricœur volta-se para o género do Outro, de molde a testar as suas potencialidades para resolver o enigma ontológico do traço do passado.

## **ii) Sob o signo do Outro: Dilthey (o outro), Veyne (a diferença), De Certeau (o afastamento)**

Sob o signo do Outro, sobressai a ontologia negativa do passado, que se opõe à teoria identitária de passado e presente<sup>307</sup>. Contrapondo-se a Collingwood, muitos historiadores veem na história um testemunho da alteridade, uma restituição da distância temporal, mesmo uma apologia da diferença, levada até ao extremo do exotismo temporal. Todavia, não foram muitos os pensadores que ousaram desenvolver teoricamente esta preponderância do Outro no pensamento da história – reconhece Ricœur (*TR* III, 264). Ainda assim, é possível isolar umas quantas tentativas que partilham esta tendência, apresentando-as por ordem crescente de radicalidade.

No desejo de restituir o sentido do distanciamento temporal contra a tentação da empatia, assume papel preponderante a ideia de investigação, oposta

---

<sup>306</sup> «A história não é [...] uma narração de acontecimentos sucessivos ou um relato de transformações. Ao contrário do cientista que estuda a natureza, o historiador não tem nada a ver com os eventos como tais. Só lhe dizem respeito os eventos que são expressão externa de pensamentos, e só na medida em que exprimem pensamentos» (Collingwood 2001: 232).

<sup>307</sup> «Se, sob o signo do Mesmo, a alteridade era reabsorvida na pura ipseidade (do) presente, agora é esta que se dilui na pura alteridade do passado» (Teixeira 2004, I: 277).

à reconstituição. A história tende, sob este prisma, a afastar massivamente o passado do presente, provocando um efeito de estranheza e de descentramento. Neste sentido, há historiadores que se tornam numa espécie de “etnólogos dos tempos volvidos”, que repudiam todo o etnocentrismo ocidental da historiografia tradicional. Importa, pois, averiguar em que moldes se deve pensar este distanciamento.

Ricœur volta-se, em primeiro lugar, para a categoria do *Verstehen* (compreensão) da tradição alemã, onde a compreensão de *outrem* funciona como analogia da compreensão histórica. Para expor esta conceção o autor evoca Dilthey: o primeiro que ambicionou fundar todas as ciências do espírito, incluindo a história, sobre a capacidade que tem o espírito de se fazer transportar pela vida psíquica alheia, com base em signos que exteriorizam a experiência íntima do outro; pelo facto de a transcendência do passado ter por modelo uma vida psicológica *outra*, exteriorizada numa conduta significativa. Assim, por um lado, supera-se o intervalo entre interioridade e exterioridade; e, por outro, o transporte em imaginação e simpatia para uma vida *outra* supera o intervalo entre o si-próprio e o outro. Este “modelo da amizade” inspirou pensadores da craveira de R. Aron (*Introduction à la philosophie de l’histoire e Dimensions de la conscience historique*) e H. I. Marrou (*De la connaissance historique*). A sua mais-valia reside no facto de não se limitar a pôr em jogo a alteridade, mas, mais do que isso, de juntar o Mesmo ao Outro. O seu defeito advém da abolição da diferença entre o outrem de hoje e o outrem de outrora, o que leva ao esquecimento do paradoxo próprio da distância temporal e à conseqüente elisão da diferença fundamental entre o conhecimento de *outrem* na presença e conhecimento do *passado* na sobrevivência deste no presente.

Também na noção de *diferença* se procurou um equivalente lógico da alteridade do passado histórico relativamente ao presente. Esta presta-se a múltiplas interpretações. Passamos do binómio mesmo-outro ao de idêntico-diferente sem variações sensíveis de sentido para além das contextuais. Não obstante, Ricœur sublinha dois usos distintos da noção de diferença: um uso *lógico* e outro *ontológico*.

O uso lógico pode ser encontrado em Paul Veyne, no seu *Inventaire des différences* (1976), onde o termo *diferença* aparece ligado ao de *individualidade* ou *individualização*, que constitui o polo oposto da *conceptualização* histórica. A individualidade ou individualização tende para o nome próprio (de pessoas, lugares, acontecimentos singulares) e a conceptualização para as abstrações

(guerra, revolução, crise, etc.)<sup>308</sup>. A individualidade aparece como *diferença* porque a conceptualização histórica é uma investigação de *invariantes*, entendendo-se por este termo uma correlação estável entre um pequeno número de variáveis capazes de engendrar as suas próprias modificações ou variantes. O facto histórico seria uma *variante* gerada pela individualização dessas invariantes. Mas uma diferença *lógica* é a mesma coisa que diferença *temporal*? Paul Veyne não tem em consideração a componente temporal do facto histórico. A investigação do longínquo temporal é substituída pela do acontecimento pouco temporal da individualização<sup>309</sup>. Neste caso, a epistemologia do indivíduo parece ofuscar a ontologia do passado. De acordo com Paul Veyne, os factos históricos são estudados sem serem postos num complexo espaço-temporal; a história deixa de estudar o homem no tempo, mas os elementos humanos subsumidos sob conceitos. Então, se a conceptualização de uma invariante permite explicar os acontecimentos, a explicação através de invariantes dispensa a narrativa, na medida em que os acontecimentos, destemporalizados, são individualizados independentemente de serem recentes ou remotos.

A individualização por variação de uma invariante e individuação pelo tempo não são a mesma coisa: a primeira, de cariz lógico, não tem em conta a história de indivíduos singulares (para explicar o casamento da classe camponesa durante o reinado de Luís XIV não se narra o casamento de cada camponês, o casamento desta classe representa uma individualidade ou especificação relativa à problemática ou invariante escolhida: o reinado de Luís XIV); mas a segunda, de cariz ontológico, faz com que o *inventário das diferenças* se afaste da catalogação intemporal e invista em narrativas.

Por esta porta, regressamos ao enigma particular da *distância temporal*: «[...] énigme surdéterminée par l'éloignement axiologique qui nous a rendus étrangers aux mœurs des temps passés, au point que l'altérité du passé par rapport au présent l'emporte sur la survivance du passé dans le présent» (TR III, 268).

A curiosidade sobrepõe-se à simpatia e o estrangeiro torna-se estranho. A diferença própria da alteridade do passado – uma diferença que separa –

---

<sup>308</sup> A conceptualização histórica acentua o efeito de afastamento temporal, pois corta com o ponto de vista, as ignorâncias, as ilusões e toda a linguagem dos homens do passado; afasta-os de nós no tempo. Conceptualizar é adotar o olhar de simples curiosidade do etnólogo.

<sup>309</sup> «Ainsi la conceptualisation d'un invariant permet d'expliquer les événements; en jouant sur les variables, on peut recréer, à partir de l'invariant, la diversité des modifications historiques» (Veyne, apud Ricoeur TR III, 268: nota 1).

sobrepõe-se à diferença lógica da individualização – uma diferença que une. A noção de diferença perde a sua pureza transcendental de “grande género” bem como a sua univocidade, uma vez que a distância temporal pode ser valorizada em dois sentidos opostos, consoante predomine a ética da amizade (Marrou) ou a poesia do afastamento (Veyne).

Por fim, Ricœur convoca Michel de Certeau para este debate<sup>310</sup>. O historiador francês é o que vai mais longe no sentido de uma ontologia negativa do passado (vide Michel de Certeau, *L'opération historique*, in Le Goff et Nora 1974, I: 3-41). No pensamento de Michel de Certeau, a *diferença* surge num sentido diametralmente oposto ao que vimos anteriormente. A apologia da diferença inscreve-se agora no contexto de uma «sociologia da historiografia», no qual não se problematiza mais o *objeto* ou o *método* da história, mas o historiador quanto à sua atividade (fazer história é produzir qualquer coisa) e o *lugar social* da operação histórica<sup>311</sup>. Ora, o seu lugar é o não-dito por excelência da historiografia. A história científica pretende ser produzida a partir de nenhum lugar, como se não precisasse de juiz. No entanto, De Certeau contesta esta ambição, denunciando toda a história com pretensão científica de ser dominada por uma ideologia implícita, que é o desejo de dominar e de transformar o historiador em árbitro do sentido. Resta-nos apurar de que forma esta posição intelectual conduz à teoria do acontecimento como diferença. A mesma crítica ideológica à ambição de domínio que alimenta a historiografia científica pode ser estendida à construção de modelos e à investigação de invariantes. Uma história menos ideológica não se limitaria a construir modelos, mas a dar um significado às diferenças provocadas pelo *afastamento* relativamente aos modelos. Por outras palavras, o estatuto de uma história menos ideológica exige não tanto uma conceção da diferença como variante individualizada de uma inva-

---

<sup>310</sup> Michel de Certeau, menos vezes citado nesta trilogia, verá a sua obra *L'écriture de l'histoire* (1975) ser alvo de amplas e frequentes citações por parte de Ricœur em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, nomeadamente, a propósito da visão tripartida da operação historiográfica e da noção de “o ausente da história”; o autor terá ainda lugar de destaque, como mestre de rigor, ao lado de Foucault e Norbert Elias (*MHO*, 257-261). Dosse (2006) fez um estudo comparativo das teorias defendidas por Ricœur e Michel de Certeau sobre a história. Apesar de em vida raramente terem dialogado, desenvolveram inequívocos pontos de convergência.

<sup>311</sup> «Envisager l'histoire comme une opération, ce sera tenter, sur un mode nécessairement limité, de la comprendre comme le rapport entre une *place* (un recrutement, un milieu, un métier, etc.) et des *procédures* d'analyse (une discipline)» (De Certeau Le Goff et Nora 1974, I: 4).

riante, mas sim a consideração da diferença como *afastamento* e *separação* em relação aos modelos. Ricœur verifica que esta noção de diferença como afastamento até determinado ponto oferece uma melhor aproximação ao acontecimento como “tendo-sido” (TR III, 270). O que Certeau designa de trabalho sobre o limite coloca o acontecimento, na sua qualidade de “tendo-sido”, afastado relativamente ao discurso histórico. Por conseguinte, este sentido da diferença contribui para uma ontologia negativa do passado. O passado é o que falta, é uma “ausência pertinente”.

Apesar de tudo, Ricœur encontra duas insuficiências nesta caracterização do acontecimento histórico. Em primeiro lugar, a noção de afastamento, relativa ao trabalho de sistematização, é tão intemporal como a noção de modificação de uma invariante. O afastamento é sempre em relação a um modelo como uma variante em relação a uma invariante. Depois, não se vê que a *diferença-afastamento* (*différence-écart*) seja mais apta para significar o ter-sido do passado que a diferença-variante – «Le réel au passé reste l'énigme dont la notion de différence-écart, fruit du travail sur la limite, n'offre qu'une sorte de négatif, dépouillé en outre de sa visée proprement temporelle» (TR III, 271).

Não se ignora que a noção de diferença-desvio é um bom antídoto contra leituras totalitárias da história, contra a conceção de um passado substancial ou contra a ideia de representação do passado no sentido reduplicação mental; todavia não se salvaguarda, com esta noção puramente negativa da diferença, o que de positivo parece haver na permanência do passado no presente. É por isso que, após este trabalho de recensão dos teóricos da diferença sob o signo do Outro, nos parece que o enigma da noção de distância temporal continua tão opaco quanto antes. A noção de diferença destemporalizada e relativa a um sistema abstrato é incapaz de exercer a função de “lugar-tenência” ou de “representância” daquilo que, hoje, ausente e morto, outrora foi real e vivo<sup>312</sup>.

### iii) Sob o signo do Análogo: H. White e a teoria dos tropos

Sob o signo do Análogo, Ricœur procura salvar e conciliar os resultados já conseguidos nos dois géneros anteriores por intermédio de uma teoria dos tropos. Apesar de serem incapazes por si sós de dar uma resposta completa à questão do último referente da história, as teorias postas sob os géneros do

---

<sup>312</sup> «Car comment une différence, toujours relative à un système abstrait et elle-même aussi détemporalisée que possible, *tiendrait-elle lieu* de ce qui aujourd'hui absent et mort, autrefois fut réel et vivant?» (Ricoeur, TR III, 271).

Mesmo e do Outro contêm elementos úteis para uma resposta final ao enigma do “real” passado.

Antes mesmo de descobrir a chave de representância ou lugar-tenência que a virtude dialética ou simplesmente didática da série Mesmo-Outro-Análogo lhe permite alcançar para o problema exposto, Ricœur é estimulado por algumas «antecipações veladas desta categorização da relação de lugar-tenência ou de representância em análises anteriores, onde não cessam de aparecer expressões do tipo “tal como” (tal como foi)»<sup>313</sup>. Nesse sentido, a fórmula de Leopold Ranke é paradigmática: define o ideal de objetividade histórica como uma tentativa de “mostrar as coisas *tal como* efetivamente aconteceram” (“wie es eigentlich war”). A expressão não afirma tanto a ambição de atingir o passado *ele-próprio*, sem mediação interpretante, mas mais a obrigação do historiador se despojar das suas preferências, de se apagar, para deixar *falar as coisas*. Sempre que se quer distinguir história de ficção, fala-se da exigência de uma certa conformidade entre a narrativa histórica e o que realmente aconteceu. Todavia, sabemos que qualquer *reconstrução* histórica é necessariamente não coincidente com o curso dos eventos que relata. Muitos historiadores recusam até o termo *representação* para designar o processo de *reconstrução* histórica, para desfazer qualquer equívoco de uma reduplicação da realidade. Simplesmente, uma mudança terminológica não altera em nada o problema da correspondência com o passado. Se a história é uma construção, o historiador não abdica do seu instinto de reconstruir construindo. Quer seja sob o signo da empatia ou da curiosidade, ele é movido pelo desejo de fazer justiça ao passado. Enquanto nosso representante, está incumbido de pagar a nossa impagável *dívida* ao passado. Esta ideia lapidar de dívida para com o passado, que Ricœur vai buscar à reflexão de Michel de Certeau (1975; cf. Ricœur, *TR* III, 283: nota 1), é comum ao pintor e ao historiador: o primeiro procura dar-nos (*rendre*) a paisagem, o outro o curso dos acontecimentos<sup>314</sup>.

Para além do motivo da dívida, um outro impele Ricœur a entrar no género do Análogo: verificar até que ponto uma teoria dos tropos não poderá revezar a articulação conceptual da representância, no ponto em que foi deixada na análise das teorias anteriores. Apesar de o género do Análogo não vir contemplado nas listas platónicas dos “grandes géneros”, ele surge na *Retórica* de

---

<sup>313</sup> «[...] anticipations voilées de cette catégorisation du rapport de lieutenance ou de représentation dans les analyses précédentes, où ne cessent de revenir des expressions de la forme “tel que” (tel que cela fut)» (*TR* III, 272).

<sup>314</sup> «Sous ce terme «rendre», je reconnais le dessein de «rendre son dû» à ce qui est et ce qui fut» (Ricœur, *TR* III, 273).

Aristóteles a título de *metáfora proporcional*, apelidada de *analogia*. Para confirmar a sua hipótese, Ricœur regressa a Hayden White e à sua teoria dos tropos, apresentada em *Metahistory* e em vários artigos publicados entre 1966 e 1976, posteriormente compilados em *Tropics of Discourse*<sup>315</sup>.

Este recurso à tropologia é exigido pela estrutura peculiar do discurso histórico em contraste com a simples ficção. O discurso histórico é fiel quer às constrações impostas pelo *tipo* de intriga privilegiado quer ao próprio passado e aos seus documentos. O trabalho do historiador consiste em fazer da estrutura narrativa um *modelo*, um *icone* capaz de *representar* o passado, mas como é que a tropologia consegue responder a este desafio de ser fiel ao passado expresso nos documentos? Responde White que a base da coerência e da consistência de uma obra histórica – que lhe conferem atributos estilísticos distintivos – é de natureza poética, especificamente linguística e «para que um determinado domínio possa ser interpretado, primeiro tem de ser construído como terreno habitado por figuras discerníveis» (White 1992: 39).

Antes mesmo de configurar conceptualmente os acontecimentos do passado transmitidos pelos documentos, o historiador deve *prefigurá-los*, isto é, tem de constituir o campo histórico como objeto de perceção mental. Por outras palavras, a função desta operação poética consiste em desenhar no campo histórico itinerários possíveis e assim conferir um primeiro contorno aos possíveis objetos de conhecimento<sup>316</sup>. Logo, o historiador encara o campo histórico mais ou menos como um gramático encara uma nova língua. Deve construir um protocolo linguístico completo, com dimensões lexical, gramatical, sintática e semântica, do qual se servirá quer para caracterizar o campo histórico e seus elementos com termos próprios (e não com os termos com que vêm qualificados nos próprios documentos) quer para preparar os ditos elementos para a explicação e para a representação que deles dará a sua narração. Devido à sua

<sup>315</sup> Esta obra, que reúne alguns dos artigos mais marcantes de Hayden White, foi publicada em 1978. Nós usamos a edição de 1985. Daremos particular atenção ao artigo «The historical text as literary artifact» (White 1985: 81-100).

<sup>316</sup> «Para figurar-se “lo que *realmente* ocurrió” en el pasado, por lo tanto, el historiador tiene que *prefigurar* como posible objeto de conocimiento todo el conjunto de sucesos registrado en los documentos. Este ato prefigurativo es *poético* en la medida en que es precognoscitivo y precrítico en la economía de la propia conciencia del historiador. También es poético en la medida en que es constitutivo de la estructura que posteriormente será imaginada en el modelo verbal ofrecido por el historiador como representación y explicación de “lo que ocurrió *realmente*” en el pasado [...] En el ato poético que precede al análisis formal del campo, el historiador a la vez crea el objeto de su análisis y predetermina la modalidad de las estrategias conceptuales que usará para explicarlo» (White 1992: 40).



natureza prefigurativa, trata-se de um protocolo linguístico preconceptual, que se pode caracterizar em função do modo tropológico predominante na sua construção. Transcrevemos um passo do autor que resume as principais características que temos vindo a salientar na teoria tropológica.

My own hunch [...] is that in any field of study which, like history, has not yet become disciplinized to the point of constructing a formal terminological system for describing its objects, in the way that physics and chemistry have, it is the types of figurative discourse that dictate the fundamental forms of the data to be studied. This means that the *shape* of the *relationships* which will appear to be inherent in the objects inhabiting the field will in reality have been imposed on the field by the investigator in the very *act of identifying and describing* the objects that he finds there. The implication is that historians *constitute* their subjects as possible objects of narrative representation by the very language they use to *describe* them. And if this is the case, it means that the different kinds of historical interpretations that we have of the same set of events, such as the French Revolution as interpreted by Michelet, Tocqueville, Taine, and others, are little more than projections of the linguistic protocols that these historians used to *pre-figure* that set of events prior to writing their narratives of it. It is only a hypothesis, but it seems possible that the conviction of the historian that he has “found” the form of his narrative in the events themselves, rather than imposed it upon them, in the way the poet does, is a result of a certain lack of linguistic self-consciousness which obscures the extent to which descriptions of events *already* constitute interpretations of their nature. As thus envisaged, the difference between Michelet’s and Tocqueville’s accounts of the Revolution does not reside only in the fact that the former emplotted his story in the modality of a Romance and the latter his in the modality of Tragedy; it resides as well in the tropological mode – metaphorical and metonymic, respectively – with each brought to his apprehension of the facts as they appeared in the documents [White 1985: 95].

Ricœur reage a esta teoria de White dizendo que se visa, de facto, o que realmente aconteceu no passado, mas é paradoxal que não se possa descrever este anterior a qualquer narrativa senão prefigurando-o (TR III, 275)<sup>317</sup>.

---

<sup>317</sup> A prefiguração de Hayden White nada tem que ver com a que é teorizada por Ricœur no quadro da *mimesis* I; trata-se de uma operação linguística que se desenrola ao nível da massa documental ainda indiscriminada. No artigo «The historical text as literary artifact», White é bem específico: [...] the only instruments that the [historian] has for endowing his data with meaning, of rendering the strange familiar, and of rendering the mysterious past comprehensible, are the techniques of *figurative* language. All historical narratives presuppose figurative characterizations of the events they purport to represent and explain. And this means that historical narratives, considered purely as verbal artifacts, can be characterized

O trabalho de prefiguração aproveita a variedade de figuras do discurso oferecida pelos quatro tropos fundamentais da retórica clássica: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia<sup>318</sup>. Estes tropos permitem a caracterização de objetos em distintos tipos de discurso indireto ou figurativo. A equívocidade própria a cada tropo e a multiplicidade de figuras que oferecem ajudam a preservar a riqueza de sentido do objeto histórico. Dos quatro, o primeiro – a metáfora – é o que tem maior poder representativo. Porém, White parece querer afirmar que os restantes tropos, apesar de serem diferentes, são variantes da metáfora e servem para corrigir a ingenuidade da metáfora, levada a ter por adequada a semelhança afirmada (*My love, a rose*)<sup>319</sup>. A metonímia, por exemplo, tomando o continente pelo conteúdo ou vice-versa, tende a fazer de um fator histórico a simples manifestação do outro. Apenas o percurso completo da apreensão mais *naive* (metáfora) até à mais reflexiva (ironia) permite falar de uma estrutura topológica da consciência. A teoria dos tropos, devido ao seu caráter linguístico, pode integrar-se no quadro das modalidades da imaginação histórica, mas não pode integrar os seus modos propriamente explicativos. Nesse sentido, podemos dizer que ela constitui a estrutura profunda da imaginação histórica<sup>320</sup>.

---

by the mode of figurative discourse in which they are cast. If this is the case, then it may well be that the kind of emplotment that the historian decides to use to give meaning to a set of historical events is dictated by the dominant figurative mode of the language he has used to *describe* the elements of his account *prior* to his composition of a narrative (1985: 94).

<sup>318</sup> «Pero el número de estrategias explicatorias posibles no es infinito. Hay, en realidad, cuatro tipos principales, que corresponden a los cuatro tropos principales del lenguaje poético. [...] En suma, la teoría de los tropos nos proporciona una base para clasificar las formas estructurales profundas de la imaginación histórica en determinado periodo de su evolución» (White 1992: 40).

<sup>319</sup> «La ironía, la metonimia y la sinédoque son tipos de metáfora, pero difieren entre sí en los tipos de *reducciones* o de *integraciones* que efectúan en el nivel literal de sus significados y por los tipos de iluminaciones a que apuntan en el nivel figurativo. La metáfora es esencialmente *representativa*, la metonimia es *reduccionista*, la sinédoque es *integrativa* y la ironía es *negativa*» (White 1992: 43). Vide, etiam, White 1985: 91.

<sup>320</sup> «La teoría de los tropos proporciona un modo de caracterizar los modos dominantes del pensamiento histórico que tomaron forma en Europa en el siglo XIX. Y como base para una teoría general del lenguaje poético, me permite caracterizar la estructura profunda de la imaginación histórica de ese periodo considerado como un proceso de ciclo cerrado. Porque cada uno de los modos puede ser visto como una fase, o momento, dentro de una tradición de discurso que evoluciona a partir de lo metafórico, pasando por comprensiones metonímica y sinecdóquica del mundo histórico, hasta una aprehensión irónica del irreductible relativismo de todo conocimiento» (White 1992: 47).

Esta grelha tropológica da consciência representa um enorme benefício para a ambição representativa da história, porque a retórica governa a descrição do campo histórico do mesmo modo que a lógica governa a argumentação com valor explicativo, tal como tivemos oportunidade de ver na discussão em torno de explicação e compreensão. O historiador constitui, virtualmente, o assunto do discurso através da figuração. A lógica ajuda a encontrar o tipo de intriga (romântico, trágico, cómico, satírico); mas a tropologia ajuda a apreender, a conferir uma forma mental (“forma mentis”), ao conjunto dos acontecimentos que a história, enquanto sistema de signos, tenta descrever. A prefiguração tropológica é mais específica e a explicação através da composição da intriga (“*emplotment*”) mais genérica. Esta repartição entre retórica dos tropos e lógica dos modos de explicação (por composição da intriga, por argumentação e por implicação ideológica) é equivalente à distinção mais básica entre facto (informação) e interpretação (explicação).

Não obstante, o valor icónico da representação do passado não pode ser confundido com um modelo à escala, do tipo das cartas topográficas, pois não há original com o qual possa ser comparado; é precisamente a estranheza do original, tal como os documentos o fazem aparecer, que suscita o esforço da história para prefigurar o estilo<sup>321</sup>. Por isso, não há nenhuma relação de reprodução, de reduplicação ou de equivalência entre uma narrativa e uma série de acontecimentos. O que existe é uma relação metafórica: o leitor é orientado para o tipo de figura que assemelha os acontecimentos narrados a uma forma narrativa que nos é culturalmente familiar. A metáfora não reproduz ou descreve uma coisa, ela funciona como símbolo: «[The metaphor] *tell us what images to look for in our culturally encoded experience in order to determine how we should feel about the thing represented*» (White 1985: 91). O mesmo se pode dizer das narrativas históricas: «They succeed in endowing sets of past events with meanings [...] by exploiting the metaphorical similarities between sets of real events and the conventional structures of our fictions» (ibid.).

Face às análises «subtis e muitas vezes obscuras» de Hayden White, Ricœur (*TR III*, 278) não hesita em reconhecer o seu prestimoso contributo

---

<sup>321</sup> «This is what leads me to think that historical narratives are not only models of past events and processes, but also metaphorical statements which suggest a relation of similitude between such events and processes and the story types that we conventionally use to endow the events of our lives with culturally sanctioned meanings. Viewed in a purely formal way, a historical narrative is not only a *reproduction* of the events reported in it, but also a *complex of symbols* which gives us directions for finding an *icon* of the structure of those events in our literary tradition» (White 1985: 88).

para a exploração do terceiro momento dialético da ideia de lugar-tenência ou de representância, através do qual o autor francês tenta explicar a relação entre a historiografia e o passado por ela visado. De um modo geral, podemos dizer que a proposta de White consiste na afirmação de que as coisas devem ter-se passado *como* é dito (à imagem do que é dito) na narrativa presente; ou seja, através dos tropos, é possível trazer para o texto o *ser-cómo* do acontecimento histórico. Ao propor a mediação da topologia para o emparelhamento de uma determinada estrutura convencional de ficção com um determinado curso de acontecimentos, White confere credibilidade à sugestão ricœuriana de que a referência à realidade do passado deve passar sucessivamente pela grelha do Mesmo, do Outro e do Análogo. E, assim sendo, a análise topológica dá fundamento à categoria do Análogo: «L'analyse topologique est l'explication cherchée de la catégorie de l'Analogue. Elle ne dit qu'une chose: les choses ont dû se passer *comme* il est dit dans le récit que voici; grâce à la grille topologique, l'*être-cómo* de l'événement passé est porté au langage» (Ricœur, *TR* III, 279).

É, pois, o cruzamento da teoria topológica de White com a tese da referência e da redescrição metafórica desenvolvida por Ricœur em *A metáfora viva* que possibilita a formulação da representância.

De modo a preservar a fronteira entre história e ficção, o recurso à topologia não pode ser separado do contexto dos outros dois géneros e muito menos do específico constrangimento historiográfico exercido sobre o discurso pelo *face-a-face* do *ter-sido* do acontecimento passado. Também a tónica no procedimento retórico não pode acarretar o ocultamento da intencionalidade que *atravessa* a trópica do discurso em direção aos acontecimentos passados (*TR* III, 279). O passado é sempre a referência. Por isso, o historiador deve estar atento às incitações que o passado não cessa de lhe fazer para reescrever, corrigindo, a história. Por outras palavras, *uma certa arbitrariedade topológica não pode fazer esquecer o tipo de constrição que o acontecimento exerce sobre o discurso histórico, através dos documentos conhecidos, exigindo deste uma retificação sem fim*. Neste sentido, a relação entre história e ficção é de facto muito complexa, porquanto se entrecruzam mas não se identificam. Apesar disso, há que renunciar a dois preconceitos acrílicos para os quais White chamou corretamente à atenção. Em primeiro lugar, a linguagem do historiador nunca é totalmente transparente e capaz de deixar falar os factos por eles mesmos, estará sempre contaminada com *as figuras da poesia*. Em segundo lugar, é igualmente errado pensar que a literatura de imaginação, porque se socorre constantemente da ficção, não tem nada que ver com a realidade. Ambas procuram oferecer uma imagem verbal da realidade.

A expressão de Ranke “os factos *tais como* se passaram *realmente*” permite-nos perceber o papel da tropologia como articuladora interna da noção de representância. Ricœur, apoiado em White, sustenta que na interpretação “analógica” da função de lugar-tenência ou de representância, o *realmente* só pode ser significado pelo *tal como*. Isto é possível porque o *como* funciona não apenas de forma retórica mas também ontológica, como já propunha Ricœur em *La métaphore vive* (273-399). Através do enfoque de um *ser-como* correlativo de um *ver-como*, que resume o trabalho da metáfora no plano da linguagem, a metáfora revela um alcance referencial, veículo de uma pretensão ontológica<sup>322</sup>. Quer isto dizer que o próprio ser é metaforizado sob as espécies do *ser-como*, para que a metáfora assuma uma função ontológica compatível com o seu caráter vivo (*metáfora viva*) no plano linguístico, ou seja, a sua capacidade de aumentar a polissemia inicial das palavras com a instauração de uma nova pertinência semântica:

L'être-même doit être métaphorisé sous les espèces de l'être-comme..., si l'on doit pouvoir attribuer à la métaphore une fonction ontologique qui ne contredise pas le caractère vif de la métaphore au plan linguistique, c'est-à-dire sa puissance d'augmenter la polysémie initiale de nos mots. La correspondance entre le voir-comme et l'être-comme satisfait à cette exigence [Ricœur, *TR* III, 281].

---

<sup>322</sup> No 7.º estudo de *A metáfora viva*, onde se reflete acerca de «Metáfora e referência», Ricœur defende basicamente o seguinte: tal como o sentido metafórico resulta da emergência de uma nova pertinência semântica sobre as ruínas da pertinência semântica literal, do mesmo modo, a referência metafórica procede da dissolução da referência literal. Esta tese de teor retórico tem um alcance ontológico. Ricœur faz corresponder ao “ver-como” do enunciado metafórico um “ser-como” extralinguístico revelado pela linguagem poética. O “ser-como” faz justiça às realidades inacessíveis da linguagem ordinária, direta e literal e, neste sentido, a poesia deteta o que a prosa não consegue. A analogia funciona, pois, como marca da relação da linguagem com o mundo. Por outro lado, a correlação entre o “ver-como” e o “ser-como” permite a Ricœur combater a tese estruturalista que a linguagem aponta para si própria, admitindo apenas relações imanentes. Contra esta concepção, o autor francês vê na linguagem poética as virtudes máximas para dizer o segredo das coisas, para *redescrever* o real. Em *Temps et Récit*, Ricœur não renuncia a esta tese, apenas deteta uma lacuna, a ausência de um elo entre a referência metafórica pertencente ao próprio enunciado metafórico e o “ser-como” para o qual tende; este elo é a leitura. Um enunciado em si mesmo não tem capacidade de se referir, precisa de alguém que estabeleça a referência. Essa é a missão do leitor. É ele que capta a nova pertinência semântica e a atualiza como impertinente para o sentido literal. Só o leitor é capaz de estabelecer a correspondência entre um “ser-como” inédito e o “ver-como” suscitado pelo enunciado metafórico, deixado pelo poeta. Finalmente, o real que é redescrito é o que pertence ao mundo do leitor. «C'est le monde du lecteur qui offre le site ontologique des opérations de sens et de référence qu'une conception purement immanentiste du langage voudrait ignorer» (Ricœur, *RF*, 48).

Em suma, podemos dizer que, tal como o historiador, de acordo com a opinião de White, confere um sentido aos factos que apreende vendo-os sob uma determinada forma tropológica, também o poeta que recorre a uma metáfora olha um objeto *como* outra coisa, isto é, procurando contiguidades ou semelhanças entre duas realidades distintas. Nos dois casos, a realidade é sempre um *como-se*. Apenas na ficção este “como-se” é livre; na história está obrigado a justificar-se, a explicar-se.

No contexto de *La métaphore vive*, o poder recreativo da metáfora é intitulado de “redescrição”, agora, o conceito de *redescrição* metafórica dá lugar ao conceito homólogo de *refiguração*, para acentuar o papel da figura e da leitura. A narrativa *refigura* o tempo, constrói uma *figura* (tropo) do tempo que se desdobra por intermédio da leitura. A refiguração do tempo só se efetua ou concretiza no ato de leitura. Mas enquanto o funcionamento retórico e ontológico da metáfora tem uma grande autonomia no quadro da linguagem poética, o mesmo não se pode dizer do Análogo, dependente que está dos outros dois géneros, com os quais se deve articular para dar conta da função essencialmente temporal da representância, de um “ser-come” que, enigmáticamente, é e não é:

Dans la chasse à l’avoir-été, l’analogie n’opère pas isolément, mais en liaison avec l’identité et altérité. Le passé est bien ce qui, d’abord, est à réeffectuer sur le mode identitaire: mais il n’est tel que pour autant qu’il est aussi l’absent de toutes nos constructions. L’Analogie, précisément, retient en lui la force de la réeffectuation et de la mise à distance, dans la mesure où être comme, c’est être et n’être pas [Ricœur, *TR* III, 281].

As vantagens desta tese do Análogo são igualmente válidas para o enigma do traço e para o tema que estudaremos a seguir: a leitura. No caso do traço, a noção de representância justifica-se na medida em que este possui a mesma condição da analogia: significar sem fazer aparecer. Deste modo, a aporia da função de lugar-tenência específica do traço – como algo que *vale para* o passado – fica parcialmente solucionada no “ver-come” do discurso metafórico. Esta articulação é admissível a partir do momento em que a análise da representância – considerada nos seus três momentos do Mesmo, do Outro e do Análogo – acrescenta à problemática da reinscrição do tempo fenomenológico no tempo cosmológico – da qual resulta o tempo histórico – o fenómeno da *distância temporal*. O tempo histórico é também ele um tempo análogo – porque situado entre o tempo universal e o tempo individual – e é garante da distância temporal – sem a qual o passado não é passado. A distância temporal não é acrescentada de fora, mas é ao fim e ao cabo o que o traço como tal

desimplica e faz aparecer. A relação de representância *explicita* a estrutura dialética da travessia do tempo pelo traço, estrutura esta que converte em mediação o próprio espaçamento temporal.

Ricœur tem consciência da incompletude da sua teoria, que considera inacabada porque é abstrata; a abstração resulta da separação do passado da dialética entre futuro, passado e presente. Esta não passa, então, de uma tentativa de melhor pensar o que permanece enigmático na “passeidade” do passado enquanto tal. Analisando-a, sucessivamente, nos âmbitos dos grandes gêneros do Mesmo, do Outro e do Análogo, o filósofo admite que pelo menos preservou o caráter misterioso da *dívida* que o historiador tem para com o passado (cf. *TR* III, 282-283).

#### 1.2.2.2. Mundo do texto e mundo do leitor: leitura e refiguração

Um novo passo em direção ao ponto de entrecruzamento do tempo da história e do tempo da ficção é dado com a busca de uma contrapartida – na área da ficção – do passado “real” da história. Esta seria uma busca vã e insensata se fosse posta nos termos tradicionais da referência, nos quais se entende que só o historiador se refere a algo a que se pode chamar “real”, com base na premissa de que as informações que transmite foram observadas por testemunhas do passado. Por oposição, as personagens do romance são muito simplesmente “irreais” e “irreal” é também a experiência que a ficção descreve. Sob este ponto de vista, sobressai uma assimetria total entre a “realidade do passado” e “a irrealidade da ficção”.

Ora, esta perspectiva já foi posta de parte quando se colocou em causa o conceito de “realidade” aplicado ao passado. De nada vale dizer que os acontecimentos trazidos pelo historiador foram observados por testemunhas; o problema é, justamente, o facto de o ter-sido de um acontecimento ou de uma testemunha não ser observável, apenas memorável, como bem recorda Ricœur: «La passéité d’une observation au passé n’est pas elle-même observable, mais mémorable» (*TR* III, 284).

Para resolver este enigma e para dar conta, precisamente, da ambição das construções da história de serem reconstruções que respondem à solicitação de um *face-a-face*, elaborou-se a noção de representância ou de lugar-tenência. Vimos também como esta solicitação é marcada por um sentimento de dívida, que coloca os homens do presente diante da tarefa de restituir aos homens do passado – aos mortos – o reconhecimento que lhes é devido. A estrutura obrigatoriamente dialética da categoria de representância (reforçada pelo sentimento

de dívida) – a qual implica uma redução ao Mesmo, o reconhecimento da Alteridade e uma apreensão por Analogia – extravasa em larga medida a categoria da referência própria da linguagem da observação e da lógica extensional.

A crítica desta noção ingênua de “realidade do passado” exige que se faça outro tanto relativamente à noção também ela ingênua de “irrealidade da ficção”. A função da ficção, caracterizada como *reveladora* e *transformadora* da prática quotidiana, é paralela à função de representância ou de lugar-tenência. Ela é reveladora porque traz à luz o que na prática quotidiana está dissimulado mas implícito e é transformadora porque examina e gera uma nova realidade. Devido à função reveladora e transformadora da ação do texto, *descobrir* e *inventar* tornam-se indiscerníveis e a noção positivista de referência (tal como a de redescritção) deixa de ter cabimento. Assim, a problemática da refiguração deve libertar-se definitivamente do vocabulário da referência e do referente, ainda em uso n’*A Metáfora Viva* e adotar o de *aplicação*, retirado da obra de Gadamer, *Verdade e Método*.

A aplicação, segundo Gadamer, não é um apêndice moralista ou episódico, acrescentado aleatoriamente à compreensão e à explicação, mas é uma parte orgânica de todo o projeto hermenêutico. H. G. Gadamer inspira-se na distinção estabelecida pelo pietismo da hermenêutica bíblica do séc. XVIII entre três *subtilitates* – *subtilitas comprehendi*, *subtilitas explicandi*, *subtilitas applicandi* – as quais constituíam *em bloco* a interpretação. É num sentido muito próximo deste que Ricoeur fala «do arco hermenêutico que se eleva da *vida*, atravessa a *obra literária* e *retoma à vida*», sendo a *aplicação* (ou a *apropriação*) «o último segmento deste arco integral» (*TR III*, 286)<sup>323</sup>.

Todavia, a aplicação à qual Ricoeur dá o nome de apropriação engendra, no campo da ficção, dificuldades comparáveis às da sua contrapartida (a representância do passado) no campo da historiografia; daí que seja necessário convocar para a cena a leitura enquanto mediadora. Por meio dela, a obra literária completa a sua significação, por isso a leitura está para a ficção como a representância está para a história.

---

<sup>323</sup> Paul Ricoeur dá grande destaque a este assunto num estudo intitulado precisamente «Appropriation», in *Hermeneutics and Human Sciences. Essays on Language, Action and Interpretation*, Paris/Cambridge, 1981, 182-194. Neste estudo, o autor fala da via que um texto segue quando se dirige a alguém, desenvolvendo a partir daí a dialética entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”. O conceito de *apropriação* é pensado não enquanto projeção do sujeito no texto, mas antes como a configuração de identidade do sujeito a partir da apreensão dos mundos propostos pelo texto, mundos estes que são o genuíno objeto da interpretação.



A função da leitura dá continuidade ao assunto deixado em aberto aquando da análise da *mimesis* III. Dizíamos nós, na altura, que o terceiro nível mimético marca a intercessão entre o mundo do texto e o do leitor ou do ouvinte e, logo, a interseção entre o mundo configurado pelo texto e o mundo dentro do qual a ação efetiva se desdobra e desdobra a sua temporalidade específica. Desta interseção provém o valor da obra de ficção. A obra literária tende para fora. O mundo do texto sem a leitura é uma transcendência na imanência. O seu estatuto ontológico fica suspenso, à espera da leitura: «C'est seulement dans la lecture que le dynamisme de configuration achève son parcours. Et c'est au-delà de la lecture, dans l'action effective, instruite par les œuvres reçues, que la configuration du texte se transmute en refiguration» (Ricoeur, *TR* III, 287).

Uma reflexão mais complexa sobre a noção de “mundo do texto” e uma caracterização mais exata do seu estatuto de transcendência na imanência convenceram Ricoeur de que a passagem do texto à vida, da configuração à refiguração, exige «o confronto entre dois mundos, o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor», assumindo-se o fenómeno da leitura como «o mediador necessário da refiguração» (*TR* III, 288).

Uma teoria da leitura parece derivar, em primeira análise, da poética – na medida em que toda a leitura é regulada de antemão pela *composição* da obra –, mas resulta também de outras disciplinas e estratégias persuasivas, como a retórica, já que a *comunicação* ao leitor ou ouvinte assume também um papel preponderante, sendo o objetivo final a persuasão do recetor por parte do escritor. O leitor responde à estratégia de persuasão do escritor, acompanhando a configuração e apropriando-se do mundo do texto. Uma teoria da leitura terá, pois, de contemplar o percurso completo desde o autor, passando pela obra, até ao leitor. Este último é, de facto, o mediador último entre a mimese II e a mimese III, entre configuração e refiguração. Para melhor se compreender esta dialética entre “mundo do texto” e “mundo do leitor”, bipolarizada nos dois extremos do autor e do leitor, Ricoeur empreende uma visita rápida a algumas teorias da leitura que ilustram os três momentos fundamentais: 1) a estratégia do autor que se dirige ao leitor (da poética à retórica); 2) a inserção desta estratégia na configuração literária (a retórica entre o texto e o leitor); 3) a resposta do leitor ou do público (fenomenologia e estética da leitura).

### **i) Da poética à retórica**

Uma teoria da leitura centrada sobre a atividade do autor, nomeadamente, das estratégias levadas a cabo pelo próprio para persuadir o seu público, terá de se inclinar necessariamente para o campo da retórica. Nesse sentido, Ricoeur

parte da obra de Wayne Booth, *The Rhetoric of Fiction* (1961), para refletir sobre as técnicas utilizadas pelo autor a fim de tornar a sua obra comunicável. Não o faz sem previamente esclarecer que a sua análise não faz cedências nem à psicografia nem à autonomia semântica do texto: não perfilha a tese nem do autor real, objeto de biografia, nem a tese estruturalista do texto como semanticamente autônomo, omitindo a ação do autor.

A primeira etapa consiste, então, em fundamentar a inclusão da categoria de *autor implicado* (na e pela obra) numa retórica da ficção. O autor implicado é resultado da dissimulação do autor real e é ele que o leitor descobre nas marcas do texto. A categoria do autor implicado desempenha um papel fundamental numa teoria englobante da leitura, na medida em que o leitor se apercebe da sua presença quando apreende intuitivamente a obra como uma totalidade unificada. Esta unificação da obra deriva não apenas das regras de composição (poética), mas também daqueles artificios e estratégias que fazem do texto a obra de um enunciador (retórica).

Ainda a propósito das estratégias retóricas do autor, Ricœur tece algumas considerações acerca de narrador digno de confiança (*reliable*) e narrador não digno de confiança (*unreliable*). Apenas salientamos algumas. A confiança que o narrador deve conquistar ao leitor e este atribuir-lhe está para a narrativa ficcional como a prova documental está para a historiografia. Porque não possui provas documentais do que narra, o romancista pede ao leitor que confie nele e lhe conceda o direito de comentar ou formular juízos a propósito das situações ou personagens que descreve. Quando o autor introduz (dramatiza) um narrador na sua obra, este goza do mesmo privilégio do autor implicado, de poder aceder, se quiser, ao interior das personagens. Este privilégio faz parte dos poderes retóricos investidos ao autor implicado pelo acordo tácito que se estabelece entre autor e leitor. O caso do narrador indigno de confiança, frequente no romance moderno, é particularmente interessante porquanto ele apela à liberdade e à responsabilidade do leitor:

À la différence du narrateur digne de confiance, qui assure son lecteur qu'il n'entreprend pas le voyage de la lecture avec des vains espoirs et de fausses craintes concernant non seulement les faits rapportés, mais les évaluations explicites ou implicites des personnages, le narrateur indigne de confiance dérègle ces attentes, en laissant le lecteur dans l'incertitude sur le point de savoir où il veut finalement en venir. Ainsi le roman moderne exercera-t-il d'autant mieux sa fonction de critique de la morale conventionnelle, éventuellement sa fonction de provocation et d'insulte, que le narrateur sera plus suspect et l'auteur plus effacé, ces deux ressources de la rhétorique de dissimulation se renforçant mutuellement [TR III, 296].

A literatura moderna requer, pois, um novo tipo de leitor que possa *corresponder* à desconfiança do narrador. Neste ponto, uma retórica centrada sobre o autor, como é a de Wayne Booth, revela os seus limites, na medida em que ela só dá conta da iniciativa de um autor desejoso de comunicar a sua visão dos factos. Falta-lhe a contrapartida dialética, um leitor de um novo género, também ele desconfiado, porque a leitura deixou de ser uma viagem segura na companhia de um narrador digno de confiança, mas transformou-se num combate com o autor implicado.

## ii) A retórica entre texto e leitor

A segunda etapa dá destaque ao ato de composição literária na sua correlação necessária com a leitura (a leitura no texto). A tese que serve de ponto de partida é enunciada por Ricœur nos seguintes termos: «Sans lecteur qui l'accompagne [la configuration] il n'y a point d'acte configurant à l'œuvre dans le texte; et sans lecteur qui se l'approprie, il n'y a point de monde déployé devant le texte» (TR III, 297).

O texto não tem vida própria, o texto existe para a leitura e a leitura é parte intrínseca do texto. Esta ideia essencial de que a leitura faz parte do texto onde está inscrita é corroborada mediante o recurso a M. Charles, *Rhétorique de la Lecture* (1977), que percorre alguns textos literários célebres, onde a leitura surge explicitamente prescrita ou orientada. Os exemplos conduzem a um paradoxo. De um lado, apresenta-se o caso da “leitura no texto”, a leitura imposta ao leitor, já não o leitor manipulado pelo narrador indigno de confiança, mas o aterrizado pelo decreto da predestinação da sua própria leitura. Do outro lado, a perspetiva de uma leitura infinita, que permite uma infinidade de interpretações e deste modo estrutura o texto que a prescreve, restitui à leitura uma inquietante indeterminação. Somos postos, pois, no centro de uma tensão entre constrição e liberdade. Esta situação paradoxal coloca a obra de M. Charles numa posição intermédia no seio das teorias da leitura: a meio caminho entre uma análise centrada sobre o local de origem da estratégia persuasiva (o autor implicado na e pela obra) e uma análise que institui o ato de ler como a suprema instância da leitura (o leitor fora do texto). Daqui resulta que a teoria da leitura resvala da retórica para a fenomenologia ou para a hermenêutica. É que, numa perspetiva puramente retórica, o leitor é, no limite, presa e vítima da estratégia fomentada pelo autor implicado. A fenomenologia faz jus à resposta do leitor.

### iii) Fenomenologia e estética da leitura

Na terceira etapa, Paul Ricœur abandona a perspectiva retórica para pôr a tónica sobre a resposta do leitor às estratégias do autor implicado. Este apelo a uma teoria da leitura que se concentre na resposta do leitor encontra mais eco numa “estética” (no seu sentido etimológico grego de *aisthesis*) do que numa “retórica”. Pretende-se, pois, saber de que formas uma obra *afeta* o leitor, agindo sobre ele. O “ser afetado” contém em si um sentido ativo e outro passivo, que nos autorizam a dizer que a *recepção* do texto é a própria *ação* de o ler.

Do que fica exposto, parece incontornável convocar à colação as maiores autoridades em matéria de recepção do texto literário e fundamentação do estudo de história da literatura; falamos obviamente dos dois autores da chamada escola da Recepção, Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, ambos da Universidade de Konstanz. A sua influência sobre a teoria da literatura, a estética e mesmo os estudos de comunicação, foi determinante no último quartel do século XX. Afastando-se tanto da escola marxista, que reduz a arte a um “reflexo” da sociedade, como da escola formalista americana, que tende a centrar-se exclusivamente sobre a obra de arte como algo absolutamente fechado sobre si próprio, a escola da Recepção acentua os aspetos comunicacionais da obra literária e artística, dando atenção aos efeitos sobre o público e à mutação histórica desses efeitos.

Ricœur recorre aos textos de W. Iser<sup>324</sup> porque sublinham o efeito produzido pela leitura sobre o leitor individual e a sua resposta e recorre aos de Jauss<sup>325</sup> porque enfatizam a resposta do público ao nível das suas expectativas coletivas. A despeito de estas duas estéticas parecerem opostas, na medida em que uma tende para a psicologia fenomenológica e outra para a reformulação da história literária, na verdade, «pressupõem-se mutuamente», assegura Ricœur [TR III, 304]. Por um lado, é através de um processo individual de leitura que o texto revela a sua “estrutura de apelo”; por outro, só porque o leitor participa nas expectativas sedimentadas no público é que ele é considerado um leitor competente. O ato de ler torna-se assim um elo importante da história da rece-

<sup>324</sup> W. Iser, *The implied Reader. Patterns of Communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*, Baltimore/London, 1975, cap. XI, «The Reading Process: a Phenomenological Approach»; idem, *Der Akt des Lesens. Theorie aesthetischer Wirkung*, München, 1976; trad. fr. de Evelyne Sznycer: *L'acte de lecture. Théorie de l'effet esthétique*, Bruxelles, P. Mardaga, 1985.

<sup>325</sup> Hans Robert Jauss, *Literaturgeschichte als Provokation*, Frankfurt, Suhrkamp, 1974. Seguimos a tradução portuguesa: *A literatura como provocação*, Passagens, Lisboa, 2003<sup>2</sup> (trad. e pref. de Teresa Cruz).

ção de uma obra pelo público. Deste modo, justifica-se plenamente a inclusão da fenomenologia do ato de ler na história literária, entretanto renovada pela estética da recepção.

### A) Fenomenologia do ato individual de ler

Ricœur aborda em primeiro lugar a fenomenologia do “ato de ler” *individual*, pois é nesta que a retórica da persuasão encontra o seu primeiro limite, que corresponde à sua primeira réplica. Se a retórica da persuasão se apoia sobre a coerência da estratégia do autor implicado, a fenomenologia apoia-se no carácter inacabado do texto literário, enfatizado a primeira vez por Roman Ingarden<sup>326</sup>.

Para Ingarden, um texto é inacabado, essencialmente, por duas razões: ora porque contém diferentes vistas esquemáticas que o leitor, mediante a sua imaginação, é chamado a concretizar, figurando as personagens e os acontecimentos textualizados na sua mente; ora porque o *mundo* que ele propõe define-se como o correlato intencional de uma sequência de frases, o qual é preciso completar, cabendo ao leitor a tarefa de fazer dele um todo, pois só deste modo o mundo do texto pode ser, de facto, visado. Diversamente do objeto da *percepção*, que preenche intuitivamente as expetativas do sujeito, o objeto *literário* só as pode modificar. Este processo móvel de modificações das expetativas do sujeito constitui a referida *concretização* imaginadora e é o único que faz do texto uma obra, resultando esta por conseguinte da interação entre o autor e o leitor, como bem sublinha Ricœur:

Ce procès mouvant des modifications d’attentes constitue la concrétisation imagée évoquée plus haut. Il consiste à voyager le long du texte, à laisser «somber» dans la mémoire, tout en les abrégant, toutes les modifications effectuées, et à s’ouvrir à de nouvelles attentes en vue de nouvelles modifications. Ce procès seul fait du texte une œuvre. L’œuvre, pourrait-on dire, résulte de l’interaction entre le texte et le lecteur [Ricœur, *TR* III, 305, 306].

W. Iser<sup>327</sup> retoma e dilata estas considerações fenomenológicas com o interessante conceito de “ponto de vista viajante”, que exprime quer o facto de a

---

<sup>326</sup> Roman Ingarden desenvolve este assunto em duas grandes obras: *Das literarische Kunstwerk* (trad. Ingl. *The Literary Work of Art*), Halle, 1931, Tübingen, 1961<sup>2</sup> e *A Cognition of the Literary Work of Art*, Northwestern University Press, 1974.

<sup>327</sup> Paul Ricoeur detém-se, particularmente, no terceiro capítulo de *L’acte de lecture: «Phénoménologie de la lecture*, pp. 245-286.

totalidade do texto nunca poder ser captada de uma só vez, quer o facto de o leitor, colocado dentro do texto literário, “viajar” com ele à medida que progride na leitura.

Há dois traços que marcam a resposta do leitor à retórica da persuasão. Estes traços são os que sublinham o carácter dialético do ato de leitura e os que nos inspiram a falar do trabalho de leitura como se do trabalho do sonho se tratasse.

Quanto às dialéticas que emergem do ato de leitura que trabalha o texto, podemos apontar três. A primeira reflete-se na resposta que a leitura dá à estratégia da decepção, que consiste em frustrar a expectativa criada por uma configuração imediatamente legível, deixando ao leitor a responsabilidade de configurar a obra. Bom exemplo é o *Ulisses* de Joyce e muitos dos romances do período moderno. Nos antípodas do leitor enfasiado por uma obra demasiado didática, que não deixa espaço à imaginação criadora, o leitor do romance moderno corre o risco de sucumbir sob o peso de uma tarefa impossível – suprir a falta de legibilidade maquinada pelo autor, facto este que leva Ricœur a comentar: «La lecture devient ce pique-nique où l’auteur apporte les mots et le lecteur la signification» (TR III, 308).

A primeira dialética, que espelha a leitura como uma espécie de combate, suscita uma segunda, que manifesta a leitura não apenas como uma falta de precisão mas também como um *excesso de sentido*. Todo o texto, mesmo aquele que é sistematicamente fragmentário, «revela-se inesgotável à leitura, como se, pelo seu carácter inelutavelmente seletivo, a leitura revelasse no texto um lado não escrito» (Ricœur, TR III, 308).

É, precisamente, este lado não escrito que a leitura se esforça prioritariamente por *figurar*. Assim sendo, o texto revela-se para a leitura, pela primeira dialética, *defetivo* e, pela segunda, *excessivo*.

A terceira dialética esboça-se no horizonte desta procura de coerência. Se esta procura resultar, o não-familiar torna-se familiar, a ponto de o leitor, sintonizado com a obra, se perder nela, tornando-se a concretização numa ilusão, um julgar que se está a ver. Se, ao invés, esta procura de coerência falhar, o não-familiar continua como tal e o leitor não entra no imaginário da obra. Posto isto, Ricœur define o que entende por uma “boa” leitura: «La “bonne” lecture est donc celle qui tout à la fois admet un certain degré d’illusion [...] et assume le démenti infligé par le surplus de sens, le polysémantisme de l’œuvre, à toutes les tentatives du lecteur pour adhérer au texte et à ses instructions» (TR III, 308).

A “boa” leitura mantém o leitor a uma “boa” distância do texto – distância esta em que a *ilusão* é simultaneamente *irresistível* e *insustentável*, em que

à *desfamiliarização* do leitor corresponde a *despragmatização* do texto e do seu autor implicado. Na verdade, o equilíbrio total entre estes dois impulsos é um trabalho sempre incompleto.

Estas três dialéticas no seu conjunto conferem à leitura um caráter dinâmico e vivo e é nesta base que a teoria estética permite uma interpretação da leitura sensivelmente diferente da que é dada pela retórica da persuasão. Em síntese:

L'auteur qui respecte le plus son lecteur n'est pas celui qui le gratifie au prix plus bas; c'est celui qui lui laisse le plus de champ pour déployer le jeu contrasté qu'on vient de dire. Il n'atteint son lecteur que si, d'une part, il partage avec lui un *répertoire du familier*, quant au genre littéraire, au thème, au contexte social, voire historique; et si, d'autre part, il pratique une *stratégie de défamiliarisation* par rapport à toutes les normes que la lecture croit pouvoir aisément reconnaître et adopter [TR III, 309].

Posto isto, será legítimo admitir que existe no texto sinais de um leitor implicado (identificado com o destinatário virtual da obra e decifrável nas instruções que o texto emite para o leitor real) em correlação perfeita com um autor implicado (decifrável no estilo singular do texto), cada um deles correlatos ficcionais de entidades reais? Ricœur denuncia a falácia da simetria. O autor implicado é um disfarce do autor real, que desaparece ao transformar-se no narrador imanente à obra (voz narrativa); pelo contrário, o leitor real é uma concretização do leitor implicado, alvo da estratégia de persuasão do narrador; face a ele, o leitor implicado permanece virtual enquanto não for atualizado. Ou seja, o processo é inverso, enquanto um pretende dissimular-se, o outro deve aparecer: «Tandis que l'auteur réel s'efface dans l'auteur impliqué, le lecteur impliqué prend corps dans le lecteur réel» (TR III, 311).

É por este último (o leitor real) que se interessa uma fenomenologia do ato de ler. Contrariando crenças demasiado textualistas, que defendem a autonomia semântica do texto, Ricœur salvaguarda a irredutibilidade do leitor real, não o deixando coincidir totalmente com o leitor implicado (efeito variável da *estrutura* do texto). E percebe-se porque é que Ricœur insiste em defender a existência de um leitor real que dá corpo ao leitor virtual, simplesmente porque sem ele não há refiguração da obra, o leitor virtual não é suficiente para refigurar a mensagem que o texto veicula. Autor implicado e leitor implicado são meras categorias literárias compatíveis com a autonomia semântica do texto. São construtos do próprio texto e são correlatos ficcionais de seres reais, mas a fenomenologia do ato de leitura, se quisermos dar toda a amplitude ao tema da *interação*, tem necessidade de um leitor em carne e osso, que, ao efetivar o papel do leitor pré-estruturado no e pelo texto, o transforma.

## B) Hermenêutica da recepção pública de uma obra

A outra face da estética da recepção que Ricœur convoca para o seu estudo é composta pela hermenêutica da recepção *pública* de uma obra, núcleo da *Estética da Recepção* de H. R. Jauss, autor fortemente influenciado por Gadamer. O intuito da sua obra não é o estabelecimento de uma teoria fenomenológica do ato de ler, mas sim a renovação da história da literatura.

A tese principal da *Estética da Recepção* de Jauss, da qual decorrem as restantes, faz assentar o significado de uma obra literária sobre a relação dialógica, que em cada época, ela estabelece com o seu público. Esta tese, que tem pontos de contacto com a de Collingwood – segundo a qual a história é a reconstituição do passado no espírito do historiador – consegue trazer para o perímetro da obra o efeito que a mesma produz ou, para ser mais exato, o sentido que lhe atribuiu o público. Mais do que o efeito atual, é a “história dos efeitos” – expressão central na hermenêutica filosófica de Gadamer – que deve ser considerada; por sua vez, esta exige a restituição do “horizonte de expectativa” (conceito husserliano) da obra literária considerada, ou seja, a restituição de todo um sistema de referências complexamente estruturado por tradições anteriores, concernentes ao género, ao tema, ao grau de oposição existente nos primeiros destinatários entre a linguagem poética e a linguagem corrente. A título de exemplo, seria impossível compreender o sentido da paródia do *D. Quixote* se não pudermos reconstruir todo o sentimento de familiaridade do público da época com os romances de cavalaria e, conseqüentemente, o choque produzido por uma obra que frustra as expectativas do público. Este fenómeno da alteração do horizonte verifica-se com mais frequência em obras novas. Por isso, «o fator decisivo para o estabelecimento de uma história literária consiste em identificar os desvios estéticos (*écarts esthétiques*) sucessivos entre o horizonte de expectativa preexistente e a nova obra, desvios que delimitam a recepção da nova obra. Estes desvios constituem os momentos de negatividade da recepção» (*TR III*, 313). Reconstituir o horizonte de expectativa de uma experiência ainda desconhecida é reencontrar o jogo de questões às quais a obra propõe uma resposta. A lógica da *questão* e da *resposta* significa que só podemos compreender uma obra depois de percebermos a que é que ela responde. Esta mesma lógica obriga-nos a corrigir a ideia errada de que a história é toda ela uma história de desvios, ou seja, uma história da negatividade, porque enquanto resposta, a recepção de uma obra opera uma certa mediação entre o passado e o presente, ou melhor, entre o horizonte de expectativa do passado e o horizonte de expectativa do presente. Posto isto, é esta mediação histórica que possibilita a *história literária*. Para Jauss – contrariamente a Gadamer e a Hegel, para



quem o caráter clássico de uma obra provém da “fusão de horizontes”, que faz a estabilização duradoura da sua significação – a perenidade das grandes obras é apenas a «estabilização provisória da dinâmica da recepção» (Ricoeur, *TR* III, 314). Aquilo que para nós é clássico não foi desde logo captado como subtraído ao tempo, mas como algo que abriu um novo horizonte. Uma obra dita “clássica” é uma obra aberta, com capacidade para prefigurar uma experiência futura, contrariando a ideia de uma verdade intemporal. A história dos seus efeitos não está concluída, pois toda a obra é não apenas uma resposta a uma questão anterior, mas uma fonte de novas questões.

Quanto à influência social da obra de arte, Jauss recusa liminarmente as teses estrábicas e antinômicas do estruturalismo extremo (que proíbe “sair do texto”) e do marxismo dogmático (que vê as obras de arte como um reflexo ou imitação natural da sociedade). Jauss situa a “função criadora da obra de arte” ao nível do “horizonte de expectativa” de um público, coincidindo deste modo com Ricoeur na crítica à estética da representação, na aceção de cópia – recorde-se o papel de descoberta e de transformação atribuído à mimese ricœuriana. Jauss sublinha ainda que o “horizonte de expectativa” próprio da literatura não coincide com o da vida quotidiana e que se uma obra nova pode criar um desvio estético é porque existe um desvio prévio entre o conjunto da vida literária e a prática quotidiana. Mas este não é o único desvio, há uma oposição ainda mais indispensável entre linguagem poética e linguagem prática ou entre mundo imaginário e realidade social<sup>328</sup>. A função de criação social da literatura acontece exatamente neste ponto de articulação entre as expectativas específicas da arte e da literatura e as expectativas que constituem a *praxis* quotidiana. É por isso que só indiretamente a literatura influi sobre os costumes, criando desvios de segundo grau ou secundários relativamente ao desvio primário entre o imaginário e o real quotidiano. Cabe ao leitor formular as questões apropriadas para a solução que a obra lhe oferece – questões constitutivas do problema estético e moral suscitado pela obra. O momento em que a literatura atinge a sua máxima influência social é, provavelmente, quando consegue colocar o leitor nessa situação de interrogante.

O maior contributo da *estética da recepção* é a constituição de uma *hermenêutica literária*, que ultrapassa em larga escala o seu propósito inicial de renovação da história literária. Mas esta hermenêutica literária, que deveria

---

<sup>328</sup> «C’est un trait fondamental de l’horizon d’attente sur lequel se détache la réception nouvelle, qu’il soit lui-même l’expression d’une non-coïncidence plus fondamentale, a savoir l’opposition, dans une culture donnée, “entre langage poétique et langage pratique, monde imaginaire et réalité social”» (*TR* III, 317).

igualar a hermenêutica teológica e jurídica, sob a égide de uma hermenêutica filosófica parente da de Gadamer, permanece como o parente mais pobre. Para ser digna do seu título, ela tem de assumir a tripla função de compreender (*subtilitas intelligendi*), de explicar (*subtilitas interpretandi*) e de aplicar (*subtilitas applicandi*). A leitura não deve ficar confinada ao campo da aplicação, ainda que este constitua o *telos* do processo hermenêutico, mas atravessar os três estádios. A compreensão assume nesta estrutura triádica uma função primordial, pois é ela que regula o processo de um estádio ao outro, em virtude do “horizonte de expectativa” que está imanente a toda a compreensão —«L’herméneutique littéraire est ainsi à la fois orientée vers l’application et par la compréhension» (Ricœur, *TR* III, 318).

A compreensão primária não é regulada pela lógica da pergunta e da resposta; a leitura, própria de uma compreensão primária, deixa o texto desenvolver as suas próprias expectativas. Apenas a releitura vai ao encontro das questões a que o texto é resposta. O primado atribuído à compreensão, orientadora de uma primeira leitura do texto, explica-se pela relação primária entre conhecimento e *fruição*, que assegura a qualidade *estética* da hermenêutica literária. Jauss reconhece ao prazer estético o poder de abrir um espaço de sentido e de compreensão onde, posteriormente, se desenrolará a lógica da questão e da resposta.

A *aisthesis* e a *fruição* (a dimensão estética), apesar de não se limitarem à compreensão imediata e atravessarem os três estados da “subtilitas” hermenêutica – parecendo substituir a aplicação –, não são o critério final da hermenêutica literária. Todavia, é possível reconhecer à aplicação um contorno distinto no termo de outra tríade evocada por Jauss e formada por *poiesis*, *aisthesis*, *catharsis*. A experiência estética proporcionada pela *aisthesis* e pela *fruição* da leitura abrange toda uma gama de *efeitos* estéticos, mas a aplicação abrange os efeitos inerentes à *catharsis*. Esta revela, em primeiro lugar, um efeito mais moral do que estético, proveniente de novas avaliações e normas inéditas que são propostas pela obra, as quais afrontam ou desafiam os costumes estabelecidos. O efeito moral da *catharsis* deve-se, primeiramente, à sua faculdade para exibir o poder de clarificação, de exame e de instrução exercidas pela obra em favor da distanciação relativamente aos nossos próprios afetos. Este efeito decorre, particularmente, da tendência do leitor para se identificar com o herói e se deixar guiar pelo narrador digno ou indigno de confiança. O segundo efeito da *catharsis* é o poder de comunicabilidade da obra. A *catharsis* constitui assim um momento diferente da *aisthesis*, concebido como pura receptividade, trata-se do momento de comunicação da compreensão que dá a perceber. Porque é *depuração* ou *esclarecimento*, a obra tem o poder

se *communiquer* e de *enseigner*. «L'*aisthèsis* libère le lecteur du quotidien, la *catharsis* le rend libre pour des nouvelles évaluations de la réalité qui prendront forme dans la relecture» (TR III, 323). Deste modo, inicia-se um processo de transição afetiva-cognitiva semelhante à antiga *alegorese*, própria da exegese cristã e pagã. Este efeito mais subtil da *catharsis*, que Ricœur denomina de alegorização (“allégorisation”), consiste em «traduzir o sentido de um texto do seu primeiro contexto para um outro contexto, o que equivale a dizer: dar-lhe um novo significado que ultrapassa o horizonte do sentido delimitado pela intencionalidade do seu contexto original» (ibid.). É desta capacidade de alegorização, ligada à *catharsis*, que o autor francês extrai a similitude entre a aplicação literária e a apreensão por analogia do passado própria da representância: «C'est finalement cette capacité d'allégorisation, liée à la catharsis, qui fait de l'application littéraire la réplique la plus approchée de l'apprehension *analogisante* du passé dans la dialectique du vis-à-vis et de la dette» (Ricœur, TR III, 323).

Termina assim o périplo por algumas teorias da leitura, escolhidas em função do seu contributo para o problema da refiguração. Resta-nos agora distinguir os traços maiores que sublinham a estrutura dialética da operação de refiguração ficcional, postos a descoberto pelas teorias da leitura e a colocam numa relação de paralelismo com a teoria da representância histórica.

### 1.2.2.3. Dialéticas da refiguração: afinidades com a representância

A primeira tensão dialética emerge da comparação que não podemos deixar de estabelecer entre o sentimento de *dívida* e de *respeito científico* que acompanha a relação de *representância* relativamente ao passado, e a *liberdade* das *variações imaginativas* da ficção sobre as aporias do tempo. O fenómeno da leitura, tal como foi anteriormente analisado, permite-nos matizar esta comparação, impedindo uma oposição simplista. Desde logo, é preciso dizer que a projeção de um mundo fictício consiste num processo *criador* complexo, que pode ser tão orientado por um sentimento de dívida como o trabalho do historiador<sup>329</sup>. O facto de a ficção não estar limitada por provas documentais não significa que a sua liberdade seja totalmente arbitrária, pois também ela está sujeita à dura lei da criação, que consiste em fornecer uma visão da mundividência do artista da forma mais perfeita possível. Esta exigência equivale à

---

<sup>329</sup> «[...] la projection d'un monde fictif consiste dans un processus *créateur* complexe, qui peut n'être pas moins porté par une conscience de dette que le travail de reconstruction de l'historien» (Ricœur, TR III, 324).

dívida do historiador e do leitor de história para com os mortos. A *liberdade* das variações imaginativas só pode ser comunicada, paradoxalmente, sob o poder *constrangedor* daquela visão do mundo que o autor implicado pretende oferecer. Este facto explica a angústia experimentada por inúmeros artistas durante o processo de criação.

Uma segunda tensão dialética resulta da estrutura do próprio ato de ler, cuja dialética ternária anteriormente examinada – estratégia persuasiva fomentada pelo autor implicado e dirigida ao leitor, inscrição desta estratégia na configuração literária como forma de prescrever a leitura, sinergia entre leitor e obra (estética da receção) – é comparável (mas não idêntica) à que pontua a relação de representância, suscitada pelo enigma do carácter passado do passado, a saber, a dialética do Mesmo, do Outro e do Análogo. Assim, a retórica da ficção põe em cena um autor implicado que, através de uma estratégia sedutora, tenta tornar o leitor *idêntico* a si próprio. Todavia, esta mesma manobra de charme sob o signo do Mesmo conduz a uma reação de afastamento, sob o signo do Outro, quando o leitor se apercebe que a sua leitura está a ser prescrita pelo texto e se *distancia* dele, tomando, nesse momento, mais consciência do *afastamento* existente entre as expectativas que o texto desenvolve e as suas, enquanto indivíduo culto da quotidianidade e enquanto membro de um público formado por toda uma tradição. Esta oscilação entre o Mesmo e o Outro é superada apenas pela operação que Jauss e Gadamer caracterizam como fusão de horizontes e que pode ser tida como o tipo-ideal da leitura. A convergência entre escrita e leitura estabelece uma relação *analogizante* entre as expectativas criadas pelo texto e as trazidas pela leitura<sup>330</sup>.

Ricœur descortina uma outra tensão dialética, proveniente da relação entre *comunicabilidade* e *referencialidade* (salvaguardando as devidas reservas que este termo merece), no processo de refiguração operado pela leitura. Esta dialética pode ser abordada de dois pontos opostos. Por um lado, a estética da receção não pode falar de comunicação sem falar de referência, uma vez que aquilo que é comunicado, em última análise, é, para lá do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui o seu horizonte. Por outro lado, a receção da obra só se livra da pura subjetividade do ato individual de ler se o leitor

---

<sup>330</sup> «Cette oscillation entre le Même et l'Autre n'est surmontée que par l'opération caractérisée par Gadamer et Jauss comme fusion des horizons et qui peut être tenue pour l'idéal-type de la lecture. Par-delà l'alternative de la confusion et de l'aliénation, la mise en convergence de l'écriture et de la lecture tend à établir, entre les attentes créés par le texte et celles apportées par la lecture, une relation *analogisante*, qui n'est pas sans rappeler celle dans laquelle culmine la relation de représentance du passé historique» (Ricœur, *TR* III, 326).

confrontar a sua leitura com a normatividade e a canonicidade instauradas pela comunidade dos leitores em que está inserido. Esta comunidade que lê confere dimensão histórica à receção do texto. Entre a “estrutura de apelo” própria do mundo do texto que nos interpela e a *comunicabilidade*, característica de um “ler-em-comum”, nasce uma relação de reciprocidade, intrinsecamente constitutiva do poder de refiguração das obras de ficção.

Uma quarta e última dialética concerne as duas funções divergentes que pode assumir a leitura: ora aparece a *interromper* o curso da ação ora a *relançar* para a ação. Estas duas perspetivas sobre a leitura resultam diretamente do seu papel de *confronto* e de *ligação* entre o mundo imaginário do texto e o mundo efetivo do leitor. Enquanto o leitor submete as suas expectativas às que são apresentadas pelo texto, ele como que se *irrealiza* na proporção da irrealidade do mundo fictício para o qual emigra. Neste caso, a leitura torna-se um lugar irreal, que dispensa a reflexão. Mas, se o leitor assimila – consciente ou inconscientemente – os ensinamentos das suas leituras à sua visão pessoal do mundo, a leitura é mais do que um *lugar* de fixação, é um *meio* que ele atravessa. Este confronto entre “mundo do texto” e “mundo do leitor” faz da leitura ora um *êxtase* ora um *envio*. O tipo-ideal da leitura (fusão sem confusão dos horizontes de expectativa do texto e do leitor) une estes dois momentos da refiguração numa sempre frágil unidade de êxtase e envio. Para Ricœur trata-se de uma unidade paradoxal, na medida em que quanto mais o leitor se irrealiza na leitura, mais profunda será a influência da obra sobre a realidade social. O mesmo não se verifica na pintura minimalista e abstrata? «N’est-ce pas la peinture la moins figurative qui a le plus de chance de changer notre vision du monde?» (TR III, 328).

### 1.2.3. Entrecruzamento de história e ficção

Refiguração *efetiva* do tempo, tornado assim tempo humano através do entrecruzamento da história e da ficção (TR III, 329).

A epígrafe da autoria de Ricœur expressa a meta final deste percurso de aproximação progressiva entre história e ficção e, podemos acrescentar, de todo o itinerário intelectual dialético empreendido pelo autor em *Temps et Récit*<sup>331</sup>.

---

<sup>331</sup> «Avec ce chapitre, nous atteignons le but qui n’a cessé de régir la progression de nos investigations, à savoir, la refiguration *effective* du temps, devenu ainsi temps humain, par l’entrecroisement de l’histoire et de la fiction» (TR III, 329).

Para atingir este ponto de *confluência*, explica o próprio, foi fundamental passar pelas fases precedentes de *heterogeneidade* e de *paralelismo*. As aporias reveladas pela fenomenologia do tempo foram o pretexto para reunir frente a frente história e ficção, tendo a primeira respondido com o tempo histórico (resultante da reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cosmológico) e a segunda com as variações imaginativas (resultantes da ficcionalização do tempo). Respostas diferentes – podemos dizer, mesmo opostas – mas que constituem um primeiro ponto de atração, ou melhor, de confronto, entre as duas disciplinas. Em seguida, a teoria da leitura aproximou história e ficção, tendo criado um jogo de espelhos entre a representância do passado histórico e a transposição do mundo fictício do texto para o mundo efetivo do leitor. Uma teoria alargada da leitura mostrou o ato de ler não confinado à receção de textos literários, pois, lembra-nos Ricœur, não somos menos leitores de história do que de romances – «Toute graphie, dont l’historiographie, relève d’une théorie élargie de la lecture» (Ricœur, *TR* III, 330). A leitura é a responsável pelo envolvimento mútuo de história e ficção. E é, justamente, de uma teoria alargada da receção que parte Ricœur para as análises que consagra ao entrecruzamento de história e ficção. Por entrecruzamento da história e da ficção Ricœur entende «a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma a sua respetiva intencionalidade emprestando mutuamente à intencionalidade uma da outra» (*TR* III, 330).

A referida concretização apela à teoria da narrativa, mormente, à noção desenvolvida por Ricœur em *La métaphore vive* do “ver-como”, com a qual caracterizou a referência metafórica e depois, com a ajuda de H. White, também a conexão da representância da consciência histórica com a referência do passado, através de uma apreensão “analogizante”. Mas o que Ricœur demonstra neste capítulo final é que esta concretização só é alcançada quando a história se serve de algum modo da ficção para refigurar o tempo e a ficção se serve da história com o mesmo intuito. «Cette concrétisation mutuelle marque le triomphe de la notion de figure, sous la forme du *se figurer que...*» (Ricœur, *TR* III, 331).

A referência por traços ao real passado usa a imaginação que aprende na referência metafórica comum a todas as obras poéticas, pois a reconstrução do passado obriga ao uso da imaginação; porém, na medida em que é orientada para e pelo real do passado, a referência por traços empresta à referência metafórica uma parte do seu dinamismo referencial, pois toda a narrativa é narrada como se tivesse tido lugar, como o atesta os tempos verbais do passado usados para narrar o irreal. É nesse sentido que se pode dizer que a ficção deve tanto à história como a história à ficção e que, por isso, existe uma referência cru-

zada entre historiografia e narrativa ficcional. Ambas cruzam-se sobre a temporalidade da ação humana, e desse cruzamento dos modos referenciais resulta a refiguração comum do tempo humano.

### 1.2.3.1. Ficcionalização da história: imaginação, metáfora, imagem

Anteriormente, por diversas vezes, referimos o papel da imaginação na narrativa histórica, nomeadamente, nos processos de configuração e de imputação causal singular; agora importa salientar já não o papel da imaginação no processo de explicação ou de configuração, mas sim o modo como o imaginário está presente e se incorpora no “real” passado, isto é, na intencionalidade do “ter-sido”, do “já-não-agora”, sempre salvaguardando a radical dissemelhança entre passado real e mundo irreal<sup>332</sup>.

Quanto mais questionarmos o estatuto ontológico do passado histórico, as suas características de base, de modo muito particular, o carácter inobservável do “ter-sido”, mais nos daremos conta da presença do imaginário. Como tal, Ricœur retoma as três aproximações que propôs anteriormente ao passado histórico ou ao “ter-sido” tal como foi, para nelas descortinar o lugar da imaginação.

A tese mais *realista* sobre o passado histórico diz-nos que a história reinscreve o tempo da narrativa sobre o tempo do universo. Trata-se de uma tese realista na medida em que a história submete a sua cronologia à única escala do tempo, comum à “história” da terra, dos astros, do sistema solar e das galáxias, o que constitui a especificidade do modo referencial da historiografia<sup>333</sup>. Mesmo nesta tese realista o imaginário trabalha, como o comprovam os conectores que ligam o tempo vivido ao tempo do mundo, dando origem ao tempo histórico. O calendário, por exemplo, resulta do mesmo génio inventivo que atua na construção do gnómon, o mais antigo instrumento astronómico de que se tem conhecimento para medir o movimento do Sol. J. T. Fraser diz que se o gnómon conserva algo do seu significado etimológico de “conselheiro”, de “inspetor”, de “conhecedor”, é devido a uma atividade de interpretação que regula a construção deste aparelho tão simples<sup>334</sup>. Do mesmo modo que um

---

<sup>332</sup> «[...] la question est justement de montrer de quelle façon, unique en son genre, l’imaginaire s’incorpore à la visée de l’avoir-été, sans en affaiblir la visée “réaliste”» (TR III, 331).

<sup>333</sup> «Cette réinscription du temps du récit dans le temps de l’univers, selon une unique échelle, demeure la spécificité du mode référentiel de l’historiographie» (Ricœur, TR III, 331).

intérprete faz a tradução contínua de uma língua para outra, juntando dois universos linguísticos, o gnómon une dois processos, de acordo com determinadas hipóteses sobre o mundo: um processo é o movimento do *Sol*, ao qual se junta o da *vida* de quem consulta o gnómon; a hipótese diz respeito aos princípios implícitos na construção e no funcionamento do quadrante solar. Tal como o calendário, o quadrante pertence a dois universos: por um lado, pertence ao universo da vida humana, por outro, ao universo astronómico. Só porque se acredita que é possível fazer derivar sinais relativos ao tempo a partir do movimento da sombra é que se põem estes dois mundos em relação. Por esta crença, o homem organiza a sua vida em função dos movimentos da sombra; porém, esta, porque é independente, não se dobra ao ritmo das necessidades e dos desejos do homem. Para *ler* o gnómon tem que haver divisões horárias e curvas concêntricas, que informam, respetivamente, sobre a hora (pela orientação da sombra sobre o quadrante solar) e sobre a estação do ano (através da extensão da sombra ao meio-dia).

Mettre en parallèle deux cours hétérogènes d'événements, former une hypothèse générale sur la nature dans son ensemble, construire un appareil approprié, telles sont les principales démarches inventives qui, incorporées à la lecture du cadran solaire, font de celui-ci une *lecture de signes*, une traduction et une interprétation [...] [TR III, 333].

Relativamente ao *calendário*, passa-se algo semelhante, mas a sua construção e leitura implica operações intelectuais singularmente mais complexas: cálculos numéricos aplicados às diferentes periodicidades implicadas, de forma a torná-las mensuráveis; aspeto institucional e político que acentua o caráter sintético da conjugação dos aspetos astronómicos com a vida social. Independentemente das diferenças que possamos apontar entre o relógio e o calendário, *ler* o calendário exige uma interpretação de signos comparável à leitura do quadrante solar e do relógio. Sobre a base de um sistema periódico de datas, o calendário permite identificar um acontecimento presente efetivo – que traz coimplicados um passado e um futuro – com uma data neutra e abstrata. Se a datação consiste num fenómeno sintético, através do qual um presente vivo é identificado com um instante qualquer no calendário perpétuo<sup>335</sup>, esta prática é equivalente à identificação de um *como-se* presente a um instante qualquer, ou

<sup>334</sup> *The Genesis and Evolution of Time. A critic of Interpretation in Physics*, The University of Massachusetts Press, Amherst, 1982.

<sup>335</sup> «La datation d'un événement présente ainsi un caractère synthétique, par lequel un présent effectif est identifié à un instant quelconque» (Ricœur, TR III, 333).



seja, as datas são associadas a presentes potenciais ou a presentes *imaginados*. Deste modo, todas as recordações acumuladas pela memória coletiva podem tornar-se acontecimentos *datados*, graças à sua reinscrição no tempo do calendário.

Ricœur estende este mesmo raciocínio a todos os outros conectores entre o tempo narrativo e o tempo universal. Também a *sequência de gerações* e o fenómeno do *reino de predecessores, contemporâneos e sucessores* revestem um carácter misto (biológico e social), que acentua o aspeto imaginativo<sup>336</sup>.

No fenómeno do *traço* é onde se torna mais visível o carácter *imaginário* dos conectores que instauram o tempo histórico. A própria estrutura mista do vestígio enquanto *efeito-signo* pressupõe a mediação imaginária, porque esta estrutura exprime uma atividade sintética complexa que implica quer inferências de tipo causal (efeito), aplicadas ao traço enquanto marca deixada, quer atividades de interpretação (signo) ligadas ao seu carácter significante, enquanto marca presente de algo passado. Neste sentido, a atividade sintética que verificamos no traço é paralela à que está na origem do gnómon e do calendário. A mediatização e a esquematização do vestígio acontecem por intermédio das atividades de preservação, recolha, reunião, consulta e leitura de arquivos e documentos, para fazer do vestígio o último pressuposto da reinscrição do tempo vivido no tempo puramente sucessivo. O carácter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o traço verifica-se no trabalho de reflexão que acompanha a interpretação de uma relíquia, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: «[...] on ne leur assigne leur valeur de trace, c'est-à-dire d'effet-signe, qu'en *se figurant* le contexte de vie, l'environnement social et culturel, bref, [...] le *monde* qui, aujourd'hui, *manque*, si l'on peut dire, autour de la relique» (TR III, 335).

Falar de “figura” e de “figurar-se” no contexto da atividade imaginativa é fazer apelo às teorias que descrevemos no âmbito da representância. De facto, a despeito de os conectores do tempo histórico revelarem uma inequívoca faceta imaginativa, o papel mediador do imaginário discerne-se mais facilmente na análise do carácter passado do passado (“passéité du passé”). Por um lado, verificámos que o conceito de “representância”, porque exprime a reivindicação

---

<sup>336</sup> «Il est toujours possible d'étendre le souvenir, par la chaîne des mémoires ancestrales, de remonter le temps en prolongeant par l'imagination ce mouvement régressif [...]. En ce sens, le réseau des contemporains, des prédécesseurs et des successeurs *schématise* – au sens kantien du terme – la relation entre le phénomène plus biologique de la suite des générations et le phénomène plus intellectuelle de la reconstruction du règne des contemporains, des prédécesseurs et des successeurs. Le caractère *mixte* de ce triple règne en souligne le caractère imaginaire» (Ricœur, TR III. 334).

de um *face-a-face* (“vis-a-vis”) já (re)volvido, começa por constituir um entrave ao realismo espontâneo do historiador. De facto, o conceito de representância, pelo seu poder de incitação (resultante da ideia ricœuriana da *dívida* para com os mortos) e de correção ou revisão da construção histórica, distancia-se da mera representação ou reduplicação, o que significa que toda a construção histórica é uma re-construção. Por outro lado, o carácter de elisão do “vis-a-vis” ou da intencionalidade impeliu Ricœur para o jogo lógico onde as categorias do Mesmo, do Outro e do Análogo dão coerência ao enigma sem o solucionar. Contudo, em cada uma destas fases do jogo lógico, o imaginário do “ter-sido” impõe-se como «servidor obrigado da representância» («serviteur obligé de la représentation» [Ricœur, *TR* III, 335]) e aí se aproxima da operação do “figurar-se que”.

No caso dos defensores do *Mesmo*, representados por Collingwood, acentua-se, como tivemos oportunidade de sublinhar, a íntima conexão entre a imaginação histórica e a “reconstituição” (“reenactement”) do passado. Esta é o “telos” ou o fim para o qual converge a imaginação histórica que, por sua vez, constitui o “órganon” da “re-constituição”. Na categoria do *Outro*, «para exprimir o momento do revolvido na representância do passado, é ainda o imaginário que impede a alteridade de soçobrar no indizível» (Ricœur, *TR* III, 335, 336), ao evitar a *alteridade absoluta*. Só por uma transferência de sentido do Mesmo para o Outro, processada em simpatia e em *imaginação* o outro se torna próximo. Recordemos a ideia de emparelhamento (“Paarung”) de duas consciências tematizada por Husserl e a ideia de Dilthey de que toda a inteligência histórica se enraíza na capacidade de um sujeito se fazer transportar para uma vida psíquica outra. É esta transferência “analogizante” que abre passagem ao Análogo e ao recurso à tropologia de Hayden White, da qual Ricœur extraiu um sentido que retira toda a carga positivista à expressão herdada de Ranke: conhecer o passado *tal como* (“wie”) efetivamente aconteceu. A função representativa da imaginação histórica reside neste “tal como” que, interpretado como metáfora, metonímia, sínédoque e ironia, ganha um valor tropológico. O passado é o que eu teria visto se lá estivesse, *do mesmo modo que* o outro lado das coisas é aquilo que eu veria se as visse do lugar onde está aquele que vê. Deste modo, a tropologia de H. White transforma-se no imaginário da “representância”<sup>337</sup>. A chave da comparação entre percepção presente e conheci-

<sup>337</sup> «[...] le passé, c’est ce que j’aurais vu, dont j’aurais été le témoin oculaire, si j’avais été là, de même que l’autre côté des choses est celui que je verrais si je les apercevais de là où vous les considérez. Ainsi la tropologie devient l’imaginaire de la représentation» (Ricœur, *TR* III, 336).

mento histórico, cujo objeto não é observado nem observável, reside neste “do mesmo modo que”<sup>338</sup>.

Depois de termos revisitado o passado *datado* e o passado *reconstruído*, resta-nos agora o passado *refigurado* para nos interrogarmos acerca da sua figuratividade específica. Também no trabalho de refiguração Ricœur encontra traços do imaginário, *que relevam apenas da narrativa ficcional* e por ela são explicitados. Estes vêm enriquecer as mediações imaginárias e colaboram no entrecruzamento da ficção e da história na refiguração do tempo. Referimo-nos aos traços já aludidos na expressão “figurar-se”, que conferem ao enfoque do passado (“visée du passé”) um preenchimento quase intuitivo. Dividem-se em duas modalidades. Uma primeira engloba os traços do imaginário que recorrem diretamente à função metafórica do “ver-como”. Uma segunda diz respeito à vivacidade imagética que o historiador deve conferir a acontecimentos únicos na história da humanidade e que urge não esquecer.

A partir do momento em que se admite que a escrita da história não se acrescenta extrinsecamente ao conhecimento histórico, mas forma um só corpo com ele, podemos admitir que a história *imita* na escrita os tipos de composição narrativa herdados da tradição literária. É isso que propõe Hayden White, quando toma de Northrop Frye as categorias literárias do trágico, do cómico, do romanesco, da ironia e as emparelha com os tropos da tradição retórica. Estes subsídios que a história pede à literatura não se destinam apenas à composição ou à construção da intriga, eles servem também para a função representativa da imaginação histórica: «[...] nous apprenons à voir *comme* tragique, *comme* comique, etc., tel enchaînement d'événements» (*TR* III, 337). Daí que muitas obras históricas, hoje claramente ultrapassadas em termos científicos, mantenham a perenidade pela forma como a sua arte poética e retórica se ajusta à sua maneira própria de *ver* o passado. Não admira, pois, que se possa apreciar uma mesma obra como um grande livro de história e como um admirável romance. Ademais, diz Ricœur: «L'étonnant est que cet entrelacement de la fiction à l'histoire n'affaiblit pas le projet de représentation de cette dernière, mais contribue à l'accomplir» (ibid.).

---

<sup>338</sup> Joaquim Teixeira, no seu estudo sobre ipseidade e alteridade em Ricœur, observa que também aqui (na aproximação ao passado histórico) ipseidade e alteridade não se opõem totalmente, sob pena de caírem na pura indizibilidade e impensabilidade. E acrescenta: «esta compreensão lógica e análogica do outro *em geral* recebe, no caso específico do outro histórico (dos outros homens passados com que estamos «em dívida»), um prolongamento afetivo, poético («em imaginação e simpatia») e ético («dívida» para com os mortos)» [2004, I: 267].

O efeito ficcional do “ver-come” encontra-se multiplicado por diversas estratégias retóricas que as teorias da leitura analisadas anteriormente fazem emergir. «Podemos *ler* um livro de história *como* um romance» – «on peut *lire* un livre d’histoire *comme* un roman» (ibid.) – e, fazendo-o, aderimos ao pacto de leitura resultante do acordo entre a voz narrativa e o leitor implicado, em virtude do qual o leitor adere à ilusão e suspende a sua descrença. O leitor concede ao historiador o direito exorbitante de conhecer as almas. Cobertos por este direito, os historiadores antigos colocavam na boca dos seus heróis discursos inventados, que os documentos não comprovavam mas tornavam plausíveis, como teremos oportunidade de constatar na obra de Tucídides. Estas incursões fantasiosas estão vedadas aos historiadores modernos, mas eles não fazem um apelo menor, sob formas mais subtis, ao génio romanescos, quando se esforçam por reconstituir (“réefectuer”) ou repensar um determinado cálculo de fins e de meios. Esta maneira de pintar a cena ou de dar vivacidade a uma situação ou a um discurso, como forma de obter um efeito discursivo, é mencionada por Aristóteles na *Retórica*. A elocução ou a “dictio” tem a virtude de “pôr sob os olhos” e assim de “fazer ver”. Semelhante “fazer ver” introduz-nos numa autêntica *ilusão controlada*<sup>339</sup>, uma ilusão de ordem estética, em que voluntariamente se suspende a incredulidade e se permite que este “julgar ver” da crença ceda o passo a uma espécie de percepção (do) presente<sup>340</sup>.

Uma última modalidade de ficcionalização da história, muito cara a Ricœur, é composta por aqueles acontecimentos que, numa comunidade histórica, são considerados fundadores ou refundadores e que formam a sua identidade coletiva<sup>341</sup>. Trata-se de acontecimentos que geram intensos sentimentos éticos, seja de comemoração fervorosa seja de execração, de indignação,

---

<sup>339</sup> «Je parlerais volontiers d’*illusion contrôlée* pour caractériser cette heureuse union qui fait, par exemple, de la peinture de la Révolution française par Michelet une œuvre littéraire comparable à *Guerre et Paix* de Tolstoï, dans laquelle le mouvement procède en sens inverse de la fiction vers l’histoire et non plus de l’histoire vers la fiction» (TR III, 338).

<sup>340</sup> Em *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, Ricœur retomará este tema da imagem e do “fazer ver”, dando-lhe um mais amplo destaque. Com a ajuda das reflexões de Louis Marin, Ricœur desenvolve toda uma argumentação que visa pôr em relevo os privilégios retóricos da imagem no momento mais específico da representação histórica (MHO, 339-358).

<sup>341</sup> «Je pense à ces événements qu’une communauté historique tient pour marquants, parce qu’elle y voit une origine ou un ressourcement. Ces événements, qu’on dit en anglais “epoch-making”, tirent leur signification spécifique de leur pouvoir de fonder ou de renforcer la conscience d’identité de la communauté considérée, son identité narrative, ainsi que celle de ses membres» (Ricœur, TR III, 339).

lamentação, compaixão, apelo ao perdão. Não pode o historiador ignorar estes sentimentos, ainda que queira, sobretudo quando se trata de acontecimentos recentes como Auschwitz, cuja neutralização ética – que até pode convir ao progresso da história que procura distanciar-se dos acontecimentos para melhor os compreender e explicar – não é possível nem desejável. Ricœur diz que, neste caso, impõe-se a ordem bíblica do “*Zakhor*” (*lembra-te*), a qual não significa necessariamente um apelo à historiografia (*TR* III, 339). Isto não significa que o autor defenda que o historiador deva abandonar a regra da imparcialidade e do distanciamento, apenas que deve ter sempre em conta o princípio *ético*. Não obstante, Ricœur desconfia das comemorações reverentes dos grandes homens e dos grandes feitos históricos, porque, geralmente, este tipo de comemoração anda aliado à história dos vencedores, mas salvaguarda que não é possível nem desejável ignorar a admiração, a veneração e o reconhecimento<sup>342</sup>. Relembra que o *tremendum fascinatum* de que fala R. Otto e que constitui o núcleo emocional do sagrado, que por sua vez é uma dimensão inexpugnável da história, tem uma outra face que importa não esquecer: o *horrendum*. Se o horror é o negativo da admiração, a execração é o da veneração. Os acontecimentos do horror *não podem nunca ser esquecidos*. O horror, afirma Ricœur, constitui a motivação ética final da história das vítimas. As vítimas de Auschwitz representam na nossa memória todas as vítimas da história<sup>343</sup>.

A ficção pode desempenhar um papel importante na recordação do horror e da admiração, cujo caráter de *unicidade* importa expressar. O horror, tal como a admiração, exercem na nossa consciência histórica uma função específica de individuação, que não pertence nem à lógica da especificação nem ao processo de individuação lógica patente, por exemplo, na “lógica da individualidade” de P. Veyne. Daí que Ricœur prefira adotar os termos de acontecimentos *unicamente únicos* para distinguir esta individuação específica do horror da individuação lógica (produzida pela razão) e da individuação da história factual (feita pelo tempo). Enquanto as outras formas de individuação pertencem ao trabalho de explicação, cuja tarefa consiste em religar, o horror isola, «tornando incom-

---

<sup>342</sup> «Ce qui rend suspecte la commémoration révérencieuse, c’est son affinité avec l’histoire des vainqueurs, bien que je tiennne l’élimination de l’admiration, de la vénération, de la pensée reconnaissante pour impossible et peu souhaitable» (Ricœur, *TR* III, 340).

<sup>343</sup> Como veremos no próximo capítulo, em que analisaremos as reflexões de Ricœur acerca de *história, memória e esquecimento*, este tema da comemoração associado aos abusos da memória aparecerá como um dos motivos maiores de redação de *La mémoire, l’histoire, l’oubli*.

parável, incomparavelmente único, unicamente único» (TR III, 341). O horror é a inversão, a face negativa da admiração: o Holocausto é uma revelação negativa, é um anti-Sinai. O conflito latente entre a religião individuante da explicação e o isolamento específico do horror não deve conduzir a nenhuma dicotomia perniciosamente entre uma história que se limitaria a dissolver o acontecimento na explicação e uma réplica puramente emocional, que dispensaria a reflexão sobre o impensável. O ideal é haver uma valorização mútua, pois «quanto mais explicamos historicamente, mais indignados ficamos; quanto mais tocados somos pelo horror, mais procuramos compreender» (Ricœur, TR III, 341).

Esta dialética assenta na própria natureza da explicação histórica, a qual faz da retrodicção uma *implicação causal singular*. Posto isto, explicação histórica e individualização de certos acontecimentos capazes de gerar horror ou admiração não são posições antitéticas, devido à singularidade da explicação autenticamente histórica.

O poder da ficção, neste caso específico, reside na criação da “ilusão da presença”, mas *ilusão controlada* pela distância crítica. Também aqui cabe ao imaginário da “representância” *pintar colocando sob os olhos*. Esta ilusão não tem como função agradar ou distrair, mas estar ao serviço da individuação do unicamente único, efeito do horror e da admiração.

L'individuation par l'horrible, à laquelle nous sommes plus particulièrement attentifs, resterait aveugle en tant que sentiment, aussi élevé et profond soit-il, sans la quasi-intuitivité de la fiction. La fiction donne au narrateur horrifié des yeux. Des yeux pour voir et pour pleurer [Ricœur, TR III, 341].

Tal facto pode comprovar-se na recente literatura sobre o Holocausto, onde a explicação histórica se intercala entre a fria listagem dos cadáveres e a legenda viva das vítimas – explicação difícil e talvez impossível de escrever de acordo com as regras da imputação causal singular.

Fundindo-se com a história, a ficção fá-la remontar à sua origem comum na *epopeia*. O que a epopeia tinha feito no domínio do admirável e do grandioso, transmitindo e preservando a glória efémera dos heróis, a legenda das vítimas – como uma espécie de epopeia negativa que preserva a memória do sofrimento – fá-lo no domínio do horrível. Nos dois casos, a ficção coloca-se ao serviço do inesquecível, permitindo à historiografia igualar a memória. É legítimo que a historiografia não se interesse pela memória e apenas pela curiosidade, enveredando pelo exotismo, mas há crimes que de modo algum se podem esquecer, «há vítimas cujo sofrimento grita menos por vingança do que por narração» (Ricœur, TR III, 342). Somente a vontade de não esquecer pode evitar que estes crimes se voltem a repetir.

Reencontraremos estes temas no próximo capítulo. De apontamentos circunscritos à figuratividade do passado refigurado, em *Temps et Récit*, passarão a protagonistas no programa de *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, fornecendo as grandes linhas de reflexão que Ricœur estabelece para a sua obra.

### 1.2.3.2. Historicização da ficção: tempo verbal e verosimilhança

Do mesmo modo que a historiografia é favorecida por traços do imaginário que vai buscar à ficção, também a ficção não pode negar os contributos da historiografia. Ricœur propõe-se examinar a hipótese segundo a qual a narrativa ficcional *imita*, de uma determinada forma, a narrativa histórica, com base na premissa de que contar o que quer que seja é contar *como se passou* (cf. Ricœur, *TR* III, 343-348). Tentemos apurar indícios que confirmem que este “como se passou” é essencial à significação própria da narrativa. Encontramos dois. Um primeiro é de ordem estritamente gramatical: as narrativas são contadas no tempo passado; a própria fórmula inicial “era uma vez...” que marca, no conto tradicional, a entrada na narrativa refere-se ao passado. É claro que os tempos verbais formam um sistema infinitamente mais complexo do que a representação linear do tempo, tempo este muitas vezes relacionado com a vivência temporal expressa em termos de presente, passado e futuro; mas a fenomenologia da experiência temporal também já demonstrou que há múltiplos aspetos não lineares do tempo e há significados da noção de passado que dimanam destes aspetos não lineares. Logo, o tempo dos verbos pode ser relacionado com o tempo humano através de outras modalidades de temporalização que não a linear. Justamente, um dos deveres da ficção é detetar e explorar algumas destas significações temporais que a vivência quotidiana nivela ou oblitera. Assim sendo, não parece justo dizer que o pretérito assinala somente a entrada da narrativa sem nenhuma significação temporal. Parece bem mais produtivo admitir que toda a narrativa tem que ver com um passado fictício, fictício porque quase-passado temporal. O quase-passado diz respeito àqueles acontecimentos de uma narrativa ficcional que são factos passados para a *voz narrativa* que os narra – voz que é o equivalente fictício do autor real implicado. Uma *voz* que conta o que *para ela* teve lugar.

Selon cette hypothèse, les événements racontés dans un récit de fiction sont des faits passés pour la *voix narrative* que nous pouvons tenir ici pour identique à l'auteur impliqué, c'est-à-dire à un déguisement fictif de l'auteur réel. Une *voix* parle qui raconte ce qui, *pour elle*, a eu lieu. Entrer en lecture, c'est inclure dans le pacte entre le lecteur et l'auteur la croyance que les événements rapportés par la *voix narrative* appartiennent au passé de cette voix [Ricœur, *TR* III, 344].

Descobre-se aqui uma relação circular: assim como a história é quase-fictícia, também a ficção é quase-histórica. A história é quase fictícia, a partir do momento em que a quase-presença dos acontecimentos postos “sob os olhos” do leitor, por uma narrativa, suprime, pela sua intuitividade e vivacidade, a elisão própria do caráter passado do passado, bem ilustrada pelos paradoxos da “representância”. Por sua vez, é enquanto quase-histórica que a ficção dá ao passado esta vivacidade de evocação que faz de um grande livro de história uma obra-prima literária. Então, a ficção é quase-histórica na medida em que os acontecimentos irreais que narra são *como* factos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; assemelhando-se deste modo a acontecimentos passados e assemelhando-se a ficção à história.

Um segundo motivo para acreditar na historicização da narrativa de ficção (na influência do “como-se passado” sobre a narrativa ficcional), encontra-o Ricœur na regra de ouro da *Poética* aristotélica: toda a narrativa deve ser necessária ou verosímil. O Estagirita defende que a história narra o que é efetivo e a poesia o que é verosímil, não atribuindo qualquer significado temporal à verosimilhança, pois o filósofo não pretende fazer uma distinção entre passado e presente, mas antes entre geral e particular: «[O geral] é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verosimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar [...] O particular é, por exemplo, o que fez Alcibiades ou o que lhe aconteceu» (Aristóteles 2004: 1451 b 6, 11).

Apesar desta omissão temporal, a verosimilhança que se exige para o geral ou para o universal não pode deixar de dizer respeito, mesmo para Aristóteles, ao que designamos de quase-passado. O próprio Aristóteles corrobora esta leitura ao dizer que os trágicos são louvados por se apoiarem em nomes de homens reais, tornando as suas histórias mais persuasivas, pois o *possível* é mais persuasivo. O que nunca aconteceu é mais difícil de acreditar, ao passo que o que aconteceu é possível<sup>344</sup>. Em suma, Aristóteles, mesmo sem questionar se Ulisses, Édipo ou Agamémnon são personagens reais do passado, sugere que para ser persuasivo o provável deve ter uma relação de verosimilhança com o “ter-sido”. A tragédia deve simular um mergulho na *legenda*, cuja primeira função é religar a memória e a história com as camadas arcaicas do reino dos predecessores.

---

<sup>344</sup> «Na tragédia, porém, os poetas prendem-se a nomes reais e a razão disso é que o possível é fácil de acreditar. Na verdade, nós não acreditamos que coisas que ainda não aconteceram sejam possíveis; ao contrário, pelo facto de terem acontecido, torna-se evidente que eram possíveis, pois não teriam ocorrido se fossem impossíveis» (Aristóteles 2004: 1451 b 15-18).



No entanto, a verosimilhança de que fala Aristóteles não deve ser confundida com uma forma realista de fazer literatura, que consiste na imitação ou reprodução fiel do real, levando a uma aproximação demasiado perigosa da literatura ficcional com a história. A verdadeira “imitação da ação”, defende Ricœur, encontra-se naquelas obras de arte que não pretendem ser um reflexo direto de uma época, pois «a imitação, no sentido vulgar do termo, é aqui a inimiga por excelência da mimesis»<sup>345</sup>.

Uma obra de arte cumpre a sua verdadeira função mimética quando corta com este tipo de verosimilhança. Só deste modo o quase-passado da voz narrativa se distingue inteiramente do passado da consciência histórica, identificando-se com o verosímil, o provável. O verosímil é o que poderia ter acontecido (no passado), e é isso que a ficção deve imitar – «Telle est la note «passéiste» qui résonne dans toute revendication de vraisemblance, en dehors de toute relation de reflet avec le passé historique» (Ricœur, *TR* III, 346).

As afinidades encontradas por Ricœur entre o caráter quase-fictício da história e o caráter quase-histórico da ficção permite a cada uma manifestar algumas potencialidades escondidas. Quanto ao caráter quase-histórico da ficção, Ricœur reconhece-lhe a virtude de detetar o que de ficcionável existe no passado, isto é, o que não aconteceu mas podia ter acontecido: «Le *quasi-passé* de la fiction devient ainsi le détecteur des *possibles enfouis dans le passé effectif*» (*TR* III, 347).

Assim, a verosimilhança (“o que podia ter acontecido”) que propunha Aristóteles abrange os factos possíveis do real e do irreal ou, como diz Ricœur: «Les potentialités du passé “réel” et les possibles “irréels” de la pure fiction» (*TR* III, 347).

Por conseguinte, se, externamente, a ficção aparece separada da história, devido às constricções impostas pela prova documental à investigação e à escrita da história, internamente, o quase-passado serve de laço que une a ficção à história, quase-passado que identificamos com as constricções da verosimilhança: «Libre de..., l’artiste doit encore se rendre libre *pour...* si ce n’était pas le cas,

---

<sup>345</sup> «Ce n’est pas lorsque le roman exerce une fonction historique ou sociologique *directe*, mêlée à sa fonction esthétique, qu’il pose le problème le plus intéressant quant à la vérissimilitude. La véritable *mimèsis* de l’action est à chercher dans les œuvres d’art les moins soucieuses de refléter leur époque. L’*imitation*, au sens vulgaire du terme, est ici l’ennemi par excellence de la *mimèsis*. C’est précisément lorsqu’une œuvre d’art rompt avec cette sorte de vraisemblance qu’elle déploie sa véritable fonction mimétique» (Ricœur, *TR* III, 346).

comment expliquer les angoisses et les souffrances de la création artistique?» (Ricœur, *TR III*, 347).

Encontramos, pois, a liberdade do artista limitada pelo quase-passado da voz narrativa, que é para o criador tão ou mais constrictiva do que a prova documental para o historiador. Além disso, a dura lei da criação, que impõe ao artista a transmissão mais perfeita possível da cosmovisão que anima a voz narrativa, é similar à *dívida* que o historiador tem para com os homens de outrora.

Posto isto, Ricœur conclui que é sobre esta mútua intromissão da história e da ficção – «le moment *quasi* historique de la fiction changeant de place avec le moment *quasi* fictif de l’histoire (*TR III*, 347) – que assenta o entrecruzamento de ambas na refiguração do tempo, que dá origem ao chamado *tempo humano*, «onde se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo» (*TR III*, 347, 348).

### 3. NOTAS FINAIS

As obras de Ricœur parecem interligar-se, parecem ser a continuação umas das outras, havendo, mais do que revisão ou correção, uma progressão de pensamento que procura responder às questões do seu tempo. E, nesse sentido, sem dúvida, *La mémoire, l’histoire, l’oubli* retoma estes filamentos que asseguram o entrecruzamento de história e ficção, muito particularmente os aflorados a propósito da ficcionalização da história, e transforma-os em largas vias de reflexão, cujo amplo espectro se inscreve na movência de história, memória e esquecimento. A memória, que é aqui apenas esporádica e ligeiramente aludida, será o eixo principal dessa reflexão que surge vinte e cinco anos depois de *Temps et Récit*, levando consigo as questões que já agora inquietavam o autor: a representação de algo ausente; a representação histórica do horror; comemoração e execração; a capacidade figurativa da história; a narratividade/retórica na escrita da história; e, fundamentalmente, a relação entre história e verdade. A dialética história e ficção será feita já não diante do tempo mas da memória e da sua marca genética, que é a representação (de algo ausente), a qual retoma as questões abordadas em *Temps et Récit* sobre o estatuto epistemológico e ontológico do traço. O tema da representância reaparece com novos matizes e a prova documental ganha uma força que *Temps et Récit* não descurou mas tratou com contenção. De facto, uma boa série de assuntos que Ricœur desenvolve em *La mémoire, l’histoire, l’oubli* não são novos, apenas tinham sido tra-

tados com sobriedade ou rapidez. De modo particular, os conceitos de memória e de representação ganharão novos contornos e sentidos, deixando o binómio história e ficção confrontado com questões que novas leituras procurarão solucionar ou, pelo menos, tornar inteligíveis.

Com a obra *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, abre-se uma nova paisagem no pensamento ricœuriano acerca da história; não só entra em cena a memória, como a representação assume as rédeas do pensamento. Algumas problemáticas e conquistas de *Temps et Récit* transitam para este novo cenário; porém há novos desenvolvimentos, porque o contexto social da epistemologia histórica também sofreu uma reviravolta significativa. A partir das décadas de setenta e oitenta, com a crise da Nova História e com as inovações trazidas de Itália pela micro-história, que substitui as mentalidades pelas representações, há um regresso da história política, do acontecimento, da narrativa, num movimento que ficará conhecido como *tournant critique*. Este período da epistemologia histórica já não encontra lugar em *Temps et Récit*. De molde a preparar a entrada em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, concluímos esta parte com uma citação que sintetiza as principais transformações trazidas pelo *tournant critique*, ocorrido no seio da própria escola dos Annales.

Deux éléments sont particulièrement remis en cause: la longue durée et le quantitativisme. La longue durée parce qu'elle a bloqué l'analyse du changement social et la quantification parce qu'en donnant la priorité à l'étude des structures sur les relations elle s'est accompagnée d'une réification des catégories; les descriptions se faisant à partir de découpages sociaux prédéterminés. [...] c'est la tradition d'histoire sociale à dominante objectiviste – celle de la primauté accordée aux déterminations sociales – qui est remise en cause par les Annales elles-mêmes. D'autre part, la question des acteurs devient centrale; les notions de stratégies, de négociation, de conventions, d'incertitude sont ainsi jugées “bonnes à penser”. D'autres thèmes complètent ce renouvellement du programme annaliste proposé par le “tournant critique”: la réhabilitation de la dimension interprétative de l'histoire, la prise en compte de certains acquis de l'anthropologie comme la métaphore du social comme texte, la complémentarité des “échelles d'analyse” (entre micro et macro-analyse), la redéfinition de l'interdisciplinarité en rupture avec “l'emprunt sauvage” et l'hégémonie d'une discipline.

Le “tournant critique” permet aussi aux Annales d'intervenir dans le débat sur le type de scientificité pour l'histoire rouvert par Stone et Ginzburg: sont rejetés et le “positivisme plat” et “l'histoire rhétorique”. La réflexion souhaitée par les Annales sur l'écriture de l'histoire ne signifie pas l'acceptation de “l'histoire-rhétorique” et des thèses de partisans du *linguistic turn* anglo-américain qui réduisent

l'histoire à une activité d'interprétation de textes clos sur eux-mêmes. Mais les *Annales* rejettent également le "positivisme plat" (proche ici du *labroussisme*, entendu comme une "fossilisation" des propositions de Labrousse) qui ignore les processus de construction sociale de la réalité et postule que les catégories sont une copie du réel [Delacroix, Dosse, Garcia 2007: 516-517].

## CAPÍTULO IV

### REPRESENTAÇÃO E FICÇÃO

L'histoire peut élargir, compléter, corriger, voire réfuter le témoignage de la mémoire sur le passé, elle ne saurait l'abolir. Pourquoi? Parce que, nous a-t-il semblé, la mémoire reste le gardien de l'ultime dialectique constitutive de la passéité du passé, à savoir le rapport entre le "ne plus" qui en marque le caractère révolu, aboli, dépassé, et l' "ayant-été" qui en désigne le caractère original et en ce sens indestructible. Que quelque chose soit effectivement arrivé, c'est la croyance antéprédicative – et même prénarrative – sur laquelle repose la reconnaissance des images du passé et le témoignage oral. À cet égard, les événements, tels la Shoah et les grands crimes du XX<sup>e</sup> siècle, situés aux limites de la représentation, se dressent au nom de tous les événements qui ont laissé leur empreinte traumatique sur les cœurs et sur les corps: ils protestent qu'ils ont été et à ce titre ils demandent à être dits, racontés, compris. Cette protestation, qui nourrit l'attestation, est de l'ordre de la croyance: elle peut être contestée, mais non réfutée [Ricœur, *MHO*, 647, 648].

Entre as várias temáticas que é possível assinalar em *La mémoire, histoire, oubli*, uma sobressai pela sua constância e valor: «La notion de représentation et sa riche polysémie traversent de part en part cet ouvrage (Ricœur, *MHO*, 236).

A noção polissémica de representação figura na obra de Ricœur em três contextos e aceções diferentes. Começa por designar um enigma da memória, em relação com a problemática grega da imagem (*eikon*). O fenómeno mnemónico, quer seja entendido como o processo passivo da lembrança (*mneme*),

enquanto imagem que aparece, quer signifique o modo ativo de recordar-se (*anamnesis*), enquanto objeto de uma busca, é sempre a representação na memória de algo ausente mas ocorrido antes.

A categoria da representação surge ainda com dois sentidos distintos na visão tripartida da epistemologia da história. É o objeto ou referente privilegiado da explicação/compreensão, sucessora e substituta da noção volátil e imprecisa de mentalidade, e designa, na terceira fase da operação historiográfica, o ato de escrever/representar/publicar o trabalho que o historiador começou nos arquivos. É justamente nesta fase que a escrita da história se torna literária, levantando a questão que vai ao encontro do *busilis* da nossa investigação: como é que a operação histórica preserva, neste estágio, a ambição de verdade que a distingue da ficção<sup>346</sup>.

A historiografia repete, nesta fase final, o enigma gerado pela memória, a representação de algo ausente. Por isso, um dos objetivos finais de Ricœur é esclarecer até que ponto a representação histórica do passado resolve ou, simplesmente, transpõe as aporias relacionadas com a representação mnemônica.

A obra *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000) divide-se em três partes, sendo que a problemática comum da representação do passado percorre as três<sup>347</sup>. A primeira parte é preenchida por uma fenomenologia da memória, a

---

<sup>346</sup> «Poser cette question, c'est demander en quoi l'histoire reste ou plutôt devient représentation du passé, ce que la fiction n'est pas, du moins en intention, si elle l'est en quelque sort par surcroît» (Ricœur, *MHO*, 240).

<sup>347</sup> No preâmbulo da obra, Ricœur aponta os três motivos principais que presidiram à feitura da mesma. Em primeiro lugar, a preocupação privada de preencher uma lacuna de *Temps et Récit*, onde a relação direta entre experiência temporal e narrativa histórica e ficcional descurou os níveis intermediários da memória e do esquecimento. Em segundo, uma consideração profissional, que diz respeito à participação do autor em imensos colóquios e debates e seminários promovidos por historiadores profissionais em torno do problemático relacionamento entre memória e história. Por fim, uma preocupação pública: o autor confessava-se perturbado quer pelo excesso de memória quer pelo excesso de esquecimento, bem como pela influência das comemorações e dos abusos de memória e de esquecimento. Daí o seu projeto de uma política da justa memória. «L'idée d'une politique de la juste mémoire est à cet égard un des mes thèmes civiques avoués» (*MHO*, I; vide, etiam, Ricœur 1998b: 17). Dosse (200: 1-2) sublinha as circunstâncias favoráveis que tornam a publicação da obra de Ricœur extremamente oportuna e pertinente: crise de historicidade com uma consequente febre das comemorações; recurso constante aos historiadores por parte de uma sociedade que tem tendência para confundir os papéis da testemunha, do perito, do juiz e do historiador; perda de valor estruturante dos grandes esquemas ideológicos de explicação histórica (funcionalismo, estruturalismo, marxismo e outros -ismos) que gera um clima de incertezas acerca do interesse da operação histórica.

segunda consagra-se à epistemologia da história e a terceira reflete acerca da hermenêutica da condição histórica. Sendo uma obra extensa, centraremos a nossa atenção, de modo particular, na segunda secção, precisamente aquela onde o filósofo, na tentativa de preservar e demarcar as competências da epistemologia da história face à memória, toca em cheio na questão que tem sido alvo da nossa pesquisa: a relação entre história e ficção.

Em *Temps et Récit*, o confronto da história era feito com a narrativa tradicional e daí com a ficção. Devido ao imenso fosso que a historiografia francesa, hegemónica na primeira metade do século XX, cavou entre a prática histórica e a fenomenologia da ação humana, Ricœur tentou superar esse abismo erguendo uma ponte entre história e narrativa, por intermédio da conciliação entre compreensão e explicação. As narrativas ficcionais narram sempre ações e padecimentos humanos no tempo e a história, indiretamente e com outros modos, também os narra.

Em *MHO*, o problema não se põe tanto a esse nível, porque o regresso da narrativa à história<sup>348</sup> e a entrada em cena da representação a uma escala micro-histórica quase abole esse fosso, tanto que, desta vez, Ricœur parece mais preocupado em demonstrar a permanência do hiato entre história e narrativa, exigido pelo corte epistemológico/metodológico anteriormente descrito<sup>349</sup>. Em *MHO*, o autor mostra-se inquietado com os usos e abusos da memória, a verdade, o esquecimento e o perdão<sup>350</sup>. A problemática relação entre história e

---

<sup>348</sup> Cf. Lawrence Stone, «Retour au récit ou réflexions sur une nouvelle histoire» (1980); Le Goff, «Comment écrire une biographie historique aujourd'hui» (1989); entre nós, cf. Fátima Bonifácio: «O abençoado retorno da velha história» (1993); «A narrativa da época pós-histórica» (1999); *Apologia da história política* (1999).

<sup>349</sup> «Les interactions humaines [...] survenant entre les agents et les patients de l'agir humain, ne se prêtent aux processus de modélisation par lesquels l'histoire s'inscrit parmi les sciences sociales qu'au prix d'une objetivation méthodique qui a valeur de coupure épistémologique par rapport à la mémoire et au récit ordinaire. À cet égard, histoire et phénoménologie de l'action ont intérêt à rester distinctes pour le plus grand bénéfice de leur dialogue» (Ricœur, *MHO*, 232).

<sup>350</sup> O esquecimento e o perdão constituem o horizonte final da reflexão ricœuriana, permitindo a unificação das três partes que formam o livro: «L'oubli et le pardon désignent, séparément et conjointement, l'horizon de toute notre recherche. Séparément, dans la mesure où ils relèvent chacun d'une problématique distincte: pour l'oubli celle de la mémoire et de la fidélité au passé; pour le pardon, celle de la culpabilité et de la réconciliation avec le passé» (Ricœur, *MHO*, 536). O esquecimento é um elemento do dever de memória e, ao mesmo tempo, uma marca da vulnerabilidade da condição humana. De um modo geral, o esquecimento é como que a sombra da memória infeliz projetada sobre a memória feliz. A esse nível, o perdão desempenha a função de esquecimento feliz, que possibilita uma

ficção é suscitada por questões inerentes à representação em discurso histórico da *Shoah*<sup>351</sup>, a saber, a dificuldade de encontrar uma forma literária capaz de representar/exibir a monstruosidade indizível/irrepresentável perpetrada pelos nazis sobre os judeus; e o problema do negacionismo, para o qual pode contribuir uma forma post-modernista de pensar a operação historiográfica, que tem em H. White uma das vozes mais influentes<sup>352</sup>. Estes factos obrigam o autor francês – que assimila algumas das ideias de White, pelas quais já em *Temps et Récit* mostrara simpatia e reservas, chamando a atenção para as suas insuficiências, nomeadamente, ao nível da explicação extranarrativa – a ser mais cauteloso e a exigir que a operação historiográfica não se fique, como quer

---

memória apaziguada. Memória e esquecimento são analisados em simetria: o esquecimento e a memória impedida; o esquecimento e a memória manipulada; o esquecimento comandado e a memória obrigada. É nesta última simetria que o conflito entre memória e história e memória e justiça se torna mais problemático, na medida em que o dever de memória corre o risco de ir contra o trabalho crítico da história. Nesse sentido, a justiça deve servir de imperativo para o dever de memória e de resposta para os abusos de memória (Ricœur, *MHO*, 107). Simetricamente, a amnistia e o direito de graça caracterizam o esquecimento comandado, sem que se possa falar de “dever de esquecimento”, pois há um “esquecimento de reserva” do qual se servem a história e a memória.

<sup>351</sup> «La Shoah oblige, en effet, à se poser le problème de la juste mémoire, du devoir de mémoire en face de la recherche historique; elle amène le philosophe à s’interroger sur la portée du témoignage en face de la preuve documentaire; *C’est aussi la Shoah qui infléchit la problématique de P. Ricœur lorsqu’il compare récit historique et récit de fiction* [o itálico é nosso]. Pression du négationnisme sur la réflexion qui entraîne de la part des philosophes et des historiens une vigilance telle qu’elle n’est pas sans conséquence pour l’imaginaire et la pensée contemporains» (Robin 2005: 39).

<sup>352</sup> O potencial devastador da obra de White, centrada no fazer-criar da história, é amplificado pela aliança com o movimento mais vasto do post-modernismo, que tratou a racionalidade histórica como mais uma das convicções que tentou arrasar, herdadas da época das Luzes (tidas pela medida do modernismo). É, pois, de acordo com Ricœur, «a autocompreensão de toda uma época que se joga por ocasião do debate em torno da verdade em história» (2000b: 743). Ricœur refere-se ao debate ocorrido entre a publicação de *Temps et Récit* e *La mémoire, l’histoire, l’oubli* (pesando na motivação de Ricœur para a redação desta última). H. White foi um dos protagonistas, ao ver a sua teoria meta-histórica, que não distingue história de ficção, confrontada com os limites da representação histórica da Shoah e as seduções do negacionismo. A polémica teve origem num colóquio, em 1992, organizado por Saul Friedländer, onde White é fortemente atacado, nomeadamente, por C. Ginzburg, que o acusa de defender uma teoria poética que é uma ameaça para a verdade histórica. É acusado de radicalismo narrativista, formalismo, indiferença perante um referente que estava a tomar estranhas proporções nos anos noventa. Damos conta do desenrolar e das implicações deste debate mais detalhadamente no capítulo consignado ao tema da «representação e retórica: a questão do referente».



White, pela configuração narrativa e pela retórica literária, mas seja obrigada a cumprir o trajecto completo da epistemologia histórica, incluindo a prova documental e o processo de explicação/compreensão<sup>353</sup>. Para além disso, mostrando um avanço relativamente a *Temps et Récit*, o filósofo francês tem o cuidado de separar o que provém dos modelos explicativos do que provém da *mise en intrigue*<sup>354</sup>. Deste modo, estabelece as bases de uma epistemologia histórica capaz de restituir, até certo ponto, o passado e corresponder ao pacto de leitura, assente num compromisso de verdade, entre historiador e leitor.

Não se pode pôr no mesmo plano de rigor científico história e memória, mas a segunda é filha da primeira<sup>355</sup>. Além do mais, a história precisa da memória, da memória arquivada, ponto de partida da prova documental, capaz de certificar ou invalidar determinada explicação. A memória procura ser fiável e obter confiança; a história, verdadeira, crítica e obter ciência. É o lema da verdade que ressurge no pensamento de Ricœur com toda a vitalidade. A questão propriamente dita da ficção está implícita, ganhando proeminência na segunda secção da obra e, dentro desta, de forma mais relevante, no momento da redação do discurso histórico ou da representação literária.

À luz do que propõe Michel de Certeau em *Faire de l'histoire* (1974: 3-41), Ricœur começa por estabelecer a análise epistemológica como historiografia<sup>356</sup>. Isto significa que a história é escrita de uma ponta à outra da ope-

---

<sup>353</sup> A citação que transcrevemos a seguir é lapidar nesta obra de Ricœur, porquanto ela resume a sua posição relativamente às teses de H. White e a sua teoria epistemológica da história: «Il faut patiemment articuler les modes de la représentation sur ceux de l'explication/compréhension et, à travers ceux-ci, sur le moment documentaire et sa matrice de vérité présumée, à savoir le témoignage de ceux qui déclarent s'être trouvés là où les choses sont advenues. On ne trouvera jamais dans la forme narrative en tant que telle la raison de cette quête de référentialité. C'est ce travail de remembrement du discours historique pris dans la complexité de ses phases opératoires qui est totalement absent des préoccupations de H. White» (Ricœur, *MHO*, 328).

<sup>354</sup> «[...] la crainte de confondre la cohérence narrative avec la connexité explicative m'a conduit à ajourner le traitement du narratif en histoire jusqu'au moment de la prise en compte des signes de littéarité» (Ricœur 2000b: 742).

<sup>355</sup> A ideia de memória como matriz da história é muito cara a Ricœur, na medida em que a história é herdeira das aporias e embaraços da memória: «Si l'histoire a au plan du savoir un commencement distinct, marqué de noms fameux, Hérodote, Thucydide, voire des sources plus anciennes, ses problèmes majeurs, et, pour le dire d'emblée, ses difficultés, ses embarras lui viennent de plus loin qu'elle, de la mémoire précisément» (Ricœur 1996: 7).

<sup>356</sup> Historiografia não designa aqui, restritamente, nem a fase da pesquisa ou da prova nem a fase da escrita, mas sim todo o processo tripartido que constitui a operação histórica, logo, deve ser entendida na aceção que lhe dá Certeau: operação em que consiste o conhe-

ração epistemológica: «L’histoire est de bout en bout écriture» (Ricœur, *MHO*, 171). Ricœur fala de três níveis do discurso histórico. Perfilhando a divisão triádica de Michel de Certeau, o filósofo estabelece três momentos ou fases principais na epistemologia da história, sendo o primeiro o da prova documental, o segundo da compreensão/explicação e o terceiro da representação<sup>357</sup>. A primeira fase vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e visa o estabelecimento da prova documental. A segunda concerne os variados usos do conector “porque” como resposta ao “porquê?”: porque é que as coisas se passaram deste modo e não de outro? Note-se que não há mais oposição entre explicação e compreensão, fruto do trabalho de conciliação que já tivemos oportunidade de descrever anteriormente. A fase representativa diz respeito à *mise en intrigue* ou configuração literária do discurso que se apresenta aos leitores. As três fases estão interligadas sem qualquer ordem sequencial cronológica<sup>358</sup>, havendo escrita e interpretação em todas elas. Por conseguinte, não podemos desligar a escritura da história dos momentos de pesquisa e explicação. Cada um deles põe em evidência questões e aporias que concernem a relação história-ficção. Há, no entanto, uma progressão da operação histórica da primeira para a terceira fase, que diz respeito à manifestação da intenção histórica de reconstrução verdadeira do passado: «Ce n’est que dans la troisième phase en effet que se déclare ouvertement [...] l’intention de représenter en vérité les choses passées, par quoi se définit face à la mémoire le projet cognitif et pratique de l’histoire telle que l’écrivent les historiens de métier» (ibid.).

---

cimento histórico. É por isso que Ricœur tem o cuidado de não chamar fase historiográfica à fase de composição do texto histórico, mas antes “literária” ou “escriturária” para sublinhar o modo de expressão ou “representativa”, se a tónica é posta na exposição ou na exibição da intenção histórica, que consiste na *representação* presente das coisas ausentes do passado.

<sup>357</sup> Ricœur retoma em *MHO* a mesma divisão triádica (pesquisa, explicação, escrita) que já tinha ensaiado num estudo anterior: «Philosophies critiques de l’histoire: recherche, explication, écriture», in Guttorm FlØistad (dir.), *Philosophical Problems Today*, I, Dordrecht-Boston-Londres, Kluwer Academic Publishers, Institut international de philosophie, 1994, pp. 139-201.

<sup>358</sup> «On a proposé le mot “phase” pour caractériser les trois segments de l’opération historiographique. Il ne doit pas y avoir d’équivoque concernant l’usage du terme: il ne s’agit pas de stades chronologiquement distincts, mais de moments méthodologiques imbriqués les uns dans les autres; [...] nul ne consulte une archive sans projet d’explication, sans hypothèse de compréhension; et nul ne s’emploie à expliquer un cours d’événements sans recourir à une mise en forme littéraire expresse de caractère narratif, rhétorique ou imaginaire. Toute idée de succession chronologique doit être bannie de l’emploi du terme “phase opératoire”» (Ricœur, *MHO*, 170).

Se voltarmos ao princípio anteriormente enunciado de que a história é escrita do início ao fim, temos nos arquivos a primeira escrita, com a qual se confronta a história mesmo antes de se tornar ela própria também uma forma escrita sob o modo literário da escritura. Nesse sentido, a fase intermédia de explicação/compreensão encontra-se enquadrada por duas escritas, uma a montante e outra a jusante. Ricœur diz que ela «recolhe a energia da primeira e antecipa a energia da segunda» (ibid.).

## 1. REPRESENTAÇÃO MNEMÓNICA

Ainda antes de passarmos à exposição tripartida da operação historiográfica, deixamos aqui um breve apontamento sobre a reflexão que Ricœur opera em torno da problemática da representação no âmbito da fenomenologia da memória, na medida em que os enigmas da memória, seja, na sua dimensão cognitiva, a *representação* de algo ausente acontecido anteriormente seja na sua dimensão prática, os usos e abusos a que se presta uma memória exercida, reaparecem ao longo da reflexão epistemológica<sup>359</sup>. A história é representação a dois níveis, ao nível do objeto privilegiado da explicação/compreensão – que visa o plano da formação de vínculos sociais e de identidades – e ao nível da representação escrita, que corresponde à última fase da operação historiográfica, a da redação do discurso histórico. Ora estes dois tipos de representação não são totalmente estranhos à representação mnemónica, de um modo muito especial a representação literária. O ícone do passado formado pela imagem mnemónica reaparecerá na máxima força no último estágio da operação historiográfica, particularmente, ao nível representância.

Antes de mais, convém ressaltar que Ricœur vai contra a tendência de muitos autores que abordam a memória pelo lado das suas deficiências, das suas disfunções. A ele, interessa-lhe, fundamentalmente, abordar os fenómenos

---

<sup>359</sup> Ao começar a sua obra pela representação mnemónica, Ricœur não tem intenção de tomar partido pelos advogados da memória contra a história, ele fá-lo porque o problema da representação, que é a cruz do historiador, já figura no campo da memória antes de chegar à história. «L’histoire en ce sens est l’héritière d’un problème qui se pose en quelque sorte en dessous d’elle, au plan de la mémoire et de l’oubli; et ses difficultés spécifiques ne font que s’ajouter à celles propres à l’expérience mnémonique» (Ricœur 2000b: 731). O estudo que Ricœur apresenta em *MHO* sobre a memória, e que ocupa a primeira parte do tríptico em que se divide a obra, tem por base uma série de artigos que o autor foi apresentando em colóquios ou em revistas. Destacamos «Entre mémoire et histoire» (1996), «Histoire et mémoire» (1998b) e «L’écriture de l’histoire et la représentation du passé» (2000b).

mnemônicos do ponto de vista das suas capacidades para a concretização de uma memória feliz, ou seja, de uma memória que, guiada pelo desejo de fidelidade ao passado, atinge o *reconhecimento*<sup>360</sup>.

Dos Gregos herdámos a ideia de recordação como imagem (*eikon*) do passado, imaginação e memória têm em comum a *presença de uma ausência*<sup>361</sup>. Daqui decorre um primeiro enigma que é comum a memória e a imaginação: a imagem é presente mas é signo, impressão de algo ausente<sup>362</sup>. No entanto, há a imagem derivada do imaginário e a imagem-recordação derivada da memória. Desfazer esta confusão implica distinguir memória de imaginação, uma distinção que nos lembra a distinção entre história e ficção. Memória e imaginação são separadas por motivos de ordem eidética ou intencional: a imaginação visa o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico, ao passo que a memória (tal como a história) tende para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência do acontecimento ocorrido. Daqui resulta a segunda parte da aporia, a imagem remete para algo efetivamente ocorrido no passado.

A teoria platónica não cuida desta separação. Ao considerar o “*eikon*” (a imagem) simplesmente como um fenómeno de presença de uma coisa ausente, sem consideração pela marca temporal da anterioridade, descarta a especificidade da função temporalizante da memória. Aristóteles reconhece esta especi-

---

<sup>360</sup> «À la mémoire est attachée une ambition, une prétention, celle d’être fidèle au passé; à cet égard, les déficiences relevant de l’oubli [...] ne doivent pas être traitées d’emblée comme des formes pathologiques, comme des dysfonctions, mais comme l’envers d’ombre de la région éclairée de la mémoire, qui nous relie à ce qui s’est passé avant que nous en faisons mémoire. Si l’on peut faire reproche à la mémoire de s’avérer peu fiable, c’est précisément parce qu’elle est notre seule et unique ressource pour signifier le caractère passé de ce dont nous déclarons nous souvenir. Nul ne songerait à adresser pareil reproche à l’imagination, dans la mesure où celle-ci a pour paradigme l’irréel, le fictif, le possible et d’autres traits qu’on peut dire non positionnels [...] Pour le dire brutalement, nous n’avons pas mieux que la mémoire pour signifier que quelque chose a eu lieu, est arrivé, s’est passé *avant* que nous déclarions nous en souvenir» (Ricœur, *MHO*, 26)

<sup>361</sup> É como imagem presente de algo ausente que a memória se junta à história, pois o passado que ambas buscam padece desse enigma de ausência-presença. A história é um “motor de busca” que procura incessantemente o que Michel de Certeau chama o “ausente da história”, isto é, a recordação reconhecida como passado.

<sup>362</sup> «Voici l’énigme: le souvenir vient à l’esprit comme une image qui se donne spontanément comme signe, non d’elle-même présente, mais d’une autre chose absente qui, dans le cas précis de l’image-souvenir, est désignée comme ayant existé auparavant. Trois traits par conséquent: présence, absence, antériorité; trois traits assignés à des entités différentes. La présence est celle de l’image même, mais d’une image qui se donne comme la trace, l’empreinte, le signe de la chose absente» (Ricœur 1996: 8).

ficidade, por isso Ricœur conduz a sua reflexão tendo como divisa a asserção aristotélica «a memória é do passado», extraída do seu pequeno texto *Acerca da memória e da reminiscência*, que integra o grupo das *Parva Naturalia*. Diferentemente da fantasia ou da imaginação, com a memória, a marca do antes e do depois está ligada à coisa evocada. A marca temporal é encontrada pela distinção que o Estagirita estabelece entre *mneme* e *anamnesis*. A “mneme” (memória) designa a impressão passiva surgida na memória e passível de invocação espontânea; a “anamnesis” (reminiscência) designa a ação mais ou menos laboriosa e produtiva de recordar-se de algo acontecido antes.

O acento temporal não resolve a aporia da imagem como presença do ausente, mas estende-a para o tempo. Aristóteles sabe que a imagem, tal como a pintura de um animal, consiste em duas coisas ao mesmo tempo: ela é ela própria e a representação de outra coisa. Este enigma repete-se na representação escriturária da história, porquanto também ela é em si mesma uma coisa e a representação de outra ausente. Podemos dizer que a imagem é ao mesmo tempo inscrição atual e signo do seu outro. É sobre esta alteridade do outro que o tempo larga a sua marca distintiva ao nível da memória, dando azo ao conceito de “anamnesis”. A recordação da coisa não é sempre dada, por vezes é preciso procurá-la: a procura (“anamnesis”) é reminiscência, é recordação. As duas faces da memória (presença da recordação e busca da recordação) lançam as bases de uma fenomenologia e de uma definição de memória:

Quant à moi, après un long embarras, je suis arrivé à la conviction que la mémoire, définie par la présence à l'esprit d'une chose du passé et par la recherche d'une telle présence peut par principe être attribuée à toutes les personnes grammaticales: moi, elle/lui, nous, eux, etc. [...] la mémoire n'est plus alors [...] que la réflexion de soi sur soi étalée dans le temps [Ricœur 2000b: 734].

A memória é o que temos de melhor para nos certificarmos de que algo aconteceu realmente. Do mesmo modo que a história procura ser verdadeira, também a memória segue um regime de verdade específico: procura ser fiel. Mas como? Através do reconhecimento, que tende a manifestar-se sob a forma de um julgamento declarativo do género: «sim, é mesmo ela» ou «é mesmo ele». Por meio da “anamnesis”, o passado regressa sob o modo de reconhecimento, constituindo uma primeira resolução para o enigma da memória<sup>363</sup>.

---

<sup>363</sup> «Et voici la première et provisoire résolution que la mémoire en propose. [...] La reconnaissance des images, la survivance des images. La reconnaissance est, comme j'aime dire, un petit miracle: c'est de ce bonheur de la reconnaissance que l'histoire sera privée et à la recherche duquel elle est peut-être vouée» (Ricœur 1996: 8).

Nenhuma outra experiência primária como o reconhecimento é capaz de nos dar a presença atual da ausência do que, ainda que desaparecido e passado, se anuncia como tendo sido. A autoapresentação do “eikon” como imagem do ausente é a única garantia que temos. Podemos enganar-nos? Podemos, mas não temos outro instrumento para além da memória para aceder ao passado, com quem estabelece um pacto de fidelidade no momento do reconhecimento<sup>364</sup>.

Cette requête de vérité spécifique la mémoire comme grandeur cognitive. Plus précisément, c’est dans le moment de la reconnaissance, sur lequel s’achève l’effort du rappel, que cette requête de vérité se déclare elle-même. Nous sentons et savons alors que quelque chose s’est passé, que quelque chose a eu lieu, qui nous a impliqués comme agents, comme patients, comme témoins. Appelons fidélité cette requête de vérité. Nous parlerons désormais de la vérité-fidélité du souvenir pour dire cette requête, cette revendication, ce *claim*, qui constitue la dimension épistémique-véritative de *l’orthos logos* de la mémoire [Ricœur, *MHO*, 66].

A representação mnemónica diz inteiramente respeito a esta dimensão cognitiva que acabámos de expor, recorrendo às palavras do autor. No entanto, Ricœur diz que lembrar-se não é apenas acolher ou receber uma imagem do passado, é também procurá-la. Ou seja, para além da sua dimensão cognitiva ou epistémica que é a operação de reconhecimento, a memória tem uma dimensão prática de pesquisa (“zetesis”), que provém do seu uso ou exercício. Na atividade de lembrar-se, estas duas facetas atuam em conjunto, atividade que o autor francês designa de rememoração.

Le fait remarquable est que les deux approches cognitive et pragmatique se recoupent dans l’opération du rappel; la reconnaissance, qui couronne la recherche réussie, y désigne la face cognitive du rappel, tandis que l’effort et le travail s’inscrivent dans ce champ pratique. Nous réservons désormais le terme de *remémoration* pour signifier cette superposition dans la même opération de *l’anamnesis*, de la récollection, du rappel, des deux problématiques: cognitive et pragmatique» [Ricœur, *MHO*, 67].

A atividade de rememoração definida pelo filósofo francês é herdeira direta do processo de “anamnesis” teorizado por Aristóteles e, indiretamente, da

---

<sup>364</sup> «Mais – je le dis fortement – nous n’avons pas mieux que l’image-souvenir dans le moment de la reconnaissance» (Ricœur 2000b: 733). «La certitude est ici inexpugnable au point de nous faire avouer: aussi douteux que soit le souvenir dans le moment de la reconnaissance, nous n’avons pas mieux que lui pour nous faire éprouver, croire, dire, raconter, que quelque chose a eu lieu auparavant tel que nous en faisons mémoire» (Ricœur 1996: 8-9).

“anamnesis” platônica. É justamente nesta dupla vertente da memória que Ricœur descortina o essencial da confrontação entre a história e a memória. A operação historiográfica é também ela conhecimento e prática<sup>365</sup>.

Cette originalité du phénomène mnémonique est d'une importance considérable pour toute la suite de nos investigations. En effet, elle caractérise également l'opération historiographique en tant que pratique théorique. L'historien entreprend de “faire de l'histoire” comme chacun de nous s'emploie à “faire mémoire”. La confrontation entre mémoire et histoire se jouera pour l'essentiel au niveau de ces deux opérations indivisément cognitives et pratiques [Ricœur, *MHO*, 68].

O exercício da memória, o seu uso e possível abuso<sup>366</sup>, acarreta alguns perigos, podendo comprometer a ambição “veritativa” (“véritative”) da memória. Na sua dimensão *epistémica*, a “memória feliz” é a que alcança o reconhecimento. Porém, alguns obstáculos de ordem *pragmática* podem interpor-se no seu caminho e impedir a memória em exercício de ser feliz. Ricœur examina os abusos da memória artificial, particularmente os decorrentes da memorização, relacionada com os processos de aprendizagem escolares ou profissionais, e os da memória natural. Estes últimos ramificam-se do seguinte modo: ao

---

<sup>365</sup> A originalidade de Ricœur está em não apresentar a memória e a história como inconciliáveis, abolindo a tradicional dissociação entre ambas (Maurice Halbwachs). A sua relação é inseparável, intrincada. Discurso histórico e discurso mnemónico sofrem interferências mútuas. A memória serve de matriz à história. Na sua pesquisa rigorosa, o historiador não pode reduzir os traços memoriais a resíduos falaciosos ou a ficções ilusórias. Também não pode confinar a memória ao domínio do psíquico, da impressão, do fluido. Há um aspeto onde a memória leva a melhor sobre a história: a memória concede-nos a possibilidade do reconhecimento. Porque a história não goza deste privilégio, o seu enigma de representação revela outros contornos e as suas construções complexas só podem almejar ser reconstruções, se quiser cumprir o pacto de verdade com o leitor. É por isso que a história não pode emancipar-se totalmente da memória. Mas se a memória é a sua matriz, cabe à história dominá-la, regulá-la, iluminá-la e traduzir-lhe o sentido. Ao nível da epistemologia da história, enquanto disciplina científica, é inquestionável a independência da história relativamente à memória: «[...] l'autonomie de la connaissance historique par rapport au phénomène mnémonique demeure la présupposition majeure d'une épistémologie cohérente de l'histoire en tant que discipline scientifique et littéraire» (Ricœur, *MHO*, 168,169). Só no plano de uma hermenêutica da condição histórica do homem, as afinidades entre o conhecimento e a prática da história e a experiência da memória viva serão postas em confronto (vide *MHO*, 512-589).

<sup>366</sup> «Disons-le d'un mot, l'exercice de la mémoire, c'est son usage; or l'us comporte la possibilité de l'abus. [...] C'est par le biais de l'abus que la visée véritative de la mémoire est massivement menacée» (Ricœur, *MHO*, 68).

nível patológico-terapêutico, a memória impedida; ao nível prático, a memória manipulada; ao nível ético-político, uma memória abusivamente comandada e convocada (obrigada), quando comemoração casa com rememoração.

Posto isto, podemos afirmar que para Ricœur a memória é processo e representação. O enigma que ela transporta deriva, justamente, do facto de ser representação presente de uma coisa passada, logo, ausente, abrindo caminho para um problema que afeta igualmente a história: a verdade de algo que tendo sido já não é<sup>367</sup>. A defesa de uma “política da justa memória” e do “dever de memória” justifica-se plenamente na economia de uma obra que terça armas contra o esquecimento (dos horrores do século XX) e o seu paroxismo, o negacionismo, em nome da justiça e do reconhecimento. A memória é um meio essencial para fazer jus às vítimas do passado. Um acontecimento como Auschwitz está na memória coletiva antes de estar na história. Não se trata de desclassificar a história perante a memória, a história tem autonomia e privilégios únicos, nomeadamente a função de corrigir a verdade que a imediatez da memória nos transmite<sup>368</sup>. Todavia, a memória é a guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo e aproxima-se da história pela sua ambição de verdade, sob o regime específico da fidelidade. Além do mais, a memória declarativa da testemunha é fundamental para o processo historiográfico: «Le témoignage en effet commence avec la mémoire elle-même prise à son niveau déclaratif: la mémoire se dit et se raconte» (Ricœur 1996: 10).

A memória arquivada tornada prova documental é o substrato da história, estrutura fundamental de transição e de rutura entre a memória e a história. O arquivo rompe com o “ouvi dizer” da tradição oral e a prova documental marca a entrada em cena da disciplina científica, com metodologia própria, que é a história.

---

<sup>367</sup> «C’est la représentation de ce qui n’est plus présent qui pose de la façon la plus tranchante la question de la vérité dans la représentation» (Ricœur 1996: 7).

<sup>368</sup> «En effet, il est un privilège qui ne saurait être refusé à l’histoire, celui non seulement d’étendre la mémoire collective au-delà de tout souvenir effectif, mais de corriger, de critiquer, voire de démentir la mémoire d’une communauté déterminée, lorsqu’elle se replie et se referme sur ses souffrances propres au point de se rendre aveugle et sourde aux souffrances des autres communautés. C’est sur le chemin de la critique historique que la mémoire rencontre le sens de la justice. Que serait une mémoire heureuse qui ne serait pas aussi une mémoire équitable?» (Ricœur, *MHO*, 650).



### 1.1. O documento como prova científica

Na linha do que já vinha afirmando em *Temps et Récit* – ainda que não de forma tão vincada e desenvolvida como o faz aqui – Ricœur volta a defender a prova documental como um dos constituintes essenciais da epistemologia histórica. Ademais, a distinção entre história e ficção começa desde logo pelas constrações que a prova documental impõe ao trabalho do historiador – ideia que acentuámos quando falámos do entrecruzamento de história e ficção.

O capítulo correspondente à prova documental subdivide-se em cinco tópicos principais: I) o espaço habitado; II) o tempo histórico; III) o testemunho; IV) o arquivo; V) a prova documental.

Os dois primeiros dizem respeito ao espaço e ao tempo, elementos chave da historiografia, na medida em que tudo o que a história narra está, obrigatória e simultaneamente, referido a um espaço e a um tempo realmente existentes no passado, por isso, eles são condições de possibilidade da operação historiográfica. Na esteira da *Estética transcendental* de Kant, Ricœur aborda o binómio começando pelo espaço. A ideia dominante é a de que o espaço é um lugar de inscrição da ação humana. O conceito nuclear é este mesmo de “inscrição”, na medida em que ele é mais abrangente que o da simples escrita, na aceção de fixação das expressões orais do discurso num suporte material. A inscrição refere-se a qualquer marca exterior adotada como apoio e revezamento para o trabalho da memória. Ricœur põe como premissa que a inscrição tem como condições formais as mutações que afetam o espaço e o tempo da memória viva, seja ela coletiva ou privada. Sendo a historiografia, em primeiro lugar, memória arquivada (o que faz com que o arquivamento sirva de base às outras operações da epistemologia histórica), é lógico que a mutação histórica do espaço e do tempo seja tida por condição formal da possibilidade do gesto de arquivamento.

Nenhum movimento (ou ausência dele) do corpo se diz, pensa ou demonstra sem uma referência, ainda que alusiva, aos pontos, linhas, superfícies, volumes, distâncias, inscritas sobre o espaço habitado pelo corpo. Falamos, pois, de dois espaços sobrepostos: um habitado e vivido pelo corpo e um outro neutro, geométrico. É no confim destes dois espaços que se situa o ato de habitar, ato este que exige uma arquitetura: «Or l’acte d’habiter n’est mis en place que par celui de construire. C’est l’architecture, dès lors, qui porte au jour la remarquable composition que forment ensemble l’espace géométrique et l’espace déployé par la condition corporelle» (Ricœur, *MHO*, 186).

Tal como o tempo histórico resulta da intercessão do tempo vivido com o tempo cósmico, também da intercessão de habitar e construir resulta um terceiro espaço, o espaço construído.

O que atrai a nossa atenção nesta reflexão em torno do espaço é a curiosa relação que o filósofo estabelece entre a inteligibilidade que regula o ato de construir e a que regula a composição narrativa configuradora do tempo. Se não vejamos: «Quant à l'acte de construire, considéré comme une opération distincte, il fait prévaloir un type d'intelligibilité de même niveau que celui qui caractérise la configuration du temps par la mise en intrigue» (ibid.).

Este paralelismo põe a descoberto todo um conjunto de analogias entre o tempo narrado e o espaço construído. Nenhum dos dois se reduz a frações do tempo universal ou do espaço geométrico. Nos dois casos, a configuração representa uma rutura e uma sutura: o espaço construído é também espaço geométrico, mensurável e calculável; a sua qualificação como lugar de vida sobre-põe-se e enleia-se nas suas propriedades geométricas, do mesmo modo que o tempo narrado agencia num todo tempo cósmico e tempo fenomenológico. Por conseguinte, a narrativa e a construção operam o mesmo tipo de *inscrição*, a primeira na duração, a segunda na dureza do material: «Chaque nouveau bâtiment s'inscrit dans l'espace urbain comme un récit dans un milieu d'intertextualité» (ibid.: 187).

A ideia de espaço leva também Ricœur a recapitular a influência que os avanços alcançados pela geografia tiveram sobre a história praticada pela escola dos Annales, pondo o acento, por um lado, sobre as permanências, representadas pelas estruturas estáveis das paisagens, por outro, sobre a descrição expressa no florescimento das monografias regionais. Imediatamente, vem-nos ao pensamento a geo-história de Braudel em torno do Mediterrâneo e o mundo mediterrânico e os seus escritos que associavam, frequentemente, o tempo ao espaço, por exemplo, quando diz que o espaço refreia a duração. Mas, nota Ricœur, mesmo o espaço de Braudel é um espaço civilizacional, ou seja, um meio habitado, povoado. O espaço está em função do homem, é o lugar onde o homem atua e inscreve as mais lentas durações que a história conhece.

A dialética do espaço vivido, espaço geométrico e espaço habitado é similar à dialética do tempo vivido, tempo cósmico e tempo histórico. Ricœur vê uma simetria entre a localização na ordem do espaço e a datação na ordem do tempo. Mas, desta vez, o filósofo não está interessado em conciliar o tempo fenomenológico com o tempo cosmológico por intermédio dos conectores da história. O seu objetivo é compreender a transição da memória viva à posição “extrínseca” do conhecimento histórico. A noção de terceiro tempo (tempo his-

tórico) regressa como uma das condições formais de possibilidade da operação historiográfica.

Ricœur começa por recordar as características do tempo crónico teorizado por Benveniste, sobre o qual desenvolve, em *Temps et Récit* (TR III, 193-198), a ideia de “tiers temps”<sup>369</sup>. Depois relaciona esta constituição do tempo com a mutação histórica do tempo da memória. A datação, enquanto fenómeno de inscrição, aparece ligada a uma capacidade para datar, inerente à experiência viva e, singularmente, ao sentimento de afastamento do passado e à apreciação da profundidade temporal. A referência temporal como extensão aparece, necessariamente, implícita nos acontecimentos que a memória declara ter vivido ou presenciado, pois, como Aristóteles, Agostinho, Kant, Husserl e Bergson no-lo ensinam, a extensão é uma propriedade primitiva da nossa noção de tempo. Por conseguinte, o tempo do calendário consiste numa modalidade temporal de inscrição, ou seja, num sistema de datas extrínsecas aos acontecimentos. A memória recorre a estas datas do calendário para *inscrever* no tempo os acontecimentos que recorda. O tempo do calendário serve de grelha temporal para as distinções estabelecidas por economistas, sociólogos, politólogos, historiadores, entre curto termo, médio termo, longo termo, ciclo, período, pois aí é possível medir os intervalos entre acontecimentos datados. A própria brevidade da nossa vida é afirmada por comparação com a imensidade do tempo crónico indefinido.

O tempo crónico ou do calendário funciona ainda no tempo da cronometria (unidades circulares de tempo: dia, semana, mês, ano) e da cronologia (unidades lineares de tempo longo: século, milénio), mas não tem lugar na cronografia (registo de sucessões de acontecimentos únicos por relação com outros e sem referência ao calendário) nem na cronosofia (vários modos opostos de conceber o tempo: estacionário vs reversível, linear vs cíclico). São quatro maneiras de visualizar o tempo, de o traduzir por signos, que vão além dos limites do conhecimento impostos pela história dos historiadores ao ignorarem a distinção entre mito e razão, filosofia e teologia, especulação e imaginação simbólica.

Não obstante, Pomian, teorizador destas quatro formas de representar o tempo<sup>370</sup>, estabelece uma interessante correspondência entre a cronosofia, que

---

<sup>369</sup> Recapitulamos, sinteticamente, as três características principais do tempo crónico: 1) a referência de todos os acontecimentos a um acontecimento fundador que serve de eixo do tempo; 2) a possibilidade de percorrer os intervalos de tempo nas duas direções opostas de anterioridade ou posterioridade relativamente ao ponto zero; 3) a constituição de um relatório de unidades que servem para designar os intervalos de tempo: dia, mês, ano, etc.

<sup>370</sup> Krzysztof Pomian, *L'Ordre du temps*, Gallimard, coll. «Bibliothèque des histoires», Paris, 1984.

está nos limites do pensável, e a cronologia com que trabalha a história pensante, mostrando a que ponto a primeira influenciou a segunda. As grandes categorias que os historiadores usam para ordenar o seu discurso na fase de explicação/compreensão, a saber, “acontecimentos”, “repetições”, “épocas”, “estruturas”, são reflexos da cronosofia. Pomian entende por cronosofia as grandes periodizações da história, como as do Cristianismo e do Islão, e as suas tentativas de correspondência com a cronologia. Ricœur detém-se na sobrevivência de cada uma destas categorias na historiografia e o impacto que continuam a ter na mentalidade histórica atual. Por influência da tipologia cronosófica inventámos todo um conjunto de categorias temporais e fazemos deduções acerca do tempo. A ela lhe devemos a oposição entre tempo estacionário (seja cíclico seja linear) e tempo não repetível (seja progressivo ou regressivo). O presente recebe um lugar significativo no todo da história, influenciado pelas grandes orientações do tempo cronosófico. Assim, falamos de idades, séculos, períodos, estádios, épocas por sua influência. Periodizações como Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Modernismo, Contemporaneidade; expressões como “regressar às fontes”, “avanços”, “recuos” “degradação de costumes”; ideias como a de “progresso” ou de “tempo linear cumulativo e irreversível”; os ciclos caros aos economistas ou os tempos sobrepostos de Braudel são exemplos que Ricœur evoca para demonstrar os resíduos cronosóficos que se escondem sob uma fachada científica. Mas conclui:

[...] l'affranchissement de toute cronosophie, au bénéfice d'un certain agnosticisme méthodique concernant la direction du temps, n'est pas achevé. Peut-être n'est-il pas souhaitable qu'il le soit, si l'histoire doit rester intéressante, c'est-à-dire continuer de parler à l'espoir, à la nostalgie, à l'angoisse [MHO, 197].

Com esta reflexão em torno do tempo histórico, Ricœur pretende recordar aos historiadores três coisas fundamentais: a primeira é que a operação historiográfica resulta não apenas da experiência viva da memória, mas também da especulação multimilenária sobre a ordem do tempo; a segunda é que o estruturalismo que fascinou várias gerações de historiadores provém, pela sua vertente especulativa, de uma instância teórica que é herdeira das grandes cronosofias teológicas e filosóficas; por último, uma vez que o conhecimento histórico não pôde nem poderá talvez libertar-se destas visões do tempo histórico (tempo cíclico ou linear, estacionário, declínio ou progresso), Ricœur questiona-se se não caberá à memória instruída pela história preservar a marca desta história especulativa multissecular e integrá-la no seu universo simbólico.

O tema do testemunho faz-nos passar das condições formais (espaço e tempo) ao conteúdo das coisas do passado, ou seja, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. O testemunho abrange todo um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e documentos e termina na prova documental.

Entre as muitas funções que pode ter o testemunho – para além do arquivamento tendo em vista a consulta posterior pelo historiador, o testemunho pode ser empregado na vida quotidiana ou na vida judicial, sancionado pela sentença de um tribunal – Ricœur opta por se concentrar no testemunho arquivado e sancionado pela prova documental. Mas fá-lo consciente da pluralidade de empregos e da partilha de elementos; por isso, termina a sua reflexão com uma tentativa de isolar as características suscetíveis de serem comuns aos vários tipos de testemunho<sup>371</sup>.

É no uso quotidiano do testemunho que melhor se discerne o núcleo comum ao uso judicial e ao uso histórico do testemunho. Uma conversa ordinária preserva melhor os traços essenciais do ato de testemunhar, que se podem resumir na seguinte definição de Dulong: «Un récit autobiographiquement certifié d'un événement passé, que ce récit soit effectué dans des circonstances informelles ou formelles» (apud Ricœur, *MHO*, 203, 204).

Ricœur vê nesta definição algumas das características essenciais do testemunho. A primeira tem duas faces: de um lado, a expressão verbal na primeira pessoa, em forma narrativa, de uma cena vivida ou presenciada pelo próprio narrador (a asserção da realidade factual do acontecimento narrado), do outro, a certificação ou autenticação da declaração pela experiência do seu autor, isto é, a sua presumível fiabilidade. A atestação dos factos narrados deve traçar uma fronteira entre realidade e ficção. É aqui que a memória soçobra, pois esta fronteira representa um problema para a fenomenologia da memória. É a este propósito que Ricœur declara ser este um problema que acompanha toda a epistemologia da história até à sua fase final de redação: «Et le rapport entre réalité et fiction ne cessera de nous tourmenter, jusqu'au stade de la représentation historique du passé» (Ricœur, *MHO*, 204).

A segunda componente diz respeito à indissociabilidade entre a asserção da realidade e a autodesignação do sujeito que testemunha. Desta união resulta a fórmula tipo do testemunho: “eu estava lá” (“j’y étais”). Atesta-se simultânea e indistintamente a realidade do que aconteceu e a presença do narrador no

---

<sup>371</sup> A obra que lhe serve de guia desta vez é a Renaud Dulong, *Le Témoin oculaire. Les conditions sociales de l'attestation personnelle*, EHESS, Paris, 1998.

local da ocorrência. A testemunha, ao declarar-se testemunha dos factos, nomeia-se a si própria. Este tipo de asserções liga o testemunho pontual com toda uma história de vida. Mas, da mesma forma, a autodesignação faz emergir a opacidade inextricável de uma história pessoal, porquanto esta aparece enredada nas histórias que narra. Este facto levanta um problema de objetividade/ /subjatividade: «C'est pourquoi l'empreinte affective d'un événement capable de frapper le témoin à la façon d'un coup ne coïncide pas nécessairement avec l'importance que lui attache le récepteur du témoignage» (ibid.: 205).

Em terceiro lugar, verificamos que a autodesignação se insere numa permuta dialogal que exige acreditação. A testemunha atesta os factos que viveu enquanto sujeito ou vítima diante de alguém que o ouve, mas nesse momento ele está numa posição de terceira pessoa relativamente aos intervenientes na ação. Exige-se, pois, uma relação de confiança. A testemunha pede crédito e o ouvinte deve conceder-lho. O ouvinte não só lhe concede certificação como vai além disso, ele acredita no que ouve. Este acreditar é uma alternativa à balança composta por confiança e suspeita. É a credibilidade testada da testemunha que dá autenticidade ao seu relato: “eu estava lá, acreditem em mim”.

A possibilidade de desconfiar, por seu turno, abre um espaço de polémica onde diversos testemunhos e testemunhas podem ser confrontados. Há sempre a possibilidade de perguntar a outra testemunha. O próprio declarante o admite ao dizer: “eu estava lá, acreditem, mas se não acreditam perguntem a outro”. A testemunha é aquele que aceita ser convocado e responder a um apelo eventualmente contraditório.

Por conseguinte, em nome do reforço da credibilidade e da fiabilidade, a testemunha deve estar disposta a repetir as suas declarações. Para garantir fiabilidade, deve manter a sua palavra ao longo do tempo.

A disposição para testemunhar faz do testemunho um fator de segurança nas relações sociais e este contributo da fiabilidade dos agentes sociais à confiança geral que deve sustentar as relações sociais faz do testemunho uma instituição, uma instituição natural, como lhe chama Ricœur (*MHO*, 206): «Ce qui fait institution, c'est d'abord la stabilité du témoignage prêt à être réitéré, ensuite la contribution de la fiabilité de chaque témoignage à la sûreté du lien social en tant qu'il repose sur la confiance dans la parole d'autrui» (ibid.: 207). Paulatinamente, este laço fiduciário estende-se a todos os intercâmbios, contratos e pactos e constitui o assentimento concedido à palavra de outrem, princípio fundamental do laço social, ao ponto de se tornar um hábito comunitário, uma regra de prudência que consiste, em primeiro lugar, em confiar na palavra do outro e, em seguida, duvidar se houver razões para isso. Esta é uma compe-

tência do que Ricœur designa de “homem capaz”: «Le crédit accordé à la parole d’autrui fait du monde social un monde intersubjectivement partagé» (ibid.). Conclui Ricœur: «En conclusion, c’est de la fiabilité, donc de l’attestation biographique, de chaque témoin pris un à un que dépend en dernier ressort le niveau moyen de sécurité langagière d’une société» (ibid.: 208).

O arquivo marca a entrada da escrita na operação historiográfica. O testemunho oral, ouvido e escutado é registado e transforma-se num arquivo escrito, lido e consultado. A consulta dos arquivos faz do historiador um leitor. Para além de lugares físicos e espaciais, onde se recolhem, conservam e classificam os traços documentais, os arquivos são também lugares sociais. Este atributo do arquivo é reconhecido por Michel de Certeau (1975) como o primeiro dos três painéis que formam o tríptico da operação historiográfica. Segundo ele, a primeira tarefa de uma epistemologia histórica é reportar um produto a um lugar, que pode ser uma profissão, um meio, um recrutamento.

Ricœur retoma as notas de *Temps et Récit* consagradas ao arquivo (TR III, 212-228), em busca dos traços que instauram uma rutura entre o arquivo e o “ouvi-dizer” do testemunho oral, adaptando agora esta oposição à dialética entre memória e história. A mudança de estatuto do testemunho falado ao de arquivo constitui a primeira mutação histórica da memória viva. Como toda a escritura, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; não tem nenhum destinatário específico, ao contrário do testemunho oral, que se dirige sempre a um interlocutor preciso. Além do mais, o documento depositado no arquivo é mudo e órfão, na medida em que está separado do enunciador, mas está sob os cuidados de quem tem competência para o interrogar, defender e proteger.

Ricœur relembra, mais uma vez, Marc Bloch e a sua *Apologia da história*, considerando-o o historiador que melhor compreendeu o lugar do testemunho na construção do fazer histórico. O facto de a história versar sobre “os homens no tempo”, torna o seu objeto de estudo necessariamente temporal, implicando uma relação entre o presente e o passado. O testemunho entra na cena histórica a título de traço do passado no presente. Já vimos anteriormente como Marc Bloch atribui ao traço uma função superior que subordina o próprio testemunho, que se pode dividir em escrito e não escrito, voluntário e não voluntário<sup>372</sup>. O traço é o operador por excelência de um conhecimento indireto,

---

<sup>372</sup> «En effet, à part les confessions, les autobiographies et autres journaux, les chartes, les pièces secrètes de chancellerie et quelques rapports confidentiels de chefs militaires, les documents d’archives sont majoritairement issus de témoins malgré eux» (Ricœur, *HMO*, 215).

é o veículo da *observação* histórica, e, nesse sentido, está para o conhecimento histórico como a observação direta para as ciências naturais. Todavia, é a *crítica* que faz da história uma ciência, logo, os testemunhos escritos e os outros traços não escritos devem ser postos à prova. A crítica nasceu no seio da história com o sentido de corroboração dos ditos de outrem. Há necessidade de examinar as fontes a fim de distinguir o verdadeiro do falso.

Os traços que Marc Bloch designa de “vestígios” e assimila à noção de testemunho não escrito merecem particular atenção<sup>373</sup>. Porque Ricœur é de opinião que eles desempenham um papel não negligenciável na corroboração dos testemunhos, decide ampliar e complementar a escassa reflexão de Bloch com o auxílio do método crítico de Carlo Ginzburg relativo ao “paradigma indiciário”<sup>374</sup>. Ginzburg fala de indício e paradigma indiciário por oposição ao paradigma da ciência clássica, que consiste na observação direta de factos<sup>375</sup>. Múltiplas disciplinas se regem por indícios, ao ponto de toda a semiótica se revelar indiciária. A história difere da ciência clássica, à maneira de Galileu, na medida em que o seu conhecimento é indireto, faz-se por meio de indícios e conjeturas. O paradigma indiciário abre todo um leque de possibilidades:

Si la réalité est opaque, des zones privilégiées existent – traces, indices – qui permettent de la déchiffrer. Cette idée, qui constitue le noyau du paradigme indiciare ou sémiotique, a fait son chemin dans les domaines le plus variés de la connaissance et modelé en profondeur les sciences humaines [Ginzburg, apud Ricœur, *HMO*, 221].

<sup>373</sup> Os vestígios são traços muito caros à arqueologia e podem ser utensílios, moedas, imagens pintadas, esculturas, mobiliário, objetos funerários, restos de habitações.

<sup>374</sup> Carlo Ginzburg, «Traces. Racines d’un paradigme indiciare», in *Mythes, Emblèmes, Traces. Morphologie et histoire*, coll. «Nouvelle Bibliothèque scientifique», Paris, 1989, pp. 139-180.

<sup>375</sup> «[...] au paradigme galiléen, défini par le rapport entre expérimentation, modélisation, vérification, s’oppose ce que Carlo Ginzburg appelle paradigme indiciare de nature sémiotique où le document d’archive est observé, interprété, soumis au jugement des experts; il voisine alors avec le symptôme médical et les autres vecteurs d’une connaissance indirecte, conjecturale, probable. Ce caractère indiciare de la médiation historique n’est pas signe d’un défaut d’objectivité: c’est le mode propre de l’objectivité de la connaissance historique: la vérité documentaire, en vertu de sa qualification probabiliste, admet des degrés, en fonction de la densité des indices, de leur cohérence, de l’amplitude de leur portée, de leur confirmation par le moyen de la comparaison et de la discussion. Ainsi la vérité en histoire s’est-elle éloignée d’un degré de la fidélité de la mémoire par la grâce du document et de l’archive» (Ricœur 1996: 10).



A semiologia indiciária exerce uma função de complemento, de controlo e de corroboração ao nível do testemunho oral ou escrito, na medida em que os signos que ela decifra não são de ordem verbal, podendo ser impressões digitais, arquivos fotográficos ou ADN – testemunhos silenciosos. O principal contributo de Ginzburg reside na abertura de uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de traço, dando ao conceito de documento a sua inteira envergadura. Simultaneamente, a relação de complementaridade entre o testemunho e o indício vem inscrever-se no círculo da coerência interno-externo que estrutura a prova documental. O indício tanto pode ser o traço que testemunha a passagem de um animal, como um texto, por analogia entre as letras impressas e as impressões deixadas pelo animal. Mas o indício também merece ser chamado “testemunho não escrito”, à maneira de Marc Bloch; desde que este intercâmbio entre indícios e testemunhos não impeça de preservar as respetivas diferenças de utilização. Quem ganhará com esta operação será o conceito de documento, soma dos indícios e dos testemunhos, cuja amplitude final se aproximará da amplitude inicial do traço. Note-se que Ricœur parte da noção de testemunho e termina com a elaboração da de documento, mais abrangente do que o testemunho.

Para o fim, Ricœur deixa a crise do testemunho gerada por aqueles testemunhos (fundamentalmente orais) de uma dor indizível, como por exemplo os dos sobreviventes do Holocausto. Tratando-se de experiências limite, este género de testemunhos levanta imensos problemas ao arquivamento, nomeadamente ao nível da receção, que parece limitada e incongruente, uma vez que quem ouve não está capaz de compreender, de criar empatia, de tal forma a experiência narrada é estranha e bizarra.

Cette compréhension a été édifíée sur les bases d’un sens de la ressemblance humaine au plan des situations, des sentiments, des pensées, des actions. Or l’expérience à transmettre est celle d’une inhumanité sans commune mesure avec l’expérience de l’homme ordinaire. [...] Pour être reçu, un témoignage doit être approprié, c’est-à-dire dépouillé autant que possible de l’étrangeté absolue qu’engendre l’horreur. Cette condition drastique n’est pas satisfaite dans le cas des témoignages de rescapés [Ricœur, *HMO*, 223].

Esta é uma questão que transita do nível da inscrição e do arquivamento para a terceira fase da epistemologia histórica, a fase da representação escriturária, que será em grande parte uma tentativa de resposta a este problema. Como representar o indizível? Quais são os limites da representação; até onde pode ir o historiador para transmitir uma imagem suficientemente ilustrativa e

convincente e, ao mesmo tempo, fiel ou fidedigna do horror?<sup>376</sup> Estas questões tocam diretamente no âmago da problemática maior do nosso estudo, a fronteira entre história e ficção. Em que medida a história precisa da ficção para fazer justiça às vítimas do holocausto? É esta a questão que deixamos para já em aberto.

A crise do testemunho agrava-se uma segunda vez se pensarmos nas dificuldades que a testemunha sente em comunicar o que viveu; é que ela não se limitou a assistir, esteve envolvida, é uma vítima. Um terceiro fator contribui ainda para esta crise do testemunho. Tem que ver com o dever que se impõe ao historiador de, em semelhantes casos limite, ter de lutar contra a incredulidade (negacionismo) e a vontade de esquecer, ao invés do que normalmente acontece, em que o historiador se empenha em combater a credulidade e a impostura.

Com esta crise do testemunho, Ricœur abre as portas a uma das problemáticas centrais da sua obra: o esquecimento. A própria inclusão deliberada da memória no ternário temático do seu livro tem, em parte, que ver com este problema, como já tivemos oportunidade de referir.

No enalce de Ricœur, terminamos esta secção falando de prova documental. A prova documental designa, nesta etapa, a verdade histórica possível para a operação historiográfica. A este propósito, impõem-se duas questões: o que é que significa provar através de um documento ou um conjunto de documentos e o que fica, deste modo, provado? A resposta à primeira questão exige uma articulação da fase documental com a fase de explicação/compreensão e a fase ulterior de representação. Os documentos só podem servir de prova porque o historiador vem consultá-los com um conjunto de questões em mente – «Les notions de questionnement et de questionnaire sont ainsi les premières à mettre en place dans l'élaboration de la preuve documentaire. C'est armé de questions que l'historien s'engage dans une recherche d'archives» (Ricœur, *MHO*, 225).

Já vimos como o questionário defendido por Marc Bloch provoca uma rutura entre a sua metodologia histórica e a história de tipo positivista de Langlois e Seignobos – que Ricœur prefere chamar de “metódica” para não se confundir com a herança de Comte. Não há documento sem pergunta, é a pergunta que delimita e, nesse sentido, institui o facto histórico no universo

---

<sup>376</sup> Cf. Saul Friedländer, *Probing the Limits of Representation, Nazism and the “Final Solution”*, Cambridge, Massachusetts, and London, Harvard University press, 1992.

ilimitado dos documentos<sup>377</sup>. Os documentos servem para validar ou invalidar determinada hipótese. Há uma interdependência entre factos, documentos e questões. A questão não é nua, é formulada a partir de uma certa ideia prévia das fontes documentais e dos procedimentos de pesquisa. Nesta fase podemos já concluir que o conhecimento histórico assenta sobre um tripé constituído pelo traço, documento e questão, como no-lo diz Ricœur: «Trace, document, question forment ainsi le trépied de la base de la connaissance historique» (ibid.).

Não há história sem traço, sem documento e sem questão. E mesmo os registos orais, uma das categorias dos testemunhos não escritos, típicos da micro-história e da história do tempo presente, só se tornam documentos depois de registados por escrito. Nesse sentido, podemos dizer que a memória é arquivada, documentada. O seu objeto deixa de ser uma recordação, isto é, deixa de estar numa relação de apropriação e continuidade com o presente da consciência.

Relativamente à segunda questão, o que pode ser dado como provado é o facto ou os factos suscetíveis de serem afirmados em proposições singulares, discretas, compreendendo, muito frequentemente, a menção de datas, lugares, nomes próprios, verbos de ação ou de estado. Saliente-se que o facto da asserção de modo algum coincide com o facto realmente ocorrido e que, de algum modo, sobrevive na memória viva das testemunhas oculares. Nunca é demais lembrar que a história é uma reconstrução. Os factos não vão intatos para os documentos nem deles saem intatos para a história. Henri Marrou (1954) recorda-nos que facto empírico e facto histórico não são a mesma coisa. Mas se é verdade que o facto histórico se dissolve, até certo ponto, na representação que dele dá o texto histórico, isso não nos pode deixar cair totalmente o facto no domínio da ficção; o prejuízo seria perder de vista a verdade.

Autant il faudra résister [...] à la tentation de dissoudre le fait historique dans la narration et celle-ci dans une composition littéraire indiscernable de la fiction, autant il faut refuser la confusion initiale entre fait historique et événement réel remémoré. Le fait n'est pas l'événement, lui-même rendu à la vie d'une conscience témoin, mais le contenu d'un énoncé visant à la représenter. En ce

---

<sup>377</sup> O documento, elaborado a partir da noção de testemunho, só ganha estatuto com a questão. Mesmo se qualquer resíduo do passado é, potencialmente, um documento, nada em si é documento. «Pour l'historien, le document n'est pas simplement donné, comme l'idée de trace laissée pourrait suggérer. Il est cherché et trouvé. Bien plus, il est circonscrit, et en ce sens constitué, institué document, par le questionnement» (Ricœur, *MHO*, 226). Cf. Prost 1996: 79-100.

sens, il faudrait toujours écrire: le fait que ceci ou cela est arrivé. Ainsi compris, le fait peut être dit construit par la procédure qui le dégage d'une série de documents dont on peut dire en retour qu'ils l'établissent [Ricœur, *MHO*, 227].

A reciprocidade entre a construção e o estabelecimento do facto de que Ricœur nos dá conta neste texto resume o estatuto epistemológico específico do facto histórico. O carácter proposicional do facto histórico (“*facto é que* isto ou aquilo aconteceu”) rege a modalidade de verdade ou de falsidade ligada ao facto. Ricœur diz que a refutação do negacionismo a propósito do horror nazi joga-se a este nível de verdade e falsidade dos factos narrados, que equivale ao binómio verificável e refutável. É, pois, neste estádio da operação histórica que deve haver um empenho máximo na averiguação da veracidade das provas documentais, nas fases seguintes (explicação/compreensão e representação) a verdade tornar-se-á cada vez mais difícil de elucidar, devido à intromissão crescente da imaginação e da retórica ficcional.

Para vincar bem a distinção entre facto histórico e facto empírico e de modo a preservar o estatuto intencional do discurso histórico (ou o seu “vis-à-vis”) o filósofo francês distingue o facto enquanto “coisa dita”, o “quê” do discurso histórico, do acontecimento enquanto “coisa acerca da qual se fala”, o assunto ou o “quem” de que trata o discurso histórico. Assim, a asserção do facto histórico marca a distância entre o dito e a referência. Faz, por isso, sentido perguntar pelo teor da relação entre o facto narrado e o acontecimento real, mas esta questão encontrará melhor cabimento no estádio último da representação, com a entrada da representância em cena<sup>378</sup>.

Outra das lutas de Ricœur é contra a semiótica estrutural pelo referente do discurso histórico, que salvaguarda o facto de se estar a falar de algo acontecido no passado. Caso contrário a história não passa de mera retórica ficcional. Auschwitz não é um efeito de linguagem, foi um acontecimento real. O acon-

---

<sup>378</sup> É infundada qualquer crítica de “regresso ao positivismo”. Existe um hiato entre o real representado e a construção do historiador. O autor é explícito, não há coincidência entre o *acontecimento* real e o *facto* proposicional. Todavia, esta distinção não impede a história de prosseguir o seu projeto de verdade. Ricœur defende que é possível dar conta do *acontecimento* construindo ou estabelecendo o *facto*. É por isso que o filósofo francês discorda da indistinção defendida por H. White entre enunciado factual e narração, entre facto e interpretação, quer dizer, discorda da sua recusa em autonomizar a operação documental de estabelecimento/construção do facto relativamente ao trabalho de interpretação e de configuração narrativa. Esta recusa é, em certa medida, a tradução epistemológica do esquecimento do referente e do apagamento da fronteira entre a ficção e a história, que Ricœur não se cansa de combater.

tecimento é o referente último do discurso histórico. Uma testemunha fala sempre de um acontecimento; este é o “vis-à-vis” do relato da testemunha. Ricœur diz mesmo que ele é «o emblema de todas as coisas passadas (*praeterita*)» (MHO, 229). Obviamente, também insiste na ideia anterior de que não podemos confundir o acontecimento com o dito (facto) testemunhado. Mas o “que” que é apostado à asserção do facto (“le fait que”) salvaguarda a intencionalidade a um referente externo do discurso histórico. Esta intencionalidade também se esclarecerá à luz da representância, no último estágio da operação historiográfica. A epistemologia histórica de Ricœur, ainda que reconhecedora da narratividade, da imaginação e da retórica no discurso histórico, não se deixa seduzir pela sereia da semiótica estrutural (Roland Barthes) ou do narrativismo (Hayden White). O acontecimento é o referente real que extravasa a bipolaridade simplista de significado e significante, muito característica de uma pós-modernidade relativista que ameaça arrastar a história para um poço sem fundo<sup>379</sup>. Por esse motivo, Ricœur recusa, como veremos adiante, os conceitos de “efeito do real” ou “ilusão referencial” elaborados pela semiótica estrutural, na esteira da linguística saussuriana, que reduz o signo ao binómio significante/significado, excluindo o referente. O historiador deve socorrer-se antes da linguística do discurso, à maneira de Benveniste e Jakobson, que estabelecem a frase e não o signo como unidade de sentido ao nível do discurso: «quelqu’un dit quelque chose à quelqu’un selon les règles codifiées d’interprétation» (Ricœur 2000b: 739). Só assim se pode preservar a tríade constituída por significante, significado, referente, designando, globalmente, o acontecimento o referente do discurso documentado<sup>380</sup>.

De modo a evitar uma crise geral do testemunho, que se instalou pela desconfiança generalizada relativamente a tudo e todos (será que a história pode desligar-se totalmente da memória declarativa?), cabe à explicação/compreensão aliviar esta crise, com um exercício controlado da contestação e um reforço da atestação.

---

<sup>379</sup> Sobre a conceção historiográfica post-modernista e as questões que essa conceção levanta ao nível do relativismo e da confusão entre história e ficção veja-se o estudo de Ana Paula Arnaut, *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Proteu* (2002), particularmente o capítulo V: «A história contra-ataca».

<sup>380</sup> À la conception binaire du signe héritée d’une linguistique saussurienne, peut-être déjà mutilée, j’oppose la conception triadique du signifiant, du signifié et du référent. [...] le discours consiste en ceci que quelqu’un dit quelque chose à quelqu’un sur quelque chose selon des règles (Ricœur, MHO, 229).

## 2. REPRESENTAÇÃO COMO OBJETO DE COMPREENSÃO/EXPLICAÇÃO: VARIAÇÃO DE ESCALAS

A segunda etapa que Ricœur consagra à epistemologia histórica recebe um título que se nos tornou familiar no decorrer desta investigação, e ao qual dedicámos muitas páginas: explicação/compreensão. Não vamos repetir o que para trás ficou dito, de resto Ricœur também não o faz. Agora não impera o antagonismo e a necessidade de conciliação de explicação e compreensão, em nome da aproximação ou do enraizamento indireto da história na narrativa. A assimilação que o autor faz dos dois conceitos, apenas separados por uma barra oblíqua, faz desta nova incursão pela matéria uma retoma do ponto em que a deixou em *Temps et Récit*<sup>381</sup>.

O autor enceta esta segunda etapa da epistemologia histórica afirmando que «é ao nível da explicação/compreensão que a autonomia da história relativamente à memória se afirma com mais força no plano epistemológico» (*MHO*, 231). A preocupação que o acompanha desde o início da sua obra (marcar a fronteira entre memória e história) ganha um novo impulso ao nível da fase explicativa. Explicar, sabemo-lo, é responder à questão “porquê?”. Nessa medida, esta fase já se encontrava imbricada na anterior; nessa altura, dissemos que não há documento sem questão<sup>382</sup>. Então, que traz de novo este estádio da epistemologia histórica relativamente ao tratamento documental do facto histórico? O que há de novo são as várias formas de concatenar os factos documentados. Há muitas formas de empregar o conector “porque”. Mas há limites, porque a história, enquanto disciplina científica, qualquer que seja o processo de modelização que empregue, está sempre obrigada a justificar-se, a prestar provas. Modelo e prova documental são interdependentes. A modelização é uma operação que podíamos chamar de ficção científica ou de imaginário científico, como no-lo dizem Collingwood, W. Dray, Max Weber e R. Aron, falando da imputação causal singular. Porém, o espírito que se afasta para o reino da possibilidade deve submeter o seu imaginário a uma disciplina específica, a um recorte apropriado dos objetos de referência, se deseja permanecer no domínio

---

<sup>381</sup> «[...] on peut tenir pour dépassée la querelle suscitée au début du XX<sup>e</sup> siècle autour des termes, tenues pour antagonistes, d'explication et de compréhension. Max Weber s'était montré fort perspicace dans l'élaboration des concepts directeurs de sa théorie sociale en combinant d'entrée de jeu explication et compréhension» (Ricœur, *MHO*, 234).

<sup>382</sup> «C'est par rapport à l'explication que le document fait preuve» (Ricœur, *MHO*, 231).

da história e não se perder no da ficção. São dois os princípios que todo o historiador deve respeitar quanto ao referente. Em primeiro lugar, os modelos explicativos usados em história têm em comum o facto de se dirigirem à realidade humana enquanto facto social. Deste ponto de vista, a história social não é uma especialidade entre outras que a história cultive, mas sim o seu único campo de trabalho. A história é, necessariamente, uma ciência social. Mas é dentro do concerto das ciências sociais que surge o segundo princípio limitativo da prática histórica. A história tem como objeto formal de estudo não todo o campo social, mas aquele que é delimitado pela mudança e pelas diferenças ou desvios que afetam as mudanças. Aqui, a história diverge das outras ciências sociais, principalmente, da sociologia. Este traço distintivo da história é válido quer a história trate da realidade económica, de fenómenos sociais, de práticas ou representações.

Porquê as mudanças ou as diferenças/desvios que afetam as mudanças? Depois de se ler *Temps et Récit*, a resposta torna-se óbvia. A história, enquanto compreensão-*followability*, depende do carácter temporal que a mudança e a diferença necessariamente acarretam face às leis. A história – dizia Marc Bloch – «é a ciência dos homens no tempo». Por isso se pode falar de longa duração, de tempo curto e de acontecimento quase pontual, como durações construídas pelo historiador e, nesse sentido, bem distintas das durações propostas por uma fenomenologia da memória<sup>383</sup>. As durações temporais da história variam consoante o tipo da mudança (económica, institucional, política, cultural ou outra), a escala utilizada para apreender a mudança (macro-histórica ou micro-histórica), e o ritmo temporal apropriado à escala. Assim, faz todo o sentido que as mudanças sociais (económicas e geográficas) estudadas pela escola dos Annales se ajustem a uma escala macro-histórica e à longa duração. Esta correlação entre escala e ritmo temporal é reforçada por uma correlação suplementar entre a natureza específica do fenómeno social tomado por referente e o tipo de documento privilegiado. A longa duração dá prioridade às séries de factos repetidos sobre os acontecimentos singulares, únicos. Os factos repetidos são passíveis de um tratamento quantitativo ou matemático. Este tipo de história, que atingiu o seu auge em meados do século XX, entrou em crise nas décadas seguintes, vindo a ser substituída por uma que dá mais atenção às representa-

---

<sup>383</sup> «Même si la mémoire fait l'épreuve de la profondeur variable du temps et ordonne ses souvenirs les uns par rapport aux autres, esquissant par là quelque chose comme une hiérarchie parmi les souvenirs, il reste qu'elle ne forme pas spontanément l'idée de durées multiples. Celle-ci reste l'apanage de ce que Halbwachs appelle "mémoire historique"» (Ricœur, *MHO*, 233).

ções e às práticas, fenómenos que admitem um tratamento qualitativo das durações e, deste modo, reconduzem a história à fenomenologia da ação e à duração que lhe convém. Em todo o caso, esta história não cortou com a busca de objetividade e a postura científica que caracterizou os trabalhos mais significativos da escola dos *Annales*.

Identificámos os referentes da explicação histórica. Caracterizemos agora, de forma mais precisa, a natureza das operações que resultam da explicação. Sabemos que há vários tipos de explicação, vários modos de engrenar a conjugação subordinativa causal “porque”, e não há nenhum que seja melhor ou mais privilegiado do que outro. Aquando da análise de *Temps et Récit*, demos conta de várias modalidades explicativas. Os factos repetíveis da história quantitativa prestam-se melhor à análise causal e ao estabelecimento de regularidades que puxam a ideia de causa, na aceção de eficiência, para a de legalidade, de acordo com o modelo “se... então...”. Já os comportamentos e as reações dos agentes sociais face à pressão das normas sociais (que podem ser de negociação, de justificação ou de denúncia) puxam a ideia de causa para a explicação através de razões, teorizada por William Dray (cf. Ricœur, *TR I*, 217-235). Não obstante, a maioria dos trabalhos históricos situa-se num meio-termo entre estas duas modalidades explicativas, alternando e combinando, por vezes de forma aleatória, modelos díspares de explicação. Uma alternativa média entre estes dois extremos é a proposta de H. von Wright, em *Explanation and Understanding*, que resulta num misto que faz alternar segmentos causais (no sentido de regularidade legal) e teleológicos (no sentido de motivações suscetíveis de racionalização) (cf. Ricœur, *TR I*, 235-255).

Todavia, Ricœur não está interessado em prolongar ou repetir o que já deixou registado em *Temps et Récit* acerca das várias modalidades explicativas. O seu objetivo é testar o tipo de inteligibilidade própria da explicação/compreensão dentro de uma classe de objetos da operação historiográfica a que dá o nome de representação. A representação é um objeto recortado no campo da mutação social, ao lado de outros como o económico, o social e o político. Aliás, Ricœur escolhe-o para referente da explicação/compreensão, precisamente, porque é extraído do «campo mais vasto da mudança social, considerado objeto total do discurso histórico (Ricœur, *MHO*, 237)».

Este termo vem substituir o que no interior da “nova história” foi durante algum tempo conhecido com o nome de “mentalidade”. Ricœur colhe o conceito na obra de Bernard Lepetit: *Les formes de l'expérience* (1995). Lepetit, referindo-se às práticas sociais e às representações integradas a essas práticas, concebe as representações como a componente simbólica que atua na estrutu-



ração do vínculo social e das identidades. O estabelecimento da representação como objeto histórico obriga à construção de um novo método explicativo: um novo tipo de mudança, uma nova escala, um novo ritmo temporal. Implica, pois, uma redistribuição dos valores de importância, dos graus de pertinência, que afetam a classe dos fenômenos económicos, sociais, políticos, não só na escala de importância, mas também na escala adotada pelo olhar histórico em termos de macro ou de micro-história. Conceitos como os de singularidade (de indivíduos e de acontecimentos), repetição, seriação (“mise en série”) são postos à prova, dando lugar a noções novas como a de “apropriação” e “negociação”.

Dissemos que o conceito de representação é construído sobre as ruínas do conceito de mentalidade. De modo a fundamentar esta alteração conceptual, Ricœur passa em revista os momentos fortes da historiografia francesa, nos dois primeiros terços do século XX, até ao período que historiadores e analistas qualificaram de crise no interior da escola dos Annales; crise esta que se refletiu ao nível dos objetos de estudo, atingindo as mentalidades, e ao nível dos múltiplos estilos de abordagem<sup>384</sup>.

A escola dos Annales forjou o seu conceito de mentalidade sobre o conceito de “mentalidade primitiva”, introduzido em sociologia por Lucien Lévy-Bruhl. Mas este conceito, copiado de Lévy-Bruhl por Lucien Febvre, nunca foi pacífico, tendo sido alvo de constantes ataques críticos – «La notion de mentalité représente en effet une notion particulièrement vulnérable à la critique en raison de son manque de clarté et de distinction ou, si l’on est charitable, de sa surdétermination» (Ricœur, *MHO*, 238).

Com este conceito, Febvre pretendia alargar o campo de pesquisa da história para lá da economia e, sobretudo, da política, e contrapor à história das ideias praticada pelos filósofos e a maioria dos historiadores das ciências uma história ancorada no domínio social<sup>385</sup>. Durante muito tempo, a história das mentalidades trilhou o seu caminho entre a história económica e a história não-histórica das ideias. O objeto de estudo da história das mentalidades proposto por Febvre, ao referir a mentalidade ou o “utensílio mental” a um coletivo e não a um homem em particular, corria o risco de pecar por indeterminação, como reconhece Ricœur: «Ce que peut et ne peut pas se figurer sur le monde

---

<sup>384</sup> Sobre a ascensão e queda da história das mentalidades veja-se Delacroix, Dosse, Garcia, *Les courants historiques en France* (2007b), pp. 408-482; 501-505.

<sup>385</sup> Vide L. Febvre, *Combats pour l’histoire*, Armand Colin, Paris, 1953.

de l’homme d’une époque donnée, voilà ce que l’histoire des mentalités peut se proposer de montrer, quitte à laisser dans l’indétermination la question de savoir qui pense ainsi par le moyen de cet “outillage mental”» (ibid.: 243).

A segunda geração dos Annales, que teve como representantes máximos Fernand Braudel e Ernest Labrousse, e teve o seu apogeu nas décadas de cinquenta e sessenta, foi seduzida pelas estruturas económicas e sociais. O humanismo da primeira geração, a de Febvre e Bloch, é reprimido em detrimento da quantificação aplicada aos factos repetíveis e às séries, tratados estatisticamente em computador. A hierarquia temporal instaurada por Braudel, com preferência pela longa duração, visa opor às estruturas invariantes da sociologia dominante as estruturas históricas, enquanto entidades mutáveis. A longa duração é conjugada com o espaço dos geógrafos, cuja constância ajuda a refrear as durações. A ligação entre a longa duração e a macro-história resume o contributo desta segunda geração à história das mentalidades. A preferência pela longa duração leva Pierre Chanu a aplicar ao mental a mesma bitola que aplica ao económico e ao social: a do repetitivo, do serial e do quantitativo. Esta opção tem como consequência a entrada na história de uma certa tendência para o fatalismo, devido à pressão inexorável das forças económicas; o homem é visto como um ser domado por forças superiores a si.

Um outro momento determinante na historiografia francesa ficou conhecido como “nova história”, título retirado do dicionário publicado por Jacques Le Goff em 1978, no prolongamento dos três volumes coletivos de *Faire de l’histoire* (Le Goff; Nora 1974). Nesta época, a história das mentalidades emancipa-se como alternativa à história serial, ou seja, ganha autonomia, vindo ocupar o tomo III de *Faire de l’histoire*, dedicado aos novos objetos: o corpo, os modos à mesa, a vida amorosa, os rituais de passagem, as línguas, as imagens, os mitos, o clima, o livro, a morte, a educação, os afetos, a vida privada, a jovem. Assim, passamos de uma história que privilegiava os dados objetivos da condição humana (as forças de produção, a sucessão de bons e maus anos, a partilha social de produção) para uma que dá primazia aos dados subjetivos (cultural e historicamente inscritos) da presença dos homens no mundo. Há também uma mudança significativa nos esquemas de referência temporal: a aparente inércia das categorias fundamentais das culturas levou a que se prestasse mais atenção à eficácia a longo prazo dos fenómenos resultantes de uma história quase imóvel do que à sua evolução ou variação. A história abandona as suas velhas alianças com a geografia, a economia e a sociologia, aproximando-se mais da antropologia a quem vai buscar o catálogo de objetos a estudar. Ao mesmo tempo cai por terra o projeto de uma história global. Contra a

unidade de método vigente anteriormente, a nova história reivindicava a fecundidade de abordagens e de sistemas de explicação plurais, tal como a virtude heurística da ambiguidade da própria noção de mentalidade. O alargamento do leque de matérias a estudar, para além de aumentar a fluidez semântica do conceito de mentalidade, agrava a ambiguidade da noção, que passa a significar quer um objeto de estudo quer uma dimensão do laço social distinto do laço económico e do político e ainda um modo explicativo. Daqui resulta um claro fracionamento ao nível dos objetos de estudo e de estilos de análise<sup>386</sup>.

Em 1979, por ocasião dos cinquenta anos da revista *Annales*, os seus membros fazem um balanço do percurso feito ao longo das cinco décadas. Chama-se a atenção para a multiplicidade e fragmentação de uma história que se quer global e federadora. Quanto ao ramo particular da história das mentalidades, é definido, por estas alturas, por Robert Mandrou, como tentativa de reconstituir «os comportamentos, as expressões e os silêncios que traduzem as concepções do mundo e as sensibilidades coletivas; representações e imagens, mitos e valores, reconhecidos ou suportados pelos grupos ou pela sociedade global, e que constituem os conteúdos de psicologia coletiva» (apud Ricœur, *MHO*, 247).

Toda a obra de Mandrou está sob a égide da psicologia histórica, cuja influência se lê na definição transcrita. Nesta linha, mas à margem da escola dos *Annales*, surgira em 1965 a obra emblemática de Jean-Pierre Vernant, *Mythe et Pensée chez les Grecs*, que apresenta o resultado de pesquisas consagradas à história interior do homem grego, às mudanças que o afetaram, entre o século VIII e o século IV a. C., enfim, um apanhado das suas atividades e funções psicológicas, como o espaço e o tempo, a memória, a imaginação, a pessoa, a vontade, as práticas simbólicas e o uso de signos, formas de pensar e categorias de pensamento. O autor acabará por reconhecer o parentesco da sua obra com a análise estrutural já posta em prática por outros estudiosos do mito grego.

É um ensaio corrosivo de Geoffrey E. R. Lloyd (*Demystifying Mentalities*), qualificando o conceito de mentalidade de inútil e prejudicial, que põe termo às mentalidades, pelo menos enquanto modo de explicação, deixando-lhe ainda uma via aberta como estudo do que o autor designa de “estilo de pesquisa”, ou o caráter diferencial, distintivo de um objeto relativamente a uma prática comum em determinada época. A noção de mentalidade deixa de ser um princípio de explicação e passa a designar um *explicandum*.

---

<sup>386</sup> Vd. F. Dosse, *L'Histoire en miettes. Des «Annales» à la nouvelle histoire*, La Découverte, Paris, 1987; reed. Pocket, cool. Agora, 1997.

Posto isto, Ricœur, para libertar de vez o conceito da influência da sociologia donde provém, prefere pô-lo de parte e trazer para o seu lugar o de representação. Esta substituição semântica é sustentada, como sempre em Ricœur, pelas teses de três mestres da epistemologia das ciências humanas que ele apelida de “mestres de rigor” (*MHO*, 253-266). São eles Michel Foucault, Michel de Certeau e Norbert Elias. Foucault faz a apologia de uma ciência sem precedentes, designada arqueologia do saber. N. Elias propõe uma ciência das formações sociais que, parecendo contrária à história, se desenvolve de um modo verdadeiramente histórico. Certeau situa-se entre Foucault e Elias, propondo o ausente como a marca distintiva do passado; nesse sentido, a história constitui uma vasta “heterologia”, um percurso dos “traços do outro”.

A substituição da mentalidade pela representação obriga e deriva também e, principalmente, de uma mudança de escala. Os modelos heurísticos propostos por Labrousse e Braudel e a maioria da escola dos *Annales* funcionavam na escala macro-histórica. A sequência de Labrousse, estrutura, conjuntura, acontecimento, e a hierarquia das durações de Braudel assentavam sobre um jogo de escalas, mas a preferência dada, por exemplo, a uma leitura de cima para baixo na hierarquia das durações não era reflectida pelo historiador como uma opção entre outras. O acesso a esta mobilidade do olhar do historiador representa uma importante conquista da história do último terço do século XX. Deve-se a Jacques Revel a adoção do conceito de “jogo de escalas” para designar o exercício desta liberdade metodológica<sup>387</sup>. Este jogo de escalas está na origem da micro-história adotada por alguns historiadores italianos. A observação histórica faz-se agora ao nível da vila, da aldeia, de um grupo de famílias, de um indivíduo envolvido no tecido social. No entanto, o que interessa aqui é a variação de escala, e não o privilégio particular concedido à dimensão micro<sup>388</sup>.

A variação de escalas faz-nos tomar consciência de que a realidade percebida varia consoante a amplitude da focagem. Há conexões não perceptíveis na escala macro-histórica<sup>389</sup>.

---

<sup>387</sup> Vid. Jacques Revel (org.), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Gallimard – Le Seuil, Paris, 1996. Nesta obra, Revel (que contribui com o texto: «Micro-analyse et construction du social») e Bernard Lepetit (que contribui com o texto: «De l'échelle en histoire») reúnem ensaios de alguns dos mais ativos historiadores da micro-história.

<sup>388</sup> «Notons d'emblée que la dimension “micro” ne jouit, à cet égard, d'aucun privilège particulier. C'est le principe de la variation qui compte, non le choix d'une échelle particulière» (Revel 1996: 19).

<sup>389</sup> «Faire varier la focale de l'objectif, ce n'est pas seulement faire grandir (ou diminuer) la taille de l'objet dans le viseur, c'est en modifier la forme de la trame. Ou, pour

Na cartografia, a mudança de escala ou de proporção não impede uma continuidade ao nível do espaço; o território é o mesmo, a mudança faz-se ao nível da informação recolhida. Numa escala maior vemos as grandes estradas, numa escala menor, apercebemo-nos da distribuição das casas pela povoação. Não há, pois, oposição entre escalas. O terreno assegura a continuidade<sup>390</sup>. O mesmo não se passa na história. Nesta, as dimensões não são mensuráveis como nas ciências nas quais se inspirou: a cartografia, a arquitetura e a ótica. Mudando de escala não vemos as mesmas coisas aumentadas ou diminuídas. Vemos coisas, literalmente, diferentes. Por isso, não é legítimo falar-se de redução de escala. São encadeamentos diferentes em configuração e em causalidade. Uma das falhas maiores da história das mentalidades foi precisamente não ter operado uma mudança de escalas; tendo-se confinado à longa duração, a das mentalidades em massa, não prestou atenção às condições da sua difusão para escalas menores. Faltou-lhe estudar as tensões sociais que se operam entre as camadas sociais que detêm o poder e legislam e as que recebem ordens.

De façon générale, l'histoire des mentalités, dans la mesure où elle a simplement étendu des modèles macrohistoriques de l'histoire économique au social et aux phénomènes de "troisième type", a tenu à traiter le concept de pression sociale dans son rapport à la réception des messages par les agents sociaux comme une force irrésistible agissant de façon inaperçue. Le traitement des rapports entre culture savante et culture populaire a été particulièrement affecté par cette présupposition solidaire d'une lecture menée du haut vers le bas de l'échelle sociale [Riccœur, *MHO*, 271].

Duas obras e dois historiadores considerados pioneiros da micro-história detêm a atenção de Ricœur, em virtude da introdução de uma nova escala no seio da história. São eles Carlo Ginzburg, autor da famosa obra histórica de 1976, *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500* e de Giovanni Levi, autor de *L'eredità immateriale: carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, publicada em 1985.

---

recourir à un autre système de références, jouer sur les échelles de représentation en cartographie ne revient pas à représenter une réalité constante en plus grand ou plus petit, mais à transformer le contenu de la représentation (c'est-à-dire le choix de ce qui est représentable)» (Revel 1996: 19).

<sup>390</sup> A esse nível, Braudel foi pioneiro no uso de escalas de observação, na sua obra sobre o Mediterrâneo e o mundo mediterrânico. Mas o seu modelo macro-histórico era mais cartográfico do que propriamente histórico, e isto devido a alguma hesitação no manuseamento da hierarquia das durações (cf. Ricœur, *MHO*, 270-271).

A obra de Carl Ginzburg narra-nos o quotidiano, as ideias, os sentimentos, sonhos e aspirações de um moleiro de Friuli, Domenico Scandella, mais conhecido por Menocchio, julgado e condenado no tribunal da Inquisição, no século XVI. Ginzburg seleciona um entre mais de dois mil processos de julgamento da Santa Inquisição que existiram na região do Friuli. Os documentos de base utilizados são os dois processos que contra Menochio dirigiu a Santa Inquisição, aos quais se juntam outros documentos relativos à sua vida de artesão, à sua família, e também às suas leituras. Menochio sobressai pelo seu caráter singular ou excepcional, que espantou os próprios inquisidores. Daí que a sua história não possa ser alvo de um tratamento serial, quantitativo. Assim sendo, não pode este género de história cair na anedota e na história de tipo factual? Não. Em primeiro lugar, porque não se trata de história política. Depois, mais importante, é que são as propriedades latentes e dispersas da linguagem histórica disponível, ignoradas pelo computador, que o historiador atualiza e agencia num discurso. Ginzburg articula operações de leitura de um homem do povo, influenciado pela leitura de almanaques, canções, livros de piedade, vidas de santos, brochuras de todos os tipos que ele reformula à sua maneira.

Giovanni Levi conta-nos a história de um exorcista do Piemonte italiano, às voltas também com um processo da Inquisição e, a pretexto deste, descreve-nos as relações sociais e económicas do povo de Santena, à qual pertence o protagonista da história. Para a reconstrução da vida pública e privada deste povo durante os séculos XVII e XVIII, o historiador Levi teve que pesquisar nos arquivos notariais, paroquiais e administrativos da região, reconstruindo núcleos sociais e laços sanguíneos. Em termos de escala, a ação decorre no rés-do-chão («L'histoire au ras du sol» é o título do prefácio de Jacques Revel que antecede a tradução francesa): na aldeia. Não se trata de massas nem de um só indivíduo. Também não se trata de indicadores quantificados, nem das regularidades de uma história imóvel, estável, de normas ou de costumes comuns. A aparição e a articulação dos fenómenos narrados resultam de uma mudança de escala. Em vez de agregados de longa duração, dá-se a conhecer todo um complexo de interrelações e interações que são recolhidas e *reconstruídas* com base em documentos. O que se vê na escala micro-histórica usada por Levi é o social em interação ao nível aldeia: as estratégias familiares e individuais de aquisição de poder, confrontadas com as realidades económicas, as relações hierárquicas, num jogo de intercâmbio entre o centro e a periferia. O jogo social e político é fortemente marcado pela incerteza, em oposição à fixidez, à permanência, à segurança, em suma, à certeza que caracteriza as normas sociais

na grande escala, as quase-invariantes da história das mentalidades na longa duração<sup>391</sup>.

Demonstrada que está a variação de escalas, resta-nos acompanhar Ricœur no passo final, que leva da crise das mentalidades à instauração de um novo conceito, o de representação. A intenção do filósofo francês é contrariar a fragmentação que se instalou na historiografia francesa, no último terço do século XX, operando uma reunificação do campo histórico, onde a história das mentalidades desempenhe o papel federador, sob a condição de assumir o título e a função de uma história das representações e das práticas (cf. Ricœur, *MHO*, 278). Para isso socorre-se do conceito de variação de escalas, apropriado para as representações, e da obra de Bernard Lepetit, *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale* (1995), que define um novo objeto para a história: as práticas sociais e as identidades.

Os historiadores que colaboram nesta obra estabelecem como tema aquele que para Ricœur é o objeto pertinente do discurso histórico: a instauração do vínculo social e das modalidades de identidade em determinadas sociedades<sup>392</sup>. Acentua-se uma abordagem pragmática cuja tónica incide sobre as práticas sociais e as representações integradas nestas práticas. Tendo como novo objeto de estudo as identidades e as práticas sociais, os indivíduos deixam de ser vistos como entidades estanques e estáticas na sociedade, valorizando-se a interação social. A sociedade deve ser analisada como uma categoria da prática social, isto significa que as identidades sociais ou os vínculos sociais se definem pelos usos e não pela natureza<sup>393</sup>.

---

<sup>391</sup> Delacroix diz que as obras de C. Ginzburg e G. Levi têm em comum o facto de «romperem com a história social labrousiana, com a história quantitativa e serial e com a história das mentalidades» (Delacroix, Dosse, Garcia 2007b: 496).

<sup>392</sup> Basta passar os olhos pelo índice da obra para constatar-mos a diversidade de sociedades e problemas estudados: o exercício do poder no Islão mediterrânico; a questão do “droit de cuissage” (ou direito à primeira noite) no ocidente católico; o caso da indústria naval entre os finais do séc. XIX e inícios do séc. XX; a construção da identidade social entre os magnatas de Florença, em finais da Idade Média; os pequenos patrões da indústria têxtil, num quarteirão de Paris, na atualidade; as configurações da sociedade francesa do séc. XIX; e as curvas económicas do Antigo Regime. A disparidade de histórias e lugares evocados justifica-se pelas semelhanças na forma de abordagem, no teor de algumas questões, mas, fundamentalmente, as leituras e o vocabulário partilhados assinalam uma mudança científica, a elaboração de novos modelos e a constituição de novas referências em história.

<sup>393</sup> «On proposait d’abord de réordonner la hiérarchie des intérêts de la discipline en posant comme problème prioritaire la question des identités et des liens sociaux. A une histoire des mentalités trop strictement entendue, il s’agissait de rappeler que les hommes ne

Há aqui, pois, um esforço deliberado de acompanhar os tempos. A história segue as outras disciplinas que no ocaso do século XX se afastam do modelo estruturalista e se aproximam de um novo objeto de estudo que tem na pragmática o seu interesse central.

La pragmatique est à la mode: les hommes, découvre-t-on, sont d'abord occupés à régler des affaires. [...] Dans plusieurs disciplines s'élaborent ainsi les remises en cause qui, rapprochés, manifestent la cristallisation d'un nouveau paradigme. Faut-il pour autant que l'histoire participe au mouvement? Beaucoup de raisons militent en ce sens. D'abord, tous ces schémas analytiques partagent avec l'histoire telle que nous l'entendons un postulat commun. Ils trouvent dans les modalités d'agencement du social et dans les pratiques interindividuelles et collectives qui les font jouer la source de la compréhension du social. La société ne dispose, pour organiser ses structures du moment où réguler ses dynamiques, d'aucun point fixe extérieur et qui lui soit transcendant. Elle produit ses propres références et constitue pour elle-même son propre moteur. Elle est, pour l'analyse, à la fois objet et principe d'explication [Lepetit 1995: 14].

Melhor articulada com a prática ou com as práticas sociais, a ideia de representação apresenta recursos dialéticos inerentes à própria sociedade que a ideia de mentalidade não deixava ver. Ora, a generalização do jogo de escalas constitui para Ricœur a via apropriada para fazer emergir a dialética patente na ideia de representação em consonância com a de prática social. O mais importante no jogo de escalas não é tanto a opção por uma determinada escala, mas sim a própria variação de cima para baixo e de baixo para cima, na medida em que da variação resulta um conjunto de efeitos diversos. Ricœur identifica três tipos de efeitos em torno da temática das identidades e do vínculo social, sendo que contribuem, cada um à sua maneira, para o «recentramento da historiografia do último terço do século XX» (*MHO*, 280). Das três linhas que convergem na variação de escalas, aponta, em primeiro lugar, as variações que afetam os

---

sont pas seulement au monde mais qu'ils sont entre eux, et qu'on ne peut considérer qu'ils vivent dans un univers de représentations indifférent aux situations dans lesquelles elles se trouvent activées. Contre une histoire quantifiée des structures sociales, il s'agissait d'opposer [...] que les hommes ne sont pas dans les catégories sociales comme des billes dans des boîtes, et que d'ailleurs les "boîtes" n'ont d'autre existence que celles que les hommes [...], en contexte, leur donnent. On proposait donc, au point de départ d'un nouveau moment historiographique, de recommencer à prêter une attention particulière à la société, et d'analyser celle-ci comme une catégorie de la pratique sociale, c'est-à-dire de considérer que les identités sociales ou les liens sociaux n'ont pas de nature, mais seulement des usages» (Lepetit 1995: 13).



*graus de eficácia e de coerção das normas sociais*<sup>394</sup>; em segundo, as que modulam os *graus de legitimação* em curso em múltiplas esferas de pertença pelas quais se distribui o vínculo social<sup>395</sup>; por fim, os *aspectos não quantitativos da escala dos tempos sociais*<sup>396</sup> (Ricœur, *MHO*, 280-292). A ideia que preside a estas três linhas de exame é a de mudança social. No termo deste triplo percurso, o autor sente-se em condições para, finalmente, encarar a estrutura dialética que legitima a substituição da ideia de mentalidade pela de representação.

O primeiro benefício da variação de escalas, verificado na micro-história, é o acento que se põe sobre as estratégias individuais, familiares ou de grupo, que põem em causa a pressuposição (macro-histórica) de que os atores sociais da camada mais baixa estão, inexoravelmente, submetidos a todas as pressões sociais que lhes são impostas, sobretudo, as simbólicas. A abordagem micro-histórica põe a descoberto as estratégias aleatórias, dentro das quais se valoriza os conflitos e as negociações sob o signo da incerteza. Mas estes emaranhados entre a pressão exercida pelos modelos de comportamento percebidos como dominantes e a sua receção ou apropriação vai para além das sociedades estudadas pela micro-história. Os termos dominantes são agora os de circulação, negociação e apropriação em vez dos tradicionais binómios da macro-história, como força/fraqueza, autoridade/resistência, que opõem uma cultura sábia a uma cultura popular. Deste modo, apreende-se toda a complexidade do jogo social. Mas a visão macro-histórica não tem de ser necessariamente abolida. Uma análise em grande escala é sempre bem-vinda para averiguar fenómenos de longa duração – «À cet égard, l’extension au domaine des représentations des modèles d’histoire de longue durée reste légitime dans les limites du point de vue macrohistorique: il y a un temps long des traits de mentalités» (Ricœur, *MHO*, 281).

---

<sup>394</sup> Sob o signo de escala de eficácia ou de coerção, Ricœur coloca as instituições e as normas, duas realidades que se prestam a uma variação da escala de eficácia. «Sur le chemin de la représentation, l’institution crée de l’identité et de la contrainte. Cela dit, il faut peut-être cesser d’opposer le côté coercitif, accordé de façon préférentielle à l’institution, au côté présumé subversif reconnu à l’expérience sociale» (Ricœur, *MHO*, 283).

<sup>395</sup> Os graus de legitimação são os graus de grandeza que os agentes sociais podem ambicionar obter na ordem da estima pública. «On est rendu grand lorsque, dans un contexte de discordance, on se sent justifié d’agir de la manière qu’on le fait. Grandeur et justification vont ainsi de pair» (Ricœur, *MHO*, 284).

<sup>396</sup> Ricœur aplica a noção de escala e de variação de escalas às modalidades intensivas (e não extensivas) do tempo histórico, tais como, ritmo, acumulação, recorrência, persistência. No fundo, trata-se de fazer uma revisão dos conceitos temporais empregues na historiografia, em função da mudança social.

O triplo desenvolvimento que Ricœur propõe para a noção de variação de escalas tem como principal objetivo demonstrar a insuficiência do conceito de mentalidade, que em confronto com os efeitos referidos se revela ora unilateral (omite a resposta dos recetores das mensagens sociais) ora indiferenciado (carece de uma articulação plural do espaço social) ora massivo (privilegia as estruturas de longa duração quase imóveis e as conjunturas cíclicas, em detrimento dos acontecimentos reduzidos à função de rutura). Isso explica a legítima opção pelo conceito de representação: «À l'encontre donc de l'idée unilatérale, indifférenciée et massive de mentalité, l'idée de représentation exprime mieux la plurivocité, la différenciation, la temporalisation multiple des phénomènes sociaux» (Ricœur, *MHO*, 292).

Neste sentido, Ricœur não tem problemas em admitir que o campo político é propício a uma exploração dos fenómenos que fazem sobressair a categoria da representação, sem que isso lhe retire capacidade científica e conceptual. Pode mesmo combinar-se a representação com a tripla sequência de estrutura, conjuntura e acontecimento. No entanto, para evitar qualquer deriva semântica, nomeadamente a polissemia, o filósofo francês tem o cuidado de aproximar a noção de representação enquanto objeto das duas outras aceções que assume na sua obra. A fase de expressão literária ou de escritura só merece o nome de representação porque o discurso histórico declara a sua ambição, reivindicação, pretensão para representar *em verdade* o passado.

A questão que se põe é a de saber se existe uma relação mimética entre a representação-objeto, enquanto momento de fazer história (“faire l’histoire”), e representação-operação, enquanto momento de fazer a história (“faire de l’histoire”). Por outras palavras, será que o historiador, ao fazer a história, imita de forma criativa, elevando-o ao nível do discurso sábio, o gesto interpretativo pelo qual aqueles e aquelas que fazem história se tentam compreender a eles próprios no seu mundo? Ricœur responde: «L’hypothèse est particulièrement plausible dans une conception pragmatique de l’historiographie qui veille à ne pas séparer les représentations des pratiques par lesquelles les agents sociaux instaurent le lien social et le dotent d’identités multiples» (*MHO*, 295).

Quanto à relação da representação-objeto com a representação mnemónica, constata-se que o ato de fazer memória também é regido pela ambição, reivindicação, pretensão de representar com *fidelidade* o passado. Platão e Aristóteles reconheceram à memória esse poder de tornar presente um coisa ausente ocorrida antes – «Présence, absence, antériorité, représentation forment ainsi la toute première chaîne conceptuelle du discours de la mémoire. L’ambition de fidélité de la mémoire précéderait ainsi l’ambition de vérité de l’histoire, dont il resterait à faire la théorie distincte» (Ricœur, *MHO*, 296).

As características que detetámos na representação mnemónica e na literária definem a bipolaridade que caracteriza a representação, em geral, e a representação-objeto, em particular: por um lado, é a evocação de uma coisa ausente por intermédio de uma coisa substituída que a representa na sua ausência; por outro, é a exibição de uma presença oferecida ao olhar, sendo que a visibilidade da coisa presente tende a ocultar a operação de substituição que equivale a uma verdadeira substituição do ausente. Esta conceção – similar à proposta pelos gregos para a imagem mnemónica (*eikon*), à exceção da dimensão temporal que não vem referida – presta-se a um alargamento ilimitado do lado de uma teoria geral do signo. Louis Marin (1993) apresenta uma definição semelhante, em que a representação é, por um lado, «présentification de l’absent ou du mort» e, por outro, «autoprésentation instituant le sujet de regard dans l’affect et le sens» (apud Ricœur, *MHO*, 300). Esta definição não só serve para a representação enquanto expressão literária da historiografia como para a que corresponde aos fenómenos sociais que antes eram designados de mentalidades. *O historiador procura representar o passado do mesmo modo que os agentes sociais representam para si o vínculo social e o seu contributo para este vínculo*. Estes, fazendo-se implicitamente leitores do seu ser e do seu agir em sociedade, são como historiadores do seu tempo presente.

Prevalece também na definição de Marin a dimensão imagética e a sua eficácia social enquanto representação do poder: «L’image est à la fois l’instrument de la force, le moyen de la puissance et sa fondation en pouvoir» (Marin; apud Ricœur, *MHO*, 300). Ao ligar o poder à imagem, Marin põe claramente a tónica da teoria da representação na eficácia social<sup>397</sup>.

Substituição e visibilidade (evocação da ausência e exibição da presença) são, pois, as duas faces de qualquer representação. Aqui, coloca-se-nos o problema da concorrência entre imagem e texto na representação do ausente. Mas esta questão leva-nos para o domínio da expressão literária da operação historiográfica, onde Marin terá a palavra principal. Logo, a questão da representação-objeto não fica resolvida sem uma reflexão sobre a representação-operação. Ricœur di-lo explicitamente, ao convidar-nos a transitar para a última fase da epistemologia histórica com uma perplexidade: «Une histoire des représentations peut-elle atteindre par elle-même un degré acceptable d’intelligibilité sans anticiper ouvertement sur l’étude de la représentation en tant que phase de l’opération historiographique?» (*MHO*, 301).

---

<sup>397</sup> Este é um tema recorrente do pensamento de Louis Marin. Vide Louis Marin, *Le Portrait du roi*, Éd. de Minuit, Paris, 1981.

### 3. REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA

Tendo como salvo-conduto o conceito polissêmico de representação, transita-se para esta última fase do processo historiográfico. No capítulo anterior, a representação foi entendida como objeto privilegiado de um novo modelo de compreensão/explicação, assente na variação de escalas sobre o plano da formação dos vínculos sociais e das identidades, tendo ficado no ar a suspeita de que a forma como os agentes sociais se compreendem está em consonância com a forma como o historiador representa para si esta conexão entre a representação e ação social. Sugeriu-se mesmo que a dialética existente entre a evocação do objeto ausente e a visibilidade da sua presença, já perceptível na representação-objeto, é mais fácil de decifrar na representação-operação.

Para desfazer equívocos<sup>398</sup>, Ricœur designa esta fase da representação histórica com uma expressão que vai buscar a Michel de Certeau, *representação escriturária* (“représentation scripturaire”)<sup>399</sup>. Admite também a expressão *representação literária*, para marcar a adjunção de signos de literariedade aos critérios de cientificidade que regem a produção do discurso histórico. É por esta inscrição final que a história se instala no domínio da literatura; pertença já implícita no plano documental, mas que agora se torna manifesta. Em todo o caso, este facto não nos deve criar a falsa ideia de que a ambição de rigor foi substituída por uma deriva estética. Não falamos de três fases cronologicamente orientadas, mas de três níveis mesclados da operação historiográfica, a que só por uma questão didática Ricœur dá uma aparência de sucessão cronológica<sup>400</sup>.

---

<sup>398</sup> Na abertura desta última fase da operação historiográfica, Ricœur relembra mais uma vez que a designação “escrita da história” não é correta, pois que a história é toda ela escrita, desde o momento de redação dos documentos dos arquivos até ao momento de redação para publicação do discurso histórico. Tal como os documentos tinham o seu leitor, o historiador pesquisador, também o livro de história tem os seus leitores, o público que o lê. «En tombant ainsi dans l’espace public, le livre d’histoire, couronnement du “faire de l’histoire”, reconduit son auteur au cœur du “faire l’histoire”. Arraché par l’archive au monde de l’action, l’historien s’y réinsère en inscrivant son texte dans le monde de ses lecteurs; à son tour, le livre d’histoire se fait document, ouvert à la suite des réinscriptions qui soumettent la connaissance historique à un procès incessant de révision» (Ricœur, *MHO*, 302).

<sup>399</sup> Na terceira fase da operação historiográfica, a que dá o título de escritura, Michel de Certeau define a operação que faz passar da prática de investigação à escrita de representação escriturária (cf. Certeau, 1975, 119-12).

<sup>400</sup> Les trois phases de l’opération historique, faut-il le rappeler, ne constituent pas des stades successifs, mais des niveaux enchevêtrés auxquels seul le souci didactique donne une apparence de succession chronologique (Ricœur, *MHO*, 303).

A escolha do termo representação não só permite estabelecer uma ligação de continuidade com a representação-objeto como também com a representação mnemónica, que, na senda de Platão e Aristóteles, caracteriza a atividade da memória como a recordação-imagem do que foi antes visto, ouvido, sentido, aprendido, adquirido. A problemática do ícone do passado, enquanto presença de uma ausência passada, reaparece aqui na sua máxima força, pois que a representação literária da história está numa linha de continuidade com representação mnemónica, herdando as suas aporias com novos contornos, relacionados com o facto de na história, ao invés da memória, não haver correspondência entre conhecimento e reconhecimento. É, por isso, que a representação deverá dar lugar à representância, porquanto esta faz jus ao intento noético da história e ao seu regime de verdade. Por outras palavras, para que seja possível manter a continuidade homonímica, há que especificar os traços distintivos da representação literária. Nesse sentido, Ricœur vai buscar a *Temps et Récit* uma das suas chaves hermenêuticas mais profícuas: a noção de representância. A representância acentua o caráter ativo da operação histórica mas também o seu intento noético, que faz da história a herdeira *sábia* (científica) da memória e da sua aporia fundadora. De facto, a representação escriturária não se limita a dar uma roupagem verbal a um conjunto de factos históricos que, supostamente, já formariam um todo coerente antes da sua configuração literária, ela é uma operação que tem o privilégio de fazer emergir a referência visada pelo discurso histórico. Esta é a meta para onde no encaminhamos. Antes, temos de percorrer com Ricœur algumas etapas essenciais que põem a descoberto os recursos específicos da representação, a começar pelas suas formas narrativas.

A estratégica de situar a narratividade da história no terceiro estágio da operação historiográfica é uma opção muito pertinente. Deste modo, Ricœur livra-se da polémica, que pacientemente expôs em *Temps et Récit*, entre os adeptos e os adversários da história narrativa: uns (narrativistas) a reivindicar a configuração narrativa como modo de explicação alternativo à explicação causal; outros a pretenderem substituir a narrativa histórica pela história-problema. Se tanto uns como outros concordam que narrar já é, de algum modo, explicar, é porque o problema está na posição em que colocaram a narração dentro do processo historiográfico. Situar a narratividade histórica na fase escriturária tem a vantagem de a trazer para fora dessa polémica e do impasse gerado, pondo-a no seu devido lugar, mas também permite a Ricœur explorar o seu potencial representativo. É por isso que à representação e narração se segue um capítulo destinado à representação e retórica. Segundo Ricœur, há aqui alguns avanços substanciais relativamente a *Temps et Récit*. Aí, não se marcava a diferença entre representação-explicação e narração, em parte devido à atenção exclusiva

dada à relação direta entre tempo e narrativa, omitindo a passagem pela memória, e em parte devido à ausência de uma análise detalhada dos procedimentos de explicação/compreensão. Mas a noção de intriga e de configuração narrativa mantêm-se válidas. Em *Temps et Récit*, os recursos retóricos também não eram distinguidos dos da narratividade (MHO, 305: notas 3 e 4).

Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, o aspeto retórico da configuração narrativa é analisado em três vertentes: o papel seletivo das figuras de estilo e de pensamento na escolha das intrigas; a mobilização de argumentos prováveis na trama da narrativa; a preocupação do escritor em convencer o seu público persuadindo-o. É a estas solicitações do narrador, expressas através dos recursos retóricos empregues, que corresponde uma determinada postura do leitor na receção da obra. O momento em que se reflete mais aberta e concretamente as afinidades entre história e ficção surge a propósito desta última equação entre a representação e os prestígios da imagem. Não se trata de um confronto entre duas formas literárias, mas da exposição da análise mais ampla que Louis Marin, figura tutelar desta matéria, dedica aos chamados “poderes da imagem”, os quais definem os contornos de um vasto império que é o outro do real. Com esta problemática específica da composição imagética (“mise en images”) das coisas ditas do passado põe-se a descoberto uma nova dimensão no trabalho de representação. Ao desejo e ao cuidado que já havia de tornar legível ou coerente um texto vem juntar-se uma nova preocupação: a de dar visibilidade ou tornar visível aquilo que se narra. Ricœur resume-o do seguinte modo: «La cohérence narrative confère lisibilité, la mise en scène du passé évoqué donne à voir» (MHO, 305-306).

### 3.1. Representação e narratividade

A narratividade comporta duas vertentes na arquitetura do saber histórico. Por um lado, não constitui uma alternativa explicativa à explicação/compreensão, por outro, é propriedade autêntica da operação historiográfica, mas um nível diferente da explicação/compreensão, ou seja, não entra em concorrência com os vários usos (finais ou causais) do conector “porque”. No entanto, qualquer modalidade de explicação/compreensão necessita necessariamente da configuração narrativa, e a representação sob o seu aspeto narrativo não se acrescenta de fora à fase documental e à fase explicativa, mas acompanha-as e sustenta-as.

Nesse sentido, Ricœur dá por ultrapassada a querela que expôs em *Temps et Récit* I, entre os historiadores franceses – críticos da história-narrativa, pro-

motores da história-problema – e os narrativistas americanos, que elevaram o ato configurador da composição narrativa à categoria de explicação única entre as explicações causais. Na verdade, se há coisa que não se pode esperar da narrativa é que ela preencha uma lacuna da explicação/compreensão. Relembramos que a luta dos historiadores franceses pôs no mesmo plano a sequência acontecimento-narrativa-primado do político. Assim, insurgiram-se contra a história dita factual (“*événementielle*”) que narrava acontecimentos breves, singulares, explosivos, resultantes das decisões de figuras influentes do campo político, militar, diplomático, eclesiástico (chefes de Estado, chefes de guerra, ministros, prelados). A associação entre duas noções pobres de acontecimento e narrativa levou à rejeição dos dois por parte da escola dos *Annales* – «*À un concept pauvre d'événement correspond un concept pauvre de récit*» (Ricœur, *MHO*, 308). Em lugar deste tipo de história dita metódica, política ou de batalha, os historiadores franceses fomentaram uma história total, que abrangia todo o campo social; com forte incidência, numa primeira fase, sobre as condições económicas e sociais. É neste ambiente que surge a história praticada por Braudel, que opõe a longa duração ao acontecimento pontual. De uma teoria do acontecimento único e irrepitível passa-se a uma teoria defensora do acontecimento repetível, passível de se quantificar e seriar.

Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, a escola narrativista, confrontada com o modelo nomológico, reavalia os recursos da inteligibilidade da narrativa, ao ponto de a considerar digna de competir com outras formas de explicação causal que as ciências humanas têm em comum com as ciências naturais, caindo no extremo oposto – «*D'obstacle à la scientificité de l'histoire, le récit devient son substitut*» (Ricœur, *MHO*, 310). Os narrativistas não se prenderam ao carácter episódico da narrativa que a escola dos *Annales* tanto havia criticado, mas esforçaram-se por valorizar o ato configurador. Para eles, *compreender* uma narrativa é o mesmo que *explicar* os acontecimentos que ela integra. Não consideraram a fenda epistemológica que se abre entre as histórias que contamos (*stories*) e a história (*history*) que construímos com base em traços documentais. Logo, em vez de se limitar a confrontar teorias contrárias sobre a pertinência explicativa da narrativa enquanto ato configurador (Mink), Ricœur considera mais útil interrogar-se sobre o modo como se pode conciliar os dois tipos de inteligibilidade, a narrativa e a explicativa.

Quanto à inteligibilidade narrativa, uma aproximação das reflexões ainda muito intuitivas da escola narrativista aos trabalhos mais analíticos da narratologia ao nível da semiótica do discurso permite chegar à noção complexa de *coesão narrativa*. Esta noção não se confunde nem com a “coesão de uma vida” de que falava Dilthey nem com a “conexão causal ou teleológica” da

explicação/compreensão. Mas, segundo Ricœur, «a coerência narrativa enraíza-se na primeira e articula-se com a segunda» (*MHO*, 313): «Ce qu'elle apporte en propre, c'est ce que j'ai appelé synthèse de l'hétérogène, pour dire la coordination soit entre événements multiples, soit entre causes, intentions, et aussi hasards dans une même unité de sens (ibid.).

De acordo com esta definição, resta-nos concluir que a forma literária da coordenação é a intriga, que «consiste na condução de uma ação complexa de uma situação inicial para uma situação final por meio de transformações reguladas que se prestam a uma formulação apropriada no âmbito da narratologia» (Ricœur, *MHO*, 313). Estas transformações são reguladas pelo critério que Aristóteles definiu como verosimilhança ou plausibilidade, que tem como função persuadir ou convencer o leitor, ou seja, levá-lo a acreditar na coerência narrativa da história que lê.

Ricœur extrai duas implicações deste conceito de coerência narrativa. A primeira diz respeito à definição de *acontecimento*. No plano narrativo, o acontecimento é o que faz avançar a ação, ou seja, é uma variável da intriga. Acontecimento é tudo o que entra em discordância com a concordância da ação. Intriga e acontecimento formam, pois, uma dupla inseparável, sendo que esta cumplicidade pode ser transposta, com benefícios consideráveis, para o campo da historiografia, extravasando em larga escala a história factual, que apenas fixa o caráter breve e súbito do acontecimento narrativo. Também existem acontecimentos de longa duração, à medida da amplitude e do alcance da história narrada: o Renascimento, a Reforma, a Revolução Francesa são acontecimentos de uma intriga multissecular.

A segunda implicação tem que ver com as *personagens*. A noção de identificação narrativa, correlativa da de coerência narrativa, também é passível de uma transposição pertinente para o campo histórico. É nesse sentido que o Mediterrâneo da obra de Braudel pode ser considerado o *quasi*-personagem da *quasi*-intriga que narra a ascensão e a queda deste mar na época de Filipe II<sup>401</sup>.

---

<sup>401</sup> Numa nota de rodapé (*MHO*, 314: nota 12), Ricœur informa que no contexto desta obra o prefixo restritivo “quase” que, em *Temps et Récit*, antepunha à intriga, às personagens e aos acontecimentos, pode ser suprimido, uma vez que não se trata mais de estender ou transpor as categorias da narrativa ficcional e tradicional ao discurso sábio da história. Nessa altura, a tónica era posta sobre a derivação indireta da história a partir da narrativa tradicional e ficcional. Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, as categorias narrativas operam de pleno direito no plano historiográfico, na medida em que o vínculo pressuposto nesta obra entre a história e o campo prático onde se desenrola a ação permite uma aplicação direta da categoria aristotélica dos “agentes” no domínio da história. Não se fala mais em transposição ou extensão, mas sim de articulação entre a coerência narrativa e a conexão explicativa.



O autor francês ilustra a sua tese com dois exemplos onde a “coerência narrativa” e a “conexão causal ou final” operam em conjunto. Os dois exemplos visam dar uma resposta ao dilema e à aporia dele resultante, decorrentes da reflexão de Louis O. Mink, nos seguintes termos: é vã toda e qualquer tentativa para encontrar uma relação direta entre a forma narrativa e os acontecimentos tal como aconteceram; esta relação só pode ser indireta através da explicação e, ainda antes, através da fase documental, a qual, por sua vez, remete para o testemunho e para a credibilidade atribuída à palavra de alguém.

O primeiro exemplo é sugerido pelo jogo de escalas, entendido como síntese do heterogêneo ou como narrativização, decorrente da própria mudança de escalas<sup>402</sup>. Ricœur constata que, apesar de privilegiarem determinada escala, nem a micro-história nem a macro-história se confinam ao uso contínuo de uma só escala. A micro-história aponta, de preferência, o seu foco para a aldeia, para os grupos de indivíduos e famílias que interagem nesse meio, onde se desenrolam negociações e conflitos e se descobre a situação de incerteza que este tipo de história põe em relevo. No entanto, não deixa de ler, de baixo para cima, as relações de poder que se jogam a uma escala superior: «La discussion sur l'exemplarité de ces histoires locales menées au ras du sol présuppose l'enchevêtrement de la petite histoire dans la grande histoire en ce sens, la micro-histoire ne manque pas de se situer sur un parcours de changement d'échelle qu'elle narrativise chemin faisant» (Ricœur, *MHO*, 315).

Com a macro-história passa-se algo similar. A narrativização é patente, por exemplo, quando há o desejo de apurar o alcance (*portée*) ou a persistência dos efeitos de um determinado acontecimento da grande escala (grandes sequências temporais delimitadas por grandes narrativas) longe da sua fonte. À imagem inversa do que acontece com a micro-história, a procura dos efeitos – sob os quais se dissimula a causa – de um sistema, que opera a um plano superior de produção, num plano inferior de efetivação concreta, obriga a uma mudança de escalas (desta feita, de cima para baixo) que apela aos recursos narrativos da macro-história – «Comme l'illustre l'œuvre de Norbert Elias, les effets d'un système de pouvoir, tel que celui de la cour monarchique, se déploient le long d'une échelle descendante jusqu'aux conduites d'autocontrôle au niveau psychique individuel» (ibid.: 316).

O segundo exemplo que Ricœur convoca mexe com a própria noção de acontecimento. A noção de acontecimento tem duas aceções que parecem incon-

---

<sup>402</sup> «Parmi toutes les sortes de synthèses de l'hétérogène que constitue la mise en intrigue, ne pourrait-on pas prendre en compte le parcours narrativisé des changements d'échelles?» (Ricœur, *MHO*, 315).

ciliáveis: no plano da narrativa ele é o dinamizador da intriga, o que provoca *mudança*; no plano da explicação, ele marca a *diferença* ou a *separação* relativamente à estrutura ou à conjuntura. Ricœur põe a hipótese de vencer este abismo semântico conferindo à ideia de intriga a sua máxima extensão como síntese do heterogêneo. Abarcando as intenções, as causas, os acasos, ela executa um tipo de integração narrativa onde cabem também os três momentos da estrutura, conjuntura e acontecimento, que a epistemologia dissocia. Cada um destes momentos resulta de escalas diferentes tanto ao nível da eficácia como do ritmo temporal e, nesse sentido, a narrativização do jogo de escalas já sugere esta teoria. Ricœur comprova a sua teoria com um artigo de R. Koselleck, onde o autor após ter defendido que as estruturas derivam, principalmente, da descrição e os acontecimentos da narrativa, tomados como estratos temporais identificáveis separadamente, sugere que a dinâmica que os entrecruza presta-se a uma narrativização que faz da narrativa a permutadora entre estrutura e acontecimento<sup>403</sup>. É que a narrativa não se limita a relatar uma sucessão cronológica de factos; enquanto unidade de sentido, ela é capaz de articular numa mesma configuração estruturas e acontecimentos – «Ainsi, l'évocation d'une structure de domination peut être incorporée au récit de l'événement que constitue une bataille. La structure, en tant que phénomène de longue durée, devient par le récit condition de possibilité de l'événement» (ibid. 317). As estruturas descritas em forma narrativa assumem o papel fundamental de iluminar e elucidar os acontecimentos enquanto causas independentes da sua cronologia. Mas a relação é mútua: alguns acontecimentos são considerados marcantes porque servem de indício para os fenómenos sociais de longa duração e parecem determinados por estes – «Tel procès en droit du travail peut illustrer de façon dramatique des phénomènes sociaux, juridiques ou économiques, de longue durée (ibid.)».

Por conseguinte, podemos concluir que a integração narrativa entre estrutura e acontecimento duplica a integração narrativa entre fenómenos situados em níveis diferentes das escalas de duração e de eficácia.

Os exemplos evocados têm, pois, o condão de comprovar quer a *articulação das formas escriturárias da operação historiográfica com as formas explicativas* da mesma, quer a forma como o intento noético da narrativa transita através da explicação em direção à realidade atestada. Porém, a própria estrutura do ato de configuração ergue alguns entraves a esta transição. O pri-

---

<sup>403</sup> R. Koselleck, «Représentation, événement, structure», in *Le Futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*, EHESS, Paris, 1990, pp. 133-144.

meiro vem da teoria literária. A apologia da separação entre estrutura interna de um texto e o real extratextual afeta os textos literários e daí a própria história<sup>404</sup>. A rejeição da dimensão referencial extratextual pela ortodoxia estruturalista resulta da expansão do modelo saussuriano dos signos isolados às frases e daí aos textos. O modelo proposto por Saussure concebe o signo com uma dupla face, significante e significado, sem consideração pelo referente. O sacrifício do referente visa tornar o signo o tema homogêneo da ciência linguística. Este modelo bipolar estendeu-se depois a todas as regiões da linguagem acessíveis à semiótica. Se no caso da narrativa ficcional os efeitos deste modelo não são graves, sendo contudo discutíveis, no caso da narrativa histórica, a sua ação é devastadora, na medida em que esta, diferentemente da ficção, se funda no enfoque referencial que a anima e que constitui a significância da representação. Em *La métaphore vive* (1975), Ricœur tenta contrariar a tese estruturalista com a conquista da referencialidade a partir do nível da frase, na sua qualidade de primeira unidade de discurso. Com uma frase alguém diz alguma coisa a alguém acerca de algo segundo uma hierarquia de códigos: fonológico, lexical, sintático, estilístico. O mesmo processo ocorre num discurso e, por extensão, num texto enquanto encadeamento de frases. Todavia, o problema da referencialidade específica do discurso histórico é diferente, na medida em que o ato de composição da narrativa (*mise en intrigue*) mostra uma tendência para o fechamento, que impede a pulsão extralinguística, extratextual, em suma, referencial, pela qual a representação se faz representância. Desenvolveremos este assunto quando analisarmos a relação entre representação e representância. Antes, é preciso levar mais longe o exame dos outros componentes da fase literária da operação historiográfica, componentes que vêm reforçar esta retração do impulso referencial do discurso histórico que vimos dimanar da configuração narrativa.

### 3.2. Representação e retórica: a questão do referente

A dimensão retórica do discurso histórico merece de Ricœur um tratamento à parte da narratividade. A tradição remonta a Vico, que nos deixou uma dupla herança: descreve os tropos (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia) como figuras do pensamento e do discurso e sai em defesa dos modos de argu-

---

<sup>404</sup> «Dans la mesure où le récit de fiction et le récit historique participent aux mêmes structures narratives, le rejet de la dimension référentielle par l'orthodoxie structuraliste s'étend à toute textualité littéraire» (Ricœur, *MHO*, 318).

mentação que a retórica opõe às pretensões hegemónicas da lógica. Ricœur, partindo desta tradição, pretende não só alargar o campo de operações da representação escriturária, mas também – na linha da nossa reflexão anterior – expor as resistências que as configurações narrativas e retóricas opõem à pulsão referencial que dirige a narrativa em direção ao passado. Trata-se, pois, de montar uma contraofensiva de teor realista contra a tentação estetizante que seduz os advogados da retórica narrativa. Este debate toca muito diretamente o problema surgido nas últimas décadas do século XX: a figuração de acontecimentos que, pela sua monstruosidade, parecem transcender os limites da representação.

O estruturalismo francês contribuiu para este debate com a ideia – colhida na oposição saussuriana “langue-parole” – de que as estruturas narrativas são lógicas e acrónicas<sup>405</sup>. Esta teoria estruturalista estava confinada, na esteira de Vladimir Propp, à esfera da narrativa ficcional, e poderia, pois, jamais ter atingido o discurso histórico. No entanto, a extensão do modelo da linguística saussuriana à semiótica geral é uma ameaça à pretensão referencial da história. A omissão do referente na constituição do signo linguístico (significante-significado) teve as consequências no discurso histórico de que já demos conta. O estruturalismo atinge a história quando o cuidado científico e ideológico dos seus paladinos os faz voltarem-se contra o humanismo implícito no conjunto das práticas representativas, entre as quais, a história<sup>406</sup>. Roland Barthes acusa a história-narrativa de produzir um assunto adaptado ao sistema de poder que lhe dá a ilusão de controlo sobre si própria, sobre a natureza e sobre a história<sup>407</sup>. O estruturalista francês, apoiando-se na exclusão do referente do signo linguístico, culpa a história-narrativa de semear uma ilusão referencial no seio da própria historiografia<sup>408</sup>. A ilusão consiste em hipostasiar o referente – supos-

---

<sup>405</sup> Ricœur expõe detalhadamente as constringências estruturalistas impostas à narrativa, no segundo capítulo de *Temps et Récit II*, sob o título de «Les contraintes sémiotiques de la narrativité».

<sup>406</sup> «L’histoire-récit se trouve alors placée sur le même banc d’accusation que le roman réaliste hérité du XIX<sup>e</sup> siècle européen» (Ricœur, *MHO*, 322).

<sup>407</sup> Cf. R. Barthes, «Le discours de l’histoire», in *Le Bruissement de la langue*, Éd. du Seuil, Paris, 1984, pp. 153-166.

<sup>408</sup> Para Barthes, o discurso histórico, pela sua estrutura, é essencialmente uma elaboração ideológica ou imaginária. O enunciante de um discurso é uma entidade puramente linguística, ao passo que o assunto da enunciação é uma entidade psicológica ou ideológica. Daí até adotar a célebre afirmação de Nietzsche de que não existem factos em si mesmos e que é preciso começar sempre pela introdução de um sentido para que possa haver um facto vai um pequeno passo. A conclusão é que a existência do facto é unicamente linguística, asserção que White escolheu para epígrafe da sua obra *The content of the Form*: «On arrive ainsi à

tamente exterior, fundador, regulador, tempo das “res gestae” – em detrimento do significado, ou seja, do sentido que o historiador atribui aos factos que relata. A fusão do referente e do significado para benefício do referente gera o efeito do real, em virtude do qual o referente, transformado agora em significado, é investido dos privilégios do “aconteceu”. Deste modo, o discurso histórico, que procura apenas transmitir-nos o real, pensa ter poupado o termo fundamental das estruturas imaginárias, isto é, o significado<sup>409</sup>. É assim que a história cria a ilusão de ter encontrado o real que representa:

Comme tout discours à prétention «réaliste», celui de l’histoire ne croit ainsi connaître qu’un schéma sémantique à deux termes, le référent et le signifiant; la confusion (illusoire) du référent et du signifié définit, on le sait, les discours *sui-référentiels*, tel le discours performatif; on peut dire que le discours historique est un discours performatif truqué, dans lequel le constatif (le descriptif) apparent n’est en fait que le signifiant de l’acte de parole comme acte d’autorité [Barthes 1984: 165].

Não nos surpreende, pois, que, a concluir o seu artigo, R. Barthes aplauda a ascensão da história de tipo estrutural e o declínio da história narrativa, considerando esta mutação uma transformação ideológica<sup>410</sup>.

No ensaio seguinte, «L’effet de réel»<sup>411</sup>, Barthes explica como é que o referente reprime o significado. A culpa é atribuída às notas que acompanham o romance realista e a história do mesmo período, porque são supérfluas, são detalhes que não contribuem em nada para a estrutura e para o sentido da obra, são “praias insignificantes” relativamente ao sentido imposto pelo curso da nar-

---

ce paradoxe qui règle toute la pertinence du discours historique [...]: *le fait n’a jamais qu’une existence linguistique* [itálico nosso] (comme terme d’un discours), et cependant tout se passe comme si cette existence n’était que la “copie” pure et simple d’une autre existence, située dans un champ extra-structural, le “réel”» (Barthes 1984: 164).

<sup>409</sup> «Dans un premier temps [...], le référent est détaché du discours, il lui devient extérieur, fondateur, il est censé le régler: c’est le temps des *res gestae*, et le discours se donne simplement pour *historia rerum gestarum*: mais dans un second temps, c’est le signifié lui-même qui est repoussé, confondu dans le référent; le référent entre en rapport direct avec le signifiant, et le discours, chargé seulement d’exprimer le réel, croit faire l’économie du terme fondamental des structures imaginaires, qui est le signifié» (Barthes 1984: 164, 165).

<sup>410</sup> «Aussi, l’on comprend que l’effacement (sinon la disparition) de la narration dans la science historique actuelle, qui cherche à parler des structures plus que des chronologies, implique bien plus qu’un simple changement d’école: une véritable transformation idéologique; la narration historique meurt parce que le signe de l’histoire est désormais moins le réel que l’intelligible» (Barthes 1984: 166).

<sup>411</sup> «L’effet de réel», *op.cit.*, pp. 153-174.

rativa. Estas notas insignificantes, ao pretenderem conferir realismo referencial ao discurso, provocam resistência ao sentido. Não obstante, o realismo (todo o discurso creditado unicamente pelo referente) não passa de um novo tipo de verosimilhança. Barthes transfere este traço marcante do romance realista do século XIX para a história, pois na história passa-se o mesmo: o “ter-sido” das coisas é um princípio suficiente da palavra.

Perante a posição de Barthes, Ricœur questiona-se se este modelo linguístico não é inapropriado para o discurso histórico e se não seria preferível arranjar um outro que contemplasse o referente como dimensão irreduzível de um discurso dirigido por alguém a outrem sobre alguma coisa<sup>412</sup>. O que Ricœur propõe é uma tese que dê conta da especificidade da referencialidade na historiografia. Esta não pode ser vista exclusivamente ao nível das figuras do discurso histórico, mas deve realizar todo o percurso da epistemologia histórica, que parte da prova documental, passa pelo estádio de explicação/compreensão e termina na configuração literária<sup>413</sup>.

O filósofo francês volta a convocar para o debate Hayden White, considerando que ele é o autor que mais contribuiu para a exploração dos recursos retóricos da representação histórica (Ricœur, *MHO*, 324). Mas não este não é o único motivo. Os escritos e as opiniões de White foram arrastados para as acesas e polémicas discussões sobre o holocausto nazi e a verdade histórica que marcaram os últimos quinze anos do século XX, já depois da publicação do último volume de *Temps et Récit*. Ora, este debate, para além de questionar a relação entre história e ficção, envolve de forma dramática o problema da memória. Daí o duplo interesse de Ricœur pelas teses de White. Mas já lá iremos. Antes, centremo-nos na teoria retórica da história.

---

<sup>412</sup> Ricœur diz que o historiador não pode apoiar-se na linguística saussuriana que reduz o signo ao par significante/significado com exclusão do referente. O seu socorro deve vir da linguística do discurso à maneira de Benveniste e Jakobson, que têm como unidade de sentido do discurso não a palavra ou signo, mas a frase: *alguém diz alguma coisa a outrem sobre algo* de acordo com as regras codificadas da interpretação. «Ainsi est préservée dans le principe la triade: signifiant, signifié, référent, l'événement désignant globalement le référent du discours documenté, réserve faite de la spécification ultérieure du terme événement par rapport à structure et conjoncture» (Ricœur 2000b: 739).

<sup>413</sup> «Ma thèse est que celle-ci ne peut être discernée au seul plan du fonctionnement des figures qu'assume le discours historique, mais qu'elle doit transiter à travers la preuve documentaire, l'explication causale/finale et la mise en forme littéraire. Cette triple membrure reste le secret de la connaissance historique» (Ricœur, *MHO*, 323).

White integra-se no movimento intelectual que ficou conhecido como *linguistic turn*. É imbuído desse espírito que desenvolve a sua poética sobre a imaginação histórica. Ora, para os partidários do *linguistic turn*, a imaginação é apreendida nas estruturas do discurso. Não há dúvida, estamos no domínio dos artefatos verbais. Isto tem duas implicações maiores. Considerados unicamente do ponto de vista da imaginação verbal, história e ficção pertencem à mesma classe das ficções verbais. É a partir desta premissa que se reflete acerca da dimensão referencial do discurso histórico. Depois, também as obras de filosofia da história e de historiografia profissional do século XIX são postas, indistintamente, no mesmo plano. Têm em comum a composição discursiva da imaginação histórica, sob uma forma que deriva da retórica e mais precisamente da retórica dos tropos. Recapitulamos: à configuração narrativa da memória histórica White dá o nome de *emplotment*.

A taxinomia que o autor expõe em *Metahistory*<sup>414</sup> opera unicamente ao nível das estruturas profundas da imaginação, originando uma oposição entre estrutura profunda e estrutura manifesta, corroborada por semióticos e psicanalistas. Lembramos que esta oposição permite-lhe definir uma hierarquia, composta por quatro tipologias, para as ficções verbais: história (“story”), argumento, implicação ideológica e composição da intriga. As quatro tipologias e as composições que resultam da sua associação formam as matrizes combinatórias possíveis para a imaginação histórica ou os estilos de obra. Nas tipologias, sublinha-se o fechamento dos recursos retóricos na própria estrutura da obra, sem ligação alguma com o mundo da *praxis*, a não ser uma apreensão, sob o modo tropológico, de um fundo desorganizado. Assim, a dimensão histórica da narrativa (*story*) explica-se a si própria; a argumentação própria do discurso narrativo e histórico serve, principalmente, para persuadir e não para demonstrar; as implicações ideológicas derivam de compromissos morais e políticos do presente do historiador; a composição da intriga, o modo explicativo por excelência, deriva de uma tipologia retórica (romance, tragédia, comédia, sátira).

Ricœur considera a dinâmica deste estruturalismo – proveniente do laço que a estrutura profunda da imaginação estabelece entre criatividade e codificação – perfeitamente plausível. Separados do imaginário, os paradigmas que White propõe para a taxinomia seriam entidades inertes. Os paradigmas constituem matrizes que servem para engendrar inúmeras estruturas manifestas através das combinações possíveis, marcando um estilo próprio. A discordância de

---

<sup>414</sup> *Metahistory: The Historical Imagination in nineteenth-century Europe*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1973.

Ricœur, já o sabemos, vem antes do facto de White tratar as operações de composição da intriga como modos explicativos indiferentes aos procedimentos científicos do saber histórico ou, pior ainda, por se quererem substituir a estes. O que perturba nesta teoria retórica de White é a impossibilidade de se diferenciar história e ficção. Tanto é legítimo aceitar as estruturas profundas da imaginação como matrizes comuns à criação de intrigas romanescas e à criação de intrigas históricas – bem atestado por White com o entrecruzamento dos géneros do século XIX – como «se torna urgente especificar o momento referencial que distingue a história da ficção» (Ricœur, *MHO*, 328). Esta especificação obriga-nos a sair da esfera das criações literárias. O filósofo francês não se cansa de repetir: a delimitação de fronteiras entre história e ficção exige que se articule os modos da representação com os da explicação/compreensão, com os da prova documental, e com as suas matrizes de verdade pressuposta, ou seja, o testemunho declarado das testemunhas oculares. É esta preocupação epistemológica que não se encontra em H. White<sup>415</sup>. Uma coisa é certa, jamais encontraremos na forma narrativa enquanto tal a razão para pesquisarmos a referencialidade.

A questão da referencialidade torna-se ainda mais provocadora quando se trata da representação dos acontecimentos horríveis da chamada “solução final” ou “Shoah”. A representação do holocausto nazi esbarra com dois tipos de limites, um interno e outro externo<sup>416</sup>: por um lado, o esgotamento das formas de representação disponíveis na nossa cultura para lhe dar visibilidade e legibilidade; por outro, do coração deste acontecimento (origem que a tradição retórica classifica de extralinguística) brota um grito e uma demanda de verdade e de representação. Ora, o problema está na articulação precisa destes dois tipos de limites. A “Shoah” é um fenómeno marcado por uma singularidade no limite da experiência e do discurso e por uma exemplaridade situacional que põe a descoberto não só os limites da representação, nas suas formas narrativas e retóricas, como toda a operação historiográfica<sup>417</sup>.

<sup>415</sup> «C’est ce travail de remembrement du discours historique pris dans la complexité de ses phases opératoires qui est totalement absent des préoccupations de H. White» (Ricœur, *MHO*, 328).

<sup>416</sup>Vide Saul Friedlander (org.), *Probing the Limits of Representation. Nazism and the “Final Solution”*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., e Londres, 1992.

<sup>417</sup> «Demandera-t-on [...] en quoi les problèmes posés par l’écriture de l’événement “aux limites” dénommé Auschwitz sont exemplaires pour une réflexion générale sur l’historiographie? Ils le sont dans la mesure où ils sont eux-mêmes, en tant que tels, des problèmes “à la limite”. On a rencontré en cours de route plusieurs illustrations de cette problématisation extrême: impossibilité de neutraliser les différences de position des témoins dans les jeux



Perante uma questão tão complexa e sensível, a tropologia de H. White não podia deixar de ser metida ao barulho<sup>418</sup>. A querela começara na Alemanha entre 1986 e 1988 e opusera historiadores respeitados do período nazi e um dos maiores filósofos do nosso tempo, Habermas, em torno de problemas como a singularidade do nazismo, a pertinência da comparação com o estalinismo, testando a consistência do conceito de totalitarismo formulado por Hannah Arendt, em suma, a questão da continuidade da nação alemã através e depois do holocausto. Este debate, carregado de interrogações e paixões, serviu de pano de fundo para um outro que se realizou nos Estados Unidos da América sobre o tema «*History, Event and Discourse*». Durante o colóquio, H. White e C. Ginzburg, convidados como conferencistas, expuseram os seus pontos de vista opostos acerca de verdade histórica. É neste contexto que surge a questão dos limites da representação, sob as suas formas narrativas e retóricas, de um acontecimento da magnitude da “Shoah”. A reclamação da verdade faz pesar sobre a representação as suas exigências, as quais fazem emergir os limites internos dos géneros literários. A opacidade dos factos moralmente inaceitáveis ou ofensivos revela e denuncia a opacidade da própria linguagem. O caricato da situação é o facto de esta opacidade e limitação da linguagem se ter tornado visível num momento que ficou convencionalmente conhecido como pós-modernidade, caracterizado pela crítica ao realismo mais ingénuo e ao seu apogeu, a favor da polissemia do discurso, da autorreferencialidade das construções linguísticas, que impossibilitam a identificação de qualquer realidade estável (cf. Ricœur, *MHO*, 331). Que argumentos poderia o post-modernismo opor à acusação que lhe faziam de deixar o pensamento indefeso perante as seduções do negacionismo? H. White esforça-se ao máximo por ir ao encontro do acontecimento a partir dos recursos retóricos da representação verbal. Todavia, conseguiria a sua tropologia do discurso histórico fazer justiça a um pedido de verdade oriunda dos próprios acontecimentos? A argumentação de White é muito desmembrada. Ora reforça a relatividade inexorável de qualquer representação

---

d'échelles; impossibilité de sommer dans une histoire englobante les reconstructions gagées par des investissements affectifs hétérogènes; dialectique indépassable entre unicité et incomparabilité au cœur même de l'idée de singularité. Peut-être toute singularité – tour à tour unique et/ou incomparable – est-elle, à ce double titre, porteuse d'exemplarité» (Ricœur, *MHO*, 339).

<sup>418</sup> Historiadores profissionais como Momigliano, Ginzburg, Spiegel e Jacoby apontam as suas baterias a dois artigos que aparecem incluídos na obra de 1987, *The Content of the Form* (White: 1992b): «The value of narrativity in the representation of reality» e «The politics of historical interpretation».

histórica, devida ao carácter opaco da linguagem enquanto meio de representação (incapaz de refletir de forma transparente a pressuposta realidade), ora começa paulatina e gradualmente a admitir que há no acontecimento algo tão monstruoso que transcende todos os modos de representação disponíveis. Este “algo” do acontecimento não encontrara lugar em nenhuma das classes de intriga propostas por White na sua tipologia retórica. Mas não é fácil para o pensador negar a sua própria doutrina. Assim, vai erguendo obstáculos que lhe dificultam a chegada ao acontecimento. Declara que é impossível distinguir entre o “enunciado factual” (constituído por proposições existenciais singulares e argumentos) e a narrativa que dá conta do facto. Se os factos são só linguísticos, também não é possível fazer uma distinção entre interpretação e facto. Deste modo, desfaz-se a fronteira entre história verdadeira e falsa, imaginária e factual, figurativa e literal. O mesmo é dizer que não faz sentido afirmar que há modalidades inaceitáveis de composição de intriga para narrar acontecimentos da “solução final”. Nenhum modo é à partida inaceitável, mas também nenhum é apropriado. White escuda-se dizendo que a distinção entre aceitável e inaceitável não deriva da tipologia, mas de uma outra zona da nossa capacidade recetiva que não foi educada pela cultura narrativa. Reservar estes acontecimentos para a crónica literal, desnarrativizando-os, metendo-os ao abrigo de qualquer adição figurativa, não é solução. Estaríamos a recuar novamente para o realismo ingénuo que marcou os romances do século XIX e a historiografia positivista. White crê ser uma ilusão acreditar que os enunciados fatuais podem fazer jus à ideia de irrepresentabilidade, como se os factos pudessem em virtude da sua representação literal ser dissociados da sua representação em forma de acontecimentos na história. Acontecimentos, história e intriga resultam de uma simbiose no plano da figuração. É a própria capacidade de se representar a realidade – característica que para Auerbach define a cultura ocidental – que se vê posta em causa. Para sair deste abismo, H. White ainda sugere que algumas modalidades post-modernistas de escrita exibem uma certa afinidade com a opacidade dos acontecimentos, como é o caso da chamada, por Roland Barthes, de escrita “intransitiva”, próxima da voz média do antigo verbo grego<sup>419</sup>. Esta opção é suficiente para romper com a representação realista, mas será que basta romper com o realismo para aproximar a linguagem da opacidade, e, sobretudo,

---

<sup>419</sup> «[...] la voix moyenne correspond tout à fait à l'état de l'écriture moderne: écrire c'est aujourd'hui se faire centre du procès de parole, c'est effectuer l'écriture en s'effectuant soi-même, c'est faire coïncider l'action avec l'affection, c'est laisser le scripteur à l'intérieur de l'écriture, non à titre de sujet psychologique [...] mais à titre d'agent de l'action» (Barthes 1984: 28-29).

do caráter inadmissível da “solução final”? Ricœur diz que a crítica incondicional do realismo ingênuo, com que White encerra o seu ensaio, parece contribuir, paradoxalmente, para aumentar ainda mais o desejo de verdade, oriundo de um ponto exterior ao discurso.

Face às considerações de White, Carlo Ginzburg faz a apologia, não do realismo, mas da realidade histórica visada pelo testemunho de alguém. A argumentação em prol da realidade do passado histórico depende de dois fatores: de uma atestação incontestável e de um protesto moral, prolongamento do impulso violento que leva o sobrevivente a testemunhar. Este estatuto misto de atestação e de protesto é fundamental no caso da literatura acerca da “Shoah”: «Sans l’admission de ce statut mixte, on ne comprendrait pas pourquoi et comment la représentation devrait intégrer à sa formulation la dimension “inadmissible” de l’événement» (Ricœur, *MHO*, 334). Auschwitz, como acontecimento que atingiu a camada mais profunda de solidariedade entre os homens, é um acontecimento limite. Antes de estar no discurso histórico, ele reside na memória individual e coletiva. É desta morada que se eleva a atestação-protesto que coloca o historiador e o cidadão numa situação de responsabilidade em relação ao acontecido. O cidadão, tanto como o historiador, é solicitado pelo acontecimento; é chamado a participar na memória coletiva, diante da qual o historiador é chamado a prestar contas, utilizando para isso os recursos críticos próprios da sua competência de historiador profissional. Perante os acontecimentos limite, a sua missão não consiste só em detetar as falsidades, mas em discriminar os testemunhos em função da sua origem: há testemunhos de sobreviventes, há-os de executores, há-os de espetadores implicados a vários níveis nas atrocidades em massa; por isso, cabe à crítica histórica explicar porque é que não se pode escrever uma história englobante, que anularia as diferenças das perspetivas.

Além do mais, o historiador do holocausto não se deve deixar intimidar pelo postulado segundo o qual explicar é desculpar, compreender é perdoar. O julgamento moral em questão no julgamento histórico provém de um outro nível do sentido histórico diferente da descrição e da explicação, não deve pois conduzir o historiador à autocensura.

Para além das limitações internas e externas que se impõem naturalmente à aplicação efetiva das formas retóricas, que se prendem com a retoma crítica que a história faz da memória, há outros limites que lhe são impostos de fora. Se a pretensão de autossuficiência das formas retóricas da representação provém da teoria literária (estruturalista ou outra), que proclama o fechamento das configurações narrativas e retóricas sobre si próprias com exclusão do referente extralinguístico, então, neste caso, está sujeita ao limite externo oriundo dos próprios acontecimentos limite, da experiência viva das fontes, dos protagonis-

tas que fizeram história. É neste sentido que os limites inerentes aos acontecimentos limite refletem-se e prolongam-se na própria representação, pondo a descoberto a sua própria limitação, a saber, «a impossível adequação das formas de figuração disponíveis à solicitação de verdade que se eleva do seio da história viva» (Ricœur, *MHO*, 337). De um modo particular, podemos considerar inapropriadas e esgotadas as formas herdadas da tradição naturalista e realista do romance e da história do século XIX; logo, é necessário procurar novos modos de expressão alternativos ao livro, como por exemplo o teatro, o cinema, as artes plásticas. As possibilidades são imensas para tentar suprir a falha que se insinua entre a capacidade representativa do discurso e a demanda do acontecimento, desde que não se caia no mesmo erro denunciado por White como modernista, que é alimentar estilos de escrita que criem uma ilusão similar à da tradição realista.

Em jeito de conclusão, podemos dizer com Ricœur que o desafio de escrever/representar a história do holocausto não está fora do nosso alcance, desde que se tenha noção dos limites, dos riscos e dos requisitos epistemológicos e metodológicos.

De ces considérations résulte que tenter d'écrire l'histoire de la "solution finale" n'est pas une entreprise désespérée, si l'on n'oublie pas l'origine des limites de principe qui l'affectent. C'est plutôt l'occasion de rappeler le trajet que le critique doit effectuer, remontant de la représentation à l'explication/compréhension et de celle-ci au travail documentaire, jusqu'aux ultimes témoignages dont on sait que le recueil est brisé, entre la voix des bourreaux, celle des victimes, celle des survivants, celle des spectateurs diversement impliqués [Ricœur, *MHO*, 338].

### 3.3. Representação e imagem: a dialética do ler e do ver

Ao falar de representação enquanto imagem, Ricœur retoma uma aporia proveniente da constituição icônica da própria memória. Numa primeira aproximação ao tema, o filósofo começa por constatar que, ao nível dos géneros literários, o par narrativa histórica/narrativa de ficção é claramente um par antinómico e enquanto nos mantivermos nesse plano a confusão não é admissível. Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra, um livro de história. Em que é que eles se distinguem? No pacto implícito entre escritor e leitor: as expectativas e as exigências do leitor e as promessas e as exigências do autor não são obrigatoriamente as mesmas no género histórico e no ficcional. O leitor de uma ficção deve suspender a sua incredulidade e desconfiança para entrar no jogo ficcional e aderir à ilusão. O leitor de um livro de história, sob a orien-

tação dos arquivos, entra num mundo de acontecimentos que tiveram realmente lugar. Assumindo uma postura crítica, de alguém que está atento a falsidades, exige, se não um discurso verdadeiro, equiparável a um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, honesto e verídico<sup>420</sup>. Realidade e irrealidade, enquanto modalidades referenciais heterogêneas, não permitem qualquer tipo de confusão entre história e ficção ao nível dos géneros literários. A intencionalidade histórica implica que as construções do historiador ambicionem ser reconstruções mais ou menos aproximadas do “real” ocorrido. Independentemente desta fronteira inquestionável entre passado “real” e ficção “irreal” – que uma teoria da representância ajuda a matizar e problematizar – o entrecruzamento dos efeitos exercidos por narrativas de história e ficções, ao nível do mundo do texto (esse mundo onde poderíamos habitar e desenvolver as nossas potencialidades próprias) decorrente de uma teoria da leitura, permite uma abordagem dialética desta dicotomia elementar. Lembramos que esta dialética foi demonstrada por Ricœur em *Temps et Récit* III, capítulo V, a propósito da refiguração do tempo. Os efeitos da narrativa histórica e da narrativa ficcional (vistos unicamente da perspectiva dos géneros literários) eram alvo de entrecruzamento em função da refiguração efetiva do tempo vivido, sem qualquer consideração pela mediação da memória. História e ficção só concretizam cada uma a sua intencionalidade respetiva recorrendo à intencionalidade uma da outra. Daí que se tenha falado de historicização da ficção, («*quasi-passés* sont les *quasi-événements* et les *quasi-personnages* des intrigues fictives») [Ricœur, *MHO*, 341]) e de ficcionalização da história, justificada pela visão dos aparelhos de medição do tempo (gnómon, calendário e relógio) e de todos os instrumentos da datação histórica como produtos da imaginação científica. Ade-

---

<sup>420</sup> «Ils se distinguent par la nature du pacte implicite passé entre l'écrivain et son lecteur. Bien qu'informulé, ce pacte structure des attentes différentes du côté du lecteur et des promesses différentes du côté de l'auteur. En ouvrant un roman, le lecteur se prépare à entrer dans un univers irréel à l'égard duquel la question de savoir où et quand ces choses-là se sont passés est incongrue; en revanche, ce lecteur est disposé à opérer ce que Coleridge appelait *wilful suspension of disbelief*, sous réserve que l'histoire racontée soit intéressante: c'est volontiers que le lecteur suspend sa méfiance, son incrédulité, et qu'il accepte de jouer le jeu du comme si – comme si les choses racontées étaient arrivés. En ouvrant un livre d'histoire, le lecteur s'attend à rentrer, sous la conduite du pilier d'archives, dans un monde d'événements réellement arrivés. En outre, en passant le seuil de l'écrit, il se tient sur ses gardes, ouvre un œil critique et exige, sinon un discours vrai comparable à celui d'un traité de physique, du moins un discours plausible, admissible, probable et en tout cas honnête et véridique; éduqué à la chasse aux faux, il ne veut pas avoir affaire à un menteur» (Ricœur, *MHO*, 339, 340).

mais, a leitura dos documentos de arquivo só é possível guiada por hipóteses interpretativas, engendradas pelo que Collingwood chama imaginação histórica, imaginação esta que evidencia um poder e uma tendência para “pintar” ou “dar uma imagem” daquilo que narra. É aqui que se enxerta a atual reflexão de Paul Ricœur sobre os prestígios da imagem na representação literária ou escriturária da história:

Ce que nous appelions autrefois “fictionalisation du discours historique” peut être reformulé comme entrecroisement de la lisibilité et de la visibilité au sein de la représentation historique. On est alors tenté de chercher du côté des effets rhétoriques évoqués plus haut la clé de cet imaginaire d’un genre nouveau [Ricœur, *MHO*, 341].

O facto de se chamar *figuras* aos tropos propostos por White para ornamentar e articular o discurso histórico na sua fase literária poderia ser entendido como um indício para a teoria que Ricœur pretende desenvolver sob o signo da *imagem*. A sugestão é boa, mas não se pretende ir tão longe. O que ele pretende mostrar-nos, como se tratasse de examinar uma tapeçaria, é a intercessão entre legibilidade (leitura) e visibilidade ao nível da receção do texto literário, ou a ligação entre sequência e imagem, narração e descrição. É que o texto dá a compreender e a ver – «De fait, le récit donne à comprendre et à voir» (ibid.). O historiador tem noção desta alternância entre descrição e narração. A construção do retrato de uma personagem, histórica ou ficcional, representa a hegemonia da visibilidade sobre a legibilidade. Ora, uma das teses constantes desta obra de Paul Ricœur tem que ver com a teoria do retrato:

Or, c’est là une thèse constante de ce livre: les personnages du récit sont mis en intrigue en même temps que le sont les événements qui, pris ensemble, constituent l’histoire racontée. Avec le portrait, distingué du fil de la trame du récit, le couple du lisible et du visible se dédouble franchement [Ricœur, *MHO*, 342].

Os intercâmbios que se dão entre o legível e o visível produzem efeitos comparáveis aos que se verificam entre narrativa ficcional e narrativa histórica: «On peut dire tour à tour de l’amateur d’art qu’il lit une peinture et du narrateur qu’il dépeint une scène de bataille» (ibid.). Mas a relação polar entre visibilidade e legibilidade não se resume à descrição de um espaço, de uma paisagem, de lugares, ou de um rosto, de uma postura, de uma maneira de ser; em qualquer situação a narrativa coloca-nos algo diante dos olhos, dá a ver. Assim o defendia Aristóteles, na *Retórica* (III, 10, 1410 b 33), quando apontava como uma das virtudes da *lexis* o “pôr diante dos olhos”. Esta capacidade surge aliada à marca distintiva da retórica, a capacidade de persuadir, que por sua vez

está na origem de todos os prestígios que a imaginação pode enxertar na visibilidade das figuras da linguagem<sup>421</sup>.

Com esta problemática, Ricœur retoma a questão que deixara em aberto no âmbito da história das representações sociais sobre a dialética da ausência e da presença. Dialética que se torna explícita com o discurso do historiador representando para si próprio a representação dos atores sociais. Nesse sentido, a representação-operação não constituiu somente um complemento da representação-objeto, mas um acrescento, na medida em que pode ser considerada a fase reflexiva da representação-objeto.

Para concretizar este plano, Ricœur recorre aos trabalhos que Louis Marin consagrou aos prestígios da imagem, postos em prática pelos exímios escritores do século XVII, ao serviço da glória do poder monárquico e da sua figura encarnada, o rei<sup>422</sup>. Esta incursão pela obra de Louis Marin tem como principal objetivo o de apurar se a historiografia atual eliminou da representação todo e qualquer traço do discurso de louvor e de grandeza que era típico da monarquia do Antigo Regime<sup>423</sup>. Será que o costume de extrair da legibilidade do relato a visibilidade de uma descrição narrativa (que consistia mais em pintar que narrar, em fazer ver à imaginação tudo o que se colocava sobre o papel) se ficou pela maneira absolutista de escrever a história absoluta do absolutismo? A democracia moderna terá posto fim ao elogio do rei e à fantasmática posta ao serviço desse elogio? É com estas questões na mente que Ricœur entra em “Portrait du roi” de Louis Marin.

Marin acentua a dimensão transitiva da imagem, isto é, o seu efeito-poder político enquanto substituto de algo que está ausente. O rei não é verdadeiramente rei, ou seja, monarca, a não ser nas imagens que lhe conferem uma presença reputada como real. Marin levanta aqui a hipótese de o imaginário e o simbólico político do monarca absoluto ser inspirado no motivo eucarístico<sup>424</sup>. O enunciado “este é o meu corpo” governaria o discurso do poder no plano político. A frase “o Estado sou eu” seria o correspondente político da fórmula

---

<sup>421</sup> Cette définition de la rhétorique comme *tekhne* du discours propre à persuader est à l'origine de tous les prestiges que l'imaginaire est susceptible de greffer sur la visibilité des figures du langage (Ricœur, *MHO*, 343).

<sup>422</sup> A obra que Ricœur segue é *Portrait du roi* (1981).

<sup>423</sup> «La question pour nous sera de savoir si, avec la fin de la monarchie d'Ancien Régime et le transfert sur le peuple de la souveraineté et de ses attributs, l'historiographie a pu éliminer de la représentation toute trace du discours de louange. Ce sera demander en même temps si la catégorie de grandeur et celle qui lui est connexe de gloire peuvent disparaître sans laisser de trace de l'horizon de l'histoire du pouvoir» (Ricœur, *MHO*, 348).

eucarística da consagração. Independentemente das ressonâncias políticas da teologia da transubstanciação e do carácter desviante e potencialmente blasfemante da operação, é notável que o discurso do poder, quando é explicitado ao nível da representação histórica, assume simultaneamente as duas formas da narrativa, evocadora da ausência e ícone portador de presença real. No caso do “Projeto de história de Luís XIV”, tanto a legibilidade do relato engendra visibilidade num quase-retrato como, no tratamento da medalha histórica forjada à imagem/efígie de Luís XIV, como “hóstia real”, a visibilidade do retrato gera a legibilidade de uma quase-récita de glória. Neste caso, a imagem é posta ao serviço da grandeza e da glória<sup>425</sup>. Não cabe ao escritor dizer essa grandeza e essa glória, que ele apenas dá a entender pelos factos que narra (ele louva sem louvar)<sup>426</sup>, é o leitor que, sob a conduta hábil da narrativa, retira essas conclusões. O panegírico é dissimulado, é da boca do leitor que ele deve sair abertamente. Este efeito dissimulado de louvor é conseguido pela mobilização de vários recursos retóricos como a abreviação dos feitos, a lítotes, a pintura dos atores e das cenas, e todos os simulacros de presença suscetíveis de suscitar o prazer de ler. A hipotipose narrativa, ou seja, a descrição entusiástica e tocante, é o recurso retórico que mais do que qualquer outro contribui para este efeito de dar visibilidade a uma pessoa, acontecimento ou situação.

Esta relação entre legibilidade e visibilidade passa-se ao contrário quando se trata de retratar o rei em medalhas – «Raconter l’histoire du roi dans un récit, c’est la faire voir. Montrer l’histoire du roi dans son icône, c’est la faire raconter (Marin 1981: 147). Estabelece-se um quiasmo que faz com que o quadro conte e que a narrativa mostre. Assim, cada modo de representação encontra o seu efeito próprio no campo do outro. A medalha é o processo mais marcante de representação icónica, capaz de simular a visibilidade e, por acrescento, a legibilidade, pois narra dando a ver. Através da dureza, da duração e do brilho do metal ela transforma em perpétuo um acontecimento fugaz e faz brilhar a glória do rei<sup>427</sup>.

---

<sup>424</sup> Na obra anterior, sobre a lógica de “Port-Royal” (1975), o autor demonstra o papel central do motivo eucarístico.

<sup>425</sup> «C’est au service de la grandeur et de la gloire que sont dispensés les prestiges de l’image dont se recommande le “Projet de l’histoire de Louis XIV”» (Ricœur, *MHO*, 346).

<sup>426</sup> «Il faut louer le Roi partout, mais pour ainsi dire sans louange, par un récit de tout ce qu’on lui a vu faire dire et penser...» (Marin 1981: 59).

<sup>427</sup> «À la différence de l’enluminure qui illustre un texte, ou même de la tapisserie qui le plus souvent ne représente qu’un instant d’histoire, la médaille est un portrait qui, comme l’hypotipose, offre un abrégé en tableau. En donnant à voir le portrait du roi dans une ins-



Após estas considerações, chega o momento de verificar até que ponto os temas da grandeza – que Marin desenvolve a partir dos *Pensamentos* de Pascal dedicados à força e à justiça – e da retórica do elogio, na época da monarquia absoluta, são extensíveis às democracias atuais e às representações históricas que delas nos dão os historiadores:

De ces considérations procède la question par laquelle je termine notre enquête sur les prestiges de l'image entremêlés à la représentation historique. Que reste-t-il du thème de la grandeur dans la narration du pouvoir après l'effacement de la figure du roi absolu? Or, s'interroger sur la possible pérennité du thème du pouvoir, c'est en même temps s'interroger sur la persistance de la rhétorique de la louange qui en est le corrélat littéraire, avec son cortège d'images prestigieuses. La grandeur a-t-elle déserté le champ politique? Et les historiens doivent-ils et peuvent-ils renoncer au discours d'éloge et à ses pompes [Ricœur, *MHO*, 354].

Ricœur constata que estes temas subsistem, embora sob outras formas. O Estado-nação é agora o polo organizador dos referentes ordinários do discurso histórico, logo, continua a ser celebrado como grandeza. A figura do homem de Estado substitui, até certo ponto, o retrato do rei. Mas as figuras de grandeza não se restringem ao homem de Estado, há uma redistribuição da grandeza por um espaço social mais vasto, como atesta o livro aparecido na última década do séc. XX, com o título de “Economias da grandeza”<sup>428</sup>, que estende a ideia de grandeza não apenas ao campo político mas ao campo mais lato de justificação e de pedido de justiça<sup>429</sup>. As grandezas são as formas legítimas do bem comum em situações típicas de diferendos, a partir do momento em que são legitimadas pelos argumentários típicos. O que é aqui fundamental é que a grandeza seja tomada pela filosofia prática e pelas ciências humanas relacionada com a ideia de justificação, como um dos regimes de apreensão do

---

cription spécifique, une gravure dans le métal, la médaille dépeint, par la vertu de l'or et de sa brillance, l'éclat de la gloire. En outre, la médaille, comme une monnaie, peut être montrée, touchée, échangée. Mais surtout, à la faveur de la dureté et de la durée du métal, elle fonde une permanence de mémoire, en transformant l'éclat passager de l'exploit en gloire perpétuelle. Un relai avec le récit est assuré par la devise inscrite au revers de la figure du roi marquée en son effigie et en son nom; elle assure l'exemplarité potentiellement universelle des vertus gravées dans l'or» (Ricœur, *MHO*, 349).

<sup>428</sup> Luc Boltanski e Laurent Thévenot, *De la justification: les économies de la grandeur*, Gallimard, Paris, 1991.

<sup>429</sup> «C'est dans des situations de disputes que des épreuves de qualification ayant pour enjeu l'évaluation des personnes font appel à des stratégies argumentatives destinées à justifier leur action ou à soutenir les critiques au cœur des différends» (Ricœur, *MHO*, 356).

bem comum no seio das relações comunitárias. Ricœur explicita esta nova aceção de grandeza e o seu alcance atual:

Il s'agit bien encore de “formes politiques de la grandeur” (*Le Portrait du roi*, p. 107 seqq.), mais dans une acception si étendue du terme “politique” que le prestige du roi dans son portrait s'y trouve entièrement exorcisé par la substitution à la figure du roi de celle des personnes et de leurs prétentions à la justice. Le retour du thème de la grandeur n'en est que plus saisissant [*MHO*, 356].

Quanto ao tema da retórica do elogio, que é correlativo ao de grandeza, importa averiguar se também ele é inexpugnável. Ricœur evoca as histórias escritas por Ranke e Michelet. Verifica-se que Ranke, mesmo querendo fugir ao subjetivismo e ao elogio seletivo, acaba por elogiar uma geração e uma época. Michelet é menos subtil nos elogios que tece às grandes figuras que fizeram a França e ao próprio país. Também os historiadores seguintes da Revolução Francesa, de Guizot a François Furet, sem serem ostensivamente turiferários, exalaram um charme discreto pela sua Nação-estado, repetindo de forma dissimulada a estratégia do elogio patente no “Projeto da história de Luís XIV”, no sentido de arrancar da boca dos seus leitores os epítetos e os magníficos louvores que os factos narrados suscitam.

Posto isto, Ricœur admite que a questão é menos incongruente se em lugar do elogio se puser o seu oposto, a reprovação (“blâme”), já que é de reprovação que se trata quando falamos do holocausto nazi: «N'est-ce pas le blâme extrême, sous la litote de l'inacceptable, qui a frappé d'infamie la “solution finale” et suscité plus haut nos réflexions “aux limites de la représentation”?» (ibid.: 358).

Os acontecimentos limite evocados vêm, assim, ocupar o polo oposto aos dos signos de grandeza do elogio. Nesta simetria, a reprovação moral dos infames atos do holocausto fica costas com costas com o elogio absoluto endereçado pelas pessoas ao rei no seu retrato.

### 3.4. Representação como representância

Se atentarmos bem, toda esta secção dedicada ao estudo da representação literária tem sido marcada pela renúncia e pela busca do referente extratextual da intencionalidade histórica. De um modo particular, as duas últimas etapas agudizam o problema, pois tanto as figuras de retórica como a própria visibilidade imagética decorrente da legibilidade não foram capazes de nos guiar para fora do texto, pelo contrário, dão provas de uma oclusão e de um autotelismo

sem par. Todavia, sem referente histórico é a própria verdade da história que corre perigo, a ponto de não ser mais possível distinguir história de ficção. Por isso, Ricœur não desiste desta cruzada pelo referente, pela intencionalidade, pela verdade. É com esse intuito que ele vai repescar o conceito de representância, que dá nome a este curto capítulo com que encerra os trabalhos em torno da representação escriturária e da epistemologia da história. De facto, o conceito de representância empurra-o para o campo metafísico da ontologia, que está fora da circunscrição da epistemologia. A condição histórica do homem é uma questão ontológica que precisa de uma hermenêutica e já não de uma epistemologia, e o conceito de representância (pela sua natureza ambivalente, epistemológica e hermenêutica) permite fazer essa ponte para a terceira e última parte da obra, consagrada – sob o título de esquecimento – à resolução da tensão história-memória, por meio de uma reflexão ontológica que procura deslindar o mistério da nossa condição de seres históricos obrigados a conhecer por mediação e interpretação; seres que, estando na história, fazem história e fazem a história.

Assim sendo, o conceito de representância concentra em si todas as expectativas, exigências e aporias da intencionalidade histórica que fomos encontrando ao longo dos vários ciclos da representação literária<sup>430</sup>. Por conseguinte, Ricœur começa por recapitular o percurso feito, de modo a reunir todas as pontas que foram ficando soltas pelo caminho. Seremos levados à conclusão de que a representação literária só poderá fazer justiça ao intento noético da história se se articular com a compreensão/explicação e a prova documental, onde o testemunho desempenha um papel fundamental. Só depois entra em cena a verdade e com ela a questão da representância. Mas, voltemos antes ao início e sigamos o raciocínio de Ricœur.

Dissemos lá atrás que, enquanto leitores, esperamos de um texto histórico, em primeiro lugar, a narração de acontecimentos, conexões e personagens que *realmente* existiram, só depois se acrescenta o prazer da leitura. A questão que se coloca agora é a de saber *se, como e em que medida* o historiador pode corresponder a esta expectativa, cumprir esta promessa.

Pelas declarações que expusemos anteriormente pareceu-nos que, ao invés do que seria expectável, o momento da representação literária, que pressupú-

---

<sup>430</sup> «Le mot “représentance” condense en lui-même toutes les attentes, toutes les exigences et toutes les apories liées à ce qu’on appelle par ailleurs l’intention ou l’intentionnalité historique: elle désigne l’attente attachée à la connaissance historique des constructions constituant des reconstructions du cours passé des événements» (Ricœur, *MHO*, 359).

nhamos ser o mais adequado para honrar este compromisso de representar o passado, nos pareceu ser o mais crítico e suspeito quanto à capacidade de cumprir o pacto de leitura entre leitor e historiador. De facto, tudo nos levava a crer que a representação literária seria a mais capaz para corresponder a esta expectativa, na medida em que representar é sempre representar algo, neste caso, o passado. Mesmo a intenção de *reconstrução* do passado que orienta as *construções* das fases explicativa/compreensiva e documental parece só poder concretizar-se (dizer-se e mostrar-se) na fase da representação literária; não é narando, submetendo o relato aos contornos de um estilo e conferindo-lhe um poder visual – como se o puséssemos diante dos olhos –, que se torna credível o discurso histórico? Como é que a intencionalidade histórica não havia de atingir o seu cúmulo com modalidades de escrita que não se limitam a conferir uma roupagem linguística a uma inteligência do passado, que estaria já totalmente formada e preparada antes de se revestir das formas literárias? Ricœur reconhece: as coisas seriam bem mais simples se a operação histórica terminasse na fase de compreensão/explicação (antes de ser comunicada por escrito a um público de leitores) e a forma escriturária da historiografia não contribuisse para o valor cognitivo da história. Mas, na senda de H. White e dos narrativistas, recusa-se a considerar a expressão literária um manto neutro e transparente, posto sobre uma significação completa em termos de sentido. Esta foi uma das razões pela qual ele decidiu convocar as teses destes dois autores antes de apresentar a sua própria tese<sup>431</sup>. White, Barthes e, de um modo geral, os narrativistas ensinaram-nos a encarar o pensamento e a linguagem como inseparáveis; no caso da redação literária da história, a narratividade junta os seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão, e as próprias figuras de estilo dão visibilidade à legibilidade dos relatos. Podemos, pois, concluir que todo o movimento que empurra a explicação/compreensão para a representação literária e todo o movimento interno à representação, que desloca a legibilidade para a visibilidade, confere energia transitiva à representação histórica, remetendo-a para o “real” passado extratextual. Logo, a representação literária, enquanto tal, deveria ser suficiente para assegurar e garantir ao leitor que o historiador está apto a cumprir o pacto de leitura. Mas não é isso que se verifica. Vimos com que resistência a forma literária se opôs a esta exterior-

---

<sup>431</sup> A outra razão tem que ver com o fechamento que eles dão às formas narrativas, mesmo as da representação histórica, o que representa um desafio para Ricœur, na medida em que o esforço por superar esta aporia conduzi-lo-á à elaboração de um modelo epistemológico que dignifica a história enquanto ciência humana e literária.

rização para o mundo extratextual. As formas narrativas, ao encerrarem internamente a intriga, produzem um efeito de fechamento que não diminui mesmo quando o narrador moderno se dedica a frustrar a expectativa do leitor deixando a história em aberto. Deste modo, até o próprio ato de narrar se distancia do “real”, que é posto entre parênteses. As próprias figuras de estilo, sendo comuns à história e à ficção, também são capazes de produzir um efeito similar, ao ponto de deixar indefinida a fronteira entre os gêneros. O paradoxo atinge o cúmulo com as estratégias que visam tornar visível o relato. Na medida em que elas sustentam a verosimilhança, estão sujeitas a dar razão à crítica de Roland Barthes contra o “efeito do real”.

O fechamento que se verifica nas pequenas narrativas históricas (micro-história), devido à excessiva proximidade<sup>432</sup>, vale, pela razão contrária, para as narrativas de grande escala (chamadas “narratios” por Ankersmit) que procuram cobrir longos períodos da história. Estas tendem a fechar-se numa lógica circular, em virtude da qual o nome próprio (ex: “Revolução Francesa”, “solução final”) funciona como sujeito lógico para toda uma série de atributos que o desenvolvem e qualificam em termos de acontecimentos, estruturas, personagens e instituições. Estas “narratios” tendem para a autorreferencialidade, na medida em que o sentido do nome próprio só nos é facultado pelos atributos selecionados pelos vários historiadores que estudam o mesmo assunto, arrastando esta questão para o campo do subjetivismo.

Em suma, as modalidades literárias que julgávamos mais apropriadas para persuadir o leitor acerca da realidade, das conjunturas, das estruturas e dos acontecimentos postos em formato narrativo tornam-se suspeitas de abusar da confiança do leitor ao abolirem a fronteira entre persuadir e fazer crer.

Uma vez postos em causa os modos representativos que deveriam dar forma literária à intencionalidade histórica, como podemos dar credibilidade à representação histórica do passado? Ricœur propõe duas respostas, uma de cariz epistemológico e outra nos confins de uma ontologia do ser histórico. Em primeiro lugar, argumenta que só há uma maneira responsável de fazer prevalecer a atestação da realidade sobre a suspeita de não pertinência, que é articular a fase literária com as fases da explicação/compreensão e da prova documental. A representação literária não pode funcionar isolada – «C’est ensemble que

---

<sup>432</sup> «À cet égard, s’agissant de la microhistoire, on peut d’abord se féliciter de l’effet de crédibilité par proximité engendré par les récits en effet “proches des gens”, puis, à la réflexion, s’étonner de l’effet d’exotisme que suscitent des descriptions que leur précision même rend étranges, voire étrangères» (Ricœur, *MHO*, 361).

scripturalité, explication compréhensive et preuve documentaire sont susceptibles d'accréditer la prétention à la vérité du discours historique» (Ricœur, *MHO*, 363). Não basta escrever bem, a escrita deve operar em conjunto com as técnicas de pesquisa e com os procedimentos críticos para dar ao protesto o mesmo estatuto de uma atestação crítica. Se é verdadeira a asserção de R. Barthes, que o facto tem uma existência apenas linguística – recordemo-nos que o próprio Ricœur, a propósito do facto histórico, distingue claramente a proposição enunciativa (“o facto que”) do acontecimento em si – o realismo crítico que o filósofo francês aqui professa obriga-nos a recuar até antes da proposição factual para invocar a dimensão testemunhal/ocorrencial do documento. A força do testemunho, que constitui o núcleo da prova documental, não é negligenciável. Não podemos remontar para cá da tripla declaração da testemunha – 1) eu estive lá; 2) acreditem em mim; 3) se não acreditam, perguntem a outro – mas o gérmen da crítica está implantado no testemunho vivo. Tal como a memória é suficiente para assegurar a realidade das nossas recordações, o testemunho e a crítica do testemunho são o melhor que temos para dar credibilidade à representação histórica do passado<sup>433</sup>.

A segunda resposta vai ao encontro da espinhosa questão da verdade em história, cumprindo uma promessa que vem desde o início da obra. Chegamos, assim, à dialética do referente e da representância. O termo verdade acrescentado ao de representância aproxima o discurso histórico não só da memória, mas também das ciências humanas e naturais, com quem a história partilha a ambição de verdade, sendo que o alvo referencial desta pretensão que mobiliza a história é o passado. Isto dá azo a duas questões que servem de pretexto para a matéria que Ricœur pretende expor: primeira, será que podemos definir este alvo referencial noutros termos que não os de correspondência e adequação? E podemos chamar “real” ao momento escriturário da representação? A resposta só pode ser negativa, se queremos manter a esperança de alcançar a verdade. A representação tem um correspondente (*un vis-a-vis*) no terreno da *praxis*, que não se deixa captar como reprodução ou reduplicação fiel mas como *mimesis*. O modo de verdade próprio da representância, já o vimos em *Temps et Récit*, é o de lugar-tenência. Não se trata, pois, de uma correspondência no sentido de imitação-cópia («un récit ne ressemble pas à l'événement qu'il raconte» [ibid.: 366]), mas sim no sentido aristotélico de *mimesis*.

---

<sup>433</sup> «Il m'est arrivé de dire que nous n'avons pas mieux que la mémoire pour nous assurer de la réalité de nos souvenirs. Nous disons maintenant: nous n'avons pas mieux que le témoignage et la critique pour accréditer la représentation historique du passé» (Ricœur, *MHO*, 364).

Relativamente ao enigma da adequação por lugar-tenência, atinente à refiguração, Ricœur revalida a articulação conceptual que apresentou em *Temps et Récit* III entre os géneros do Mesmo, do Outro e do Análogo, culminando na tese central de que a representância diz-se da história *como* redescrição metafórica do passado. Esta articulação tem como objetivo salvar a fórmula de Ranke, segundo a qual a tarefa da história não é julgar o passado mas mostrar as coisas *tal como* efetivamente aconteceram. Se bem nos lembramos, é este “tal como” que regula a função de lugar-tenência ou de representância. O “realmente” passado permanece assim associado ao “tal como” efetivamente aconteceu. Ricœur reafirma a validade desta teoria, dizendo que não tem nada a alterar nesta tentativa de explicitação do conceito de representância.

Deseja antes deter-se num outro enigma que vê na relação de adequação que supostamente existe entre a representação literária e o passado, relação esta que tem de estar inevitavelmente afetada pela dialética de ausência presença que é marca de toda e qualquer imagem que está em vez de algo (lugar-tenência). Por outras palavras, o autor, partindo da distinção aristotélica entre recordação (*mneme*) e imagem (*eikon*) – a recordação é de algo *acontecido outrora* – pretende apurar o que acontece à dialética característica do ícone ou da imagem – a de ser simultaneamente presença e ausência – quando esta é aplicada, em regime de história, à condição de anterioridade do passado relativamente ao relato que dele se dá no presente. Podemos dizer que a representação literária também é uma imagem presente de uma coisa ausente. Mas a coisa ausente já se desdobra ela mesma em ausência no presente e existência no passado, pois o passado possui este duplo estatuto, que se expressa na linguagem por um jogo subtil entre os tempos verbais e os advérbios de tempo; dizemos que algo já não é mas foi, atestando que as coisas do passado já não existem, mas existiram: «Les choses passées sont abolies, mais nul ne peut faire qu’elles n’aient été» (*MHO*, 367). Não é assim descabido sugerir que o “ter-sido” é o referente último que se procura através do “já não é”. Daqui podemos concluir duas formas de ausência: a representação literária visa outra coisa que não ela (primeira ausência), que, por sua vez, existiu no passado mas já não existe no presente (segunda ausência) – «L’absence serait ainsi dédoublée entre l’absence comme visée par l’image présente et l’absence des choses passées en tant que révolues par rapport à leur “avoir été”» (ibid.). Deste modo, o advérbio de tempo “outrora” refere-se à realidade, mas à realidade no passado. E é neste ponto que a epistemologia confina com a ontologia do ser-no-mundo. A condição histórica do ser humano caracteriza-se por este modo de existência colocado sob o signo do passado como *não sendo mais mas tendo sido*. A força assertiva da representação literária, na sua qualidade de representância, só se pode ligar à

positividade do “ter-sido” visado através da negatividade do “não ser mais”<sup>434</sup>. Mas a noção de representância não passa, por enquanto, de um conceito que, mais do que solução é o nome de um problema<sup>435</sup>. É problema, em primeiro lugar, porque extravasa as competências e a jurisdição da operação historiográfica, invadindo já o campo da metafísica, ou mais propriamente da ontologia, que é onde se pode discutir a condição de já não ser mas ter sido. Daí que Ricœur prefira dar por encerrado este capítulo, e transferir a mesma questão para a terceira e última parte da obra, dedicada à hermenêutica da condição histórica do homem. O filósofo tem consciência que deixa inacabada ou não totalmente esclarecida a tese que tem como núcleo o conceito de representância e que qualifica de “realismo crítico” –

Pour ma part, j’assume ce risque dans la pensée que le refus de prendre en compte au moment opportun des problèmes relevant de l’herméneutique de la condition historique condamne à laisser non élucidé le statut de ce qui s’énonce légitimement comme un “réalisme critique” professé à la frontière de l’épistémologie de la connaissance historique [Ricœur, *MHO*, 369]

– porém, prefere fazê-lo do que correr o risco de ser acusado de regresso à filosofia da história, ao trazer para o campo da epistemologia histórica questões próprias da ontologia e da hermenêutica<sup>436</sup>. É problema, em segundo lugar, porque a noção de representância, na forma como a entende Ricœur, deriva semanticamente do antigo conceito de *representação-substituição*, “représentation-suppléance”, tradução do termo alemão “Vertretung”, descendente do latino “repraesentatio”, aplicado por Gadamer («Verdade e Método»), no contexto da hermenêutica, às obras de arte, com o sentido de exibição, mostra, exposição de um ser subjacente, e entra depois no contexto da historiografia para designar a representação literária, pela mão da componente imagética da

<sup>434</sup> «En ce point, l’épistémologie de l’histoire confine à l’ontologie de l’être-au-monde. J’appellerai condition historique ce régime d’existence placé sous le signe du passé comme n’étant plus et ayant été. Et la véhémence assertive de la représentation historique en tant que représentance ne s’autoriserait de rien d’autre que de la positivité de “l’avoir été” visé à travers la négativité du “n’être plus” (Ricœur, *MHO*, 367).

<sup>435</sup> «Il faut l’avouer, les notions de vis-à-vis, de lieutenant, constituent plus le nom d’un problème que celui d’une solution» (Ricœur, *MHO*, 366).

<sup>436</sup> «Or les anticipations d’une ontologie de la condition historique, telle qu’elle sera conduite dans la troisième partie, peuvent être dénoncées comme des intrusions de la “méta-physique” dans le domaine des sciences humaines par des praticiens de l’histoire soucieux de bannir tout soupçon de retour à la “philosophie de l’histoire”» (Ricœur, *MHO*, 369).



recordação<sup>437</sup>. Todavia, no contexto da história, a noção de representação não tem o mesmo valor que no contexto de uma fenomenologia da memória. A representação literária é opaca, porque não goza do privilégio singular que assiste a memória de *reconhecimento* do passado. O enigma do passado reside, exatamente, no facto de ser um conhecimento sem reconhecimento<sup>438</sup>. Relativamente ao reconhecimento alcançado pela memória, a representação ou a representância histórica fica aquém. Porém, como reconhece Ricœur, é um mal menor: «L'idée de représentation est alors la moins mauvaise manière de rendre hommage à une démarche reconstructive seule disponible au service de la vérité en histoire» (*MHO*, 369).

Deste modo, Ricœur dá por concluído o painel da epistemologia da história e avança para a terceira e última secção do tríptico que constitui a estrutura da obra em estudo. Aí alcançará o objetivo que traz em mente desde o início, juntar história e memória, contra o esquecimento, em defesa de uma política do perdão.

#### 4. A HERMENÊUTICA DA CONDIÇÃO HISTÓRICA DO HOMEM

Para Ricœur, memória e história podem ser representações porque nós somos seres de memória e de história – «Nous faisons l'histoire et nous faisons de l'histoire parce que nous sommes historiques» (*MHO*, 374). Mas o facto de sermos seres históricos não evita a crítica que Ricœur faz ao excesso de história que esmaga a vida ou a sua negação, que se confunde na autocelebração do presente (*ibid.*: 385-448)<sup>439</sup>. Se somos seres históricos é porque existimos numa temporalidade, entre um campo de experiência e um horizonte de expectativa (Koselleck). Uma abordagem ontológica da história deve explorar os pressupostos existenciais (porque estruturam a maneira própria de existir ou de ser-no-mundo) do saber historiográfico efetivo e do discurso crítico. Neste con-

---

<sup>437</sup> Veja-se a longa nota que Ricœur consagra à evolução semântica e lexical do termo representação-substituição, que está por trás do de representância, em *MHO*, 367-369.

<sup>438</sup> «L'énigme passé est finalement celle d'une connaissance sans reconnaissance» (Ricœur, *MHO*, 369).

<sup>439</sup> A filosofia crítica da história combate, por um lado, a "hybris" histórica, ou seja, põe limites à ambição totalitária do saber histórico, característica da filosofia romântica e pós-romântica alemã e, por outro, explora os títulos de validade de uma historiografia consciente das suas limitações.

texto surge a análise que compara o historiador e o juiz (*MHO*, 413-436) e o tema da interpretação em história (ibid.: 436-447), que expusemos no primeiro capítulo. Historiador e juiz, movidos respetivamente por um desejo de verdade e de justiça, ocupam o lugar de terceiros relativamente aos protagonistas da ação social no espaço público. A mesma regra de imparcialidade guia ambos: *Nec studio, nec ira*: nem favor, nem cólera. Os dois usam o testemunho como prova e fazem o exame crítico da credibilidade das testemunhas. É no julgamento que divergem. Em primeiro lugar, um julgamento judicial não volta a repetir-se. A função do juiz é julgar; é concluir com uma sentença que faça justiça ao culpado e à vítima. Tudo isto está interdito ao historiador. A sua obra está sujeita a revisões constantes e infinitas e, se ele faz um julgamento, é consciente da sua parcialidade e militância, sabendo que este será avaliado pelos seus pares e pelo público – «Cette ouverture sur la réécriture marque la différence entre un jugement historique provisoire et un jugement judiciaire définitif» (Ricœur, *MHO*, 421). Além disso, o juiz julga pessoas com nome e ações pontuais.

Sobre a morte em história, Ricœur (*MHO*, 471-480) desenvolve uma fecunda e interessante reflexão que retoma as teses de Heidegger e de Michel de Certeau e que resulta numa poética do ausente. É possível um diálogo entre o filósofo e o historiador sobre o ser-para-a-morte, sobre a dialética da presença e da ausência, inerente a qualquer representação do passado, seja ela mnemónica ou histórica. O enfoque do passado como ter-sido sai reforçado a partir do momento em que o ter-sido signifique ter-sido presente, vivo. O ter-sido sobre-põe-se ao passado volvido: «Le “ne... plus” du passé ne saurait, disions-nous, obscurcir la visée historique qui porte le regard vers des vivants qui furent avant de devenir les “absents de l’histoire”» (*MHO*, 472).

A ponte entre futuro e passado é assegurada pelo conceito de “estar em dívida”. O assumir desta dívida marca a nossa dependência do passado em termos de herança. Dívida-herança coloca-se sob o conceito de representância, guardião da pretensão referencial do discurso histórico. O estar-em-dívida constitui a possibilidade existencial da representância e do ter-sido: «C’est donc sous le signe de l’être-en-dette que l’avoir-été l’emporte en densité ontologique sur le n’être plus du passé révolu» (ibid.: 473-474).

A morte enquanto objeto de representação torna-se um dos novos e mais explorados temas da história das mentalidades e das representações. Mas o próprio ato de fazer a história tem implícito o tema da morte. A morte mistura-se com a representação enquanto operação historiográfica, pois assinala de algum modo o ausente da história, do discurso historiográfico (ibid.: 476).

A operação historiográfica torna-se o equivalente escriturário do enterramento, da sepultura:

À première vue, la représentation du passé comme royaume des morts paraît condamner l'histoire à n'offrir à la lecture qu'un théâtre d'ombres, agitées par des survivants en sursis de mise à mort. Reste une issue: tenir l'opération historiographique pour l'équivalent scripturaire du rite social de la mise au tombeau, de la sépulture [Ricoeur, *MHO*, 476].

A sepultura não é só um lugar afastado da cidade onde depositamos os mortos, o cemitério, é também o ato de enterramento. A sepultura não é um gesto pontual, ela permanece porque permanece o gesto de sepultamento. O luto transforma em presença interior o ausente físico. «A sepultura como lugar material torna-se assim a marca durável do luto, a ajuda-memória do gesto de sepultura» (ibid.). É justamente este gesto de sepultura que a historiografia transforma em escrita. Michel de Certeau é o defensor mais eloquente desta transfiguração operada pelo historiador. Diz ele que o morto é o que falta à história, é o outro que se esconde por trás do traço do que foi. Neste sentido, a história é o discurso sobre o presente que falta, a morte calando o traço. A imagem do cemitério é a imagem forte da ausência definitiva dos mortos, um efeito da negação da morte, que vai ao ponto de se disfarçar na ficção da verosimilhança. O discurso histórico é como os cemitérios, dá lugar ao ausente e esconde-o: «L'écriture historique fait place au manque et elle le cache, elle crée ces récits du passé qui sont l'équivalent des cimetières dans les villes; elle exorcise et avoue une présence de la mort au milieu des vivants» (Certeau, *L'absent de l'histoire*, apud Ricoeur, *MHO*, 477).

Esta equação entre escritura e sepultura pode também ler-se em algumas páginas magníficas de *L'écriture de l'histoire* (1975: 138-142). Fala-se da sepultura em termos de lugar. Este lugar no discurso está direcionado para o lugar do leitor, a quem se dirige a escrita da história. Por um lado, a escrita, como um rito de enterramento, exorciza o morto introduzindo-o no discurso e colocando-o sobre o nosso olhar como se fosse um quadro. Por outro, a escrita exerce uma função simbolizadora, que permite a uma sociedade situar-se dando-se um passado a si mesma através da linguagem<sup>440</sup>. Nisto consiste a relação dinâmica entre o lugar do morto e o do leitor<sup>441</sup>.

---

<sup>440</sup> «L'écriture historique joue le rôle de rite d'enterrement. Instrument d'exorcisme de la mort, elle l'introduit au cœur même de son discours et permet symboliquement à une société de se situer en se dotant d'un langage sur le passé. Le discours historique nous parle

Falando já da dialética de memória e história (*MHO*, 500-535), Ricœur afirma que o historiador não tem apenas como alvo os mortos para quem constrói um túmulo escriturário, não se aplica somente a ressuscitar os vivos de outrora (Michelet) que não estão mais mas foram, ele re-presenta ações e paixões. Ricœur associa a ideia de que o referente último da representação histórica é o antigo vivente que está por trás do ausente de hoje da história com a mudança de paradigma, operada pelo “*tournant critique*” dos *Annales* nos anos oitenta, que promoveu o paradoxo do ator. Assim sendo, a história visa não somente o vivo de outrora, por detrás do morto de hoje, mas o ator da história passada: «Ce que vise l’histoire, c’est non seulement le vivant d’autrefois, à l’arrière du mort d’aujourd’hui, mais l’acteur de l’histoire échue, dès lors que l’on entreprend de “prendre au sérieux les acteurs eux-mêmes”» (ibid. 502).

Em revisão de percurso (*MHO*, 642-655), Ricœur vai ainda mais longe na analogia: «a sepultura escriturária prolonga ao nível da história o trabalho de memória e o trabalho de luto» (Ricœur, *MHO*, 649).

## 5. HISTÓRIA E FICÇÃO: SÍNTESE E OUTRAS PERSPETIVAS (POMIAN E JAUSS)

Um balanço crítico desta longa incursão pelo pensamento de Paul Ricœur, no enalce do conceito de ficção, teorizado pelo filósofo em confronto com o

---

du passé pour l’enterrer. Il a, selon Michel de Certeau, la fonction du tombeau dans le double sens d’honorer les morts et de participer à leur élimination de la scène des vivants (Dosse 2000: 55).

<sup>441</sup> Fernando Catroga, na sua obra *Memória, História e Historiografia* (2001: 40-44), também se debruça sobre esta analogia estabelecida por Michel de Certeau entre os cemitérios e as narrações do passado. Relembra mesmo a etimologia de *signo*, que remete para o túmulo: «Todo o signo funerário, explícita ou implicitamente, remete para o túmulo (*signo* deriva de *sema*, pedra tumular), isto é, para uma sobreposição de significantes [...]. E, neste jogo de negação da morte e da corruptibilidade do tempo, os signos “são assim dados em troca do nada segundo uma lei de compensação ilusória pela qual, quanto mais signos temos mais existe o ser e menos o nada” [...]. Por isso, o túmulo e o cemitério devem ser lidos como totalidades significantes que articulam dois níveis bem diferenciados: um invisível e outro visível. E as camadas semióticas que compõem este último têm o papel de dissimular a corrupção (o tempo) e de simular a não morte, transmitindo às gerações vindouras a semântica capaz de individuar e de ajudar à *re-presentação*, ou melhor, à *re-presentificação* do ontologicamente ausente. É à luz destas características que é lícito falar, a propósito da linguagem cemiterial – tal como do discurso historiográfico –, de uma poética da ausência” (Ana Anais Gomez, 1993; F. Catroga, 1999» (Catroga 2001: 43).

de história, mostra-nos dois tipos de aplicação do conceito. Numa primeira aceção, puxámos o conceito de ficção para o âmbito da narratologia, donde extraímos, da teoria mimética ricœuriana, a noção de “mimesis II” ou *mise en intrigue*, que traduzimos por configuração narrativa ou composição da intriga e que autorizou a inscrição da história no modo narrativo, que alberga também o género ficcional. Conduzidos pela dialética explicação/compreensão, concluímos que não há história sem intriga. Toda a história, independentemente dos seus recursos críticos e explicativos que a aproximam de uma ciência *verdadeira*, não pode recusar a sua componente compreensiva (defendida desde o início, mas noutros termos, por Dilthey), que a aproxima da capacidade para seguir e contar uma história. A história diz-se por meio de uma intriga, com princípio, meio e fim, com uma conexão causal de tipo narrativo (que não substitui, mas se coaduna com a explicação especificamente histórica), que permite segui-la como um todo e assimilá-la e fixá-la na mente como uma imagem intemporal. Sob este prisma, história e narrativa têm dois tratamentos diferentes. Em *Temps et Récit*, devido ao triplo corte epistemológico instaurado pela historiografia francesa da movência dos Annales, apenas pudemos falar de *derivação ou transposição indireta* da história a partir da inteligibilidade narrativa; as categorias narrativas que operam na historiografia são limitadas pelo prefixo *quasi* (“como”): *quasi*-intriga, *quasi*-personagem, *quasi*-acontecimento. Em *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, a noção de coerência narrativa e os novos modos de explicação/compreensão saídos do *tournant critique* (conversão pragmática dos Annales em finais da década de oitenta [vide Delacroix, Dosse, Garcia 2000b: 510-525]), que marcou a crise e o abandono dos modelos historiográficos, exclusivamente quantitativos, antinarrativos (para um entendimento pobre do conceito de narrativa) e de longa duração, permitiu prescindir do prefixo *quasi* e sustentar a *articulação* entre a coerência narrativa e a conexão explicativa, considerando as categorias narrativas operadores de pleno direito na historiografia. Assim sendo, a estrutura narrativa é comum à história e à ficção. No entanto, enquanto nos mantivermos no plano exclusivo dos géneros literários, uma assimetria incontornável, relacionada com modalidades referenciais heterogêneas (realidade e irrealidade), vigora entre narrativa histórica e narrativa ficcional, que se reflete ao nível das expectativas criadas no leitor pelas promessas de um autor. Neste contexto narratológico, Ricœur prefere dizer narrativa ficcional em vez de ficção, exatamente para marcar a divergência dos referentes. Se passarmos ao plano dos efeitos exercidos por narrativas verdadeiras e ficções, então o conceito de ficção ganha outro sentido.

É numa segunda aceção que o conceito de ficção é usado com toda a propriedade. Quando se trata de identificar os elementos especificamente ficcio-

nais/retóricos que a narrativa ficcional empresta à escrita da história – a imaginação, os tropos e as categorias literárias, a imagem –, empréstimo este que resulta numa ficcionalização da história. Neste ponto, as reflexões de *Temps et Récit* e de *La mémoire, l'histoire, l'oubli* convergem, sendo que as segundas desenvolvem e complementam as primeiras. Na trilogia da década de oitenta, os recursos ficcionais que a história inevitavelmente utiliza, ao nível dos conectores do tempo histórico, da representância e da refiguração, têm como objetivo a concretização da sua intencionalidade, voltada para o tempo. Na obra seguinte, dando consistência a uma ideia que já aflorara em *Temps et Récit*, Ricœur vê a atuação da ficção na história como forma de dar visibilidade à quase irrepresentabilidade do horror que marcou o século XX, e que ficou conhecido como “solução final”. Se antes história e ficção se entrelaçavam para dar uma imagem poética do tempo, agora é para refigurar as imagens que a memória (passada a documento) retém do passado. Tal como anteriormente, é da leitura de Hayden White que sai a intervenção da imaginação histórica, sob uma forma que deriva da retórica, mais precisamente, da retórica dos tropos, e que podemos designar de *emplotment*, que traduzimos por composição da intriga. A composição da intriga, que é a forma verbal da imaginação, é uma tipologia retórica e explicativa, à cabeça de outras três que lhe estão subordinadas: *story*, argumento e ideologia. Só que o facto de estas tipologias serem simultaneamente retóricas e explicativas, indiferentes aos procedimentos explicativos do saber histórico e, pior, querendo substituir-se a estes, torna a distinção entre história e ficção impossível em H. White, deixando o horror do passado (a referência histórica) indefeso perante o negacionismo, devido ao relativismo de qualquer representação historiográfica, pois nenhuma linguagem é um meio transparente. A incidência sobre o carácter imagético de qualquer representação literária, que é herdeira da própria iconicidade da memória, produz um entrecruzamento da legibilidade com a visibilidade, sucessor da ficcionalização do discurso histórico. *A narrativa dá a compreender e a ver*. É neste ponto em concreto que faz mais sentido falar de ficção histórica ou ficção científica a propósito de história. Uma narrativa histórica é uma tapeçaria, tem quadro e sequência, imagem e história ou ainda descrição e narração. Mas a visibilidade não provém só deste entrecruzamento da faceta mais imagética com a sequencial. A própria legibilidade só por si produz visibilidade, na medida em que *a narrativa dá a ler*, põe sob os olhos para nos persuadir e tornar mais convincente ou verosímil o que transmite. Os prestígios da imagem descritos por Louis Marin ajudam Ricœur a desenvolver a ideia que lhe surgira já em *Temps et Récit*, a propósito da ficcionalização da história, de que os prestígios retóricos da imagem servem para criar uma ilusão controlada de presença

daqueles acontecimentos unicamente únicos que despertam numa comunidade intensos sentimentos éticos, seja de comemoração fervorosa seja de execração. A força (de)monstrativa do ícone está ao serviço da historiografia e, através dela, do acontecimento que narra. Em todo o caso, esta imagem nunca é uma cópia do acontecimento, só a memória pode produzir cópias do acontecimento, mas a memória arquivada sofre um distanciamento crítico que impede uma recuperação exata do original. Apesar de tudo, através do ter-sido do passado, a intencionalidade histórica, sob a modalidade de representância ou reconstrução narrativa, visa o que realmente aconteceu e capta-o, com ajuda da imaginação e dos tropos da tradição literária, tal *como* aconteceu. Para isso, a operação historiográfica não pode ficar nos modos representativos e figurativos que dão forma literária e visibilidade à intencionalidade histórica, pois esses produzem um efeito de fechamento que impede a narrativa histórica de alcançar a verdade dos factos. Note-se o paradoxo, a história não pode prescindir da ficção (figuras de estilo e estratégias imagéticas) que confere realismo e visibilidade aos factos, mas é ela que a impede de alcançar o real extratextual. Para ser verdadeira e se aproximar do real estudado pelas outras ciências humanas e naturais, a história deve ser mais do que ficção; a arte de escrever deve articular-se obrigatoriamente com as técnicas de pesquisa e com os procedimentos críticos. Por outras palavras, a operação historiográfica não se esgota na escrita, está obrigada a concertar-se com a explicação/compreensão e, mais do que tudo, com a prova documental ou a memória arquivada.

Feita a síntese da dialética história/ficção na filosofia de Paul Ricœur, gostaríamos de confrontar as posições do filósofo francês com duas outras opiniões sobre o mesmo assunto. Falamos dos artigos de Hans Robert Jauss, «La fiction en histoire»<sup>442</sup> e de Krzysztof Pomian, «Histoire et fiction»<sup>443</sup>.

Jauss começa por afirmar que a historiografia moderna deve fazer uma reflexão em torno de dois pontos essenciais: por um lado, a oposição *res fictae* e *res factae*; por outro, o facto de a história estar obrigada a uma ficção perspectivista da facticidade se quer restituir o passado decorrido. Jauss defende que o fictício (*res fictae*) é uma propriedade efetiva da prática histórica a partir do momento em que ela quer ser algo mais do que um arquivamento e deseja reconstituir e tornar transmissível a experiência do passado (*res factae*). Por conseguinte, o ideal do realismo histórico ingénuo é insustentável, pois não

---

<sup>442</sup> *Le Débat*, n.º 54, mars-avril 1989, pp. 89-113.

<sup>443</sup> *Ibid.*, pp. 114-137.

basta subtrair à configuração narrativa a exposição das *res factae* para chegar à inteligência do que é objetivo nos factos narrados. Para ele, as *res fictae* contribuem terminantemente para a constituição do sentido da experiência histórica, são meios de conhecimento e de exposição. Até aqui não há desacordo relativamente ao dito por Ricœur. A divergência começa quando o autor considera preconceituosa qualquer separação entre *res factae* e *res fictae*. Mas a sua argumentação é, inicialmente, tal como a de White, muito correta; ambas tornam-se problemáticas quando não distinguem facto proposicional de relato ficcional interpretativo. Jauss começa por sustentar que o ornamento retórico não se junta de fora ao processo histórico, como se fosse possível chegar pura e objetivamente aos factos estabelecidos a partir das fontes e só um ato segundo, a transposição dos factos para uma narrativa, pusesse em jogo os meios estéticos que o historiador científico utiliza, geralmente, com má consciência. A hermenêutica desfez este preconceito e outorgou um estatuto ficcional aos factos, ao demonstrar que as *res factae* não são um primeiro estágio: enquanto factos, eles pressupõem desde o momento da sua constituição as formas elementares da conceção e da apresentação da experiência histórica.

[...] la *mise en fiction* de l'expérience historique est toujours déjà à l'œuvre, car le quoi (*Was*) événementiel d'un processus (*Geschehen*) historique est toujours déjà conditionné par le quand (*Wann*) perspectiviste de sa perception ou de sa reconstruction, mais aussi par le comment (*Wie*) de son exposition et de son interprétation, et il est donc constamment prolongé dans la détermination de sa signification [Jauss 1989: 90].

Logo, Jauss não vê diferenças entre o romancista e o historiador: «Que le romancier moderne raconte ce qui aurait pu se passer, ou que l'historien moderne rende compte de ce qui s'est effectivement passé, tous deux en sont réduits au moyen de la fiction dès que la narration commence [...]» (ibid.: 91).

Jauss não avança mais na epistemologia da história, sobretudo, não refere a crítica científica e explicativa que deve acompanhar o trabalho do historiador, fala apenas do momento que Ricœur qualificou como configuração narrativa ou representação literária. Não leva em conta as constrições da prova documental e da explicação/compreensão sobre a representação. Logo, a sua tese, na linha da de H. White, desemboca numa indistinção entre verdadeiro e falso, história e ficção. Para sair desse impasse, põe a tónica sobre o verosímil, fronteira comum de ambas as disciplinas. Subsistem diferenças entre história e ficção, mas não quanto ao método, apenas quanto aos meios ficcionais e quanto à receção por parte do leitor, ou não estivéssemos nós no campo da *estética da receção* – «À la frontière commune du vraisemblable, création poétique et écri-



ture de l’histoire se distinguent beaucoup plus par la manière différente d’utiliser certains moyens de la fiction, et par l’attente différente qu’ils peuvent éveiller chez leurs lecteurs» (ibid.).

Todavia, é curioso que Jauss tinha em mãos matéria que o poderia ter ajudado a superar este relativismo, se tivesse dado mais valor à reflexão de Droysen que cita apenas para censurar a cesura entre narração e investigação, didática e discussão, as quatro formas de exposição propostas por Droysen. Em seu lugar, Jauss limita-se a reafirmar o poder dos meios de ficção em história, o seu potencial heurístico, compreensivo e expositivo/transmissivo – virtudes que o próprio Ricœur reconhece – sem consideração alguma pelo desejo de verdade que deve animar a historiografia, pela prova documental e pelas várias formas de explicação próprias da ciência histórica:

Dans l’écriture de l’histoire, l’emploi des moyens de la fiction ne sert donc pas uniquement à communiquer les résultats que la recherche scientifique présente à un destinataire, «le groupe lecteur situé de l’autre côté». Il jette aussi un pont entre présent et passé, un pont qui représente le meilleur moyen pour faire comprendre et donc rendre communicable l’altérité des mondes historiques devenus lointains et étrangers, et ce grâce à la puissance de dévoilement de la fiction [Jauss 1989: 93].

Numa perspetiva quase oposta, marcadamente mais científica que literária, Pomian faz melhor justiça à operação historiográfica. Começa por dizer que não há história sem a noção de uma fronteira entre realidade e ficção. Trata-se de uma fronteira móvel e por vezes de difícil delimitação, mas imperiosa para os historiadores e para a história, se não quer perder a sua identidade como ciência. Pomian critica os chamados ficcionistas (nos quais se pode incluir Jauss, R. Barthes e H. White – acrescentamos nós), defensores da abolição de fronteira entre história e ficção, que relegaram a primeira para o domínio da retórica (1989: 114-115). Para estes, a história tem apenas uma dimensão, a da escrita, que tem como principal função convencer os leitores da veracidade dos relatos que lhes propõem. O destino da história aparece associado ao da ciência. Também esta é atacada e desautorizada, como uma forma de poder, de domínio sobre os homens, na qual não há lugar para a verdade, enquanto adequação do saber ao real, e a própria ideia de verdade é relegada à condição de mito. Enquanto perdurar este estigma de ceticismo niilista contra a história e a ciência em geral, a verdade manterá o rótulo vergonhoso e inutilizável que lhe colaram nas últimas décadas do século passado e que perdura até à atualidade, gerando um clima generalizado de desconfiança e insegurança, não só entre as instituições e as ciências, mas também entre os indivíduos.

É por isso que o tema história e ficção, velho como a própria história, mantém na atualidade uma renovada pertinência para o futuro da filosofia e do conhecimento<sup>444</sup>.

A estratégia de Pomian, ao invés da de Jauss, passa não por denunciar o pendor ficcional da história, mas sim o pendor realista e científico da ficção, numa luta (velada) contra as teses semióticas do estruturalismo. Se é inegável que a história precisa da verdade, também a ficção a não pode dispensar (Pomian 1989: 118). O romance enquanto gênero literário não se fecha completamente na ficção, porque a imaginação coabita quase sempre com o conhecimento, a ficção com a realidade, a invenção com a verdade. Só uma ficção pura pode fechar-se sobre si própria; sem qualquer referência temporal ou espacial do mundo real, cria os seus próprios objetos, tempo e espaço, diferentes de tudo o que conhecemos, absolutamente novos, portanto. Mas, se a ficção aspira a inscrever-se numa realidade, tem de escolher obrigatoriamente entre os modelos de conhecimento disponíveis, a saber, ou o realista, ou o naturalista, ou o dos romances psicológicos, ou o da ficção científica ou o do romance histórico<sup>445</sup>.

Contra o ficcionalismo, Pomian declara uma fronteira intransponível entre história e ficção, com base nas chamadas *marcas de historicidade*<sup>446</sup> que o historiador deixa no seu texto e que conduzem o leitor para uma realidade extratextual. Estas marcas são signos e fórmulas, citações e notas de rodapé que remetem para as fontes ou para os próprios objetos descritos, no caso da his-

---

<sup>444</sup> Quem o diz é Pomian: «Histoire et fiction: vieux comme l'histoire même, le problème de leurs rapports porte de nos jours une interrogation fondamentale pour l'avenir de la philosophie et de la connaissance» (1989: 115).

<sup>445</sup> «Dès qu'elle aspire toutefois à s'inscrire dans une réalité, elle n'a de choix qu'entre celles que rendent accessibles les modalités de la connaissance à notre disposition. Ce sont: la perception et le langage usuel invoqués par les auteurs des romans réalistes, l'approche statistique mise à contribution par les écrivains naturalistes, l'introspection qui alimente les romans psychologiques, l'observation-expérimentation qui joue le même rôle pour la science-fiction, et la reconstruction du passé qu'exploitent les romans historiques. Il va de soi qu'un même roman peut mobiliser les données de plusieurs modalités de la connaissance; au XX<sup>e</sup> siècle cela est assez fréquent» (Pomian 1989: 118).

<sup>446</sup> «Une narration se donne donc pour historique lorsqu'elle comporte des marques d'historicité qui certifient l'intention de l'auteur de laisser le lecteur en quitter le texte et qui programment les opérations censées permettre soit d'en vérifier les allégations, soit de reproduire les actes cognitifs dont ses affirmations se prétendent l'aboutissement. En bref: une narration se donne pour historique quand elle affiche l'intention de se soumettre à un contrôle de son adéquation à la réalité extratextuelle passée dont elle traite» (Pomian 1989: 121).

tória recente, e que permitem a um leitor qualificado ou interessado comprovar os factos relatados. Posto isto, pode dizer-se que, de acordo com Pomian, as narrações ficcionais do passado (romances históricos, por exemplo) distinguem-se das narrações propriamente históricas na medida em que «as primeiras não permitem sair do texto e controlar a sua adequação a uma realidade extratextual» (1989: 121), ao passo que o texto histórico não só o permite como o convida a fazer. Apesar de diferenças específicas, uma marca comum das narrações históricas e das narrações científicas é precisamente o enviarem ambas para realidades extranarrativas, o que leva Pomian a interrogar-se se é «legítimo considerar as marcas de historicidade e de cientificidade por simples procedimentos retóricos postos em marcha a fim de ganhar a confiança do leitor?» (ibid.: 122). Lembramos que Barthes abominava estas notações (marcas de historicidade), considerando que apenas contribuía para dar verosimilhança ao relato e criar um efeito do real, não passando também elas de meras ficções.

História e ficção não são, pois, apenas géneros literários diferentes, como sustentam alguns praticantes dos estudos literários que, subservientes à matriz saussuriana, isolam as narrações de qualquer realidade extratextual e se interessam apenas pelas suas propriedades intrínsecas – facto muito discutível no caso da ficção, inaceitável no caso da história e da ciência, «pois a sua pretensão a estarem abertas para o exterior contradiz o postulado pseudosaussuriano» (ibid.: 122). Os críticos literários consideram sem fundamento este argumento da pretensão das narrações históricas a estarem voltadas para fora, considerando-a um procedimento retórico com o único intuito de fazer com que o leitor acredite na narração. No entanto, é a própria objeção dos críticos literários que carece de demonstração<sup>447</sup>. Além do mais, Pomian defende que a fronteira entre ficção, de um lado, e história e ciências, do outro, só pode tornar-se um problema epistemológico se se admitir a existência de uma abertura possível destas narrações para o exterior. É esta fronteira que permite falar da pretensão da história e das ciências não só de abordarem uma realidade exterior, mas sobretudo de enunciarem, ao invés da ficção, «as proposições suscetíveis de serem controladas pelos leitores, e que, se elas satisfazem um tal controlo, devem a este título ser recebidas por quem quer que lhes compreende o sen-

---

<sup>447</sup> «[...] aucun argument contraignant, qu'il soit linguistique ou psychanalytique, n'interdit de prendre au sérieux la prétention qu'a une narration historique ou scientifique de parler d'une réalité extranarrative, voire extratextuelle, et d'essayer de la confronter à celle-ci pour établir si et dans quelle mesure cette prétention peut être reconnue valable» (Pomian 1989: 123).

tido» (ibid.). Os ficcionistas refutam esta tese, dizendo que os leitores de base não têm tempo nem competências científicas para controlar a narração, confiam simplesmente na autoridade da narração histórica. Neste caso, as marcas de historicidade não são um programa das operações de controlo, são sim um reforço da confiança no autor, que, deste modo, mostra como as suas afirmações se prestam a ser submetidas à crítica dos conhecedores, cujo silêncio, por sua vez, equivale a aprovação. Pomian contrapõe dizendo que esta teoria põe mais uma vez a tónica na escrita da obra e na sua receção pelo leitor, reduzindo as marcas de historicidade a procedimentos retóricos de persuasão. E se é verdade que a maior parte dos leitores não tem tempo nem interesse nem competência para averiguar a veracidade ou a falsidade das marcas de historicidade, há muitos leitores que o fazem, sendo possível uma leitura passiva e uma leitura crítica da obra e que é esta segunda leitura que valida ou invalida as afirmações feitas.

Reste qu'une même narration qui se donne pour historique peut faire l'objet de deux lectures: d'une lecture passive et d'une lecture critique. Et que, du point de vue épistémologique, la seconde est supérieure à la première pour autant qu'elle produit des effets cognitifs publics, surtout quand elle aboutit à infirmer ponctuellement ou globalement la narration qui en fait l'objet [Pomian 1989: 123].

A despeito de os objetos ou vestígios por intermédio dos quais a história apreende o passado remeterem para realidades já volvidas e, por isso, invisíveis<sup>448</sup>, Pomian considera que são eles que, de forma qualificada, tornam o conhecimento do passado possível, são eles que fazem a ponte entre o agora do historiador e o passado que representam – que é o da sua fabricação –, entre o seu lugar atual – onde o historiador os consulta – e o lugar inicial da sua produção, particularmente, «entre o visível e o que, depois de ter sido, não o é mais e não o será jamais» (ibid.: 126).

Todavia, Pomian não rejeita por completo a presença da ficção na história. Uma obra de história, se quiser ser mais do que a transposição académica e matemática de dados, deve satisfazer uma tripla exigência do público: fazer saber, fazer compreender, fazer sentir e isso significa que é preciso reconstruir a dimensão visível e vivida do passado para que o público o sinta como seu: «Et c'est ici qu'on retrouve la fiction. Impossible sans elle, en effet,

---

<sup>448</sup> «Toute source historique virtuelle renvoie à des référents invisibles» (Pomian 1989: 126).

de reconstruire la dimension visible du passé et sa dimension vécue» (Pomian 1989: 131).

A ficção não provém de uma possível arbitrariedade na exposição dos factos – pois contra isso há sempre as provas e a crítica – mas antes de o passado ser, necessariamente, fragmentário, lacunar e descontextualizado<sup>449</sup>, obrigando a imaginação a entrar em jogo.

Contrairement à la reconstruction de la structure ou des caractères mesurables d'un objet, la reconstruction de son apparence visible ne saurait aboutir sans un apport de l'imagination, seule capable de combler les lacunes des vestiges qui en restent; autant dire que l'apparence visible reconstruite d'un objet comporte toujours une part de fiction. Celle-ci peut être plus ou moins grande. Mais elle ne se laisse jamais complètement éliminer [Pomian 1989: 132].

Reconstruir a vivência interna, subjetiva, de alguém do passado, na sua multiplicidade de estados afetivos, é um dos maiores desafios com que depara o historiador, ainda que se apoie na introspeção ou sobre os dados do olhar clínico. Para reconstruir a partir de textos e imagens este universo íntimo, o historiador procede, necessariamente, por analogia e a imaginação é chamada a preencher os silêncios inevitáveis das fontes, permitindo ao historiador pôr-se na pele das suas personagens.

Nos restantes exemplos invocados por Pomian como incrustações fictícias na textura das narrações históricas, trata-se sempre de fazer referência ao trabalho da imaginação. Por exemplo, as entidades supraindividuais, invisíveis e outras análogas (Espírito, espírito humano, cultura, civilização) são ficções porque apenas se imagina que atuem na história. Só no fim o autor faz uma breve menção aos efeitos da narração como ficção. Refere o caráter individualizador da obra histórica, capaz de criar em torno de um assunto um todo coeso, com princípio e fim, eliminando o que não lhe diz respeito. Este aspeto homogeneizador contribui para criar a ideia fictícia de continuidade numa matéria que é sempre irremediavelmente lacunar. A partir do momento em que o historiador decide fazer mais do que simplesmente descrever as fontes, indo além dos catá-

---

<sup>449</sup> «Car, tel qu'il donne prise à la connaissance par l'intermédiaire des vestiges qui le représentent parmi nous, le passé est toujours fragmentaire, lacunaire et décontextualisé. Fragmentaire, parce qu'il nous arrive en morceaux. Lacunaire, parce que ceux-ci, même réunis, ne permettent jamais à eux seuls de reconstituer la totalité dont ils faisaient partie. Décontextualisé, parce qu'ils se trouvent dans un environnement différent de celui qui fut le leur à l'origine» (Pomian 1989: 131-132).

logos, dos inventários, dos anais, dicionários e cronologias, e decide reconstruir o passado, fica automaticamente obrigado a introduzir elementos fictícios, somente porque respeita a autonomia da narração.

Por fim, reconhece que a ficção não pode ser banida da oficina do historiador porque ela desempenha um papel heurístico. Os prolongamentos ou as variações imaginárias sobre os dados do conhecimento dão origem a novas questões, levam ao questionamento de resultados que se julgava incontestáveis, suscitam controvérsias que se podem revelar fecundas. As ficções podem impulsionar a investigação de novos factos e darem origem a novas descobertas, por isso a história não pode passar sem as ficções, mas só enquanto elas são os andaimes que ajudam a construir o edifício e, uma vez este terminado, devem ser desmontados e retirados para que a construção se tenha de pé por si só.

Se Jauss, pondo a tónica na ficcionalidade da história, chama a atenção para muitas questões que o próprio Ricœur subscreve, é a argumentação de Pomian que mais se aproxima das teses de Ricœur, desde logo porque tem o cuidado de traçar uma fronteira entre história e ficção, coisa que Jauss não faz, admitindo, contudo, o historiador francês que a história precisa da ficção. Não obstante, é claro que a argumentação de Pomian deixa algumas lacunas e indeterminações, que só a reflexão de Ricœur pode fazer emergir. A mais óbvia é talvez a questão da verdade. Se a história alcança o real e está ao mesmo tempo limitada pela ficção e pela reconstrução narrativa, que tipo de verdade é a sua. Ricœur diria que é uma representância, sem com isso querer solucionar o problema. Depois há ainda a questão da narrativa. Pomian sabe que a história se escreve, mas não diz que tipo de relação há entre narrativa e história ou entre explicação e compreensão.

Ao concluir a primeira etapa do nosso estudo, pareceu-nos oportuno fechar esta secção em torno de Paul Ricœur com a transcrição de um pequeno texto, revelador da inequívoca importância de Ricœur na história do pensamento histórico francês. Cita-se da obra conjunta de Delacroix, Dosse e Garcia, *Les courants historiographiques en France* (2007: 587-588).

La réception et la lecture des travaux de Ricœur par des historiens commencent véritablement à la fin des années 1980 [...]. Cette appropriation a permis d'intégrer à la réflexion des historiens le thème du récit sans adopter les positions relativistes qui lui sont classiquement associés. Ricœur (1983-1985, 1994, 2000), tout en affirmant que l'histoire est inséparable du récit ("l'identité narrative" de l'histoire), défend en effet très clairement le projet d'objectivité de l'histoire et sa visée de vérité contre l'assimilation de l'histoire à la fiction faite par Hayden White. Il pro-

---

pose les notions de “représentance” ou de “lieutenance” pour penser le rapport du récit historique au passé réel, à “l’avoir été” de l’événement passé et rétablir pour l’histoire le primat de la visée référentielle. La notion de “réalisme critique” de la connaissance historique qu’il avance peut servir aux historiens à qualifier une épistémologie qui, tout en s’écartant de l’idée d’une coïncidence entre le réel et sa connaissance, maintient la capacité de l’histoire à rendre compte de manière scientifique d’une réalité extérieure au discours.

(Página deixada propositadamente em branco)



**SEGUNDA PARTE**

HISTÓRIA E FICÇÃO  
EM TUCÍDIDES

(Página deixada propositadamente em branco)

## PREÂMBULO

### A PERENIDADE DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA

Une étude d'épistémologie historique peut se nourrir exclusivement de quelques miettes tombées de la table d'Aristote et de Thucydide [Veyne 1971: 47].

Vários fatores contribuem para que nos sintamos autorizados, sem receio de sermos julgados por anacronismo ou enviesadas correspondências, a confrontar a *História da Guerra do Peloponeso* com as meditações de Ricœur sobre epistemologia da história, pois, pesem as incontestáveis e notórias disparidades, para nós, a medula do espírito historiador da atualidade nasceu na Grécia, no século V a. C. Estamos convictos de que não são despropositados alguns paralelismos que tentamos estabelecer entre o trabalho de Tucídides e o pensamento histórico do filósofo francês, sobretudo em três domínios: a relação da narrativa histórica com a verdade e a ficção; com o tempo e o acontecimento; o poder retórico, efrástico ou iconográfico da narrativa histórica para dar visibilidade a acontecimentos que não podem ficar esquecidos, que demandam louvor ou execração e demandam um envolvimento emocional e psicológico do leitor – condição *sine qua non* da refiguração ou mimesis III. Inerente a esta última afinidade está um facto assinalável. A reflexão de Ricœur sobre os poderes da imagem para fazer ver o horror e a luta contra o relativismo histórico surgem no quadro de uma história contemporânea ou do tempo presente, onde as principais fontes não são já escritas mas orais, decorrentes de testemunhas vivas. Ora, a história de Tucídides é a primeira história do tempo presente de que temos conhecimento, também ela tem como objeto os horrores de uma guerra e como fonte a observação direta. E também ele teve de lidar com o problema dos testemunhos orais.

Esta ponte por cima de vinte e cinco séculos vem comprovar, uma vez mais, a perenidade da Cultura Clássica, mesmo em matérias que alguns julgam

radicalmente modernas. Em boa verdade, muitos dos temas de cariz historiográfico sobre os quais se debruça Ricœur pulsam já nos capítulos metodológicos da obra de Tucídides. É nosso intuito demonstrar que as grandes questões com que se debateu nas últimas décadas a epistemologia da história, que vimos repercutidas na bibliografia de Paul Ricœur, estão já de forma embrionária na obra do historiador grego. Verdade; história e ficção; ciência e arte; subjetividade e objetividade; indícios, provas e testemunhos; memória e história; configuração narrativa e explicação; história e retórica são tópicos que podemos legitimamente explorar no magistral texto tucidiano. Tanto assim é que a reflexão epistemológica do século XX não deixou de trazer à liça a obra do historiador ateniense, tendo o seu próprio trabalho sido avaliado de acordo com as tendências historiográficas do momento<sup>1</sup>. Só assim foi possível falar de um Tucídides positivista, de um Tucídides “mythistoricus” e até de um Tucídides post-modernista (Connor 1977: «A Post-Modernist Thucydides?», in Rusten 2009: 29-43).

Há algo que não podemos deixar de destacar. Não nos parece que Tucídides assuma uma atitude “post-modernista” (no sentido de crítico da história científica), nem mesmo *avant la lettre*, mas não há dúvida que depois das reflexões de Hayden White e Roland Barthes, de Certeau e de Ginzburg e, principalmente, de Ricœur sobre a escrita da história, temos o direito de lançar um olhar renovado sobre a obra de Tucídides e ser muito mais contemporizadores com a subjetividade, a parcialidade, a retórica e a construção artística da narrativa tucidiana<sup>2</sup>. Não há mais lugar para uma crítica positivista assente na distinção entre análise e síntese, ainda que a Tucídides falte de forma evidente

---

<sup>1</sup> Rusten (2009), na introdução à compilação que reúne alguns dos mais significativos ensaios sobre Tucídides, passa em revista a receção da obra do historiador ateniense ao longo dos séculos, e é curioso verificar como esta é alvo das mais variadas e controversas leituras, sobretudo no século XX. O valor e a qualidade do trabalho de Tucídides varia consoante o enfoque e consoante a evolução que a própria historiografia foi alcançando. Digamos que os estudos que se foram produzindo são tão complexos e tão controversos quanto a sua própria obra. No Renascimento foi exaltado como modelo de Retórica. Nos séculos XVIII e XIX, foi eleito por Hume, Kant, Niebuhr e Ranke o único historiador antigo digno de imitação. Foi traduzido por Lorenzo Valla no Renascimento e Thomas Hobbes, em 1629, expressa a sua admiração pelo historiador e pelo escritor, assinando a primeira tradução para inglês da *História da Guerra do Peloponeso* e transportando para o seu *Leviathan* algumas marcas tucidianas (1651).

<sup>2</sup> «An increasing sophistication on the part of historians about the literary nature and moral implications of their craft may have made it more difficult to accept uncritically the old clichés about ‘letting the facts speak for themselves’, ‘the value of objectivity’, and writing ‘wie es eigentlich gewesen’. Surely new tendencies in literary criticism have also had their effect» (Connor 1977, in Rusten 2009: 30).

qualquer tipo de crítica interna ou externa de fontes e esteja muito arredado da erudição que a partir dos séculos XV, XVI e XVII, com a rutura operada pela invenção da crítica de fontes de Lorenzo Valla e a disciplina *diplomática* de Mabillon, haveria de conduzir à elaboração do rigoroso método *científico* de finais do século XIX<sup>3</sup>. A maior novidade do *linguistic turn*, na segunda metade do século XX, foi a de ter chamado a atenção para o facto de toda a obra histórica ser necessariamente relativa, parcial e provisória, porque sempre dependente de um texto e de um contexto, sempre confrontada com outras interpretações e passível de retificações. Como nos informa Ricœur, o historiador está envolvido do princípio ao fim da operação historiográfica, não apenas em termos psicológicos mas também epistémicos; a implicação da interpretação em todas as fases da operação historiográfica comanda o estatuto da verdade em história. Contudo, a interpretação é uma operação epistémica (para Tucídides, era uma operação de confiança na autoridade do historiador); por isso, ela tem como missão esclarecer, clarificar, prestar contas, em suma, estar ao serviço da verdade. Concordamos com Prost: «a verdade, em história, é o que é provado», «[...] la vérité, en histoire, c'est ce qui est prouvé» (1996: 289); e o consenso histórico não se encontra do lado das teses hipercríticas ou niilistas, «estabelece-se a meio caminho entre a certeza cientista do início do século [XX] e o relativismo [...] de hoje» (ibid.: 287).

Muitas das questões que Ricœur aborda dizem direta e unicamente respeito aos avatares historiográficos que se desenvolveram na Europa ao longo do século XX, com os quais a história narrativa e político-militar de Tucídides pouco tem que ver – dificilmente a sua história evenemencial seria apreciada por um Braudel e pela escola dos Annales em geral. Todavia, outras questões abordadas pelo filósofo francês surgiram com as primeiras histórias ditas sábias, cujos pais, no Ocidente, são Heródoto e Tucídides, como reconhece o próprio<sup>4</sup>. Assim, apesar do profundo abismo metodológico e paradigmático (no sentido que Kuhn dá ao termo *paradigma* – modo de ver e organizar conhecimento

---

<sup>3</sup> Sobre a separação entre história e erudição, a influência que esta separação tucidiana teve sobre o desenvolvimento da historiografia e a relação entre a história de Tucídides e a história positivista da Escola Metódica, veja-se o esclarecedor estudo de Momigliano 1984: 100-104.

<sup>4</sup> Ricœur atribui a paternidade da história sábia a Heródoto e Tucídides, como se pode depreender da seguinte distinção entre a origem da memória e a origem da história: «Si l'histoire a au plan du savoir un commencement distinct, marqué de noms fameux, Hérodote, Thucydide, voire des sources plus anciennes, ses problèmes majeurs, et, pour le dire d'emblée, ses difficultés, ses embarras lui viennent de plus loin qu'elle, de la mémoire précisément» (Ricœur 1996: 7).

científico), que separa a chamada história científica, filha do positivismo do século XIX, de toda a produção historiográfica anterior, nomeadamente ao nível da crítica das fontes e do rigor conceptual, seria errado fazer tábua rasa de longos séculos de prática histórica, como se a história positivista tivesse começado do zero<sup>5</sup>. Nos séculos de história pré-científica, uma figura se destacou como modelo de rigor, objetividade, imparcialidade, austeridade, Tucídides, levando a que muitos especialistas o considerem o primeiro historiador científico e o coloquem, justamente, em linha direta com a história metódica. Se Heródoto era considerado o pai da história, Tucídides foi considerado o pai da história verdadeira, porque era um mestre da verdade. Foi o primeiro a apresentar um programa metodológico baseado em critérios de rigor e conformidade com os factos, para fundamentar a sua prática histórica. Não admira, pois, que os fundadores da história analítica, metódica ou positivista do século XIX o tenham adotado como figura tutelar<sup>6</sup>. «Au XIX<sup>e</sup> siècle, trois historiens aussi différents

---

<sup>5</sup> Châtelet considera que não se pode falar de história científica antes do século XIX, porque antes desse marco histórico não havia o cuidado de comprovar os factos com documentos e testemunhos nem de datar com precisão os acontecimentos; faltavam, portanto, as técnicas ditas indispensáveis. E nunca se poderia falar de Heródoto (ou Tucídides) pai da história, no mesmo sentido em que se diz que Galileu é o pai da física moderna. «L’histoire est savoir. Elle n’est savoir scientifique – on veut dire par là: savoir qui a la possibilité d’apporter les preuves de sa véracité – que depuis le XIX<sup>e</sup> siècle. [...] Avant les travaux de Niebuhr, de L. von Ranke, de L’École historique française, il n’ya a pas, à proprement parler, de science historique. [...] il faut que tout le discours parlant du passé puisse établir clairement pourquoi – en fonction de quels documents, de quels témoignages – il donne, de telle succession d’événements, telle version plutôt que telle autre. Il convient, en particulier, qu’un grand soin soit apporté à la datation de l’événement, puisque celui-ci n’acquiert son caractère historique que dans la mesure où il reçoit de semblables déterminations. Or, ce souci de la précision dans l’étude de ce qui est arrivé jadis n’apparaît clairement qu’au début du siècle dernier: jusqu’alors, il y a bien des récits sur le passé proche ou lointain et, en ce sens, une certaine assumption de la temporalité profane; il y a aussi des efforts érudits – portant sur des faits limités d’ailleurs: généalogiques des familles nobles, histoire des ordres religieux – visant à établir les filiations exactes, des chronologies précises. Mais les deux aspects se combinent mal et la pensée n’a pas encore à sa disposition les techniques indispensables» (Châtelet 1962: 20, 22).

<sup>6</sup> Não admira se pensarmos que a Tucídides foram buscar inspiração teórica. Mas é estranho se pensarmos que Tucídides só achava possível fazer história do tempo presente, devido ao primado da *autopsia* (observação directa dos factos) e os historiadores da Escola Metódica rejeitavam este tipo de história, em favor da história do passado. Hartog manifesta da seguinte forma este paradoxo: «Thucydide, pour qui seule l’histoire contemporaine est faisable, va, de manière paradoxale, être promu au tout premier rang des historiens de l’Antiquité (au XIX<sup>e</sup> siècle), par des hommes, pour qui l’histoire ne peut se faire qu’au passé: Thu-

que Ranke, Macauley et Eduard Meyer considéraient Thucydide comme l'«historien modèle» – afirma Momigliano (1992: 1). Niebuhr admirava-o e Ranke terá cunhado a divisa “os factos tal como realmente aconteceram” na expressão tucidiana “os factos em si mesmos” (αὐτὰ τὰ ἔργα). Kurt von Fritz defendia insistentemente a continuidade do desenvolvimento histórico e sustentava, contra Wilamowitz e Collingwood, que a história científica tinha começado, de facto, com Tucídides e que os historiadores modernos podiam receber «lições do seu colega antigo» (apud Hartog 2005: 100)<sup>7</sup>. Romilly, no seu marcante estudo sobre a racionalidade da narrativa de Tucídides, acredita que a análise dos procedimentos empregues pelo historiador ateniense podem apresentar-se, em certa medida, como um exemplo e uma aplicação para uma época em que a história em geral se vê objeto de uma atenção excecional<sup>8</sup>. E o exemplo que dá Tucídides é o de como um historiador, neste caso «um dos primeiros dignos deste nome» e «um dos maiores», desempenha um papel ativo e construtor na elaboração da história, de como, «a partir dos diversos dados que lhe apresentam as suas pesquisas, consegue elaborar este discurso eminentemente coerente e pessoal que é o seu relato» (Romilly 1956: 9). Virgínia Hunter reforça o valor e a pertinência de um confronto entre a historiografia do passado (Heródoto e Tucídides) e a do presente, sem receio de ler a do passado com uma

---

cydide historien du présent devient un modèle pour des gens, les historiens “positivistes”, qui, par histoire, entendent histoire du passé» (1980: 276). Também é paradoxal que uma Escola que, por esse motivo, dava tanto valor aos arquivos, aos dados linguísticos, às escavações arqueológicas e às averiguações sistemáticas escolha como modelo um historiador que secundarizava ou mesmo dispensava essa erudição, que não era de modo algum uma autoridade no estudo de fontes documentais, uma vez que tinha optado por uma história contemporânea, logo, assente na visão e na memória do historiador, na recolha de testemunhos orais. Há ainda outros factos paradoxais que causam estranheza a Momigliano: «La idealización de Tucídides como el historiador perfecto, en el siglo XIX, marca el momento en el que la historiografía moderna comenzó a crear verdaderamente tipos de investigación histórica desconocidos por el mundo clásico (como historia económica, historia de las religiones y, más allá de ciertos límites, historia cultural)» (1984: 21). Por conseguinte, talvez possamos concluir que o que atraiu os modernos em Tucídides foi mesmo a sua paixão pela política e a sua obsessão pela verdade.

<sup>7</sup> Opinião contrária tem Nicole Loraux (1980): «Thucydide n'est pas un collègue».

<sup>8</sup> «À une époque où l'histoire en général se trouve l'objet d'une attention exceptionnelle, une telle étude peut donc revêtir un intérêt de plus. Après tant de travaux traitant soit de l'histoire elle-même, en tant que devenir humain, soit de la connaissance qui peut en être prise et de ses limites, l'analyse des procédés employés en fait par un historien comme Thucydide peut se présenter, en quelque sorte, comme un exemple et une application» (Romilly 1956: 10).

grelha de conceitos e teorias do presente, impossíveis na cena clássica: «It is reasonable [...] that as contemporary historians become more conscious of their methodology, one might, in the same spirit, begin to consider the analogous intellectual and critical tools of the first historians» (Hunter 1982: 3). A própria define como uma especificidade do seu estudo a análise das histórias de Heródoto e Tucídides com «conceitos retirados da historiografia contemporânea e da metodologia das ciências sociais» (ibid.). E, de facto, o movimento não se faz só do passado para o presente, a história socioeconómica e de longa duração de Braudel e Lucien Febvre pode ajudar-nos a tomar consciência de alguns aspetos até agora ignorados da historiografia grega antiga. É possível rever o processo histórico antigo à luz de nomenclaturas e ferramentas epistemológicas que o século XX criou:

The fifth century B.C. had its own paradigm, quite distinct from that of either the nineteenth or the twentieth century, even though there must be of necessity in historical practice some areas of continuity. What the “new history” of the twentieth century offers is a different measuring rod with which to approach the Greek historians. We are now aware, for example, of totality and interrelationships, in addition to event and cause. More important, we do not disdain generalizations and concepts – part of a theoretical framework, whether explicitly formulated or not – but realize that concepts and even theories are among the most intellectual tools of the historian [Hunter 1982: 252, nota 45].

Neste caminho, somos precedidos em determinados aspetos pela análise ousada de Virginia Hunter, «Past and Process in Herodotus and Thucydides» (1982: 237-264). A helenista descobre interessantes e curiosas afinidades entre Heródoto e Tucídides e a história total, económico-social, estrutural, praticada por Braudel, Febvre, e a generalidade da escola dos Annales na primeira metade do século XX. Recorrendo às práticas historiográficas destes historiadores contemporâneos, Hunter, descontando as diferenças paradigmáticas, descobre alguns paralelismos possíveis no processo historiográfico de Heródoto e Tucídides, nomeadamente ao nível da totalidade do objeto histórico, da inter-relação entre as várias estruturas e a estratificação temporal:

[Herodotus and Thucydides] employed their own particular concepts and their own prescientific methodology, which by no means involved a billiard ball mentality. Thus they were able to see totality, to seek out interrelationships, and to perceive and depict multiplicity of movement and of time [ibid.: 252-253].

No movimento inverso, do passado para o presente, considere-se ainda as já citadas declarações de Paul de Veyne, o intelectual francês que afirma que



a história não evoluiu em método desde Heródoto e Tucídides, pois continua a ser narrativa, sublunar e o seu método é a compreensão, que a torna incapaz de subsumir factos sob leis hipotético-dedutivas. É sua a afirmação de que não houve progresso metodológico, apenas alargamento: alargamento dos conceitos e do questionário ou, se quisermos, da crítica e da tópica (Veyne 1971: 148)<sup>9</sup>. É o mesmo Paul Veyne quem nos dá a epígrafe para esta investigação, ao dizer que se pode alimentar uma epistemologia da história exclusivamente com as migalhas deixadas por Tucídides e Aristóteles. E também por causa disso haverá lugar neste estudo para confrontarmos a obra de Tucídides com as célebres declarações do Estagirita sobre as diferenças entre história e *poesis*. Mas as palavras de incentivo não nos chegaram apenas de Paul de Veyne. A crítica de Moses Finley à estreiteza de horizontes com que por vezes os classicistas se põem a analisar a historiografia clássica, munidos apenas dos rudimentares instrumentos de análise que aprenderam na escola, foi para nós um poderoso aguilhão<sup>10</sup>. Um estudo sério das questões metodológicas e epistemológicas implícitas na obra de Tucídides exige conhecimentos específicos e abrangentes de epistemologia histórica. Nesse sentido, Ricœur foi um guia seguro e completo, na medida em que recolhe na sua bibliografia a quase totalidade das perspetivas epistemológicas que ao longo do século XX entraram no debate sobre o objeto e a escrita da história. É dele que retiramos o esquema operativo a seguir. Essencialmente, o nosso estudo sobre Tucídides divide-se em

---

<sup>9</sup> É claro que o alargamento da tópica, enquanto questionário, implica automaticamente o alargamento das explicações ou das respostas, mas Veyne ignorou esse aspeto. Como tivemos oportunidade de verificar na primeira parte deste estudo, de Tucídides para cá multiplicaram-se os métodos explicativos, métodos estes que quebraram com uma tradição iniciada justamente em Tucídides, que é a de ter cingido o objeto da história ao político-militar ou evenemençial, sem grande consideração por outras realidades sociais explicativas. No compartimentado panorama historiográfico do século XX, a obra de Tucídides cabe apenas numa das gavetas e das menos abertas. Já Heródoto podia ser uma fonte de inspiração para *La méditerranée...* de Braudel. Não obstante, as últimas duas décadas do século XX puderam novamente ver em Tucídides um precursor, devido ao regresso da história política e narrativa e ao interesse pela história contemporânea.

<sup>10</sup> «[...] les classicistes n'ont pas l'habitude de réfléchir sur l'histoire, ni sur des problèmes historiques autres que ceux sur lesquels ils se trouvent travailler immédiatement et, en règle générale, ils ne font même pas de lectures historiques sérieuses hors du champ de l'Antiquité. Leurs idées générales en histoire tout comme leurs idées en économie ont été en gros fixées au moment de leur scolarité; ce sont elles qui façonnent les postulats de base et les généralisations implicites, dont ils partent pour classer et ordonner les événements et les institutions du monde ancien» (Finley 1981: 138).

duas secções. Começamos pela segunda. Esta divide-se em três partes, em consonância com cada um dos estádios da operação historiográfica demarcados por Ricœur. Na primeira, confrontaremos a *História* de Tucídides com as meditações ricœurianas sobre testemunhos, indícios e provas documentais; na segunda, o confronto faz-se a partir de configuração narrativa, explicação, acontecimento e tempo; na terceira, onde a convergência entre os autores é surpreendente e onde história e ficção falam mais alto, falaremos de artifícios retóricos e do poder iconográfico e persuasivo da narrativa histórica tucididiana. À imagem do que fizemos para Ricœur, a primeira secção é sobre história e verdade em Tucídides, enquadrando aí algumas reflexões sobre o modo como o historiador ateniense articula subjetividade e objetividade, arte e ciência. Ricœur, ele mesmo, dá o mote, ao referir-se a Tucídides como mestre da verdade, expressão que colhe (2000). Em *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*, o filósofo francês, referindo-se à estrutura da obra de Dosse, assina a seguinte nota de rodapé: «La problématique de la vérité commence moins par Hérodote, le premier *histor*, que par Thucydide et son “culte du vrai”» (*MHO*, 168, n. 2). Podemos dizer que esta preocupação com a verdade é um fio condutor que começa em Tucídides, atravessa vinte e cinco séculos e acaba na mão de Ricœur – o pensador contemporâneo que mais terá investido na questão da verdade historiográfica, esforçando-se por salvar a história do aluvião relativista que a ameaça submergir.

Mesmo sem querermos entrar, agora, demasiado na polémica sobre se Tucídides é um “colega” ou se a sua história pode ser considerada científica, não podemos deixar de insistir na ideia de que entre o trabalho do historiador ateniense e o dos historiadores da Escola Metódica existe um hiato considerável, que se resume numa certa mentalidade e na insuficiência técnica dos gregos. Tal não obsta a que consideremos frutuosa e pertinente esta anábase, podendo assumir como nossas as dúvidas e as respostas de Châtelet a esse propósito (*La naissance de l'Histoire* (1962: 33). Pode perguntar-se se não existe um paradoxo em querer compreender o que quer que seja do espírito historiador interrogando o pensamento helénico; se não é a visão grega do mundo fechada ao reconhecimento da historicidade humana e não é por um abuso de linguagem, anacronismo, que traduzimos ἱστορία por história. Independentemente da classificação que se possa atribuir às histórias de Heródoto e Tucídides (descrições, explorações, investigações), trata-se de textos que tomam por objeto o passado (passado próximo), mas não com as determinações próprias que nós atualmente atribuímos a esta categoria temporal. É, pois, errado pensar que os Gregos escreveram história porque tinham uma forte consciência histórica ou porque acreditavam como nós na capacidade humana para transformar o mundo ou no homem como autor da história. Ora, estes não acreditavam ple-

namente no homem como agente histórico<sup>11</sup>. Reconheciam a capacidade de agir sobre os outros – pelo menos, em termos políticos e morais, pois acreditavam na capacidade de ensinar e persuadir – mas não sobre a história. Estavam muito longe de qualquer filosofia da história ou de qualquer concepção de história enquanto processo. Não encaravam o homem como um ser capaz de originar acontecimentos históricos revolucionários, pois os acontecimentos eram consequência da *tyche* ou da *moira*. Esta perspectiva só sofrerá alterações profundas com a entrada na Modernidade. De facto, a concepção grega do tempo, da natureza e da ação humana estava muito longe da mentalidade que fundou os tempos modernos<sup>12</sup>. Não obstante, impõem-se cautelas com generalizações e uniformizações simplistas a propósito da mentalidade grega. No seio da visão grega, conciliam-se e opõem-se correntes por vezes muito heterogéneas. Afirmacões sobre a visão cíclica do tempo ou a ausência de consciência histórica dos Gregos exigem prudência e ponderação. Não é completamente certo que o pensamento grego era impermeável a qualquer ideia de um devir próprio da humanidade e de uma ação do homem construindo livremente a sua própria existência. Os sofistas, por exemplo, esforçaram-se por demonstrar o estatuto sensível-profano (o primeiro qualificativo pretende corrigir o que o segundo possa conter de anacrónico, uma vez que o sagrado nunca deixou de imbuir a mentalidade grega, mesmo nos períodos de maior laicização) do homem e, nomeadamente, Crítias entendeu-o como um ser cujo devir pode determinar o rumo futuro dos acontecimentos. Mesmo se os Gregos não tinham uma noção de liberdade criadora como a nossa, tal não impede o racionalismo do século V a. C. de insistir sobre o facto de a atividade do homem ser capaz de suscitar, para lá da natureza submetida à lei da *tyche*, situações onde se manifestam a superioridade do homem e o poder organizador do *logos*. Por conseguinte, a opinião dos pensadores gregos relativamente à existência histórica do homem é plural: uns tendiam para uma concepção histórica que não alcançaram, outros rejeitaram-na (Châtelet 1962: 40).

---

<sup>11</sup> «Torna-se preciso ter presentes todos estes argumentos para se evitar interpretações anacrónicas, como a de pensar que – mesmo nos autores que mais se aproximaram do antropocentrismo (os Sofistas, por exemplo) – os gregos (e os romanos) podem ser elevados a uma espécie de precursores do historicismo moderno e, em particular, do seu princípio viquiano segundo o qual é o homem quem “faz” a história» (Catroga 2009: 59).

<sup>12</sup> «Une analyse historique sérieuse [...] suppose qu'on accorde du poids, une “causalité” à l'acte humain comme tel, qu'on le tient pour effectivement producteur d' “originalités” qui comptent; il faut, en quelque manière, croire à la liberté de l'homme comme puissance négatrice pour reconnaître une importance à l'histoire de l'humanité. Or, il paraît évident qu'une telle notion est étrangère à la pensée hellène» (Châtelet 1962: 35).

Importa ressaltar que, de facto, a maneira como os Gregos concebiam o devir e, particularmente, o devir humano impossibilitava-os de elaborar uma ciência histórica; porém, tinham consciência do devir humano e achavam-no digno de referência, nem que fosse para lhe negar a importância e o significado. Não importa se viam uma determinada sucessão de eventos como algo que teve lugar e se repetirá, ou que seja explicada pelo mito, ou se mantenha como uma simples forma de demonstração ou de retórica; o que é importante di-lo Châtelet:

[...] c'est qu'il est impossible pour un homme qui réfléchit au V<sup>e</sup> siècle, en Grèce, de ne pas tenir compte de ce qui s'est passé dans la vie profane-sensible. La "philosophie de l'histoire" des Grecs plonge ses racines dans le mythe; la science historique grecque n'existe pas. Mais il y a des conceptions du devenir humain qui attestent la présence de ce devenir, son poids, et l'éventualité dans laquelle se trouve l'Esprit de compter avec lui (1962: 41).

A reflexão que adiante exporemos sobre história, grandiosidade e imortalidade, com base nas meditações de Hannah Arendt, ajudar-nos-á a aprofundar esta forma de conceber a realidade descrita por Châtelet. O mesmo autor não se coíbe de apresentar Tucídides e a sua *História da Guerra do Peloponeso* como uma dessas realizações maiores que tornaram os gregos conscientes do devir, ao conferir um sentido lógico e cronológico ao que já não é, afastando-se nesse sentido dos seus compatriotas do período arcaico; esses, sim, claramente não sensíveis ao devir humano sensível-profano:

*L'Histoire de la Guerre du Péloponnèse* peut paraître insuffisante et étrangement désinvolte: elle constitue cependant un moment capital de la pensée dans la mesure où un homme décide – alors qu'aucune habitude de la pensée ne l'y incline encore – d'intéresser ses semblables en leur racontant selon un ordre qui est à la fois logique et chronologique ce qui n'est plus [1962: 41].

Para retomar o assunto que deixámos para trás: que contém, então, a narrativa de Tucídides (e também por inerência a de Heródoto) que nos faz voltar a ela? «Aspetos decisivos do espírito historiador» estão presentes nas suas obras: um tipo de narrativa; um estilo de referência; uma visão de conjunto que parte do reconhecimento da importância, do peso e do valor da *res gestae*; uma determinada forma de conceber a existência humana<sup>13</sup>. Entre estas virtudes há

<sup>13</sup> «Il demeure – c'est ce que l'on voudrait souligner et prouver par les textes – que, malgré sa totale non-préparation à recevoir et à forger les notions permettant l'élaboration d'une *historia res gestarum* sérieuse, cette pensée, à partir du V<sup>e</sup> siècle, a été, en quelque

que incluir a distinção crítica entre história e ficção – originalidade da historiografia grega e contributo maior à historiografia:

Ce qui, à mon sens, est typiquement grec, est l'attitude critique vis-à-vis de la relation des faits, c'est-à-dire le développement de méthodes critiques nous permettant de distinguer les faits des chimères. Aucune historiographie n'a, à ma connaissance, développé ces méthodes critiques antérieurement ou indépendamment des Grecs: c'est cela qu'ils nous ont légué [Momigliano 1992: 35].

Acima de tudo, estamos a falar de alguém que ajudou a inventar não só a ideia, mas também a prática do que hoje chamamos história: «Thucydides helped invent not just the idea, but the practice, of composing what has come to be seen as “history”» (Crane 1996: 27).

Em suma, não faltam motivos para que um curioso da epistemologia da história, no século XXI, mergulhe nas histórias dos gregos do século V a. C. Mesmo sabendo que a historiografia contemporânea, assente mais na erudição do que num modo de contar e compreender, deve talvez mais à herança do século XIX que à *História da Guerra do Peloponeso*, não podemos deixar de encontrar na historiografia antiga pistas para refletirmos a complexidade e a variedade do trabalho histórico atual<sup>14</sup>.

---

sorte, contrainte par les *res gestae* à construire un type de récit, un style de référence, une visée d'ensemble reconnaissant, par une décision d'une grande importance, le poids et la valeur des *res gestae* et inaugurant, par là, une façon de considérer l'existence humaine. Des aspects décisifs de l'esprit historien sont présents dans l'œuvre d'Hérodote et de Thucydide; des dimensions capitales de la philosophie de l'histoire apparaissent chez Platon et chez Aristote; la liaison du politique et de l'historique est partout présente dans les siècles d'or de la Grèce» (Châtelet 1962: 55).

<sup>14</sup> Esta é também a opinião de uma autoridade como Momigliano: «La variété et la complexité de notre travail historique actuel accordent une importance accrue aux liens avec le monde classique que l'on avait négligés jusqu'alors» (1992: 1).

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO I

### TUCÍDIDES, MESTRE DE VERDADE

É em busca da verdade (ἡ ζήτησις τῆς ἀληθείας) que Tucídides se lança na árdua (*epiponos*) tarefa de compilar e pôr por escrito a guerra entre Atenien-ses e Espartanos. A tarefa é árdua na medida em que procura dar-nos um relato objetivo e fiável dos acontecimentos. De facto, desde as primeiras linhas da *História da Guerra do Peloponeso* fica manifesto o desejo de realizar um trabalho inovador, que se pauta pelo rigor e pela conformidade com os factos (*akribeia*)<sup>15</sup>. David Hume dizia: «a primeira página de Tucídides é, para mim, o início da história a sério» (apud Hartog 2005: 92). E Hartog comenta:

Signe hautain d'une histoire austère, Thucydide d'Athènes marque le point de départ de l'histoire entendue comme discours de vérité, de ce discours qui a comme raison d'être et comme exigence de dire le vrai des *rerum gestarum* et comme privilège de faire de ses praticiens des "maîtres de vérité" [2005: 92].

Dosse, na sua obra *L'histoire* (2000), também introduz Tucídides no capítulo de «L'historien: un maître de vérité» e reserva-lhe o título de «Thucydide ou le culte du vrai», dizendo que este se distancia do seu antecessor por recusar o elemento mítico (*mythodes*) e por insistir na procura da verdade, ao definir a atividade do historiador em analogia com a pesquisa judicial:

La vérité devient la raison d'être de l'historien et Thucydide pose un certain nombre de règles constitutives de la méthode à suivre. [...] Les premiers mots de la préface de son *Histoire du Péloponnèse* établissent un souci d'objectivation du réel historique [Dosse 2000: 13].

---

<sup>15</sup> O termo *akribeia* exprime o sentido de “conformidade com a realidade”, de “ajuste”, e é uma metáfora proveniente do campo semântico da carpintaria e da joalheria. Os sentidos de objetividade e rigor que lhe estão associados terão sido acrescentadas pelo próprio Tucídides (vide Hornblower 1987: 37). Hartog afirma que «*Akribes* se diz, por exemplo, de uma armadura que se adapta bem ao corpo» (2005: 95).

Mesmo uma voz dissonante como a de Nicole Loraux reconhece, com ironia, é certo, como escopo de Tucídides a verdade e é sobre esse escopo que ela se apoia para criticar o trabalho do historiador, porque este não tem consciência do ato de escrita e como este ato de escrita se interpõe entre os factos e o leitor, impossibilitando o alcance da verdade:

Or la vérité est ouvertement la visée de Thucydide, comme s’emploie à le démontrer l’exposé de méthode, qui s’ouvre sur le navrant manque d’héroïsme avec lequel la foule recherche le vrai et se clôt sur l’épiphanie de la “plus vraie cause de la guerre”, que présente le “je”. Lire l’œuvre reviendra donc à rencontrer la vérité: Thucydide l’a cherché, et il l’a trouvée (1986: 150).

São notáveis e verdadeiramente inovadores os preciosos parágrafos onde o autor expõe a sua metodologia (I. 22) e faz considerações de teor metodológico (I. 20-21). Estes são o melhor testemunho do ambicioso programa, pautado pela verdade (*aletheia*) e pela exatidão (*akribeia*), que o historiador ateniense nos legou<sup>16</sup>. Estamos perante os primeiros passos da história como ciência<sup>17</sup>. Mesmo que a obra em si não consiga corresponder a tão elevada ambição – pois só a partir do século XV, com Lorenzo Valla e a sua crítica filológica da *Doação de Constantino*, se darão os primeiros passos a sério no sentido de satisfazer uma tão alta aspiração, que só haveria de ser atingida em finais do século XIX –, o programa do historiador grego permanece incólume e pode servir de mote a qualquer historiador atual. O prólogo e estes capítulos que se situam entre a chamada Arqueologia e o episódio da querela entre Corcira e Corinto são cruciais para o entendimento da sua metodologia e do seu desejo de verdade. Usando um discurso autorreferencial, que não é muito habitual na sua obra, Tucídides expõe perante o leitor o tema do seu trabalho, as suas motivações, os procedimentos, as circunstâncias, as dificuldades; rejeita as crenças populares; analisa provas; deduz com base em indícios; concebe um discurso despojado de fantasias, em contraste com poetas e logógrafos; manifesta a consciência de não conseguir para os discursos (*logoi*) o mesmo rigor que consegue para os factos (*erga*); desconfia da memória e dos testemunhos; filtra informações; acentua o primado do olhar; prima pela objetividade, pela exatidão e imparcialidade; reclama utilidade para a sua história. Por tudo isto, é inevitável que consagremos por inteiro este capítulo sobre a verdade em Tucídides ao

---

<sup>16</sup> «Thucydides’ legacy to later historical writing was in many ways profoundly beneficial, in that he set standards of research and accuracy for all time» (Hornblower 1987: 30).

<sup>17</sup> «His true greatness, therefore, is that of a pioneer in scientific method» (Cochrane 1929: 168).



estudo das suas declarações de teor metodológico, por onde perpassa um insistente desejo de verdade e objetividade. Centramo-nos, para já, principalmente, em torno do prólogo e do capítulo 22. Os capítulos 20 e 21 (cujos excertos se apresentam aqui traduzidos) merecerão outra atenção da nossa parte na próxima etapa deste estudo, onde abordaremos questões relativas a testemunhos, provas e documentos<sup>18</sup>. Após a exposição dos textos e respectivas traduções, passaremos a uma análise detalhada de alguns tópicos fundamentais.

Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, I. 1. 1-3

I. [1] Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ξυνέγραψε τὸν πόλεμον τῶν Πελοποννησίων καὶ Ἀθηναίων, ὡς ἐπολέμησαν πρὸς ἀλλήλους, ἀρξάμενος εὐθύς καθισταμένου καὶ ἐλπίσας μέγαν τε ἔσσεσθαι καὶ ἀξιολογώτατον τῶν προγεγενημένων, τεκμαιρόμενος ὅτι ἀκμάζοντές τε ἦσαν ἐς αὐτὸν ἀμφοτέρωι παρασκευῇ τῇ πάσῃ καὶ τὸ ἄλλο Ἑλληνικὸν ὄρωι ξυνιστάμενον πρὸς ἑκατέρους, τὸ μὲν εὐθύς, τὸ δὲ καὶ διανοοούμενον. [2] κίνησις γὰρ αὕτη μεγίστη δὴ τοῖς Ἑλλήσιν ἐγένετο καὶ μέρει τινὶ τῶν βαρβάρων, ὡς δὲ εἰπεῖν καὶ ἐπὶ πλείστον ἀνθρώπων. [3] τὰ γὰρ πρὸ αὐτῶν καὶ τὰ ἔτι παλαιότερα σαφῶς μὲν εὐρεῖν διὰ χρόνου πλῆθος ἀδύνατα ἦν, ἐκ δὲ τεκμηρίων ὧν ἐπὶ μακρότατον σκοποῦντί μοι πιστεῦσαι ξυμβαίνει οὐ μέγαρα νομίζω γενέσθαι οὔτε κατὰ τοὺς πολέμους οὔτε ἐς τὰ ἄλλα.

I. [1] Tucídides de Atenas pôs por escrito a guerra dos Peloponésios e dos Atenienses, como guerream uns contra os outros, começando a escrever logo aos primeiros sinais, por ter pressentido que esta havia de ser a de maiores proporções e mais memorável das guerras havidas até aí, deduzindo-o pelo facto de ambos os lados irem para ela no auge das suas forças e totalmente apetrechados e por ver o restante mundo grego aliar-se a um ou outro dos lados, uns de forma imediata, outros em intenção. [2] Foi, de facto, a maior agitação que se deu entre os Gregos e uma parte dos bárbaros e, pode dizer-se, entre a maior parte da humanidade. [3] Na verdade, não era possível conhecer com clareza o que aconteceu antes nem os acontecimentos ainda mais antigos, por se ter passado um longo período de tempo, mas a partir dos indícios nos quais se baseia a minha confiança, quando procuro ver até onde é possível alcançar, considero que não houve nada de grandes dimensões nem em guerras nem noutras coisas.

Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, I. 20. 3 – 21. 2

20 [3] πολλὰ δὲ καὶ ἄλλα ἔτι καὶ νῦν ὄντα καὶ οὐ χρόνῳ ἀμνηστούμενα καὶ οἱ ἄλλοι Ἑλληνες οὐκ ὀρθῶς οἴονται, ὥσπερ τοὺς τε Λακεδαιμονίων βασιλέας μὴ

<sup>18</sup> Para as citações da *História da Guerra do Peloponeso* no original grego seguimos a seguinte edição: Stuart Jones, H., Powell, J. E., *Thucydides, Historiae*, 2 vols., Oxford University Press, Oxford, 1942, reimpr. 1963. As traduções para língua portuguesa são da nossa autoria.

μᾶ ψήφῳ προστίθεσθαι ἐκάτερον, ἀλλὰ δυοῖν, καὶ τὸν Πιτανάτην λόχον αὐτοῖς εἶναι, ὃς οὐδ' ἐγένετο πώποτε. οὕτως ἀταλαίπωρος τοῖς πολλοῖς ἢ ζήτησις τῆς ἀληθείας, καὶ ἐπὶ τὰ ἐτοίμα μᾶλλον τρέπονται.

21 [1] ἐκ δὲ τῶν εἰρημένων τεκμηρίων ὁμως τοιαῦτα ἂν τις νομίζων μάλιστα ἂ διηλθον οὐχ ἁμαρτάνοι, καὶ οὔτε ὡς ποιηταὶ ὑμνήκασι περὶ αὐτῶν ἐπὶ τὸ μείζον κοσμοῦντες μᾶλλον πιστεύων, οὔτε ὡς λογογράφοι ξυνέθεσαν ἐπὶ τὸ προσαγωγότερον τῇ ἀκροάσει ἢ ἀληθέστερον, ὄντα ἀνεξέλεγκτα καὶ τὰ πολλὰ ὑπὸ χρόνου αὐτῶν ἀπίστως ἐπὶ τὸ μυθῶδες ἐκνευκικῶτα, ἠϋρήσθαι δὲ ἡγησάμενος ἐκ τῶν ἐπιφανεστάτων σημείων ὡς παλαιὰ εἶναι ἀποχρώντως. [2] καὶ ὁ πόλεμος οὗτος, καίπερ τῶν ἀνθρώπων ἐν ᾧ μὲν ἂν πολεμῶσι τὸν παρόντα αἰεὶ μέγιστον κρινόντων, παυσαμένων δὲ τὰ ἀρχαῖα μᾶλλον θαυμαζόντων, ἀπ' αὐτῶν τῶν ἔργων σκοποῦσι δηλώσει ὁμως μείζων γεγενημένος αὐτῶν.

20 [3] Há ainda muitas outras coisas – também no presente e não esquecidas no tempo – sobre as quais os outros Gregos têm uma ideia errada: como a ideia de que os reis Lacedemónios não dispõem de um voto cada um, mas de dois, ou de que possuem um batalhão de nome “Pitana”, que nunca existiu. Assim, indiferente é para muitos a busca da verdade, e preferem voltar-se para o que têm mais à disposição.

21 [1] No entanto, quem, tendo em conta as provas mencionadas, considerasse as coisas que eu expus, não se equivocaria, não acreditaria tanto no que os poetas compuseram acerca delas embelezando-as ao máximo, nem nos logógrafos, que escreveram acerca delas mais para agradar ao auditório do que para fins de verdade, pois, sendo coisas impossíveis de comprovar, muitas delas, devido ao tempo transcorrido, passaram incrivelmente para o domínio do fabuloso; por fim, não se equivocaria quem considera que se investigou suficientemente, tendo em conta a antiguidade dos factos, a partir dos indícios mais evidentes. [2] E esta guerra – apesar de os homens, quando estão em guerra, sempre considerarem a atual a maior, e uma vez esta terminada admirarem mais as do passado – mostrará, aos que a procuram ver a partir dos próprios acontecimentos, que foi de maior magnitude do que as do passado.

Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, I. 22. 1-4

22 [1] καὶ ὅσα μὲν λόγῳ εἶπον ἕκαστοι ἢ μέλλοντες πολεμήσειν ἢ ἐν αὐτῷ ἤδη ὄντες, χαλεπὸν τὴν ἀκρίβειαν αὐτῆν τῶν λεχθέντων διαμνημονεῦσαι ἦν ἐμοὶ τε ὦν αὐτὸς ἦκουσα καὶ τοῖς ἄλλοθεν ποθεν ἐμοὶ ἀπαγγέλλουσιν: ὡς δ' ἂν ἐδόκουν ἐμοὶ ἕκαστοι περὶ τῶν αἰεὶ παρόντων τὰ δέοντα μάλιστ' εἰπεῖν, ἔχομένῳ ὅτι ἐγγύτατα τῆς ξυμπάσης γνώμης τῶν ἀληθῶς λεχθέντων, οὕτως εἴρηται. [2] τὰ δ' ἔργα τῶνπραχθέντων ἐν τῷ πολέμῳ οὐκ ἐκ τοῦ παρατυχόντος πυνθανόμενος ἡξίωσα γράφειν, οὐδ' ὡς ἐμοὶ ἐδόκει, ἀλλ' οἷς τε αὐτὸς παρῆν καὶ παρὰ τῶν ἄλλων ὅσον δυνατὸν ἀκριβείᾳ περὶ ἐκάστου ἐπεξεληθῶν. [3] ἐπιπόνως δὲ ἠϋρίσκετο, διότι οἱ παρόντες τοῖς ἔργοις ἐκάστοις οὐ ταῦτα περὶ τῶν αὐτῶν ἔλεγον, ἀλλ' ὡς ἐκατέρων

τις εὐνοίας ἢ μνήμης ἔχοι. [4] καὶ ἐς μὲν ἀκρόασιν ἴσως τὸ μὴ μυθῶδες αὐτῶν ἀτερπέστερον φανεῖται: ὅσοι δὲ βουλήσονται τῶν τε γενομένων τὸ σαφὲς σκοπεῖν καὶ τῶν μελλόντων ποτὲ αὐθις κατὰ τὸ ἀνθρώπινον τοιούτων καὶ παραπλησίων ἔσεσθαι, ὠφέλιμα κρίνειν αὐτὰ ἀρκούντως ἔξει. κτῆμά τε ἐς αἰεὶ μᾶλλον ἢ ἀγώνισμα ἐς τὸ παραχρῆμα ἀκούειν ζύγκεται.

22 [1] Quanto ao que disse cada um dos lados em discurso, estando para entrar em guerra ou estando já nela, era difícil recordar a exatidão mesma do que foi proferido, quer o que eu próprio ouvi quer o que me relataram outras fontes: eu expus o que a meu ver cada um terá dito de acordo com o que seria mais conveniente para cada circunstância, mantendo-me o mais próximo possível do sentido geral do que foi realmente afirmado. [2] Relativamente aos acontecimentos passados durante a guerra não me pareceu correto escrever qualquer informação que me chegasse nem o que a mim me parecia ter acontecido, mas só o que eu próprio presenciei ou o que acerca de cada um procurei saber junto de outras pessoas como o máximo de exatidão possível. [3] Foi uma árdua investigação, porque os que estiveram presentes em cada acontecimento não diziam o mesmo acerca deles, devido à simpatia que pudesse haver por um dos lados ou devido à memória. [4] Provavelmente, o caráter não fabuloso dos factos relatados fá-los-á parecer menos agradáveis ao ouvido: mas julgue-os úteis quantos queiram ver claro nos acontecimentos do passado e nos que, no futuro, em virtude do caráter humano que é o seu, apresentarão similitudes ou analogias, e isso para mim será suficiente. Compôs-se um tesouro para sempre mais do que um recital para um auditório momentâneo.

«Indiferente é para muitos a busca da verdade (ἡ ζήτησις τῆς ἀληθείας), preferindo confiar no que está mais à mão» (Tucídides: I. 20. 3). Não assim para Tucídides. Salta à vista, pela insistência, o desejo de rejeitar tudo o que não possa ser comprovado e tudo o que só serve para embelezar e engrandecer discursos destinados a declamação. Em antítese com a fugacidade da oralidade (τὸ παραχρῆμα ἀκούειν), Tucídides coloca a perenidade das suas lições (κτῆμά τε ἐς αἰεὶ). Um conflito emerge entre prazer, oralidade e audição de um lado e utilidade, escrita e visão do outro. Tucídides, em nome da objetividade e da verdade, opta por uma narrativa que durante muitos séculos foi considerada desapaixonada e objetiva<sup>19</sup>. Geralmente, vê-se nestas declarações uma crítica implícita a Heródoto, por ter introduzido nos seus relatos histórias de caráter

<sup>19</sup> Adam Parry, com a sua tese de doutoramento apresentada em 1957 *Logos and Ergon in Thucydides* (1988) e o ensaio *Thucydides' historical perspective* (1972), foi um dos primeiros a contrariar esta crença, demonstrando o *pathos* e a envolvimento de Tucídides na sua escrita.

fabuloso, τὸ μυθῶδες, isto é, que se assemelham a mitos sem serem mitos, ou seja, como eles fabulosos, indemonstráveis e verosímeis, para agradar aos seus ouvintes<sup>20</sup>. Considera-se que as *Histórias* de Heródoto, ainda com influências da epopeia homérica, estão direcionadas para o ouvido do público e por conseguinte devem ser persuasivas e capazes de captar a atenção do auditório. Tucídides condena esta prática característica dos *logógrafos*: os que recolhem e transcrevem *logoi*, histórias que circulam de boca em boca. Na sequência, acusa-os de ceder ao prazer do auditório, agindo em função do curto momento das suas performances públicas. O historiador ateniense não pretende ser agradável ao ouvido, somente ser útil, por isso recusa narrar acontecimentos de carácter fabuloso<sup>21</sup>. «À la séduction de la parole qui passe, Thucydide oppose son propre choix: être simplement et durablement vrai» (Hartog 2005: 93).

Hunter diz mesmo que em Tucídides acontece uma mudança do ouvido para o olho, devida à sua desconfiança relativamente à oralidade usada com fins persuasivos. Esta desconfiança pode ser comprovada em várias alusões ao longo da *História da Guerra do Peloponeso*: II. 35. 2, III. 38, III. 42-43, III. 82, VII. 8. 2 (vide a análise e comentários de Crane 1996: 209-258). A mudança da oralidade para a visão executa-se por intermédio da escrita, que permite uma atitude crítica e reflexiva que a oralidade, sujeita que está aos limites do imediato e da fugacidade, não consegue<sup>22</sup>. Através da escrita, particularmente da escrita dos discursos, Tucídides estabelece uma epistemologia que pretende ensinar os seus leitores a separar o *logos* da *doxa* e a fazer uma pesquisa mais rigorosa da verdade.

<sup>20</sup> «Now there is a general consensus that by the mythic (τὸ μυθῶδες) Thucydides meant the fabulous or storytelling element of his predecessors. He contrasts it with clarity (τὸ σαφές), which seems to be closely bound up with the certainty of contemporary history, and this suggests that ‘the mythic’ cannot be tested or inquired about, because of both the distance in time from the events, and the essentially fantastic nature of the material. It is a tribute to the influence of Thucydides that after him myth could only with difficulty be rescued or redeemed. In later historians we can see only three possibilities: avoid myths altogether; try to ‘rationalize’ or ‘de-mythologise’ them; or, as Lucian suggests, include them, but leave their credibility to the reader to decide. If one include them, one had to defend oneself» (Marincola 1997: 117-118).

<sup>21</sup> Sobre a relação de Tucídides com o prazer proveniente das palavras vide o interessante trabalho de Crane 1996: 215-235.

<sup>22</sup> Tucídides inclui na sua *História* um episódio que dramatiza muito bem este conflito entre oralidade e escrita. O general ateniense Nícias recusa confiar nos seus próprios mensageiros devido à falibilidade da oralidade e da memória, optando por escrever uma carta – Tucídides: VII. 8. 2.

For writing allowed one not only to compose and recompose but to study, correct, and revise, dwelling at length and in private on one's manuscript until the eye was satisfied with its product. It permitted "a different kind of scrutiny of current knowledge, a more deliberate sorting of *logos* from *doxa*, a more thorough probing into the 'truth' ". The result is a manuscript that yields far more to the eye than to the ear, for the reader could study it closely and discern what the equally close attention of the writer had implanted therein. He would discover an epistemology. And this Thucydides effected through a skillful and original use of one of the conventions of the oral performance since Homer, the speeches of the participants [Hunter 1982: 290].

O *rhetor* joga com as emoções dos ouvintes, usa truques retóricos para fins de convencimento do auditório, podendo mesmo enganá-lo, forjando as mais variadas ilusões com as palavras. A questão que muito provavelmente se colocava Tucídides é onde fica a verdade no meio da ilusão (*apate*) produzida pela retórica. As convenções da oralidade podem não ter outro fim que não seja obscurecer a verdade. Certamente, era isto que acontecia com a *epideixis*, a performance pública do sofista ou *rhetor*. Para este, os *logoi* não tinham como fim necessariamente a comunicação da verdade ou mesmo de uma qualquer mensagem. Os *logoi* possuem o estranho poder de evocar sentimentos nos ouvintes e de os guiar pelas emoções. Tucídides ter-se-á apercebido que o *rhetor*, instrumentalizando assim os *logoi*, podia tornar-se muito perigoso, por isso recusa este tipo de figura. Todavia, não recusa o seu instrumento de trabalho, o discurso; pelo contrário, apropria-se dele e dá-lhe a máxima vitalidade. Mais à frente, verificaremos como os discursos políticos desempenham um papel vital na obra de Tucídides<sup>23</sup>. Em todo o caso, percebe-se quem sustenta que a epistemologia de Tucídides pode ser considerada como uma resposta a Górgias<sup>24</sup>.

Quem também ganhava a vida a declamar era o logógrafo, categoria onde Tucídides insere Heródoto. O logógrafo fascinava os seus ouvintes com as suas

---

<sup>23</sup> «The orator and the text may aim at different groups, but, in a political document such as Thucydides' *History*, the written *logoi* have much in common with those the orator performs before a living audience» (Crane 1996: 233).

<sup>24</sup> M. Untersteiner, *The Sophists*, trad. ingl. K. Freeman, Oxford, 1954, explora esta relação entre *apate* e *logos* e consagra o capítulo 5 à «Epistemologia de Górgias». A secção intitulada «O Encómio de Helena», pp. 101-131, é particularmente interessante. Parte da sua interpretação toma como ponto de partida Tucídides, III. 43. 2. Crane (1996) também consagra o último capítulo do seu livro, sob o título *The Rhetoric of austerity*, ao confronto da obra de Tucídides com os temas da retórica.

variegadas, coloridas e, por vezes, exóticas descobertas<sup>25</sup>. Todavia, Heródoto não pode ser confundido com a figura do sofista. O *pater historiae* distinguia-se deste desde logo porque era bem-intencionado e tinha uma sólida mensagem a transmitir. Há até uma tradição, não comprovada, transmitida por Marcelino, autor de uma *Vida de Tucídides*, que diz que este se desfez em lágrimas ao ouvir a recitação das *Histórias* feita pelo seu autor e que este facto terá sido determinante para Tucídides se pôr a escrever a sua *História da Guerra do Peloponeso*. Heródoto também manifesta alguma preocupação com a parcialidade e a falibilidade da memória e terá influenciado positivamente Tucídides em vários aspetos, como adiante veremos<sup>26</sup>. A sua fraqueza reside na não seleção da versão mais fidedigna, tarefa que deixa para o leitor. Mais uma vez, o que apoquentava Tucídides é a questão da verdade. Heródoto emite opiniões, confronta testemunhos, cita versões contraditórias e, por vezes, indica argumentos em favor de cada versão e até a sua própria preferência, mas nunca é assertivo, deixando-nos em estado de dúvida. Fazia-o pela necessidade de decorar e tornar os seus relatos mais atrativos para o público ouvinte – isto a fazer fé no que diz a maioria dos académicos, que dá como certo que as suas *Histórias* se destinavam a declamação pública<sup>27</sup>. Com esse fim, introduziu também toda uma

---

<sup>25</sup> Antes de Heródoto, os logógrafos eram genealogistas e arquivistas. Ao serviço das grandes famílias das Cidades, tinham como missão recolher provas que atestassem a antiguidade e a nobreza de um *genos*, o seu direito ao reconhecimento público ou de consignar os atos importantes – diplomáticos, militares ou religiosos – de uma pólis. Hecateu de Mileto, também ele logógrafo, já introduz as variantes geográficas e etnográficas no seu relato de factos históricos, vindo a influenciar o próprio Heródoto.

<sup>26</sup> Hornblower, que refuta muitas das críticas que normalmente se fazem a Heródoto e desmonta muitas das falhas que tradicionalmente se lhe apontam, reconhece três dívidas de Tucídides para com Heródoto, sendo a primeira delas a decisão de fazer um registo verdadeiro e interpretativo do passado: «[...] the decision to record truthfully, and to interpret, the past, confining himself to contemporary or near-contemporary events, i.e. knowledge he could control» (1987: 26).

<sup>27</sup> Momigliano é dos poucos que contraria a ideia da leitura pública das obras de Heródoto, argumentando que não há dados concretos que o confirmem, e a alusão de Tucídides não é suficientemente fiável: «Puede ocurrir muy bien que Tucídides se contra ponga aquí polémicamente a sí mismo frente a Heródoto en materia de lecturas públicas, pero sus palabras no son explícitas en este sentido. Como máximo son ambiguas. Solo si estamos seguros por un camino independiente del hecho de que Heródoto hizo lecturas públicas de sus obras, podríamos buscar una confirmación a Tucídides. Éste es reticente incluso sobre su propia obra; no excluye ni confirma que fuese leída o que pudiese leerse en público. Lo que quiere expresar principalmente es la convicción de que una buena historia es una historia que las futuras generaciones leerán para su instrucción» (1984: 112).

amálgama de distrações, curiosidades etnográficas e geográficas, que Tucídides dispensa. No fim de contas, o meio obscurece a mensagem.

Assim sendo, fundamentalmente, a epistemologia de Tucídides apresenta-se como uma crítica da oralidade. De facto, não é a mensagem transmitida por Heródoto que Tucídides rejeita, que ele terá assimilado por completo, o que ele recusa é a adesão a convenções populares de exposição oral, que eram um obstáculo à seriedade, à exatidão e à verdade. Por isso, o historiador ateniense decide dedicar-se a um modo de comunicação que apresente a verdade clara e seja para sempre útil ao género humano.

Em contraste com estes que critica, Tucídides estabelece como propósito fundamental do seu trabalho comunicar a verdade com clareza (*to saphes*). Mais do que isso – acrescenta Virginia Hunter (1982: 289) – pretende ensinar os seus ouvintes e os seus leitores a chegar à verdade, particularmente, a separar verdade de falsidade. Isso implica pôr a descoberto a ilusão, o dolo (*apate*) e mostrar como este se infiltrou nos ouvintes através dos *logoi*. É para cumprir este propósito que ele deixa fora da sua composição histórias e outras diversões atrativas para o ouvido, que eram o trunfo do declamador; recusa também registar tudo o que lhe dizem, submetendo a informação recebida de terceiros ao filtro da verdade e a critérios de relevância; não expõe os seus leitores ao relativismo de múltiplas versões, numa clara demonstração de apreço pela verdade. Perseguido a exatidão, assume-se como o melhor juiz para avaliar a credibilidade dos informadores e apurar a validade dos diferentes testemunhos. O próprio admite ter tido uma tarefa árdua. Mas, no fim, tendo seguido a disciplina destes princípios, está em condições de apresentar um trabalho (nem sempre agradável de ler) despojado dos dados geográficos, climáticos e étnicos que fizeram as delícias dos seus antecessores.

## 1. TUCÍDIDES E HERÓDOTO

Tucídides nunca nomeia Heródoto diretamente, só faz isso com um outro historiador, Helânico de Mitilene, a quem critica a parcimónia das informações e a falta de rigor cronológico (I. 97. 2). No entanto, quando censura a aceitação indiscriminada de dados transmitidos pela tradição, citando especificamente «a ideia de que os reis Lacedemónios não dispõem de um voto cada um, mas de dois, ou de que possuem um batalhão de nome “Pítana”, que nunca existiu» (I. 20. 3), está a aludir às *Histórias* de Heródoto, imputando-lhe esses dois erros.

Gomme (1954) diverge daqueles que julgam que Tucídides estava frequente e deliberadamente a confrontar a sua obra (assunto e tratamento do

assunto) com a de Heródoto ou desprezava o seu antecessor, reconhecendo que há pontos de encontro e algum consenso entre ambos. Mas quando Tucídides manifesta um cuidado especial em testar as informações que colheu de terceiros, quando assume a parcialidade e a falibilidade da memória, está a distanciar-se concretamente de Heródoto, o qual aceitava facilmente tudo o que lhe diziam que lhe parecesse verdade. Heródoto, diz Gomme (1954: 117), pensa como um poeta, como Ésquilo, logo, mais como contador de histórias do que como historiador. E quando Tucídides afirma que o seu trabalho será menos atrativo para o público porque pôs de parte *to mythodes*, está ainda a pensar no texto do seu antecessor. Com este termo, *to mythodes*, Tucídides está a referir-se não ao mito mas às histórias fabulosas que Heródoto introduziu na sua narrativa. Em nome da verdade, o autor da *História da Guerra do Peloponeso* rejeita perentoriamente este tipo de ficções. É por isso que Heródoto é sobretudo um artista e Tucídides o primeiro historiador científico<sup>28</sup>.

Hornblower, por seu turno, afirma que Tucídides consegue ser ainda mais incisivo que Heródoto na declaração de verificação de provas e que o faz, provavelmente, com o historiador de Halicarnasso embora a queixa de que muitos não se preocupam com a busca da verdade seja uma convenção, acontece que Tucídides «pode ter usado linguagem convencional para assinalar o que, realmente, era um plano de trabalho não convencional»<sup>29</sup>.

É, pois, praticamente consensual que Tucídides, ao querer demarcar-se dos historiadores seus antecessores, tem em mente Heródoto<sup>30</sup>. Se essa distância é larga ou estreita depende muito das sensibilidades e das interpretações dos eruditos, como pudemos verificar nas opiniões atrás transcritas. O que é certo é que ele é o principal responsável pela fama de mentiroso que o historiador de

<sup>28</sup> «Such things Thucydides reject in the interests of truth, and we say that Herodotus was after all an artist, while Thucydides was the first scientific historian» (Gomme 1954: 117).

<sup>29</sup> «Certainly, Thucydides goes even further than Herodotus in claiming to have checked his facts by original research: at the beginning, perhaps with Herodotus specifically in mind, he remarks that most people do not take trouble over the search for the truth. But even this remark belongs in a tradition, for Aristophanes uses the same word in a similar context. [...] But Thucydides, like Herodotus in *his* programmatic statement about ‘speaking of what he knew’, may have used conventional language to signal what was really an unconventional plan of work» (Hornblower 1987: 24).

<sup>30</sup> «S’inscrit, en effet, à l’évidence dans les premières pages de *l’Histoire de la guerre du Péloponnèse* une volonté de rupture avec les autres *Histoires* et, notamment, avec déjà les plus célèbres d’entre elles, celles d’Hérodote» (Hartog 2005: 92).



Halicarnasso haveria de herdar<sup>31</sup>. Ao reclamar um estatuto de verdadeira para a sua história, Tucídides está de forma indireta a desqualificar aquele que simultaneamente consideraria pai da história e pai de mentiras<sup>32</sup>. Sem nunca se referir abertamente ao seu antecessor, este acaba por estar sempre latente nestes excertos programáticos, quer como alvo das críticas quer como modelo de imitação. Não podemos esquecer que Tucídides está a dar continuidade a uma forma literária praticada por Heródoto: a prosa; a um tema: a guerra; a uma ética: não exagerar no elogio nem na repreensão; a um tipo de fontes: testemunhos orais e observação direta; e de tal modo Tucídides deveria considerar suficiente a exposição dos factos realizada pelo seu antecessor (apesar das alusões críticas) que o próprio tem o cuidado de retomar a história onde Heródoto a deixou. O historiador ateniense, antes de se atirar à guerra do Peloponeso, começa por ligá-la com o passado, preenchendo o hiato de cerca de cinquenta anos (*Pentecontaeteia*) que separa as guerras Médicas da guerra do Peloponeso, prestigiando, dessa forma, o seu predecessor.

Assim, Momigliano, por exemplo, dá-nos a entender que entre estes dois historiadores não houve um corte tão abrupto (mas ainda assim, a nosso ver, extremamente significativo) como às vezes se quer fazer crer ou como Tucídides nos fez crer:

Fundamentalmente, Tucídides no ha hecho otra cosa que reforzar el rigor y la coherencia de los criterios de Heródoto, prefiriendo la historia contemporánea a la

---

<sup>31</sup> «Thucydide raconte comment, enfant, il eut l'occasion d'entendre Hérodote en personne raconter ses *Histoires* à Olympie. Son émerveillement fut tel qu'il en pleura d'émotion. Malgré cet enchantement, à une seule génération de distance, le fils tu le père et Hérodote subit une disqualification quasi immédiate de la part de son disciple. Thucydide qui lui reproche de rester encore trop près de la légende et trop éloignée des strictes règles d'établissement de la vérité. Hérodote passe alors pour un affabulateur, trop prompt à l'invention pour combler les lacunes documentaires. Père de l'histoire, il devient également père des mensonges» (Dosse 2000: 13). Hartog reforça a mesma ideia: «Il fallait Thucydide pour qu'Hérodote pût apparaître comme menteur [...]» (2005: 99).

<sup>32</sup> Momigliano retrata bem esta situação paradoxal: a fama de Heródoto como pai da história e como mentiroso deve-se a Tucídides. «Y sin embargo el padre de la historia no fue nunca, o casi nunca, reconocido como un historiador modelo, porque no fue nunca tratado, tampoco por sus admiradores, como digno de fe. Hasta su compatriota Dionisio de Halicarnaso, que lo admiró en todo lo demás, calla sobre su veracidad. Esta situación parajódica se explica fácilmente. Heródoto fue padre de la historia, porque Tucídides lo reconoce implícitamente como tal; pero fue considerado como no digno de fe, porque fue tal el veredicto de Tucídides. En otras palabras, la reputación de Heródoto en la antigüedad fundamentalmente depende de la dirección que Tucídides imprimió a la historiografía» (1984: 97).

casi contemporánea y rehusando hablar de cualquier cosa que no fuese de credibilidad cierta, en tanto que Heródoto había considerado legítimo referir con cautela los hechos de los que no podía dar garantías directamente [1984: 14].

Utilizámos a expressão “fazer crer” porque o próprio Momigliano, noutro passo, com a repetição do verbo “persuadir”, pode dar a entender que este distanciamiento foi sobretudo uma estratégia de Tucídides para credibilizar e valorizar o seu trabalho e influenciar toda a historiografia posterior na opção pelo objeto político-militar:

Indubitablemente, Tucídides persuadió a la mayoría de sus lectores, al menos en la antigüedad, de que en comparación con sus criterios de verdad de Heródoto no merecía confianza. Consiguió después también persuadir a sus sucesores de que la única verdadera historia es la historia político-militar (ibid.: 98).

Guarde-se, como sentença final, o reconhecimento inequívoco de progressos no campo metodológico, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento da verdade e isso não é escamoteável: «Tucídides, pues, lleva a la victoria una exigencia de veracidad más rigurosa que la de Heródoto [...]» (ibid.: 99)<sup>33</sup>.

Mesmo a oposição entre deleite e utilidade é passível de ser atenuada, mas não anulada. De facto, apesar de ter um discurso aparentemente despojado e austero, veremos adiante que Tucídides, para persuadir, envolver emocionalmente e prender os seus leitores, não consegue prescindir desse deleite retórico que começa por rejeitar – como característica de sofistas e logógrafos da estirpe de Heródoto – em prol da utilidade. A diferença está em que este deleite provém de técnicas de composição e estratégias retóricas que nada têm que ver com *to mythodes* (ficção), mas permanecem arregaçadas ao real acontecido<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Numa outra obra, Momigliano faz uma síntese das heranças e das ruturas entre os dois historiadores: «Thucydide, à l’instar d’Hérodote, ne mettait pas en question la présupposé selon lequel la tradition orale surpassait la tradition écrite. Et comme lui, il croyait d’abord ce qu’il voyait de ses yeux et ce qu’il entendait de ses oreilles avant de considérer ce que disaient des témoins dignes de foi. [...] Il se séparait cependant d’Hérodote de deux manières: En premier lieu, il ne se satisfaisait jamais d’un honnête compte rendu sans prendre la responsabilité de ce qu’il rapportait. Le simple λέγω τὰ λεγόμενα n’était pas pour lui. En deuxième lieu – il s’agit là, dans une certaine mesure, de la conséquence du premier point – il a rarement indiqué le détail des sources de son information. Il avait le sentiment qu’on devait le croire sur parole» (1992: 49).

<sup>34</sup> A nosso ver, estes dois tipos de deleite, um assente em *mythodes* e outro na capacidade de conferir vivacidade (*enargeia*) ao relato, marca a diferença entre Hayden White e Paul Ricœur. Os dois admitem a utilização de recursos retóricos ou da ficção enquanto forma

Diferenças também muito assinaladas entre os dois historiadores são o facto de a história de Heródoto ser quase contemporânea e a de Tucídides totalmente contemporânea (com a exceção da secção conhecida como Arqueologia); o facto de Tucídides se concentrar exclusivamente num objeto político e militar, deixando de fora qualquer tipo de consideração de âmbito etnográfico, folclórico e geográfico<sup>35</sup>; todavia, a que é muitas vezes apontada como a divergência maior é o facto de Tucídides considerar o homem e não a divindade como motor da história (Cochrane 1929: 106-107)<sup>36</sup>. Apesar de não haver uma intervenção direta dos deuses nas *Histórias* de Heródoto, consegue palpar-se a presença divina, já que este concebe o processo histórico como um estado de equilíbrio cuja rutura exige o restabelecimento da situação anterior. A *hybris* dos homens provoca a *phthonos* da divindade, que pune impiedosamente aquele que sobressai. Tucídides, em linha com os filósofos jónios, é muito mais racional e humanista, na sua obra não há lugar para a divindade, apenas para os homens.

Comme les philosophes ioniens, comme Empédocle, Anaxagore et Leucipe pour le devenir physique, il cherche pour l'action humaine la source du mouvement dans

---

de comunicação com o leitor, mas para White estes recursos são deixados à deriva, entrando na categoria de *mythodes* e para Ricœur eles não podem perder o contacto com a *res gestae*, ou seja, hão de ser necessariamente controlados pelas provas documentais. É uma ficção sempre sujeita a controlo documental.

<sup>35</sup> Esta opção de Tucídides pela história política haveria de prevalecer até ao século XX, mais precisamente, até à *História do Mediterrâneo e do mundo mediterrânico* de Fernand Braudel, que se pode considerar um regresso ao espírito historiador (etnográfico e geográfico) de Heródoto. Hornblower considera-a como uma das heranças negativas que Tucídides nos legou: «it was profoundly damaging because [...] it was Thucydides who by his influential practice ordained that history should henceforth be primarily a matter of war and politics» (1987: 30). Momigliano justifica assim esta eleição do historiador ateniense e a rejeição da etnografia e da geografia: «Tucídides se concentraba sobre la vida política, en ella reencontraba el sentido al obrar humano. Comprendiendo la vida política del presente, y sus consecuencias militares, consideraba haber comprendido la naturaleza del hombre en sus elementos perennes. Regularmente, si no siempre, dejaba de lado las descripciones de países extranjeros, de experiencias insólitas (hecha excepción de la peste), de anécdotas sobre individuos notables, de mitos y cultos, de noticias sobre cosas conspicuas por su belleza o grandeza. Hacía hincapié en considerar la guerra del Peloponeso como la suma de la naturaleza humana; tan obstinadamente que no tenía duda alguna sobre sus premisas metodológicas» (1984: 98).

<sup>36</sup> Cf. Hornblower 1987: 29-30: «The first main difference between Herodotus and Thucydides is in their theology and view of causation. Herodotus is much readier than Thucydides to give a place in his causal scheme to oracles, and to see human fate in terms of *tisis*, divine requital, although this does not exclude causation at the human level».

le monde réel et immanent en renonçant, comme eux le faisaient pour la nature, à toute l'explication mythologique ou religieuse et en rejetant l'interférence des dieux comme cause des phénomènes historiques [Mugler 1951: 25].

Ao retirar capacidade explicativa à intervenção das divindades, procura explicações racionais para fenómenos que normalmente eram vistos como produzidos pelos deuses: oráculos, eclipses, fenómenos atmosféricos, epidemias, etc. Isto não impede que o historiador manifeste uma atitude de respeito pelas normas morais e religiosas.

Em suma, os contrastes com Heródoto serão inevitáveis ao longo deste estudo, porquanto eles estão latentes no próprio texto tucidídiano e nos ajudam a perceber o quanto as tentativas de fazer diferente correspondem ao seu anseio de verdade. Começemos, a propósito, pelo confronto e aprofundamento das propostas expressas nos prólogos dos dois autores, onde encontramos denominadores comuns e divergências.

## 2. CONDIÇÕES DO SURGIMENTO DA HISTÓRIA: GRANDIOSIDADE, IMORTALIDADE E POLÍTICA

Esta é a exposição das investigações [ἱστορίας ἀπόδειξις] de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome [ἀκλεᾶ] as grandes e maravilhosas empresas [ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά], realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros [Heródoto 2002: 1.1].

Tucidídes de Atenas reuniu por escrito [ξυνέγραψε] a guerra dos Peloponésios e dos Atenienses, como guerrearam uns contra os outros, começando a escrever logo aos primeiros sinais, por ter pressentido que esta havia de ser a de maiores proporções e mais memorável das guerras havidas até aí [μέγαν [...] καὶ ἀξιολογώτατον τῶν προγεγενημένων] [Tucidídes: I. 1. 1].

Não é, como já vimos, uma intensa consciência histórica que leva Heródoto e Tucídides a historiografar. Tucídides não é, nesta fase, muito explícito quanto aos seus propósitos. Saberemos mais tarde que tem em mente deixar-nos “líçdes para sempre”. Já Heródoto é muito claro: preservar aquilo que aos homens deve a sua existência (τὰ γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων), para que o tempo o não apague e para não deixar sem renome (*aklea*) os gloriosos e admiráveis feitos dos Gregos e dos Bárbaros. Aquele que Cícero apodou de pai da história – *pater historiae* (*De legibus* I, 5; *De oratore* II, 5) – propôs-se, deste modo,

resgatar as obras, feitos e palavras da fugacidade que vem com o esquecimento e a corrosibilidade do tempo mortal, contribuindo para, em certa medida, as inscrever no mundo da perpetuidade, permitindo aos mortais encontrar lugar neste cosmos imortal. É que, de acordo com Hannah Arendt:

No início da história do Ocidente, a distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as que existiam por si mesmas, era assumida tacitamente pela historiografia. Todas as coisas que devem ao homem a sua existência, tais como obras, feitos ou palavras são perecíveis, contaminadas, por assim dizer, pela mortalidade dos seus autores. No entanto, se os homens lograssem dotar as suas obras, feitos ou palavras de alguma permanência, detendo assim a sua transitoriedade, então, essas coisas poderiam, pelo menos em certa medida, entrar no mundo da perpetuidade, e os próprios mortais encontrariam o seu lugar neste cosmos onde tudo é imortal exceto o homem. A aptidão do homem para alcançar tal coisa era a memória, Mnemósine, a quem por isso se considerava a mãe de todas as outras musas [2006: 57].

Há um elemento comum aos dois prólogos: a ideia de grandiosidade. Ambos os historiadores estão convictos da grandiosidade admirável dos feitos que vão contar: Heródoto, «grandes e maravilhosas empresas»; Tucídides, «a de maiores proporções e mais memorável das guerras havidas». Ora, este conceito de grandiosidade não é desprezível, pelo contrário ele é o reflexo de toda uma mentalidade no seio da qual surgem as obras de Heródoto e Tucídides. A este propósito, não podemos deixar de invocar a excelente reflexão que Hannah Arendt produz sobre o «conceito de história antiga e moderna», segundo capítulo da obra *Entre o passado e o futuro* (2006: 55-103). Esta abre-nos portas para a mentalidade e consciência histórica dos Gregos, tendo por pano de fundo a relação entre história e natureza, que assenta, por sua vez, nas traves mestras de grandiosidade e imortalidade. Ademais, a reflexão de Hannah Arendt ajudar-nos-á mais tarde a perceber mais claramente alguns preceitos tucididianos, como as famosas “lições para sempre da história” ou o tópico da permanência da natureza humana, bem como a relação entre poesia, história e filosofia, a partir da consabida declaração de Aristóteles.

O prólogo de Heródoto deve ser lido à luz do conceito e da experiência que os Gregos tinham da natureza (*physis*). Para estes só o que era natural possuía estatuto de eternidade. A *physis* abarcava todas as coisas que existem por si mesmas, independentes dos homens e dos deuses, e que como tal são imortais. Porque as coisas da natureza se mantêm inalteráveis, a sua existência não depende da memória dos homens. Todos os seres vivos, incluindo o género humano, participam desta condição de ser-para-sempre. Aristóteles afirma expli-

citamente que o homem, porque é um ser natural e pertence à espécie humana, possui a imortalidade: por meio do ciclo recorrente da vida, a natureza assegura o mesmo tipo de existência-para-sempre às coisas que nascem e morrem e às coisas que são e não mudam. Deste modo, a metafísica grega não só não cortou com a raiz mítica e aistórica da mentalidade arcaica como parece ter-lhe conferido uma maior racionalização. Podemos perguntar-nos se a conceção cíclica do tempo defendida por Aristóteles não é uma racionalização de sobreviventes conceções míticas do eterno retorno. Ora, este eterno retorno não é o suficiente para garantir aos homens, individualmente considerados, a imortalidade. O homem distinguia-se, justamente, do cosmos imortal onde se insere pela sua caducidade. Até mesmo os animais eram considerados imortais, na medida em que existem apenas como membros da sua espécie e não como indivíduos. A vida retilínea do homem (*bios*), com uma história reconhecível desde o nascimento até à morte, irrompe pelos movimentos circulares da vida biológica (*zoe*)<sup>37</sup>. Nos termos da poesia e da historiografia antigas, a grandiosidade dos mortais era diferente da grandiosidade, indubitavelmente maior, da natureza e dos deuses. Talvez, por isso, os Gregos nunca tenham conseguido reintegrar os grandes feitos e as grandes obras dos mortais, tema das narrativas históricas, num todo circundante ou num processo histórico; pelo contrário, a tónica incidia sempre nas circunstâncias e nos gestos singulares, esses que «interrompiam o movimento circular da vida quotidiana no mesmo sentido em que o βίος retilíneo dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica» (Arendt 2006: 57). Compreende-se, assim, que Heródoto e Tucídides elejam como tema estas interrupções no movimento circular da vida biológica, estes acontecimentos extraordinários, que Heródoto qualifica de ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά e Tucídides μέγαν καὶ ἀξιολογώτατον.

Apesar de filósofos como Platão e Aristóteles não acreditarem ou darem qualquer valor à imortalização do homem através de feitos e palavras, preferindo afastar-se da esfera dos assuntos humanos para melhor contemplarem as

---

<sup>37</sup> «A mortalidade é isto: mover-se em linha reta num universo onde tudo o que se move, se é que se move, o faz dentro de uma ordem cíclica. Sempre que perseguem os seus objetivos, lavrando a passiva terra, conduzindo o livre vento para o côncavo das suas velas, sulcando as ondas que rolam sem cessar, os homens irrompem através de um movimento que é sem objetivo e que gira dentro de si mesmo. Quando Sófocles (no famoso coro da *Antígona*) diz que não há nada que inspire mais terror do que o homem, exemplifica-o evocando atividades humanas que violam a natureza porque perturbam o que, na ausência dos mortais, constituiria a eterna quietude do ser-para-sempre que repousa ou volteia dentro de si mesmo» (Arendt 2006: 56).

coisas que existem para sempre, os historiadores e os poetas não deixaram de aceitar o conceito de grandiosidade que era habitual entre os Gregos. Não obstante, estas atividades humanas só eram dignas de serem consideradas históricas se já fossem grandiosas por natureza, isto é, se possuíssem uma inerente qualidade cintilante que as distinguiu das demais e as catapultava para a categoria das coisas que duravam para sempre. Apenas estas mereciam a imortalidade, como assevera Hannah Arendt:

O louvor, de onde advinham a glória e depois a fama duradoura, só podia ser concedido a coisas já “grandes”, ou seja, coisas que possuíssem uma qualidade patente, cintilante, que as distinguiu de todas as outras e tornava possível a glória. O grande era aquilo que merecia a imortalidade, aquilo que devia ser admitido na companhia das coisas que duravam para sempre, circundando com inexcusável majestade a fugacidade dos mortais. Através da história, os homens quase se convertem em iguais da natureza, e só aqueles acontecimentos, feitos ou palavras que se elevam por si próprios à altura do sempre presente desafio do mundo natural é que eram propriamente aquilo a que chamaríamos históricos [2006: 61].

O que Heródoto e Tucídides fazem é através da escrita histórica concatenar num enredo as ações e as palavras grandiosas e admiráveis, que interrompem o curso normal dos acontecimentos e marcam a individualidade do homem, permitindo a sua cristalização contra a corrupção temporal, garantindo a sua fama contra a precariedade de tudo o que resulta da *praxis*, aproximando-se da eternidade das coisas naturais. Graças à memória poética e histórica, conserva-se o rasto da palavra falada, das ações e dos feitos humanos, as *praxeis* ou *pragmata*, distintos de *poiesis*, que tem o sentido de *fabricação* ou *produção*. Se o fabricado pelo homem (*poiesis*) ainda comunga da eternidade do mundo natural, pelo facto de a sua matéria-prima ser colhida na natureza ou nos mitos, já o mesmo não se pode dizer relativamente à *praxis* e à *lexis* (fala), condenadas que estão à efemeridade, enquanto expressão da individualidade de uma existência que, com tais obras e feitos, se subtrai à eternidade da espécie humana, necessitando da mediação de práticas anamnésicas para que os seus ditos e feitos sobrevivam ao momento da sua realização. Que práticas anamnésicas – para usar a expressão de Fernando Catroga (2006: 8) – são estas? A história e a poesia. De facto, a *ars memoriae* e a imortalização de τὰ γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων não era um exclusivo da história. Canto e memória aparecem associados desde a epopeia. A épica dá disso o primeiro sinal, quando apresenta Ulisses, na corte do rei dos Feaces, a escutar do sábio aedo a história da sua vida, tornada exterior a ele próprio, enchendo de comoção o nobre herói de Ítaca (*Odisseia* VIII, 83-103). Pela primeira vez, aquilo que fora puro aconte-

cimento transitório convertia-se em história. Pela primeira vez, graças às lágrimas da recordação, produzia-se a catarse, que, mais tarde, será também a essência da tragédia e que para Hegel era o fim último da história. Ainda a propósito deste episódio da *Odisseia*, pondo a tônica no efeito catártico do reconhecimento, diz Hannah Arendt:

A mais profunda motivação humana para a história e para a poesia surge aqui numa pureza sem igual: uma vez que o ouvinte, o ator e aquele que sofre são aqui uma e a mesma pessoa, todas as motivações relacionadas com a pura curiosidade ou o gosto por notícias [...] estão naturalmente ausentes em Ulisses, que se teria aborrecido mais do que emocionado se a história se reduzisse a notícias e a poesia a entretenimento [Arendt 2006: 59].

Os poetas concediam fama imortal às palavras e aos feitos dos heróis e dos deuses, pois aí residia a verdadeira grandiosidade humana para os Gregos pré-platônicos, independentemente de considerarem essa grandiosidade das menos duradouras entre as atividades humanas, ao contrário da perenidade apresentada pela grandeza das coisas naturais<sup>38</sup>. Com o canto da memória vinham a fama e o reconhecimento público. Na cultura helénica, o canto da memória era visto como um dom de inspiração divina, que permitia ao homem reviver as suas grandezas e saber que elas sobreviverão ao negro Hades que o espera. O *ethos* do herói ganha dimensão palpável na sua ação como guerreiro, mas apenas quando reconhecido pelos seus, em honras, e pelo poeta, na sua *poiesis*, que o arrebatava para a memória do público. Nesse sentido, canto e memória enleiam-se nos Poemas Homéricos, nas odes de Píndaro, nas composições de Baquilides e de tantos outros poetas e tragediógrafos gregos<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Este é o grande paradoxo que Hannah Arendt encontra na cultura grega, que terá contribuído grandemente para o seu pendor trágico e terá perseguido poetas e historiadores gregos, tal como inquietou os filósofos. A grandeza é entendida em termos de permanência, mas a grandeza humana é vista precisamente nas menos duradouras das atividades humanas. Por outras palavras: por um lado, «tudo era visto e mensurado contra o pano de fundo das coisas que existem para sempre, [por outro,] a verdadeira grandeza humana era entendida, pelo menos entre os gregos pré-platônicos, como residindo nos feitos e nas palavras, sendo melhor representada por Aquiles, “o herói dos grandes feitos e das grandes palavras”, do que pelo fazedor ou o fabricante, ou até do que pelo poeta ou pelo escritor» (2006: 59).

<sup>39</sup> Píndaro apresenta uma particularidade que merece atenção, na medida em que utiliza o mito como instância fundadora e amplificadora de sentido e, a nosso ver, como forma de inscrever na esfera do eterno a glória pontual do humano. «Cristalizando o mito aquela experiência humana que a sentença (*gnome*) enuncia como validade universal, ele acolhe o particular da vitória nessa universalidade em que se inscreve o sentido dos próprios Jogos, reno-



A imortalidade é o que história, a poesia e *physis* têm em comum. A imortalidade é o que a *physis* possui sem esforço e por si própria e é aquilo que os mortais devem tentar alcançar se querem ser dignos do mundo em que nasceram. Por conseguinte, não há oposição entre história e *physis*, pois a «história acolhe na sua recordação aqueles mortais que através de palavras e feitos demonstraram ser dignos da natureza» (Arendt 2006: 62) e cuja perpétua fama os faz vencer a mortalidade e os eleva à companhia das coisas perpétuas<sup>40</sup>.

Assim sendo, uma vez que a memória dos acontecimentos passados não era um exclusivo da história, podemos interrogar-nos sobre o que provoca o surgimento da historiografia, em rutura com a epopeia e a poesia. A ficção lidava com acontecimentos míticos do passado, mas cronologicamente indeterminados. A história lida com acontecimentos humanos e cronologicamente datados. Que acontecimentos são estes que fazem Heródoto e Tucídides interessarem-se pelo passado dos homens e já não dos deuses e dos heróis. Acontecimentos políticos. O que provocou a transformação do logógrafo – ainda às voltas com a componente lendária, mas já virado para a etnografia e, paralelamente, para a positividade dos factos passados, capazes de justificar as ambições públicas de determinada genealogia familiar – no historiador, ou a passagem de Hecateu a Heródoto, foi um interesse novo pelo homem, pelo seu passado e pela sua ação política. A tomada de consciência do caráter decisivo da ação de um indivíduo e do seu impacto sobre o curso dos acontecimentos e sobre os outros indivíduos, gerando uma cadeia de reações e de acontecimentos que serão fonte de novas decisões e que guia o curso dos eventos num determinado sentido é o que sublinha a história. Veja-se a cadeia de reações a que deu origem a invasão da Corcira pelos Atenienses. O que assoma é a

---

vado e atuante em cada competição» (Fialho 2003: 131). Os seus epinícios em honra dos vencedores nos jogos Pan-Helénicos tomam como ponto de partida a vitória histórica de um determinado atleta mas concedem pouco espaço aos elementos factuais, recusando ficar-se pela particularidade e pela individualidade. Píndaro guinda esta grandeza humana e passageira ao nível da imortalidade imutável, amplificando-o com recurso a um mito associado ou ao herói fundador ou protovencedor dos Jogos ou ao herói tutelar da *polis* do vencedor celebrado. O tempo caduco da vitória é, por esta via, revestido pelo tempo do mito e arrebatado para a esfera das grandezas imortais (cf. Hornblower 2004).

<sup>40</sup> É interessante verificar a inversão de paradigmas que se deu sob influência da religião judaico-cristã e que abrirá caminho para a consciência historicista que marca a Idade Moderna. A partir do momento em que o indivíduo é o único ser imortal e sagrado e tudo o resto, o cosmos, a natureza, é perecível, alteram-se profundamente os cânones clássicos da história, a começar pelo enfoque no interesse pessoal, que domina a filosofia política moderna (cf. Arendt 2006: 66).

necessidade inteligível que habita este devir sensível-profano. Esta necessidade é feita do conflito de vontades múltiplas que se opõem num confronto impiedoso. A vontade dos indivíduos ou da comunidade já não produz o mesmo efeito necessário e unilateral que suscitava o desejo ou a vontade dos deuses, antes a reação antagonista de um outro indivíduo ou de uma outra comunidade. O peso do passado não é mais o de um Fado que regulava minuciosamente as peripécias e o desenlace da tragédia, é o de uma situação que impele para um drama imprevisível até ao seu desfecho. O próprio interesse pelo passado inscreve o homem num novo contexto. O homem arcaico exorcizava o tempo. O que caracteriza este mundo novo que começa com os Gregos das guerras Médicas é o nascimento do homem grego para a vida política e a consciência do seu estatuto de cidadão – afirma Châtelet:

Désormais, l’homme existe, non plus comme descendant d’un héros ou comme initié d’un rituel, mais comme citoyen; c’est dans l’État qu’il se retrouve comme réalité vivante, État qui a réuni en lui les dimensions juridiques, sociales, économiques et religieuses du groupe [1962: 78].

O cidadão é integrado pela sua pertença à unidade política num devir profano no qual vê desenrolar-se o seu destino. Não lhe é mais possível ignorar a sua historicidade, pois a realidade na qual se encontra mergulhado manifesta-se a ele forçosamente como histórica. Se ele conquistou, graças à vida política, o seu estatuto de homem atuante, o seu projeto, no entanto, só tem sentido no interior de uma situação histórico-política. Homem político – cidadão de uma *polis* – e homem histórico – situado no e pelo devir sensível-profano – recobrem-se mutuamente e marcam a génese do pensamento histórico no mundo helénico<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Moses Finley partilha da mesma opinião de Châtelet. Para ele, também foi a política a condição decisiva do surgimento da história entre os gregos: «À la génération suivante, Thucydide alla encore beaucoup plus loin [qu’Hérodote] en mettant l’accent sur la continuité d’un récit organisé selon une chronologie stricte, sur une laïcisation rigoureuse des analyses, et, avec non moins d’insistance et de rigueur, sur l’action politique. L’impulsion nouvelle venait de la *polis* classique, et en particulier de la *polis* athénienne qui, pour la première fois, du moins dans le monde occidental, fit de la politique une activité humaine, et ensuite en fit la plus fondamentale des activités sociales. Un regard neuf sur le passé s’imposait. Cela ne signifie pas qu’aucun autre point de départ n’eût pu produire l’idée de l’histoire, mais que chez les Grecs – si on y ajoute le scepticisme et l’habitude d’enquêter, déjà mentionnés – ce fut la condition décisive» (Finley 1981: 36-37).

### 3. HISTORIE E SYNGRAPHO

Pesem embora as similitudes das propostas de trabalho (e são várias, como pudemos observar), a primeira frase de ambos os historiadores é extremamente sintomática do percurso independente seguido por cada um e abre uma fenda considerável entre os dois projetos. A asserção «Tucídides de Atenas reuniu por escrito a guerra» representa um passo em frente na história da historiografia. Nesta frase, o autor acaba por dizer muito mais do que aparenta.

Ao enunciar o seu nome, em nominativo, assina o trabalho e denuncia, indiretamente, a subjetividade de todo o processo historiográfico. Heródoto já tinha dado a deixa, ao assinar também ele na terceira pessoa, e ao referir o seu lugar de origem, seguindo a tradição. A inscrição do nome próprio do historiador e do seu lugar de origem é vista por Hartog como o surgimento do historiador enquanto figura “subjetiva”, marca específica da historiografia grega que o leva a declarar, em sintonia com Wilamowitz: «Aussi les Grecs sont-ils moins les inventeurs de l’histoire que de l’historien comme sujet écrivain» (2005: 39). Na verdade, já existia história muito antes dos Gregos, pelo menos na Mesopotâmia e no Israel Antigo, mas deve-se a Heródoto a iniciativa do historiador como figura independente do poder político, consciente da sua ação na construção da história<sup>42</sup>. Todo o discurso histórico tem por trás a intervenção

---

<sup>42</sup> «Un tel mode d’affirmation de soi et de production d’un discours n’a nullement été le fait de la seule historiographie. Il est, tout au contraire, la marque, proprement la signature de cette époque de l’histoire intellectuelle grecque (entre le VI<sup>e</sup> et le V<sup>e</sup> siècle av. J.-C.), qui a vu au même moment chez les artistes, les philosophes de la nature, les médecins, la montée de l’“égotisme” (Hartog 2005: 39-40). Antes de Heródoto, já Hecateu de Mileto, autor de umas *Genealogias* e de uma *Descrição da Terra* em duas partes (Europa e Ásia), acompanhada com um mapa ilustrativo, assinara de modo similar as suas *Genealogias*, nos inícios do século V: «Hecateu de Mileto fala assim». A consciência autoral de Hecateu, que transforma o narrador num escritor consciente da sua subjetividade, é um primeiro passo da historiografia neste novo espaço político e intelectual de que fala Hartog, onde o historiador vem substituir o aedo, e a que Heródoto dará continuidade: «Si l’aède était le porte-parole de la Muse, l’historien, qui recourt à l’écriture, se revendique comme écrivain» (Hartog 2005: 47). A obra de Hecateu aproxima-se no conteúdo à do seu sucessor, pois mistura considerações de ordem geográfica e etnográfica com dados históricos. Para além disso, criou uma cronologia por gerações de quarenta anos e brindou-nos com uma célebre frase reveladora de espírito crítico: «Escrevo de acordo com o que me parece ser a verdade; pois as histórias dos Gregos são, em meu entender, muitas e ridículas» (fr. 1a Jacoby, apud Rocha Pereira 1998: 285). A prática da escrita, na qual Hecateu é um dos pioneiros, permitiu aos gregos dos finais

ativa de um sujeito que recolhe, seleciona e apresenta dados. Todavia, há aqui uma nuance: Heródoto autodesigna-se em genitivo, dando lugar de sujeito à “exposição das investigações”. Onde Tucídides começa por se demarcar claramente da tradição é na escolha do verbo *syngrapho* e no seu emprego na terceira pessoa, em ligação com o complemento «como guerrearam uns contra os outros». Desse modo, põe a tónica na objetividade e impessoalidade da narração, num certo apagamento e distanciamento crítico relativamente aos factos e na transparência do discurso. Esta retirada do autor depois da sua autoapresentação tem como finalidade fazer-nos crer no autoapagamento do sujeito historiador e da sua prática escriturária, para dar ao leitor a impressão que os factos falam por si próprios. Pura transitividade, a atividade historiadora simula anular-se no relato constitutivo do seu objeto.

Nicole Loraux (1986: «Thucydide a écrit la Guerre du Péloponnèse») reage com ironia e acutilância contra esta articulação da autoapresentação do sujeito historiador com a transitividade que leva ao apagamento do ato de escrita, em nome de «la plus grande gloire de la vérité» (ibid.: 140). Segundo ela, a primeira frase põe em cena dois momentos de escrita: um de autoapresentação e outro de autoapagamento. O principal objetivo do seu ensaio é desmascarar a autoridade instituída por Tucídides, através dos capítulos metodológicos, como forma de colmatar a ausência de provas e omitir o trabalho de investigação. Critica ainda, severamente, o excesso de confiança na narrativa, tida como um *syngraphe* inequívoco, transparente e definitivo da totalidade da guerra. A sua crítica desenvolve-se, essencialmente, em torno da frase que temos vindo a analisar e que inaugura a *História da Guerra do Peloponeso*:

[...] comment la phrase institue l'historien comme ce sujet absolu et héroïque qui serait en même temps le seul garant de la vérité de son propre discours; et comment, pour assurer la réussite de l'entreprise de vérité, ces textes travaillent déjà à préparer l'effacement du discours en tant que tel derrière les *erga* – ces “actes” ou ces “faits” dont le récit veut passer pour la pure exposition transparente [Loraux 1986: 142].

---

do século VI tornar perceptível a distância entre o *mythos* e a *historia* e, correlativamente, entre o passado e o presente. «Inventorier le monde et mettre de l'ordre dans les récits des Grecs relève d'un même projet intellectuel, prenant appui sur l'écriture» (Hartog 2005: 57). A transcrição de *logoi* de tradição oral permitiu perceber incongruências e contradições entre as várias versões. Os escritos genealógicos são os primeiros a sofrer este tipo de crítica de que fala Hecateu. A palavra grega que transcrevemos como “ridículas” significa, na verdade, risíveis, que provocam risos. O que dá vontade de rir a Hecateu são as discrepâncias entre os *logoi*, que lhes retiram credibilidade.

Apesar do tom, porventura, excessivo de Loraux, há que reconhecer justiça às suas observações. Não podemos deixar de lhe dar razão quando critica Tucídides pelo fechamento dos dossiês históricos, quando este sugere que a sua história da guerra do Peloponeso é a história da guerra do Peloponeso, ponto final, é a definitiva e nada mais há a acrescentar ou a corrigir<sup>43</sup>. Esta ilusão foi largamente partilhada pelos historiadores durante séculos. Também constata que Tucídides contradiz constantemente, com marcas de subjetividade e parcialidade, a sua ambição inalcançável de objetividade e imparcialidade. Todavia – perguntamos nós – não é justamente nesta tensão bipolar que se revela o verdadeiro historiador? Não é este conflito entre o ideal e o possível que nos dá fecunda matéria de reflexão acerca da condição do historiador antigo e contemporâneo? É certo que o historiador ateniense, à falta de provas ou à falta de sensibilidade para as provas e à falta de crítica de fontes, tende a fundar a verdade dos factos sobre a sua autoridade, como mestre de verdade, ocultando-nos o seu ateliê: «nous n’aurons pas – ou si peu – accès à l’atelier de l’historien. Cela signifie que ce qui, dans la communauté historienne, s’appelle les sources a purement et simplement été refoulé» (Loraux 1986: 151). Podemos ainda perguntar: havia alternativa? Não terá Tucídides, à luz da mentalidade da época e mediante as circunstâncias, feito o melhor que estava ao seu alcance? Seria mais objetivo e verdadeiro se, na linha de Heródoto, apresentasse todas as versões, mesmo as mais ridículas, deixando-nos num incessante estado de dúvida? Que historiador, antes de Lorenzo Valla, fez melhor do que Tucídides? É certo que ele tende a entender a obra como espelho da guerra, sem consideração pelo ecrã da escrita («la guerre se révélant elle-même, comme si le lieu de cette révélation n’était pas une œuvre écrite» (ibid.: 149). O leitor é convidado a acreditar que encontrará no texto os factos e nada mais do que os factos (ἀνὰ

---

<sup>43</sup>A crítica de Loraux tem por base a seguinte afirmação de Tucídides: «comecei por indicar em primeiro lugar a razão pela qual romperam o tratado, as causas e os diferendos, para que ninguém tenha um dia de procurar donde surgiu tão grande guerra para os gregos» (Tucídides: I. 23. 5). «En un mot, l’histoire de la guerre est faite, et il n’y a plus à s’interroger il est même interdit de rouvrir la recherche après Thucydide – aussi bien la recherche était-elle pour l’historien le premier temps du parcours et peut-être le plus important, mais, de cette étape fondatrice, une fois les faits “trouvés”, aucune trace de devait demeurer. Il n’y a plus à chercher, puisque le procès d’écriture a eu lieu, moment ultime de la démarche historiographique, mais le seul qui doit laisser sa marque. [...] Il n’y a rien à chercher au sujet de la guerre du Péloponnèse en dehors de ce que Thucydide en a écrit, parce que l’œuvre a pleinement accompli sa visée d’être la guerre muée en texte [...]» (Loraux 1986: 159).

τὰ ἔργα), como se entre factos e discurso houvesse transparência<sup>44</sup>. Mas será justo censurar Tucídides por uma ambição cuja inatingibilidade só ficará patente na segunda metade do século XX, por ação do *linguistic turn*? Não nos parece justo avaliar o trabalho do historiador ateniense com base nos mesmos critérios académicos com que se avalia o de um historiador moderno. Por muito inovadora e notável que seja a sua *História da Guerra do Peloponeso* para a época, ela tem lacunas que a afastam da erudição metodológica instituída no século XIX e da forte consciência historicista que se implementou na Europa a partir do século XVIII. No entanto, não deixa de representar, à sua escala, um esforço tremendo pela busca da verdade, do rigor, da imparcialidade e da objetividade. Nesse sentido, ela pôde e pode ser fonte de inspiração e manancial de profundas reflexões epistemológicas, literárias, históricas, geopolíticas, militares e até sociológicas. Pergunta final: isto que lhe apontam como fraquezas não serão, afinal, as suas grandezas, as que nos permitem desenvolver uma epistemologia da história, nem que seja, por vezes, por contraste?

A partícula que introduz a completiva integrante – “tal como guerream” – exprime a vontade de conformar o texto com os factos. Embora seja insensato, depois da crítica do *linguistic turn*, aceitar o paradigma “tucididiano”, modelo da futura história “positivista”, de espelhar no texto histórico os factos do passado, pois toda a história é mediata e mediada (Catroga 2009: 55-131), ou, como diz Ricœur, toda a história é representância, convém salientar que Tucídides doseia ou equilibra esse ideal com a contrapartida da subjetividade, tal como mais tarde acautelará Langlois e Seignobos. Ademais, tendo em conta a liberdade com que se tem interpretado o texto de Tucídides, ajustando-o a sensibilidades de época, parece-nos perfeitamente aceitável tomar a conjunção ὡς, que abre caminho à completiva, e operar o mesmo raciocínio que Ricœur leva a cabo para a construção da teoria da representância, tomando a célebre expressão de Ranke: «os factos *tal como* realmente aconteceram». Não só legitima como reforça este exercício o facto de a expressão de Ranke ter sido cunhada sobre a de Tucídides. Nesse caso, poderíamos interpretar a frase de Tucídides da mesma forma que Ricœur interpretou a de Ranke e concluir que o historiador ateniense não vê no texto uma mimesis-cópia, uma reduplicação ou coincidência com os acontecimentos mas sim uma redescrição metafórica, uma representância ou lugar-tenência do passado. Podemos ainda fortalecer esta tese com a dicotomia *logos* e *ergon* que percorre o texto de Tucídides e que

<sup>44</sup> «Mais, parce que ce qui est écrit a été éprouvé comme relevant vraiment de l'ordre des *erga*, le lecteur est invité à se convaincre que, dans le texte, il trouve les faits, rien que les faits» (Loraux 1986: 149).

leva Parry a concluir que o historiador tinha consciência de a sua história ser uma interpretação dos factos: «and so the History is an interpretation of reality which also interprets the possibilities of interpretation» (1988: 10)<sup>45</sup>.

O historiador, nomeando-se, não se autoexclui do processo historiográfico, logo, a seu ver, não há contradição entre reunir por escrito os factos *tal como* aconteceram e a presença organizadora e compositora do sujeito. Na senda deste ideal de verdade especular, o historiador está obrigado a articular subjetividade e objetividade, parcialidade e imparcialidade, arte e ciência, ficção e história. E, como veremos, na parte final deste estudo, uma das maiores preocupações de Tucídides foi escrever da forma mais realista e pictórica possível, com o claro intuito de transpor iconograficamente a realidade para o discurso. E não é isto que propõem Ricœur e Rancière? E não sabemos nós que a história herdou da memória as aporias da imagem, não se podendo falar de ressurreição do passado (Michelet) ou de coincidência entre o representado e a representação?

Na primeira asserção, rica de elementos epistemológicos, a diferença maior, que determina indelevelmente os trabalhos dos dois historiadores em cotejo, reside na diferença entre *historie* e *syngrapho* (vide Edmunds 1993, in Rusten 2009: 91-114). Heródoto expõe as suas investigações (ἱστορίης ἀπόδειξις), empregando para “investigações” o mais afortunado dos termos da história da historiografia, *histories*, do qual a mesma haveria de herdar a sua identidade – termo que, curiosamente, Tucídides nunca utiliza. Heródoto expõe, mas Tucídides reúne por escrito (*sunegrapse*) e a diferença é mais do que lexical.

Começemos pela conceção arcaica da figura do *histor*. *Historie* é a forma iónica de *historia*. Termo abstrato formado a partir do verbo *historein*, que significa investigar, inicialmente com o sentido de investigação judicial, *historia* deriva de *histor*. Este, por sua vez, deriva do radical indo-europeu \*wid-, a partir do qual se formaram os termos gregos *idein* – aoristo radical temático por supletivismo do verbo *orao*, que significa “ver” – e *eido*, cujo perfeito, *oida*, assume a aceção de “saber” como resultado de ter visto. Originariamente, *histor*

---

<sup>45</sup> Sobre a relação do texto de Tucídides com a realidade descrita veja-se a curiosa reflexão de Edmunds que parte da comparação feita por Richard Dawkins entre genes e complexos genéticos e programas de computador. «His example is of great use in understanding Thucydides' claims for the writing, because in Dawkins we see how a new technology of communication is, with the greatest enthusiasm, equated absolutely with a subject matter that is categorically different from the technology. Thucydides, I submit, saw in writing a technology that could completely appropriate the subject he chose, to the extent that the writing and the subject became indistinguishable» (Edmunds 1993, in Rusten 2009: 106).

era a “testemunha ocular”; posteriormente, passou a designar “aquele que examina testemunhas e obtém a verdade, através da indagação”, ou seja, o juiz. A evolução parece sutil, mas é substancial. O *histor* é um sujeito que julga e confirma no presente um conhecimento que se reporta a um acontecimento que teve lugar no passado, mas que ele poderá não ter visto. Sauge (1992) e Hartog (2005) chamam a atenção para esta particularidade: «L’*histor* est moins “celui qui sait pour avoir vu ou appris” que celui même de se porter garant» (Hartog 2005: 72). De acordo com Sauge, o *histor* era chamado para arbitrar um litígio no qual os dois litigantes dão versões diferentes de um acontecimento, movidos pelo interesse pessoal. O *histor* designa, então, de um modo geral, aquele que *faz ver* a verdade, discernindo, pela ação historizadora que põe em confronto as duas versões apresentadas, quem diz a verdade. Não importa se o *histor* viu ou não o que se passou. Era-lhe reconhecida a autoridade e o saber para deliberar de forma justa e correta, quando a verdade era posta em causa por uma situação conflituosa. Pedia-se-lhe que deliberasse a favor de uma percepção do acontecimento, como se ele o tivesse visto:

*L’histor* est, donc, celui qui atteint la vérité non exactement parce qu’il a vu ce qui s’est passé, mais parce qu’il le fait voir, en discernant qui dit vrai et qui dit faux. Grâce à cette découverte de la vérité concernant les faits, l’*histor*, par son arbitrage et judicature, atteste alors la légitimité qui classifie les prétentions conflictuelles selon un ordre dû et établi [Pires 2003: 133].

A figura do *histor* também aparece várias vezes na epopeia, sendo chamado não como testemunha direta de um acontecimento, mas como alguém que se toma como testemunha. Hartog constata que Heródoto não é nem aedo nem *histor*. Não possui a autoridade natural de um *histor* como Agamémnon, “mestre de verdade”, nem a visão divina de um aedo, cantor e porta-voz da Musa, que tudo vê e tudo conhece, e da qual o aedo extrai o seu conhecimento. A Heródoto, para ver mais longe e saber mais, resta-lhe recorrer à *historie*, isto é, à investigação, que é o ponto de partida da sua operação historiográfica. A sua *historie* começa como uma forma de substituir a Musa da epopeia, a que garantia o canto do poeta, para se tornar depois em algo análogo à visão onisciente da Musa, que presenciou tudo. Num primeiro momento, a *historie* de Heródoto, na medida em que se dirige aos grandes feitos dos homens, começa por evocar e simultaneamente romper com o saber do aedo, que tinha por competência cantar as gestas de heróis e de deuses e, num segundo, aproxima-se da arte divinatória do adivinho<sup>46</sup>. É que Heródoto não se limita a procurar informações (*historein*), ele também faz conjeturas e deduções (*semainei*).



Hartog explica que o verbo *semainein* aplica-se àquele que viu o que os outros não veem ou não puderam ver, pertencendo ao campo do saber oracular. A primeira vez que Heródoto diz “eu” é com intenção de *semainein*, isto é, de designar, revelar e atribuir significado a alguma coisa. A primeira vez ocorre no prólogo e designa aquele que teve a iniciativa de ofender os Gregos, Creso da Lídia, o responsável pelo desencadear do conflito. Heródoto não se faz passar por adivinho, mas, pelo seu saber, assume um estilo de autoridade oracular: «Par cette recherche et cette désignation en responsabilité, Hérodote ne se présente pas en devin ou ne joue pas au devin, mais il reprend, au titre de son propre savoir, un style d’autorité de type oraculaire» (Hartog 2005: 73).

Em suma, desta abordagem filológica, podemos concluir, em primeiro lugar, que a historiografia surgiu «sob o signo do olhar e, logo, da percepção» e, em segundo, que *historein* «refere-se tanto a testemunhar como a investigar e conjecturar» (Catroga 2009: 60). A obra de Heródoto é um exemplo claro de como em *historein* e *semainein* se cruzam e concentram os saberes antigos e os novos. São dois gestos que marcam a prática do primeiro historiador e lançam a “evidência da história”, pois permitem-lhe ver claro mais longe, para lá do visível, no espaço e no tempo (cf. Hartog 2005: 73).

Tucídides também coloca o olhar no centro da sua atividade, a sua epistemologia está fundada na *autopsia*, mas rejeita a palavra *historia* em favor do verbo *syngraphein*<sup>47</sup>. *Historein* e *semainein* não são pretensões suas. Não almeja ser como o aedo nem como o adivinho ou o *histor* e, no entanto, ele dá origem a um novo tipo de *histor*, um novo “mestre da verdade”<sup>48</sup>. A sua obra não se

---

<sup>46</sup> O aedo e o adivinho eram dois dos “mestres de verdade”, na Grécia arcaica. O outro era o rei que administrava a justiça (vide Marcel Detienne, *Les Maîtres de Vérité dans la Grèce archaïque*, Le livre de Poche, Paris, 2006).

<sup>47</sup> A recusa do termo *historein* e seus derivados lexicais tende a ser vista como uma forma de afastamento relativamente à prática de Heródoto. Na verdade, o facto de Tucídides não se referir à sua obra como *historia* e ao seu ofício como *histor* pode ter uma outra justificação: é que na época os termos ainda não existiam como nomenclaturas técnicas para classificar o tipo de trabalho a que Tucídides se devota. Logo, se a sua intenção era evitar qualquer associação com a obra de Heródoto, não há provas que o corroborem. Certo é que o termo só veio a adquirir por completo o significado técnico que lhe conhecemos com Platão e, sobretudo, com Aristóteles, responsável pela distinção genológica entre poesia e história e pela cunhagem técnico-semântica do termo.

<sup>48</sup> «L’héritage légué par Thucydide avec son insistance sur le contrat de vérité est resté au cœur de la vocation historique ainsi que son souci de la démonstration qui anime le récit factuel, véritable opérateur d’un choix conscient pour étayer l’hypothèse à vérifier auprès du lecteur» (Dosse 2000: 15).

apresenta como a exposição de uma *historia*, mas como uma inscrição, uma redação ou composição para sempre<sup>49</sup>. Connor (1984), Loraux (1986), Edmunds (1993) e Crane (1996) realçam o valor semântico deste verbo e o que ele representa como reivindicação de autoridade e como mudança de paradigma. O verbo *syngrapho* concentra as ideias de “organizar por escrito” algo que já existia noutra forma, e era usado para descrever a composição de um trabalho em prosa. Connor, na senda de Edmunds (1993), especifica o tipo de trabalhos a que se refere este verbo: «Contemporary uses of this verb and its cognates refer for the most part to technical works or those with few literary pretensions» (1984: 28). No seu sentido literal, o verbo não remetia para as ideias de criação ou imaginação. Usava-se para referir acordos diplomáticos, documentos legais ou constitucionais, contratos, obras de caráter técnico – como tratados de medicina, planos arquitetónicos, tratados de retórica e narrativas históricas.

A linguagem escrita não tinha no século V o mesmo prestígio que haveria de conhecer no século seguinte, mas o seu papel na sociedade estava a mudar rapidamente<sup>50</sup>. Duas formas de escrita influenciaram indelevelmente a prosa tucidiana. A primeira e mais evidente foi a retórica, cujas técnicas permitiram a Tucídides compor os diálogos. O poder de abstração e de argumentação deste tipo de discurso permitiu-lhe converter os seus discursos em explorações generalistas do poder, do risco e da oportunidade. Questões como a justiça, o medo, o interesse próprio, a reputação, a intimidação, a conquista do poder, os cálculos de risco ganham um significado universal. No entanto, Crane (1996: 8) deteta uma outra importante influência discursiva. Os documentos administrativos que proliferavam na Atenas democrática do século V serviram de arquétipo para a narrativa<sup>51</sup>. Estes documentos forneceram-lhe um modelo narrativo que

---

<sup>49</sup> «Thucydides thus chose to write about things that would be useful (*ôphelima*) to later readers. For a topic to retain its future usefulness, however, it must lend itself to representation in written prose, because the text must stand by itself and, as much as possible, contain its own evidence» (Crane 1996: 7).

<sup>50</sup> Sobre o prestígio da linguagem escrita e a sua proeminência na Atenas do século V sugerimos a leitura de Crane 1996: 9-26.

<sup>51</sup> «The burgeoning rhetoric of administrative documents provided Thucydides with an additional model. If the speeches drew upon openly tendentious rhetorical techniques, Thucydides could find a model for others aspects of his history in the growing number of state documents, some of which were beginning to find their way onto stone inscriptions. The conservative “Old Oligarch” saw the administrative energy at Athens as a profoundly democratic, and thus politicized, activity, designed to enrich the common people (Pseud-Xen., *Const. of the Athenians* 3.1-3)» (Crane 1996: 8).

se arrogava de neutralidade e objetividade. Nestes registos e decretos oficiais do estado ateniense, Tucídides encontrou não apenas um meio para descrever os grandes acontecimentos de um império, mas também a “subtil retórica da objetividade” (ibid.), segundo a qual o texto apresenta “apenas os factos” (“just the facts”) e assim se autoproclamava uma transparente (e autorizada) representação do mundo. Com efeito, enquanto procurava desenvolver a sua própria visão do discurso histórico, os documentos oficiais do estado não só serviram de fontes documentais para Tucídides como de modelos de representação de informação “factual”. Este tipo de documentos oficiais, que pululavam na Atenas do século V, tinha a particularidade de tentar reduzir a experiência humana (aparentemente) a inequívocas formas burocráticas.

A *História* de Tucídides é mais do que um brilhante exemplo de firme e penetrante análise, é uma exploração da forma que essa análise deveria assumir. O historiador deve decidir que tópicos merecem consideração. Por conseguinte, Tucídides faz mais do que simplesmente estabelecer uma determinada forma de autoridade que se apresenta como uma representação transparente dos factos; ele estabelece também a relevância dos factos, por inclusão ou exclusão. Ou, como diz Crane: «he established a kind of discourse that shaped historical analysis by exclusion as well inclusion» (1996: 22). Além do mais, é este o núcleo de tese de Crane, esta exclusão é expressa na metáfora do “olho cego” que dá título à sua obra: Tucídides excluiu da sua narrativa as mulheres e os laços familiares, entre outros: «Thucydidean narrative systematically excludes from historical discourse not only women, but all kinship ties, not only references to gods and divine causality, but descriptions of sanctuaries as political centers and of sacred space as inviolate [...]» (ibid.). Operando assim, Tucídides estava apenas a adaptar o seu objeto de estudo às potencialidades e limitações do seu meio de expressão: «the abstractions of rhetoric and the cold facts of administrative documents can, in part, justify the selection of some topics and not others» (ibid.).

O texto de Tucídides pretende ser uma “aquisição para sempre” (κτῆμά τε ἐς αἰεῖ), mas, para que o seu valor perdure, o autor deve jogar com os limites da escrita. O seu texto deve florescer não apenas sob o alcance da sua própria voz, mas até sem o dinamismo da performance em público. As epopeias de Homero e Heródoto podem sobreviver no palco entre o oral e o escrito, tendo o texto como suporte para a performance oral. Os seus textos podem apenas ser lidos, mas um rapsodo treinado acrescentar-lhe-á uma carga emocional e intelectual que agrada ao público e tornará a audição mais aprazível. Isto não

pode acontecer com o texto de Tucídides. Por isso, ele o criou apenas para ser completamente compreendido pelo leitor reflexivo<sup>52</sup>.

Expondo a sua investigação, Heródoto não tem como objetivo primordial a verdade, o que não significa que tenha intenção de mentir, apenas está livre para reproduzir fielmente as várias versões que ouviu (*atrekeia*), ao passo que Tucídides ao “escrever para sempre” excluía os testemunhos não comprovados (*akribeia*) e concentrava-se sobretudo na apresentação final do produto da sua investigação<sup>53</sup>. É errado concluir que o historiador de Halicarnasso acreditava em tudo o que relatou ou pretendia que o seu público acreditasse, mas julgava que o seu dever de narrador é relatar o que se diz, o que significa, por vezes, privilegiar (até pela ordem da exposição) a versão que lhe parece mais credível. Uma das provas que frequentemente dá do seu saber, logo, da sua credibilidade, é o número de versões que conhece do mesmo acontecimento, contentando-se, por vezes, em dizer que recolheu outras mas não as expõe, ou seja, sabe mais do que o que diz, deixando essa reserva de saber como meio de conferir credibilidade ao narrador. Ele é, portanto, o garante dos vários *logoi* que apresenta. Quando a história se torna ή ζήτησις τής ἀληθείας, o narrador retira-se. Contrariamente a Tucídides, que se esconde para deixar os factos falarem por si próprios, o narrador das *Histórias* é omnipresente. Sendo direta ou indiretamente o único sujeito de enunciação, assume-se como a garantia única dos seus múltiplos dizeres, pois ele é o que faz ver e dá a saber o que do passado estava oculto, logo, aquele que *semainein*.

Diferença não negligenciável entre a escrita de Heródoto e a de Tucídides é que uma é vocacionada para a recitação oral e a outra para a leitura privada:

Herodotus composed a massive script, a book that could be read but that appeared in an oral world, and that was designed for performance. Herodotus' *Histories* belong, like Svenbro's Phrasikleia inscription, to a world in which the text does not “speak”, but still looks for the reading voice to give it expression. Thucydides composed a book far better suited to stand by itself, to exist as a separate and independent artifact [Crane 1996: 3].

Heródoto também se coloca por trás do seu trabalho, escrutinando, detetando contradições, criticando e apresentando hábeis argumentos assentes em

<sup>52</sup> Nesse sentido, o historiador ateniense terá sido extremamente sensível ao texto enquanto artefacto: «Thucydides, more than any author who had preceded him, was sensitive to his text as a written artifact – as marks scratched on a papyrus, unrolled and scanned by the eye» (Crane 1996: 7).

<sup>53</sup> Vid. Crane, 1996, 50-65: «Herodotus' *Atrekeia* versus Thucydidean *Akribeia*».

provas. As suas *Histórias* são uma poderosa afirmação do tipo de desenvolvimento em lógica e racionalidade que a escrita viabilizou. Não importa quão labiríntica a sua obra possa parecer, ela é realmente coerente e intencional, composta para transmitir uma mensagem aos seus ouvintes (Hunter 1982: 294). Escrever permitiu a Heródoto algum nível de abstração. Mas não totalmente. Sempre teve implícito, no processo de composição, o cenário, o contexto da recitação. Não podia ignorar os ouvintes virtuais, as suas expectativas e necessidades. Na verdade, o seu trabalho, sendo eminentemente oral, aparece sob a forma de escrita e, nesse sentido, representa um avanço na evolução da prosa histórica. Tucídides herda as qualidades do seu antecessor – ceticismo, lógica, racionalidade –, o seu texto é igualmente coerente e intencional, transmitindo uma mensagem para sempre aos seus leitores e à posteridade. Todavia, consegue um nível de abstração ou de descontextualização muito superior, por colocar fora do horizonte da escrita a audiência. O estudo da sua obra permite aos seus leitores encaminharem-se para a verdade. Os homens podem ser enganados pelos dotes de oratória de oradores que apelam às suas emoções e desejos e recorrem a todos os truques que a retórica lhes oferece. Tucídides ter-se-á apercebido de como a retórica pode ter efeitos perversos se usada em função de interesses e ambições pessoais ou com outras más intenções, por isso se aplica na descoberta de um meio para distinguir verdade de ilusão<sup>54</sup>. Esse meio encontra-o na redação dos discursos, como já antes tivemos oportunidade de frisar. Ao partilhar com os seus leitores as decisões dos protagonistas da sua *História*, tenta mostrar-lhes como aprender com as experiências do passado. Os seus leitores aprenderão que a base do conhecimento não está em palavras ou discursos que podem tanto iludir como persuadir, mas em discursos que têm em consideração as anteriores experiências (*paradeigmata*) do género humano que a sua *História* dá a conhecer. No fundo, a mensagem que Tucídides pretende transmitir é a seguinte: “leiam a minha obra e aprenderão a não se deixarem iludir pelos artificios da retórica; leiam a minha obra e aprenderão a distinguir a verdade da ficção”. «Here is a deliberate epistemology» – conclui Hunter (1982: 295). Mesmo aqui não há uma rutura total com Heródoto, porquanto este já tivera como preocupação ensinar os seus ouvintes a extrair o *logos* da *doxa* e a aprender por analogia com os exemplos do passado. Veja-se o exemplo do conselho de Artabano a Xerxes. Ou seja, de certa forma, Heródoto também

---

<sup>54</sup> «Having experienced the devastating effects of rhetoric, used by the epigones to further their own private interests and ambitions, the rhetoric that led to bad decisions, Thucydides concerned himself with the way in which it was possible to distinguish truth from deception» (Hunter 1982: 295).

estava preocupado com a verdade. Só que entretanto a retórica entrou em cena e revelou-se demasiado ameaçadora da verdade para Tucídides. A má utilização da palavra tornou patente as potencialidades e limitações da oralidade. Contra este perigo não bastava apenas ensinar com recurso a exemplos, era preciso ensinar os seus leitores a raciocinar e a fazer previsões corretas, imunizá-los conta a ilusão. Para levar a cabo esta tarefa, transformou o modo comunicativo («he transformed the communicative mode» [ibid.: 296]). «O resultado é um nível de consciência epistemológica que é equivalente a uma disciplina cognitiva» (ibid.). A sua *História* é, pois, o testemunho das possibilidades da escrita, possibilidades que ele explorou ao máximo. Hunter termina dizendo que Tucídides podia ter dedicado o seu trabalho a Heródoto, porquanto o seu propósito de rigor metodológico visava assegurar que a mensagem do seu antecessor não se perdia.

E, de facto, se as primeiras frases de ambos mostram alguma rutura, também são eloquentes na demonstração de continuidade. Ambos os historiadores escolheram como tema um acontecimento extraordinário, uma guerra, tema que foram beber à epopeia homérica. Heródoto pretendia fazer para a guerra entre Gregos e Bárbaros o que Homero tinha feito para a guerra de Troia. Inspirado pela Musa, o aedo que relata a *Iliada* “via” o que se passava entre os Aqueus e os Troianos. Heródoto, exilado, também se dá por missão narrar os feitos bélicos dos dois oponentes. Tucídides, depois de uma campanha desastrosa, encontra no exílio essa mesma possibilidade de assistir aos acontecimentos nos dois campos.

Pela minha parte, sempre me lembro, desde o início da guerra e até ao seu fim, ser afirmado por muitos que ela devia durar três vezes nove anos. Vivi-a do início ao fim, em idade de me dar bem conta dela e devotando o meu pensamento à obtenção de informações exatas; aconteceu-me, pois, ser exilado da minha pátria durante vinte anos, após ter sido general contra Anfípolis, e ao assistir às ações de ambas as fações e não menos às dos Peloponésios, graças ao meu exílio, com calma pude aperceber-me um pouco mais das coisas [Tucídides: V. 26. 4-5]<sup>55</sup>.

O preço desta disponibilidade e desta abertura para o aedo, a fazer fé na tradição, era a cegueira, para os historiadores o exílio. A cegueira para um era

---

<sup>55</sup> [4] αἰεὶ γὰρ ἔγωγε μέμνημαι, καὶ ἀρχομένου τοῦ πολέμου καὶ μέχρι οὗ ἐτελεύτησε, προφερόμενον ὑπὸ πολλῶν ὅτι τρεῖς ἐννέα ἔτη δεοὶ γενέσθαι αὐτόν. [5] Ἐπεβίων δὲ διὰ παντὸς αὐτοῦ αἰσθανόμενός τε τῇ ἡλικίᾳ καὶ προσέχων τὴν γνώμην, ὅπως ἀκριβές τι εἴσομαι: καὶ ξυνέβη μοι φεύγειν τὴν ἑμαυτοῦ ἔτη εἴκοσι μετὰ τὴν ἐς Ἀμφίπολιν στρατηγίαν, καὶ γενομένων παρ’ ἀμφοτέρους τοῖς πράγμασι, καὶ οὐχ ἦσσαν τοῖς Πελοποννησίων διὰ τὴν φυγὴν, καθ’ ἡσυχίαν τι αὐτῶν μᾶλλον αἰσθῆσθαι.

sinónimo de imparcialidade, o exílio para outros era condição de imparcialidade<sup>56</sup>.

Esta imparcialidade é sobejamente enaltecida por Hannah Arendt, que vê nela «o mais elevado tipo de objetividade que conhecemos»<sup>57</sup>. Uma objetividade de fazer inveja a quase todas as historiografias nacionais da Idade Moderna, por estas não conseguirem, como as gregas, evitar o favorecimento do próprio povo, evitar a alternativa entre vitória e derrota (como se desse arbítrio dependesse a objetividade histórica) e evitar a interferência da vitória com o que se acredita ser digno de louvor e imortalização. Arendt reconhece, depois, que em Tucídides a objetividade herdada de Homero e Heródoto conquista um novo e elevado patamar pela introdução dos discursos, na medida em que estes permitem o confronto dos vários pontos de vista e uma maior abertura à opinião do outro: «os discursos nos quais Tucídides expõe as posições e os interesses das partes em conflito constituem ainda um testemunho vivo do extraordinário alcance desta objetividade» (2006: 65).

Ainda segundo Arendt, a falta das condições da imparcialidade homérica e da objetividade tucididiana na época moderna foi a principal razão para o obscurecimento da moderna discussão sobre a objetividade nas ciências históricas. A imparcialidade homérica assentava no pressuposto de que tudo o que é grandioso é autoevidente, possui um fulgor próprio que o poeta e, depois o historiador, apenas têm de preservar, evitando a sua corrupção temporal<sup>58</sup>. Este conceito de grandeza dificilmente poderia ter sobrevivido na era cristã, pela razão de que para os cristãos «nem o mundo nem o sempre recorrente ciclo da vida são imortais, apenas o indivíduo isolado o é. O que passa é o mundo, os

---

<sup>56</sup> A lista de historiadores gregos importantes que se exilaram de forma voluntária ou forçada das suas cidades para escrever é extensa: para além de Heródoto e Tucídides, há que nomear Xenofonte, Ctésias, Teopompo, Filisto, Timeu, Políbio, Dionísio de Halicarnasso e Posidónio. Era certamente mais fácil obter informações exatas sobre um tema vasto e ser imparcial quando se tinha a liberdade de movimento de um exilado.

<sup>57</sup> «A imparcialidade, e com ela toda a historiografia, surgiu no mundo quando Homero decidiu cantar tanto os feitos dos Troianos como os dos Aqueus, e exaltar tanto a glória de Heitor como a grandeza de Aquiles. Nesta imparcialidade homérica, a que Heródoto deu seguimento quando se abalançou a impedir que “os grandes e admiráveis feitos dos gregos e dos bárbaros ficassem sem o seu justo tributo de glória”, reside ainda o mais elevado tipo de objetividade que conhecemos» (Arendt 2006: 65).

<sup>58</sup> «Durante a sua breve existência, os grandes feitos e as grandes palavras eram, na sua grandeza, tão reais como uma pedra ou uma casa: quem quer que estivesse presente não podia deixar de os ver ou de as ouvir. A grandeza era facilmente reconhecida como aquilo que por si mesmo aspira à imortalidade» (Arendt 2006: 66).

homens viverão para sempre» (ibid.: 66). A objetividade tucidiana, pelos motivos evocados – a deslocação do foco central da história para o interesse pessoal, predominante na filosofia política moderna –, foi, assim, votada ao abandono<sup>59</sup>.

#### 4. *KTEMA ES AEI*

Heródoto herda da epopeia a economia do *kleos*, renome, que fixava o estatuto e a função da palavra épica. Retomando o tema do *kleos*, o historiador estava a prolongar o canto do aedo num mundo política e socialmente bastante mudado, mas o seu objetivo não é, como o aedo, oferecer com o seu canto, aos deuses e aos mortos heroicos, um *kleos* imortal, é, segundo Hartog, um pouco menos ambicioso, consistindo somente em impedir que o esquecimento produzido pelo tempo deixe sem renome (*aklea*) as *erga* grandiosas e admiráveis de homens que nenhuma palavra autorizada toma já a seu cargo. Há, pois, continuidade e rutura entre as *Histórias* e a epopeia: «Dans le glissement de la positivité du *kléos* au simple adjectif privatif *aklea* se marquent en même temps la référence et l'appel à la parole épique et une rupture par rapport à elle» (Hartog 2005: 68).

Escolhendo como tema a maior de todas as guerras, Tucídides já não tem em mente *kleos* mas *ktema*. E Hartog descortina o quanto esta passagem é significativa.

Du *kléos* au *ktéma* le déplacement est sensible. Le temps de l'épopée est bien terminé. Il ne s'agit plus désormais de préserver de l'oubli les actions valeureuses, mais de transmettre aux hommes de l'avenir un instrument d'intelligibilité de leur propre présent: la guerre du Péloponnèse, constituée par son premier (mais aussi, en un sens, dernier) historien en idéal-type. Elle n'est nullement un instrument de prévision de l'avenir, mais elle se veut outil de déchiffrement des présents à venir, car, compte tenu de ce que sont les hommes (*to anthroponon*), d'autres crises analogues ne manqueront pas d'éclater dans le futur. Pour Thucydide, cette perma-

---

<sup>59</sup> «No nosso contexto, isto significa que o modelo de objetividade praticada por Tucídides, por muito admirada que possa ser, não possui já qualquer fundamento na vida política real. Uma vez que fizemos da vida a nossa suprema e principal preocupação, deixou de haver espaço para qualquer atividade baseada no desprezo pelo nosso próprio interesse vital. O desapego pode ainda ser uma virtude religiosa ou moral, mas dificilmente pode ser uma virtude política. Sob tais circunstâncias, a objetividade deixou de ser validada pela experiência, divorciou-se da vida real e converteu-se nesse assunto académico, “sem vida”, que Droysen acertadamente denunciou como objetividade do eunuco» (Arendt 2006: 66).



nence de la nature humaine fonde en effet l'exemplarité de ce conflit (commencé en 431 et achevé en 404, entrecoupé de périodes de trêve), mais nommé par lui – pour toujours – *La guerre du Péloponnèse* [ibid.: 74-75].

A citação é longa; justifica-se, porém, a sua transcrição integral pela concentração de informações que contém, as quais pretendemos agora esmiuçar. O que está em causa é uma das mais célebres e discutidas expressões de Tucídides e que vai ao encontro do que dissemos anteriormente sobre a forma como os Gregos entendiam a natureza e a história. Começemos por recordar o contexto da expressão que traduzimos – em linha com a tradução para francês de Jacqueline de Romilly – por “tesouro para sempre” – sabendo que, em vez de tesouro, há quem diga “aquisições” ou “lições”:

Provavelmente, o caráter não fabuloso dos factos relatados fá-los-á parecer menos agradáveis ao ouvido: mas julgue-os úteis quantos queiram ver claro nos acontecimentos do passado e nos que, no futuro, em virtude do caráter humano que é o seu, apresentarão similitudes ou analogias, e isso para mim será suficiente. Compôs-se um tesouro para sempre [κτῆμά τε ἐς αἰεῖ] mais do que um recital para um auditório momentâneo [Tucídides: I. 22. 4].

A conceção utilitária de história (κτῆμά τε ἐς αἰεῖ), que fundamenta o trabalho de Tucídides, permite-nos abrir aqui um espaço de reflexão em várias frentes, todas faces do mesmo objeto poliédrico: a conceção grega da natureza humana; a história como *magistra vitae*; a espinhosa questão das generalizações em Tucídides; e, por fim, associada a esta e às anteriores, a conceção tucidiana e grega de tempo.

A obra de Tucídides é, em primeiro lugar, uma aquisição para sempre no sentido em que, tratando-se de uma história do presente, está escrita para sempre e, por conseguinte, não admite reescrita, pelo menos uma reescrita agarrada ao presente; em segundo lugar, sendo a história dos homens mutável e forçosamente a mesma, este relato verídico permitirá não predizer mas ver claro (τὸ σαφὲς σκοπεῖν), quando no futuro outras crises como esta sobrevierem.

Os Gregos não concebiam nenhuma espécie de *logos* imanente aos acontecimentos ou uma qualquer lógica autossuficiente que comandasse do futuro a irreversibilidade do devir universal, como defenderão as futuras filosofias da história. Não obstante, este facto não invalida que Tucídides atribua à escrita da história uma eminente função social. Assistindo ao declínio do império ateniense, o historiador pretende retirar daí ensinamentos políticos e bélicos que possam ajudar os vindouros a perceber o seu próprio presente, consciente que está que no futuro os acontecimentos, em virtude do seu caráter humano, apre-

sentarão similitudes ou analogias com os acontecimentos do passado. Tucídides não está a pensar, obviamente, em leis científicas, como aquelas que perseguiu a história do século XX, nem numa sociologia da guerra, mas simplesmente em semelhanças intemporais, em generalidades que, segundo Jacqueline Romilly, não se podem enunciar adequadamente fora da narrativa histórica e, por isso, não possuem estatuto de lei (Romilly 2005: 28).

Ricœur, numa das vezes em que se refere a Tucídides, integra estas lições tucididianas na categoria de “estados de coisas”. Nós recordamos o que fizemos, sentimos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Mas há todo um leque de casos típicos que se estende entre os dois extremos das singularidades evenemenciais e das generalidades, que se designam por “estados de coisas”. Os estados de coisas não se cingem a generalidades abstratas nem a noções. São factos adquiridos e aprendidos, ou, de acordo com o desejo de Tucídides, factos elevados ao estatuto de “aquisições para sempre”. É assim que «os acontecimentos tenderão, sob o regime do conhecimento histórico, a integrar a categoria de “estados de coisas”» (Ricœur, *MHO*, 29) e a transformar os factos que a memória reteve numa sabedoria intemporal acerca do ser humano, nas suas relações com os outros, o poder e a morte.

As proposições de Tucídides são de um valor incomensurável. Para além de corroborarem as meditações de Hannah Arendt sobre a utilidade da história como móbil de imortalização dos feitos humanos; remetem-nos para um outro tema, intimamente associado ao anterior, que marca indelevelmente toda a historiografia ocidental até ao século XVIII. Falamos da função pedagógico-social da história, consumada no famoso aforismo ciceriano *historia magistra vitae*<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> «Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati comendatur» (Cícero 2002, II c. 9, c. 36 e c. 12, c. 51). Para uma história do conceito “*historia magistra vitae*” vide Koselleck, 1990: 37-62. Segundo Koselleck, o uso da fórmula ciceriana, que foi quase ininterrupto até ao século XVIII, tem como pressuposto uma compreensão anterior e universal das possibilidades humanas numa continuidade histórica geral. Quer isto dizer a crença que «a história pode conduzir os contemporâneos ou as gerações seguintes a tornarem-se mais inteligentes ou relativamente melhores» (ibid.: 38), desde que se mantenham as condições. Ou seja, até ao século XVIII, o emprego desta fórmula é um «sinal infalível da permanência da natureza humana, cujas histórias se prestam perfeitamente a servir de provas sempre reutilizáveis de ensinamentos morais, teológicos, jurídicos e políticos» (ibid.: 39). Mas a polivalência da sentença advém ainda da crença numa semelhança potencial entre os eventos terrestres: «Quando um acontecimento social tinha lugar, ele fazia-se tão lentamente, sobre um tão longo termo, que a utilidade dos exemplos passados continuava inteiramente válida. A estrutura temporal da história traçava os limites de um campo contínuo de aprendizagens possíveis» (ibid.).

Na verdade, a célebre fórmula greco-romana segundo a qual a história é mestra da vida só se entende à luz dos fundamentos da mentalidade grega que atrás expusemos: o ritmo do cosmos, a raiz aistórica da natureza humana e a fama perpetuada pela escrita; em suma, a constância dos comportamentos humanos ao longo da história. Mas que pretendia Cícero ao certo revelar com esta afirmação? Que a história, na qualidade de *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae*, devia fornecer à oratória uma compilação de exemplos pedagógicos de molde a obter o mesmo efeito retórico desta. Cícero resumia nestes três vetores, estreitamente ligados entre si, a expressão dos ensinamentos de Heródoto e a utilidade que Tucídides outorgou à sua *História da Guerra do Peloponeso* ou a convicção de que, independentemente dos indivíduos concretos, vivos ou por vir, a “ideia-tipo” que estrutura a sua obra continuará válida, pois a natureza humana mantém-se constante.

O livro de Tucídides não se limita a descrever acontecimentos do século V a. C., é também seu propósito servir de modelo para a compreensão dos que, no futuro, e em virtude da repetição cíclica e da eternidade da natureza humana, virão a ser semelhantes ou análogos. Estes princípios são claramente referidos em II. propósito da desordem moral provocada pela guerra civil. Aí, o historiador introduz uma importante nuance: apesar de conceber a estabilidade da natureza humana, deixa uma margem para os imprevistos (*tyche*) e para as possíveis variações que no futuro poderão ocorrer, salvando o ser-humano do fatalismo absoluto<sup>61</sup>.

Abateram-se muitos males sobre as cidades durante a guerra civil, males que acontecem e sempre acontecerão enquanto a natureza dos homens for esta, piores ou mais brandos e cambiando de forma consoante as mudanças que ocorram em cada circunstância [II. 82. 2]<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> «Ela contava o que já foi, com o fito de lembrar, à luz dos ritmos cíclicos, ou da repetição do que é característico da natureza humana, o que poderá vir a acontecer, mostrando que, não obstante ao homem só ser dada uma pequena margem para fugir ao destino, a *tyche* não conduziria ao fatalismo absoluto, e o fado que preside à vida humana só teria um poder destruidor, porque, tal como se mostrava na tragédia, o homem é habitualmente cego em relação aos seus ditames, não sabendo formular as opiniões corretas que, sem se cair na *hybris*, permitem evitar os seus golpes decisivos (Catroga 2006: 14)».

<sup>62</sup> «[2] και ἐπέπεσε πολλά και χαλεπά κατὰ στάσιν ταῖς πόλεσι, γιγνόμενα μὲν και αἰεὶ ἐσόμενα, ἕως ἂν ἡ αὐτὴ φύσις ἀνθρώπων ἦ, μᾶλλον δὲ και ἡσυχαιτέρα και τοῖς εἶδεσι διηλλαγμένα, ὡς ἂν ἕκασται αἰ μεταβολαὶ τῶν ξυντυχῶν ἐφιστῶνται. ἐν μὲν γὰρ εἰρήνη και ἀγαθοῖς πράγμασιν αἱ τε πόλεις και οἱ ἰδιῶται ἀμείνους τὰς γνώμας ἔχουσι διὰ τὸ μὴ ἐς ἀκουσίους ἀνάγκας πίπτειν: ὁ δὲ πόλεμος ὑφελὼν τὴν εὐπορίαν τοῦ καθ' ἡμέραν βίαιος διδάσκαλος και πρὸς τὰ παρόντα τὰς ὀργὰς τῶν πολλῶν ὁμοιοῖ».

Este excerto está em consonância com a descrição que Hannah Arendt fez da mentalidade grega. Podemos ler nas suas entrelinhas que a natureza é cíclica, por isso sempre ocorrerão males e haverá guerras, mas o movimento humano é retilíneo e, por isso, cada mal e cada guerra trará consigo acontecimentos diferentes. No entanto, indo do presente para o futuro, o intuito não era a previsibilidade, mas antes a compreensão e explicação dos presentes por vir depois de ocorridos, pois, em virtude da “coisa humana” (κατὰ τὸ ἀνθρώπινον), não faltarão no futuro crises análogas às do presente<sup>63</sup>. A natureza humana (φύσις ἀνθρώπων) acaba por ser a fundamentação para esta capacidade de análise futura e, ao mesmo tempo, a explicação mais geral para os acontecimentos<sup>64</sup>. No contexto da peste, e antes de avançar para a descrição da epidemia, o historiador insiste novamente na margem de imprevisibilidade do futuro. Porque a natureza é repetitiva, ele sabe que a epidemia poderá sobrevir novamente, por isso deixa uma série de indicações para o seu conhecimento em caso de nova ocorrência, mas não garante a sua repetição. A conjunção condicional “se” (εἴ) faz aqui toda a diferença: «Eu direi como é que esta doença se apresentou; os sinais a observar, para melhor se poder, se ela voltar a aparecer, aproveitar um saber prévio e não ficar diante do desconhecido» (Tucídides: II. 48. 3)<sup>65</sup>.

Estas sentenças são, a nosso ver, a melhor ilustração da utilidade (e da inerente ambiguidade) que Tucídides pretende atribuir à sua obra: descrevendo a epidemia da guerra, o historiador parece estar a fornecer aos vindouros um

<sup>63</sup> *The human thing* é o título da obra de Marc Cogan (1981) e pretende ser a tradução da expressão tucididiana τὸ ἀνθρώπινον, a qual, de acordo com o autor, relaciona a utilidade da história com a apresentação de princípios universais que foram a causa dos acontecimentos humanos: «The ultimate utility of his history, according to Thucydides himself, lay in its presentation of a universal principle which was the cause, and explanation, of human events. His history, he says, will be useful because the same actions or ones much like them will occur again, κατὰ τὸ ἀνθρώπινον – in accordance with “the human thing”. As the significance of the history (in Thucydides’ terms) and its utility depend on this, so must our goal be the understanding of that “human thing” which was for Thucydides both the principle of the history he wrote and the principle of all human action» (ibid.: xvii).

<sup>64</sup> «Ainsi, la lecture de *l’Histoire de la Guerre du Péloponnèse* constitue un véritable enseignement philosophique qui permet de saisir les principes les plus généraux qui gouvernent la nature humaine. Thucydide ne manque jamais d’insister sur ce fond commun qui unit tous les hommes dans un même destin; il multiplie les expressions telles que: «l’homme est par nature...», «les hommes ont coutume de...». Il y a une nature humaine et il est possible d’en dégager les caractères» (Châtelet 1962: 233).

<sup>65</sup> «ἐγὼ δὲ οἷόν τε ἐγίγνετο λέξω, καὶ ἀφ’ ὧν ἂν τις σκοπῶν, εἴ ποτε καὶ αὔθις ἐπιπέσοι, μάλιστα ἂν ἔχοι τι προειδῶς μὴ ἀγνοεῖν, ταῦτα δηλώσω αὐτὸς τε νοσήσας καὶ αὐτὸς ἰδὼν ἄλλους πάσχοντας».

guia que lhes permitirá reconhecer uma guerra presente, mas não diz para que serve esse reconhecimento: para prevenir, para prever, para curar a “doença” da guerra? Em 1969, Adam Parry publicou um ensaio fundamental sobre este assunto (*The language of Thucydides’ description of the plague*), onde, para além de fazer um apanhado das principais teses publicadas sobre a utilidade da descrição da epidemia, refuta os que defendem o cariz técnico e científico da linguagem tucidiana com base na tese de que o historiador emprega termos médicos retirados dos escritos hipocráticos. Deixando para já esta segunda questão de parte, convém dizer que os estudiosos de Tucídides não eram consensuais quanto ao que o historiador terá querido dizer com este prólogo à peste. Basicamente, eles dividem-se em dois grupos. Os otimistas sustentavam que Tucídides queria formular leis gerais sobre o comportamento humano, que permitissem a um futuro homem de estado desempenhar bem a sua missão. Os pessimistas defendiam que Tucídides estava apenas interessado em revelar aspetos permanentes da condição humana, sem com isso pensar que o sofrimento e a destruição que a sua obra com tanto realismo narra pudessem no futuro ser evitados. Eles são uma doença para sempre, sem cura. Parry também não encontra nenhuma intenção terapêutica ou prática nas proposições de Tucídides. A utilidade da sua obra consiste em oferecer ao leitor uma imagem clara dos factos.

Jacqueline Romilly, apesar de ser um dos alvos “otimistas” visados por Parry, assume uma posição que se pode considerar “pessimista”. Num famoso artigo publicado em 1956, *L’utilité de l’histoire selon Thucydide* (2005: 15-30), põe de parte qualquer interpretação que vá no sentido da previsão ou de aplicação prática, pondo a tónica no simples conhecimento:

[...] il faudrait mettre à part deux idées, qui, en réalité, ne trouvent nullement place dans le “programme” de Thucydide: ce sont celles d’une prévision de l’avenir et d’une utilité pratique. Thucydide ne mentionne ni l’une ni l’autre. Il parle bien d’utilité dans le domaine de la seule connaissance; il parle bien d’événements “à venir” – mais qu’il s’agit seulement de comprendre une fois qu’ils seront révolus [2005: 15-16].

Hornblower também rejeita qualquer intenção curativa ou moral na utilidade que Tucídides outorga à sua *História*, mas reconhece-lhe uma função de providência<sup>66</sup>. Todavia, Romilly não tem dúvidas: as únicas previsões que a

---

<sup>66</sup> Explorando as semelhanças entre as utilidades dos ofícios do historiador e do médico, começa por acentuar as variações circunstanciais de que fala Tucídides: «It is true, though, that there are assumptions in common between Thucydides and the doctors about the

*História* de Tucídides permite são as veiculadas pelos discursos, que são «verdadeiros modelos de previsão» (ibid.: 17), na medida em que mostram os oradores jogando em antecipação, isto é, raciocinando no sentido de prever ou calcular o futuro desenvolvimento dos factos. Nós compreendemos por quê Atenas, Esparta, Corinto, Nícias, Demóstenes agiram da forma como agiram em determinada circunstância: diante de uma determinada conjuntura e de uma finalidade – independência, vitória – quase evidente, a decisão resulta de um cálculo<sup>67</sup>. A narração posterior virá confirmar ou infirmar os cenários previstos

---

purpose of their activities. The doctors did not merely gather together case-histories; they hoped that their collection of materials would be useful in identifying and treating disease, and that the *technê* would thus slowly advance. ([...] the physician must practice *pronoia*, ‘forecasting’; he ‘will carry out the treatment best if he knows beforehand from the present symptoms what will take place later’.) All this resembles Thucydides’ famous sentence about the plague [II. 48.3.] ‘I shall describe its character and shall provide information to enable anybody to recognize the symptoms beforehand if it should ever break out again’. Like the medical writers [...] Thucydides is aware that a phenomenon may vary in its character according as attendant circumstances change; he says that the *eidê* (forms) of stasis vary with changes in the accompanying phenomena (Hussey compares this to ‘boundary conditions’ in modern physics)» (2009: 83). Depois enfatiza uma diferença significativa: as descrições de Tucídides não têm qualquer intenção moral ou curativa, ao contrário das do médico: «But if the job of the doctor is to ‘help or at least not to harm’, as Nicias puts it, does Thucydides see it as his job to improve the reader? The answer must be an emphatic ‘no’. There is no moralizing tendency of his kind in Thucydides; and this sets him apart from most other historians of Greco-Roman antiquity» (ibid.). Finalmente, a utilidade da sua história é *puramente intelectual*, e isso significa que é um instrumento para auxiliar homens de estado a *prever* e interpretar; instrumento válido para sempre, desde que se tenha em conta as mudanças circunstanciais: «Thucydides’ idea of ‘usefulness’ is, by contrast, *purely intellectual* (though medical diagnosis is of course a largely intellectual business also). Statesmen need to be able to predict and to interpret. Thucydides’ account of the Peloponnesian war will be useful for such men, and for anybody who wishes to be clear about the past; and about future events, because the constancy of the human condition means that patterns are likely to recur. That is all. There is no program of moral education here, no suggestion that Thucydides sees his job as the improvement of the soul or (to put it less grandly) the behavior of human beings, in a way analogous to the improvement of the body at which the doctor aims [...] all that Thucydides aims to do by his writing is to *enable* the politician to predict and to interpret. In that sense his work has the permanent value which he claims for it: provided that allowance is made for changes in attendant circumstances, Thucydides’ subject-matter (human affairs) will never go out of date, and the material which he supplies and interprets will always stand as the basis for rational prediction» (ibid.: 84).

<sup>67</sup> Aron, em sintonia com Romilly (*Histoire et raison chez Thucydide* [1956]), salienta a inteligibilidade dos combates devido à sua interdependência com os cálculos dos estrategas: «Thucydide s’efforce de rendre les combats intelligibles en les rapportant aux plans des stra-

pelos oradores, e sempre se terá de contar com a *tyche*: «a estas coisas juntou-se ainda o acaso, que se opôs a nós de forma nada meiga» (Tucídides: II. 87. 2).<sup>68</sup> O acaso intervém de diversas formas na guerra do Peloponeso relatada pelo historiador ateniense («incertas são as guerras» – ἄδηλα γὰρ τὰ τῶν πολέμων [II. 11. 4; cf. etiam I. 78, III. 59]), deixando impotente o estratega: veja-se, a título de exemplo, a perda de controlo sobre os soldados no ardor da luta, no primeiro ataque noturno executado pela armada de Demóstenes em socorro de Nícias, que começou por ser um sucesso e descamba para o desastre na obscuridade e na confusão. Os combates que Tucídides infatigavelmente descreve tanto confirmam como desmentem os cálculos dos estrategas.

Le récit, en effet, vérifie les prévisions. Les termes qu'il emploie sont tels qu'ils viennent ratifier – soit totalement soit partiellement – le raisonnement d'un orateur ou celui de son adversaire. Ils indiquent qui a eu raison, en quoi, pourquoi. Le bon calcul et le mauvais, l'adresse et la faute deviennent ainsi clairement lisibles, sans que Thucydide ait à intervenir en son nom personnel» [Romilly 2005: 17-18].

Só no interior da *História da Guerra do Peloponeso* se pode passar de τὸ σαφὲς σκοπεῖν a γνῶναι. Exclui-se a previsão fora do texto, mas quando Tucídides afirma, explicitamente, esperar fornecer uma ajuda para a compreensão de outros acontecimentos futuros similares à guerra do Peloponeso, tem subjacente uma tendência para a generalização. As lições para sempre que Tucídides pretende transmitir são sintomas da aspiração ao geral que atravessa a sua obra. Romilly dá-nos conta desta constante aspiração ao universal, negando-lhe uma vez mais qualquer poder preventivo e providente.

[...Thucydide] veut que son œuvre elle-même dégage, par tous les moyens, l'élément susceptible de se répéter et d'avoir un rapport avec d'autres époques. Et, pour exceptionnel qu'il soit, ce souci ne saurait surprendre chez un esprit aussi porté que le sien à l'abstraction [Romilly 2005: 19-20].

Este gosto pela abstração e pelo geral em detrimento do particular e do individual que Romilly deteta na prosa tucididiana verifica-se, por exemplo, na sua recusa em narrar os aspetos aberrantes (ἀτοπίας) e as variações individuais (ὡς ἐκάστω ἐτύγγανέ τι διαφερόντως ἐτέρῳ γιγνόμενον) da peste, para reter apenas a forma (τὴν ἰδέαν). Do mesmo modo, na análise das perturbações morais

---

tèges, au jeu des intelligences aux prises. Mais il rend intelligible en même temps l'événement lui-même qui a déçu les espoirs de l'un ou de l'autre stratège, parfois de deux» (Aron 1961: 136).

<sup>68</sup> ξυνέβη δὲ καὶ τὰ ἀπὸ τῆς τύχης οὐκ ὀλίγα ἐναντιωθῆναι.

decorrentes da peste, exclui deliberadamente os aspetos individuais relativos às circunstâncias, agrupando numa exposição de teor puramente abstrato tudo o que concerne uma série de insurreições e violências. Também se reflete na sua tendência para pôr de parte as ιδιότητες dos indivíduos e na propensão para fundir os indivíduos no coletivo. Neste ponto Tucídides destaca-se claramente de Heródoto, com o seu gosto pelo concreto e pelo pitoresco, e de todos os outros historiadores do período clássico<sup>69</sup>.

É da filtragem de todos os detalhes que Tucídides chega ao miolo, à “causa mais verdadeira” (ἀληθεστάτη πρόφασις) da guerra: o temor que o aumento do poder de Atenas inspirou a Esparta. Toda a narrativa está construída em torno desta causa e de princípios gerais subsequentes e complementares que são enunciados nos discursos: coragem, surpresa, desordem, temor e ardor, inovação e conservadorismo, justiça e violência, *nomos* e *physis* (Nogueira 2000), etc. Tudo o que é narrado contribui para dar corpo a estas noções gerais, sendo possível ler a sua obra seguindo linhas temáticas.

C'est par ce double effort, de simplification et d'analyse, que Thucydide, éliminant un grand nombre de renseignements particuliers, prend soin de rattacher tous ceux qu'il retient à des notions plus générales, et retrouve dans les faits quelques grandes forces fondamentales, aisément reconnaissables, parce que bien mises à jour et cernées d'un trait précis. De là vient que l'on peut suivre dans son œuvre un certain nombre de thèmes [Romilly 2005: 21].

O resultado é que nada parece deixado ao acaso. Cada ato particular remete para temas gerais e regras de verosimilhança e é neste sentido que os episódios relatados por Tucídides podem ambicionar um significado válido para outros tempos e para outras ações, permitindo reconhecer na sua obra um sis-

---

<sup>69</sup> «Mais ce qui est le plus étonnant est que ce même refus du particulier puisse apparaître dans le récit. Un récit, normalement, a pour fonction de rapporter le particulier; et le prédécesseur immédiat de Thucydide, Hérodote, montre assez que l'histoire grecque, dès ce moment, s'engageait résolument dans cette voie. Hérodote, toujours curieux et dans tous les domaines (géographique, ethnographique, psychologique, logique), Hérodote à l'affût du concret et du pittoresque, avec son goût des mœurs curieuses, des aventures, des particularités biographiques, des noms propres, Hérodote a le goût de savoir et de s'enquérir; et ce goût se retrouve toujours plus ou moins après lui, soit qu'il s'agisse du pittoresque, comme chez le Xénophon de l'*Anabase*, soit qu'il s'agisse des particularités individuelles, comme chez les biographes ou même chez un Tacite. Le goût de Thucydide le porte juste à l'opposé; et, comme si l'histoire essayait dès ses débuts, par un grand mouvement de pendule, ses deux directions les plus opposées, il veut se débarrasser de tous ces détails, simplifier, élaguer, décanter» (Romilly 2005: 20-21).



tema de constâncias. Todavia, desengane-se quem julga que estas constâncias têm caráter de lei<sup>70</sup>. Romilly chama-lhes “probabilidades sugeridas”: «Au lieu de lois formulées, l’œuvre de Thucydide présente seulement des vraisemblances suggérées» (ibid.: 26)<sup>71</sup>. Estas verosimilhanças ou probabilidades não aparecem isoladas ou autossuficientes, mas combinadas umas com as outras. E Tucídides nunca as formula diretamente, fugindo à tentação do pensador político, deixa essa tarefa aos oradores. Os discursos dos atores permitem a Tucídides formular proposições gerais sem que este tenha de intervir pessoalmente.

Descartando a hipótese de leis gerais, o que encontramos na obra de Tucídides é um sistema complexo e coerente de *plausibilidades sugeridas*, dependentes umas das outras e todas dependentes da narrativa:

[...] ce à quoi tend l’histoire de Thucydide, c’est [...] à présenter un système de vraisemblances indiscutable, rigoureux et complet; c’est, si l’on veut, à faire coïncider intégralement le récit des faits et l’analyse des vraisemblances. Il n’y a pas de connaissance générale indépendante du récit, ni passage de l’un à l’autre. Les deux se recouvrent; et Thucydide s’emploie seulement – mais avec tout l’art possible – à mettre cette connaissance bien en lumière, en écartant tout ce qui gêne et en soulignant tout ce qui compte [ibid.: 28].

Tudo o que Tucídides pretende afirmar não é abertamente afirmado, está implícito nos factos narrados, porque acreditava que uma narrativa bem estabelecida poderia veicular em si o seu significado, que a realidade poderia falar

---

<sup>70</sup> Esta advertência pode aplicar-se a Châtelet: «Son *Histoire* est moins un récit qui tend à rendre impérissables les événements passés qu’une démonstration qui vise à dégager les lois générales d’une évolution historique. [...] Il n’est pas besoin de lire entre les lignes pour découvrir le message transhistorique de l’historien: il se pose lui-même immédiatement comme un penseur qui recherche des constantes et dévoile les structures profondes de l’acte historique humain – du drame individuel ou collectif» (1962: 204).

<sup>71</sup> As “probabilidades sugeridas” que Romilly atribui a Tucídides aproxima o historiador ateniense da prática dos sofistas. J. H. Finley (1942) apercebeu-se das analogias existentes entre a tendência de Tucídides para formular princípios gerais e os argumentos usados pelos sofistas. Estes, em consonância com a prática dos filósofos jônios que os precederam, protagonistas de uma revolução antropocêntrica, tentam definir leis do comportamento humano com uma formulação similar à das leis da física. Esta evolução antropocêntrica é fruto da implementação da democracia e o consequente desenvolvimento da retórica enquanto arte de persuadir. Os sofistas, na qualidade de mestres na arte de persuadir, tentaram estudar e fixar as leis do comportamento humano como forma de prever as reações do auditório e explicar através dessas leis as próprias ações que, se se coadunam com essas leis gerais, entram dentro do provável (*to eikos*). A lista das probabilidades é muito ampla, tanto quanto possa ser a dos “lugares-comuns” num manual de retórica.

por si própria<sup>72</sup>. O que há a inferir no seu texto deve ser feito pelo leitor, a partir da relação entre narração e discursos. Tucídides contava seguramente com a inteligência dos seus leitores (vide Connor 1984: 13 e Romilly 1956: 105).

Não só contava com a inteligência dos seus leitores como esperava ensiná-los a serem inteligentes – é o que se depreende da análise de Virginia Hunter. Hunter, alguns anos depois de *Thucydides the artful reporter*, retoma a teoria dos *paradeigmata* – a autora não fala de generalizações mas de modelos (*paradeigmata*)<sup>73</sup>. Na senda de Romilly, também reconhece nos discursos a faculdade de concentrar a narrativa em torno de um tema central e a faculdade de antecipar acontecimentos que a narrativa posterior virá confirmar. Todavia, Hunter acrescenta que a conexão dos discursos com os factos narrativos não se faz só para a frente mas também para trás («these links backward and forward characterize an oral work» [1982: 293]), mostrando se o falante aprendeu alguma coisa com experiências anteriores, suas ou de outros: «the link backward to the narrative that precedes can also be important, revealing whether the speaker has learned from his own or others' experiences (from *empeiria* or *paradeigma*)» (ibid.: 291). Esta observação de Hunter permite aprofundar o nosso entendimento da utilidade dos discursos e do seu contributo metodológico para o apuramento da verdade. O que surpreende, nesta leitura de Hunter, é que Tucídides tenha aproveitado o que considerava como maior ameaça à verdade para o transformar no maior auxiliar da verdade, através do método ponderado e refinado da escrita de discursos<sup>74</sup>. Hunter verifica que não só os oradores e

---

<sup>72</sup> «[...] it becomes possible to discover the general truths of action Thucydides has felt would be conveyed, not by any abstract statement separated from specific occasions and actions, but by the representation of those concrete actions and statements in which they operate and through which they are manifested» (Cogan 1981: xvi).

<sup>73</sup> Hunter, *Thucydides the artfull reporter* (1973), constrói a sua tese muito com base na teoria da pedagogia dos *paradeigmata*, quer para as personagens quer para os leitores: «Each instance of a pattern we call a *paradeigma*. For the reader earlier events exist as *paradeigmata*, model situations, the outcome and possibilities of which he knows. By bringing this knowledge of the past with him into the present, he is equipped to compare and judge, even to predict. [...] If the characters in the *History* are represented as learning from their own and others' experiences, the reader himself learns from the example of others, *paradeigmata* in the sense of history» (1973: 180).

<sup>74</sup> «[...] it must be noted that Thucydides effected this shift without breaking with the past entirely or discarding all the techniques of composition for oral performance. Rather he transformed these techniques, refining them in such a way as to take full advantage of a text composed for readers. For interrelated sets of *logoi* and *erga* were already present in Herodotus' *Histories*. Herodotus too composed many of his speeches to form the nucleus of

os ouvintes aprendem com os modelos do passado (*paradeigmata*), mas o próprio leitor é ensinado a distinguir a verdade da ficção dos discursos, na medida em que viu como os acontecimentos deram ou não razão aos cálculos probabilísticos dos oradores, corroborando ou frustrando as suas expectativas e na medida em que é ensinado a aprender com a *empeiria* do passado. Assim, o leitor é ensinado a separar o *logos* da mera *doxa*, a separar o trigo do joio. Explicitemos melhor a tese de Hunter. Perante dois discursos igualmente persuasivos, emotivos e assentes em probabilidades, que propunham ao auditório políticas e estratégias de ação, os ouvintes viam-se confrontados com o dilema de escolher o mais razoável, o mais verdadeiro, distinguir o mais forte do mais fraco<sup>75</sup>. Era normal que ficassem à deriva sem conseguir entrever a verdade no relativismo retórico da antilogia. «In a word, they are prey to the deception of the *logos*» – afirma Hunter (1982: 291). Cabe aos acontecimentos posteriores mostrar onde está a verdade. «The listeners learn, perhaps too late, who predicted correctly» (ibid.). Aprendem os ouvintes e os leitores. «Meanwhile, the readers also learns» (ibid.). Os leitores, trazendo para o presente este conhecimento de situações modelo do passado (*paradeigmata*), ficam aptos a comparar e julgar, até predizer. Para o leitor, a *História* de Tucídides representa então um repositório de experiências, experiências de vida e experiências metodológicas que o ajudarão a orientar melhor a sua vida, prevendo perigos, prevenindo más decisões, e a não se deixar enganar pelo dolo dos *logoi*, sabendo ver onde está a verdade.

As a set of *paradeigmata*, completely accurate by the historian's standards, it is the basis of a *logos*, if the process of history should recur in his lifetime. Having shared so often in correct intellectual activity in the pages of *History*, he should himself be able to predict the stages of process see dangers, perhaps even prevent bad decisions. Least of all should he have deception perpetrated on him. For he understands the clear truth in the way Thucydides intended (1. 22. 4) [ibid.: 292].

O conceito de *paradeigma* teorizado por Hunter é muito próximo da noção de ideia-tipo apresentada por Raymon Aron. O ensaio do historiador

---

an unfolding process. They established a link both backward and forward, directing the listeners to the true meaning of what has transpired and of what will transpire. They thus anticipate in the manner of Thucydides» (Hunter 1982: 292).

<sup>75</sup> «This *logos* we call the “stronger” (κρείττων) on the principle that life itself, the *erga*, confirm it as true. On the same principle the other *logos* is the “weaker” (ἥττων)» (Hunter 1973: 178). Veja-se, a este propósito, o estudo de Nogueira (2000) cujo fio condutor é precisamente a dicotomia fraco-forte na obra de Tucídides.

francês, «Thucydide et le récit historique» (1961: 124-167), faz uma curiosa aproximação entre o conceito weberiano de ideia-tipo e o preceito tucidídiano do κτῆμά τε ἐς αἰεὶ, tendo, também, por pano de fundo a tese de Romilly, «histoire et raison chez Thucydide». Aron constata que Tucídides tem tendência para elevar um determinado acontecimento – conforme ou não às intenções dos atores – acima da particularidade histórica, iluminando-o com o emprego de termos abstratos, sociológicos ou psicológicos. E dá o exemplo das causas que levaram os aliados de Atenas a juntarem-se a esta potência: justiça (δίκη), parentesco racial (ξυγγένεια), interesse (ξυμφέρον), necessidade (ἀνάγκη). Basta generalizar acerca dos motivos que levam uma cidade a aliar-se a uma potência em detrimento de outra para que as interpretações de casos singulares se possam aplicar noutros séculos. E isto é possível na medida em que a guerra do Peloponeso que Tucídides apresenta, mesmo seguindo presa às singularidades dos sucessivos episódios, é uma guerra estilizada, racionalizada, idealizada («La guerre du Péloponnèse est d'elle-même *stylisée* et pour ainsi dire *idéalisée*» [Aron 1961: 138]) em que as duas potências em confronto representam cada uma um tipo: Atenas, o poder naval, a democracia, a audácia, o espírito de aventura; Esparta, o inverso – poder militar terrestre, a oligarquia, a prudência, o conservadorismo. E esta lista de antíteses podia ser estendida muito mais.

Tucídides não formula leis e não se afasta nunca do concreto, mas a sua narrativa não cai nunca no anedótico. Para Aron, esta originalidade de Tucídides que faz oscilar a sua narrativa entre o episódico e o estilizado não deve ser analisada com conceitos vagos e inadequados à prática de Tucídides como os de particular e geral, que redundam em paradoxo, paradoxo este que se desfaz contra a metodologia de Max Weber:

Celui-ci ne formule pas des lois, il ne s'écarte pas de ce qui s'est passé à tel endroit, à tel moment, et pourtant la signification du récit ne s'épuise jamais dans l'anecdote. Une analyse, inspirée de la méthodologie de Max Weber, dissipe, me semble-t-il, l'impression de paradoxe [ibid.: 133].

A metodologia de Max Weber permitirá a Aron desenvolver uma intensa reflexão acerca da história da Primeira Guerra Mundial e o papel que nela desempenhou a cumplicidade entre a política e a economia, tomando como modelo intemporal ou ideia-tipo a guerra do Peloponeso.

Or, aux yeux de Thucydide, la guerre du Péloponnèse est une guerre parfaite, idéale [au sens où Max Weber aurait pris le mot], parce qu'elle manifeste, pleinement réalisées, les potentialités de la guerre et que tous les termes opposés y paraissent et s'y épanouissent [ibid.: 132].

A conclusão é um apelo a olhar para a história de Tucídides como para um modelo que deve ser retomado num século cuja historiografia, divorciada do acontecimento político, passou ao lado dos dois acontecimentos mais marcantes, as duas grandes guerras<sup>76</sup>. E que apesar do forte impacto da economia, da indústria e da técnica nas guerras do século XX, é da política e das rivalidades entre os Estados, das lutas entre os partidos no interior dos Estados e dos regimes no poder que saíram as grandes decisões, as grandes revoluções da primeira metade do século XX.

Tant que dure la guerre, la politique règne et les personnes agissent. Comment ignorer les héros qui font l'histoire au temps de Lénine, Staline, Churchill, Hitler? Thucydide reste notre contemporain, lui qui fut le témoin de la guerre tragique, de l'événement qui se fait, nous qui ne sommes pas encore prêts à regarder avec détachement les faits accomplis, ni à laisser les souffrances et les exploits des combattants sombrer dans l'oubli [ibid.: 167].

Posto isto, resta-nos abordar a questão do tempo. As declarações de Tucídides sobre a utilidade intemporal da sua obra e a permanência da natureza humana têm acarretado consigo imensa especulação em torno da sua conceção de tempo. As opiniões dividem-se entre os que veem na sua obra uma clara atualização da visão cíclica do tempo e da história e os que a negam, inclinando-se mais para um misto de tempo circular e irreversível, em que as coisas se repetem, mas não exatamente como antes. Depois da paráfrase que fizemos do ensaio de Hannah Arendt e da nossa própria análise das sentenças de Tucídides, julgamos que fica claro que não há em Tucídides uma conceção completamente circular e repetitiva do tempo, uma vez que a iniciativa humana é capaz de romper com essa circularidade, desafiando a imutabilidade da natureza e a própria *Tyche* não deixa que tudo seja um eterno retorno.

Em favor deste parecer, evocamos a ajuda de um especialista em historiografia antiga, Arnaldo Momigliano, que recusa terminantemente a noção de um tempo cíclico aplicada aos historiadores gregos.

L'historien grec croit presque toujours que le passé qu'il rapporte revêt un sens valable pour le futur. Les événements n'auraient pas d'importance en eux-mêmes s'ils n'enseignent quelque chose à ceux qui en lisent le récit. L'histoire doit fournir un modèle, elle doit montrer ce que pourraient être un modèle d'évolution

---

<sup>76</sup> Momigliano também acentua esta ideia da retoma da história política, que deve encontrar no estudo da *História* de Tucídides um incentivo: «Le fait que l'historiographie politique pure soit à présent discréditée et généralement considérée comme fastidieuse nous invite à réévaluer notre dette à l'égard des historiens grecs» (1992: 2).

future des affaires humaines. On ne trouve pas chez les historiens grecs l'idée d'une répétition inévitable des événements à intervalles réguliers. La notion d'un temps cyclique, qui leur est souvent attribué, est une invention moderne [Momi-gliano 1992: 20].

Numa outra obra (1984: 79), Momigliano recorre também às três passagens mais emblemáticas por nós já comentadas – da permanência da natureza humana, do aproveitamento das informações sobre a peste para aplicações futuras e da recorrência dos efeitos morais da guerra civil com a salvaguarda da singularidade das circunstâncias futuras – para rejeitar categoricamente que se possa ver implícito no pensamento de Tucídides um entendimento do tempo como eterno retorno. Ademais, noutro passo, adota um argumento eficaz:

Se habrían podido evitar muchas discusiones aburridas sobre la «circularidad del tiempo» en la historiografía griega si se hubiese señalado que el espacio de tiempo con el que tiene que tratar generalmente la investigación histórica es demasiado breve para poder ser definido como lineal o circular (1984: 18).

O historiador grego não se limitava a expor os factos, procurava relações de causa-efeito entre eles. Para obter uma sequência temporal correta, sem a qual não pode haver explicação, ele via-se na necessidade de datar os acontecimentos. A cronologia foi uma preocupação da historiografia grega desde o início, mas também é errado pensar que a pesquisa cronológica dos Gregos teve como único fim suportar a explicação causal. A cronologia era igualmente necessária devido à importância dada aos critérios de antiguidade e longevidade.

No caso de Tucídides, a cronologia adotada é reveladora do seu afã de precisão. Em V. 20, Tucídides chega mesmo a criticar por falta de rigor o cálculo dos anos baseado exclusivamente nos magistrados epónimos, pois esse método não permite determinar se um acontecimento se dá no início, no meio ou no fim da magistratura. Heródoto foi o primeiro a efetuar um cômputo do tempo, que empregou de forma esporádica (I. 77.3, VI 31. 1, VII 37. 1). Tucídides é o primeiro a empregá-lo de modo sistemático. Basta lembrar que os acontecimentos são narrados por blocos correspondentes a um ciclo de estações, do verão ao inverno:

Aqui começa, então, a guerra entre Atenienses e Peloponésios e os seus respetivos aliados [...] narra-se cada um dos acontecimentos pela ordem em que ocorreram, por verão e inverno [Tucídides: II. 1. 1].

O próprio Tucídides de Atenas pôs por escrito estes factos, pela ordem em que cada um ocorreu, por verões e invernos, até ao momento em que os Lacedemónios

e seus aliados puseram fim ao domínio dos Atenienses e se apoderaram dos Longos Muros e do Pireu. Até esse momento a duração total da guerra foi de vinte e sete anos [Tucídides: V. 26. 1].

Este modelo de cálculo temporal já fora utilizado por Hesíodo nos *Trabalhos e dias* e era típico do *Corpus Hippocraticum*, que terá exercido forte influência sobre Tucídides. Não podemos ficar indiferentes à escolha das estações como marcador temporal e ao quanto esta opção pode ser reveladora da concepção temporal de Tucídides. As estações formam um círculo, são uma leitura interpretativa da repetição cíclica da natureza; não obstante, os acontecimentos humanos dentro das estações acarretam sempre novidades. Em cada ano de narração há sempre combates, mas também vicissitudes; há batalhas, decisões, estratégias militares e comportamentos que se assemelham a anteriores (de acordo com o gênero humano), porém, nenhum ciclo anual narrado por Tucídides é exatamente igual a outro. Dentro desta eterna repetição da natureza, há sempre novidades.

Dito isto, podemos pôr-nos ao lado de Momigliano contra aqueles que defendem a mentalidade aistórica dos Gregos (Hegel, Collingwood, Reinhold Niebuhr). A ideia de que os Gregos eram desprovidos de sentido histórico porque pensavam inspirados em modelos regulares e periódicos, em termos de leis naturais, de substância intemporal é uma generalização apressada que pode assentar bem a Pitágoras, Platão e Zenão mas não a Heródoto, Tucídides e Políbio. No entanto, nem os filósofos nem os historiadores gregos tinham uma concepção única de tempo (Momigliano 1992: 33-34).

Gomme também discorda dos que acreditam que Tucídides tem uma visão cíclica e determinista da história. O facto de Tucídides acreditar na ocorrência futura do mesmo tipo de eventos que ele presenciou não significa, necessariamente, que ele pensasse na sua recorrência cíclica, muito menos que, por causa disso, fosse possível prever a sua ocorrência<sup>77</sup>.

É verdade que Tucídides diz que a natureza humana se mantém e que o mesmo tipo de acontecimentos se repetirá no futuro e isso faz da sua *História* um laboratório de vivências e *paradeigmata* para a posteridade, uma verdadeira *magistra vitae*. E quem o pode negar? Quantas guerras já se fizeram depois da

---

<sup>77</sup> «But to say that he believed that similar events would recur is not to say that he believed that events go round in cycles, still less that he thought they were in consequence predictable by anyone sensible enough to read his *History of the Peloponnesian War*» (Gomme 1954: 156).

do Peloponeso? Vimos Aron atestar que a primeira metade do século XX dá razão a Tucídides. É verdade que nas guerras do século XX tiveram mais peso a economia e a técnica militar do que as intervenções e decisões humanas; porém, na essência, o fator determinante continua a ser político, é humano, é o imperialismo ateniense atualizado, o eterno desejo que os mais fortes têm de dominar sobre os mais fracos (Nogueira 2000), o consequente fenómeno de bipolarização e satelitização, em suma, o realismo político. Violência, mortes, crimes hediondos, sofrimentos, todo o tipo de barbaridades contra a dignidade humana, todo o tipo de perversões morais, em suma, o horror da guerra de que dá testemunho Tucídides (III. 82-83) sempre se verificará enquanto a natureza humana for esta. O historiador grego aparece-nos hoje como um verdadeiro profeta para o nosso tempo, mais do que ele algum dia ele julgaria possível. É por isso que Gomme diz, no rescaldo das grandes guerras, que ninguém na atualidade deveria lidar com política internacional sem ter lido em detalhe a obra de Tucídides e que, por sua vez, os acontecimentos trágicos do nosso tempo ajudam-nos a melhor entender o drama bélico tucididiano:

Sometimes in my arrogant way I think that no one should deal with present-day international politics who has not studied Thucydides, and when I say “studied” I include every detail of language and history; sometimes in reverse I think that the gods arranged the flow of events in the first half of this century expressly so that we may understand Thucydides and the ancient Greek world [1954: 156].

Também o secretário de Estado norte-americano, George Marshall, no mesmo ambiente de pós-guerra faz, na universidade de Princeton, a seguinte declaração:

I doubt seriously whether a man can think with full wisdom and with deep convictions regarding certain of the basic international issues today who has not at least reviewed in his mind the period of the Peloponnesian War and the fall of Athens [apud Connor 1984: 3].

E o próprio Connor, a quem pedimos emprestada a citação anterior, reconhece a validade intemporal das lições de Tucídides –

For me, and I believe for many other students of the classics in my generation, Thucydides possessed an immediate applicability. [...] Our own historical situation provided ample confirmation of his claim to have written a possession for all time [ibid.: 3-4].

–, pois, também ele, inspirado por uma notícia sobre a guerra do Vietname, decidiu regressar à *História da Guerra do Peloponeso* em busca de novas



leituras sobre objetividade e envolvimento do historiador; afeição emocional do leitor.

No século XX, o interesse pela obra política e militar de Tucídides reconheceu grande incremento no ambiente da Guerra Fria, quando as pessoas encontraram nela um modelo do que estava a acontecer entre o bloco formado pelos E.U.A e os aliados da Nato contra o bloco formado pela U.R.S.S. e os aliados do Pacto de Varsóvia. Mas o colapso da União Soviética e o fim do confronto com os Estados Unidos não diminuíram o interesse pela obra de Tucídides ou a convicção de que a sua obra pode iluminar a nossa compreensão dos políticos e da política internacional. Os devotos das escolas “realista” e “neorrealista” de relações internacionais veem Tucídides como um fundador<sup>78</sup>. A sua obra continua a ter presença obrigatória nas academias e colégios militares norte-americanas, onde todos os anos milhares de estudantes a leem, e nenhum curso de relações internacionais ou de história da guerra pode dispensá-la. Quem o diz é um dos maiores especialistas norte-americanos em Tucídides, Donald Kagan (2009: 1-2). É com as suas palavras que encerramos esta secção, provando como as lições de Tucídides são um monumento perene das ciências políticas e da filosofia política (cf., etiam, Gustafson 2000):

The study of Thucydides and his famous *History of the Peloponnesian War* has never been as intense, as widespread, or as influential as it is in our time. Thucydides claimed that his work was “a possession forever” that was meant to be useful to “such men as might wish to see clearly what has happened and what will happen again, in all human probability, in the same or a similar way” (1.22.4). More than twenty-four years later political leaders and students of politics approach it in just that manner [ibid.: 1].

---

<sup>78</sup> Vide «The influence of Thucydides in the Modern World», in <http://www.hri.org/por/thucydides.html>. Neste artigo, Alexander Kemos faz um interessante balanço da influência das teses políticas de Tucídides no quadro das Relações Internacionais ao longo do século XX, não hesitando em atribuir ao historiador ateniense a paternidade da história científica e do “realismo” político. Entende-se por realismo político, a escola de pensamento segundo a qual as relações interestatais se baseiam mais no poder do que no direito. No período Pós-Segunda Guerra Mundial, a obra de Tucídides influenciou diretamente a escola realista e a própria fundação da diplomacia americana durante a Guerra Fria: «In fact, while his Peloponnesian War is chronologically distant from the present, Thucydides’ influence upon realist scholars in the post-1945 period, and in turn upon American diplomacy, is direct. Specifically, the foundations of American diplomacy during the Cold War with regard to the struggle between the two superpowers and the ethical consequences or problems posed for smaller states caught in the vortex of bipolar competition are derived from his work» (ibid.: 1).

## 5. OS DISCURSOS

Quando falamos de ficção em Tucídides, os discursos são paragem obrigatória<sup>79</sup>. Quase um terço (vinte e seis discursos políticos e um diálogo) da *História da Guerra do Peloponeso* está preenchida com discursos que apresentam com vigor e intensidade os pontos de vista e os preconceitos, as esperanças e os receios, os planos, os ideais, as vilezas dos intervenientes. Com os discursos e os debates, Tucídides dava continuidade a uma tendência geral do seu tempo e quase uma moda: o ἀγὼν λόγων ou debate oratório. A disputa jurídica era a forma mais comum e simples, mas todos os géneros literários, de um modo geral, praticavam este tipo de *agon* – desde a epopeia homérica, que já misturava discursos com narrativas, passando pelas *Histórias* de Heródoto, pela tragédia e pela comédia, onde os debates ocupam um lugar nuclear<sup>80</sup>.

As relações diplomáticas entre as várias cidades desempenham um papel decisivo na economia da *História da Guerra do Peloponeso*. Não há, propriamente dito, um direito internacional explícito, mas nestes discursos os Estados têm oportunidade de justificar as suas posições. Tal como a guerra manifesta a essência da conduta humana, assim também as palavras diplomáticas revelam esta essência no plano do discurso. Aí se exprime ao mesmo tempo a violência, as paixões e os interesses. Este género de conflito dialético entre diplomatas ou embaixadores das cidades é o melhor exemplo do chamado realismo político. Mas na *História da Guerra do Peloponeso* pontua ainda um outro tipo de discursos: os que os governantes dirigem aos seus concidadãos e os chefes militares aos seus soldados. Trata-se de exortações ou de deliberações que permitem perceber melhor o curso dos acontecimentos e fornecem informações úteis. Tanto estes discursos deliberativos como os diplomáticos são a exposição de motivações diversas que levam a tomar uma decisão em detrimento de outra. Para Châtelet, eles manifestam «uma verdadeira filosofia da ação histórica, pondo o leitor a par dos sentimentos e das razões que guiaram os homens» (1962: 228-229). Os discursos deliberativos têm o interesse maior de exibirem

---

<sup>79</sup> Marta Várzeas, «Entre a história e a ficção: os discursos na obra de Tucídides» (2004).

<sup>80</sup> «Thucydides includes speeches because Homer and Herodotus included speeches, and individual ‘warners’ like Herodotus Artabanus and Thucydides’ Nikias, who in Book vi tries to dissuade the Athenians from sending the expedition against Sicily, have Homeric antecedents. Again, Thucydides can sometimes use his speeches as ‘pause points’ in the narrative» (Hornblower 1987: 66).

o confronto de opiniões de pessoas que defendem o interesse de uma mesma cidade. Cléon e Diodoto, Alcibiades e Nícias por Atenas, Arquidamo e Estenelaidas por Esparta, Hermócrates e Atenágoras por Siracusa encarnam pontos de vista opostos. Muitas vezes, estes debates têm como finalidade ver quem consegue captar a adesão da massa popular para uma de duas estratégias: uma tendencialmente mais moderada, que apela à paz, e outra mais radical que apela à guerra e à violência.

Em Tucídides, a composição dos debates obedece a um método intelectual preciso e apresentam-se de uma forma particularmente rigorosa. Romilly (1956: 182) vê na raiz deste método de compor debates a herança de Protágoras, o qual estabeleceu os dois princípios básicos da metodologia: primeiro, para qualquer questão existem sempre dois discursos ou pontos de vista diferentes; segundo, a arte da discussão consiste em encontrar argumentos para contradizer o adversário procurando ser mais convincente. A antilogia era uma forma privilegiada de sabedoria e compreensão entre os Gregos, que tinham por hábito não tomar partido sem ouvir as duas teses em confronto, preferindo a pluralidade à unilateralidade<sup>81</sup>.

Os discursos são, pois, um sinal do ambiente cultural que se respirava na pólis de Tucídides. Com a introdução da democracia dá-se a “laicização da palavra” (Detienne 2006: 10). Os cidadãos atenienses puderam usar democraticamente da palavra para questionar e investigar tudo com a luz da razão. Os discursos provam a familiaridade de Tucídides com estas novas ideias. Châtelet sublinha as importantes transformações culturais e sociais que se deram a partir do fim das guerras contra os Bárbaros. Nesta época eclode o racionalismo que se repercute em todos os níveis da ação e da cultura. Houve uma revolução técnica que se fez sentir ao nível da agricultura, da medicina, da ciência e do urbanismo. Todas as aquisições do século anterior encontram-se em todos os domínios reunidas e mobilizadas. Tudo o que os navegadores, os comerciantes, os artesãos do século VI descobriram ou inventaram ganha um novo significado e entra na vida quotidiana dos Gregos. A técnica (*techne*) manifesta-se como o que distingue os homens dos animais. Ora, a mais eminente, revolucionária, secularizante e democrática das técnicas é a palavra:

[...] la parole elle-même est conçue comme la τέχνη τῶν τεχνῶν, grâce à laquelle il est permis – au-delà de la distribution naturelle des talents, des pouvoirs et des

---

<sup>81</sup> «Le principe de l’antilogie a toujours paru aux Grecs la condition même de la sagesse et de la compréhension. L’antilogie, c’est la délibération. C’est peser le pour et le contre. [...] Ceux qui critiquent un peu sommairement l’éristique oublient, en effet, que le but de l’antilogie est en définitive la confrontation des deux thèses» (Romilly 1956: 222, 223).

situations – d’enseigner à autrui ce qu’il convient de faire dans une circonstance déterminée, qu’il s’agisse de tisser un vêtement ou de soutenir un procès devant l’Aréopage. Le discours sensé qui cherche – ou feint chercher – dans les faits la preuve de ce qu’il avance se substitue à l’affirmation nue, à l’invention religieuse, au discours poétique. Il n’est plus simplement *dire*, il devient manière de dire, de soutenir et de prouver ce qui est dit; il s’oppose au  $\mu\theta\omicron\varsigma$  comme s’oppose, à la simple présence d’un ordre, la volonté de justifier l’ordre qui est ou de découvrir une organisation plus profonde qui rende compte de la structure du donné [Châtelet 1962: 68].

Esta operação atinge o seu apogeu nos diálogos socráticos de Platão, onde se tende para a submissão das contradições e das diferenças à universalidade do *logos*.

É preciso entender como na gênese dos debates e da própria história se encontra uma raiz comum – a política, no duplo sentido de pertença a e exercício de cidadania – e como a obra de Tucídides ao introduzir os discursos políticos acaba por ser o espelho da sua própria gênese e da sua própria época. É no ambiente político favorável que se vive na polis de Péricles que se desenvolve e consolida este gênero novo que é a *historia rerum gestarum*. Ademais, esta é a tese principal de Châtelet, que vê na vida política e no assumir do estatuto político pelo homem um móbil para a tomada de consciência da existência humana como existência sensível-profana e como devir efetivo onde se dão acontecimentos que vale a pena anotar e apresentar às gerações futuras.

[...] c’est par la médiation de la vie politique que s’effectue la prise de conscience du caractère “temporel” de l’existence humaine et c’est d’abord en tant que citoyen que l’homme peut se penser comme volonté agissante au sein de la réalité sensible-profane. Les structures des sociétés plus anciennes ne permettaient pas une telle saisie et l’homme se tournait inmanquablement, quoique selon des modalités diverses, vers le mythe et le sacré. Le fait de se reconnaître dans une réalité dont la vie est tout entière liée au monde profane détermine l’homme à prendre en charge son destin temporel et la culture à fixer dans un discours les événements qui la scandent [...]. Une hypothèse en effet se précise: celle selon laquelle la vie politique et l’assomption du statut politique de l’homme constituent l’élément majeur dans lequel peut et doit se développer, sous des formes diverses, une prise en considération de l’existence comme existence sensible-profane, comme devenir effectif où se produisent des faits valant la peine d’être notés et présentés comme événements aux générations présentes et futures. Cette hypothèse, seule la lecture des ouvrages d’histoire est susceptible de la confirmer» [Châtelet 1962: 82-83].

Deixar os protagonistas falar foi, então, a forma que os historiógrafos encontraram para fazer o leitor assistir ao passado sem terem que intervir para fazer comentários ou análises. Hannah Arendt enaltece os discursos como reflexo do modelo democrático vivido na pólis e qualifica esta forma de apresentar os factos como um “poderoso elemento” de objetividade histórica

Algo depois, e encontrando a mais magnífica expressão em Tucídides, desponta na historiografia grega um outro poderoso elemento que contribui para a objetividade histórica. Este só podia ter avançado para primeiro plano após uma longa experiência de vida na *polis*, experiência essa que em grande medida consistia, incredivelmente, no simples facto de um conjunto de cidadãos conversarem entre si. Nesse incessante diálogo, os Gregos descobriram que o mundo que temos em comum é normalmente encarado a partir de uma infinita diversidade de posições a que correspondem os mais diferentes pontos de vista. Num inesgotável fluxo de argumentos, tal como os que os sofistas apresentavam aos cidadãos de Atenas, o grego aprendeu a intercambiar as suas perspectivas, as suas próprias “opiniões” – o modo como o mundo lhe aparecia ou se lhe abria (δοκεῖ μοι, “parece-me”, de onde vem provém δόξα, “opinião”) – com as dos seus concidadãos. Os Gregos aprenderam a *compreender* – não a compreenderem-se uns aos outros enquanto indivíduos, mas a olhar para um mesmo mundo a partir da posição do outro, a ver a mesma coisa sob perspectivas muito diferentes e frequentemente antagónicas. Os discursos nos quais Tucídides expõe as posições e os interesses das partes em conflito constituem ainda um testemunho vivo do extraordinário alcance desta objetividade [2006: 65].

No entanto, Romilly observa que a historiografia grega não os punha a falar mas falava por eles, o que é uma coisa bem diferente<sup>82</sup>. Segundo a heleenista francesa, os discursos desempenham uma função explicativa, revelam o vínculo que o historiador estabelece entre os políticos e os acontecimentos, implicando, desse modo, o sacrificio da objetividade material em favor da verdade de conjunto: «Les discours sont un procédé d’explication; et leur agencement entre eux révèle la parenté des politiques et des événements, au gré de l’historien qui les présente. Ils sacrifient l’objectivité matérielle à la vérité d’ensemble» (2005: 35). Conhecemos a tese de Romilly acerca da conexão entre discursos e acontecimentos e o modo como contribuem para a formulação de proposições gerais, por isso, evitamos repetir o que atrás ficou dito sobre a forma como os discursos validam ou invalidam os cálculos dos oradores e elevam a particularidade dos episódios ao nível das ideias-tipo.

---

<sup>82</sup> «Mais il se trouve qu’en agissant de la sorte, l’historiographie grecques ne les laissait pas parler: elle les faisait parler, ce qui est différent» (Romilly 2005: 35).

Nenhum leitor consegue ficar indiferente à riqueza humana, moral e política e à força destes textos dialéticos<sup>83</sup>. Dão colorido e diversidade à narrativa e fazem-nos sentir espetadores das disputas intelectuais. Onde um historiador moderno optaria seguramente pelo discurso indireto, Tucídides decide pôr os seus protagonistas a falarem em nome próprio. Todavia, os discursos tendem, de um modo geral, a conformar-se com o estilo singular do historiador, as palavras não são as dos oradores mas as de Tucídides e resultam da sua interpretação do que deve ter sido dito tendo em conta as circunstâncias. Isto explica por que nenhuma parte da *História da Guerra do Peloponeso* suscite tantas dúvidas e seja tão controversa acerca da fidelidade do texto quanto os discursos. É, em grande parte, por causa deles que comentadores e historiadores têm posto em causa a veracidade da obra, insistindo na ideia de que alguns foram totalmente inventados por Tucídides e outros não terão sido proferidos nos mesmos moldes com que aparecem na obra<sup>84</sup>. O próprio Tucídides tem o cuidado de nos alertar para as diferenças entre a *akribeia* dos discursos (*logoi*) e a *akribeia* dos acontecimentos (*erga*), dando-nos a entender que os discursos são parcialmente fictícios. Recordemos as suas palavras:

Quanto ao que disse cada um dos lados em discurso, estando para entrar em guerra ou estando já nela, era difícil recordar a exatidão mesma do que foi dito (*χαλεπὸν τὴν ἀκρίβειαν αὐτὴν τῶν λεχθέντων διαμνημονεῦσαι*), quer as que eu próprio ouvi quer as que me relataram outras fontes: eu expus o que a meu ver cada um terá dito de acordo com o que seria mais conveniente (*τὰ δέοντα*) para cada circunstância, mantendo-me o mais próximo possível do sentido geral do que foi realmente dito (*τῆς ξυμπάσης γνώμης τῶν ἀληθῶς λεχθέντων*). Relativamente

<sup>83</sup> «Ce qui frappe le plus, à la lecture de l'œuvre de Thucydide, c'est l'existence et la teneur des discours» (Romilly 1956: 21).

<sup>84</sup> A posição mais radical é a de Collingwood que, por causa dos discursos, desqualifica Tucídides como historiador: «Tomem-se em consideração os seus discursos. O hábito embotou a nossa sensibilidade; mas perguntemos a nós próprios, só por instantes: Um homem imparcial, dotado dum espírito verdadeiramente histórico, seria capaz de tolerar o emprego de tal convenção? Observa-se, em primeiro lugar, o estilo deles. Sob o ponto de vista histórico, não será um ultraje pôr a falar, exatamente do mesmo modo, toda uma série de figuras diferentes? Quando é que alguém poderia ter falado, desse modo, ao dirigir-se às tropas, antes duma batalha, ou ao interceder pelas vidas dos prisioneiros? Não será evidente o facto de o estilo denunciar uma falta de interesse pela questão de se saber o que disse realmente um certo homem, em certa ocasião? Em segundo lugar, observe-se o conteúdo deles. Podemos dizer que – apesar de o seu estilo não ser histórico – a sua substância é histórica? [...] Os discursos parecem-me ser, quanto ao conteúdo, não história mas comentários de Tucídides sobre os seus próprios móveis e intenções» (1989: 43-44).

aos acontecimentos passados durante a guerra, não me pareceu correto escrever qualquer informação que me chegasse nem o que a mim me parecia ter acontecido, mas só o que eu próprio presenciei ou o que acerca de cada um procurei saber junto de outras pessoas como o máximo de exatidão possível (ὄσον δυνατόν ἀκριβείᾳ) [I. 22. 1-2].

Estas declarações deram azo a imensas especulações, aos mais distintos e distantes estudos. Inumeráveis trabalhos académicos se consagraram a refinadas análises de sintaxe e de vocabulário das frases do historiador e propuseram brilhantes comparações e contrastes entre estas sentenças programáticas e os discursos. Normalmente, andou-se em torno da veracidade e da ficção, da objetividade ou da subjetividade dos discursos. Acentuou-se as restrições literárias que levaram Tucídides a escrever todos os discursos no seu estilo inconfundível, ou os problemas de memorização que, na tradução de alguns, o terão levado a admitir a apresentação de um *apanhado geral* (τῆς ξυμπάσης γνώμης) ou *resumo* do que foi dito.

Swain (1993) apresenta uma interpretação das palavras de Tucídides que toma como ponto de partida a desconfiança de Tucídides relativamente à linguagem, desconfiança nascida da constatação de que alguns oradores mais hábeis manipulam os seus ouvintes através da manipulação dos referentes convencionais das palavras (cf. Tucídides: III. 82. 4). Estamos no domínio da problemática correspondência entre linguagem e realidade, *logos* e *ergon*, que foi tema recorrente no século V a. C. Segundo ele, o historiador ateniense não está preocupado com a *akribeia* dos discursos, no sentido de transmitir tal e qual o que foi dito, mas pretende antes exprimir o sentido, os valores e as referências por trás das palavras dos oradores:

Having in his mind this potential slipping and sliding of meaning, it was proper for him to think hard about how to convey the values and references that the speakers has wished to present to their audiences. It was his job as historian to get behind the words of the speakers to their meanings and to try to present their arguments as he believed they intended them [Sway 1993: 38].

e

[...] he himself is avowedly not concerned with the original language of the speakers but is concerned about getting across to us their ideas [ibid: 39].

Por conseguinte, de acordo com Swain, a *akribeia* a que se refere Tucídides não é a lexical mas a hermenêutica. O que era difícil e o que ele queria fazer era apresentar o verdadeiro sentido dos discursos ou a interpretação exata.

Since the interpretation of words is different for different readers or hearers, it was the ideas expressed and the way they confronted a particular situation that were the crucial things for the historian to include, however difficult (χαλεπόν) that task might be [ibid.: 41].

Assim sendo, τῆς ζυμπάσης γνώμης não se traduziria por sentido geral, mas sentido total. É uma interpretação; vai ao encontro da marcante tese de doutoramento de Adam Parry: *Logos and Ergon in Thucydides* (1988)<sup>85</sup>.

Hornblower encontra na afirmação programática com que o historiador anuncia os critérios tidos em conta para a redação dos discursos um confronto entre a objetividade e a subjetividade que atravessa toda a parte narrativa<sup>86</sup>. Reconhecendo a dificuldade de reproduzir com exatidão os debates, Tucídides opta por reescrever o que achou conveniente, à letra, “o que era necessário” (τὰ δέοντα) que os oradores tivessem dito naquelas circunstâncias específicas, mantendo-se o mais próximo possível do sentido geral (ζυμπάσης γνώμης) do que foi verdadeiramente dito (ἀληθῶς λεχθέντων). O confronto entre τὰ δέοντα, ζυμπάσης γνώμης e ἀληθῶς λεχθέντων resulta numa contradição entre os critérios de subjetividade e de objetividade. O critério para ἀληθῶς λεχθέντων é a verdade, o critério para τὰ δέοντα é a conveniência.

---

<sup>85</sup> A dicotomia *logos* e *ergon*, que se traduz no conflito entre linguagem e realidade ou, se quisermos, a conceção humana das coisas e a forma como as coisas são em si mesmas, atravessa de um modo geral a obra de Tucídides e, de um modo particular, os discursos. Esta antinomia nunca dá azo a considerações abstratas por parte do historiador mas ela está patente no significado que atribui aos acontecimentos que narra, forçando uma certa interpretação intelectual das suas narrações. É a tendência para dar relevância à sua visão dos factos e do mundo. Parry constata que o historiador ateniense, no excerto metodológico que temos vindo a comentar, divide o seu trabalho em duas categorias – *logos* e *ergon*, discursos e ações – que definem as duas categorias da experiência histórica. Por sua vez, estas duas categorias relacionam-se com outras duas: *Erga* diz respeito à guerra; *logos* refere-se à escrita da história. Tucídides manifesta consciência de que *logos*, sendo o que o homem pensa e diz, é também uma força vital no ato da guerra; não só porque as palavras dos homens afetam a realidade, mas porque o historiador vê a linguagem como um esforço para organizar e controlar o mundo exterior.

<sup>86</sup> O autor encontra uma tensão em Tucídides entre o desejo de registar todas as ações (*erga*) particulares da guerra (por impossível que seja) e a tendência para omitir e selecionar até ao extremo, com o intuito de extrair daí as implicações gerais dos acontecimentos. Temos, pois, uma espécie de Tucídides repórter que grava tudo e uma espécie de Tucídides sociólogo, este último mais interessado nos padrões gerais que regem a sociedade humana. Os discursos ampliam este dualismo: «The speeches offer further evidence that two hearts beat in Thucydides' breast» (Hornblower 1987: 34-44).



Há um equilíbrio impossível entre as duas partes da frase. Os historiadores tendem a resolver este paradoxo pondo maior peso em “o que foi verdadeiramente dito” e menos em “o que era conveniente”. Cochrane tenta conciliar as duas facetas de uma forma algo estranha e confusa, agudizando ainda mais o paradoxo. Diz ele que os discursos são palavras e pensamentos de Tucídides, mas que resultam de uma análise *genuinamente objetiva*, na medida em que transmitem a atitude de indivíduos ou grupos representativos dos factos em discussão<sup>87</sup>. Os aficionados dos estudos literários, acentuando mais o conveniente ou necessário, verificam que a expressão τὰ δέοντα coloca o historiador ateniense dentro da tradição retórica. Górgias, no seu *Encómio de Helena*, diz que se deve dizer justamente o que é apropriado (τὸ δέον), ou seja, o que está determinado no manual de fórmulas retóricas para determinado tema e situação. Esta análise da influência da retórica no texto de Tucídides contribuiu para aprofundar enormemente a nossa compreensão dos discursos. Foram postos a descoberto vários paralelismos entre os discursos proferidos pelos falantes de Tucídides e aqueles dos praticantes e teóricos da retórica grega – tragediógrafos, autores de oratória forense, diálogos filosóficos e manuais de retórica no século IV (vide Hornblower 1987: 45-72). Podemos encontrar, no livro IV, um surpreendente paralelo entre o discurso dos Espartanos que vieram a Atenas em demanda de paz e a secção da *Retórica a Alexandre*, – tratado anterior ao século IV, cujo autor poderá ser Anaxímenes – onde se dão conselhos às pessoas que procuram pôr termo a uma guerra na qual se envolveram. Não obstante, não sabemos quem influenciou quem: terá sido Tucídides a influenciar o autor do tratado ou terá sido ao contrário? Não é possível ser assertivo. Tucídides, é quase certo, terá conhecido alguns dos tratados rudimentares de oratória que circulavam pela Atenas do século V, mas isso não significa, na opinião de Hornblower, que «o que Tucídides diz nos discursos tenha sido determinado pela teoria» (ibid.: 50). Pode, sim, ter sido determinado pela própria prática dos diplomatas seus contemporâneos. Se assim fosse, seria um sinal de que o historiador estava a cumprir o seu programa, ao tentar aproximar-se o mais possível do retoricamente apropriado (τὰ δέοντα)<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> «The *Funeral Speech* then, and all the other speeches, represent the thought of Thucydides just as they are expressed in language which is unquestionably his own. But in another sense they are genuinely objective, in so far as each of them constitutes an analysis conveying to the reader the attitude of representative individuals or groups in relation to the facts which came up for discussion» (Cochrane 1929: 26).

<sup>88</sup> Em «Intellectual affinities» (1987: 110-131), Hornblower estuda prováveis influências da medicina e da tragédia e influências óbvias da retórica no trabalho Tucídides. Todavia,

O primeiro dos três ensaios de Finley (1967) sobre Tucídides foi um importante contributo para se perceber o quanto o historiador foi fiel ao pensamento e à arte retórica da época que retrata nos discursos, não podendo ser acusado de anacronismo<sup>89</sup>. Como é que Finley chegou a esta conclusão? Comparou os discursos da *História da Guerra do Peloponeso* com as primeiras peças de Eurípides, que se reportam à mesma época. E que descobriu ele? Que as ideias e o estilo argumentativo, conhecido como formal, que Tucídides põe na boca dos seus falantes, aparece também nas tragédias de Eurípides. Tal não significa que a argumentação emprestada por Tucídides às suas personagens foi exatamente aquela mas que poderia ter sido e que, logo, o historiador está a dar-nos um retrato possível da atitude do homem face a acontecimentos que tiveram lugar, alguns deles mais de um quarto de século antes do momento provável da sua redação<sup>90</sup>. Este estudo sinóptico da bibliografia dos dois autores gregos permite também a Finley concluir que o historiador sofreu influências das ideias que estavam em voga em Atenas, antes do seu exílio:

Thucydides attributes to the statesman ideas which were apparently commonplace in the contemporary discussion of democracy and which, as such, Pericles must have know. If Euripides offers further resemblances of the same kind, then these should give further proof that the historian at the end of the century is not entirely rephrasing in his own way what he conceived to have been the issues of the past, but that he does in fact keep the echo of ideas and arguments once used when those issues were before men. Similarly, resemblances in thought between the

---

alerta-nos para um problema. Possuímos um volumoso conjunto de escritos hipocráticos e chegaram até nós trinta e quatro tragédias, algumas integrais, outras incompletas. Todavia, a oratória da época de Tucídides não conheceu a mesma fortuna. Não há discursos preservados anteriores aos finais do século V. Supõe-se que terão existido tratados teóricos, mas perderam-se. O mesmo se passa com a dívida de Tucídides com uma quarta influência, Sócrates, o filósofo mais influente da sua época, cujo pensamento podemos conhecer unicamente por intermédio dos diálogos do seu discípulo Platão e de Xenofonte. Não temos o mesmo tipo de acesso direto aos ensinamentos do grande filósofo que Tucídides poderá ter tido. Homblower não tem dúvidas em considerar Tucídides um pensador socrático. Para além de todas estas dificuldades, a maior é que Tucídides muito raramente menciona explicitamente o nome de um intelectual que o tenha influenciado.

<sup>89</sup> «[...] these parallels tend to show that the speeches of Thucydides are not anachronistic but that, on the contrary, they expound ideas which the historian knew to have been familiar at the time when the speeches were delivered» (Finley 1967: 51).

<sup>90</sup> Recorde-se que na antiga polémica entre analistas e unitaristas, Finley se destacou como unitarista. O seu terceiro ensaio sobre Tucídides, onde defende exatamente a tese de que a obra de Tucídides foi redigida toda de uma vez, depois da guerra (404 a.C.), põe praticamente fim à chamada “questão tucididiana”.

early plays of Euripides and parts of the *History* other than the speeches would suggest that the historian was himself influenced by ideas current in Athens before his exile [Finley 1967: 4].

Também conclui que ambos os autores empregaram expressões linguísticas que deviam ser lugares-comuns da retórica do século V. A argumentação formal ensinada por Górgias, praticada por Antifonte e criticada por Sócrates no *Fedro* de Platão consistia exatamente num *vademecum* de estereótipos argumentativos. Há, pois, motivos para acreditar que Tucídides pôs os oradores a falar de acordo com uma certa quantidade de regras fixas de retórica e linhas de argumentação que os próprios oradores deveriam conhecer e usar. É interessante verificar que a expressão empregue por Tucídides τὰ δέοντα μάλιστα εἰπεῖν é muito parecida e tem o mesmo significado daquela que Sócrates refere no *Fedro* (234e6) para caracterizar o velho tipo de argumentação formal: ὡς τὰ δέοντα μάλιστα εἰρηκότος. Em suma, Tucídides e Eurípides empregaram as costumeiras regras da oratória do século V. O facto de esta oratória ser em grande medida convencional torna credível que os discursos de Tucídides fossem simultaneamente criação sua e refletissem formas de pensamento e de argumentação amplamente utilizados entre os seus contemporâneos. Ora, se como defende Finley, um unitarista, Tucídides escreveu parte ou a quase totalidade da sua *História* depois de 404, tem o mérito de reproduzir com alguma fidelidade o “outlook” e a atitude dos anos de guerra. Não transcreveu *ipsis verbis* as falas das figuras que cita mas as que poderiam ter sido ditas em função do ambiente em que foram pronunciadas, por onde circulavam convenções que encontram também lugar nas tragédias de Eurípides<sup>91</sup>.

A investigação de Finley demonstra a inequívoca influência da retórica sobre a obra de Tucídides e a plausibilidade do conteúdo dos debates, mas não nos resolve totalmente o problema latente do conflito entre “o que foi verdadeiramente dito” e “o que era conveniente” ou, por outras palavras, entre subjetividade e objetividade, que é o da veracidade dos discursos.

Neste capítulo, as opiniões também se dividem. Há os que, como Wallace, pura e categoricamente defendem que os discursos são uma completa invenção

---

<sup>91</sup> «It seemed therefore to follow that although Thucydides wrote some, perhaps most, of this *History* after 404, he nevertheless reflects with some fidelity the outlook and attitude of earlier years. One could not, to be sure, assert on such evidence that given speakers actually spoke as Thucydides said they did, but it was at least clear that they might well have spoken so, since the ideas were then so much in the air as to find expression in tragedy» (Finley 1967: 55).

de Tucídides, na forma e no conteúdo: «[...] speeches which they [the actors] never spoke, speeches which are patently Thucydidean both in matter and in expression» (1964: 251). Há os que, como Cogan, argumentam longamente não tanto em favor da objetividade mas mais da sua historicidade. Para este autor, pôr em causa a veracidade dos discursos é pôr em causa toda a obra de Tucídides, uma vez que o historiador selou os discursos com o mesmo selo de garantia com que selou todas as outras partes da sua história.

Inasmuch as Thucydides presents the speeches simply as speeches, and gives no indication that he has fabricated them in any material way, he has given to the speeches the same guarantee of their historicity that he has given to every other aspect of his history, every other event in his narrative [Cogan 1981: xi].

Por conseguinte, se defendemos que Tucídides forjou os discursos, devemos admitir que forjou todos os restantes factos históricos que nos apresenta, o que, em última análise, pode significar a destruição total da credibilidade de toda a obra de Tucídides. Tal postura é classificada de niilista e inaceitável por Cogan.

If we believe Thucydides will invent speeches (yet attempt to pass them off as genuine events and declarations), what is to have prevented him from inventing events, battles, or the details of the progress of battles? To question the veracity of the speeches has the ultimate consequence of undermining – if no utterly destroying – the credibility of all of Thucydides' history. Such a nihilistic position is unacceptable [Cogan 1981: xi].

De facto, argumenta o mesmo, destruir a credibilidade da obra seria destruir a credibilidade da mais importante fonte de informação de que dispomos acerca da guerra do Peloponeso. Por outro lado, não há provas que sustentem a falsidade ou a falta de credibilidade do trabalho de Tucídides. Pelo contrário, cada indicação interna reforça a nossa crença na verdade fundamental do seu relato. Na medida em que julgamos a narrativa dos factos essencialmente digna de confiança, devemos manter a mesma confiança relativamente aos discursos, pois Tucídides declara ter procurado tratar ambos com o mesmo rigor.

A avaliar pelas palavras de Tucídides, o problema dos discursos tem que ver com *akribeia* (exatidão, precisão) e não com historicidade. Se os discursos fossem inventados, não faria grande sentido falar na dificuldade de os reproduzir com exatidão. A *akribeia* só se torna motivo de preocupação quando se tenta fazer um registo fiel do que foi proferido nas diversas ocasiões. Daí que Cogan encontre nesta mostra de preocupação a prova da veracidade da sua história.

Os que defendem a falsidade histórica dos discursos veem sobretudo os seus aspetos retóricos, a sua apresentação e ornamentação estilística, e, negando

a sua historicidade, falam dos discursos como meios para exhibir (*epideixis*) causas e princípios, abstraídos de um particular contexto histórico e enunciados em termos universais. Sugerem que Tucídides utiliza os discursos para propor análises políticas gerais, quando a função do historiador é expor e explicar os eventos na sua particularidade. Cogan ataca esta interpretação dos discursos, que designa de epidíctica (ibid.: xiv), sustentando que o que torna Tucídides um grande cientista político é justamente o facto de ele cumprir tão bem a sua missão, preocupando-se mais com as particularidades da política do que com abstratas formulações políticas.

Com base na seletividade de Tucídides – os acontecimentos que omitiu, as prioridades que deu a uns em detrimento de outros – é possível, hoje em dia, especular acerca dos princípios seletivos empregues pelo historiador relativamente aos eventos da guerra e a partir daí inferir a sua interpretação da guerra, ainda que essa especulação seja sempre incompleta devido à falta de outros relatos alternativos da guerra do Peloponeso. Já no caso dos discursos a realidade é outra. Devem ter sido pronunciados milhares de discursos políticos durante o tempo que durou a guerra, mas Tucídides apenas transcreve vinte e sete. Mesmo sem conhecer os discursos que o historiador omitiu, Cogan acredita que Tucídides selecionou «os mais representativos daqueles processos e forças que ele sentiu serem o verdadeiro sentido da guerra» e os mais representativos em «exibição e explicação» da matéria que compõe a sua história (Cogan 1981: xv). Cogan acredita ainda que esta seleção é mais um argumento a favor da autenticidade dos discursos (com tão grande quantidade de discursos, Tucídides não teria necessidade de inventar) e que o alto nível de seletividade assegura que uma interpretação da informação neles contida e das razões para a inclusão destes discursos em particular permite inferir os princípios de seletividade que estruturam a composição da história composta por Tucídides.

Brunt adota uma posição intermédia. Dizer que se manteve o mais próximo possível do sentido geral do que foi realmente dito implica que teve algum contacto com o real, logo, os discursos não serão uma invenção total. Nuns casos, o historiador deu-nos o que terá recordado anos mais tarde e o que achou apropriado (τὰ δέοντα). Noutros, deve ter-se dado o caso de o historiador ter os discursos ainda frescos na sua memória. Contudo, mesmo nesta situação, não se pode evitar as parcialidades da memória. A alegação de Brunt resume-se em poucas linhas:

Manny of the speeches seem plausible enough in their content, but even here cannot be sure that they are historic; for in so far as Thucydides' inventions were dramatically true to the speaker and the occasion, we cannot hope to distinguish them from "what was actually said".

We can reasonably suppose that when the importance of a speech was immediately evident, he will have set down a version of it while recollection was still fresh. In this category we may put most, if not all, of the speeches recorded on the eve of the war or of the Sicilian expedition. Even here is memory might unconsciously have selected those parts of a speech which *he* thought most cogent, and he may have added or elaborated arguments which reflected his own turn of mind. But in other cases the relevance of certain speeches to his theme may have dawned on him long after memory had faded [1993: 151].

Hornblower também considera que os discursos não podem ser tratados nem como meras imposições de *conveniência* retórica nem, ingenuamente, como sínteses ou amplificações de uma transcrição áudio do *que foi realmente dito*. Lembremo-nos que é o próprio Tucídides que nos alerta para a impossibilidade de uma transposição fidedigna, prometendo apenas o *sentido geral do que foi dito*. Alguns detalhes circunstanciais que Tucídides emprega em determinados discursos, como os patronímicos, fazem-nos crer que a ficção não deve ter sido tanta como muitas vezes se supõe. Todavia, os argumentos a favor da autenticidade e da falta de autenticidade total ou parcial dos discursos são vários e têm sido uma preocupação constante dos estudiosos de Tucídides (Hornblower 1987: 52-65). Demonstradas ficaram a seleção, compressão e omissão a que os discursos foram sujeitos pelo autor, onde o desfavorecimento de Cléon e o favorecimento de Hermócrates de Siracusa são exemplos comumente apontados. No entanto, Hornblower não encontra argumentos suficientemente convincentes da artificialidade dos discursos – «none of the arguments for artificiality are so strong that we are forced to think wholly in terms of ‘what was appropriate’ rather than ‘what was really said’ (ibid.: 65) – pelo que o melhor é concluir: era intenção de Tucídides dar-nos um relato fidedigno, mas confrontou-se com a necessidade de omitir, selecionar e concentrar e, por isso, teve que se contentar com dar-nos o relato apropriado: «[...] Thucydides’ aim in speeches, as in narrative, was to record truthfully – to give ‘what was really said’; but again there was present an opposite and inconsistent aim, to omit, select and concentrate, giving instead ‘what was appropriate’» (ibid.: 71).

Crane, defendendo que, «estranhamente, os discursos são a única porção da sua história na qual a “precisão” pode, num sentido, ser absoluta» (1996: 69), chama-nos a atenção para o papel que desempenhava à época de Tucídides a transmissão oral de discursos, onde as tradições orais estavam ainda extremamente arreigadas e havia uma grande confiança na “spoken-word” (vide ibid.: 69-70).

Como conclusão, parece-nos boa a síntese de Gomme (1954). Podemos dizer que nos discursos intervêm as duas facetas do historiador enquanto artista

e cientista. Alguns dos discursos recreados por Tucídides serão fiéis à argumentação real, não só porque ele próprio os terá ouvido mas porque a argumentação devia ser conhecida do público em geral e, a fazer fé no profissionalismo confesso do historiador, acreditamos que o mesmo se tenha realmente empenhado na recolha de informações. Outros devem contar com uma margem maior de arbitrariedade e originalidade, não só porque Tucídides dificilmente os terá ouvido, mas porque não seria fácil obter informações suficientes e seguras sobre eles. Para ilustrar os dois extremos, tomemos dois exemplos. Existem provas de que os argumentos empregues por Péricles no seu primeiro discurso, no final do livro I, exortando os seus compatriotas a manterem-se firmes e a rejeitar o ultimato dos Peloponésios, são reais; sabe-se que Péricles os terá proferido em várias ocasiões e que, muito provavelmente, Tucídides os ouviu ou, mesmo que não os tivesse ouvido pessoalmente, não seria difícil ouvi-los de terceiros. Já não podemos dizer o mesmo acerca dos discursos dos Plateienses e dos Tebanos, depois da rendição de Plateias, acerca dos quais não seria mais difícil conseguir informações com alguma fidelidade. E mesmo que tivesse sido informado acerca do tom e dos argumentos evocados, estaria sempre em melhores condições para reproduzir *sensu latu* o discurso de Péricles do que os destes últimos. O discurso de Plateias entra mais facilmente naquela categoria que Aristóteles define como o provável (οἶον ἂν γένοιτο), e que define o poético e o de Péricles adequa-se mais ao que realmente aconteceu (οἶον ἐγένετο), que define o histórico. Ainda assim, nenhum discurso é precisamente como aconteceu (ὅπερ ἐγένετο), por muito que Tucídides os introduza com τοιαύδε ἔλεξεν, como se citasse as palavras dos próprios oradores. Se, por hipótese, Tucídides tivesse tido acesso aos registos escritos dos discursos, como têm atualmente os historiadores, poderia ser mais fidedigno, mais exato, mais cientista, mais historiador? Sem dúvida que sim, mas isso não nos deve fazer esquecer que, mesmo nessa situação ideal, ele se veria confrontado com um conjunto de opções de carácter subjetivo, como, ademais, se veem confrontados os historiadores da atualidade: selecionar discursos, integral ou parcialmente, textual ou indiretamente, de forma detalhada ou em síntese. Selecionar e apresentar são sempre atividades subjetivas, sujeitas que estão ao julgamento do próprio historiador. Selecionando e apresentando, Tucídides está a obedecer às leis que governam a escrita da história e, ao mesmo tempo, governam a arte. O trabalho do historiador está sujeito às limitações espaciotemporais; e não pode ser de outro modo; ninguém pode escrever fora do mundo. O que se lhe pede é que seja inteligente, isto é, que não seja ingénuo acerca da sua época e das suas preferências; que se empenhe a fundo na procura de provas documentais que

corroborarem as suas interpretações dos factos; que vise como única meta irredutível a verdade; por fim, mas não menos importante, que tenha competências de escrita.

## 6. TUCÍDIDES, CIENTISTA OU ARTISTA? ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Os discursos são um bom exemplo da duplicidade que afetou Tucídides e todos os historiadores de todos os tempos: cientista e artista, objetivo e subjetivo.

Como já tivemos oportunidade de mencionar, na introdução a este estudo, a apreciação sobre Tucídides alterna muito entre o elogio e a censura. Mesmo na antiguidade era bastante admirado por Salústio e foi severamente criticado por Dionísio de Halicarnasso, que lhe dedicou um tratado, *De Thucydide*. O seu momento de maior glória foi a sua adoção como modelo da história metódica. Todavia, logo a partir do dealbar do século XX, abrem-se duas correntes: uma, iniciada por Cornford, retomada por Glen Bowersock (1965), por Parry (1969, 1972), Grant (1974), Loraux (1980, 1986), Hunter (1973), acentua o escritor em detrimento do sábio, o *pathos* em detrimento da objetividade, fundando a verdade tucidiana sobre a singularidade de uma atitude eminentemente subjetiva; e outra, cujo representante máximo no século XX é Cochrane (1929), continuador de uma tradição iniciada pelos historiadores positivistas do século XIX, que exalta sobretudo o cientista, a sua objetividade, fiabilidade e imparcialidade. O livro que Francis Cornford publica em 1907, *Thucydides Mythistoricus*, é inovador e reacionário, na medida em que rompe com a convicção, iniciada no século XIX, de Tucídides como o sagrado defensor da objetividade e do rigor. Cornford chama a atenção para o lado essencialmente literário e pouco fiável da *História da Guerra do Peloponeso*, dizendo, entre outras coisas, que o historiador grego se apoiou em Ésquilo e que de cientista não tem nada. Como contrarreação a esta tese surge em 1929 o estudo de Cochrane, *Thucydides and the science of history*, onde faz a apologia de um Tucídides cientista, cujo trabalho é comparável ao de Hipócrates na medicina, na medida em que a descrição da peste se faz com a mesma atitude, o mesmo tipo de análise, até a mesma terminologia técnica<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> «The true is that Thucydides had the assured faith of a scientist because he was a scientist, because, in fact, he was inspired by contact with a department of positive science which in his day had succeeded in extricating itself from the coils of cosmology, and which



De facto, cada um destes autores – a quem podem ser imputadas falhas de análise mas também justeza – representa uma das facetas de Tucídides. A maioria dos estudiosos do historiador tem conciliado estas duas facetas, numa harmonização do artista e do cientista, da subjetividade e da objetividade. É esta conciliação que nos importa aqui realçar, porquanto ela é o fado de todo o historiador sério. Da nossa leitura de Ricœur ficou claro que nenhum historiador digno desse nome é totalmente objetivo e nenhum é totalmente subjetivo.

Se outorgamos o termo “cientista” a Tucídides, não é com o mesmo valor semântico que este granjeou nos séculos XIX e XX, nem tão pouco poderemos colocar Tucídides em pé de igualdade com um historiador profissional do século XX, que lida com notas de rodapé reguladas por precisas convenções de citação, bibliografia, fontes primárias e secundárias. Além disso, Tucídides está muito longe da febre historicista, positivista, progressista e profissional da Escola Metódica, que, em finais do século XIX, impulsionada pelo contributo de ciências auxiliares como a antropologia, a filologia comparada, a numismática, a epigrafia, a paleografia e a diplomática, revolucionou a história como ciência. Mas também está distante da história estrutural e sincrónica do século XX – ainda que essa diferença possa ser esbatida, mas nunca completamente anulada (Hunter 1982). De igual modo, a sua tendência para generalizar não pode ser confundida com o modelo nomológico-dedutivo do neopositivismo, por muito que alguns especialistas entendam as suas κτῆμά τε ἐξ αἰεὶ como leis universais. Mesmo que Tucídides andasse atrás de leis científicas, os métodos de generalização de um e de outros é incomparável. Estatística e métodos quantitativos são termos tão estranhos a Tucídides como televisão e foguetão.

Quando falamos de objetividade e subjetividade, no contexto grego, impõem-se cautelas. Hornblower explica que não há notícia, até à *Poética* de Aristóteles, de que estas duas realidades devessem ser separadas:

---

by means of a method adequate to the most rigid modern demands was already advancing to conclusions which were recognized as valid and immensely significant for human life. On the other hand, biological and medical science deals directly with humanity in its normal and pathological conditions. And, in the second half of the fifth century, biology and medicine were already established as fruitful sciences in the hands of the Hippocratic school. The intellectual and spiritual affiliations of Thucydides were with this school. [...] Specifically, however, his inspiration comes from Hippocrates, along with the principles of method which determined the character of his work. The *Histories* of Thucydides represent an attempt to apply to the study of social life the methods which Hippocrates employed in art of healing, and constitute an exact parallel to the attempts of modern scientific historians to apply evolutionary canons of interpretation derived from Darwinian science» (Cochrane 1929: 3).

To the objection that Thucydides cannot have been such a fool as to utter such a flagrant contradiction, we can reply that the contradiction is far from flagrant: it requires language like ‘objective’ and ‘subjective’, and more important a conscious distinction between the historian as recorder of fact, on the one hand, and the writer of the dramatically plausible on the other, which as we have seen is a distinction not formulated until Aristotle – though Thucydides’ own admirable practice may have contributed to its formulation [1987: 46].

O mesmo deteta em Tucídides uma tensão entre totalidade e seletividade, entre o desejo de registar todas as ações (*erga*) particulares da guerra e a tendência para omitir e selecionar até ao extremo, com o intuito de extrair daí as implicações gerais dos acontecimentos. Temos pois uma espécie de Tucídides repórter, que grava tudo, e uma espécie de Tucídides sociólogo, este último mais interessado nos padrões gerais que regem a sociedade humana; consciente, porém, de que os sintomas variam consoante os casos particulares. As coisas que omite são normalmente tão cuidadosamente escolhidas como as que seleciona (ibid.: 42). O exemplo mais comum, amplamente analisado por Crane (1996), é a omissão de mulheres<sup>93</sup>. Hornblower acrescenta a ausência de embriagados. Tucídides oscila, assim, entre a tendência para narrar de forma objetiva e, por vezes, excessivamente pomenorizada, todos os factos que lhe pareçam dignos de menção, e a tendência subjetiva para selecionar e estilizar incidentes e figuras chave. Hornblower (ibid.: 43) chama-lhe «flutuação entre subjetividade massiva e totalidade massiva, ou talvez entre extrema subjetividade e extrema objetividade», encontrando na obra de Tucídides uma contradição entre dois programas distintos, o subjetivo e o objetivo, entre o desejo de selecionar e construir paradigmas e o desejo de registar todos os factos. Cléon é composto como um demagogo e Hypérbolo ignorado. A guerra civil (*stasis*) em Corcira é descrita com rigor, e nenhuma outra guerra civil posterior recebe a mesma atenção da parte do historiador ateniense. O cerco de Plateias, irrelevante em termos militares, é um exemplo do que pode acontecer, a saber, uma ilustração daquilo de que Esparta libertadora era realmente capaz. Do mesmo modo, a *Pentecontaeteia* é uma série altamente seletiva de exemplos de agressões provocadas por Atenas. Hornblower vê nesta faceta de Tucídides um poeta no sentido aristotélico do termo: «[...] the Thucydides who treated demagogues and stasis so selectively was exploring general phenomena and searching for ‘general ideas’» (ibid.: 42).

---

<sup>93</sup> Crane (1996) denuncia outras exclusões vocabulares na *História da Guerra do Peloponeso*, como laços de parentesco, *oikos*, *genos*, *polis*.

Romilly, no seu ensaio sobre *L'objectivité dans l'historiographie grecque* (2005: 31-40) chama-nos a atenção para as *nuanças* entre o conceito de objetividade da historiografia moderna e o conceito de objetividade da historiografia grega. Apesar de a objetividade constituir uma grande preocupação do racionalismo grego, estes acabam por não conseguir ultrapassar um conjunto de dificuldades – que se prendem com a falta de meios de informação ao seu dispor – realizando um conceito de objetividade muito mais vago e condescendente que o nosso. Basta ver a liberdade com que Tucídides transcreve os discursos. Atualmente, ninguém ousaria transcrever discursos a não ser a partir de um registo áudio real ou a partir de documentos originais. Os discursos de Tucídides são um exemplo do sacrifício da objetividade material à verdade do conjunto, porque, trabalhando como processo explicativo que põe em relevo o parentesco dos políticos com determinados acontecimentos, eles resultam de uma construção subjetiva do historiador. Sem embargo, como contrapartida à falta de objetividade dos discursos pode-se citar aquele extraordinário testemunho da objetividade, que se vivia na pólis democrática de Atenas – basta recordar as palavras de Hannah Arendt. Romilly diz ainda que o que se verifica nos discursos pode-se estender a todo o texto histórico. Se o discurso resulta de uma análise ou construção subjetiva, ele liga-se a toda uma interpretação da verdade que se traduzirá igualmente na escolha de factos a relatar ou a omitir e na explicação do seu sucesso ou insucesso.

L'historiographie grecque visait donc délibérément à une vérité qui était fort éloignée de la simple objectivité. Cette vérité était analyse; elle était interprétation; elle était pensée. Et le souci principal des auteurs n'était pas de raconter mais d'expliquer [ibid.: 35-36].

Romilly talvez não estivesse desperta para o assunto, mas tudo o que diz neste excerto sobre as limitações da historiografia grega podia aplicar-se à historiografia moderna. Neste aspeto em concreto, a sua objetividade não era diferente da atual, pois toda a historiografia é sempre análise, interpretação e pensamento. Um historiador não cessa de escolher. Quando define o seu domínio, delimita a sua pesquisa, informa-se, escolhe. Escolhe também entre os dados, mesmo incompletos, que reuniu, entre os documentos, mesmo limitados, que conheceu e reteve. A verdadeira historiografia é aquela que procura explicar, e isso herdámo-lo dos Gregos: sem explicação não há história, há crónica. Não é aí que Tucídides fracassa. O mesmo tom acusatório se encontra nos seguintes termos:

Pour des Grecs, l'information de l'historien n'est pas simplement contrôle entre vrai et le faux: elle est déjà intelligence et tri entre ce qui compte et ce qui ne compte pas. Les efforts de l'enquêteur impliquent une perpétuelle activité d'esprit, une comparaison, un choix, une mise en ordre intelligente [ibid.: 33].

O que Romilly aqui diz dos historiadores gregos se pode dizer de todos os historiadores, de todos os tempos, como ficou demonstrado das reflexões de Ricœur. A partir do momento em que o historiador dirige uma questão ao passado, já está a limitar a sua pesquisa, a orientá-la num certo sentido, a selecionar, a omitir, a racionalizar.

Se, de facto, havia um distanciamento dos gregos relativamente à objetividade, ele não implicava nenhum compromisso ideológico, como sucederá posteriormente com toda a historiografia até à atualidade. Se há coisa que se deve reconhecer aos historiadores gregos, é a sua isenção ideológica – «mais le propre de l'historiographie grecque est que cette distance par rapport à l'objectivité n'y implique aucun engagement doctrinal» (ibid.: 36).

Também de parcialidade é injusto acusar os historiadores gregos:

Certes, nous n'avons pas beaucoup d'éléments pour critiquer les historiens grecs; et leurs fautes sont peut-être beaucoup plus graves qu'il n'y paraît. Mais on peut remarquer que leurs critiques mutuelles (jusqu'à Plutarque) ne visent pas en général la partialité ni la règle du *sine ira aut studio*. Comme pour la philosophie, le problème essentiel n'est donc pas là: il est dans la forme et le but qu'ils assignent à l'histoire [ibid.: 34].

Há um ponto em que Romilly (ibid.) e Hunter (1973) estão de acordo, e que põe realmente em causa a objetividade tucididiana, sendo um bom exemplo daquela objetividade grega menos escrupulosa ou mais condescendente. Ambas as autoras concordam que, em Tucídides, os discursos se organizam em sistemas que se opõem, se correspondem, se medem uns pelos outros. Além do mais, estes discursos estão estreitamente ligados com a narração, cujas peripécias eles aclaram de antemão. Cada discurso prevê, bem ou mal; e é a narração que vem dizer qual das previsões estava correta. «Par là, le récit se transforme en un ensemble intelligible, qui laisse au lecteur un impression de nécessité. La raison organise et modèle l'objet de l'histoire» (Romilly 2005: 37). A inteligibilidade do discurso histórico assim estabelecida é vista como um atentado à objetividade e à verdade. Por um lado, gera-se a sensação de que a história é inteligível e que os acontecimentos podem ser compreendidos em função de um cálculo racional. Em boa verdade, todo o discurso histórico se tenta apresentar como racional e impõe determinada ordem. O discurso histórico é por natureza coerente. Cabe à literatura e à arte em geral brincar com as incoerências da

vida e da história. Excluído deve ficar o paradigma da ligação calculista previdente entre discursos e narração. Mas não porque criem a ideia inflexível de necessidade – estas previsões não têm caráter de lei. Nem todos os factos comprovam ou infirmam as previsões feitas, há lugar para a imprevisibilidade, para o acaso (*tyche*), como já antes demonstrámos. Censurável é este artifício de Tucídides: empresta às suas personagens previsões *ex eventu* que eles não fizeram e que modificam a nossa percepção da realidade histórica. Por isso, Virginia Hunter deita por terra qualquer tentativa de ver em Tucídides um historiador objetivo, se por isso entendermos alguém que não deixa a sua perspectiva contaminar a apresentação dos factos:

Factual accuracy and objectivity have long been considered the major qualities of Thucydides' *History*. This is a one-sided, if not totally distorted view of the historian and his method of composition. [...] Thucydides "facts" cannot be considered in isolation from the schema or pattern which informs them. "Truth" then is not just the *erga* but the *erga* (and the *logoi* too) as they conform to a coherent and meaningful pattern. In other words more important than the facts themselves are the preconceptions about history, the historical process, and the purpose of the historian with which Thucydides approached his task of recording "the war between the Peloponnesians and the Athenians" (1.1.1) [Hunter 1973: 177].

Nesse sentido, Tucídides é o menos objetivo dos historiadores.

What emerges most clearly from our analysis of the historiographic methods Thucydides used to achieve this purpose is the intensity and artistic skill of the man, and the almost architectonic quality of his mind, which grasped in a single vision not just the war which he claimed to recorded but all of human history, as it were. [...] We was thus no scientist in the 19<sup>th</sup> century sense, but rather a scientist enquirer, even as Herodotus was before him. And if objective means *not* to allow one's own outlook, philosophical or otherwise to obtrude, then Thucydides was surely the least objective of historians [ibid.: 183, 184].

Romilly, a nosso ver, bem, deita um pouco de água nesta fervura levantada por Hunter: «Cela est vrai; et pourtant je ne saurais, cette fois encore, prendre la chose au tragique. Thucydide a en effet plus de rigueur qu'un tel résumé ne ferait croire» (2005: 38). Não escamoteia de modo algum o artifício inventado por Tucídides, sinal mais visível da sua interferência, apenas o suaviza, explicando que ele assenta numa visão muito particularmente grega da natureza humana:

Pourtant, cette prévision, à laquelle se livrent ses orateurs, et ces vraisemblances, qu'il tente de mettre en lumière, cachent une autre originalité, d'une portée plus

grande, et peut-être, pour nous, plus inquiétante. En effet, les prévisions des orateurs se fondent sur l'idée d'une constance de la nature humaine, sur des comportements sujets à se reproduire, soit en vertu de la logique du raisonnement qui les inspire, soit du fait de l'entraînement qu'exercent sur l'homme des émotions mal contrôlées et subies de façon passive. Les arguments de vraisemblance supposent une certaine universalité. Or ces prévisions des orateurs, par leur rôle dans le récit, reçoivent à chaque fois le double contrôle d'une prévision opposé et d'une mise à l'épreuve concrète: elles deviennent donc à leur tour des leçons dans l'art de prévoir. Et cette orientation nous révèle l'existence, derrière de procédé, d'un troisième postulat sur l'histoire, qui est que certains traits s'y répètent [ibid.: 39].

A objetividade grega existia, apenas tem que ser entendida dentro da visão que os Gregos tinham do devir humano, baseado no conflito entre *doxa* e *episteme*, particular e geral: «L'objectivité grecque existe, mais, même en histoire, elle s'atteint par l'esprit et se réfère à l'universel» (ibid.: 40). Os Gregos não viam a história como algo sempre em mutação em direção ao progresso. De um ponto de vista prático, a visão grega do devir humano e da história convida a uma purga das singularidades e das particularidades para reter apenas o geral. O objeto da história é, pois, a ideia ou forma no sentido platônico do termo. A história deve procurar o verdadeiro para lá da aparência e o eterno para lá do mutável.

Posto isto, diremos que, se falamos de Tucídides cientista, é no sentido de alguma *akribeia* que não podemos deixar de reconhecer: rigor, precisão, imparcialidade, objetividade. Falamos de alguém que imita um modelo de linguagem técnica ou que, pelo menos, se reclamava de objetiva e neutra para escrever a sua história; alguém que, eventualmente, recorre a métodos de leitura importados das ciências do seu tempo; sobretudo, alguém que rompe, definitivamente, com a explicação mítico-religiosa ou a racionaliza, procurando sempre razões humanas e naturais para os acontecimentos; alguém que estabelece uma epistemologia, um programa metodológico, e orienta o seu trabalho por critérios de verdade; em suma, alguém que estabelece como prioridade separar história de ficção. Já o dissemos, em Tucídides a prática fica consideravelmente aquém da ambiciosa (mas ainda válida) teoria. Por isso, se falamos de Tucídides artista, falamos do oposto de todas estas características enunciadas. Do que fomos dizendo sobre Tucídides não restam dúvidas que nele se conjugam as facetas do artista e do cientista, da subjetividade e da objetividade, da parcialidade e da imparcialidade, em suma, da história e da ficção. É assim que o veem muitos dos seus conhecedores. Cornford teve o mérito de assinalar fortemente os traços que aproximam a história de Tucídides da tragédia, mas não foi capaz de perceber, como Lamb (1914), Finley (1942), Gomme (1954), Romilly (1956, 86)

que «estes traços podem aliar-se com a exatidão e a preocupação pela verdade», ou que é um erro supor que o recurso literário é incompatível com o relato verdadeiro. Pelo contrário, a forma literária pode ser uma forma estilizada de apresentar a verdade<sup>94</sup>. Esta é no fundo a tese maior que aqui pretendemos expor.

Onde o conflito entre objetividade e subjetividade se torna mais evidente é na sentença programática relativa aos discursos. Aí, o historiador ateniense tenta conciliar em si duas tendências: uma objetiva, o historiador que regista “o que foi verdadeiramente dito” (ἀληθῶς λεχθέντων); outra subjetiva, o escritor de um drama verosímil que regista “o que poderia ter sido dito” (τὰ δέοντα). Ainda que admitamos, com Hornblower, que Tucídides não tinha consciência desta diferença entre subjetividade e objetividade, nem tão pouco conhecia os termos que Aristóteles mais tarde categorizará, podemos ao menos partir das palavras do próprio Tucídides para dizer que ele tinha consciência da diferença entre o seu trabalho (que nós designamos de história) e τὸ μυθῶδες, verdade e retórica, *akribeia* e poesia. Para chegar a esta conclusão, não é preciso mais do que reler o seu programa metodológico. Por um lado, manifesta-se cético relativamente aos artistas: os poetas que compõem hinos (ποιηταὶ ὑμνήκασι) acerca de acontecimentos do passado que não conhecem e que engrandecem embelezando-os (τὸ μείζον κοσμοῦντες μᾶλλον); os logógrafos (λογογράφοι) que procuram mais agradar ao auditório com τὸ μυθῶδες do que dizer a verdade (προσαγωγότερον τῆ ἀκρόασει ἢ ἀληθέστερον); os bem-falantes (εὖ εἰπόντων) que enganam os ouvintes com belas palavras, persuadindo-os das piores ideias (III. 38). Contra este comportamento artístico, Tucídides adota uma atitude objetiva de cientista: é seu intento que ninguém fique mal informado (οὐχ ἀμαρτάνοι), por isso procura a verdade (ἢ ζήτησις τῆς ἀληθείας); faz investigação (ἠρῶσθαι) do passado com base nos indícios mais evidentes (ἐκ τῶν ἐπιφανεστάτων σημείων); e do presente com base no que o próprio presenciou (αὐτὸς παρήν) ou no que procura saber junto de terceiros (παρὰ τῶν ἄλλων), com o máximo de rigor possível (ὅσον δυνατὸν ἀκριβείᾳ); porque da tendenciosidade dos testemunhos e da parcialidade da memória desconfia (ἐκατέρων τις εὐνοίας ἢ μνήμης); tem o cuidado de narrar cada acontecimento por ordem cronológica e datados por estações (γέγραπται δὲ ἐξῆς ὡς ἕκαστα ἐγίγνετο κατὰ θέρος καὶ χειμῶνα); revela meticulosidade científica na descrição

<sup>94</sup> Cf. Hornblower 1987, 79: «With Thucydides, as with Herodotus, it is a mistake to suppose that a literary device is somehow inconsistent with a truthful account; it may rather be a stylized way of presenting what is true».

de alguns acontecimentos como a peste (ἐγὼ δὲ οἶόν τε ἐγίγνετο λέξω, καὶ ἀφ' ὧν ἄν τις σκοπῶν); revela atitude objetiva ao querer apagar-se da narrativa e deixar os acontecimentos narrarem-se por si próprios, ou serem apresentados por terceiros em discurso direto; por fim, guarda imparcialidade, não favorecendo ou desfavorecendo nem Espartanos nem Atenienses nem quaisquer outros; resistindo mesmo à tentativa de falar de si, enquanto interveniente na guerra, ou aproveitar para censurar os responsáveis pelo seu desaire. Por outro lado, Tucídides, ele mesmo, admite não ser rigoroso na transcrição dos discursos (χαλεπὸν τὴν ἀκρίβειαν αὐτῆν τῶν λεχθέντων διαμνημονεῦσαι); e manifesta uma clara contradição entre objetividade e subjetividade – τῆς ξυμπάσης γνώμης τῶν ἀληθῶς λεχθέντων; ao mesmo tempo que tenta apagar-se da narrativa, deixa bem evidente a sua marca autoral, ao autoenunciar-se em nominativo (Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ξυνέγραψε); se demonstra uma imparcialidade exemplar com cada um dos lados em conflito, nota-se parcialidade relativamente a determinadas figuras – excesso de louvor a Péricles, excesso de censura a Cléon; a sua escrita, imitadora do modelo documental, que reclama neutralidade e objetividade, afinal, tem subjacente imensas influências de modelos artísticos como a tragédia, a epopeia e a retórica; seleciona, concentra e omite – omite factos, omite causas, omite figuras, omite fontes. Relativamente a estes dois últimos aspetos, salvasse-se já que nenhum historiador escreve sem influências; pois que a escrita já é em si uma arte, e todos os historiadores selecionam, condensam e omitem informação.

Nada disto nos deve escandalizar. Desde a Antiguidade que Tucídides era visto como um artista cheio de *pathos*, conciliando em si as duas facetas de artista e cientista. Connor (1977, in Rusten 2009: 29-43) dá-nos conta do surgimento de um novo Tucídides, a partir da década de sessenta do século XX, muito influenciado por uma onda de criticismo retórico que acentua de sobremaneira o envolvimento emocional do escritor nos factos que relata em detrimento da precisão, da neutralidade, do distanciamento.

To be sure, some of the new wave of Thucydidean criticism may have more new rhetoric than new perception. Thucydides the artist is no new discovery; the ancients often stressed the quality of pathos in his work; and certainly many classicists in the 50s and early 60s were attracted to Thucydides by the feeling of his superb mastery of his material and the intense, if largely explicable, power of his work [Connor 1977, in Rusten 2009: 31].

A propósito, é marcante o ensaio de Parry, *Thucydides' historical perspective* (1972), que se reconhece devedor do trabalho de Cornford:



Thucydides' *History of the Peloponnesian War* is an intensely personal and a tragic work. A careful reader feels this from the very first sentence: '... I began writing the History from the moment the war broke out'; [...] its intensity of feeling everywhere reminds us of Thucydides personal involvement. [...] The sense of the tragic, which exists as a fine suffusion in parts of Herodotus' work, dominates the whole *History* of Thucydides. This sense of tragic is something quite different from the clinical objectivity which has been so often, and often so thoughtlessly, ascribed to him» [ibid.: 47-48].

Conhecemos também as opiniões de Hunter, em *Thucydides the Artful Reporter*, e de Loraux, em *Thucydide n'est pas un collègue e Thucydide a écrit la Guerre du Péloponnèse*. Centrando-se, é verdade, noutros aspetos, Wallace e Grant acabam por afinar pelo mesmo diapasão. Vale a pena enunciar, sucintamente, o programa de ambos.

Wallace (1964) foi um dos pioneiros, depois de Cornford, a assumir uma postura crítica para com o trabalho de Tucídides, apontando-lhe omissões, a sua fixação exclusiva no evento militar, o carácter dramático da obra:

[...] it is hard to read the *History of the Peloponnesian War* without feeling that one is reading the Tragedy of Athens. If the book is history, it is certainly also literature [...]

I have no doubt that the study of the fifth-century inscriptions, and of Thucydides' own text, will persuade any careful student that while his facts are extremely accurate as far as they go, his omissions are shocking and incredible, that he has recorded only that seemed to him important on some principle quite different from any which an historian would adopt to-day, for it involves the omission for almost everything not directly connected with actual military events. Curiously enough this military fixation is not incompatible with a strong sense of drama, and I think that too little attention has been paid to Cornford's view that Thucydides has select and arranged his facts to present what every reader recognizes as *The Tragedy of Athens* [ibid.: 256 e 259].

Algumas lacunas que Wallace imputa a Tucídides são fruto da visão histórica do seu tempo. Não se pode pedir a Tucídides a mesma consciência do valor das causas económicas de um historiador do século XX; o objeto político-militar foi a sua opção, por isso, tentou manter-se o mais próximo possível da sua escolha<sup>95</sup>. Em todo o caso, um historiador sempre terá que seleccionar e

---

<sup>95</sup> Sobre os fatores económicos na história de Tucídides, veja-se Romilly 2005: 109-114, que refuta algumas das críticas que apontam para a total negligência das causas económicas na *História* de Tucídides.

omitir, jamais poderá oferecer um relato completo de todas as causas e de todos os acontecimentos. Ainda assim, Wallace não consegue deixar de reconhecer o lado científico de Tucídides: «I have no doubt that Cochrane is perfectly right in considering Thucydides a natural scientist in his recording of facts, and a political scientist in his interpretation of them» (ibid.: 259-260). No fim de contas, mais vale chamar-lhe cientista e tragediógrafo do que historiador:

Thucydides took greater pains to discover the truth than any other ancient historian (except, no doubt, Polybios), and infinitely greater pains to set that truth clearly and convincingly before his readers. But he has a better right, I think, to be called a true scientist, a great tragedian, and a brilliant writer, than to be called, quite simply and strictly, an historian [ibid.: 261].

Grant é ainda mais acutilante e radical nas críticas que faz a Tucídides:

[...] it is generally recognized that Thucydides was a great artist. It does not seem so certain, however, that the prominence of the artist in Thucydides as compared with the scientist has been sufficiently recognized, and so I propose, in the first part of this paper to consider briefly some aspects of his work [...] which seem more consonant with the artistic than the scientific, in the hope that his may contribute something to our knowledge of Thucydides and his work.

We may, to start, say that the artist is intensely, emotionally involve in his subject, whereas the scientist is expected to show a more objective coolness and restraint [id. 1974: 83].

Com este programa em mente, Grant começa por sublinhar a proeminência de superlativos e hipóboles no trabalho de Tucídides, marca do seu envolvimento emocional, que o desqualifica como cientista. Apetece perguntar a Grant: a) o que é que entende por uma escrita “cool” e “restraint”; b) em que é que isso favorece o historiador ou torna o relato mais fiel e científico, c) em se tratando de factos tão violentos e marcantes do ponto de vista físico, emocional e psicológico, qual o estilo de escrita mais apropriado, “cool” ou “emotionally intense”? Neste sentido, será útil relembrar o episódio da notícia sobre a guerra do Vietname, partilhado por Connor na introdução ao estudo de *Thucydides*, que o fez reconsiderar a sua opinião sobre objetividade e subjetividade na obra do historiador: «But above all it was the shattering experience of the Vietnam War that made me reconsider the *Histories*» (1984: 7). Por muito que um jornalista ou historiador prometa neutralidade, objetividade, imparcialidade, distanciamento, os factos são de tal modo dramáticos que nem precisam da emoção ou comoção do escritor. Ainda assim, porque este terá necessariamente

de selecionar informação, organizá-la e apresentá-la de uma determinada maneira, acaba por dar-lhes o seu cunho pessoal. Dois repórteres de guerra não relatam da mesma forma um mesmo acontecimento. O texto veicula sempre, de modo implícito ou explícito, um julgamento moral que atinge o leitor. Se for implícito, como o de Tucídides e o do jornalista citado por Connor, o impacto sobre o leitor é maior do que se fosse explícito. Por conseguinte, pode concluir-se com Connor que a «objetividade é uma meta inalcançável para o historiador, mas um meio legítimo de ajudar o leitor a compreender os acontecimentos narrados» (ibid.: 8). Depois de perceber isto, Connor pode olhar para a *História* de Tucídides de uma nova perspetiva, exatamente a mesma que nós aqui tentamos ter:

As I tried to test this new approach to Thucydides, I was no longer troubled by the feeling that there was something wrong in using objectivity as an authorial stance rather than as a principle or goal. It now became possible to give passages their full emotional force and to recognize the role of suffering in the work. I could read Thucydides with an understanding and a fullness of response that hitherto had seemed impossible [ibid.].

Stahl, por sua vez, diz que reconhecer a subjetividade da história tucidiana – e de toda e qualquer produção historiográfica – permite-nos redescobrir e apreciar mais intensamente os modos como Tucídides seleciona e apresenta os factos.

Mere narration of any set of historical facts already implies a subjective element (because presentation includes judgment, evaluation, selection, in short: interpretation) – to recognize, I say, the inherent subjective character of any historical narration at the same time allows us, in this field too, to rediscover and appreciate more fully the categories which Thucydides applied for selecting and presenting events [apud Cogan 1981: xv].

Dos ensaios “post-modernistas” citados por Connor no seu artigo resultou que o discreto historiador científico, cuja principal característica era o frio distanciamento e cujo objetivo final era a “objetividade”, acaba substituído por um apaixonado e comprometido escritor, tendo começado a sua “contenção sentimental e ideológica” a ser vista como “quase alarmante” por alguns escritores. Desculpa-se as suas faltas de historiador e exalta-se as suas virtudes de filósofo político e de artista literário. Assim, Tucídides passa de modelo de uma historiografia científica a crítico desta atitude científica para com a história. Eis a razão do famoso dístico, *A Post-Modernist Thucydides*: «the base failures of the historian become the golden nobility of the artist» (Connor 1977: in Rusten

2009: 33). Connor termina o seu ensaio com estas significativas palavras que tomamos como guia: «As we open our eyes wider it may be possible to behold in Thucydides the fusion of an historian of integrity with an artist of profound intensity» (ibid.: 42).

A fusão entre o “historiador íntegro” e o “artista de profunda intensidade” é uma característica chave para a nossa leitura de Tucídides e para a tese que aqui advogamos.

### **6.1. O historiador íntegro e o artista intenso**

É possível e legítimo, na esteira de Cornford, apontar algumas semelhanças entre a obra do historiador grego e o género trágico. Hornblower (1987) observa que alguns especialistas têm seguido essa via; fazem-no, porém, de forma mais rigorosa que Cornford. É preciso verificar antes de mais se é Tucídides o devedor e de que forma pode ele ter sido influenciado. Na verdade, Tucídides e os tragediógrafos têm em comum o facto de serem influenciados pelo género épico. Tucídides é influenciado por Heródoto, o mais homérico dos prosadores. A relação de Tucídides com a poesia, especialmente com a tragédia e a epopeia deve vir, essencialmente, por intermédio de Heródoto, também ele um historiador trágico. A própria escolha de uma grande guerra para tema central da sua obra vai ao encontro das opções de Heródoto e Homero<sup>96</sup>.

De um modo geral, podemos dizer que os agentes humanos de Tucídides e de Homero habitam um mundo de sofrimento em grande escala, levados à perdição pela fortuna e pelo orgulho. Mas isso não nos deve espantar, pois os valores homéricos impregnavam a cultura grega do século V, daí que seja normalíssimo que o historiador grego seja tão influenciado por eles como os restantes escritores do seu tempo.

Não foram só os valores da epopeia homérica que influenciaram Tucídides, também a própria forma de apresentar o seu material, que vai para além

---

<sup>96</sup> Crane observa que Tucídides acaba por imitar muitos dos clichés da tradição poética de Homero e Hesíodo que logo no início da obra se propõe ultrapassar. «Like the poets whose work he seeks to transcend, Thucydides thus claims that he too will confer immortality upon his subject, that his subject matter is grander, that he avoids the favoritism of Homeric poetry, and that he, unlike the poets and prophets, truly does offer his audience an understanding of the past as well as the future. The Peloponnesian War subtly claims to have been all that the Trojan expedition was not. Thucydides replaces Homer as the true giver of undying fame» (1996: 215).

dos empréstimos linguísticos e que Hornblower sintetiza no conceito de *simpli-city* (1987: 114) referindo-se, de modo particular, ao uso de palavras quotidianas em determinados contextos. Eurípides é reconhecidamente o maior especialista da Antiguidade na exploração do poder devastador da linguagem corrente em contextos apropriados. Tucídides não é conhecido por recorrer a essa estratégia. Todavia, Hornblower demonstra o quanto o historiador grego usa essa técnica euripídiana em contextos de *pathos*: «Nevertheless I think that some of Thucydides’ best effects are the product of this ‘Euripidean’ device of using ordinary language where the context invests it with special *pathos*» (ibid.: 115).

Um exemplo elucidativo encontra-se no final do livro VII, quando, para exprimir a desastrosa expedição à Sicília, o historiador diz literalmente isto: «dos muitos, poucos foram aqueles que regressaram a casa» (ὀλίγοι ἀπὸ πολλῶν ἐπ’ οἴκου ἀπενόστησαν [VII. 87. 6]). O verbo empregue para dizer “regressaram” (ἀπενόστησαν) é homérico, e aparece raramente na tragédia e na prosa. Hornblower repara, sobretudo, na combinação da expressão coloquial “poucos dos muitos” com o erudito ἀπενόστησαν, que a seu ver pode querer sugerir os sofrimentos de Ulisses na sua viagem de regresso (*nostos*) a Ítaca. A expressão “poucos de muitos” é usada também nos livros I e III para descrever o desastre egípcio e a derrota dos Ambraciotas.

A descrição da derrota dos Coríntios em Mégara, incluída na Pentecontaetia, é um outro exemplo de *pathos* conseguido através de uma linguagem desconcertantemente simples, podendo ser considerado um exemplo elucidativo de “*akribeia* trágica”. Neste passo, a contenção da descrição é uma marca homérica.

Não só com a epopeia é possível estabelecer pontos de contacto; há influências claras da tragédia na obra do historiador grego. A forma como está construído o diálogo entre os Mélios e os Atenienses (V. 87-111) lembra a fórmula que na tragédia é conhecida como *stichomythia*, que consiste no jogo de pergunta resposta, feito de forma rápida, alternada verso a verso e direta. A cena de reconhecimento ou tomada de consciência da verdade a partir da contemplação das armas dos mortos, descrita em III. 113, também faz lembrar o reconhecimento trágico que Aristóteles define como elemento tradicional de qualquer tragédia bem construída e que podemos encontrar nas principais obras dos grandes tragediógrafos e, antes, na *Odisseia*. No entanto, este tipo de reconhecimento através do método de questionário traz-nos imediatamente à mente a célebre cena das *Bacantes* de Eurípides, em que Agáve recupera a consciência e se apercebe do seu hediondo ato mediante interrogatório. Isto comprova Tucídides como um homem do seu tempo, influenciado pela cultura e pelos

métodos intelectuais do seu século e não, especificamente, pelo género trágico – importa notar que este método de pergunta resposta foi celebrizado por Sócrates e devia ser muito comum entre os Gregos do século V, que adoravam argumentar de forma dialéctica.

Mas, para Hornblower, Tucídides também é um cientista e, nesse âmbito, claramente influenciado pela técnica medicinal do seu tempo. Hornblower (ibid.: 132) sublinha as similitudes entre os propósitos das atividades de Tucídides e dos físicos seus contemporâneos<sup>97</sup>. Ambos não se limitam a recolher as histórias clínicas dos pacientes; esperam que a sua recolha de sintomas possa servir para identificar e tratar outras doenças e que a *techne* paulatinamente evolua. O mesmo autor entende que a técnica que entre a escola hipocrática se denominava de *pronoia*, que podemos traduzir por prognóstico – capacidade de prever, a partir dos sintomas atuais, o desenvolvimento da doença e de acordo com essa previsão escolher o tratamento mais eficaz – parece ecoar na sentença de Tucídides acerca da peste: «eu direi como é que esta doença se apresentou; os sinais a observar, para melhor se poder, se ela voltar a aparecer, aproveitar um saber prévio e não ficar diante do desconhecido» (II. 48. 3). Não obstante, a atividade do historiador diverge da dos físicos, na medida em que não procura curar o leitor, isto é, não há nenhuma intenção moralizadora na obra de Tucídides. Por fim – conclui Hornblower – independentemente de todas as afinidades intelectuais de Tucídides com a poesia, a prosa e a medicina do século V, ele é essencialmente original e único.

O impressionante relato da peste é o que melhor ilustra a união («se é que se pode chamar união a dois aspetos da mesma coisa»)<sup>98</sup> entre o particular e o geral, entre a ciência e a arte em Tucídides. É pura ciência a exposição detalhada que o historiador faz dos sintomas da epidemia, «para que possa ser previamente reconhecida, caso surja novamente», ele que possui um conhecimento privilegiado, pois também foi vítima dela. É pura arte o efeito dramático da descrição impressiva (quase plástica) dos sofrimentos físicos, dos efeitos psicológicos, dos cadáveres amontoados ou dispersos pelas ruas, dos funerais escandalosos, das desordens morais em contraste com o optimismo reinante no dis-

---

<sup>97</sup> Relembramos que os estudiosos, atualmente, dão mais valor às diferenças entre Tucídides e Hipócrates do que às semelhanças. Veja-se, por exemplo, Parry 1969.

<sup>98</sup> «This narrative of the pestilence is, in fact, the one which illustrates best the union of the particular and the general, of which Thibaudet speaks, and of science and art in Thucydides (if “union” is the right word to apply to two aspects of the same thing)» (Gomme 1954: 144).

curso fúnebre de Péricles, que antecede na diegese o flagelo desmoralizador da peste.

Tucídides, obviamente, não transformou a sua *História* numa série de contrastes dramáticos e a sua preocupação pela verdade não nos permite, como faz Cornford, pôr a sua obra a par da de Ésquilo. Não há um padrão estrutural no texto de Tucídides, ele é multiforme, adequando a sua estrutura aos acontecimentos que narra. Todavia, há uma série de episódios cujo contraste produz um intenso efeito dramático. Vale a pena, a este respeito, parafrasear o trabalho de Gomme (1954) e os vários exemplos que o estudioso analisa, que o levam a concluir:

The “dramatic” character of Thucydides’ *History* is thus, fundamentally, implicit in the events: they were dramatic, and a true history, that is, a scientific history, if well written, that is, if a work of art, will reveal them so. That Thucydides, furthermore, was conscious of their dramatic character is true; that is only to say that he was an intelligent man (Gomme 1954: 148).

Gomme começa por nos advertir que para os Gregos e para os Romanos a história, por muito distinta que fosse da crónica, era sempre um produto artístico e que alguns escritores modernos ignoraram essa dimensão. Mesmo para Tucídides, a forma literária é indissociável da composição histórica. Lívio diz, a dado momento, numa das suas obras, que não cita documentos oficiais porque se o fizesse estaria a violar os cânones artísticos da Antiguidade que requeriam que o estilo da história fosse uniforme e não fosse desfigurado pela interpolação de documentos oficiais, leis e material do género. E acrescenta que até Tucídides, de um modo geral, se conformou com esta prática. Seria interessante saber se a referência a Tucídides nestes termos significa que ele era menos artista ou menos cientista do que os outros historiadores.

Gomme acredita que Tucídides quis ser um verdadeiro artista. Fez todo um imenso trabalho de bastidor como recolha de documentos e registo de notas e ao público apresentou somente o resultado final. Como pintor que apresenta o quadro acabado sem os rascunhos ou o arquiteto a obra terminada sem as plantas. Se possuíssemos as suas notas podíamos testar melhor a sua credibilidade e a sua exatidão. Neste particular, Heródoto é mais cientista, se é que assim se pode dizer, pois amiúde nos revela as suas notas, diz-nos onde esteve, o que viu ele próprio, quem o informou. Tucídides só por duas vezes nos informa dos locais onde esteve: em Atenas durante a peste e no comando de um exército na Trácia, em 424. Também sabemos que entre esta data e o fim da guerra, vinte anos depois, não esteve em Atenas nem contactou com as for-

ças atenienses. E que tirou proveito do seu exílio para contactar com outras fontes, sobretudo, inimigas dos Atenienses.

Uma das maiores lições que Tucídides nos pode ensinar é que arte e ciência não são incompatíveis. Para começar não nos podemos esquecer que Tucídides escreve história contemporânea e que essa é uma tarefa extremamente delicada, que o obrigou a recolher todo o material dos dois lados em conflito e escrever a história antes de morrer. Claro que Tucídides gozou do privilégio, nas suas palavras, do exílio, que lhe permitiu estar mais à vontade ou ter tempo para fazer o seu trabalho.

Tucídides não evita o dramatismo que os eventos já possuem em si mesmos, pelo contrário, consciente dele, utiliza-o para estabelecer contrastes dramáticos na sua narrativa. Assim, é verdade que o cinismo da conquista e do cruel tratamento de Melos (incluindo a conferência entre Mélios e Atenienses) e o ilimitado e poderoso optimismo da expedição contra Siracusa contrastam com o desastre daí resultante. No entanto, este contraste é real. Os dois episódios sucederam-se no tempo, sem nada de relevante entre eles. Outros contrastes podem ser encontrados em Tucídides, um deles ainda mais dramático entre o idealismo da feliz e confiante Atenas do discurso fúnebre no final do primeiro ano de guerra e o relato da peste que sobreveio, com a devastação e a desmoralização que sabemos. No livro III, podemos encontrar um outro tipo de contraste. A história da secessão de Mitilene de Atenas e a consequente guerra, a queda de Mitilene e a cruel sentença de matar todos os homens e vender todas as mulheres e crianças como escravas e a posterior revogação de pena que dá origem a um dos mais emocionantes e dramáticos episódios, onde se relata a empolgante viagem de barco dos mensageiros, que sem descanso navegaram para arribar antes dos companheiros, que levavam um dia de avanço, a fim de evitar a execução da funesta sentença. A seguir a este episódio, Tucídides coloca o impressionante debate entre Plateienses e Tebanos, onde se decide por uma guerra de palavras a sorte dos prisioneiros de Plateias que se renderam a Esparta, não tendo seguido os seus compatriotas para o refúgio em Atenas. A ação dos Espartanos é implacável e impiedosa. Os Plateienses não são poupados. Nesta estratégia de composição o leitor é levado a comparar a atitude de Atenas para com Mitilene e a de Esparta para com Plateias. Tucídides limita-se a narrar o sucedido sem comentários pessoais; mas nem precisava, a ênfase que dá aos discursos e a forma como dispõe estrategicamente os episódios, que de um ponto de vista do desenrolar da guerra são quase irrelevantes, falam por si: aos que acham que Atenas é indigna de governar as outras cidades, vejam se os do Peloponeso são mais dignos, eles que trataram deste modo



os prisioneiros de Plateias que se lhes renderam. Mas o contraste já lá estava, nos acontecimentos e a partir daí na narrativa de Tucídides<sup>99</sup>.

O contraste dramático entre as várias cenas referidas é conseguido com a ajuda dos discursos. Estes contribuem para aumentar o efeito dramático dos acontecimentos. Sem o diálogo, o caso dos Mélios ficaria reduzido ao nível da sua inerente irrelevância militar; sem os discursos, a derrota de Mitilene e a rendição de Plateias seriam acontecimentos menores e obrigariam Tucídides, na linha da história moderna, a explicar, por palavras suas, o significado dos factos; utilizando os discursos, ele pode deixar os acontecimentos explicarem-se a si próprios, à maneira do artista.

O efeito dramático que Tucídides confere aos eventos que narra é fornecido pelo próprio dramatismo dos eventos, mas, para que esse dramatismo seja transposto dos factos para a própria narrativa, o historiador desenvolve algumas técnicas de efabulação. Atentemos, por exemplo, no método empregue para narrar acontecimentos sucessivos, que ele faz pela ordem cronológica de verões e invernos, revelando as suas facetas de artista e de cientista. O livro II, que cobre os primeiros três anos de guerra, ilustra a estrutura genérica da estratégia de guerra: o poder naval contra o poder terrestre. Os primeiros trinta e três capítulos, que antecedem o discurso fúnebre, relatam uma série de acontecimentos que se sucedem no tempo, onde se pode notar a exploração do efeito dramático conciliado com o rigor da datação e a veracidade dos factos. O surpreendente ataque de Tebas a Plateias, aliada de Atenas, desencadeia a guerra, e este acontecimento é datado com algum cuidado, registando-se não apenas o ano do ataque, mas também os acontecimentos que o antecederam. Durante quatro capítulos, relata-se as peripécias da investida e o seu desastroso desfecho. A partir do capítulo oitavo temos os preparativos de ambas as fações para a guerra; a procura de aliados; a lista dos aliados; e depois (capítulos 9, 11, 12), as movimentações finais dos Peloponésios e dos seus aliados Beócios para a fronteira com a Ática; no capítulo 13, um relatório em discurso indireto dos recursos militares e financeiros de Atenas, apresentado por Péricles aos seus conterrâneos, que serve para nos fazer compreender a estratégia, inevitável, adotada posteriormente pelos Atenienses: Atenas não pode defender a sua terra, as suas tropas são um terço das do exército inimigo, mas pode refugiar-se dentro dos muros da cidade. Dentro da fortaleza estariam a salvo e, como o porto também estava envolvido pelas extensas muralhas, podiam sair daí para com-

---

<sup>99</sup> «The dramatic contrast is there, in the events and therefore in Thucydides' narrative» (Gomme 1954: 125).

prar comida para os sitiados. Tucídides não gasta muitas palavras a explicar o que se passou, não só porque os factos eram sobejamente conhecidos, mas sobretudo porque aqui, tal como noutros pontos da sua *História*, ele deixa a sua narrativa de acontecimentos dizer-se a si própria. O que ele faz é pôr em cena as figuras e os dados militares e financeiros. Seguindo o conselho de Péricles, exposto anteriormente, os camponeses recolhem-se às muralhas com o máximo de provisões, deixando para o inimigo o mínimo possível. Vêm – diz-nos Tucídides – de corações destroçados, habituados que estavam a viver no campo e a vir à cidade apenas em ocasiões especiais, políticas ou religiosas. No início do verão, chegam as tropas inimigas, oriundas do Peloponeso, e começam a devastar as terras atenienses. Os camponeses assistem do alto das muralhas; revoltados e inflamados pela ira, juntam-se em grupos na disposição de sair em defesa das suas terras, mas são demovidos por Péricles, que, em paga, recebe acusações de cobardia. Este mantém o controlo da população e permite apenas que a cavalaria faça algumas investidas nas fações inimigas que se encontravam mais próximas das muralhas. O capítulo 23 dá conta da retirada dos Peloponésios. Entretanto, os Atenienses enviam para o Peloponeso cem navios de guerra, com mil hoplitas e quatrocentos arqueiros. Os capítulos 24 a 27 narram várias investidas atenienses em redor do Peloponeso. O capítulo 28 informa-nos sobre a ocorrência de um eclipse, que, está comprovado, se deu no dia cinco de agosto, à tarde. A aliança de Atenas com o poderoso rei da Trácia aparece descrita no capítulo 34. Em seguida, continua a aventura dos soldados atenienses em redor do Peloponeso, com a captura de uma praça-forte pertencente aos Coríntios e de mais duas outras localidades. Os navios atenienses tomam finalmente o rumo de casa. No regresso têm ainda tempo para invadir alguns territórios afetos ao inimigo, nomeadamente Mégara. O capítulo 33 descreve a tentativa levada a cabo pelos Coríntios durante o inverno para recuperar alguns dos territórios que caíram em mãos inimigas. Este primeiro ano de guerra termina com os rituais e cerimónias fúnebres em honra dos soldados atenienses mortos durante a peleja (capítulo 34) e o célebre discurso (*epitaphios*) de Péricles (capítulos 35-47). Gomme acredita que temos nestes relatos um exemplo do que Aristóteles quer dizer quando afirma que o historiador regista tudo o que aconteceu durante um determinado período de tempo e pela ordem em que ocorreu. Neste caso, a maior parte dos acontecimentos narrados por Tucídides são de pouca monta para o desenrolar da guerra, excetuando, quando muito, a invasão da Ática pelas tropas do Peloponeso. Todavia, vão ao encontro dos objetivos que Tucídides persegue, ao deixar a história falar por si própria. Em primeiro lugar, expõem o quadro do que será uma guerra entre uma potência naval e uma potência terrestre – com as constantes escaramuças e impasses até

que um dos lados consiga a proeza de um golpe mais decisivo. O resto do livro II, que cobre os primeiros três anos de guerra, continua esta linha de exposição de uma série de acontecimentos militares (ou quase militares, como a peste) quase todos – na opinião de Gomme (ibid.: 126) – irrelevantes ou pouco determinantes para o decurso da guerra, mas veiculando uma mensagem implícita: Atenas foi considerada moralmente a agressora, por causa do seu domínio por vezes arbitrário sobre as outras cidades gregas e Esparta e os seus aliados foram vistos como os libertadores. Aliás, o próprio Tucídides di-lo claramente, no capítulo 8 do livro II: a maior parte do mundo grego nutria ódio por Atenas, uns porque queriam escapar ao seu jugo, e outros porque temiam ser submetidos pela pólis grega; as simpatias do povo grego recaíam assim sobre os Espartanos, em quem viam os libertadores da Grécia. Mas os acontecimentos narrados pelo historiador Ateniense mostram-nos que o responsável técnico pela guerra foi Esparta, pois foi ela, com os seus aliados, que declarou guerra e ignorou as propostas dos Atenienses para um pacto.

Tucídides deixa os acontecimentos falarem por si próprios; evita comentar ou dar explicações, limita-se a contar os factos pela ordem em que aconteceram. Gomme (ibid.: 137) diz que o historiador não podia ser mais exato, mais científico, mesmo que tivesse ao seu dispor o calendário gregoriano e um moderno cronómetro ou se, em vez de dizer “um pouco antes das vindimas”, tivesse dito o dia e a hora exata. Mas ele é também um grande artista quando parece não fazer mais do que narrar exatamente os eventos pela sua ordem real, deixando ao leitor a tarefa de inferir as suas próprias conclusões. Não podemos, pois, concordar com Collingwood quando sustenta que Tucídides não tinha, como Heródoto, interesse pelos factos mas apenas, como Platão, pelas leis gerais, pelo imutável, e era como o filósofo grego aistórico<sup>100</sup>. Gomme (ibid.: 138) considera Tucídides mais repórter do que filósofo, ainda que possamos aceitar que, no fundo, o historiador grego tem sempre em mente leis gerais, mas prefere pensar nelas do que formulá-las e dá-las a conhecer ao mundo.

---

<sup>100</sup> «O seu objetivo principal é estabelecer leis – leis psicológicas. A lei psicológica não é um evento, nem sequer um conjunto de eventos: é uma regra imutável que dirige as relações entre os eventos. Segundo julgo, todas as pessoas que conheçam ambos os autores estarão de acordo comigo, ao afirmar que são os próprios eventos que interessam principalmente a Heródoto; e que, a Tucídides, interessam fundamentalmente as leis, segundo as quais eles se verificam. Mas estas leis são precisamente essas formas eternas e imutáveis que, de acordo com a principal tendência do pensamento grego, são as únicas coisas cognoscíveis. Tucídides não é sucessor de Heródoto no pensamento histórico, mas o homem em quem o pensamento histórico de Heródoto foi encoberto e sufocado por motivos anti-históricos» (Collingwood 1989: 43).

Gomme (ibid.: 140) é de opinião de que na boa história, tal como na poesia (embora de uma forma diferente), o geral está incorporado nos exemplos particulares, e Aristóteles erra na distinção especial que faz das duas disciplinas. Na boa história há, inevitavelmente, ciência e arte, e os estudiosos modernos erram quando dizem ou supõem que as duas são incompatíveis. A partir do momento em que a história é mais do que a recolha e apresentação de provas e necessita de se organizar como narrativa, o historiador deve vestir a pele do artista. Antes do produto final do artista Tucídides está o imenso trabalho do historiador cientista:

Thucydides, not because he was an “ancient” writer, but cause he was a sensible man and clearheaded, did his work in the right order, and then presented the finished work to the public, as the architect presents the building, not only without the many first sketches and plans, but without the scaffolding [Gomme 1954: 140].

Outra característica que mostra a vertente científica de Tucídides é a sua imparcialidade. Ainda que, porventura, tenha sido injusto para Cléon e tenha exagerado no louvor de Brásidas, a sua imparcialidade é quase intocável. A forma isenta com que apresenta os inimigos de Atenas mostra como correspondeu bem à exigência que lhe era posta pela sua profissão de historiador. A sua paixão pela contenção e pela verdade são notáveis, nomeadamente, quando narra a desastrosa campanha na Trácia, na qual participou como general de um esquadrão ateniense e que lhe valeu o exílio. Não tenta defender-se nem justificar-se. É fiel ao seu método, evitando biografias individuais e, acima de tudo, autobiografia. Não exagera a importância da campanha militar na qual tomou parte, não enfatiza sequer o acontecimento. Tucídides podia ter-nos contado mais acerca da campanha de Anfípolis, poderia ter aumentado a escala, mas não o faz, para manter a proporcionalidade da narrativa. A sua paixão pela verdade reflete-se, assim, indistintamente, enquanto cientista e enquanto artista. Neste particular, Tucídides faz jus ao espírito artístico dos Gregos. Se noutros campos da vida social a imparcialidade não era um valor considerado, na arte a imparcialidade era sagrada: de Homero a Tucídides, Aristófanes ou Platão, passando por Ésquilo e Heródoto, de todos podemos tirar lições de isenção<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> «[...] as artist at least, Thucydides shares this quality with all of his countrymen worthy of the name. The Greeks were obstinate, foolish, and cruel enough in their politics, greedy of power, fierce; at best “helping their friends and doing harm to their enemies”, just like other civilized peoples; but in their art – put a pen into their hands or a brush or a chisel, and they do not know what partiality means; here at least they hardly took a step

Não é infundado dizer que o povo ateniense é o herói trágico da *História da Guerra do Peloponeso*: heróis de caráter nobre, “homens bons” nas palavras de Aristóteles. Assim sendo, é possível estabelecer um paralelismo com a tragédia e se aplicarmos a grelha de Hayden White à *História da Guerra do Peloponeso*, sair-nos-á, sem dúvida, o gênero dramático. Tal como o dramaturgo, Tucídides agencia, põe em cena atos e palavras. E é por isso que muitas vezes se comparou a sua obra com a tragédia. As duas têm como princípio a *mise en scène* de atos e palavras. Têm em comum também a unidade de ação, exercendo uma simplificação profunda em benefício desta unidade. Só conhecemos de Péricles os atos e as palavras que têm traços de conflito, como não conhecemos de Antígona e de Édipo nada que saia fora do debate em que se envolveram. De igual modo, para permitir ao leitor ou ao espetador seguir, ao mesmo tempo, os atores, a sua ação, para marcar os tempos, as peripécias, as razões profundas, a história de Tucídides e a tragédia recorrem as duas a processos de disposição, de contrastes, de alusões, muitas vezes comparáveis, tendo como resultado final um mesmo interesse pelo desenrolar da ação.

Apesar destas semelhanças, nunca é demais sublinhar as diferenças: o historiador só pode narrar atos e palavras realmente acontecidos, procurando ser o mais objetivo possível. A história tem como matéria, tal como a tragédia, atos e palavras, mas também deve pautar-se pela observação científica. E a subtileza dos meios literários que emprega pode estar ao serviço da verdade.

Cornford teve o mérito de nos chamar a atenção para as similitudes entre a *História da Guerra do Peloponeso*, tal como a escreveu Tucídides, e as peças dramáticas da tragédia grega, mas não foi capaz de perceber, como Lamb e tantos outros que a arte não é incompatível com a exatidão e a preocupação pela verdade.

Lamb, que publicou o seu livro sete anos depois de Cornford e, de certa forma, para refutar as teorias do anterior, que defendia, basicamente, ter Tucídides sacrificado a verdade dos acontecimentos às exigências do drama, recusou-se a separar a inteligência de Tucídides do seu estilo, sustentando que o estilo do historiador grego reflete a sua inteligência. O autor analisou o método estilístico de Tucídides, como dos prosadores seus contemporâneos e antecessores, para concluir que Tucídides ambiciona produzir não apenas um simples docu-

---

wrong. In this world of art there is no wicked enemy, no contest between white and black; the Trojans are not wicked in Homer, nor is Helen, nor the Persians and Egyptians, the βάρβαροι, in Aeschylus, the contemporary, who also, like Thucydides, had taken part in events, or in Herodotos, nor the Spartans or some particular Athenian faction in Thucydides, nor in Aristophanes» (Gomme 1954: 162).

mento verídico, mas um impressivo e vigoroso testemunho da verdade. Na disposição do seu material e no estilo, Tucídides usa a arte, de forma nem sempre perfeita, mas sempre inteligente e deliberada. E a arte é assim como a serve do intelecto, dispondo a verdade, sem a distorcer ou dissimular. Lamb fala de uma história artística que pode transmitir a verdade de forma tão fiável como uma proposição de Euclides<sup>102</sup>.

Em linha com esta tradição de Lamb e Gomme, Romilly destaca a capacidade de Tucídides para estabelecer umnexo de causa-efeito entre os procedimentos “trágicos” e a objetividade histórica. A forma de escrever, os recursos estilísticos e compositivos empregues correspondem à forma como o historiador entendeu a realidade:

Le désir de se retirer de son histoire, d'en être seulement l'ordonnateur, de laisser parler les faits avec une rigueur toute scientifique, – ce désir exigeait de Thucydide le recours à de tels procédés [tragiques]. Ses jugements, ses opinions, ses théories ont pénétré tout le récit, mais parce que Thucydide n'a pas douté qu'ils fussent dans les faits, et n'a pas admis de les dire si on ne devait les y voir [1956: 86-87].

Em jeito de síntese a esta primeira parte, relembramos o que dissemos no início deste estudo, a propósito da reflexão de Ricœur sobre subjetividade e objetividade em história. A objetividade alcançada pelo historiador é mais limitada do que a alcançada pelos cientistas, mas não perde valor por isso. O que poderia ser considerado como um obstáculo à verdade, a saber, a interferência subjetiva-interpretativa-seletiva-explicativa do historiador, é de facto um limitador da verdade objetiva/científica, mas não da verdade subjetiva filosófica – essa que Tucídides tanto valoriza. Pelo contrário, é a intervenção do historiador no desconexo material histórico que permite concluir e salientar verdades significantes do passado dos homens e dos homens do passado – a *História da Guerra do Peloponeso* não podia ser melhor exemplo.

Lembremos que para Ricœur não há objetividade sem historiador, ou seja, sem subjetividade. A subjetividade aparece implicada na própria objetividade e não pode ser procurada fora do trabalho do historiador. A subjetividade do historiador afeta a objetividade histórica sem dissolver o seu objeto, mas tornando-a mais incompleta do que a conseguida por outras ciências. Seja porque o historiador escolhe ou seleciona acontecimentos e fatores através de um *jul-*

---

<sup>102</sup> «We may be able, however, to conceive of an artistic history which shall be as reliable for the conveyance of truth as a proposition of Euclide» (Lamb 1914: 66).

*gamento de importância*; seja porque a história é tributária a vários níveis de uma conceção pobre de causalidade, segundo a qual a causa tanto pode designar um acontecimento breve e excecional como uma conjuntura de lenta duração ou ainda uma estrutura permanente; seja por causa da chamada *distância histórica*, que o tempo cava entre o historiador e o objeto do seu conhecimento, que obriga o historiador a recorrer à imaginação para vencer a distância temporal. A imaginação histórica intervém, então, como meio heurístico essencial da compreensão, abrindo uma fenda entre a história e as outras ciências. Por isso, não nos deve escandalizar o imenso papel que a imaginação desempenha na obra de Tucídides. Onde o historiador ateniense pode ser censurado é na qualidade da sua subjetividade. Ricœur estabelece dois tipos de subjetividade: uma boa, aquela que é educada pelo próprio ofício do historiador e outra má, a *pathétika*<sup>103</sup>. A subjetividade boa é a da pesquisa ou *moi de recherche* – não há história sem suspensão (*epoche*) da subjetividade quotidiana e sem a entrada em cena do eu de pesquisa que dá bom nome à história. A má subjetividade é passional, tendenciosa, influência de ódios, paixões e ressentimentos, em suma, o *moi pathétique*. A nossa tentação podia ser incluir imediatamente Tucídides dentro da má subjetividade, a do *moi pathétique* – e talvez uma parte de si aqui caiba. Porém, consideremos a outra face da má subjetividade: o sujeito patético não é apenas aquele que mantém uma postura tendenciosa fulminante, pode ser aquele que permanece apático perante os factos que analisa, dene-grindo toda a grandeza reputada e depreciando todos os valores que encontra. Perante isto, atrevemo-nos a catalogar Tucídides com o historiador da má subjetividade?

---

<sup>103</sup> «La subjectivité d'historien, comme toute subjectivité scientifique, représente la victoire d'une bonne subjectivité sur une mauvaise subjectivité» (Ricœur, *HV*, 38).

(Página deixada propositadamente em branco)



## CAPÍTULO II

### PREFIGURAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E REFIGURAÇÃO DA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO

«En effet l’opération historiographique peut être insérée dans la séquence des trois phases de mimésis impliquée par toute mise en discours: préfiguration (du temps et de l’espace) dans la perception et par l’intermédiaire des témoignages, sinon des documents; configuration (en passé historique) par des moyens discursifs et rhétoriques qui ne se limitent pas au narratif; refiguration, avec son impact pragmatique, dans la réception et l’interprétation (des actions passées non pas mises en intrigue, mais mises en discours dans la monographie d’histoire)»  
[Calame 2007: 2].

#### 1. PREFIGURAÇÃO: TESTEMUNHOS E DOCUMENTOS

Terminámos a secção anterior a perguntar se Tucídides faz uso de uma má ou boa subjetividade. Para o panorama atual da história científica, a subjetividade de Tucídides apresenta uma vertente boa e outra má. Boa, se considerarmos que tem como principal finalidade evitar a indiferença perante factos intensamente dramáticos. Se a *História da Guerra do Peloponeso* tem traços de tragédia é porque a guerra é em si um acontecimento violento e doloroso ou, como diz Tucídides, “um professor violento” (βίαιος διδάσκαλος) (III. 82. 2). Tucídides nada mais faz do que tentar transpor de forma realista esse dramatismo e essa violência para a narrativa, para que o leitor seja emocionalmente afetado e, por conseguinte, se sinta mais próximo do *pathos* real da *res gestae*. Objetividade, segundo Ricoeur, não significa apatia. Logo, não é por isso que podemos qualificar a sua subjetividade de má. Também não cremos que algumas possíveis interferências do *moi pathétique* cheguem para apagar a imagem

positiva da imparcialidade que o historiador ateniense tanto se empenhou em promover. Nenhum historiador consegue neutralizar ou suspender por completo a sua ideologia, o seu lugar. Por conseguinte, a faceta negativa do trabalho de Tucídides, que o afasta inexoravelmente de qualquer verdadeiro historiador científico, resulta da não apresentação de provas: da não revelação das suas fontes nem das suas opções interpretativas e explicativas. Para Tucídides, a interpretação não é a operação epistémica e controlável de que fala Ricœur. A *História* de Tucídides não é uma construção plenamente verificável e refutável e a ausência deste binómio basta para a separar irremediavelmente de todas as produções historiográficas sérias que surgiram a partir de finais do século XIX. A lacuna mostra-se desde o estágio que Ricœur estabelece como basilar em toda a operação historiográfica: a fase documental. O filósofo francês insiste na imbricação dos três momentos metodológicos e na coerção incessante do imperativo documental que opera tanto ao nível da explicação/compreensão como da escrita da história. Este acento na prova documental visa recordar que a fase de representação/escritura, ainda que exposta à clausura discursiva, tem de obedecer ao impulso de verdade que emana das provas documentais, se quer preservar a fronteira entre história e ficção. Assim, a prova documental não só é um constituinte essencial da epistemologia histórica como é fundamental para a divisão de história e ficção. É neste estágio da operação histórica que deve haver um empenho máximo na averiguação da veracidade das provas documentais, nas fases seguintes (explicação/compreensão e representação) a verdade tornar-se-á cada vez mais difícil de elucidar, devido à intromissão crescente da imaginação e da retórica ficcional.

Tucídides, como já antes Heródoto, manifesta consciência de que é a este nível que se joga essencialmente a identidade da historiografia, por isso os podemos considerar, se não historiadores de pleno direito, pelo menos os pais da história. É na crítica do indício e do testemunho que a historiografia se separa de todas as outras produções escritas e pode reclamar para si o estatuto de discurso verdadeiro. A quase totalidade das declarações epistemológicas de Tucídides só tem um intuito: dar-nos garantias da credibilidade do seu trabalho ao nível da análise crítica dos indícios e dos testemunhos, o que demonstra plena consciência da importância desta fase para a credibilidade da história.

[...] quem, tendo em conta as provas mencionadas, considerasse as coisas que eu expus não se equivocaria [...] não se equivocaria quem considera que se investigou suficientemente, tendo em conta a antiguidade dos factos, a partir dos indícios mais evidentes [Tucídides: I. 21.1].

Relativamente aos acontecimentos passados durante a guerra não me pareceu correto escrever qualquer informação que me chegasse nem o que a mim me parecia ter acontecido, mas só o que eu próprio presenciei ou o que acerca de cada um procurei saber junto de outras pessoas como o máximo de rigor possível [id., I. 22. 2].

E, de facto, não podemos dizer que Tucídides não apoia as suas informações em provas documentais, no sentido amplo que Ricœur dá a esta expressão, que engloba indícios e testemunhos. Tucídides é o primeiro historiador a afirmar explicitamente que a sua investigação histórica é feita a partir de provas: ἐκ δὲ τεκμηρίων [...] σκοποῦντί μοι πιστεῦσαι (I. 1. 3). Mas o facto de não revelar as suas fontes e os critérios usados na análise crítica das fontes torna difícil verificar a veracidade dos acontecimentos que relata e avaliar a qualidade da sua seleção e interpretação de documentos e explicações. Só na secção intitulada Arqueologia o historiador é mais explícito quanto às fontes usadas e quanto ao raciocínio seguido<sup>104</sup>.

Várias podem ser as explicações para esta falta. A primeira, defendida por Crane, é que as circunstâncias não favoreciam este tipo de prática, podendo comparar-se as condições de trabalho de Tucídides às dos etnógrafos do século XX<sup>105</sup>. Perante um manancial informativo, e de modo a evitar uma obra extensíssima (que, mesmo inacabada, corresponde em tamanho a cinco sextos das *Histórias* de Heródoto), Tucídides estava obrigado a sintetizar informações e a omitir o vasto arquivo documental, preferindo antes criar nos leitores uma ima-

---

<sup>104</sup>«Thucydides, unlike his predecessor, is singularly reticent about how he proceeded, where he travelled and what he saw, what he rejected and why and how he came to his conclusions. On the other hand, he is certainly more explicit in the Archaeology than in other parts of the *History* about what he accepted as evidence and how he reasoned» (Hunter 1982: 100).

<sup>105</sup>«It is easy to criticize Thucydides for his silent and omniscient editorial control and manipulation of the evidence, but his practice does not compare unfavorably with that of more recent genres operating under similar constraints. I will, for example, consider the relationship between twentieth-century ethnography and Thucydidean history» (Crane 1996: 27). «Thucydides' practice, in fact, compares favorably with that of twentieth-century ethnographers, who, despite vastly superior technology of publication, face the problem of distilling months or years of personal experience into a three-hundred page manuscript. Only now, with the advent of massive storage devices such as CD ROM or multigigabyte hard drives that can store thousands of pictures and tens of thousands of pages, can fieldworkers begin to imagine publishing large bodies of data as well as their own conclusions» (ibid.: 36).

gem de confiança e de competência<sup>106</sup>. Entra aqui a segunda provável explicação para a omissão de fontes. O autor não sentiu necessidade de apresentar provas, julgando que o leitor tinha a obrigação de acreditar na sua palavra<sup>107</sup>; não só porque não era um procedimento normal – nenhum historiador grego procederá de forma diferente – mas porque Tucídides age, possivelmente, com a autoridade de um *histor* ou de um *phronimos*<sup>108</sup>. Como é que Tucídides instaura a sua autoridade e reclama um voto de confiança no seu trabalho? Apagando-se, deixando os factos falar por si próprios e, acima de tudo, através das declarações de teor metodológico, onde afiança ao leitor ter perseguido, infatigavelmente, com rigor e objetividade, a verdade (I. 21). O historiador dá-nos a sua palavra de que não sucumbiu à tentação da ficção típica de poetas, oradores e logógrafos, que analisou criticamente as suas fontes, não aceitando sem verificação crítica qualquer informação que lhe chegasse, e procurou desfazer parcialidades. Posto isto, Hunter interroga-se se é seguro confiar na operação crítica e nos critérios que Tucídides disse ter usado, tendo em conta que ele não nos dá acesso às fontes:

How are we to proceed, given Thucydides' wall of silence about his sources, a wall rendering a study of his critical method almost impossible. It is easy enough to repeat the historian's statement of methodology in Book 1.22.2-4 with its explicit emphasis on accuracy and laboriousness, its awareness of the dangers of partiality and the imperfections of memory, and its avoidance of the "mythical" element, with all that may imply of romantic or exotic tales or even anecdotes. But can we, without knowing Thucydides' sources, ever appreciate the extent of his critical reflection or his internal criteria of truth? [Hunter 1982: 120].

<sup>106</sup> «Unable to provide his readers with all the evidence upon which his conclusions are based, Thucydides resorts, in fact, to the same device that Malinowski later employed. He offers the reader the image of the "heroic researcher", wading through conflicting evidence and indefatigably pursuing the truth» (Crane 1996: 36).

<sup>107</sup> «[...] il a rarement indiqué le détail des sources de son information. Il avait le sentiment qu'on devait le croire sur parole. Il pensait qu'ayant imposé des limites géographiques et chronologiques très sévères à son entreprise, il pouvait s'adresser à son lecteur et lui demander de le croire. Il n'imagina jamais qu'il eût pu être autrement» (Momigliano 1992: 49).

<sup>108</sup> Murari Pires (2003) interroga-se acerca do vazio informativo, mais propriamente acerca do silêncio metodológico de Tucídides sobre a transição da diversidade discordante dos testemunhos à versão única: «Par quels procédés d'une (supposée) critique méthodologique l'historiographie thucydidéenne passe alors de la diversité des récits à l'appréhension de l'unicité du fait, Thucydide ne le dit pas; bien au contraire, il le passe sous silence» (ibid.: 130). Segundo o autor, esta lacuna pode explicar-se se Tucídides fez suas as competências de duas reconhecidas figuras de autoridade: o *phronimos* como o define Aristóteles – o homem dotado de uma sagesa prudente; o *histor* – tal como o definimos anteriormente.

De facto, esta forma de encarar a prática histórica está em contradição com as exigências atuais da história científica e não passou incólume aos olhos dos críticos:

The historian should give such background as is necessary for the understanding of the events which he records. And surely no historian should ask others to accept on faith and without question what he himself believes to be the true account, however sure he may be that he is right [Wallace 1964: 261].

Loroux, por seu turno, não entende como é que alguns historiadores contemporâneos apreciam e valorizam uma produção historiográfica que ofende os mais sagrados valores da metodologia histórica:

Peut-être s'étonnera-t-on (pour ma part, j'avoue m'en étonner à chaque lecture de *La Guerre du Péloponnèse*) de ce que l'historien fondateur dont des générations d'universitaires admirent la puissance d'objectivité soit précisément celui qui refuse au lecteur tout accès à ses sources. Or il va de soi que ces modernes historiens de la Grèce qui considèrent Thucydide comme le premier d'entre eux se sentent, eux, impérativement tenus de légitimer chacune de leurs propositions par un système très complet de notes de bas de page. Partageant l'idée que le savoir historique est de ceux qui doivent exhiber des preuves, je ne sais, dès lors, ce qu'il faut le plus admirer en cette conjoncture paradoxale, de la force persuasive du sujet Thucydide ou de la puissance de l'investissement d'objectivité qui veut que l'historien exemplaire ait été exemplairement objectif [1986: 151].

A mesma autora entende que a exposição metodológica tem como única intenção iludir o leitor, levando-o a uma confiança ilimitada no historiador:

Ainsi l'exposé de méthode est une très efficace machine à obtenir le crédit. L'important est que le lecteur fasse confiance (*pisteuein*) et la figure du juge est précisément là pour le convaincre qu'il aura toujours raison de s'accorder toute confiance à Thucydide (et tort de croire autrui) [ibid.: 153].

No fundo, Tucídides faz equivaler a verdade à sua autoridade: «comme s'il suffirait de dire “je” pour dire le vrai, le “je” de Thucydide est une caution morale, un sûr garant de vérité» (ibid.: 154).

A força persuasiva do historiador é bem evidente no seguinte: por um lado diz que «não [lhe] pareceu correto escrever qualquer informação que [lhe] chegasse nem o que a [si] parecia ter acontecido mas só o que [ele] próprio [presenciou]» (I. 22. 2) ou o que apurou mediante crítica rigorosa; por outro lado, o mesmo só refere duas experiências de guerra presenciadas por si: a peste de Atenas e a campanha de Brásidas na Trácia, na qual participou

enquanto general. Para a restante narrativa ou partimos do pressuposto de que assistiu aos acontecimentos mas entendeu por bem não o dizer, ou que possuía informações, criticamente filtradas por si, mas não revelou as suas fontes. Diz, por exemplo, sobre a tirania de Hípias que tinha à sua disposição uma tradição melhor que todas as outras, mas não revela a sua origem. O que falta à verdade de Tucídides é a verificação. De igual modo, não sabemos que critérios usou para escolher dentre as várias versões escutadas de um mesmo acontecimento a verdadeira. Tucídides apresenta-nos, salvo raras exceções, a versão final<sup>109</sup>.

Parry critica esta forma extremamente subjetiva e autoconfiante de escrever história. Quando as fontes não são reveladas, exige-se que o leitor veja a realidade pelos olhos do historiador, que tenha uma confiança cega no seu conhecimento e no seu discernimento:

His very reluctance to speak of himself, his way of stating all as an ultimate truth, is, if we must use the word, one of his most *subjective* aspects. When you can say, ‘so-and-so gave me this account of what happened, and it seems a likely version’, you are objective about your relation to history. But when, without discussing sources, you present everything as *αὐτὰ τὰ ἔργα* (I. 21. 2), the way it really happened, you are forcing the reader to look through your eyes, imposing your own assumptions and interpretations of events. To say all this is of course not to cast doubts on Thucydides’ veracity or on the validity of his methods of inquiry, little as we know of them [1972: 48].

### 1.1. Supremacia da observação direta e das testemunhas oculares

A historiografia praticada por Tucídides está em linha com a de Heródoto no que às fontes diz respeito. Ambas apoiam-se não na erudição dos arquivos, da arqueologia, da filologia, mas na observação direta (*autopsia*) – seja a do historiador seja a de testemunhas oculares – e na tradição oral.

---

<sup>109</sup> Momigliano afirma que os historiadores gregos não possuíam regras precisas para a recolha e seleção dos factos. Por esta razão, Heródoto passou muito tempo por impostor. «El punto débil más evidente de los historiadores griegos era su forma de acercarse a los testimonios, esto es, los criterios de los que se servían para establecer los hechos. La ausencia de reglas precisas sobre el modo de recoger y elegir los datos creaba confusiones tanto en los autores como en sus lectores. Heródoto podía ser considerado ya como el padre de la historia ya como un embustero, porque nadie estaba en condiciones de controlar las historias contadas por el [...] Únicamente la moderna investigación orientalista ha estado en condiciones de demostrar que Heródoto era un cronista fiable (dentro de los límites de su información) [...]» (1984: 19).

Hartog sublinha, por diversas vezes, a supremacia do “ver” como meio fundamental do conhecimento histórico relativamente ao “ouvir”, entendendo por ouvir o que era transmitido da tradição oral mítica por poetas e logógrafos:

Le savoir doit se fonder sur l'autopsie et s'organise sur la base des données qu'elle procure. Des deux moyens de la connaissance historique, l'œil (*opsis*) et l'oreille (*akôe*), seul le premier peut conduire à une vision claire et distincte (*saphos eidenai*) [2005: 76].

E, de facto, Tucídides, em consonância com o que temos dito sobre os seus pruridos relativamente à oralidade dos poetas, logógrafos e oradores, é muito explícito quanto à aceitação acrítica de qualquer informação que lhe chegasse ao ouvido. Mesmo ao nível da observação direta Momigliano acredita que Tucídides confiava mais no que via ou ouvia ele próprio do que no que lhe diziam as testemunhas: «[...] Thucydide] croyait d'abord ce qu'il voyait de ses yeux et ce qu'il entendait de ses oreilles avant de considérer ce que disaient des témoins dignes de foi» (1992: 48)<sup>110</sup>. No entanto, Tucídides parece conferir a mesma credibilidade ao que viu e ao que outros viram e lhe contaram, sendo que estas duas fontes de informação são ambas consideradas *opsis*: «Pour Thucydide, le savoir historique se fonde avant tout sur l'*opsis* (ou bien j'ai moi-même vu, ou bien j'interroge quelqu'un qui a vu, et, dans les deux cas, on peut parler d'*opsis*)» (Hartog 1980: 282).

A valorização da visão como fonte de informação é particularmente relevante nos comentários que Tucídides faz a propósito de uma batalha que se desenrolou durante a noite (ao luar) e acerca da qual «por conseguinte, era bastante difícil saber em detalhe, em qualquer uma das fações, o que se passou»: ἦν οὐδὲ πῦθ' ἴσθαι ῥᾶδιον ἦν οὐδ' ἀφ' ἐτέρων ὅτ' ἄρα τῶν ἑκάστα ξυνηνέχθη (VII. 44. 1). Já de dia – acrescenta Tucídides – só é possível saber o que se passa se os indivíduos envolvidos têm um conhecimento de conjunto que ultrapassa a individualidade. Sendo de noite, «pode haver um conhecimento claro do que quer que seja?»: πῶς ἄν τις σαφῶς τι ᾔδει; (ibid.). Mesmo ao luar, não se

<sup>110</sup> Marincola exprime uma opinião contrária: «Concerned as he is with underlying realities that are not always apparent or easily perceived, he does not suggest that autopsy is superior to inquiry, and in at least one place casts doubt on autopsy's validity for non-contemporary history. In the Archaeology (I. 2-19) [...]» (1997: 68). A posição de Momigliano sobre esta matéria, que diverge claramente da de Marincola, funda-se numa nota fortuita na qual se manifesta consciência dos limites dos testemunhos *de visu* nas batalhas (vide Tucídides: VII. 44).

consegue entrever mais do que o vulto da pessoa que está à nossa frente, e, portanto, em tais circunstâncias, não conseguimos reconhecer o que a distingue de outra pessoa. Estes comentários são coerentes com as anteriores declarações de Tucídides sobre a dificuldade de confiar nas testemunhas oculares da guerra (I. 22. 3) <sup>111</sup>. Daqui decorre que a *autopsia* nem sempre é uma fonte segura de informação, devendo ser submetida a uma filtragem crítica. Todavia, o ouvido, esse nunca é seguro, porque as informações adquiridas por essa via não são comprováveis.

Ainda assim – diz Momigliano – em Tucídides, como em Heródoto, a tradição oral prevalece claramente como fonte histórica sobre a tradição escrita. Apesar de se distanciar de Heródoto no rigor e na exigência de verdade e de atrair a história para a esfera da política, Tucídides não consegue romper com a tradição eminentemente oral da documentação historiográfica<sup>112</sup>. Tinha à sua disposição alguns testemunhos escritos (cartas, inscrições e tratados) que encaixavam nos seus critérios de credibilidade, porém optou maioritariamente pela oralidade<sup>113</sup>. Momigliano observa a que ponto esta preferência influenciou os seus sucessores: «En definitiva dejó en sus sucesores la impresión de que la observación directa y los relatos orales de testigos directos en conjunto fuesen preferibles a los testimonios escritos» (1984: 14). Ainda assim, é bom que se note que, apesar da existência de alguns documentos aproveitáveis à época de Tucídides, os relatos escritos de batalhas e assembleias eram escassos e não existiam ainda os documentos oficiais e as cartas que se multiplicarão no período helenístico e que teriam, aí sim, criado condições para uma história à

---

<sup>111</sup> Romancistas modernos, como Stendhal na *Cartuxa de Parma*, Tolstoy em *Guerra e Paz*, Tackeray em *Vanity Fair*, também testemunham a confusão sentida pelas pessoas que tomaram parte nas batalhas, e a dificuldade em escrever um relato baseado nos seus testemunhos. Mas esta desconfiança, nota Hornblower, não impede Tucídides de ser extremamente confiante nas opiniões factuais que emite: «Thucydides is on the whole remarkable for the confidence with which his factual opinions are expressed» (1987: 156).

<sup>112</sup> «Tucídides, pues, lleva a la victoria una exigencia de veracidad más rigurosa que la de Heródoto e incita a sus sucesores a limitar sus propios intereses a la esfera política, pero no cambia la base de la documentación historiográfica que permanece en la antigüedad de carácter oral principalmente y sólo secundariamente de carácter archivístico» (Momigliano 1984: 99).

<sup>113</sup> «Tucídides aceptó el presupuesto de Heródoto de que la historia está hecha principalmente de tradiciones orales. No será nunca suficientemente acentuada la importancia de esta concordia fundamental. Los documentos escritos son marginales para Tucídides, como lo son para Heródoto» (Momigliano 1984: 97).



moda moderna, não fosse ter-se continuado a preferir a observação visual e a tradição oral<sup>114</sup>.

Apesar da predominância das fontes orais, é possível encontrar outros tipos de documentação na *História da Guerra do Peloponeso*: oráculos, fontes escritas, mitos, inscrições, arqueologia (vide Hornblower 1987: 73-109). Hornblower situa os oráculos a meio caminho entre as provas orais e as provas escritas. Tucídides cita alguns, mas Hornblower considera insuficiente o tratamento que o historiador faz destas fontes. Quanto às fontes escritas, Hornblower divide-as em dois grupos: as não explícitas – Heródoto, Antíoco de Siracusa, os compiladores de listas e, talvez, Hecateu de Mileto – e as explícitas – Helânico e os poetas, especialmente, Homero. Neste capítulo, convém assinalar que o facto de Tucídides rejeitar o elemento mítico ou fabuloso na construção do seu texto histórico não significa que rejeite os poetas ou o mito como fontes. À falta de melhores provas, tem de recorrer a eles para fundamentar a sua Arqueologia. E no final do livro III transcreve o hino homérico a Apolo, com o intuito de demonstrar o carácter e a antiguidade do festival de Delos. Assinale-se, a propósito, que Tucídides é o primeiro historiador a copiar documentos como se proviessem de arquivos.

Hornblower situa, depois, as inscrições entre as provas escritas e a Arqueologia. Tucídides cita poucas. Há três no livro VI, quando se narra a história da família dos Pisístratos. Curiosamente, as inscrições são as fontes mais valiosas de que dispõem os historiadores atuais para a reconstrução da história do século V.

Por fim, o historiador recorre algumas vezes às provas materiais ou arqueológicas, mas só quando faltam provas orais. Neste particular, os historiadores gregos, Tucídides incluído, tinham condições para terem ido bem mais longe. Moses Finley observa que não o fizeram por falta de interesse no passado<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> «En el siglo V los griegos poseían muchos documentos que mencionaban a sacerdotes, magistrados, atletas victoriosos, pero poquísimos relatos escritos de batallas y asambleas. Más tarde los que nosotros llamamos documentos oficiales y cartas privadas se multiplicaron, y en el período helenístico habría sido posible, sin más, escribir historia como hacemos nosotros, yendo a los archivos o usando cartas privadas, memorias, y así sucesivamente. Pero se continuaba prefiriendo la tradición oral y la observación visual, como queda claro en Políbio, aun cuando esa preferencia no estaba mayormente justificada por las condiciones que prevalecían» (Momigliano 1984: 84).

<sup>115</sup> «Ce serait cependant une grave erreur d'expliquer notre meilleure connaissance de Mycènes uniquement par le progrès de la science. Sur le plan technique, Schliemann et Sir Arthur Evans utilisaient peu de moyens qui ne fussent déjà à la disposition des Athéniens du cinquième siècle. Les anciens Grecs possédaient déjà les techniques et la main-d'œuvre néces-

Hornblower indica ainda dois tipos de provas que Tucídides não utiliza: a etimologia e as moedas. Os argumentos aduzidos a partir de nomes e étimos eram frequentes entre os seus antecessores, contemporâneos e posteriormente em Platão. Tucídides evita usar este tipo de prova. A numismática é muito usada pelos historiadores modernos mas não mereceu qualquer atenção da parte de Tucídides.

As provas mais utilizadas são mesmo as orais. Pena foi que Tucídides não tenha revelado a sua origem. No livro VI ainda alude a isso, declarando ter obtido de uma testemunha a informação de que Hípias era o filho mais velho de Pisístrato. Supõe-se que as informações acerca de Demóstenes e Eurimedonte, na expedição à Sicília, terão chegado a Tucídides via Cónon, mas não podemos ir além da suposição. De igual modo, o debate entre Nícias e Alcibiades acerca da Sicília deve ter tido como fonte testemunhal Andócides. Apesar do anonimato, a pesquisa tem vindo a comprovar a fidedignidade de algumas informações. Outras há que permanecem envoltas em mistério. O que o historiador diz acerca de Cléon vai muito além daquilo que poderia saber, uma vez que não era seu confidente. Este tipo de consideração deu origem à tese de que, salvo raras exceções, os motivos e intenções das suas figuras históricas são inventados. Não é fácil rebater esta tese, visto o anonimato das fontes. Mas há motivos para dar mais crédito à tese de inferência ou dedução do que de invenção. Os documentos que nos têm chegado preenchem algumas lacunas mas também confirmam a versão tucidiana dos factos. As próprias comédias de Aristófanes, por vezes, corroboram e complementam o seu relato. No caso de Cléon, visto o ressentimento e a parcialidade com que foi tratado, é certo que o seu retrato foi pintado pela imaginação de Tucídides. Já os motivos que atribui a Temístocles, Aristogíton, Nícias e Pausânias devem ser uma inferência do próprio historiador. No caso de Pausânias, limita-se a usar a expressão “diz-se que” antes de revelar os comportamentos e pensamentos do líder.

Em suma, podemos admitir que Tucídides frequentemente adivinha os motivos por trás das ações, não se afastando, nesse domínio, da prática dos historiadores modernos. A diferença é que Tucídides é tão assertivo nas informações que deduz por hipótese como nas outras sobre as quais não tem dúvidas. Por conseguinte, o mais justo é evitar os extremos de pensar que Tucídides ou inventa todos os motivos ou não inventa nenhum.

---

saires pour découvrir les tombes à fosse de Mycènes et le palais de Cnossos, et ils étaient assez intelligents pour associer les pierres enfouies – s'ils les avaient mises au jour – avec les mythes d'Agamemnon ou de Minos. Ce qui leur manquait, c'est l'intérêt: voilà l'immense fossé qui sépare leur civilisation de la nôtre» (Finley 1981: 25).

## 1.2. História do presente e história do passado: testemunhos e indícios

A preferência pelo contacto visual e pelos testemunhos oculares explica-se pela opção por uma história do presente ou do passado próximo, a única que permitia um mínimo de objetividade<sup>116</sup>. E o contrário também é verdadeiro. A desconfiança de Tucídides relativamente aos indícios do passado, em grande parte transmitidos pela tradição oral, empurra-o para uma história do presente. Na verdade, Tucídides, devido ao desinteresse dos seus antepassados pelo “tempo dos homens”, pelo passado e pela história dos homens, não dispunha de documentos nem de arquivos em que se pudesse apoiar para a reconstrução dos dois séculos anteriores à guerra do Peloponeso. Assim sendo, foi obrigado a voltar-se para a tradição oral (vide Finley 1981: 30-31).

Só do presente pode haver história científica. Para Tucídides, o passado longínquo não representava mais do que a origem da situação política do presente e o presente era a base da compreensão do passado. Compreendendo o presente, compreende-se a obra da natureza humana. As experiências presentes podem ser chaves de leitura para o futuro ou, ao invés, para o passado. No essencial, a natureza humana perpetua-se de forma imutável, porém, como o presente é o único período que fornece informações dignas de confiança, a pesquisa histórica deve começar pelo presente e daí remontar ao passado, tão longe quanto o permitam os testemunhos. Momigliano e Hartog comentam assim a «centralidade do presente» na pesquisa histórica levada a cabo por Tucídides:

La centralité du présent dans la recherche historique est une conviction si profonde chez Thucydide qu’il n’éprouve pas le besoin d’examiner à fond la proposition connexe selon laquelle il n’y a d’information vérifiable que pour le présent. La position unique de l’histoire contemporaine repose sur la double hypothèse suivante: la nature humaine comporte quelque chose d’immuable; l’histoire contemporaine est la seule qui soit fiable [Momigliano 1992: 47].

Le passé, lui, n’est pas véritablement connaissable. C’est ce que vont démontrer ses premiers chapitres, connus sous le nom d’«Archéologie», où Thucydide réussit le tour de force de présenter à la fois l’exposé le plus clair sur les temps anciens et la démonstration la plus nette qu’on ne peut en faire véritablement l’histoire [Hartog 2005: 76].

---

<sup>116</sup> «Du passé proche: il faut insister sur cet aspect; les relations qui disent avec une certaine fidélité ce qui s’est produit, portent, en général, sur des événements qui sont presque contemporains des auteurs: c’est seulement à leur propos que la narration possède un minimum d’objectivité» (Châtelet 1962: 37-38).

A secção conhecida como Arqueologia, que integra os capítulos iniciais da obra, é um caso à parte na *História da Guerra do Peloponeso*, na medida em que constitui o único segmento dedicado por inteiro à história do passado e é a única secção onde temos acesso aos bastidores: vemos Tucídides a selecionar informações, a submetê-las a análise lógica e a reconstruir um período do qual não teve conhecimento direto nem testemunhal, aproximando-se muito do papel arcaico do *histor*: «[...] Thucydide retrouve ainsi quelque chose du sens ancien d'*histôr*, comme garant dans un litige» (Hartog 2005: 95)<sup>117</sup>. Por isso mesmo, Tucídides vê-se na obrigação de estabelecer um método diferente para o estudo desta época remota, cujo conhecimento considera difícil:

Na verdade, não era possível conhecer com clareza o que aconteceu antes nem os acontecimentos ainda mais antigos por se ter passado um longo período de tempo, mas a partir dos indícios [ἐκ δὲ τεκμηρίων] nos quais se baseia a minha confiança, quando procuro ver até onde é possível alcançar, considero que não houve nada de grandes dimensões nem em guerras nem noutras coisas [Tucídides: I. 1. 3].

Enquanto baseia a sua reconstrução do presente numa colecção de experiências pessoais e entrevistas, o período histórico da Grécia Arcaica é reconstruído com base em conjecturas e indícios (ἐκ δὲ τεκμηρίων) – retirados da poesia épica, tradições locais, escavações tumulares, observação de monumentos do período heroico – que eram do conhecimento público<sup>118</sup>. Tucídides não descreve o passado como descreve o presente. Alterna entre a certeza no que diz – “é claro” (*phainetai*); as deduções pessoais – “parece-me” (*δοκεῖ μοι*); as probabilidades – “como parece *provável*” (ὡς εἰκός); e a conjectura – (εἰκάζειν δε χρή). Por isso, Hartog insiste que o conhecimento por indícios aproxima a atividade de Tucídides da do juiz: «Thucydide, comme le juge dans l'établissement de la preuve, fait témoigner les indices qu'il rassemble et ne reçoit rien pour vrai qu'il n'ait soumis à la question» (2005: 97). Não obstante, este tipo de conhecimento indiciário não permite ao historiador ateniense a mesma “evidência” que a *autopsia* ou a exatidão que o mesmo método – conjugado com os depoimentos testemunhais – permite aos juizes e historiadores da atualidade.

<sup>117</sup> «Significant for the present study, the Archeology allows one to see what is all too rare elsewhere in the *History* – the historian selecting data, submitting them to the logical analysis, and ultimately reconstructing the events of a period far in the past to which he was not witness and about which he could have no firsthand evidence» (Hunter 1982: 17).

<sup>118</sup> «For example, he must have seen Mycenae and Lakedaimon, he at least knew of the contents of the graves uncovered in the purification of Delos, and he could describe the manner of bearing arms in various parts of Greece in his own day» (Hunter 1982: 100).

A *akribeia* fica assim confinada à história do presente, a história do passado fica-se pela convicção: «À l’histoire du passé est interdite l’«acribie», à cette obscure vision est seulement réservée, si on l’exerce avec rigueur, la *pistis*, la conviction, à l’instar du juge qui, dans une affaire, arrive à une (intime) conviction» (Hartog 2005: 97)<sup>119</sup>.

Esta forma pouco objetiva de investigar ilustra bem a impreparação técnica e a própria mentalidade dos historiadores gregos para abordar o passado. Quando não encontra provas que considere suficientes para explicar um determinado facto, o historiador não procura outras vias, abandona-o com a afirmação de que não é possível saber nada de tempos tão recuados<sup>120</sup>. Ainda assim, Tucídides termina a sua incursão pelo passado garantindo a fiabilidade da sua interpretação: não seguiu o senso comum na aceitação acrítica de tradições antigas; teve o cuidado de examinar a veracidade das provas (I. 20. 1). Pode, por isso, vangloriar-se de apresentar análises corretas que não induzem em erro os seus leitores. Por serem coisas impossíveis de comprovar, devido à sua antiguidade, algumas passaram para o domínio do maravilhoso pelas mãos de poetas e logógrafos, mas o historiador afasta-se desta via e pede que confiemos na sua investigação, feita a partir dos indícios mais claros:

No entanto, quem, tendo em conta as provas mencionadas, considerasse as coisas que eu expus não se equivocaria, não acreditaria tanto no que os poetas computaram acerca delas embelezando-as ao máximo, nem nos logógrafos que escreveram acerca delas mais para agradar ao auditório do que para fins de verdade, pois, sendo coisas impossíveis de comprovar, muitas delas, devido ao tempo transcorrido, passaram incrivelmente para o domínio do maravilhoso; por fim, não se equivocaria quem considera que se investigou suficientemente, tendo em conta a antiguidade dos factos, a partir dos indícios mais evidentes [Tucídides: I. 21. 1].

---

<sup>119</sup> As palavras de Hartog podem gerar algum equívoco relativamente ao trabalho do juiz. Convém fazer aqui a seguinte ressalva: o juiz não se fica pelos indícios. Para uma deliberação final – a menos que os indícios sejam de tal modo evidentes e conclusivos – ele há de apoiar o seu julgamento em testemunhos que os indícios corroboram. A tese do paradigma indiciário de Ginzburg também não se funda apenas em indícios como elemento de prova. Indícios e testemunhos complementam-se. Sobre esta matéria, veja-se Ginzburg 1989.

<sup>120</sup> «[...] lorsqu’il est question des temps anciens, la place est laissée aux récits mythiques et à la tradition; quand ces derniers sont écartés comme insuffisants – c’est ainsi que procède Thucydide –, aucun effort résolu n’est fait pour substituer au vide ainsi créé une leçon plus correcte: l’écrivain déclare alors que l’on ne peut rien savoir sur des temps aussi reculés. En fait, l’introduction presque constante de la vraisemblance, du mythe, des “reconstructions” historiques, des digressions, du pittoresque traduisent cette impuissance radicale de la pensée grecque à considérer avec le sérieux indispensable cet objet qu’est le passé humain. La défaillance des œuvres s’explique par la structure de la mentalité et par l’insuffisance technique qui lui est liée» (Châtelet 1962: 37-38).

Nesse sentido, Crane compara a Arqueologia tucidiana ao exercício retórico conhecido como *epideixis*, que pretende ser uma demonstração de poder e uma amostra ilustrativa da metodologia aplicada:

The Archaeology resembles the epideictic exercises published by rhetors of the fifth and fourth century. Like the *Helens* of Gorgias and Isokrates, the Archaeology is both exceptional and a *tour de force*. Thucydides' primary concern is with the events of his own lifetime, and he clearly understands how tenuous must be the conclusions which he bases on the evidence for the distant past. The professional rhetorician used an *epideixis*, "show-piece", to demonstrate his methodology. Thucydides' Archeology served precisely this function, at the same time introducing Greek history as a whole and Thucydides' historiographic methodology. [...] The opening of the *History* parades the human instrument of analysis in action for all to observe [1996: 32].

Por conseguinte, na medida em que as suas fontes são enunciadas, é possível verificar a validade dos argumentos elaborados por Tucídides na Arqueologia:

Readers may not be able to compare Thucydides' conclusions on contemporary events with the oral reports and personal observations with which he worked, but even now we still have access to much of the source material upon which the Archaeology depends, and we can thus, in this particular case, see Thucydidean practice at work» [ibid.: 34].

Crane acredita que, na Arqueologia, Tucídides não só transmite um conjunto de ideias centrais para a sua visão da história, como também nos convida a observar a forma como pratica análise histórica. Nesse sentido, a opção de abrir a *História da Guerra do Peloponeso* com a Arqueologia justificar-se-ia com o objetivo não só de dar a conhecer o assunto em causa como fornecer ao leitor um "case study" que contrasta com as «suavemente polidas narrativas históricas que se seguem» (ibid.).

Este método de pesquisa que combina dados arqueológicos, etnografia comparativa e interpretação histórica de textos literários parece-nos tão pertinente que nos podemos questionar acerca dos motivos pelos quais Tucídides limitou a sua aplicação à Arqueologia. Na verdade, o que a nós nos parece o método mais seguro para a pesquisa histórica não passa para ele de um mal menor para substituir a observação direta, quando o conhecimento certo e detalhado se revela impossível. Para que este método de conhecer o passado se tornasse seguro, Tucídides precisava de ter acesso às disciplinas auxiliares da crítica de fontes que o século XIX trará para o ateliê do historiador: arqueologia,

literatura comparada, linguística. Sem elas, é obrigado a aceitar – se não acriticamente, pelo menos, baseado, somente, no seu próprio julgamento – as provas transmitidas por poetas e tradições orais, a partir das quais produz raciocínios de probabilidade<sup>121</sup>. A falta de verificação da genuinidade das provas provenientes da poesia, dos mitos e demais tradições orais e a falta de meios para o fazer leva a que não se estabeleça uma fronteira entre *mythos* (poético e mítico) e história, entre *tempo dos homens* e *tempo dos deuses*. Tucídides investiga o tempo dos deuses como se tempo dos homens se tratasse, mas sem provas que o ajudem a descobrir a verdade<sup>122</sup>. A sua reconstrução do passado é mais especulativa do que a de Heródoto, porquanto depende completamente do seu próprio julgamento para decidir o que é facto e o que é ficção na tradição grega, e o que constitui uma prova a partir da qual possa tirar conclusões prováveis. Onde os dois historiadores convergem é na não diferenciação entre o que é histórico e o que é mítico, pois ambos consideram o período mitológico tempo dos homens, um tempo real de personagens históricas. Tucídides diz, por exemplo, sem questionar a existência de Minos, que ele foi, de acordo com a tradição, o primeiro indivíduo a possuir uma armada; ou que a guerra de Troia teve lugar, mas foi engrandecida pela voz dos poetas. Revista e corrigida por Tucídides, a guerra adquire uma igualdade, uma plausibilidade e um enquadramento político que a crítica aceitará facilmente como verdade histórica. O que estes historiadores fazem, por vezes, é encontrar uma explicação racional

---

<sup>121</sup> «He thus reconstructs the past. What is lacking in his reconstructions, however, is the contribution of the nineteenth century to the discipline of history, source criticism. No matter how painstaking he considered his pursuit of truth, how reliable his evidence, or how reasonable the conclusions he drew from it; no matter how much he understood that caution was necessary in the face of poetic exaggeration, he must nonetheless accept both the poets and oral tradition as his factual basis. He just did not have at his disposal the tools of source criticism or the means of evaluating documents used by the contemporary professional historian. Uncertainty and doubt he might express, but without ancillary disciplines like archaeology, comparative literature, or linguistics his efforts to criticize his sources, or even his opportunities to verify them, remain minimal» (Hunter 1982: 37-38).

<sup>122</sup> «Thus, in his own terms, he did not have a source he believed was the truth, that is, an objective means of distinguishing truth from fabrication in the *mythoi* of the poets or in other forms of oral tradition [...]. Perhaps, like Herodotus, he believed that the poets distorted Greek history and fabricated many of the stories of gods, heroes, and men, but he felt no compulsion to demonstrate how and why they did so. Instead, he took for granted a length of historical time that preceded the events of the epic cycle and differed from them because it was a *temps des homes* rather than a *temps des dieux*. In addition, he accepted the possibility of human knowledge of that time, even though he possessed no superior source to assist him in discovering the truth» (Hunter 1982: 102).

para factos míticos. Assim, a guerra de Troia não pode ter sido tão grande como dizem os poetas porque, se fizermos a média entre os navios grandes e os navios pequenos referidos na *Iliada*, chegamos à conclusão que as tropas não eram muito numerosas. E a expedição não pôde ser muito grande, mais por falta de dinheiro do que por escassez de homens. Outro exemplo é quando Tucídides diz que Agamémnon reuniu os aliados contra Troia graças ao poder adquirido e não pela obrigação imposta aos pretendentes de Helena pelos juramentos feitos a Tíndaro (vide Hunter 1982: 107-115 – o capítulo intitulado “Rationalism, Rationalization, and Rationality”).

Devemos ainda reiterar que Tucídides não considerava o passado interessante nem significativo em si mesmo; que este não é mais do que o prelúdio do presente; que a única maneira de conhecer o passado é a partir do presente, já que o passado conduz por simples progressão (não linear) ao presente<sup>123</sup>. Esta é uma outra diferença relativamente a Heródoto, para quem o passado tinha valor próprio (Momigliano 1992: 50). Tucídides acreditava que o passado é similar ao presente, não só porque é um tempo humano, mas porque os estádios do progresso civilizacional e os seus pontos altos bem como a forma como este pode progredir e regredir seguem um padrão idêntico: «Muitas outras coisas mostrariam que o mundo grego antigo vivia de forma análoga ao mundo bárbaro atual» – πολλὰ δ' ἄν καὶ ἄλλα τις ἀποδείξειε τὸ παλαιὸν Ἑλληνικὸν ὁμοίωτροπα τῷ νῦν βαρβαρικῷ διαιτώμενον – (Tucídides: I. 6. 6). Com esta teoria civilizacional em mente, Tucídides crê-se livre para ir além da simples seleção das informações que lhe parecem mais racionais ou além da simples atribuição de motivos a indivíduos no passado. Ele toma a liberdade de gerar factos para os quais não possuía provas e que eram anacronismos derivados do mundo presente: «In other words, Thucydides interpreted his data in such a way as to make it useful to the present and the future by isolating similarity of process in the past, permanence amidst change» (Hunter 1982: 103).

O que encontramos, pois, em Tucídides, segundo Hunter, não é só conjectura, é uma forma de imputação causal por analogia, a explicação de factos do passado por paralelismo com os do presente, partindo do pressuposto que o padrão se mantém. A analogia funciona como princípio racional de reconstrução

---

<sup>123</sup> «Au *legetai* (on dit que) des logographes et d'Hérodote, qui rapportent ce qui se dit, Thucydide oppose le *phainetai* (il apparaît, il devient visible que). Mais cette lumière incertaine est toujours à produire à partir du présent, en mesurant les événements du passé à l'aune des événements contemporains et en se fondant sur le repérage et le rassemblement d'indices (*semeia*) convergents» (Hartog 2005: 77).



especulativa do passado. Analogia e probabilidade são ambas baseadas na percepção de similitudes, na crença de que os indivíduos agiram no passado ou agirão no futuro em grande parte como agem no presente<sup>124</sup>.

### 1.3. História e memória

Uma história do tempo presente pretende ter a vantagem da concomitância entre a atualidade dos factos e a atualidade do seu registo. Assim, a *História* tucidiana, enquanto composição narrativa, pode reivindicar plenamente a sua pretensão à verdade, fazendo valer o princípio epistemológico da presença cognitiva das testemunhas como condição para estabelecer o seu relato dos acontecimentos. Na verdade, quando se faz história contemporânea ou do presente, e isto é válido para a historiografia do tempo de Tucídides como para a da atualidade, tem-se a possibilidade de entrevistar testemunhas diretas dos factos, no fundo, de lidar com a memória viva dos factos. Mas esta vantagem não é tão segura como possa parecer à primeira vista, pois a *autopsia* não é nunca um dado imediato<sup>125</sup>. Há a irredutível distância gnosiológica entre o objeto acontecido e o objeto rememorado; a distância entre a testemunha e o historiador; e a distância temporal entre o passado do acontecimento arquivado (ou a memória documental do objeto) e o presente da narração. Tucídides tem consciência de que a memória (da testemunha ou do historiador-testemunha) deve ser filtrada por um processo de análise crítica antes de se transformar em história, pois, mesmo na sua qualidade de pivô entre a autópsia e a história, ela é lacunar e subjetiva: ora esquece, ora seleciona, ora engrandece, ora diminui os factos. Logo na exposição metodológica esse fator é posto em relevo: «Foi uma árdua investigação, porque os que estiveram presentes em cada acontecimento não diziam o mesmo acerca deles, devido à simpatia que pudesse haver

---

<sup>124</sup> «Both probability and analogy are used by the historians [Herodotus and Thucydides] in their rationalizations. In the case of Thucydides, one can go even further. Analogical reasoning is at the heart of his evolutionist theory of civilization. For uniform development and uniform stages of growth also imply similarities and parallels. Thus such a theory also affords the means to approach data, to rationalize, and to reconstruct events in the past by using the analogy of the present. In a word, analogy serves as a kind of rational principle in Thucydides' speculative reconstruction of the past» (Hunter 1982: 112-113).

<sup>125</sup> «[...] L'autopsie n'est pas une donnée immédiate, il convient de la filtrer par toute une procédure de critique des témoignages pour établir les faits avec autant d'exactitude qu'il est possible» (Hartog 2005: 76).

por um dos lados ou devido à memória» (I. 22. 3). Mas também dá testemunho das fragilidades da memória noutros passos. O caso mais notório ocorre quando Nícias, o chefe da expedição ateniense à Sicília, quer avisar a cidade da sua situação crítica e envia, como é normal, mensageiros. Porém, receando que eles acabassem por ter alguma falha de memória ou que contassem não a realidade mas o que a multidão queria ouvir, decide redigir uma carta (cf. Tucídides: VII. 8. 2). Neste contexto, vale a pena referir também o comentário do historiador a propósito da forma como os Atenienses adaptaram um oráculo de que se recordavam à realidade da peste, lendo *loimos* (peste) onde o oráculo dizia – de acordo com Tucídides – *limos* (fome): «Os homens usam a memória em consonância com o que lhes acontece»: οἱ γὰρ ἄνθρωποι πρὸς ἃ ἔπασχον τὴν μνήμην ἐποιοῦντο (Tucídides: II. 54. 3)<sup>126</sup>.

Saber historicamente é ter um conhecimento claro e distinto, é também ver claro (*saphes skopein*). Mas ver não é garantia imediata de saber. É a *akribeia* que deve, na medida do possível, transformar o ver em saber ou em “ver claro”, é ela que deve assegurar a conformidade da narrativa ao real, ou melhor, fazer com que a narrativa diga as coisas na sua evidência. Por conseguinte, «a *akribeia* é o outro nome da verdade» (Hartog 2005: 95). A história não se limita a ser memorial, mais do que isso é investigação da verdade<sup>127</sup>. Não só o que o historiador viu, mas mesmo o que as testemunhas dizem ter visto deve ser submetido a crítica cerrada. Isto traz à liça a problemática que já tivemos em mãos a propósito de *La mémoire, l’histoire, l’oubli*: a relação entre o historiador e a testemunha e a história e a memória. Não vamos repetir as extensas e convincentes reflexões de Ricœur sobre a matéria. Tentemos apenas circunscrever esta problemática ao âmbito da *História da Guerra do Peloponeso* e veremos emergir algumas das questões que mobilizaram a reflexão do filósofo francês. Podemos começar por dizer que Tucídides faz apelo implícito, nas suas declarações metodológicas acima citadas, a uma das condições fundamentais que Ricœur impunha a qualquer crítica de testemunhas: a possibilidade de desconfiar. Relembramos que a possibilidade de desconfiar abre um espaço

<sup>126</sup> «Thucydides, I suggest, repudiates the traditional function of memory along with the poets, the logographers, and oral performance. Thucydides’ veridicality rests on mental operations of another sort. The Archaeology, a display of reasoning from evidence and probability, rejects not only the poets’ account but also their traditional authority, namely, memory» (Edmunds 1993, in Rusten 2009: 111).

<sup>127</sup> «Et l’histoire «véritable» est non pas mémorial ou *historia*, mais *zetèsis tès alètheias*, recherche et quête de la vérité, c’est-à-dire aussi enquête, au sens judiciaire du mot» (Hartog 2005: 95).

de polémica onde diversos testemunhos e testemunhas podem ser confrontados. Há sempre a possibilidade de perguntar a outra testemunha. O próprio declarante o admite ao dizer: “eu estava lá, acreditem, mas, se não acreditam, perguntem a outro”. A testemunha é aquele que aceita ser convocado e responder a um apelo eventualmente contraditório.

Continuando a descortinar este paralelismo entre o filósofo francês e o historiador ateniense, parece-nos que ambos admitem (o filósofo explicitamente) que o historiador só começa a ser historiador a partir do momento em que opera um afastamento crítico relativamente à testemunha e à memória. A história tem autonomia e privilégios únicos, nomeadamente a função de corrigir a verdade que a imediatez da memória nos transmite. E o primeiro a manifestar consciência desta separação foi Tucídides, no prólogo metodológico. Em ambos, o testemunho aparece como estrutura de transição entre a memória (proveniente da *autopsia*) e a história, com a consequência de uma fronteira nítida entre testemunha e historiador. Este é também um tema caro a Hartog:

Le témoin n'est pas un historien et l'historien, s'il peut être, le cas échéant, un témoin, n'a pas à l'être, et surtout ce n'est qu'en prenant ses distances par rapport au témoin (tout témoin, y compris lui-même) qu'il peut commencer à devenir historien. Être témoin n'a ainsi jamais été ni une condition suffisante ni même une condition nécessaire pour être historien. Mais cela, Thucydide déjà, nous l'avait appris [2005: 236].

A memória, para além de gozar do privilégio único do reconhecimento, é a guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo, por isso a memória declarativa da testemunha é fundamental para o processo historiográfico: «Le témoignage en effet commence avec la mémoire elle-même prise à son niveau déclaratif: la mémoire se dit et se raconte» (Ricoeur 1996: 10). No entanto, apesar de imprescindível e valiosa, a presença da memória e do testemunho na operação historiográfica não é um facto pacífico. Já não o era para Tucídides.

O tema do testemunho está na ordem do dia desde há três décadas a esta parte. Durante muito tempo, a história foi história do passado, assente sobretudo em memória arquivada. O Holocausto nazi aproximou novamente os historiadores daquele tipo de história praticada por Tucídides: uma história do presente, que tem como principais fontes de informação testemunhos orais provenientes de testemunhas oculares<sup>128</sup>. Os historiadores, que estavam habitua-

---

<sup>128</sup> «Qui veut réfléchir sur le phénomène du témoignage ne peut en effet que partir de la centralité présente d'Auschwitz et donc, aussi ou d'abord, de la centralité de l'Holocauste (pour lui donner son nom anglais) dans l'espace américain, où le phénomène peut être saisi,

dos a lidar com arquivos mortos do passado, viram-se subitamente confrontados com testemunhas vivas, que clamavam por justiça e que narravam experiências horríveis, difíceis de compreender e de representar. Este facto gerou uma dupla crise: dos testemunhos e da própria história.

Duas questões capitais se afiguram neste contacto com a história do presente. A primeira, que também constituiu uma preocupação para Tucídides, tem que ver com a crítica de testemunhos. É que o historiador não tem através do testemunho ou da memória declarativa um conhecimento imediato nem seguro do passado. Só a partir da sua análise e comparação com outros testemunhos o historiador o transforma em prova, a qual lhe permite inferir factos ou modos de compreensão dos atores de uma dada realidade social. Esta forma de lidar com as testemunhas é uma das glórias maiores da historiografia grega, declara Collingwood:

O trabalho de Heródoto ou Tucídides dependia, principalmente, das declarações e testemunhas oculares, com quem o historiador tinha contacto pessoal. E a sua habilidade de investigador consistia em ter de interrogar uma testemunha de acontecimentos passados, até conseguir que o espírito daquela evocasse um quadro histórico daqueles acontecimentos, mais completo e mais coerente do que qualquer outro que ele pudesse oferecer a si próprio. O resultado deste processo era criar no espírito da testemunha, pela primeira vez, um autêntico conhecimento dos eventos passados, que ela tinha apreendido como *doxa* acerca deles e não como *episteme*. [...] Em vez da negligente convicção, por parte da testemunha, de que as suas recordações espontâneas se ajustavam aos factos, podia desenvolver-se, no seu espírito, uma recordação apurada e criticada, que aguentasse o ataque de perguntas como: «Tem a certeza de que se lembra exatamente disso? Não está a contradizer o seu relato desse acontecimento com um relato tão diferente como o que foi feito por fulano?» Este método de usar testemunhas oculares é, indubitavelmente, aquele que sublinha a extraordinária solidez e consistência das histórias que Heródoto e Tucídides escreveram acerca da Grécia do século V [1989: 37-38].

No fundo, entre o que aconteceu e aquilo que se disse que aconteceu vai uma grande distância. O uso de testemunhas implica, por conseguinte, que se

---

si j'ose dire, dans sa force et sa netteté» (Hartog 2005 : 239). Há uma infinidade de artigos e livros sobre esta matéria. No entanto, quem quiser fazer uma reflexão séria sobre o testemunho não pode ignorar três livros aparecidos em finais dos anos 90: o do sociólogo Renaud Dulon, *Le témoin oculaire*; o da historiadora Annette Wieviorka, *L'ère du témoin*; e o do filósofo Giorgio Agamben, *Ce qui reste d' Auschwitz*. Sugerimos ainda a leitura do artigo de Maria Inés Mudrovic: «El debate en torno a la representación de acontecimientos límite del pasado reciente: alcances del testimonio como fuente», *Diánoia* 59, II, novembro 2007, 127-150.

distinga o facto acontecido do facto rememorado. Ricœur dizia que o facto da asserção não coincide nunca com o facto realmente ocorrido que, de algum modo, sobrevive na memória viva das testemunhas oculares. Nunca é demais lembrar que a história é uma reconstrução. Os factos não vão intactos para os documentos nem deles saem intactos para a história<sup>129</sup>. Aqui se compromete uma outra dimensão da memória: a memória arquivada. É que mesmo os registos orais só se tornam documentos depois de registados por escrito. Nesse sentido, podemos dizer que a memória é arquivada, documentada. O seu objeto deixa de ser uma recordação, isto é, deixa de estar numa relação de apropriação e continuidade com o presente da consciência. A memória arquivada tornada prova documental é o substrato da história, estrutura fundamental de transição e de rutura entre a memória e a história. O arquivo rompe com o “ouvi dizer” da tradição oral e a prova documental marca a entrada em cena da disciplina científica, com metodologia própria, que é a história.

Não sabemos como procedeu Tucídides, porém, a hipótese mais plausível é que, à falta de registo áudio, tenha anotado por escrito os relatos das testemunhas, ou seja, terá constituído documentos, a menos que possuísse uma supermemória e os registasse mentalmente. Esses mesmos registos não foram transcritos *verbatim* para a *História*, pois também neste processo se instala um desnível crítico. Sobre esta transposição Tucídides nada nos diz. Tal como também não sabemos em que momento operou a sua crítica de testemunhos, antes ou depois da sua anotação por escrito. Ainda assim, o mais lógico é que tenha sido depois, como fazem os historiadores atuais.

A segunda questão que anda enredada na problemática dos testemunhos tem que ver com a representação de acontecimentos limite, como tivemos oportunidade de refletir com Ricœur. É uma questão central para a dicotomia história e ficção e tem sido alvo de acesas polémicas entre historiadores e filósofos. Basta recapitular o debate entre Haydem White e Ginzburg. O problema levantado pela questão do testemunho, particularmente do testemunho de experiências limite, consiste, numa primeira instância, em saber como recolher testemunhos de acontecimentos de tal modo estranhos e bizarros que ultrapassam

---

<sup>129</sup> «[...] il faut refuser la confusion initiale entre fait historique et événement réel remémoré. Le fait n'est pas l'événement, lui-même rendu à la vie d'une conscience témoin, mais le contenu d'un énoncé visant à la représenter. En ce sens, il faudrait toujours écrire: le fait que ceci ou cela est arrivé. Ainsi compris, le fait peut être dit construit par la procédure qui le dégage d'une série de documents dont on peut dire en retour qu'ils l'établissent» (Ricœur, *MHO*, 227).

a nossa capacidade de compreensão e de empatia<sup>130</sup>. Em segunda instância, como representar/exibir historiograficamente estes acontecimentos extremos do passado recente, mantendo fidelidade aos testemunhos dos sobreviventes e, ao mesmo tempo, fazendo-lhes justiça? Tucídides, em situação muito idêntica à refletida por Ricœur, isto é, tendo de lidar com sobreviventes de uma guerra descrita como extremamente violenta e traumática, não aborda diretamente o assunto. Mas também não precisava de o fazer. A sua obra fala por si. A forma como o historiador ateniense representa/exibe com *vividez* retórica (*enargeia*) acontecimentos limite será para nós um caso de estudo e uma exemplificação prática das teses de Paul Ricœur. Em harmonia com as opções estratégicas do filósofo francês, em *L'histoire, la mémoire, l'oubli*, reservamos este tema para o terceiro momento da operação historiográfica, que corresponde ao último capítulo da nossa exposição. Concentremos, por agora, a nossa análise nos indícios.

#### 1.4. *Semeion e tekmerion*

Temos dito à saciedade que o testemunho, que se funda na memória (*mneme*), requer a intervenção do historiógrafo por uma exigência de exatidão (*akribeia*) e que esta evidência metodológica teve em Tucídides o seu primeiro mentor. Usando terminologia ricœuriana, diremos que Tucídides percebe que há dois estádios diferentes da operação historiográfica: o da prefiguração constituído pelos traços do passado (indícios e testemunhos); e o da configuração ou reformulação semiótica do passado:

Il y a donc au-delà des siècles une leçon à tirer des remarques méthodologiques formulées par Thucydide sur le métier de l'historiographe: impossible pour qui envisage les marques du passé dans leur disparité non pas en philosophe, mais en praticien de la reformulation de ce passé, d'éluder la mise en forme d'ordre sémiotique [Calame 2007: 5].

Os traços do passado permitem estabelecer a mediação entre o espaço e o tempo da enunciação e o *hic et nunc* extradiscursivo. No fundo, fazem a ponte entre o texto e a realidade do passado, entre configuração e prefiguração.

---

<sup>130</sup> «Or l'expérience à transmettre est celle d'une inhumanité sans commune mesure avec l'expérience de l'homme ordinaire. [...] Pour être reçu, un témoignage doit être approprié, c'est-à-dire dépouillé autant que possible de l'étrangeté absolue qu'engendre l'horreur. Cette condition drastique n'est pas satisfaite dans le cas des témoignages de rescapés» (Ricœur, *HMO*, 223).

Calame, cruzando a teoria narrativa ricœuriana com a pragmática linguística e a historiografia grega praticada por Heródoto e Tucídides, estuda «a questão do papel desempenhado pelos traços, indícios e testemunhos visuais ou orais entre a prefiguração e a configuração, numa historiografia que se nos apresenta como contendo uma forte componente ficcional» [2007: 2].

Entre estes dois estádios da prefiguração e da configuração, o historiador constitui o documento, isto é, deve selecionar e analisar dentre a disparidade das marcas do passado as que têm valor de indício para as questões que mobiliza o seu espírito interpretante:

Entre préfiguration et configuration, cette fabrication transforme toute trace en indice ou, pour employer le terme consacré par la discipline, en document appelant lecture et interprétation. [...] Foucault nous a rappelé que la constitution des traces du passé en documents fait partie intégrante du travail d'élaboration de l'histoire [Calame: 5].

Esta ideia de “trace” fundadora do documento tem em Tucídides um precursor, nomeadamente, no indício (*semeion*) e na marca de reconhecimento (*tekmerion*) que o mesmo concebe para a história<sup>131</sup>. Estes são dois conceitos usados por Tucídides profusamente nos dois primeiros livros da obra, aqueles onde o emprego de linguagem técnica é mais frequente. É possível encontrarmos nos dois primeiros livros termos como *semeion* (indício), *tekmerion* (prova), *martyrion* (testemunho), termos raros na restante obra. Este facto explica-se principalmente pela forte presença da Arqueologia no livro I, pelas proposições metodológicas, pela incursão na vida de Pausânias, Temístocles, e na topografia ateniense, e pela digressão antiquária no início do livro II.

Os manuais de retórica aristotélica distinguem *semeion* de *tekmerion* com base na seguinte diferença: *semeion* é um indício, que pode ser falível, apontando para um resultado; *tekmerion* aponta para um resultado que necessariamente ocorrerá. Por exemplo, se uma mulher tem os peitos cheios de leite, isto é sinal (*tekmerion*) de que tem um bebé. Em Tucídides, a expressão *tekmerion* surge com o sentido de “uma prova disso é o seguinte”. É usada várias vezes. Tucídides sabe que a guerra do Peloponeso é maior do que as anteriores, porque deduziu-o (*tekmaïromenos*) da situação atual da Grécia, bem como da investigação acerca do passado, erigida a partir de uma prova (*tekmerion*) que

---

<sup>131</sup> «L'idée de «trace» fondant le document en histoire trouve en quelque sorte un pré-curseur dans le *semeion*, dans l'indice et dans le *tekmérion*, la marque de reconnaissance tels que les conçoivent Thucydide» (Calame 2007: 4).

ele considerou fiável (I. 1. 1). A melhor prova (*tekmerioi de malista*) para o surgimento tardio do nome “Helenos” é fornecida pela sua ausência nos poemas homéricos (I. 3. 3). Na Arqueologia, a imagem dos tempos antigos baseada em provas (*ton tekmerion*) é oposta à imagem baseada em elementos fantasiosos (*to mythodes*) fornecida por poetas e logógrafos (I. 21. 1 e I. 20.1). Para explicar porque é que acredita que a acrópole e a zona sul de Atenas foram em tempos a cidade, Tucídides diz: «a prova disso (*tekmerion de*) é que há inúmeros templos na encosta sul» (II. 15. 4). No relato da peste, também usa a mesma expressão para provar que os animais que normalmente se alimentam de carne humana putrefacta a recusam desta vez, porque se o fizessem morriam. E a prova (*tekmerion de*) é que as aves necrófagas desapareceram (II. 1. 2). E ainda, no discurso de Péricles, a prova (*tekmerion de*) de que os Atenienses conseguiam conciliar uma vida descontraída com o ardor guerreiro é que os Espartanos tiveram que juntar reforços para os atacar, não o conseguindo fazer sem a ajuda de aliados (II. 39. 2).

Partindo destes exemplos podemos dizer que o emprego que Tucídides faz do termo *tekmerion* não corresponde à definição aristotélica nem ao uso que dele fizeram os precursores da filosofia aristotélica. O que o historiador faz é inferir a causa do desaparecimento das aves ou do ardor bélico dos Atenienses, mas não descarta a hipótese doutras explicações alternativas ou complementares. O termo não possui, pois, um sentido técnico em Tucídides. E também não é possível na sua obra fazer qualquer distinção entre *semeion* e *tekmerion*, pois estes são usados indistintamente, como se pode comprovar na digressão pela vida de Pausânias, no livro I. Os éforos espartanos dizem não possuir nenhuma prova (*semeion*) clara contra Pausânias, sem a qual se recusam a agir contra um homem da realeza. Apenas quatro parágrafos depois reiteram a vontade de não agir contra o Espartano sem provas claras, usando para “provas claras” a expressão *tekmeria* (Tucídides: I. 132).

Não obstante, há uma outra passagem onde o historiador grego parece distinguir os conceitos. Dizer que Micenas deve ter sido insignificante porque é fisicamente pequena é usar, segundo Tucídides, uma prova (*semeion*) inexata. Aqui o conceito *semeion* parece assumir aquele traço de falibilidade que Aristóteles mais tarde lhe reconhecerá, o que leva Hornblower (1987: 104) a concluir que há passagens como a de Micenas em que de facto a distinção entre *semeion* e *tekmerion* é observada e outras como a de Pausânias onde essa distinção não é mantida.

Por sua vez, observa Hornblower, o termo *martyrion* (testemunho) é usado para dizer o mesmo que *tekmerion*, podendo considerar-se o primeiro uma variação do segundo. Já *paradeigma* é usado, por vezes, no contexto arqueo-



lógico. O facto de as pessoas se terem refugiado na Ática é uma prova (*paradeigma*) de que a Ática era uma região mais segura do que qualquer outra da Grécia. Na *Retórica* de Aristóteles e na *Retórica a Alexandre*, o termo tem o significado de “exemplo”. Não é com esse sentido que Tucídides o emprega, apenas como prova. Logo, pode concluir-se, não há correspondência entre o uso que Tucídides faz destes termos e a sua posterior categorização retórica; porém, o facto de, por vezes, essa categorização parecer presente de forma incoativa, deixa-nos crer que Tucídides terá inconscientemente contribuído para ela:

To sum up, Thucydides’ language about his use of evidence does not fit the later oratorical and rhetorical categories, though sometimes the later distinctions (to whose formulation Thucydides may have himself unconsciously contributed) seem to be inchoately present. His vocabulary for intellectual inquiry has affinities with that of the Sophocles of the *Oedipus Tyrannus* [Hornblower 1987: 108].

No fim de contas, o que não podemos ignorar é que Tucídides reconstrói os tempos antigos (*ta palaia*) a partir de *tekmeria*, isto é, de marcas de reconhecimento e de identificação verbais e visuais/espaciais – o próprio termo *tekmar* remete para a ideia de “ver”. Estes indícios são transformados em provas (*pisteis*) pela argumentação interpretante do historiador ateniense. Os indícios de ordem visual e espacial do presente (ex: os templos na encosta sul de Atenas e o tamanho atual de Micenas) podem corroborar ou infirmar, para o passado longínquo, o que os versos dos poetas como Homero são suscetíveis de revelar. Cabe ao historiador observar e ajuizar o que é digno de fé ou não, cabe-lhe a ele a importante tarefa de contrastar a desconfiança gerada pela visão com a confiança habitualmente atribuída aos indícios provenientes da tradição<sup>132</sup>.

Não podemos fechar este capítulo sobre as provas em Tucídides sem evocar as meditações de Carlo Ginzburg acerca de «História, retórica e prova» (1999), que têm na *História* de Tucídides e na *Retórica* de Aristóteles preciosos aliados<sup>133</sup>. O historiador, autor do paradigma indiciário e impulsionador da

<sup>132</sup> «Dans cette combinaison souvent contradictoire de signes visuels présents et d’indices verbaux transmis par la tradition (*ho lógos*), le travail d’observation (*skopeîn*) et d’évaluation (*nomízein*) de la part de celui qui rédige par écrit est essentiel. C’est de lui que dépend la défiance (*apistia*) que suscite en général la vue en contraste avec la confiance (*pisteúein*) à accorder aux indications données par les vers épiques d’Homère» (Calame 2007: 4).

<sup>133</sup> «My focus on proof leads to a much greater emphasis on Thucydides’ bold use of archaeological or literary clues as evidence for a conjectural reconstruction of a distant past» (Ginzburg 1999: 48). Na verdade, era inevitável que mais dia, menos dia Ginzburg acabasse

micro-história, encontra na *Retórica* de Aristóteles, e na secção em que esta apela às *tekmeria*, um poderoso instrumento de combate contra o relativismo histórico e uma forma de demonstrar como retórica e prova se podem conciliar:

I believe, instead, that any discussion about history, rhetoric, and proof must set out from the text that Nietzsche, after he had studied and translated it for his Basel classes, then set aside: Aristotle's *Rhetoric* [Ginzburg 1999: 21].

Para Ginzburg, é de evitar os extremos do positivismo e do post-modernismo: seja o de ver nas fontes um acesso imediato (“open windows”) ao passado, seja o de ver nelas um muro impenetrável. Podemos comparar as fontes a “distorting mirrors” (ibid.: 25). A análise de uma distorção específica de cada fonte específica já implica um elemento construtivo. Mas esta construção, como tenta demonstrar Ginzburg, não é incompatível com a prova: «[...] the projection of desire, without which there is no research, is not incompatible with the refutations inflicted by the principle of reality. Knowledge (even historical knowledge) is possible» (ibid.).

Aristóteles repudia quer a aceção sofística de retórica, enquanto técnica persuasiva através da moção dos afetos, quer a de Platão no *Górgias*, que pura e simplesmente rejeita a retórica. O Estagirita encontra nas provas o coração racional da retórica. É nestas provas que o historiador italiano encontra a conexão entre a historiografia dos tempos modernos e a retórica tal como é interpretada por Aristóteles, por muito que a conceção aristotélica de prova seja diferente da nossa (1999: 39).

A discrepância entre os significados que Aristóteles e Tucídides atribuem aos conceitos de *semeion* e *tekmerion* são provas suficientes de que o Estagirita não define os termos com base na leitura da obra de Tucídides (cf. Ginzburg 1999: 44-45). No entanto, a atividade dedutiva ou conjetural levada a cabo por Tucídides na Arqueologia corresponde à noção aristotélica de *entimema*<sup>134</sup>. Nesse caso, talvez as famosas considerações de Aristóteles na *Poética* acerca da diferença entre história e poesia não visassem Tucídides – deduz Ginzburg:

---

por pegar no trabalho conjetural ou indiciário desenvolvido por Tucídides na Arqueologia, de tal modo ele corresponde ao paradigma indiciário que o historiador italiano propôs para as ciências semióticas, por oposição às ciências exatas. Apenas Ginzburg estabeleceu os indícios como corroborantes dos testemunhos e Tucídides opera apoiado exclusivamente nos indícios. Por outro lado, é de estranhar que Ginzburg nunca se refira ao facto de Tucídides considerar o conhecimento por indícios fundamentalmente insuficiente, quando comparado com o conhecimento que os testemunhos permitem alcançar.

<sup>134</sup> Sobre a utilização de entimemas por Tucídides vide Romilly 1990: 73-77.

Thucydides (especially Thucydides the archaeologist), who repeatedly used arguments based on enthymemes, “which are the body of proof” (*Rhetoric* I. 1.3), might have appeared to Aristotle to be a different and less problematic case [ibid.: 46].

Para já, deixamos de parte esta nota que será alvo de atenta análise no próximo capítulo. Das reflexões de Ginzburg importa-nos reter os princípios identificativos da historiografia que o historiador italiano extrai da *Retórica* aristotélica e que colocam Tucídides no grupo dos verdadeiros historiadores – distintos daqueles que Aristóteles desqualifica na *Poética* e que praticam uma *historia* semelhante à de Heródoto. Em primeiro lugar, a história humana pode ser reconstruída com base em traços, pistas, *semeia*. Em segundo, estas reconstruções implicam uma série de conexões, simultaneamente naturais e necessárias (*tekmeria*) que podem ser vistas como certas, até que alguém prove o contrário. Terceiro, fora desta esfera de conexões naturais, os historiadores lidam com o provável ou verosímil (*eikos*), nunca lidam com certezas.

A expressão *hos eikos* é típica de Tucídides, mas não é fácil perceber se se refere ao natural ou ao verosímil. Todavia, desde Tucídides que os historiadores sempre procuraram preencher os vazios das suas fontes com provas naturais ou necessárias, certas<sup>135</sup>. Assim, é possível reunir dentro da mesma categoria aqueles que na Grécia antiga usam provas e entimemas, como Tucídides (*o arqueólogo*), Aristóteles (*o antiquário*), o juiz, o médico, o orador, mas já não Heródoto<sup>136</sup>.

Com base nestes indícios literários, Ginzburg conjectura sobre o provável conhecimento que o Aristóteles da *Retórica* tinha de Tucídides arqueólogo.

In this reading of the *Rhetoric*, it seems likely that the archaeological (that is, antiquarian) dimension of Thucydides’ work might have found a sympathetic reader in Aristotle, whose general attitude toward history could be reconsidered in the light of the references to an inferential knowledge of the past included in this writing [Ginzburg 1999: 48].

---

<sup>135</sup> «[...] from Thucydides’ time until today historians have tacitly filled the gaps in their evidence with what is (or what they regard as) natural, self-evident and therefore certain» (Ginzburg 1999: 47).

<sup>136</sup> «The judicial orator who reconstructed an event of the past by scrutinizing clues and witnesses was closer to Thucydides the archaeologist (and to Aristotle the antiquarian) than to Herodotus, a historian who was not particularly concerned either with proofs or with enthymemes» (Ginzburg 1999: 47).

Voltaremos a esta tese de Ginzburg no próximo capítulo, quando incidirmos sobre as polémicas declarações de Aristóteles na *Poética*, a propósito de história e poesia. A riqueza da leitura de Ginzburg está em demonstrar que, na Antiguidade Clássica, Aristóteles conciliou retórica com provas, apresentando um esquema onde a historiografia, tal como a praticou Tucídides na Arqueologia e o próprio Aristóteles na redação de listagens, tem lugar. Assim, é possível conciliar história com ficção. As provas impedem a história de esbarrar totalmente para a retórica ficcional, a retórica evita que a história seja apenas um museu<sup>137</sup>.

## 2. CONFIGURAÇÃO NARRATIVA E EXPLICAÇÃO

No capítulo anterior, vimos que a atividade do historiador não termina com a recolha de informações em bruto, mas inicia-se aí. O historiador deve joeirar as informações, escrutiná-las e purgá-las de erros e parcialidades, e depois analisá-las para preencher lacunas e avaliar a sua importância. A história de Tucídides é, pois, muito mais do que uma simples crónica. Por isso, o autor tem o cuidado de nos informar da dificuldade de registar palavras e factos, de como estava consciente dos problemas com que deparou na recolha e análise dos dados e de como os tratou com o máximo de rigor.

Neste capítulo, passamos a um outro estágio da operação historiográfica, o da configuração narrativa e explicativa. Dentre os vários objetos que é possível recortar dentro do campo da mutação social (objeto da história enquanto ciência social), Tucídides opta pelo político-militar. Normalmente, este tipo de objeto, de carácter eminentemente factual, é propenso a análises temporais de curta duração, a explicações através de razões (William Dray), imputáveis a indivíduos singulares. Aparentemente, a história de Tucídides parece fundar a trilogia idólatra (do acontecimento político, da curta duração e dos líderes) que séculos mais tarde levará a história económico-social a divorciar-se da narrativa e da história metódica. No entanto, a tendência de Tucídides para generalizar, para se concentrar nas constantes e nas estruturas do comportamento humano, fugindo constantemente das particularidades e elevando por vezes a explicação

---

<sup>137</sup> «The fashionable reduction of history to rhetoric cannot be rejected by claiming that the relationship between history and rhetoric has always been tenuous and marginal. In my view, that reduction can and must be rejected by rediscovering the intellectual richness of the tradition started by Aristotle, particularly its central argument: that proofs, far from being incompatible with rhetoric, are its fundamental core» (Ginzburg 1999: 50).

histórica a um nível muito próximo da lei epistémica, dá-nos licença para especular sobre um tipo de modelo explicativo misto que concilia o modelo regular (generalidades) com um modelo de tipo teleológico (motivos pessoais). Esta combinação está em consonância com a conceção tucidiana de tempo e de natureza humana, com o seu desejo de transcender o mundo sensível e instável das opiniões e fixar a sua história no plano imutável que Aristóteles reservará para a ciência e para a poesia. A harmonizar estes dois tipos de explicação (nomotética e idiográfica) num todo inteligível e coeso está a *mise en intrigue* ou *mimesis* II, no sentido ricœuriano do termo. É ela que confere ao texto a *followability* ou a inteligibilidade que nos permite compreendê-lo à medida que o vamos seguindo. Isto significa que, mesmo que no extremo queiramos ver na *História* de Tucídides um conjunto rudimentar e necessariamente precoce de leis e estruturas psicológicas e sociológicas, esta nunca deixa de ser narrativa. O que faz dela narrativa são os mesmos fatores que Ricœur explora na história estrutural e de longa duração praticada por Braudel: a intriga, as personagens, os acontecimentos. Mas ainda que admitamos algumas similitudes, com base nas reflexões de Virginia Hunter, não podemos deixar de notar que a distância que separa Tucídides de Braudel é tão extensa como a que vai de Tucídides aos historiadores da Escola Metódica. Estamos sempre no plano das parecenças e não da igualdade.

Descontando o facto de a imputação causal em Tucídides não obedecer aos critérios metodológicos que se impõem atualmente aos historiadores profissionais – tanto lhe falta exibir as provas documentais dos motivos alegados, como ter acesso aos métodos quantitativos e estatísticos que lhe permitissem generalizar com segurança ou às ciências sociais a quem pudesse pedir emprestadas as leis –, é possível encontrar em Tucídides uma forma paralela do jogo de compreensão/explicação que Ricœur define como típico da ciência histórica, baseado nas teorias da imputação causal singular de Collingwood, Max Weber, Raymond Aron. Mantendo, então, as reservas que se prendem com ferramentas e técnicas acessíveis só aos historiadores do século XX, parece-nos totalmente legítimo realizar este exercício intelectual que continua a aprofundar a *História* de Tucídides à luz da história moderna e que acentua ainda mais não só o carácter incoativo e precursor da *História da Guerra do Peloponeso* como possíveis semelhanças na consciência de tempo. De facto, subtraindo o vertiginoso avanço tecnológico do mundo contemporâneo, após o abandono da visão progressista do devir e da história, o tempo não é mais, para os ocidentais, um devir acumulativo, parecendo tender mais para um modelo quase cíclico e quase estacionário. A própria concentração quer nas estruturas e ciclos, quer no tempo presente e nas testemunhas são indícios fortes de que a forma como nós

encaramos o devir histórico e a natureza humana terá mudado ao longo do século XX, apresentando agora traços que nos fazem lembrar a mentalidade grega do século V a. C. Talvez o nosso tempo tenha deixado de ser um tempo de promessa e de salvação para passar a ser um tempo de repetição cósmica. Mas não é aqui o espaço para explorar esta tese digna de sério e amplo estudo.

A hibridez do modelo explicativo, que conjuga acontecimento e processo ou motivo e “probabilidade sugerida”, reflete-se na forma como a própria narrativa está estruturada<sup>138</sup>. Por um lado, Tucídides narra a guerra de maneira que esta nos parece estilizada e racionalizada; por outro, o relato não deixa de estar preso à singularidade dos episódios sucessivos. Tucídides não constitui leis, não se afasta do que se passou num determinado local, em determinado momento, e, no entanto, o significado da narração não se esgota nunca no anedótico, no particular. Não há aqui nenhum paradoxo. O historiador narra ações imputáveis a agentes. Não é preciso recorrer a leis para se perceber os motivos que levaram determinado chefe de estado a falar de um modo ou um soldado a agir de outro. Nós podemos compreender os seus motivos diretamente sem passar pelas leis ou pelas proposições gerais. Isto porque se trata de ações que Max Weber designa de *zweckrational*, ou seja, as que comportam um cálculo de meios tendo em vista um fim. Mesmo quando um acontecimento é inesperado, Tucídides procura torná-lo tão inteligível como os previstos:

L'intelligibilité de la conduite, instrumentale et aventureuse, se communique, aux yeux de l'observateur, à l'événement qui n'a été voulu ou prévu par aucun acteur, soit qu'il soit le résultat «accidentel» d'un chaos d'actions individuelles (cas de la bataille de nuit), soit que la ruse d'un des partis ait jeté l'autre dans la confusion, soit, enfin, que les phénomènes naturels, la nuit, le vent, l'éclipse de lune, aient précipité des réactions que l'on comprend par référence à, et négation de, la décision adoptée [Aron 1961: 136].

A passagem do acontecimento individual ao acontecimento supra-individual faz-se através da narrativa, sem quebras de continuidade, sem necessidade de substituir a reconstituição dos factos por proposições gerais, pelo simples confronto de intenções e resultados. Mas ao mesmo tempo que estende, gradualmente, a inteligibilidade da ação desejada ao acontecimento inesperado, Tucídides eleva o acontecimento, querido ou não pelos atores, acima da particularidade histórica, iluminando-o com o emprego de termos abstratos, socioló-

---

<sup>138</sup> «Au lieu de lois formulées, l'œuvre de Thucydide présente seulement des vraisemblances suggérées» (Romilly 2005: 26).

gicos ou psicológicos. Um exemplo é o caso já mencionado dos motivos que levam os aliados de Atenas a unirem-se a esta potência na expedição contra Siracusa: justiça, parentesco racial, interesse e obrigação (Aron 1961: 137). O relato não é interrompido e, no entanto, assoma uma análise que Aron qualifica de sociológica: «Le récit ne s'arrête pas et pourtant l'analyse que nous appellerions sociologique affleure à la surface» (ibid: 138). Basta generalizar um pouco mais para que estas interpretações tucididianas dos motivos singulares que determinam as alianças sejam aplicáveis em qualquer século (ibid.). Neste sentido diz-se que a guerra do Peloponeso é *estilizada* e *idealizada*. Atenas e Esparta representam como que figuras tipo.

As reflexões de Aron, precedidas pelas de Romilly, fazem sobressair três paralelos entre as epistemologias de Tucídides e de Ricœur: a articulação das explicações com a narrativa; a utilidade das explicações; o caráter nomológico das explicações.

A forma como Tucídides entrelaça compreensão (explicação narrativa, o um-por-causa-do-outro aristotélico) e explicação (proveniente do corte epistemológico que faz da história uma ciência social) corresponde à forma como o filósofo francês articula narrativa e leis ou coerência narrativa e conexão explicativa. A narrativa, enquanto síntese do heterogêneo, tem a capacidade e a elasticidade de incorporar em si acontecimentos e leis sem perder *followability*. Assim, as explicações (independentemente dos seus graus de regularidade e de universalidade) articulam-se com a compreensão narrativa. As leis só por si não têm significado histórico, para o adquirirem têm de estar inseridas numa narração de acontecimentos regidos por elas, pois é a compreensão narrativa que preserva o caráter irredutivelmente histórico da história. Romilly não diz outra coisa ao afirmar que Tucídides nunca separa o conhecimento geral da narração. As probabilidades estão plenamente integradas no relato dos factos<sup>139</sup>.

Depois, podemos estabelecer uma correspondência entre a função que o historiador ateniense atribui às generalizações (explicar um acontecimento imprevisto ou incompreensível) com a função que Ricœur atribui às explicações: «expliquer plus pour comprendre mieux». A explicação tem como finali-

---

<sup>139</sup> «[...] ce à quoi tend l'histoire de Thucydide, c'est [...] à présenter un système de vraisemblances indiscutable, rigoureux et complet; c'est, si l'on veut, à faire coïncider intégralement le récit des faits et l'analyse des vraisemblances. Il n'y a pas de connaissance générale indépendante du récit, ni passage de l'un à l'autre. Les deux se recouvrent; et Thucydide s'emploie seulement – mais avec tout l'art possible – à mettre cette connaissance bien en lumière, en écartant tout ce qui gêne et en soulignant tout ce qui compte» (Romilly 2005: 28).

dade desbloquear e relançar a compreensão da narrativa quando um facto se torna incompreensível; a explicação é o que permite seguir de novo a história quando a sua compreensão foi interrompida.

Por fim, apesar de as generalizações tucididianas não terem a abrangência de leis científicas nem resultarem de análises científicas, têm o gene de um saber nomológico (probabilidades sugeridas, regras de comportamento) que nos permite usá-las em dialética com a compreensão narrativa (esta mais voltada para o acontecimento e para a explicação por razões). A explicação para a qual tende sempre, de perto ou de longe, a história de Tucídides é a que faz apelo ao comportamento frequente ou habitual das pessoas, ao verosímil, diz Romilly (1956: 48). Um entre muitos exemplos é o comentário que a dado momento o historiador faz durante a campanha contra Siracusa: «Como era natural entre gentes em dificuldade e mais estreitamente cercadas que outrora [...]»: οἷα δὲ εἰκὸς ἀνθρώπων ἀπορούντων [...] (VI. 103. 4). Portanto, são explicações que se coadunam mais com aquele tipo de generalidades do senso comum – menos universais e deterministas do que as leis – que a história partilha com a linguagem quotidiana, no fundo, as regras de experiência de que fala Max Weber. Também a margem que Tucídides reserva ao imprevisto, ao acaso (*tyche*), no devir histórico, livra a história do fatalismo e do determinismo, e deixa aproximar as suas generalizações explicativas do tipo de explicação proposto por Aron para história: «[...] l'enquête causale de l'historien a moins pour sens de dessiner les grands traits de relief historique que de conserver ou de restituer au passé l'incertitude de l'avenir» (Aron 1948: 224).

## 2.1. Unidade narrativa e causalidade

Desde o início da *História da Guerra do Peloponeso* fica patente a hierarquia explicativa que leva Tucídides a distinguir as causas profundas das causas superficiais (ou pretextos) da guerra. A causa imediata da guerra entre Atenienses e Espartanos é o diferendo entre Corcira e Epidamo e outros acontecimentos secundários. Mas há uma causa mais profunda e menos reconhecida, a expansão ateniense e o medo que essa expansão inspirou aos Espartanos, impelindo-os para a guerra:

Com efeito, a causa mais verdadeira [ἀληθεστάτη πρόφασις], mas menos manifestada de palavra, creio que foi o facto de os Atenienses com o seu engrandecimento inspirarem temor aos Lacedemónios, empurrando-os assim para a guerra [Tucídides: I. 23. 6].



Esta distinção causal foi enaltecida pelos comentadores modernos. Hornblower (1987: 30) reconhece que a maior inovação de Tucídides foi a de desenvolver, pela primeira vez na história do pensamento europeu, uma consciente e secular teoria causal, dividindo-a entre causas superficiais e causas profundas. Momigliano, apesar de louvar a boa intenção de Tucídides nesta discriminação de causas, relembra que se há algo que o historiador não consegue é apontar as razões mais remotas da guerra:

Si hay algo que Tucídides no logra hacer, es explicar los orígenes remotos del conflicto entre Esparta y Atenas. Toda la historia diplomática y social de los treinta años precedentes a la guerra del Peloponeso está quizás irremediamente perdida para nosotros justamente porque no interesaba a Tucídides. Hay tantas cosas que no sabemos porque Tucídides no procuró estudiarlas [1984: 157].

Também subscreve as habituais críticas feitas ao historiador de não ter prestado a devida importância às causas económicas e espirituais, a que outros acrescentam as sociais, como se Tucídides fosse um historiador do século XX ou os fatores económicos e sociais fossem tão preponderantes e compreensíveis na Grécia do século V a. C. como são atualmente<sup>140</sup>. Tucídides refere amiúde, sobretudo no primeiro livro, os fatores económicos, mas não lhes dá o relevo que os historiadores modernos gostariam, pois omite um dos motivos mais influentes para o desencadear da guerra, que foi a concentração do tesouro da liga de Delos nas mãos de Atenas<sup>141</sup>. Há quem tente defender Tucídides argumentando que o económico está subsumido sob uma causa mais abrangente e determinante: o interesse que mobiliza cada Estado. O interesse engloba «soui du bien-être, la sauvegarde de l'indépendance et la volonté d'être puissant» (Châtelet 1962: 254). Aron defende Tucídides com base no argumento de que «la victoire militaire est le but» e esta não depende, em primeira instância, de fatores económicos – embora estes não sejam descartáveis – mas do desejo de liberdade (1948: 143-144). Romilly não só demonstra que há imensas referên-

---

<sup>140</sup> «[...] the kinds of explanations employed by the ancient historian are quite different from those employed by the modern. The latter takes, or at least should take, account of the social and economic, as well as the political, military, or diplomatic conditions that intersect at a certain juncture to produce an historical event or series of events. Thucydides neither described social and economic conditions nor understood social and economic causes» (Hunter 1982: 142-143).

<sup>141</sup> Este tesouro era constituído pelas contribuições monetárias dos aliados que não forneciam barcos aquando da guerra contra os Persas. Após 450 a. C., já em período de paz, Atenas continua a exigir destes aliados, que consigo formaram a Liga de Delos, o pagamento do tributo, dando origem à ameaça imperialista que terá desencadeado verdadeiramente a guerra.

cias a elementos de ordem económica como justifica alguns silêncios de Tucídides pela necessidade de não interromper o curso da narrativa com comentários pessoais e pelo seu hábito de deixar de lado as variações e as oscilações para procurar sempre o que dura e se repete, as grandes linhas<sup>142</sup>.

É uma característica do historiador ateniense, dada a conhecer ao mundo pelo clássico estudo de Romilly (*Histoire et raison chez Thucydide*), afastar tudo o que é individual e pontual para reter apenas as causas profundas e as constantes, cujo desenvolvimento se pode perceber, independentemente de qualquer responsabilidade individual, num longo prazo. É por isso que omite tudo o que os historiadores modernos gostariam de saber sobre os indivíduos daquela época, sobre os lugares, as surpresas e os segredos. Os oradores que intervêm na sua *História* apenas falam daquilo que é geral, deixando de parte as singularidades. Falam, essencialmente, de natureza humana e, desse modo, projetam sobre o acontecimento uma significação universal. Só assim Tucídides podia cumprir o objetivo de deixar para a posteridade uma obra útil para quem quisesse ver claro nos acontecimentos passados e nos que no futuro, em virtude do caráter humano, apresentarão similitudes ou analogias.

A dissecação que Romilly faz do texto tucidiano põe a descoberto uma verdadeira síntese do heterogéneo, um agenciamento de factos díspares aglutinados em torno de temas gerais (generalizações), que nos trazem de imediato à mente as teorias literárias de Aristóteles e Ricœur. De facto, a inteligibilidade que o historiador confere ao seu relato consiste na transformação de um conjunto solto de acontecimentos num todo coeso, causalmente aglutinados em torno de proposições gerais que fazem da sua obra uma ciência do homem. A tese que percorre o estudo de Romilly insiste nesta unidade profunda da obra de Tucídides ou no que, em termos ricœurianos, designamos de configuração narrativa, com as suas duas componentes essenciais: episódico-linear e configurante. Os vários acontecimentos e episódios interligam-se como vasos comunicantes e vão-se expandindo gradualmente para dar corpo às ideias gerais ou aos fios condutores que enformam o seu texto – tendo à cabeça o imperialismo ateniense. Não se trata de uma unidade explícita ou declarada por Tucídides, mas resulta de opções compositivas:

---

<sup>142</sup> «Le silence sur l'augmentation du tribut peut s'expliquer dans cette perspective. Thucydide répétera dix fois, s'il le faut, que le tribut, et les ressources qu'il apporte, sont la clef de la puissance athénienne; mais il ne s'arrêtera pas aux chiffres ni aux variations qui passionnent les historiens modernes, penchés sur les listes retrouvés dans les «A. T. L.», ou *Athenian Tribute Lists*. Il cherche ce qui durera. Il cherche, comme il dit, «la cause la plus vraie». Il élague. Il ne retient que les grandes lignes» (Romilly 2005: 114).

Cette unité qui, de proche en proche, relie les événements entre eux, n'est jamais exprimée directement; et aucune interprétation ne semble s'ajouter à la stricte mention des faits. Mais le choix effectué par l'historien impose cette unité: les faits qu'il retient sont tels qu'ils en portent témoignage. Thucydide part du désordre des faits bruts, ou plus exactement – puisqu'il est difficile de faire intervenir une notion objective aussi suspecte – du désordre qui peut se manifester quand parviennent à l'historien des relations diverses, toutes incomplètes, et établissant des points de vue divers; sur ce désordre, on dirait qu'il pose une grille; cette grille dissimule tout ce qui à ses yeux est adventice pour ne laisser transparaître que des éléments liés entre eux par un rapport interne: à ce moment-là, comme un message s'exprime par une série de lettres quand on cache celles qui ne comptent pas, l'ensemble devient lisible, prend un sens [Romilly 1956: 33].

Segundo a classicista francesa, o método de Tucídides consiste em reter apenas o que é contínuo, o que confere *followability* ao texto – dizemos nós –, e em deixar esta continuidade desenrolar por si própria, aos olhos do leitor, os parentescos de que o historiador se apercebeu<sup>143</sup>. É deste modo que o conjunto se torna legível, ganha sentido e pode ser compreendido. Por conseguinte, Tucídides escolhe só os acontecimentos que possam contribuir para o progresso da narrativa, deixando de fora tudo o que é adventício, acidental<sup>144</sup>. Esta característica faz com que na sua obra não haja nada a mais:

Comme Thucydide élimine tout ce qui est adventice, pour ne retenir que ce qui sert à la progression d'une action, et inversement il s'attache à cette action sans

---

<sup>143</sup> Esta rede estende-se também ao vocabulário, ao paralelismo entre expressões e termos. «Desde os elementos vizinhos de uma narrativa simples até às articulações distantes de uma narrativa complexa» pode dizer-se que a obra de Tucídides está cheia de ecos, de associações, de correspondências» (Romilly 1956: 39). Em cada página é possível encontrar uma frase que sugere, pela forma ou pelo conteúdo, uma outra frase de uma outra página. As similitudes verbais contribuem grandemente para a unidade da obra. Tucídides talvez até nem tivesse consciência desta similitude verbal de que fala Romilly e foi preciso esperar pelas leituras de L. Bodin e J. H. Finley para notarmos estas aproximações, correspondências e combinações curiosas. Não obstante, salienta a mesma autora, os Gregos eram muito subtis e nada nos garante que este sistema verbal quase matemático, tal é a sua precisão, não fosse fruto de um método deliberado e intencional para atingir determinado efeito. Os ensinamentos dos sofistas forneceram aos Gregos um conjunto de ferramentas de composição literária que lhes permitia explorar simbolismos, efeitos sonoros e imagéticos.

<sup>144</sup> Como sempre, no que diz respeito à obra de Tucídides, é possível encontrar um ponto de vista oposto. Hornblower é de opinião que na obra de Tucídides há muito material repetitivo e fortuito: «[...] there is in Thucydides much adventitious and repetitive material» (1987: 34). Portanto, não se pode aceitar a análise de Romilly de Tucídides como um escritor que ignora tudo o que é fortuito: «[...] it is better just to accept that the view of Thucydides as a writer who 'ignores everything adventitious' is simply wrong» (ibid.: 9-10).

en négliger aucun élément, il semble que son récit s'érige en démonstration. Les conditions retenues par lui sont, par rapport au résultat, nécessaires et suffisantes. On ne peut rien ôter, rien changer. Et la cohérence même qu'affecte le récit – des prémisses aux conclusions – prend un air de nécessité [Romilly 1956: 48].

São por demais evidentes as correspondências com o modelo trágico que mais tarde Aristóteles descreverá na *Poética*. Não resistimos a citar um dos vários excertos onde o Estagirita põe a tônica na ideia de intriga trágica como um corpo unificado, cujos acontecimentos são aglutinados por laços de verosimilhança ou necessidade:

Portanto, assim como nas outras artes imitativas a um só objeto corresponde uma só imitação, também o enredo, como imitação que é de uma ação, deve ser a imitação de uma ação una, que seja um todo, e que as partes dos acontecimentos se estruturam de tal modo que, ao deslocar-se ou suprimir-se uma parte, o todo fique alterado e desordenado [2004: 1451a 30].

É cruzando estes argumentos com a teoria narrativista de Gallie que Ricœur define a compreensão narrativa como a capacidade para seguir uma história, história esta que deve estar de tal modo agenciada que o seu desenlace, sendo aceitável, não pode ser previsível. O que mantém a história legível e sequível é o eixo lógico (verosímil ou necessário) que a percorre:

Suivre une histoire, en effet, c'est comprendre une succession d'actions, de pensées, de sentiments présentant à la fois une certaine direction mais aussi des surprises (coïncidences, reconnaissances, révélations, etc.). Dès lors, la conclusion de l'histoire n'est jamais déductible et prédictible. C'est pourquoi il faut suivre le déroulement. Mais, non plus, l'histoire ne doit pas être décousue: non déductible, son issue doit être acceptable. Il y a ainsi, en toute histoire racontée, un lien de continuité logique tout à fait spécifique, puisque l'issue doit être à la fois contingente et acceptable [Ricœur, *TA*, 179].

No caso de Tucídides, é a *tyche* que impede a sua história de se revelar previsível, e os temas gerais que asseguram a sua continuidade. Nesse sentido, as estações do ano não passam de meros marcadores cronológicos exteriores, sem influência alguma na construção da narrativa. Tucídides preocupa-se, fundamentalmente, com o tempo lógico, o tempo da intriga. A divisão temporal escolhida pelo historiador não tem outra função que a de contribuir para a veracidade dos factos, ligando-os ao mundo extratextual. Por vezes, chega mesmo a interromper a ação narrativa de forma um pouco artificial. O historiador prefere isolar dentro destas séries cronológicas unidades temáticas com um

começo, um meio e um fim próprios, criando episódios independentes, com unidade dramática, que transcendem as próprias divisões cronológicas mas não desrespeitam a cronologia:

On peut donc dire que la longueur des épisodes, leurs commencements, leurs fins, semblent choisis en vertu d'une véritable composition, qui, sans porter la moindre atteinte à la rigueur chronologique, l'organise cependant au rythme d'analyses toutes personnelles [Romilly 1956: 69].

A constituição de unidades temáticas implica a seleção de alguns acontecimentos e causas e a consequente omissão de outros. Os hábitos de escolha e de interpretação verificam-se tanto na narração em geral como nos relatos de batalhas. Estes caracterizam-se também pela sua unidade em torno de uma *gnome*, isto é, uma intenção que preside às operações. Somente, aqui, esta intenção assume um carácter extremamente preciso e determinado: ela é o plano de um general que tem um dado problema para resolver, limitado num espaço e num tempo. Tucídides faz intervir já não as intenções de um grupo, mas um juízo preciso sobre os meios a utilizar (Romilly 1956: 123). Esta intenção não é inferida a partir da exposição dos atos, mas é explicitamente expressa, sob a forma de um projeto que os factos concretizarão ou não, e com a ajuda de um raciocínio que os factos confirmarão ou não. Os factos virão dar razão ao projeto e ao cálculo de um dos oponentes em confronto:

Le récit de bataille se distingue dès lors du récit en général. Il présente certes la même unité, la même absence de tout ce qui est anecdotique, individuel, ou accessoire. Mais sa trame est plus solidement élaborée encore, et l'opposition des deux intentions y est aussi plus évidente, car le récit se compose de deux temps: prévision et épreuve, calcul et vérification, entre lesquels Thucydide n'a pas manqué de tisser ces liens verbaux, qui donnent à la confrontation plus de rigueur [Romilly 1956: 124].

Todos os aspetos dos factos narrados nas batalhas estão numa relação de necessidade e causalidade com o todo, tudo deve ter um significado aos olhos do leitor, tudo deve ser visto por ele como verdadeiro e necessário, tudo concorre para confirmar ou infirmar os cálculos elaborados pela inteligência; só entra na narrativa aquilo a que a inteligência deu forma e ossatura. A batalha perde todo o carácter accidental, o que de patético e particular possa haver está ligado ao todo e com uma função específica: suscitar emoção, envolver o leitor, despertar a sua atenção. Tucídides emprega as mesmas estratégias da tragédia grega. A batalha de Siracusa ilustra bem o que acabámos de dizer.

O conjunto dos capítulos onde se narra a tentativa gorada dos Atenenses para cercarem Siracusa com um muro, que marca o início da desastrosa campanha na Sicília (VI. 116 – VII. 9), é um ótimo exemplo de componente dramática e de coesão narrativa. A frenética e emocionante luta estratégica de muro contra muro entre Atenenses e siracusanos pelo controlo do espaço em redor da cidade é um pequeno drama, plenamente coerente, onde reina uma perfeita unidade de ação. Todos os acontecimentos narrados concorrem para o tema nuclear do cerco de Siracusa, sendo este o fator de unidade e encadeamento dos diversos acontecimentos satélite. Tudo o que é episódico e anedótico é posto de parte, ficando apenas aquilo que contribui necessariamente para o avanço e compreensão da narrativa<sup>145</sup>. Tucídides não liga importância aos combates singulares nem às particularidades militares, mas salienta a intenção tática, pois é esta que permite perceber o progresso das batalhas. À medida que os exércitos vão aprendendo com os erros e vão retificando a estratégia militar, a narrativa avança para um desfecho.

## 2.2. Processo e causalidade

Estes blocos temáticos que Romilly deteta na prosa tucidiana são analisados, de forma refinada por Hunter como processos históricos. Processos constituídos por uma série de generalizações de caráter psicológico em torno das quais se organizam os factos de forma inteligível, selecionados não pelo seu valor efetivo ou pelo impacto que tiveram no desenrolar da guerra mas pelo valor semântico e demonstrativo do processo.

This process and Brasidas' success he explained, in turn, by a series of generalizations, which he employed to link events in a meaningful way. The key word, of course, is process, for it implies an approach wherein the facts of the narrative are not related in isolation for their own sake but are unified by a central purpose» [1982: 161].

Eis porque Hunter manifesta escrúpulos em usar o termo “causa” ou “quase causa” para designar uma forma de explicação que se baseia numa série de regras imutáveis que governam as relações entre os acontecimentos. Prefere, por isso, dizer simplesmente “explicação”, porque é mais abrangente do que conexão causal; porque, ao explicar os eventos, Tucídides não descreve uma

---

<sup>145</sup> As muralhas «eram uma prova física de *physis*» (Nogueira 2000: 12).

relação de causa e efeito, tal como é entendida no mundo das ciências, mas usa generalizações imutáveis acerca da natureza humana e do comportamento humano, em ordem a ligar factos num processo inteligível. Defendendo esta perspetiva, Hunter está a ir ao encontro de Collingwood e de Cornford. Collingwood sustenta que as leis de ordem psicológica dominam as ações dos atores da *História da Guerra do Peloponeso*, assim se justificando o epíteto de história psicológica, e que os eventos não têm qualquer importância para Tucídides. Este pode considerar-se aistórico, devido ao fascínio, que partilha com Platão, pelas leis gerais, pelo imutável<sup>146</sup>. A crítica de Collingwood é claramente excessiva e em vários aspetos incorreta, nomeadamente na defesa de um Tucídides nomológico. As explicações usadas por Tucídides, embora não possam ser consideradas leis, são, maioritariamente, de ordem psicológica: móbeis da ação são frequentemente o medo, a esperança, o desejo, o interesse ou a ambição.

Cornford, por sua vez, rejeita que se possa falar de causalidade em Tucídides no mesmo sentido em que se falava de causalidade histórica no início do século XX, quando a história importou de teorias como o evolucionismo e o naturalismo a ideia de que todo o curso dos eventos humanos ou não-humanos consiste numa enorme concatenação de causas e efeitos que se estendem para trás e para a frente no tempo infinito<sup>147</sup>.

---

<sup>146</sup> «Heródoto pode ser o pai da história. Mas Tucídides é o pai da história psicológica. Mas o que é a história psicológica? Não é, de modo algum, história, e sim uma ciência natural de tipo especial. Não relata os factos como um fim em si mesmo. O seu objetivo principal é estabelecer leis – leis psicológicas. A lei psicológica não é um evento, nem sequer um conjunto de eventos: é uma regra imutável que dirige as relações entre os eventos. Segundo julgo, todas as pessoas que conheçam ambos os autores estarão de acordo comigo, ao afirmar que são os próprios eventos que interessam principalmente a Heródoto; e que, a Tucídides, interessam fundamentalmente as leis, segundo as quais eles se verificam. Mas estas leis são precisamente essas formas eternas e imutáveis que, de acordo com a principal tendência do pensamento grego, são as únicas coisas cognoscíveis. Tucídides não é sucessor de Heródoto no pensamento histórico, mas o homem em quem o pensamento histórico de Heródoto foi encoberto e sufocado por motivos anti-históricos (Collingwood 1989: 43).

<sup>147</sup> Discordando da expressão com que Gomperz classifica a causalidade na obra de Tucídides, “causalidade inexorável”, Cornford contesta que se possa comparar a causalidade tucidiana com a vigente no mundo das ciências naturais: «Human affairs have, for Thucydides, not even an analogy with processes of nature; much less are they identified with one of the processes of nature; much less, again, is their course informed by inexorable causality» [1971: 69]. Acrescenta ainda que devemos acautelarmo-nos de pensar que Tucídides procurou entidades como “fatores políticos”, “relação de forças”, “a fundação natural de fenómenos históricos”, “forças universais que animam o homem”. São categorias e conceitos e modos

Neste caso, a resposta, retiramo-la de Châtelet. O intelectual francês, talvez influenciado pela leitura de Cornford, num primeiro momento (mais propriamente no artigo de 1956, «Le temps de l’histoire et l’évolution de la fonction historique»), não ousa falar de causa, mas apenas de quase-causa, a propósito do texto tucidiano. Contudo, mais tarde, na obra de 1962 que temos vindo a citar (*La naissance de l’histoire*), não impõe qualquer reserva ao uso do termo “causa”. Antes pelo contrário, numa extensa e convincente nota de rodapé, critica a análise de Cornford e justifica o emprego do termo “causa” dizendo que Tucídides se apoia em acontecimentos reais e que a sua obra é racional e positiva:

Il s’efforce de déceler des causes, c’est-à-dire des faits réels, repérables – motivations individuelles et collectives, institutions puis, plus profondément, nature humaine avec sa dimension essentiellement “impérialiste” – qui, selon lui, déterminent le cours des événements et lui confèrent l’intelligibilité. Ainsi, il rompt avec la tradition épique et présente autre chose qu’un drame; s’il y a un aspect dramatique, c’est que le déroulement des affaires humaines dans cette guerre “typique” révèle le drame même de l’existence humaine. Que la πρόφασις (ou l’αἰτία) ne doive pas être conçue comme la comprennent aujourd’hui les sciences enseignées par la théorie et la pratique de l’objectivité, que la nature de cette cause soit insuffisamment approfondie par Thucydide et que nous, finalement mieux informés et surtout plus “éduqués” scientifiquement, puissions en dire plus à ce sujet, cela est une chose; autre chose est de refuser à Thucydide cette découverte décisive: l’idée d’un ordre propre au devenir sensible-profane de l’homme et le projet de dévoiler au-delà des légendes, des on-dit qui circulent dans les états-majors ou sur place publique, des “prétextes”, précisément, invoqués par les politiques, une *verissima causa* [Châtelet 1962: 288].

Já antes, em 1951, Mugler publicara um artigo «sur la méthode de Thucydide», no *Bulletin de L’association Guillaume Budé*, onde estuda a possível influência de rigorosos sistemas explicativos da causalidade física, provenientes de múltiplas correntes filosóficas que vigoravam na Grécia do século V, no sistema causal desenvolvido por Tucídides. Apesar de a representação da constância do caráter humano restringir muito o leque de afinidades de pensamento e de influências possíveis, Mugler acaba por encontrar bastantes ressonâncias. Tucídides parece deixar-se guiar pelos filósofos jónios como Empédocles, Anaxágoras e Leucipo, procurando a fonte do movimento para a ação humana no

---

de pensamento só acessíveis à historiografia moderna e que foram importados da biologia Darwiniana, de ramos da matemática e das ciências físicas desconhecidos dos Gregos do século V a. C.



mundo real e imanente, recusando qualquer tipo de explicação mitológica ou religiosa. Mugler acredita que Tucídides transpõe para a história o esquema explicativo que estes filósofos encontraram para a natureza, o qual se baseia num nexo de causa efeito:

Comme eux dans leur domaine, il entend, enfin, concevoir la suite des phénomènes suivant une causalité rigoureuse, où chaque fait historique apparaît à la fois comme l'effet d'un fait ou d'une chaîne de faits antérieures et comme le commencement et la cause d'une série de faits et d'événements ultérieures: un événement historique modifie une situation donnée telle qu'elle résulte, par exemple, de la distribution, à un moment donné, des forces et du potentiel matériel entre deux groupes hostiles; ce déplacement du centre de gravité suscitera la réaction d'un personnage ou d'une collectivité qui mobilisera des forces pour remédier à la situation ou pour l'utiliser à ses fins, et ces mesures auront à leur tour pour effet des décisions et des changements de plan se terminant par des actions immédiates ou préparant des événements futurs, et ainsi de suite. Dans le développement général de son histoire de la guerre du Péloponnèse comme dans sa description des épisodes particuliers, la trame du devenir historique est articulée par les faits marquants qui jalonnent la série causale de ces phénomènes humains, et c'est précisément cette adaptation de la logique de la présentation à la causalité qu'il apercevait dans la réalité, qui donne à la composition et au style de Thucydide la rigueur d'une déduction où la catastrophe est donnée dès les prémisses et l'énergie d'un large fleuve qui avance de cascade en cascade, suivant des lois inexorables de la pesanteur, vers la cataracte qui l'engloutit [Mugler 1951: 25-26].

Hunter não só vai em sentido totalmente oposto à leitura de Mugler, como também não se deixa persuadir pela argumentação de Châtelet, retorquindo que as causas a que este se refere são na verdade motivos e que Tucídides, na falta de uma noção moderna de causa, usa os conceitos de *physis*, *tyche* e *ananke* como propulsores ou desencadeadores dos processos por si construídos<sup>148</sup>. O termo que muitos analistas, historiadores e filósofos quiseram afastar da *His-*

---

<sup>148</sup> Note-se que Mugler considera uma originalidade de Tucídides a capacidade de iniciativa que este atribui aos líderes. Os acontecimentos deixam de ocorrer por mando de uma lei divina e passam a ser da responsabilidade de agentes humanos. Citamos alguns passos: «[...] le chef, au lieu d'être le mandataire de puissances anonymes telles que la destinée ou la volonté des dieux, apparaît comme le commencement absolu d'une série d'actions. [...] Cette idée de placer la force motrice du devenir historique dans la personnalité du chef, constituerait à elle seule une découverte très féconde et une des initiatives les plus audacieuses de l'antiquité, même si Thucydide y avait limité son analyse. [...] L'initiative de Thucydide était d'autant plus hardie que jamais avant lui on n'avait pris conscience, dans la littérature, que la personnalité humaine pût être considérée comme le commencement possible

tória da Guerra do Peloponeso, torna-se a chave de leitura da obra: «process is the key to Thucydides' *History*» (Hunter 1982: 163)<sup>149</sup>. Como método de sintetizar informação, acaba por ser bastante distinto da narrativa histórica moderna – prossegue Hunter. A narrativa histórica moderna é linear e relata os factos consecutivamente, em função de si próprios, ao passo que para Tucídides os factos não têm valor próprio nem são provocadores de ação, marcam apenas o início da ação (daí a relutância em falar em causas); estes são selecionados em função de um processo que é despoletado ou pela *physis* ou pela *tyche* ou pela *ananke*; por conseguinte, a sua narrativa histórica é sobretudo cumulativa e pouco linear<sup>150</sup>. A historiografia moderna explica os factos através da reconstrução das circunstâncias, das condições ou das causas que os tornaram possí-

---

d'une série nouvelle d'actions» (1951: 29). «À cette conception épique, dont Hérodote a conservé de nombreuses survivances, Thucydide substitue une représentation de l'histoire où la cause efficiente par excellence du devenir historique est l'homme et où des séries entières d'événements prennent leur origine dans la décision d'un personnage» (ibid.: 31). Isto não significa, obviamente, que Tucídides tenha da personalidade a mesma conceção que será desenvolvida nos séculos XVII e XVIII sob a influência do idealismo: «Les protagonistes de l'histoire chez Thucydide n'agissent donc pas librement dans le sens de Kant et de ses prédecesseurs, et la découverte du grand Athénien n'est pas équivalent à celle du livre arbitre par Descartes et Corneille. Il faudra, pour que la pensée occidentale soit mûre pour cet élargissement de la personnalité, la redécouverte de la philosophie idéaliste après vingt siècles de destinées tourmentées. Mais dans le cadre de l'antiquité grecque, dans la période présocratique en particulier, la découverte de l'efficacité personnelle telle que la conçoit Thucydide n'en marque pas moins une des initiatives les plus hardies de l'esprit grec» (ibid. 35-36).

<sup>149</sup> Contudo, há que distinguir processo narrativo ou retórico de processo histórico, no sentido em que a filosofia da história o empregará. Catroga pode elucidar-nos quanto a esta distinção fundamental: «Se, com esta afirmação, se pretende sustentar que os Gregos não postulavam a existência de qualquer *logos* imanente aos eventos humanos, que se explicitasse num finalismo sobredeterminado pela ideia de futuro, a tese é aceitável. Todavia, convém frisar que o uso da exemplaridade narrada pelos historiadores obedecia a propósitos de convencimento, exigência que levava à inserção dos acontecimentos em totalidades finitas e sem a existência de qualquer pretensa lógica autossuficiente a comandar a irreversibilidade do devir universal, como será apanágio das futuras “filosofias da história”» (Catroga 2006: 12-13).

<sup>150</sup> «Modern narrative is linear, that is, it begins at the beginning and proceeds consecutively to the end, relating events for their own sake, and explaining them by reconstructing the circumstances, conditions, or causes that made them possible, and dating each with precision, not merely relative to one another, but in terms of an absolute time-scale, measured in years, months, and days. In process, on the other hand, there are no details related in isolation for their own sake or no causes provided to explain events *per se*. Nor is the narrative linear, so much as cumulative, with threads of meaning stretching back into earlier passages, which do not yield causes, but do reveal similarities and thus link one process to another» (Hunter 1982: 163).

veis, datando cada um com extrema precisão. Na *História* de Tucídides, os factos não são datados nem explicados isoladamente, mas apenas em função da relação que estabelecem uns com os outros, com o processo no qual decorrem e com os outros processos. Os processos unem-se uns aos outros pelas similitudes entre os factos, não porque uns desencadeiem outros. Cria-se uma ilusão de causa quando um processo se inicia, mas, na verdade, os acontecimentos ou as circunstâncias são frequentemente uma simples repetição de algumas situações prévias ou a confirmação dos julgamentos do historiador ou dos oradores. Através desta técnica, Tucídides estabelece laços de contiguidade entre os vários processos. Hunter cita alguns exemplos:

*Stasis* at Kerkyra, followed by an analysis of the general phenomenon of *stasis* and its role in the political and moral breakdown of the Hellenic world; *stasis* at Megara, a particular instance of the general phenomenon, which ends in the capitulation of the city to Brasidas; *stasis* at Akanthos and the example of Megara, employed by Brasidas to persuade the city to revolt; Amphipolis and Brasidas' daring and persuasion and Thucydides' judgment linking certain revolts to deception about Megara [1982: 163].

### 2.2.1. Tempo e acontecimento

Posto isto, torna-se claro que facto e cronologia têm em Tucídides um sentido muito diferente do que têm na historiografia moderna. Hunter converge novamente com a posição de Collingwood: os acontecimentos em si não têm qualquer valor para o historiador ateniense, que os via como degraus num processo.

Events *per se* held no interest for Thucydides, nor did he isolate events in his narrative. Rather he saw them as stages in a process, linked together in an inexorable unfolding, and essentially without meaning outside process [1982: 165].

A capitulação de Mégara, a revolta de Acanto e a rendição de Anfípolis são acontecimentos aos olhos do historiador moderno, mas para Tucídides representavam o início de um processo, simplesmente o ponto de partida, porque o processo continuará levado por uma espécie de necessidade inerente. E o processo interessa-lhe na medida em que está ligado a outros processos e todos juntos levam ao declínio de Atenas. Não lhe importa tanto a causa do declínio, mas como começou e quem começou. Brásidas iniciou-o em Acanto e Anfípolis, logo tudo o que Brásidas disse e fez é reportado ao pormenor, tal como as reações emocionais dos habitantes das cidades submetidas.

Quanto à cronologia, Hunter também partilha algumas perplexidades:

Why did he consciously reject Hellanikos' chronological system, which would seem to approximate rather closely modern systems of dating by year, and which also accorded with ancient practice, as far as records were concerned? Why did he choose summers and winters, which are shifting entities and impossible to establish with precision on any calendar, and which, in any case, afford only a relative chronology within any given year? [1982: 166].

Depois de refutar as habituais respostas às suas perguntas, a autora conclui que Tucídides não tinha a mesma preocupação que têm os modernos pela datação dos eventos: «Thucydides did not have a modern concern for precise dates, and that chronology *per se* did not interest him» (ibid.: 167). As imprecisões cronológicas, as omissões e as repetições rítmicas dos processos, feitos de apogeus e declínios, explicam a indiferença de Tucídides relativamente a uma escala cronológica linear<sup>151</sup>. No entanto, observe-se, o historiador tinha ao seu dispor ferramentas de medição do tempo tão precisas quanto o calendário. Mas se o mesmo não sentiu necessidade de isolar os acontecimentos, preferindo embuti-los em processos repetitivos, também não teria necessidade de usar um esquema cronológico para datar eventos com a precisão de dias ou até de horas. Assim – conclui Hunter – o seu método de datação representa não um esquema cronológico no sentido moderno mas um interesse no tempo relativo dentro de um processo inteligível<sup>152</sup>. Note-se que esta posição de Hunter contraria a análise de Châtelet, que nos dava conta de um Tucídides consciente do valor do tempo sensível-profano e das ações políticas do homem como causas de acontecimentos.

---

<sup>151</sup> «In the present too he saw and attempted to describe the same process, a civilization at its peak, entering the stage of decline and moving on a downward path. In such process, which repeats itself, and which has an implicit circularity, what import could dates on a linear scale have? If he recorded events only within a process and provided abundant narrative detail merely to show how the process began or what stage it had reached, dates recording such embedded events, mere links in a chain, are meaningless. It does not really matter what year or day an event occurred, but rather what is its relative place in the process as a whole» (Hunter 1982: 168).

<sup>152</sup> Além do mais, a prova de que esta forma de operar era típica da época é que Heródoto segue o mesmo esquema, que se pode identificar com base em três características: «First, their greatest concern is psychology or human behavior. For it is at the psychological level that release occurs. At the same time, some kind of superhuman force or forces usually play a role in this release. And finally, the process that is set in motion has an inherent necessity: it is inevitable» (Hunter 1982: 232).

Que podemos, pois, concluir destas considerações de Virginia Hunter relativamente ao tema que investigamos? Que, aos olhos de hoje, a história de Tucídides se comporta mais como ficção do que como história. De facto, ela corresponde inteiramente aos cânones que Aristóteles e Ricœur definem para a construção narrativa mas não aos que Ricœur estabelece para a história. A obra de Tucídides é plenamente uma configuração narrativa que: *de* um conjunto diversificado de acontecimentos saca uma história com sentido ou, por outras palavras, transforma acontecimentos aleatórios *em* história; que congrega num corpo textual um conjunto de fatores heterogêneos, como os agentes, os fins, os meios, as interações, as circunstâncias, os imprevistos, as reviravoltas, os *pathoi*; que combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica e outra não cronológica: a primeira constitui a dimensão episódica e factual da narrativa; a segunda constitui a dimensão configurante, pela qual a narrativa transforma os acontecimentos em história. Não é pelo facto de Tucídides ligar pouca importância aos acontecimentos históricos ou de os consignar a um processo que o acontecimento deixa de ter na sua composição a utilidade que Ricœur lhe atribui, de fazer avançar a história, de ser a variável da intriga. Há seguramente na *História da Guerra do Peloponeso* toda uma dimensão factual e cronológica e uma dimensão configurante, caso contrário não seria possível seguir a história com sentido. E mesmo que Tucídides tenda para uma conceção não linear do tempo e tenha uma visão estática da natureza humana e Ricœur diga que a dimensão episódica da narrativa deve ser linear e irreversível, a verdade é que a intriga de Tucídides, embora inacabada, vence o âmbito da crónica e apresenta-se como uma narrativa linearmente estruturada e inteligível, que parece encaminhar-se de um início para um desfecho – a derrota de Atenas. Ou seja, por mais espirais – ou até mesmo repetições advenientes de processos – que haja na sua obra, a sua leitura deixa-nos a sensação de uma ação que progride de um início para uma conclusão, por meio de cálculos, contratempos e surpresas. Afinal de contas, trata-se de um devir humano (sensível-profano) e não de um devir cosmológico. A guerra é um assunto de homens que nascem e morrem e não gozam do estatuto imutável da natureza. É o próprio Tucídides que no fim de cada ciclo de estações tem o cuidado de marcar a transição, em jeito de comentário subjetivo, para um novo ano de guerra.

Onde a narrativa de Tucídides nos levanta mais objeções e demonstra as suas fragilidades é no ténue corte epistemológico com a ficção. A fazer fé na análise aturada de Hunter, há uma prevalência do tempo lógico ou do tempo cronológico da estrutura narrativa sobre o tempo histórico; uma prevalência da causalidade narrativa sobre a causalidade histórica; uma prevalência do aconte-

cimento narrativo sobre o acontecimento histórico e, possivelmente, uma prevalência das personagens narrativas sobre as personagens históricas. A nosso ver, Tucídides tinha todo o direito de organizar os factos que relata em unidades temáticas ou em processos, podendo ser igualmente objetivo e verdadeiro (não é isso que fizeram Braudel e a Escola dos Annales?); porém, para isso, precisava de ter ao seu dispor todo um conjunto de ferramentas técnicas e intelectuais que só nos séculos XIX e XX surgiram na oficina do historiador<sup>153</sup>. A falha mais declarada que lhe podemos imputar é de certeza a construção do tempo histórico. Sabemos que a prefiguração, configuração e refiguração do tempo pela narrativa acontece tanto na ficção como na história, que ambas têm uma forma poética de superar a fenda aporética entre tempo fenomenológico ou subjetivo e tempo cosmológico ou objetivo. Apenas ambas têm modos diferentes de o fazer. É que história e ficção têm dois modos referenciais distintos, o real e o irreal, que instauram uma assimetria inegável entre elas. Para que essa assimetria se mantenha, o tempo histórico deve ser construído pelo historiador com base num conjunto de conetores da metodologia histórica, que permitem inscrever acontecimentos do tempo vivido em grandezas do tempo cósmico: o calendário; a ideia de sequência das gerações e do triplo reino de antepassados, contemporâneos e sucessores; os arquivos, documentos, e traços. É precisamente esta prática que se observa como insuficiente e rudimentar no ateliê Tucídides.

### 2.2.2. Processo e estrutura

Uma vez que a nossa missão passa por confrontar e comparar a historiografia arcaica e a moderna, e até fazer novas aproximações à arcaica à luz de conceitos e ferramentas intelectuais da atualidade, é por demais conveniente referir as várias analogias que assomam na análise de Hunter entre o paradigma científico de Heródoto e Tucídides (paradigma como forma de ver e organizar conhecimento científico) e o de Braudel e da história económico-social de um

---

<sup>153</sup> «In fact, whatever form of reflection one studies, whether critical method or explanation, Thucydides' approach remains that of a historian writing in the fifth century B.C. This is understandable, since he did not have at his disposal the techniques or concepts, nor did he have the concerns, of a modern professional historian – the tools of source criticism and means of evaluating documents, a concern for events or chronology *per se*, or even an understanding of causation derived from the sciences. In a word, his methodology throughout the *History*, including his concepts and generalizations, is a uniform one, whether he reconstructed contemporary events or events far in the past» (Hunter 1982: 175).

modo geral. Não se trata de correspondências perfeitas, apenas de traços de semelhança. Primeira analogia, a rejeição do acontecimento como núcleo da história. Outra, o abandono da narração cronológica da história em favor da compreensão de uma totalidade de estruturas inter-relacionadas. Totalidade e inter-relações são aqui conceitos chave, como se pode depreender das considerações da própria Hunter: «For I would contend that the perception of a totality and interrelationships is characteristic of ancient historiography» (1982: 148). No entanto, há que salvaguardar as devidas diferenças:

This is not to suggest that their totality involves social and economic structures, demographic progressions, or the movement of wages. At the simplest level, their world remains one of politics, in the broad sense of the world, the *polis* with its *politai*, debating and striving, erring and succeeding. They have no concept of the economy or of social classes in the modern sense, nor do they think to isolate levels or structures or divide reality in any way into the economic, the political, the intellectual, etc. In this they reflect the reality of the polis, which knew no institutionalized compartments such as politics, economics, war, or religion. All these were integrated in one life, one view of the world [1982: 248-249].

O mundo da pólis de Heródoto e Tucídides é um mundo total com o seu próprio conjunto de inter-relações, a sua própria interação de forças e o seu próprio movimento. Tudo isto é abrigado sob o conceito de processo, que apresenta sérias semelhanças com o conceito braudeliano de estrutura.

Process, viewed as a totality, has a beginning, certain predictable stages, and an end. It is objective, in the sense that its movement is not planned by the subjects of history: it is rarely even observed by them. It is semi-autonomous and ultimately beyond their control. At the same time it is propelled by their positive achievements or their failures. Thus the subject, whether *despotes* or *polis*, is not ignored, just never pictured as the embodiment of free will, isolated from other forces [ibid.]

Do mesmo modo, o conceito de tempo histórico partilhado por Heródoto e Tucídides pode ser comparado a um ciclo económico: «Historical time for Herodotus and Thucydides is processual time. Like an economic cycle of three years' duration, it may move through all its stages in a very brief period» (ibid.).

Na medida em que Heródoto e Tucídides empregaram conceitos e metodologia pré-científica própria – que é muito diferente do paradigma ou da mentalidade científica do século XIX, da forma como estes entendiam o acontecimento, o tempo e a causalidade (“billiard ball mentality”) – estavam mais aptos

a ver a totalidade, a procurar inter-relações e a perceber a multiplicidade de movimentos e de tempo. Mas este paralelismo também serve para lançar alguma luz sobre a conceção de tempo destes historiadores, nomeadamente, saber se era cíclica ou linear. Tão cíclica como os ciclos de Braudel e a economia de Engels, comenta Hunter:

Do cycles necessarily return to their point of departure? Clearly not, if one thinks of kind of cycles or intercycles that are the subject of Braudel's new kind of narrative history. The answer is also no in the case of the recurrent industrial crisis so vividly described by Engels, using the metaphor of the steeplechase. [...]. I would contend that cycle and change, cycle and new situations, are no more anti-thetic in Greek historiography than they are in economic history or economic theory [1982: 257-258].

O que Hunter não diz é que para Braudel a história de Tucídides seria sempre uma história evenemencial, política, de líderes, de batalhas e de curta duração. Independentemente de terem ou não o mesmo valor que o paradigma do século XIX lhes havia de reconhecer, independentemente de estarem dependentes de processos e aglutinados em torno de proposições gerais, qualquer leitor de Tucídides não deixará de ver, em primeira instância, na sua obra, um relato de acontecimentos (*erga*) e discursos (*logoi*)<sup>154</sup>. A ninguém que leia a *História da Guerra do Peloponeso e o Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, ocorrerá dizer que há similitudes. Narrativa, discursos, descrição de batalhas, guerras civis, intrigas, peripécias, atos violentos, política abundam em Tucídides, escasseiam em Fernand Braudel. A *História* de Tucídides é uma história política e não há história política sem os seus três ídolos: individualidades, acontecimentos breves e, claro está, política. Vale a pena reler e reter as lúcidas lições de Aron:

Quels que soient les compléments ou les rectifications que comporterait le récit de Thucydide, celui-ci ne changerait pas de caractère. Le sociologue, l'historien des cultures, des classes, des prix, de l'industrie ou des idéologies, ne pourrait pas, s'il s'intéresse à la grande guerre 1914-1918, éviter le récit avec l'intelligibilité des actions par référence aux acteurs, l'intelligibilité des faits accomplis ou des grands ensembles par confrontation aux intentions contradictoires des acteurs. L'histoire des événements est irréductible à celle des sociétés, des classes et des économies. Elle était irréductible au V<sup>e</sup> siècle avant notre ère, elle l'est toujours au XX<sup>e</sup> siècle après Jésus-Christ» [1961: 145-146].

<sup>154</sup> «L'événement singulier demeure plus intéressant que les abstractions» (Aron 1961: 152).



La guerre elle-même, stylisée par l'historien, a la beauté d'une œuvre de l'esprit, l'événement y est éclairé par les concepts sans perdre sa singularité. Enfin, la guerre a la grandeur d'une tragédie dont on connaît la fin sans se lasser d'en revivre les péripéties [ibid.: 158].

Conquanto seja uma história de factos, estes estão, como bem notou Romilly e Hunter, enredados ao serviço das generalizações de carácter psicológico e sociológico que estruturam a narrativa. O que mais afasta, na índole, a *História* de Tucídides da história política como atualmente se pratica é esta subserviência dos factos a princípios gerais. As sentenças gnómicas, o geral, aquilo que dá continuidade e permanência à história e a tenta catapultar para o mundo da *episteme* sobrepõe-se à *res gestae*, exatamente no campo da historiografia onde os acontecimentos deveriam falar mais alto, deveriam valer por si próprios.

### 2.3. Tucídides e Aristóteles, a propósito de história e *poiesis*

As generalizações, em Tucídides, são herdeiras diretas das *gnomai*, de uma tendência característica de Homero, de Hesíodo, dos poetas líricos e dos tragediógrafos para pensamentos gerais ou máximas sobre a vida humana (cf. Romilly 1990: 61-99). No último quartel do século V, as sentenças gnómicas são sobretudo usadas como armas de argumentação, são usadas para demonstrar e convencer. Os sofistas, como mestres de retórica, procuravam fortalecer os seus argumentos com reflexões gerais e, como pensadores racionalistas, procuravam conhecer melhor o homem e prever as suas reações. Não espanta, pois, encontrá-las em tão grande número na obra de Tucídides. «En fait, elles sont chez lui plus fréquentes que n'importe où et, si l'on peut dire, plus résolument générales» (Romilly 1990: 65).

A tendência de Tucídides para generalizar é tão forte e constante que se torna difícil isolar as reflexões gerais e expô-las. Muitas vezes, a fronteira entre o geral e o particular é ténue: «On est dans le domaine du particulier, et puis le glissement se fait, par l'intermédiaire d'un mot qui généralise: ce peut être l'expression «les gens de ce genre», ou «les situations de ce genre» (*toioutoi*)» (ibid.: 68). Romilly enumera todo um conjunto de expressões típicas que introduzem as generalizações, circunscreve uma série de temas e acompanha-os de vários exemplos. A premissa que permite generalizar é sempre a mesma: a identidade da natureza humana. Esta marca de universalidade que se dissemina pela obra do historiador ateniense tem deixado intrigados muitos dos estudiosos

da obra tucididiana quando a confrontam com as declarações de Aristóteles na *Poética*, que parecem ser injustas para o mais sério e filosófico dos historiadores.

Pelo exposto se torna óbvio que a função do poeta não é contar o que aconteceu mas aquilo que poderia acontecer, o que é possível, de acordo com o princípio da verosimilhança e da necessidade. O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu caráter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular. O universal é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verosimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar, atribuindo, depois, nomes às personagens. O particular é, por exemplo, o que fez Alcibiades ou o que lhe aconteceu [Aristóteles 2004: 145a 36 145b 12].

No que respeita à imitação através da narração e em verso, é necessário, como nas tragédias, construir enredos dramáticos e em volta de uma ação única e completa que tenha princípio, meio e fim, para que, tal como um ser vivo único e inteiro, produza um prazer próprio, e, evidentemente, a sua estrutura não deve ser igual à das narrativas históricas, nas quais é forçoso que se faça a exposição não de uma só ação mas de um período de tempo, de tudo o que, nesse tempo, aconteceu a uma ou a várias pessoas, cada uma das quais se liga às outras como o acaso determinou [ibid.: 1459a 17-24].

Aristóteles foi o primeiro de que temos conhecimento a distinguir claramente história de ficção, entendendo-se por ficção o que o autor designa de *poesis* (e não *mimesis*) referindo-se quer à tragédia quer à epopeia e à lírica<sup>155</sup>. O mais célebre e comentado pronunciamento meta-histórico na Antiguidade é da sua autoria e surge na *Poética*, capítulos IX e XXIII. No entanto, como é fácil observar, a distinção feita pelo filósofo não só é depreciativa para a historiografia em geral como está em contradição com os trabalhos desenvolvidos por Heródoto (a quem cita direta e indiretamente) e, particularmente, Tucídides (a quem só cita indiretamente). Daí que se continue insistentemente a perguntar: terá Aristóteles lido a obra de Tucídides?; tê-la-á lido e não se terá aper-

---

<sup>155</sup> Para um aprofundamento da relação *poesis*, *mimesis* e ficção na *Poética* de Aristóteles, veja-se o interessante estudo de Bérenger Boulay (2005), «Histoire et narrativité. Autour des chapitres 9 et 23 de *La Poétique* d'Aristote», in [http://www.fabula.org/atelier.php?Historia\\_et\\_Poesis](http://www.fabula.org/atelier.php?Historia_et_Poesis).

cebido das generalizações, do caráter verosímil dos discursos e do caráter mimético ou configurador da narrativa?; não coloca Tucídides na categoria de historiador, tal como ele próprio o não fez a si próprio?; ou, colocando-o nessa categoria, pretende abrir uma exceção para ele? São várias as tentativas de resposta a estas questões. Damos aqui conta de alguns dos mais significativos ensaios, de forma a que possamos também nós entrever uma resposta, avançando desde já que a mais plausível é que Aristóteles errou nos critérios aduzidos para a separação entre *historia* e *poiesis*.

Começamos por dizer que o rigor do paradigma poético de Aristóteles é herdado de uma tradição que distinguia, escrupulosamente, gênero dramático, épico e histórico. Em boa verdade, a *Poética* aristotélica não é totalmente inovadora, visto que o autor conviveu com toda uma tradição de importantes reflexões e investigações na área, provenientes já da Atenas do século V a. C. (vide López Eire 2002: 132-138). Muito antes do Estagirita, poetas e sofistas efetuaram estudos sobre a poesia e as suas potencialidades, sobre a invenção poética, a relação entre poesia e realidade, a natureza verdadeira ou falsa da poesia, assim como sobre os seus propósitos, funções e efeitos. Relevantes são os tratados teórico-técnicos dos sofistas, intitulados *Artes (Technai)*, sobre o discurso comunicativo, retórico e poético. Estes foram os primeiros a ensinar a poesia e a prosa não como produto da inspiração divina, mas como artefato que se pode estudar e trabalhar como qualquer outro objeto. Partindo desta conceção funcional e objetiva, os sofistas desenvolvem os seus tratados gramaticais; daqui deriva o lado mais pragmático e empírico da *Poética* aristotélica, que se confirma na reutilização de muitos conceitos marcadamente sofistas e platónicos.

Mas se os conceitos asseguram uma certa continuidade, já ao nível do pensamento há uma clara inversão: o que para Platão era transcendente para Aristóteles é imanente. O Académico entendia toda a realidade ou mundo sensível como réplica imperfeita (*eidola*) do mundo inteligível, logo, sendo a arte imitação dessa mesma realidade sensível, redundava numa cópia em terceiro grau. Este distanciamento torna toda a arte falsa porque imitadora de uma pseudorealidade. Aristóteles contorna este problema com a imanência das formas, argumentando que a poesia não imita o particular das ações humanas, mas o universal que está nelas, as “ideias” (*eide*) ou as “formas”. O *mythos*, intriga ou argumento, que é a base, o conteúdo e a “forma” da obra poética é a representação mimética de uma ação ou paixão humana ao nível do universal. Esta teoria conduz ao reconhecimento da superioridade do poeta-filósofo em relação ao indivíduo comum. O poeta e o filósofo, na opinião de Aristóteles, intuem as verdadeiras essências dos entes, ou seja, os seus universais, coisas que escapam

à sensibilidade dos homens vulgares e sem formação. Entre poeta e historiador a distância não é tão grande mas é perceptível.

A prova de que poeta e historiador desempenham atividades claramente distintas é que mesmo quando tratam um tema comum – por exemplo Ésquilo e Heródoto escrevem sobre as guerras Médicas – os seus trabalhos resultam necessariamente em duas formas distintas de abordar o assunto: um dirige-se ao universal ou ao plausível, o outro ao particular e ao factual. Aristóteles tem razões para distinguir as duas disciplinas, já os traços distintivos evocados são dificilmente justificáveis e representam um sério desafio para os académicos que ao longo dos tempos se foram debruçando sobre o seu tratado literário. Não é pois surpreendente que o capítulo IX da *Poética* tenha sido o alvo privilegiado das habituais recriminações sobre o que se conhece como “as omissões de Aristóteles na *Poética*”. O próprio Ricœur sabe que a obra de Tucídides põe em causa as afirmações de Aristóteles<sup>156</sup>.

O que distingue o poeta e o historiador, segundo o Estagirita, não é o facto de um escrever em verso e o outro em prosa – as *Histórias* de Heródoto em verso não deixariam de ser história –, é o facto de um fixar-se no que poderia acontecer (τὸν δὲ οἷα ἄν γένοιτο) e, com isso, poder ascender ao universal ou, no mínimo, ao verosímil ou provável, e o outro fixar-se no que aconteceu (τὸν μὲν τὰ γινόμενα) e, com isso, ficar preso ao particular e ao contingente<sup>157</sup>. Além disso, o capítulo XXIII agrava esta distinção ao acrescen-

<sup>156</sup> «Aristote ne se borne pas à constater que l’histoire est trop “épisode” pour satisfaire aux exigences de la *Poétique* (après tout, ce jugement est aisément révoquant, dès l’œuvre de Thucydide)» (Ricœur, *TR* I, 288).

<sup>157</sup> Ricœur sugere que não é o material de referência que confere universalidade ou verosimilhança ao *mythos*, mas sim a construção literária, isto é, a *mise en intrigue*. «Le possible, le général ne sont pas à chercher ailleurs que dans l’agencement des faits, puisque c’est cet enchaînement qui doit être nécessaire ou vraisemblable» (*TR* I, 84). Ou seja, é universal aquilo que é total, que é coeso, que está unido por causas. A história, entendida por Aristóteles como uma crónica não pode apresentar este tipo de coesão e totalidade porque está obrigada a narrar todos os acontecimentos ocorridos num determinado período de tempo. Como bem viu Ricœur, para Aristóteles, a universalização começa no estabelecimento de um laço de causalidade entre acontecimentos, mesmo singulares (*TR* I, 85). Os comentários de Boulay reforçam e clarificam as ideias de Aristóteles e Ricœur. «L’agencement poétique est par essence généralisant puisqu’il lie les parties par des lois (nécessaires ou probables) quant la structure de l’*historia* n’est autre que celle du catalogue. Aristote reproche à l’*historia* sa fonction d’enregistrement, d’être riviée à la contingence phénoménale, de passer à côté des causes nécessaires ou probables (vraisemblables) en faisant fi du souci de légalité causale constitutif de ce que Ricœur, dans sa lecture magistrale d’Aristote, appelle «mise en intrigue».

tar ainda como traços distintivos a matéria que representam e a estrutura ou intriga (*mythos*): o poeta constrói o seu enredo a partir de uma ação única e a sua estrutura prima pela unidade e coerência; o escritor de histórias habituais (ιστορῳίαις τὰς συνθέσεις) narra todos os acontecimentos ocorridos durante um determinado período de tempo, sem conexão lógica entre eles (1459a 22). Este tipo de história é confinado aos limites da crônica – mero registo de uma sequência temporal de eventos –, circunscrito ao domínio do contingente, do incoerente e do irracional, por oposição à poesia que rege os seus encadeamentos por ordem lógica e causal. Recordando as palavras de Paul Veyne, a história, na aceção aristotélica, tira a sua matéria do mundo sublunar, do mundo da *doxa*, do acidental, do singular, do fortuito e, por vezes, ininteligível. A poesia está do lado da ciência. Estas encontram o seu objeto no mundo supralunar, na *episteme*, no inteligível, no que permanece eternamente nas mesmas condições. Daí a conclusão: a poesia é mais filosófica (*philosophoteron*) e mais elevada (*spoudaioteron*) do que a história. Aristóteles parece, assim, negar à história a capacidade de alcançar o universal, que é um traço distintivo das criações do espírito grego e que historiadores como Tucídides e Políbio se esforçaram por atingir nas suas obras. Assim, este rebaixamento da história perante a poesia justifica-se se Aristóteles entende a história na aceção de crônica. Já não é justo se, nessa aceção de história, inclui as obras de Heródoto e de Tucídides, como os exemplos aduzidos pelo autor parecem indicar, nomeadamente as batalhas de Salamina e de Sicília, no capítulo XXIII, e a evocação da figura de Alcibíades no capítulo IX. A coesão narrativa e a conexão lógica

---

La valeur philosophique de la poésie n'est pas relative au caractère imaginaire de ses objets, par opposition à l'*historia* qui traite de «ce qui a eu lieu réellement» (chapitre 9, 51 a 36-37), mais bien à leur légalité fondatrice de totalité, à leur configuration au sein d'une intrigue. Ceci peut éclairer la suite du chapitre 9 où Aristote affirme (51 b 29-33) qu'«à supposer même qu'il [le poète] compose un poème sur des événements réellement arrivés, il n'en est pas moins poète, car rien n'empêche que certains événements réels ne soient de ceux qui pourraient arriver dans l'ordre du vraisemblable et du possible, moyennant quoi il en est le poète.

Les «universaux» de la poésie ne peuvent être jugés tels non pas parce qu'ils sont inventés, encore moins parce qu'ils empruntent à des «mythes» (au sens de récits transmis par la tradition et porteurs d'une signification universelle) mais relativement à leur enchaînement causal: c'est l'intrigue qui est universalisante; les objets de la poésie mimétique ne sont pas généraux, sinon universaux, par eux-mêmes, par exemple parce qu'ils seraient imaginaires, mais parce qu'ils sont mis en intrigue. Aristote n'exclut dès lors pas qu'on puisse composer un poème en établissant des liens logiques (nécessaires et à défaut probables et vraisemblables) entre des événements réellement arrivés» (2005: 7-8).

entre os vários episódios narrados por Heródoto podem não ser evidentes à primeira vista; todavia, a sua obra é seguramente mais do que uma simples crónica ou uma manta de retalhos<sup>158</sup>. No caso de Tucídides, há ainda menos margem para dúvidas. É evidente que a sua obra, ainda que siga uma ordem cronológica, se apresenta como um todo bem organizado, causalmente unificado e pleno de generalizações que transcendem o particular e apontam para o universal<sup>159</sup>. O que nos leva à seguinte questão: os juízos que a *Poética* expõe sobre a história permitem-nos concluir que Aristóteles desconhecia ou conhecia mal a obra de Tucídides, a qual, como vimos, é rica em generalizações e reflexões político-filosóficas?

Já vimos anteriormente que Carlo Ginzburg nos aconselha a procurar mais do lado da *Retórica* do que do lado da *Poética* as apreciações de Aristóteles sobre historiografia: «This will be an effort to demonstrate that the work in which Aristotle dealt most extensively with historiography, or at least with those essentials that are in a sense close to our own, is not the *Poetics* but the *Rhetoric*» (1999: 38). O próprio historiador italiano, havemos concluído, crê que as críticas de Aristóteles na *Poética* não visavam Tucídides mas apenas Heródoto, pois há razões para considerar que Tucídides corresponde ao modelo de historiador gizado por Aristóteles na *Retórica*, nomeadamente, no que ao uso de entimemas e de raciocínio conjetural diz respeito. Seguindo por outras vias, Pippidi, autor de um dos mais conhecidos ensaios sobre esta matéria, também defende que Tucídides não era visado por Aristóteles, que o consideraria não um historiador, mas sim um filósofo de política.

Pippidi (1948), seguro de que Aristóteles conhecia a *História da Guerra do Peloponeso* aquando da redação da *Poética*, tenta encontrar uma explicação

---

<sup>158</sup> Indo contra a opinião de muitos comentadores – de Aristóteles a Roland Barthes – Hartog, em *Le miroir d'Herodote*, demonstra que as *Histórias* de Heródoto formam uma narrativa coesa, que mesmo as várias digressões e episódios aparentemente anedóticos estão ligados ao tema central das guerras Médicas e contribuem para o avanço da narrativa (vide Hartog 1980: 11-30).

<sup>159</sup> Como relato acabado de um acontecimento histórico contemporâneo, a *História da Guerra do Peloponeso* deve ser quase única, comenta Gomme (1954: 122), tal como a tragédia de Ésquilo, *Persai*, é quase única no tratamento de um acontecimento contemporâneo, sendo claramente filosófica, no sentido aristotélico do termo, e um bom exemplo para a teoria exposta na *Poética*. Ela é quase única, como história contemporânea, porque não é a compilação de materiais documentais para uma história futura, mas é um produto acabado (ibid.: 122). Por isso, também para Gomme, o julgamento de Aristóteles parece injusto para Tucídides.

para o aparente paradoxo da apreciação aristotélica da história. No seu entendimento, o filósofo grego refere-se a um conceito de história que era dominante na Grécia até ao século IV a. C. e do qual, provavelmente, exclui a historiografia tucididiana. História entendida como procura e acumulação de materiais geográficos, etnográficos e históricos. A própria atividade historiográfica aristotélica, em determinado período da sua vida, resumiu-se à recolha e organização de documentos epigráficos e literários destinados a futuras sínteses. Sabe-se que terá recolhido as constituições de cento e cinquenta e oito estados – infelizmente perdidas – como substrato para a redação da sua *Política*, e são famosas as suas listas de vencedores nos concursos dramáticos e gímnicos; as coleções de provérbios e de costumes; as edições críticas e comentários<sup>160</sup>. Na opinião de Pippidi, Aristóteles deveria considerar a obra de Tucídides um ensaio de filosofia política e não uma crónica de guerra. Esta dedução é feita com base na valorização que Aristóteles faz quer da atividade política quer da história como sua auxiliar, no capítulo I. 4 da *Retórica* – obra posterior à *Poética*. Aí, o filósofo grego estabelece as ligações da política com a história, concedendo a esta última um papel bem mais relevante do que aquele que lhe outorga na *Poética*. Neste caso, os acontecimentos históricos não são mais vistos como impedimento para atingir uma verdade superior à verdade empírica ou a conclusões universais. Pelo contrário, à história cabe a missão de fornecer os dados a partir dos quais o político, informando-se sobre o passado, pode fundar as suas opiniões sobre um determinado assunto do presente. O conhecimento histórico confere-lhe autoridade e credibilidade. Para obter competência militar é indispensável que o político estude não apenas as guerras travadas pela sua pólis, mas também as guerras em que se envolveram outros estados, pois «é natural que causas semelhantes tenham efeitos semelhantes»<sup>161</sup>. Esta afirmação, de matiz eminentemente tucididiano, demonstra a confiança de Aristóteles na capacidade da política, enquanto ciência das sociedades humanas, para abstrair do conhecimento aprofundado do passado as leis da sua evolução futura. Todavia, esta capacidade para generalizar é-lhe fornecida por uma outra disciplina, a história, na sua dupla aceção de ciência do passado nacional e ciência dos povos estrangeiros. Logo, por detrás da incoerência e da irracionalidade que, na *Poética*, pareciam afetar os acontecimentos que o historiador estuda é possível – de acordo com a *Retórica* – discernir racionalmente as leis de desenvolvimentos futuros. Em todo o caso, salvguarde-se, não é ao historiador que cabe

<sup>160</sup> Sobre *Aristóteles e a história* veja-se Raymond Weil 1960.

<sup>161</sup> «Ἀπὸ γὰρ τῶν ὁμοίων τὰ ὅμοια γίνεσθαι πέφυκεν» (*Retórica* I. 4, 1360a 5).

a missão de generalizar, mas sim ao pensador político. Os materiais que um reúne são interpretados pelo outro. É por isso que Pippidi defende que Aristóteles não poderia considerar Tucídides um historiador, mas sim um pensador político, pois que a sua obra «está dotada de todas as qualidades que um espírito filosófico podia desejar encontrar numa apresentação do passado» (Pippidi 1948: 489). Para esta interpretação concorre o facto de Tucídides nunca considerar a sua obra uma história nem o seu ofício o de historiador – termos que, como bem sabemos, nunca emprega. Pippidi justifica ainda a ausência destes vocábulos por considerar que Tucídides queria desse modo distanciar-se dos seus antecessores, a quem critica por se preocuparem mais com a beleza do discurso do que com a verdade.

Ao excluí-lo do grupo dos historiadores, Aristóteles não só cumpria um desejo do próprio Tucídides como lhe prestava, indiretamente, homenagem, incluindo-o no grupo dos pensadores políticos. Para Aristóteles, conclui Pippidi, a história de Tucídides seria a única digna deste nome: «[...] celle qui, par delà les faits nus, aspire à ressusciter une personnalité ou une époque; celle à laquelle, jusqu'à ce jour, la connaissance du passé n'a cessé d'insuffler l'espoir – ou l'illusion? – d'entrevoir l'avenir» (ibid.: 490).

Esta tese apresenta várias fragilidades, sendo a primeira e mais evidente a alusão que Aristóteles faz à *História da Guerra do Peloponeso* na *Poética*, ao dizer que a história não se interessa pelo universal mas sim pelo particular, dando como exemplo para o particular “o que fez Alcibiades ou o que lhe aconteceu”<sup>162</sup>. Curiosamente, Pippidi (ibid.: 490) cita esta mesma expressão para dizer o contrário, que a obra de Tucídides estava fora do grupo dessas que se limitam a narrar o particular, justificando, desse modo, o estatuto que Aristóteles lhe outorgaria.

Raymond Weil (1960) também discorda desta tese de Pippidi, mas não pelo motivo que evocámos. Aliás, estranhamente, este autor também não consegue desvendar a proveniência da referência a Alcibiades. Começa por observar que Aristóteles nunca se refere aos acontecimentos históricos protagonizados por Alcibiades e que, portanto, serve-se do exemplo de Alcibiades na *Poética* por ser muito conhecido do público (Weil 1960: 163-164). Considera igualmente a comparação entre a poesia e a história reveladora de uma falta de

---

<sup>162</sup> «[...] we must admit that his disparagement of history is not entirely justified on his own principles, at any rate in so far as it refers to the historian whom he is likely to have had most in mind when describing history as “what Alcibiades did or had done to him”: namely, Thucydides» (Ste. Croix 1992: 24).



amor pela história, facto paradoxal não só porque o próprio filósofo se consagrou amiúde à arte de Clio, mas também porque este comentário da *Poética* parece incompatível com a leitura da *História* de Tucídides.

Aristote n'aimerait alors vraiment ni ne comprendrait l'histoire. Comment en effet, dit-on, a-t-il pu s'exprimer ainsi, s'il a lu Thucydide – et comment n'aurait-il pas eu au moins quelque contact avec l'historien de la *Guerre du Péloponnèse*, s'il s'intéresse à l'enregistrement des πράξεις? [ibid.: 165].

Já antes de Weil e Pippidi, Barthélemy Saint-Hilaire (Paris, 1858) manifesta a mesma perplexidade, no seu comentário à *Poética*:

Cette théorie n'était peut-être pas déjà très juste en présence de l'histoire telle que la concevait et l'écrivait Thucydide. La philosophie de l'histoire est beaucoup plus générale encore que la poésie ne peut être [apud Weil 1960: 165].

Raymond Weil recusa a hipótese sugerida por Pippidi por não conseguir explicar, por um lado, como é que Aristóteles se pode ter consagrado a uma disciplina que desprezava e, por outro, colocar Tucídides em tão elevada consideração e praticar uma história tão diferente da sua. Que Tucídides nunca emprega os termos “história” e “historiador” para caracterizar a sua atividade parece ser uma convenção linguística da época, pois só a partir de Platão o termo *historia* assume os valores de “pesquisa metódica” e “produto dessa mesma pesquisa”. Logo, nada nos permite deduzir com segurança que a ausência dos termos tinha como intenção despromover a história à classe da crónica. A distinção entre os termos *ιστορία* – empregado por Aristóteles na *Poética* – e *ξυγγραφή* – utilizado por Tucídides para se referir à sua obra – não é suficientemente clara e estável para que daí se possa inferir algum tipo de discriminação. Se existe para o Estagirita alguma diferença entre a história tucídiana e as outras histórias, não é a distinção entre estes dois vocábulos que a pode comprovar. Ademais, nada há nos escritos aristotélicos que, inequivocamente, conceda um lugar de eleição a Tucídides. Tudo nos leva a crer que para o filósofo grego Tucídides era um historiador como qualquer outro.

Para além disso, defende o mesmo autor, se Aristóteles entende *historia* como crónica de acontecimentos cronologicamente datáveis, então Tucídides, ao datar os acontecimentos por verões e invernos, é mais um cronista do que historiador. Mas em vez de procurarmos adivinhar em que categoria Aristóteles colocaria o historiador grego, talvez seja mais útil verificar se o conceito de *historia* para o Estagirita se reduz sempre a uma crónica – diz Weil. E, depois de uma meticulosa análise filológica que visa validar uma edição do texto

grego em detrimento de outra, o autor consegue deslindar no texto aristotélico uma exceção para os historiadores filósofos como Tucídides – que entra na categoria daqueles que não escrevem as histórias habituais ou comuns (ιστορίας τὰς συνήθεις).

Quanto a nós, concordamos com Ste. Croix: Aristóteles tem Tucídides em mente quando cita a figura de Alcibiades. E isso significa que tinha lido ou pelo menos conhecia a obra de Tucídides. Alcibiades é a figura central dos livros V, VI e VIII, cujas atividades são descritas ao longo de um período de cerca de dez anos, de 421 a 411. Referindo-se ao “que fez Alcibiades”, é mais plausível que Aristóteles tenha em mente este período da vida do general ateniense do que os restantes sete anos, metade dos quais passados no exílio, que são descritos escassamente por outros historiadores – um deles é Xenofonte, nas *Helénicas*. O que causa estranheza é que Tucídides seja o historiador menos apropriado para ilustrar a concepção aristotélica de história como relato do particular. Ste. Croix comunga desta mesma perplexidade.

We are left, then, with the probability that in his selection of a characteristic example of history Aristotle chose to speak of events the main source for which in his day (as in ours) can only have been Thucydides, the one historian who, in the opinion of most of us, is least open to the charge of merely relating particular events and failing to deal with universals, with “what might happen” [Ste. Croix 1992: 27].

Ademais, o autor demonstra, a partir da análise da expressão *to hos epi to polu* (“o que está de acordo com a regra geral”, “o normal” “o habitual”) em várias obras de Aristóteles, que o exemplo citado pelo filósofo grego, na medida em que faz apelo à obra de Tucídides, não está em conformidade com os seus próprios princípios científicos. De facto, tem-se muito aquela ideia que Aristóteles concebe a *episteme* como algo universal e necessário em contraste com o particular e o acidental e, nesse caso, as declarações do capítulo IX seriam consistentes com esse sistema. A verdade é que ler a *episteme* aristotélica só dessa forma pode ser redutor e desvirtuante: «In fact, however, the conception of *episteme* as being appropriate only to “the universal” and “the necessary” oversimplifies and seriously misrepresents the main stream of Aristotle’s thinking» (ibid.: 25). Em muitas passagens, Aristóteles também inclui na categoria de *episteme* “o que está de acordo com a regra geral”. Por conseguinte, também “o que está de acordo com a regra geral” da natureza humana, na obra de Tucídides, deveria ter sido considerado como ciência por Aristóteles. Ste. Croix conclui que o exemplo apresentado por Aristóteles para ilustrar o que é

a história é errado e injusto, e não está de acordo com os seus próprios princípios de pensamento.

The poet, according to Aristotle, speaks of “what is possible according to probability or necessity”. But what the poet actually *says* is concerned with a particular action: if we are to derive *episteme* from it, in Aristotle’s sense, we have to take the further step of recognizing the general (the universal or the necessary) in the particular. Is there any difference in what we make of the History of Thucydides? I believe not, once we are allowed to introduce the concept of *to hos epi to polu* and take account of the fact that that is precisely what Thucydides often offers us [Ste. Croix 1992: 28-29].

A visão da *historia* como simples crónica que dispõe os factos uns a seguir aos outros e não uns por causa dos outros, como faz o *mythos* trágico, épico e cómico, ignora a procura e exposição das causas e a construção histórica ou *mimesis* de que a obra de Heródoto e ainda mais a de Tucídides é um bom exemplo. Nós sabemos que em coesão e conexão causal a *História da Guerra do Peloponeso* em nada se distingue de um *mythos*, encaixando perfeitamente no modelo de intriga que Aristóteles descreveu como sendo próprio da tragédia e que Ricœur estendeu aos géneros ficcionais e historiográficos<sup>163</sup>. Ademais, no caso de Tucídides, este agenciamento vai muito acima do desejável, com risco de o seu trabalho perder o laço com o fundo real dos acontecimentos e se deixar confundir totalmente com poesia. Ao selecionar conjuntos limitados de factos para os explicar mediante um princípio geral e aglutiná-los num todo narrativo, o historiador separa os acontecimentos do contexto real, e até aqui tudo bem, pois esta é uma operação comum a todos os historiadores. O problema é quando se perde a ligação com o real cronológico e documental e se faz depender a inteligibilidade dos acontecimentos unicamente da intriga e de uma teoria que a estrutura. Com isso, o discurso historiográfico acaba por transcender seguramente o seu cariz doxográfico, com o prejuízo de ficar refém do mundo supralunar da filosofia e da poesia<sup>164</sup>.

<sup>163</sup> Já antes de Ricœur, Châtelet falara abertamente da dimensão configurante da intriga histórica, curiosamente motivado pelo texto tucididiano: «Il suffit de remarquer que, nécessairement, le discours sur la réalité historique doit s’ordonner autour de pôles qui, d’une part, confèrent à l’expression une certaine unité et, d’autre part, permettent de subsumer la diversité des événements sous des perspectives déterminées qui transforment la simple consécution en connexion significative» (Châtelet 1962: 217).

<sup>164</sup> «Como alguma história da historiografia clássica tem sublinhado, comumente, as “investigações” selecionavam conjuntos limitados de factos, que se tinham sucedido no tempo, para os explicar mediante uma ordenação que lhes dava *forma*, inserindo-os num todo

Mas será que em Tucídides todos os factos estão ao serviço de um processo ou de uma unidade narrativa estimulada por uma constante do comportamento humano? Não se terá dado o caso de Aristóteles ter excessivamente valorizado a assumida dimensão cronológica e contingente da historiografia tucidiana – «Aqui começa, então, a guerra entre Atenenses e Peloponésios e os seus respetivos aliados [...] narra-se cada um dos acontecimentos pela ordem em que ocorreram, por verão e inverno» (Tucídides: II. 1. 1) – e não se ter dado conta da profunda unidade narrativa, tomando por espúrios e irrelevantes muitos dos episódios e dos factos narrados pelo historiador? Romilly (1956) garante-nos que Tucídides não narra todos os acontecimentos ocorridos entre uma estação e outra, e os que narra estão todos intimamente ligados a uma ideia estruturadora da narrativa. Mas Hornblower contraria esta leitura, argumentando que na obra de Tucídides há muito material repetitivo e fortuito, isto é, que escapa ao todo coeso e necessário de uma narrativa poética («[...] there is in Thucydides much adventitious and repetitive material» (1987: 34)) e que, portanto, não se pode aceitar a visão que Romilly tem de Tucídides como um escritor que ignora tudo o que é fortuito: «[...] it is better just to accept that the view of Thucydides as a writer who ‘ignores everything adventitious’ is simply wrong» (ibid.: 9-10).

Algumas repetições como as campanhas militares e as invasões anuais da Ática podem explicar-se pelo desejo de criar pausas, como na epopeia, com digressões e repetições que aumentam a tensão. Alguns detalhes, aparentemente triviais e sem significado, também se podem explicar pela função de provocar

---

coerente. Contra o caos, a narração construía uma totalidade, conquanto finita e fechada, mas que, tal como na tragédia, era tecida por uma trama com um princípio, um centro e uma conclusão. Assim, é explicável que os historiadores gregos (e romanos), mesmo os mais factuais, não se tivessem preocupado muito com a descrição dos eventos tal qual eles aconteceram; estes só ganhavam sentido desde que fizessem parte de um enredo. Com isso, e ao invés do que pensou Aristóteles, o discurso historiográfico acabava por ultrapassar o particular (as situações únicas e as ações individuais), pois a verdade do narrado não estaria tanto na adequação dos enunciados à realidade, mas residiria, sobretudo, na sua correlação e correspondência com um modelo de virtudes – pressuposto que muitos, como Plutarco, não deixaram de explorar –, ou com uma teoria, principalmente com aquela que apontava para a existência de oscilações cíclicas nos negócios humanos (Políbio), ou a que acreditava na eterna identidade da natureza humana (Tucídides). Deste modo, a narração, apesar do seu aparente cariz doxográfico, veiculava um ideal de verdade que era sinónimo de construção de conjuntos harmoniosos, em consonância, aliás, com o que também se encontrava objetivado no ideal epistémico e estético da Hélade» (Catroga 2009: 62-63).

efeitos emocionais, deixando de ser triviais ou insignificantes. Não obstante, há muito pormenor repetitivo e trivial sem cabimento<sup>165</sup>. Veja-se, por exemplo, a profusão de nomes e números no combate travado entre Corinto e Corcira, narrado a partir de I. 46.

Hornblower observa ainda que alguns episódios têm realmente um caráter paradigmático, dos quais se pode extrair ideias gerais<sup>166</sup>. Este facto põe em evidência uma tensão entre totalidade e seletividade: entre o desejo de registrar todas as ações particulares da guerra, qual repórter, e a tendência para omitir e selecionar até ao extremo, com o intuito de extrair daí as implicações gerais dos acontecimentos. Não será, pois, a faceta totalitária de Tucídides e a consequente aridez e austeridade da escrita que provoca a definição aristotélica de historiador e de história como registo do que acontece e de tudo o que acontece num determinado período de tempo?

So there are items and statements in Thucydides which seem to imply that his aim in the narrative was to be comprehensive and other items and statements which imply that he was selective. It is the first aim, comprehensiveness, which is the problem. It goes with another feature: the dryness and austerity which Thucydides' narrative can sometimes assume. It was perhaps the 'comprehensive' aspect of Thucydides which made Aristotle speak of history as concerned with 'what happened' (that is, *everything* that happened?) rather than with the sort of things that might happen, which implies that what is being looked at is a sample [ibid.: 38].

Por outro lado, a sua faceta seletiva e sociológica aproxima-o do poeta e do filósofo e a sua *História* da ciência aristotélica. Tucídides seria visto simultaneamente como historiador e como poeta e nessa dupla condição consegue a proeza de ser trágico e tocar as emoções dos leitores.

---

<sup>165</sup> «There remains much in Thucydides which is inexplicably repetitious and trivial (i.e. not 'historically important' items, as we should say) and for which it is hard to find explanations in terms of emotional effectiveness» (Hornblower 1987: 36).

<sup>166</sup> «As well as providing detail, recorded in a spare and unemphatic way, Thucydides sometimes operates differently, taking certain 'paradigmatic' episodes or individuals and building them up because they are typical in some way of phenomena which he wants to illustrate. [...] It has been said that there is not one Thucydides but two: one is 'the Thucydides who restricted Kleon to three appearances; the other is the historian who solemnly put down the names and patronymics of endless obscure commanders and ship captains': the Thucydides who treated demagogues and stasis so selectively was exploring general phenomena and searching for 'general ideas'» (Hornblower 1987: 41, 42).

[...] Thucydides can select, abridge and build up themes in a way that Aristotle would call ‘poetic’ not ‘historical’. And this too is a departure from Herodotus, for all that both are certainly ‘tragic’ historians. Thucydides can achieve emotional effects as well by the dry precision of the Aristotelian ‘historian’ as by more obviously poetic techniques [ibid.: 33].

Posto isto, a sentença final de Hornblower, a qual subscrevemos, é a seguinte: «The conclusion must be that Thucydides conforms only partly to Aristotle’s idea of a ‘historian’; other parts of his work look more like ‘poetry’» (ibid.: 10).

Na verdade, temos de reconhecer no texto de Tucídides esta dialética entre o geral e o particular, entre a história e a poesia e isso pode justificar a consideração de Aristóteles. Esta parece ser também a opinião de Hartog:

L’historien est du côté du particulier, soutient Aristote; vous avez tout à fait raison, répondent les commentateurs, d’ailleurs Thucydide est à la fois du côté du général et du particulier, ce qui montre bien qu’il est un historien «véritable». On joue sur tous les tableaux à la fois [2005: 104].

Isto não faz com que a *História* de Tucídides não seja minimamente filosófica e séria. *Historia* e *poiesis* são ambas filosóficas e sérias, pois ambas imitam ações e palavras convertendo-as em *mythoi*. Ste. Croix lembra-nos, justamente, que Aristóteles não desqualifica ou despromove completamente a história, apenas a coloca num degrau mais abaixo: é menos filosófica e menos digna que a poesia. Na verdade é preferível que assim seja, em nome da fronteira que separa história de ficção.

*Historia* e *poiesis* assemelham-se por ambas concatenarem num enredo os eventos e as palavras que marcam a individualidade do homem, permitindo a sua cristalização contra a corrupção temporal, garantindo a sua fama contra a precariedade de tudo o que resulta da *praxis*, aproximando-se da eternidade das coisas naturais. Todavia, a falta de unidade de ação e de tempo, a menor contenção, a maior extensão, a prevalência do discurso indireto e, acima de tudo, a *mimesis* de um real prefigurado por testemunhas e indícios submetidos a processo crítico impede de confundir a *História da Guerra do Peloponeso* com um qualquer produto do género dramático. Os dois géneros, historiográfico e poético, têm capacidade para formular juízos universais, mas a poesia, ao contrário da história, não precisa de conformar os factos com a realidade narrada. Além do mais, os poetas trágicos lidam com matéria universal, os mitos, ao passo que «a especificidade do novo discurso historiográfico terá residido na sua sensibilidade perante a vida concreta dos indivíduos e dos povos, isto é, do par-

ticular em detrimento do geral» (Catroga 2009: 62). E talvez também fosse isto que Aristóteles tinha em mente quando separou os dois gêneros.

No fundo, o que o Estagirita poderá ter querido dizer é que não podemos pôr no mesmo plano uma figura mitológica e intemporal como Édipo e uma figura histórica e irrepetível como Alcibiades, ainda que o seu comportamento social e político se possa vir a manifestar, de forma parecida, noutras figuras históricas, ao longo da história da humanidade. Então, talvez seja este confronto entre história e mito que faça Aristóteles dizer que a *poiesis* é mais elevada. A história também é séria e elevada, mas não tanto como a poesia.

Para além do eventual confronto entre o *mythos* histórico e o *mythos* trágico, o que parece estar aqui em causa, segundo Moses Finley (1981) é um confronto entre mito e história, confronto este que é explicável à luz do contexto cultural da época. A subalternização da história relativamente à poesia lírica, trágica e épica (todos os gêneros que punham em cena grandes acontecimentos do passado) é explicável pelo pouco valor, quase desconsideração, que os Gregos nutriam pela historiografia em oposição à grande consideração que tinham pelo mito. O próprio Aristóteles fundou um grande número de ciências e, de uma maneira ou de outra, fez suas todas as outras, exceto a economia e a história – a de tipo tucidiano ou narrativa, uma vez que, como bem sabemos, ele próprio se dedicou intensamente a outro gênero de história que podemos designar de “antiquária” (Ginzburg 1999) ou “crônica” (Weil 1960). Tirando os escassos comentários da *Poética* e da *Retórica*, Aristóteles não faz mais qualquer referência à história no vasto *corpus* textual que chegou até nós. Moses Finley (1981: 10) diz-nos que todos os filósofos gregos, até ao último dos neoplatônicos, partilharam a mesma indiferença pela história. Pelo menos é o que sugere o seu silêncio sobre o assunto. Diz-se que Teofrasto, discípulo de Aristóteles terá escrito uma obra com o título *De historia* e um outro peripatético de nome Praxífanos, amigo do anterior, terá feito o mesmo, mas de um e de outro nos chegaram apenas os títulos. A única obra antiga sobre a matéria que chegou até nós vem da área da retórica, é um tratado de Luciano, com data de 165 d. C., sobre a história, com o título de «Como se deve escrever a história». Não vai além de uma sistematização de lugares-comuns sobre a escrita da história, regras e máximas que faziam parte da educação retórica; daí, o seu valor irrisório – a não ser o de nos confirmar que o cânone aristotélico proposto na *Poética* ainda vigorava na altura. Cinco séculos depois, era contra a poesia que se continuava a medir a história. E isto porque – garante-nos Moses Finley – o desafio fundamental da universalidade e das grandes verdades sobre a vida do ser humano só estava ao alcance do mito e o mito dominava o

ambiente no qual surgiram os historiadores<sup>167</sup>. Antes da história, o mito dava uma resposta a tudo. Ele tornava o passado inteligível através de elementos que adquiriam permanência, pertinência e significação universal. No tempo de Heródoto, Édipo, Agamémnon e Teseu, figuras de um passado longínquo, eram mais reais para os Atenenses do que qualquer personagem histórica anterior ao século V, exceto Sólon, que entretanto assumira contornos míticos. Todos os anos, estes heróis míticos eram trazidos à cena pela tragédia e pela lírica coral, no contexto das festas religiosas, e isto «era sério e verdadeiro, literalmente verdadeiro»<sup>168</sup>.

O mito era, para os Gregos, o grande mestre do espírito. Era no mito que fundamentavam a moral e a conduta de vida, as virtudes da nobreza e do justo equilíbrio, ou a ameaça da *hybris*; de lá tiravam ensinamentos sobre a raça, a cultura e a política. Assim, não é de estranhar que a história tivesse sido avaliada por comparação com a *poiesis*. No essencial, eram duas formas distintas e rivais de redizer o passado. E mesmo Tucídides não se inibe de recorrer à tradição mítica e epopeica nos capítulos introdutórios da sua *História*, conferindo a estas fontes estatuto histórico<sup>169</sup>. No entanto, nenhum grego ousaria considerar a epopeia uma obra de história, ela era muito mais do que isso, era mítica. «Como todo o mito, a epopeia era intemporal» (Finley 1981: 14). As datas e um sistema coerente de datação serviam a história, mas os factos narrados pelo mito, também eles concretos, não estavam ligados a nenhum acontecimento

<sup>167</sup> «L’atmosphère dans laquelle les Pères de l’Histoire se sont mis au travail était saturée par le mythe» (Finley 1981: 12).

<sup>168</sup> «Tous les ans, lors des grandes fêtes religieuses, les héros mythiques réapparaissent dans la tragédie et la lyrique chorale, et recréaient pour leurs auditoires la trame ininterrompue de la vie, en remontant par-delà les générations humaines jusqu’aux dieux; car les héros du passé, et même bien des héros du présent, étaient d’ascendance divine. Et tout cela était sérieux et vrai, littéralement vrai» (Finley 1981: 13).

<sup>169</sup> «Fondamentalement, c’étaient deux manières différentes de redire le passé qui rivalisaient l’une avec l’autre. Car il ne faut pas s’y méprendre: tous acceptaient la tradition épique comme fondée sur des faits réels, même Thucydide. Il nous le dit clairement aussitôt après s’être présenté lui-même. La guerre du Péloponnèse, dit-il, mérite, plus qu’aucune des guerres précédentes, d’être racontée, car «ce fut bien la plus grande crise qui émut la Grèce et une fraction du monde barbare», plus grande même, précise-t-il, que la guerre de Troie. Il argumente assez longuement sur ce point, et, parmi les personnages “historiques” qu’il introduit dans ses pages d’ouverture, figurent Hellen, fils de Deucalion (l’ancêtre éponyme des Hellènes), Minos, roi de Crète, Agamémnon et Pélops. Les détails demeurent incertains, dit-il, tant pour le passé lointain que pour la période qui a précédé la guerre du Péloponnèse – et c’est là une association très significative – mais les lignes générales sont claires et dignes de foi» (Finley 1981: 14).



anterior nem posterior. O mito é um acontecimento intemporal, isolado, aistórico. A cronologia utilizada na narração dos mitos é estilizada, simbólica. Não há na epopeia nenhum interesse pela cronologia, relativa ou absoluta, ela cumpre aí uma função de escala ou grandeza. Os trágicos revelam o mesmo desapeço pela cronologia. Édipo, Ifigénia, Orestes, todos agem ou são afetados por acontecimentos como se fossem históricos, mas que se perdem num indistinto passado longínquo, sem qualquer ligação a um tempo ou contexto cronológico. Finley observa ainda que esta mesma intemporalidade atingia as personagens individuais. Eles só vivem no tempo porque morrem e cumprem um destino, mas o tempo não tem qualquer outro efeito sobre eles. Ilustra com o episódio de Ulisses e Penélope, os quais, após um desencontro de vinte anos, se mantêm inalteráveis, pois em lado algum o poeta diz que eles envelheceram<sup>170</sup>.

Também o mito das cinco idades ou raças (*gene*) cantado por Hesíodo é um sinal por demais revelador, porquanto a sucessão dos metais, que identifica cada uma delas, não corresponde a uma deterioração progressiva. Cada raça é destruída e substituída por outra, não há continuidade entre elas, são tão intemporais como a guerra de Troia. A forma um pouco tosca como, posteriormente, Hesíodo intercala a raça dos heróis entre a do bronze e a do ferro, perfazendo as cinco, demonstra bem a falta de preocupação que havia pela lógica temporal<sup>171</sup>.

A preocupação com o tempo real nasceu com a história. Foi Heródoto quem pela primeira vez uniu o passado a uma forma de cronologia, ainda que com bastantes limitações que o próprio soube reconhecer. Em todo o caso, foi capaz de estabelecer uma espécie de sequência temporal que abrange quase dois séculos. Entretanto, nem Heródoto nem Tucídides foram capazes de mudar os gostos e os interesses dos seus conterrâneos. Um século mais tarde, no século IV, ainda os oradores gregos continuam a preferir as tradições míticas e as his-

---

<sup>170</sup> «Les maris et les femmes qui appartiennent à l'histoire vieillissent, mais le fait évident est que ni Ulysse ni Pénélope n'ont le moins du monde changé; ils ne se sont modifiés ni en bien ni en mal, pas plus qu'aucun autre personnage de l'épopée. Des hommes et des femmes de cette espèce ne peuvent faire des personnages historiques: ils sont trop simples, trop enfermés en eux-mêmes, trop rigides et trop stables, trop détachés de leur arrière-plan. Ils sont intemporels comme le récit lui-même» (Finley 1981: 16).

<sup>171</sup> «Il le fit le plus facilement du monde, grâce à l'absence totale de l'élément temporel. Il n'avait pas à affronter de problèmes chronologiques, à synchroniser des dates, à tracer ou à expliquer une évolution. La race des héros n'avait pas ce commencement dans l'histoire: Zeus la créait tout simplement. Elle n'avait pas de fin non plus; pas de transition vers l'étape suivante, contemporaine» (Finley 1981: 17).

tórias populares, completamente indiferentes ao novo saber histórico. O mito era suficiente, e nada havia na sociedade grega que exigisse o seu abandono ou a sua substituição.

### 3. REFIGURAÇÃO E RETÓRICA: DO “VER-COMO” AO “FAZER VER”.

Depois da prefiguração e da memória, da configuração e da explicação, chegamos ao derradeiro capítulo deste estudo comparativo do pensamento histórico-epistemológico de Ricœur e da prática historiográfica de Tucídides. Já vimos como a ficção e a imaginação se enredam na fase documental e prefigurativa e na fase de explicação/configuração da operação historiográfica levada a cabo por Tucídides. De acordo com o plano que temos vindo a seguir, decalcado dos estádios operativos definidos por Ricœur para a narrativa e para a operação historiográfica, resta-nos pôr a tónica na componente *refigurativa* e *retórico-ficcional* da representação histórica. É nesta fase, em concreto, que notámos uma empatia extraordinária na forma como Ricœur pensa e Tucídides aplica a ficção na história. Para mais facilmente contextualizarmos o nosso raciocínio, recuperamos a cada passo as meditações de Ricœur sobre refiguração e o papel (pat)ético da ficção na historiografia.

#### 3.1. Refiguração e leitura

Aristóteles, com o conceito de *katharsis*, sugere que o *mythos* é uma atividade estruturada, na medida em que é orientada para um destinatário, encontrando a sua plenitude no prazer suscitado no espetador ou leitor. Quando diz que a poesia ensina o universal; que a tragédia, representando o temor e a compaixão, realiza uma depuração deste género de emoções; ou, ainda, quando fala do prazer que este tipo de representações suscita no público, corrobora esta ideia de que é no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da *mimesis*. Do mesmo modo, quando fala do carácter persuasivo que o *mythos* deve ter, está implicitamente a pensar no efeito que deve produzir sobre o recetor. Ricœur apoia-se nesta ideia da *Poética* e no conceito de aplicação de Gadamer para extrapolar o conceito de refiguração, que caracteriza a *mimesis* III. Com este conceito, Ricœur pretende precisamente defender a referencialidade extratextual da narrativa, contrariando teorias estruturalistas e semióticas do texto, mas também reforçar a ideia de que o *mythos*, ficcional ou histórico, mediante a uni-

versalização de determinadas situações particulares do mundo, afeta e inova o universo imaginário, pático e prático do leitor com a força do seu próprio universo imaginário. Assim, o dinamismo da *mimesis* não busca unicamente a literariedade do texto poético, mas também o efeito (pat)ético sobre o leitor. No fundo, o *mythos* só atinge o seu pleno sentido quando é devolvido ao tempo da ação efetiva e da paixão pela *mimesis* III. Esta visão pressupõe, necessariamente, uma estética da recepção, onde se faz sentir a eficácia da *epoche* ou suspensão de todo o real, operada obrigatoriamente pela *mimesis* II para abrir o espaço da ficção. É através desta estética da recepção que leitores, ouvintes, espetadores se podem converter em agentes diferentes e novos, mas sobretudo, que se pode cicatrizar o passado da vítima inocente. Dito isto, torna-se evidente que a atividade fundamental da mimese III é a leitura, pois assume um papel estratégico na atividade de refiguração, servindo de intermediária entre o mundo do texto e o mundo do leitor. A leitura permite a transição da mimese de nível II à mimese de nível III, assumindo-se como vetor fundamental da aptidão da intriga para modelar a experiência, porque retoma e conclui o processo de configuração. Através da leitura, a obra atinge a sua significação plena, é nela que o dinamismo da configuração termina o seu percurso. Não há ato configurante em ação no texto sem leitor que o acompanhe, do mesmo modo que sem leitor que se aproprie do texto não há mundo desdobrado diante do texto. Convém ainda lembrar que não somos menos leitores de história do que de romances. «Toute graphie, dont l'historiographie, relève d'une théorie élargie de la lecture» (Ricœur, *TR* III, 330).

O texto tucididiano não é exceção, também ele se dirige claramente a um público e conta com a leitura como instrumento de refiguração:

The involvement of the reader in the work is an essential part of its strategy and makes possible an alliance between the author and the reader. The reader becomes the voluntary participant in the creation of the work, its co-shaper and fellow craftsman. The tension between the attitude of the author and those of the audience thus never need turn to confrontation. Rather by witnessing and assessing the events and characters described by the author the readers are led to tune their own reactions to those of the text, and eventually to assimilate their attitudes to those of the author [Connor 1984: 18].

O tom impessoal e frio da narrativa tucididiana não chega para apagar a intencionalidade natural do texto para um recetor, pelo contrário, a ilusão de uma narrativa objetiva, imparcial, despojada e pouco preocupada com a estética da recepção pode considerar-se uma estratégia retórica muito eficaz de *katharsis*, porque quanto mais verosímil e objetivo for o que se escreve maior é a depu-

ração das emoções de temor e compaixão dos leitores. Para convencer e sensibilizar os seus leitores, Tucídides não recorre a sentenças explícitas ou a julgamentos morais diretos; para fazer os seus leitores reexperienciarem a guerra, serem arrastados para o meio dela, sem desviarem o olhar dos episódios mais desagradáveis ou reveladores, o historiador socorre-se de estratégias de composição desenvolvidas pelos antigos oradores, pelos retóricos e por Heródoto.

They are the familiar ones of author-based criticism – selection of episode and detail, choice of word and phrase, careful determinations of when to draw close to events and characters and depict them with fullness and vividness, and when to draw away and leave them vague or impressionistic. Selection, shaping, shading – all have their place in a proper assessment of Thucydides' work [Connor 1984: 16].

Romilly refletiu longamente sobre estas técnicas de composição, sobre a forma subtil e inteligente que Tucídides tem de comunicar com os seus leitores e de fazer passar a sua mensagem. A maneira como expõe os factos guia o leitor com autoridade para um mundo posto em ordem, repensado, recreado. Este mundo tem a enganadora aparência de objetividade, mas os mínimos detalhes aí presentes são reveladores de uma intenção ou pelo menos de uma reflexão, que é a do compositor. É por isso que não é fácil distinguir, como alguns fazem, a narrativa pura e as partes de interpretação. Estas últimas compreendem já, com os discursos, toda uma série de análises, de comentários, de digressões. O texto de Tucídides é estruturado em torno de uma série de fios condutores, um largo número de temas recorrentes iluminam e ligam o avanço da narrativa. Se olharmos de perto, apercebemo-nos de que não há uma parte da narrativa que não esteja organizada com vista à produção de um determinado efeito e ao realce de determinadas relações. A narração mais simples conduz diretamente às interpretações mais pessoais; mas, por outro lado, não podemos reconstruir a interpretação sem levar em conta cada palavra da narração. Como é que Tucídides faz isto? Em primeiro lugar, com grande subtileza estilística, carrega de significado cada detalhe para fazer passar a sua opinião. Depois, o facto de estas opiniões e teorias decorrerem dos próprios factos, e não serem expressamente ditas pelo historiador, aumenta o campo de possibilidades: elas podem entrecruzar-se, recobrir-se, combinar-se, segundo o autor leve mais longe a sua reflexão e a minúcia. Assim, compreende-se que, onde os factos são mais claros e minuciosos, escasseiam os comentários, onde são mais obscuros, os comentários pessoais ganham relevo. A elaboração torna o comentário supérfluo. E é um facto consensual que Tucídides tende a deixar o mais possível os factos falarem por si próprios. O historiador evita, na medida do possível, análises e explicações. E mesmo os capítulos de exposição metodológica falam

apenas de atos e palavras, não comentam figuras ou episódios históricos. O que ele faz mesmo é agenciar, pôr em cena atos e palavras. Daí que muitas vezes se tenha comparado a sua obra com a tragédia<sup>172</sup>.

Uma leitura atenta e profunda da sua *História* traz ao de cima uma série de ecos, de reminiscências, de contrastes, de sugestões, de relações semânticas e similitudes verbais, das quais se podem inferir interpretações precisas e complexas (Romilly 1956: 87). Mas não é fácil separar interpretação pessoal de facto, de tal modo historiador e história estão interligados. É sabido que os Gregos eram muito reservados na transmissão de opiniões pessoais; era típico da cultura grega dos séculos V e IV a transmissão de pensamentos próprios através da *mise en scène* de personagens em ação, tendência esta que deu origem, no século V, a um belíssimo corpo de tragédias, mas que se refletiu também na epopeia – muitas vezes alvo de declamações mais ou menos mimadas e expressivas – e até nos diálogos políticos, morais e filosóficos que, no século IV, ocuparam Xenofonte e Platão. A esta idiossincrasia alia-se o hábito sibilino, de que nos dá conta Romilly (1956: 89-10)], comparando os trabalhos de Ésquilo, Píndaro, Sófocles, Platão e Tucídides, de passar aos espetadores ou aos leitores informações suplementares através de uma data de recursos de composição e de disposições múltiplas como as já citadas similitudes verbais, mas também símbolos, paralelismos, contrastes, pausas, que só os espetadores ou leitores mais atentos e perspicazes conseguiam alcançar.

[...] il suffit de constater que non seulement chez un poète aristocratique comme Pindare, mais chez un dramaturge soucieux d'émouvoir la foule, et, qui plus est, chez un philosophe tout pénétré de clarté, on retrouve les mêmes subtilités de composition remplaçant l'exposé direct, le même appel à l'esprit du lecteur ou du spectateur, chargé de parvenir seul au sens profond [Romilly 1956: 102].

Tucídides situa-se dentro desta tradição que desenvolvera um gosto refinado pelos enigmas e cultivara, com esmero, o gosto pela subtileza e pela sugestão, sem com isso pôr em causa o rigor dos factos e a objetividade externa. Os autores impunham-se a si próprios a obrigação de encerrar nas suas obras sentidos que em lado nenhum eram explicitamente formulados. A subtileza do autor exigia a subtileza compreensiva do leitor para ascender à intenção

---

<sup>172</sup> «La tendance à représenter les faits par la mise en scène de personnages en train d'agir est la donnée même de la tragédie; or, la tragédie est bien pour les Grecs l'œuvre littéraire par excellence» (Romilly 1956: 89).

do autor. Tal não nos deve suscitar compaixão, pois os leitores e os espetadores Gregos estavam educados e bem treinados para este tipo de subtilezas:

Mais ces différentes conditions aboutissent toujours à un art également complexe et subtil, à une confiance également exigeante dans la perspicacité du lecteur. Et il faut bien en conclure que cette perspicacité existait, qu'il était naturel de compter avec elle et de ne pas tout dire, puisqu'elle était habituée à comprendre, même sans que l'on eût tout dit [Romilly 1956: 105].

De facto, não é à superfície que reside a mensagem do texto de Tucídides. É preciso mergulhar e descer até a um nível mais profundo. Romilly diz que é sob a enunciação reconhecidamente difícil e obscura de Tucídides que assenta a clareza, proveniente da nitidez com que organiza e do racionalismo com que elabora a matéria histórica. O significado histórico a extrair do seu texto é exatamente aquele a que alude e sugere. Ele é claro para quem sabe ler nas entrelinhas da sua obra<sup>173</sup>:

Dans la mesure où les Athéniens pratiquaient l'allusion et la suggestion, la signification historique devient, chez Thucydide, ce à quoi les faits, dans leur objectivité, font allusion, ce qu'ils suggèrent. Elle est, nettement visible à qui sait lire, la solution de leur énigme [Romilly 1956: 106].

Por conseguinte, Connor tenta, a partir das pistas deixadas pelo próprio texto de Tucídides, fazer deduções acerca do público-alvo da *História da Guerra do Peloponeso*. Conclui, com base nos primeiros capítulos do livro I, que o público a que se destinava a obra devia ser inteligente, bem-educado, sofisticado, cosmopolita, rico, permitindo-lhe qualificar o texto de Tucídides de elitista, em linha com os textos dos sofistas, da medicina hipocrática e de outros que surgiram durante este período apodado de “Iluminismo grego”<sup>174</sup>.

<sup>173</sup> Por exemplo, no relato da expedição a Siracusa, lê-se bem nas entrelinhas a ideia que Tucídides pretende transmitir sem o dizer diretamente: a Gylopo pertence o mérito da resistência e vitória dos siracusanos. «En fait, Thucydide n'a rien dit de ce genre; il n'a pas eu un mot, pas eu une remarque. Mais Plutarque ne s'est pas trompé: le jugement porté par l'historien se lit aussi clairement dans son récit que s'il l'y avait exprimé en son nom personnel; et l'objectivité de l'exposé lui confère même un caractère d'évidence encore plus affirmé» (Romilly 1956: 79).

<sup>174</sup> «Approaching the problem in this way we can speak at least in general terms about the audience envisioned by the *Histories*. Although the opening chapters, as we shall see, are special revealing, the work throughout evokes a fiercely intellectual readership, one that is intolerant of cliché and of all that is maudlin or old-fashioned. Its readers, then and now, must be exceptionally willing to struggle with a difficult style, to dispense with the story-

Dissemos que Tucídides se socorre de técnicas compositivas que eram prática comum de oradores. Não obstante, os oradores aplicavam estas técnicas em ocasiões muito próprias e com objetivos muito específicos: uma assembleia de voto, no tribunal, num festival ou em outro momento cerimonial. Em Tucídides esta prática é recorrente e mantém-se ao longo de todo o texto, independentemente de ocasiões ou do assunto, o que leva Connor a dizer que o objetivo de tal prática pode ser designado com uma expressão que colhe em Henry James e que, para nós, diz bem a função que Ricœur atribui à refiguração: “enlargement of experience”<sup>175</sup>. Nesse sentido, Tucídides procura algo mais do que buscavam a antiga oratória e a retórica: «The work thus demands something more than is to be found in ancient oratory or rhetoric» (Connor 1984: 16). O que ele procura, acredita Connor, é um maior envolvimento do leitor no texto – «a much greater involvement of the reader in the text» (ibid.). Mas o maior contraste com a antiga oratória reside no facto de Tucídides não emitir opiniões nem emitir juízos de valor, o que ajudou a criar a aura do historiador isento e objetivo, que escreve o passado tal como aconteceu, sem preconceitos ou julgamentos. Romilly mostrou-nos que, de facto, Tucídides é discreto, subtil e, aparentemente, menos subjetivo, mas nem por isso deixa de ser eficaz na transmissão de juízos pessoais. Connor corrobora esta opinião:

---

telling element, divine interventions and diverting excursions, to contemplate a radical reinterpretation of the past, to rethink old certainties. They are expected to be tough-minded and unsentimental in their approach to questions of conduct and value. If we cannot be sure of the exact geographical distribution and economic status of this audience, we can at least recognize that the work avoids addressing a mass readership or one that is restricted to the viewpoint of a single city. It leaves as little room for chauvinism as for sentimentality. Both in antiquity and today the readership of the Histories has been cosmopolitan, sophisticated, well-educated, and affluent. We can call this text “elitist” in a much stricter sense than we can apply that term to the Homeric poems, Greek tragedy, or indeed to almost any archaic or classical Greek poetry» (Connor 1984: 13). A originalidade do trabalho de Connor está, justamente, em analisar a obra de Tucídides concentrando-se não no autor mas nos leitores a quem a obra se dirigia. «If we wish to speak more systematically about the complexity of the work, we are forced to concentrate not on the author but on the work itself and on the responses it evokes from its readership» (ibid.: 12). A pesquisa não é feita a partir de informações externas sobre a comunidade leitora visada pela *História* de Tucídides, pois esse tipo de informação é muito escasso, mas antes a partir das pistas fornecidas pelo próprio texto.

<sup>175</sup> «The occasion for Thucydides’ work is not momentary or specific but recurrent in an undefined future (1.22.4); the subject is a twenty-seven-year war, and the audience not limited to one city or to one time, nor even, as it turns out, to one culture. Nor is his goal a vote, a verdict, a nod of approval or a burst of applause, but something much closer to Henry James’ “enlargement of experience”» (Connor 1984: 16).

If, for example, we study the account in the third book of the Athenian decision to spare Mytilene (3.36-50), the absence of explicit evaluation will not be confused with the avoidance of judgment or feeling. Thucydides does not in his own voice deplore the original Athenian decision to execute the citizenry. But he reports in great detail the reconsideration of the original decision when, on the following day, the Athenians came to feel that their resolution had been “savage and excessive” [1984: 17].

Além do mais, não há nada que nos convença tanto e mexa tanto com as nossas emoções como um relato pormenorizado, objetivo e imparcial de um acontecimento dramático. É ainda Connor que nos chama à atenção para o facto de o poder retórico de uma narrativa, seja ela uma história do Peloponeso ou uma peça jornalística sobre a guerra do Vietname, que prima pela objetividade, pelo apagamento e pela impessoalidade do narrador poder ter no leitor um impacto superior ao de uma outra com forte carga retórica e denunciados artificios sensacionalistas<sup>176</sup>. A citação de Meinecke (1970) que Connor transcreve e da qual também nós nos apropriamos não podia ser mais eloquente acerca do tipo de história que Tucídides escreveu.

The presentation and exposition of culturally important facts is utterly impossible without a lively sensitivity to the values they reveal. Although the historian may, in form, abstain from value judgments of his own, they are there between the lines, and act as such upon the reader. The effect, then, as in Ranke, for example, is often more profound and moving than if the evaluation were to appear directly in the guise of moralizing, and therefore it is even to be recommended as an artifice. The historian’s implicit value judgment arouses the reader’s own evaluating activity more strongly than one which is explicit [apud Connor 1984: 8].

---

<sup>176</sup> Crane, justamente, compara o sensacionalismo de Heródoto e a contenção emocional de Tucídides, que consegue transmitir *pathos* de forma sóbria, sem cair nos excessos retóricos que ele próprio condenou. «Thucydides reacted directly and forcefully against such emotionalism. He banishes the marvelous from his narrative. The adjectives *thaumasios* and *thaumastos* (which both mean “marvelous, amazing”) appear thirteen times in Herodotus, but only once in Thucydides. [...] Herodotus largely seeks to evoke, through the medium of language, the experience of wonderment that so many of his characters experience, as they dash from one part of the earth to another, gazing in fascination at the marvelous sights before them. Thucydides is, of course, not above playing to the emotions of his audience – many critics have remarked upon the pathos he elicits in his description of the Plague, of *stasis* of Corcyra, of the Athenian debacle at Sicily, and other less famous passages. But Thucydides shows fastidious, stylistic restraint in eliciting these affects. He eschews open sensationalism, and exploits minimalism to evoke strong emotions» (1996: 241).



Estas técnicas retóricas que o historiador tão delicadamente aplica na configuração narrativa tendo em vista o envolvimento do leitor e a transmissão de uma mensagem são o que nós designamos de ficção na representação histórica. Ao historiador cabe a missão de preencher o seu texto com a necessária e verídica intensidade moral e emocional; ao leitor cabe a tarefa de concluir o processo de configuração narrativa através da leitura, que leva a uma refiguração dessa intensidade moral e emocional que o autor implantou no texto. Assim, é na leitura que se conclui o envolvimento mútuo de história e ficção. E é, justamente, de uma teoria alargada da receção que parte Ricœur para as análises que consagra ao entrecruzamento de história e ficção. Se o historiador põe tanto cuidado e esforço na construção da sua narrativa, tendo em vista a leitura, é porque quer que o seu leitor *veja como* ele, que acredite e se sinta emocionalmente afetado pelo que diz. Mas para isso não basta dizer, é preciso mostrar, é forçoso *fazer ver*.

### 3.2. “Ver-como” trágico

Ao nível da refiguração, que é o que agora nos interessa, a história pede ajuda à ficção para dois fins: para “ver-como” e para “fazer ver”. A primeira modalidade diz respeito aos traços do imaginário que recorrem diretamente à função metafórica do “ver-como”. A segunda diz respeito à vividez imagética que o historiador deve conferir a acontecimentos únicos na história da humanidade e que urge não esquecer. Em ambos os casos trata-se de conferir ao enfoque do passado (“visée du passé”) um preenchimento quase intuitivo. Porque estas duas modalidades estão bem presentes em Tucídides, impõe-se a sua explicitação.

A primeira modalidade tem a vantagem de ter, implicitamente, Tucídides como um exemplo ilustrativo nas palavras de Ricœur. A partir do momento em que se admite que a escrita da história não se acrescenta extrinsecamente ao conhecimento histórico, mas forma um só corpo com ele, podemos admitir que a história *imita* na sua escrita os tipos de composição narrativa herdados da tradição literária. É isso que propõe Hayden White, quando toma de Northrop Frye as categorias literárias do trágico, do cómico, do romanesco e do satírico e as emparelha com os tropos da tradição retórica. Estes subsídios que a história pede à literatura não se destinam apenas à configuração ou à construção da intriga, servem também para a função representativa da imaginação histórica: «[...] nous apprenons à voir *comme* tragique, *comme* comique, etc., tel enchaînement d'événements» – diz Ricœur (*TR* III, 337). Daí que muitas obras his-

tóricas, entre elas a de Tucídides, hoje claramente ultrapassadas em termos científicos e documentais, mantenham a perenidade pela forma como a sua arte poética e retórica se ajusta à sua maneira própria de *ver* o passado. Não admira, pois, que se possa apreciar uma mesma obra como um grande livro de história e como um admirável romance. E o que é mais espantoso – observa Ricœur – é que a introdução da ficção não enfraquece o projeto de representância, pelo contrário ajuda a concretizá-lo<sup>177</sup>. Logo, todos aqueles que criticam Tucídides por apresentar uma história de pendor e forma trágica (Cornford, Parry, Loraux) apontam ao alvo errado<sup>178</sup>. Todos os historiadores conformam as suas histórias a uma determinada forma literária que está mais de acordo com a maneira como veem os acontecimentos que investigam. A *História da Guerra do Peloponeso* lembra-nos uma tragédia porque foi assim que Tucídides a viu e quis que nós, os leitores, a víssemos. E isso não põe em causa a objetividade e a verdade da sua exposição, antes dá relevo ao que deve ser relevado: a violência, o sofrimento, a ironia trágica, a desordem moral e social causada pela guerra.

Entre les procédés “tragiques” de Thucydide et son objectivité historique, il y a plus qu’une coïncidence et plus même qu’une cohésion intime: il y a, si l’on peut dire, un lien de cause à effet. Le désir de se retirer de son histoire, d’en être seulement l’ordonnateur, de laisser parler les faits avec une rigueur toute scientifique, – ce désir exigeait de Thucydide le recours à de tels procédés. Ses jugements, ses opinions, ses théories ont pénétré tout le récit, mais parce que Thucydide n’a pas douté qu’ils fussent inscrits dans les faits, et n’a pas admis de les dire si on ne devait les y voir [Romilly 1956: 86-87].

Hornblower oferece-nos uma excelente sinopse dos traços trágicos e das ressonâncias de outras tragédias no episódio de Siracusa. Vale a pena transcrever o passo na íntegra.

<sup>177</sup> «L’étonnant est que cet entrelacement de la fiction à l’histoire n’affaiblit pas le projet de représentance de cette dernière, mais contribue à l’accomplir» (Ricœur, *TR* III, 337).

<sup>178</sup> «F. M. Cornford avait eu le mérite de signaler avec force les traits qu’apparentent l’histoire de Thucydide à la tragédie, et la distingue des autres; mais cela l’avait amené à oublier que ce trait peut s’allier avec l’exactitude et le souci du vrai. Lamb, Finley, Gomme ont été de ceux qui ont pris soin de le rappeler. Le premier est ainsi amené à parler d’une histoire artistique pouvant transmettre la vérité de façon aussi sûre qu’une proposition d’Euclide; et, tout récemment, A. W. Gomme, après avoir parlé d’union entre la science et l’art, pense qu’il s’agit, avec Thucydide, non pas d’une union à proprement parler, mais de deux aspects d’une même réalité» (Romilly 1956: 86).

That tone of gloom is kept up for most of the two books; they end with the solemn claim that Sicily was the greatest *ergon* of the war, and that the Athenian defeat was total [...]. Every conceivable tragic device is used to bring out the depth of suffering and the magnitude of the reversal. In particular, the splendor and arrogance of Athenian resources and aims, at the beginning of Book vi, is brought out by vague superlatives rather than by the precise enumeration of detail which is Thucydides' more normal method. This is the method of grand tragedy (Oedipus is the 'famous Oedipus', Agamemnon is 'king and conqueror'); the Athenian force in Sicily, like Oedipus and Agamemnon, will be brought down in the end, and the fall will be described in matching superlatives of suffering, in language which specifically suggests the destruction of Troy. Thucydides draws on the full range of emotional devices, including pathetic or tragic *akribeia*, and a very Euripidean portrayal of the effects of the battle on spectators. Aeschylus' *Persai* is verbally echoed at a couple of points. I have suggested elsewhere that is because Thucydides' whole approach to the Sicilian disaster is essentially literary and tragic that he has exaggerated its actual importance for effect [1987: 148].

A *História* de Tucídides não entra naquela categoria de histórias que ficará conhecida como história trágica e que tem em Políbio um iniciador, histórias marcada e exacerbadamente trágicas, em que a ciência e a objetividade são claramente sacrificadas no altar da ficção e da arte. No entanto, Tucídides, tal como historiadores mais fidedignos da estirpe de Ranke ou Michelet, não pôde evitar ler os acontecimentos da guerra com as lentes que a cultura literária do seu tempo lhe forneceu. De facto, é difícil ler a *História da Guerra do Peloponeso* sem sentirmos que estamos a ler a tragédia de Atenas:

And yet it is hard to read the History of the Peloponnesian War without feeling that one is reading the Tragedy of Athens. If the book is history, it is certainly also literature; one can hardly deny that in some sense Kleon and Alkibiades embody the arrogant delusion of their city; and the defeat of Athens, when it comes, has the inevitability of tragedy [Wallace 1964: 256].

Fazendo agora a ligação com o tema da refiguração ou da *mimesis* III, diremos que o efeito ficcional do “ver-como” não depende apenas da configuração, cabe ao leitor, mediante a sua cultura literária, identificar e dar pleno seguimento à estratégia retórica do historiador. Somos nós, leitores de Tucídides, que lemos a sua obra *como* se uma tragédia fosse e, fazendo-o, aderimos ao pacto de leitura resultante do acordo cúmplice entre a voz narrativa e o leitor implicado, em virtude do qual o leitor adere à ilusão e suspende a sua

descrença. O leitor concede ao historiador o direito exorbitante de conhecer as almas. Ricœur comenta, a propósito, que cobertos por este direito, os historiadores antigos colocavam na boca dos seus heróis discursos inventados, que os documentos não comprovavam mas tornavam plausíveis, e é aqui que Tucídides entra claramente como exemplo, ainda que não nomeado de forma explícita. Ricœur acrescenta que estas incursões fantasiosas estão vedadas aos historiadores modernos, mas eles não fazem um apelo menor, sob formas mais subtis, ao génio romanesco, quando se esforçam por reconstituir ou repensar um determinado cálculo de fins e de meios. Com esse fim, o historiador não se abstém de “pintar” a cena, de fornecer um fio de raciocínio e de lhe conferir a vivacidade de um discurso interior. No fundo, opera da mesma forma que Tucídides, apenas tem ao seu dispor um conjunto de provas e meios que tornam o seu “romance” mais fiável e científico do que a *História da Guerra do Peloponeso*. Ademais, esta maneira de pintar a cena ou de dar vivacidade a uma situação ou a um discurso, como forma de obter um efeito discursivo, já era mencionada por Aristóteles na *Retórica*. A elocução ou a “dictio” tem a virtude de “pôr sob os olhos” e assim de “fazer ver”. Com esta deixa passamos à segunda modalidade ficcional da refiguração histórica, ou seja, passamos do “ver-come” para o “fazer ver”.

### 3.3. “Fazer ver” o passado

“Fazer ver” era a qualidade mais importante do *histor* na Grécia antiga. Lembramos o que dissemos acima: mais do que ter visto o *histor* devia “fazer ver”<sup>179</sup>. É esta qualidade que Hartog denomina “evidência da história” –

Rappeler ces premiers partages, c’est rouvrir la question des relations entre voir et savoir, telles que le grec, comme nous l’avons vu, les a nouées, puis affronter celle du faire voir, du montrer et du persuader, c’est-à-dire entrer dans le dossier, jamais refermé depuis Aristote, du récit historique et de la *mimésis*, du récit comme imitation de ce qui s’est passé, comme exposé ou comme *poiésis*. Retomber donc en plein sur l’évidence de l’histoire [itálico nosso] [2005: 237].

<sup>179</sup> «Être témoin n’a jamais été ni une condition suffisante ni même une condition nécessaire pour être historien. Mais cela, Thucydide déjà, nous l’avait appris. L’autopsie elle-même devait passer par le filtre préalable de la critique. Si l’on se déplace maintenant de l’historien vers son récit, la question devient: comment raconter comme si je l’avais vu (pour le faire voir au lecteur) ce que je n’ai pas vu et ne pouvais pas voir?» (Hartog 2005: 236).

– Aristóteles institui como efeito retórico da *dictio* e Ricœur estabelece como elemento fulcral da representação histórica, sobretudo, em se tratando de acontecimentos que demandam admiração ou execração. É esta característica que encontramos magnificamente trabalhada na obra de Tucídides, da qual extrairemos uma série de estratégias e de exemplos. Antes, recuperamos a tese que Ricœur aborda levemente em *Temps et récit* III e desenvolve demoradamente em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

O filósofo francês crê que, mais do que qualquer outra, a história do sofrimento e do horror grita por justiça e apela para a narração. Há acontecimentos, como Auschwitz, que são únicos na história da humanidade e aos quais o historiador deve conferir vividez imagética para que não fiquem esquecidos. Cabe ao imaginário de representância “pintar”, “colocando diante dos olhos”, esses acontecimentos horríveis, configurando a narrativa das vítimas, preservando a memória do sofrimento. A historiografia pode ser sem memória, quando a simples curiosidade a anima; com o auxílio da ficção ao serviço do inesquecível, a historiografia iguala-se à memória, na medida em que produz uma imagem do passado. Acontecimentos que geram numa comunidade intensos sentimentos éticos, seja de comemoração fervorosa seja de execração, não podem ser objeto de uma neutralização ética, com base no argumento técnico de que o historiador se deve distanciar do objeto para melhor o compreender e explicar. Obviamente, tal não implica abdicar da regra da imparcialidade e da objetividade, apenas que se tenha em conta o princípio ético. O valor da ficção, neste caso específico, reside no seu poder de quase-intuição, na criação da “ilusão da presença”, *ilusão controlada* pela distância crítica. Esta ilusão não tem como função agradar ou distrair, antes, estar ao serviço da individuação do unicamente único, efeito do horror ou da admiração:

L'individuation par l'horrible, à laquelle nous sommes plus particulièrement attentifs, resterait aveugle en tant que sentiment, aussi élevé et profond soit-il, sans la quasi-intuitivité de la fiction. La fiction donne au narrateur horrifié des yeux. Des yeux pour voir et pour pleurer [Ricœur, *TR* III, 341].

O que Ricœur diz, e nós vemos acontecer em Tucídides, é que, fundindo-se com a história, a ficção fá-la remontar à sua origem comum na *epopeia*. O que a *epopeia* tinha feito no domínio do admirável e do grandioso, transmitindo e preservando a glória efêmera dos heróis, a legenda das vítimas – como uma espécie de *epopeia* negativa que preserva a memória do sofrimento – fá-lo no domínio do horrível. É, precisamente, este esforço que encontramos em Tucídides e que leva o próprio Ricœur a admitir um ponto de contacto entre o aedo

e o *histor*<sup>180</sup>. Por muito que recuse engrandecer os feitos que narra com um tipo de ficção ilegítima, *to mythodes*, o historiador ateniense não evita o recurso a um outro tipo de ficção legítima, a retórica, para acentuar e engrandecer o penhor trágico-pessimista que se reconhece na sua obra e fazem dela uma epopeia negativa da guerra. Tucídides mostra-se particularmente impressionado pelas reviravoltas da guerra, pelo caráter dramático de um conflito que devia terminar com a aniquilação de um dos adversários, mas que até ao fim reservará surpresas. Impressiona-o a sucessão ininterrupta de acontecimentos violentos causados pelo antagonismo das duas potências em conflito, a destruição das cidades, a escravização das mulheres e das crianças e a execução dos homens, as revoluções que sucedem os golpes de estado, a dispersão e o esboroamento das famílias, os assassinos que passam por heróis e os imprudentes aventureiros que são tidos por chefes audaciosos. A guerra provoca uma total inversão dos valores conhecidos: as paixões vencem e o patriotismo que suscitou o combate não resiste à loucura dos assassinatos e da violência. São muitos os passos que poderíamos citar, tantas são as referências às crueldades e perversões da guerra, mas em nenhum outro ponto da sua obra Tucídides se detém tão longamente nas censuras e na reprovação dos esquemas e consequências da guerra (neste caso a guerra civil, *stasis*, na Corcira) como em III. 81-84. Transcrevemos apenas um curto excerto.

A maior parte dos suplicantes, todos os que não se tinham deixado convencer, ao ver o sucedido, mataram-se uns aos outros, ali, no templo; alguns enforcaram-se em árvores e outros suicidaram-se como puderam. Durante os sete dias que permaneceu Eurimedonte, desde a sua chegada com os sessenta navios, os Corcireus assassinaram quem lhes parecia ser seus inimigos, sob a acusação de quererem derrubar a democracia, mas alguns morreram vítimas de ódios pessoais e outros, que tinham contraído empréstimos de dinheiro, morreram às mãos daqueles a quem deviam; houve todo o género de mortes e, tal como costuma acontecer em tais circunstâncias, não se recuou diante de nada, pior ainda. O pai matava o seu

---

<sup>180</sup> Numa nota de rodapé, onde discute as diferenças entre o *aedo* e o *histor*, Ricœur sustenta que Heródoto, ao eleger como tema principal das suas *Histórias* a preservação do *kleos* (renome) dos Gregos e Bárbaros e Tucídides a grandeza da guerra do Peloponeso, a maior de todas as guerras, aproximam-se ambos do aedo que compõe epopeias. Apenas as epopeias dos historiadores são manifestos contra o esquecimento e contra o elogio, são epopeias da reprovação. «On ne saurait toutefois parler d'une franche et définitive coupure entre l'aède et l'historien, ou, comme on dira plus loin, entre l'oralité et l'écriture. La lutte contre l'oubli et la culture de l'éloge, face à la violence de l'histoire, sur fond de tragédie, mobilisent toutes les énergies de la diction» (Ricœur, *MHO*, 173, nota 5).

filho e os suplicantes eram arrancados dos santuários ou eram mortos aí mesmo, alguns, inclusivamente, morreram emparedados no santuário de Dionísio. Tal foi, com efeito, o grau de crueldade que atingiu a guerra civil, e ainda o pareceu mais porque esta foi a primeira [...]. Abateram-se muitos males sobre as cidades durante a guerra civil, males que acontecem e sempre acontecerão enquanto a natureza dos homens for esta, piores ou mais brandos e cambiando de forma consoante as mudanças que ocorram em cada circunstância. Na verdade, em tempos de paz e de prosperidade as cidades e os indivíduos têm melhores pensamentos por não terem de enfrentar necessidades forçadas; a guerra, que suprime o bem-estar quotidiano, torna-se um professor violento e acomoda às circunstâncias os sentimentos da maioria [III. 81. 3 – 82. 2].

Não é só o destino da Grécia que se encontra revelado na narração de Tucídides, é também a própria essência da guerra e da violência coletiva: mesmo sem intenção o historiador faz-se moralista (Châtelet 1962: 201-202). Tucídides não abdica da regra da imparcialidade e não deixa de perseguir a objetividade, mas também não fica impávido e sereno perante os horrores da guerra, por isso, empenha-se em transmitir com realismo figurativo e vividez imagética os factos. Imagem e vividez (*enargeia*) são aqui palavras-chave, mas antes de expormos a forma como Tucídides confere visibilidade ao seu relato, retomemos de novo as considerações de Ricœur, desta feita já não sob o título de “ficcionalização do discurso histórico” mas sob o de legibilidade e visibilidade. A incidência sobre o caráter imagético de qualquer representação literária, que é herdeira da própria iconicidade da memória, produz um entrecruzamento da legibilidade com a visibilidade.

Com a ajuda das reflexões de Louis Marin, Ricœur expõe em *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (pp. 339-358) a sua tese sobre os privilégios retóricos da imagem no momento mais específico da representação histórica. O pretexto continua a ser o mesmo de *Temps et Récit*, mas desta feita de forma mais contundente e com um novo desafio pela frente. De facto, a problemática relação entre história e ficção continua a ser suscitada por questões inerentes à representação em discurso histórico da *Shoah*, mas desta vez põe-se em relevo a dificuldade de encontrar uma forma literária capaz de representar, exibindo, a monstruosidade indizível e quase irrepresentável testemunhada pelos sobreviventes do horror nazi; ligado a esta questão vem o problema do negacionismo, para o qual pode contribuir uma forma post-modernista (Hayden White e Roland Barthes são simultaneamente criticados e louvados por Ricœur) de pensar a operação historiográfica.

As questões com que se debatem os historiadores contemporâneos (a propósito da Segunda Guerra Mundial) terão passado, provavelmente, pela cabeça

de Tucídides ao confrontar-se com os testemunhos dramáticos dos sobreviventes da guerra do Peloponeso: como representar experiências de vida que extravasam os limites da compreensão narrativa? Até onde pode ir a representação histórica sem deslizar para o campo ilimitado da ficção? Até onde pode ir o historiador para transmitir uma imagem suficientemente ilustrativa e convincente e, ao mesmo tempo, fiel ou fidedigna do horror? Estas questões, como é óbvio, tocam diretamente o âmago da problemática maior do nosso estudo, a fronteira entre história e ficção. Em que medida a história precisa da ficção para fazer justiça às vítimas da guerra, mantendo a sua função crítica? Tucídides não tinha, no seu tempo, um Hayden White ou um Roland Barthes, mas tinha um Górgias e um Protágoras, que, pondo a tónica no efeito retórico da linguagem, defendiam o mesmo tipo de ideias dos post-modernistas: basicamente, tudo é relativo e a linguagem mais do que tudo. O *Encómio de Helena* de Górgias é bastante explícito: porque entre linguagem e realidade existe uma relação puramente arbitrária, a linguagem está à mercê dos retóricos para criar imagens ilusórias da realidade e para persuadir alguém do que quer que seja. Eurípides explorará de forma brilhante esta tese de Górgias na sua tragédia *Helena*. A principal vítima destas teorias é a verdade. Se a linguagem é um mero exercício retórico e arbitrário, não é possível conhecer a verdade. Górgias e Protágoras são os responsáveis pelo total descrédito da linguagem para dizer a verdade com objetividade. A linguagem não passa de um instrumento retórico de diversão e convencimento, sem qualquer relação com a realidade que procura transmitir. É muito provável que a metodologia cuidadosamente estabelecida por Tucídides; os comentários que vai tecendo em nome próprio, ou pela boca de outros (veja-se a oração fúnebre proferida por Péricles (Tucídides: II. 41. 3-4))<sup>181</sup>, contra os que têm da linguagem uma visão eminentemente retórica e enganadora; a constante defesa da verdade e da objetividade tenham como intenção contradizer as teorias de Górgias e dos sofistas<sup>182</sup>. Assim, muitos dos

---

<sup>181</sup> A mensagem fundamental da crítica de Péricles é a de que o poder ateniense não é uma miragem linguística, é real. «Athenian power is not a linguistic mirage. Rather, Thucydidean language provides us with a clearer picture of what actually happened. Thucydides' *History* is not an end in itself, but a lens through which we may more clearly study the facts» (Crane 1996: 210-211).

<sup>182</sup> «[...] Gorgias was a somewhat older contemporary of Thucydides, and his flashy new rhetoric made a sensation when he visited Athens on an embassy in 427. Smooth, often vapid, sentences characterize the surviving fragments of Gorgias' prose. Thucydides' language, twisted, defiantly idiosyncratic, and often nearly incomprehensible, at once imitated and rejected Gorgias' brilliant, but superficial, style. The *Praise of Helen*, Gorgias' most famous



investimentos intelectuais de Ricœur têm como alvo o estruturalismo (que vê a linguagem numa relação fechada de significado-significante, desgarrada da referência do mundo) e o relativismo narrativista (que despromove completamente a narrativa histórica como instrumento científico e credível para dar conta do passado). Auschwitz, e antes Corcira, Melos e Plateias não são efeitos de linguagem, foram acontecimentos reais. O discurso histórico tem sempre um acontecimento real por referente último, ainda que necessariamente ele venha mediado pela memória do documento ou da testemunha. Acontecimento e facto nunca coincidem, mas por trás de um facto testemunhado ou documentado há um acontecimento real.

Não obstante, nem Tucídides nem Ricœur atiram fora o bebé com a água do banho. Nenhum dos dois é destrutivo e sempre procuram razões válidas e ideias recicláveis nas teorias que tentam refutar. É assim que podem ambos afastar da história crítica os abusos da retórica e da ficção (*to mythodes*) (relembre-se que Tucídides rejeita os excessos retóricos de poetas, oradores e logógrafos, construindo uma retórica da austeridade<sup>183</sup>, e Ricœur denuncia as insuficiências do *linguistic turn*), abrindo uma fronteira clara entre história e ficção, mas não rejeitam por completo a entrada da retórica ficcional na história; pelo contrário, descobrem-lhes virtudes excepcionais para conferir visibilidade ao passado, de modo a convencer o leitor e aproximá-lo da *res gestae*. Esta atitude é extremamente sensata. Ninguém os levaria a sério ou daria crédito intelectual aos seus trabalhos se pura e simplesmente defendessem uma narrativa histórica totalmente isenta de recursos estilísticos e artifícios retóricos. Isso não existe, toda a narrativa ficcional ou histórica é retórica, a diferença está em que o texto histórico está sujeito ao controlo crítico, proveniente do imperativo documental. Está completamente fora de questão um enunciado meramente factual, desnarrativizado, um acumular de datas, nomes e número. Não há lista ou crónica capaz de fazer justiça às vítimas de uma guerra, é preciso narrar as suas histórias, dando-as a ver.

---

surviving work, is a classic epideictic composition: the orator defends an untenable position (praise of the adulterous Helen) to demonstrate that “language” (*logos*) is more powerful than “reality” (*ergon*). Gorgias, in fact, champions the very practice that Thucydides condemns, for it is Thucydides who insists that language simply represents the *erga*, the real facts of the case» (Crane 1996: 218).

<sup>183</sup> «[Thucydides] develops a revolutionary new rhetoric of authority, one that rejects the claims of poets and orators alike, while setting the stage for tremendously successful boasts of later scientific discourse. Where previous authors had insisted upon the charm and emotional power of their work, Thucydides rejects the paradigm of language as enchantment, constructing instead a self-denying rhetoric of austerity» (Crane 1996: 215).

Ricœur assenta as suas reflexões na intercessão entre legibilidade e visibilidade ao nível da receção do texto literário. É neste ponto em concreto que faz mais sentido falar de ficção histórica ou ficção científica a propósito de história. Uma narrativa histórica é uma tapeçaria, tem quadro e sequência, imagem e história ou ainda descrição e narração. Ricœur afirma que «a narrativa dá a compreender e a ver» – «De fait, le récit donne à comprendre et à voir» (MHO, 341). Contudo, a visibilidade não provém só deste entrecruzamento da faceta mais imagética com a sequencial, por outras palavras, a simbiose entre visibilidade e legibilidade não se resume à descrição de uma situação, de uma paisagem, de uma batalha, de lugares, de uma figura, de um comportamento ou de um caráter. Em qualquer situação a narrativa coloca-nos algo diante dos olhos, dá a ver. Assim o defendia Aristóteles quando, na *Retórica* (III. 10, 1410b 33), apontava como uma das virtudes da *lexis* o “pôr diante dos olhos”. Esta capacidade surge aliada à marca distintiva da retórica, a capacidade de persuadir, que por sua vez está na origem de todos os prestígios que a imaginação pode retirar da visibilidade produzida pelas figuras de estilo. A própria legibilidade só por si produz visibilidade, na medida em que *a narrativa dá a ler*, põe sob os olhos, para nos persuadir e tornar mais convincente ou verosímil o que transmite. Os prestígios da imagem descritos por Louis Marin ajudam Ricœur a desenvolver a ideia que lhe surgira já em *Temps et Récit*, a propósito da ficcionalização da história, de que os prestígios retóricos da imagem servem para criar uma ilusão controlada de presença daqueles acontecimentos unicamente únicos que despertam numa comunidade intensos sentimentos éticos, seja de comemoração fervorosa seja de execração. A força (de)monstrativa do ícone é posta ao serviço da historiografia e, através dela, do acontecimento que narra. Em todo o caso, esta imagem nunca é uma cópia do acontecimento, só a memória pode produzir cópias do acontecimento, mas a memória arquivada sofre um distanciamento crítico que impede uma recuperação exata do original. Apesar de tudo, através do ter-sido do passado, a intencionalidade histórica, sob a modalidade de representância ou reconstrução narrativa, visa o que realmente aconteceu e capta-o, com ajuda da imaginação e dos tropos da tradição literária, tal *como* aconteceu.

### 3.3.1. A vividez do discurso de Tucídides: *enargeia* e *ekphrasis*

Marin demonstra como os exímios escritores de Port Royal exploravam os prestígios da imagem textual para glorificar o poder monárquico e amplificar o retrato do rei (*Le portrait du roi*). Eles não elogiavam de forma direta a gran-

deza do rei nem o glorificavam abertamente, apenas sugeriam, através de factos que narravam; no fundo, louvavam sem louvar<sup>184</sup>. Preparavam o texto para que o leitor, sob a conduta hábil da narrativa, retirasse as suas conclusões. Não é isto que Tucídides faz, por exemplo, com Péricles ou com Gylipo? Não vimos atrás como é próprio de Tucídides usar de subtileza e estabelecer uma via de comunicação com os seus leitores assente na sugestão e na alusão? Tal como nos escritores de Port Royal, o panegírico de Tucídides é dissimulado, é da boca do leitor que ele deve sair abertamente. Marin constata que este efeito dissimulado de louvor é conseguido pela mobilização de vários recursos retóricos como a abreviação dos feitos, a lítotes, a pintura dos atores e das cenas, e todos os simulacros de presença suscetíveis de suscitar o prazer de ler. A hipotipose narrativa, ou seja, a descrição entusiástica e tocante, é o recurso retórico que mais do que qualquer outro contribui para este efeito de dar visibilidade a uma pessoa, acontecimento ou situação. São as mesmas estratégias retóricas que Tucídides tão profusamente utiliza para enaltecer uns e reprovar ou censurar outros – como, por exemplo, Alcibiades, Cléon ou o comportamento de Atenienses e Espartanos em vários contextos de guerra. Relembramos que Ricœur propõe que em lugar do elogio se possa colocar o seu oposto, a reprovação (“blâme”), já que é de reprovação que se trata quando falamos do holocausto nazi ou, neste caso, da guerra do Peloponeso<sup>185</sup>. Elucidativas e providenciais são as suas palavras, já citadas anteriormente, onde a propósito justamente de Heródoto e Tucídides afirma que, face à violência da história, o *histor* se deve aproximar do aedo e mobilizar todas as energias da dicção (da *dictio* ou *lexis* de que fala Aristóteles) para lutar contra o esquecimento e a cultura do elogio: «La lutte contre l’oubli et la culture de l’éloge, face à la violence de l’histoire, sur fond de tragédie, mobilisent toutes les énergies de la diction» (Ricœur, *MHO*, 173, nota 5).

Os historiadores antigos, a começar pelos considerados pais da história – Heródoto e Tucídides – à falta de instrumentos e hábitos de análise crítica, indispensáveis na oficina do historiador moderno, como sejam, por exemplo, as provas documentais, primárias e secundárias, tinham por hábito conferir assertividade e autoridade às suas narrativas históricas insuflando-lhes vividez pictó-

---

<sup>184</sup> «Il faut louer le Roi partout, mais pour ainsi dire sans louange, par un récit de tout ce qu’on lui a vu faire dire et penser...» (Marin 1981: 59).

<sup>185</sup> «N’est-ce pas le blâme extrême, sous la litote de l’inacceptable, qui a frappé d’infamie la “solution finale” et suscité plus haut nos réflexions “aux limites de la représentation”?» (Ricœur, *MHO*, 358).

rica, de modo a gerar impacto emocional e visual na mente dos ouvintes ou leitores. Este processo é frequentemente mencionado nos antigos manuais de retórica sob a designação de *enargeia*, sendo esta a alma da *ekphrasis*, e era comum não só entre historiadores como entre poetas e oradores. É da epopeia homérica que nos vêm os exemplos mais antigos. Ora, no caso da historiografia, longe de minar a confiança do leitor, a *enargeia* contribuía para aumentar a credibilidade do relato, na medida em que aproximava a observação indireta do leitor da observação direta (*autopsia*) do historiador ou da testemunha. Tucídides, como veremos a seguir, era citado como o mais exímio cultor deste artifício retórico.

Com o advento da historiografia moderna, também dita científica, a *enargeia*, enquanto estratégia retórico-ficcional que tinha feito as delícias de sucessivas gerações de historiadores até ao século XIX, é categoricamente repudiada como atentatória da objetividade e seriedade do trabalho do historiador. Nas últimas décadas, porém, o conceito de *enargeia* tem aparecido, sobretudo, em abordagens de teor literário e filológico<sup>186</sup>. Já o conceito de *ekphrasis*, pelo facto de ser uma técnica extensiva a todos os géneros literários e não conotado, especificamente, com a história, teve melhor sorte, nunca caiu em desuso. Sofreu, sim, uma mutação restritiva: deixou de ser uma descrição que colocava, com vividez (*enargeia*) imagética, sob os olhos do espetador ou leitor o objeto, qualquer que fosse, ou ação, e passou a significar, de forma limitada, uma descrição poética de uma obra de arte escultórica ou pictórica. Ainda assim, *ekphrasis* é tema que tem despertado, nos últimos anos, uma atenção revigorada nos Estudos Literários e nos Estudos Clássicos<sup>187</sup>.

---

<sup>186</sup> Zanker (1981): “Enargeia in the Ancient Criticism of Poetry”; Calame (1991): “Quand dire c’est faire voir: l’évidence dans la rhétorique antique”; Walker (1993): “Enargeia and the Spectator in Greek Historiography”; Kemman (1996): “Evidentia”; Ginzburg (1989): “Montrer et citer: la vérité de l’histoire”; Zangara (2007): *Voir l’histoire. Théories anciennes du récit historique, IIe siècle avant J.-C. – IIe siècle après J.-C.*

<sup>187</sup> O assunto tem sido alvo de múltiplas e amplas abordagens, sendo extremamente difícil concentrar aqui uma lista bibliográfica substantiva. Em todo o caso, pondo de parte a área mais vasta dos Estudos Literários, deixamos aqui nota de alguns dos mais significativos trabalhos que têm vindo a lume na área dos Estudos Clássicos. Em janeiro de 2007, a revista *Classical Philology* dedica um número inteiro ao tema da *ekphrasis*, abrindo com o importante artigo de Simon Goldhill, “What is ekphrasis for?”. O mesmo autor foi coeditor, com Robin Osborne, em 1994, da obra *Art and Text in Ancient Greek Culture*, que consagra vários artigos ao tema, sendo um deles o de Froma Zeitlin, ‘The artful eye: vision, ekphrasis and spectacle in Euripidean theatre’. Em 2002, surge o trabalho de Tim Whirthmarsh, ‘Written on

Há historiadores e pensadores da envergadura de C. Ginzburg (1999), C. Calame (2007), Jacques Rancière (1992), A. Prost<sup>188</sup> e mesmo mais insuspeitos, F. Braudel<sup>189</sup> e C. Seignobos<sup>190</sup>, que, sem invocarem diretamente os termos específicos de *ekphrasis* ou *enargeia*, não se inibem de dizer que a história deve mostrar, deve “fazer ver”, deve evidenciar. Conscientes de que a história possui uma dimensão narrativa inalienável, estes reconhecem-lhe o potencial descritivo que torna os acontecimentos do passado visíveis para a mente. No entanto, ninguém, nas últimas décadas, foi mais consistente, sistemático e convincente no tratamento da faceta visível da narrativa historiográfica do que Paul Ricœur. A propósito de questões éticas, o filósofo francês reflete sobre processos de representação histórica que no contexto da Historiografia e Retórica Clássicas eram identificáveis como *ekphrasis* e *enargeia* e que Tucídides soube aplicar como ninguém na sua *História da Guerra do Peloponeso*. Veremos, neste capítulo, como uma epistemologia histórica para o século XXI, uma epistemologia que supera e concilia as duas posições extremas que se digladiaram

---

the body: ekphrasis, perception and deception in Heliodorus’ Aethiopica’, inserido numa coletânea de textos consagrados à relação entre o verbal e o visual: Jaś Elsner (ed.), *The Verbal and the Visual: Cultures of Ekphrasis in Antiquity*. Todavia, a autora que, a nosso ver, mais passos tem dado dentro deste campo é Ruth Webb, que em 2009 publica *Ekphrasis, imagination and persuasion in ancient rhetorical theory and practice*, sendo que esta publicação é antecedida de uma série significativa de trabalhos, publicados em revistas, compilações e atas, em torno da mesma temática.

<sup>188</sup> Prost (2006) é um dos que destaca a importância da visibilidade literária do texto historiográfico, dizendo que o historiador deve procurar que o leitor consiga representar mentalmente aquilo que diz. Como? “Fazendo apelo à sua imaginação e não somente à sua razão” (273).

<sup>189</sup> Rancière (1992: 25-54) oferece-nos um bom exemplo de como os historiadores contemporâneos não podem evitar apelar à imaginação do seu leitor. Basta lembrar o capítulo que dedica à análise da morte do rei Filipe II, narrada por Braudel no capítulo final do *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*...Aí, constata Rancière, Braudel pega no leitor pela mão, fã-lo entrar no escritório do rei e fã-lo sentar-se na sua cadeira, para depois lhe mostrar pormenores íntimos, como a escrita do monarca.

<sup>190</sup> Já em finais do século XIX, Charles Seignobos chamava a atenção para a necessidade de ultrapassar o caráter abstrato e por vezes vazio de sentido, para a maioria dos leitores, dos conceitos empregues pelos historiadores. Dizia ele que o que é preciso é dar vida imagética ao texto, permitindo, antes de mais, que quem o leia consiga figurar mentalmente os homens e os acontecimentos narrados, desde o seu aspeto exterior até ao seu universo interior. A função primeira do historiador deveria consistir, antes de mais, em “fornecer representações”; in Ch. Seignobos, «L’enseignement de l’histoire comme instrument d’éducation politique», p. 117; apud Prost (1996: 274).

ao longo do século XX (neopositivismo e narrativismo) se nutre de princípios similares aos que um historiador clássico e pré-científico como Tucídides tão bem utilizou e transmitiu a sucessivas gerações de historiadores.

O conceito atual de *ekphrasis* tem um significado diferente do que tinha na Antiguidade, mormente, nas escolas gregas do Império Romano. A crítica literária moderna entende *ekphrasis* ou écfrase como um texto comprometido com as artes visuais. Tanto pode ser uma descrição poética de uma obra de arte pictórica ou escultórica como a representação verbal de uma representação visual ou, muito simplesmente, palavras acerca de imagens. Todavia, na sua aceção original, a função central de *ekphrasis* era fazer o ouvinte “ver” o assunto com os olhos da mente ou usar a linguagem de modo a que o auditório conseguisse imaginar a cena e se sentisse emocionalmente tocado. Este conceito de *ekphrasis* como força persuasiva, atuante sobre o ouvinte, consolidou-se a partir do *Encómio de Helena*, de Górgias, e manteve-se com este significado ao longo de toda a Antiguidade até à era Bizantina. A *ekphrasis* depende, essencialmente, do efeito sobre o ouvinte ou leitor, e não de um determinado assunto, referente ou género literário. O que importava era convencer e emocionar o auditório, ou, segundo Dionísio de Halicarnasso (*Lys.* 7; I.14, 17) tornar “os ouvintes espetadores”. Na sua aceção antiga, a *ekphrasis* não dependia de nenhuma qualidade formal ou referencial; fundamental era, nas palavras de Quintiliano, a disposição do assunto sob os olhos: *sub oculos subiectio* (*Inst. Or.* 9. 2. 40). O que definia intrinsecamente *ekphrasis* era o efeito sobre o ouvinte ou leitor, e o que a distinguiu de uma simples narração (*diegesis*) era a vividez, dita *enargeia*. Segundo o retórico Nicolau (numa clara alusão a Tucídides), um texto é considerado ecfástico quando é vívido e é vívido quando é detalhado. Uma narração simples (*diegesis*) limita-se a informar que os Atenienses e os Espartanos entraram em guerra; mas um texto ecfástico faz mais: informa sobre os preparativos e os equipamentos militares de cada uma das fações e a forma como se desenrolaram os combates (*Prog.* 68; II 9-10). Por conseguinte, podemos dizer que a finalidade da *ekphrasis* era a *enargeia*. Daí que os dois termos fossem muitas vezes usados de forma indistinta<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> Na sua investigação, Zanker (1981), apesar de reconhecer a utilização indiscriminada dos dois termos, conclui que o conceito de *enargeia* é anterior ao de *ekphrasis* e seus equivalentes (“*descriptio*”) e que um dos seus usos mais antigos se dá no campo da poesia: “*Ενάργεια* can therefore safely be said to have been current as technical term in the criticism of poetry in the second century B.C. just as its use in historiography is attested for that cen-

De acordo com os *Progymnasmata*, os antigos retóricos, como Theon e Hermógenes, definiam a *enargeia* como a *arete* da descrição pictórica (*Prog.* 2; II. 119, 27 SP e *Prog.* 10; II.16, 32 Sp). O étimo *enarges* significa “visível”, “palpável”, “claro”, “distinto”. O seu traço semântico essencial é a ligação ao sentido da visão, do “fazer ver”. Dionísio de Halicarnasso (*Lys.* 7; I.14, 17 Us.-Rad.) é quem nos apresenta a definição mais completa, declarando que *enargeia* é um efeito estilístico que apela aos sentidos do ouvinte, pelo facto de determinadas circunstâncias serem descritas de um modo tal que o ouvinte é convertido em espetador. O crítico grego Demetrius (*Eloc.* 209), por sua vez, enfatiza a descrição pormenorizada que o conceito de *enargeia* implica. A *enargeia* resulta de uma narração rigorosa que não omite detalhe. Para este, toda a representação contém uma parte de *enarges*. Finalmente, os correlatos latinos de *enargeia* contribuem todos para esclarecer e reforçar o feixe de sentidos do termo: *demonstratio*, *evidentia*, *illustratio*, *repraesentatio*, *sub oculos subiectio*.

Os retóricos retiravam a maior parte dos exemplos que citavam para ilustrar *ekphrasis* e *enargeia* de poetas e historiadores. Desses, Homero, Heródoto e Tucídides eram os mais nomeados. E, de facto, há uma associação clara entre a hipotipose narrativa, outro sinónimo para *ekphrasis*, e a *História* de Tucídides. Desde cedo, o historiador ateniense ganhou reputação de habilidoso reconstituente de cenas; de notável explorador do poder figurativo e dramático da linguagem, pela forma como confere relevo a determinadas ações ou personagens que atraem e envolvem as emoções do leitor. Desde cedo, os leitores reconheceram em Tucídides uma dupla faceta: o historiador objetivo, distante e desapassionado e o talentoso relator de cenas entusiásticas e emocionantes, que são autênticos simulacros de presença. Nesta arte do realismo, não diverge do seu congénere, Heródoto; ambos foram capazes de recriar memoráveis experiências visuais que transportam o leitor, pela imaginação e pela emoção, para o teatro dos acontecimentos. Este facto chamou a atenção de muitos dos admiradores de Tucídides, e tornou-se praticamente um lugar-comum mencioná-lo como um exemplar artífice de ilustração narrativa (a par de um compatriota tão ilustre como Homero). Disso mesmo nos dá testemunho Plutarco (*Glor. Athen.* 347a-c.), ao comentar a descrição da batalha no porto de Siracusa (*Thuc.* 7. 71):

---

tury in Polybius and Agatharchides as we have seen; it thus seems to predate all the other literary terms for “visual description”; specifically relevant to poetry, as well as being central to all later literary and rhetorical theory on the subject” (307).

[...] o melhor historiador é aquele que através de emoções e das personagens compõe a sua história como uma pintura. Tucídides esforça-se sempre na sua escrita por alcançar esta vividez [ἐνάργειαν], ávido por fazer do leitor um espetador e por gerar nos leitores as mesmas sensações de espanto e de consternação sentidas pelos que assistiram aos acontecimentos. [...] há uma marca de pictórica vividez [γραφικῆς ἐναργείας] na composição e na modelação dos acontecimentos.

O objetivo de Tucídides é duplicar no leitor o espetador real dos acontecimentos, levando o leitor a experimentar as mesmas emoções de assombro e comoção daqueles que assistiram ou intervieram diretamente (deduz-se) nos terríveis eventos da guerra<sup>192</sup>. E – Plutarco é bastante explícito – essa ressonância só é possível através da γραφικῆς ἐναργείας. É a forma como compõe o seu texto que lhe dá esse carácter pictórico que leva a compará-lo a uma pintura.

A comparação entre história e pintura, destacada por Plutarco como habilidade própria de Tucídides, recorta-se de uma tradição que acentua as similitudes entre literatura e pintura. Vem-nos à mente o consabido aforismo do poeta grego Simónides de Céos: “a pintura é poesia muda e a poesia é pintura falante” – também citado por Plutarco nas linhas que antecedem o excerto acima transcrito (347a). Na *República* (10.605a), Platão apresenta o poeta associado ao pintor, acusando um e outro de defraudarem a verdade. São célebres também as declarações de Aristóteles, na *Poética* (1448a5, 1450a27, 1450b1), a propósito das semelhanças e diferenças entre pintura e poesia ou na *Retórica* (3.10, 1410b 33), onde indica como uma das virtudes da *lexis* ou da elocução o “pôr diante dos olhos”, para “fazer ver”. Depois dele, Horácio, na *Epistola ad Pisones* (vv. 361-364), cunha uma das mais conhecidas divisas sobre o assunto: *ut pictura poesis*. Já na contemporaneidade, Ricœur acentua esse pendor figurativo da linguagem histórica evocado por Plutarco: “On peut dire tour à tour de l’amateur d’art qu’il lit une peinture et du narrateur qu’il dépeint une scène de bataille” (MHO, 342).

Relativamente a Tucídides, não é difícil encontrar quem subscreva a leitura de Plutarco. Já no século XX, P. A. Brunt junta a sua voz à de Kurt von Fritz, de quem faz a recensão da obra – *Die griechische Geschichtsschreibung* –, e não hesita em afirmar que, de todos os historiadores antigos, Tucídides foi o mais vívido e empolgante contador de uma história, podendo-se comparar cada frase sua a um disparo de máquina fotográfica. “Thucydides was of all ancient

<sup>192</sup> A propósito desta relação entre leitor e espetador em Tucídides, decorrente da técnica de *mise en abîme*, veja-se a interessante reflexão de Walker (1993: 357-361).



historians the most vivid and exciting teller of a story – each phrase can be like a camera shot” (1993: 403). Outro especialista em Tucídides, Hornblower, também constata o talento do filho de Oloros para “fazer ver” e, por conseguinte, envolver emocionalmente o leitor e conferir vividez e *akribeia* trágica à sua obra. Assim, alguns detalhes que parecem fortuitos explicam-se pelo seu efeito emocional. A numeração, por exemplo, para além de ser uma resposta à precisão (*akribeia*) que Tucídides promete no livro I, cumpre uma função retórica e trágica – a de facilitar a visualização e aumentar o *pathos*: “the precision here makes it easier to visualise, and the enumeration adds *pathos*” (1987: 34).

Nas escolas gregas do Império Romano, os manuais de exercícios por onde os alunos aprendiam os fundamentos da retórica, os *Progymnasmata*, apontavam Tucídides como um dos maiores cultores dessa técnica literária que identificámos como *ekphrasis* e que era definida, nesses mesmos manuais, como um discurso que põe de forma vívida, sob os olhos, determinado assunto. Os episódios de Tucídides mais frequentemente citados eram a batalha noturna (7.43.4), a fortificação de Plateias (3.21), a peste (2.49-54) e a construção da máquina de guerra (2.75-78 e 4.100). No entanto, muitos outros passos podem servir de exemplo. Seleccionámos alguns que julgamos particularmente ilustrativos e significativos no desenrolar da intriga. O ataque de Plateias, porque marca o início a sério do conflito armado entre as duas potências. A descrição da peste, pela força trágica, emocional e imagética do discurso, mas também pelo seu simbolismo no desenvolvimento e desenlace da *História da Guerra do Peloponeso*. O episódio da corrida de barcos é um dos mais memoráveis da intriga tucididiana, pelo que representa de peripécia, movimento, aventura, empolgamento e dramatismo. Os cercos de Plateias (2.75-78) e de Siracusa são dois exemplos magníficos de *ekphrasis*. Dentre eles, optámos por traduzir algumas linhas do cerco de Siracusa, não só pelo que contém de vividez imagética mas por ser o acontecimento que marca o início do desaire ateniense. Na impossibilidade de transcrever na íntegra todos estes episódios, decidimos apresentar alguns excertos mais representativos. As traduções são nossas.

O assalto de surpresa dos Tebanos a Plateias, que marca o início formal da guerra do Peloponeso, é narrado entre os capítulos 2 e 4 do livro 2. Tucídides conta com grande precisão de movimento, ação e realismo, como os Tebanos se fizeram infiltrar, de noite, dentro das muralhas da cidade, apanhando todos os habitantes desprevenidos; como agiram com boa-fé e pacifismo, ao propor um tratado de paz em vez de passar logo à chacina da população; como os Plateienses aproveitaram esse período de negociações para se inteirarem do número de soldados invasores; como, ao perceberem a escassez numérica dos seus adversários, se reuniram às escondidas e planejaram um ata-

que; como bloquearam todas as saídas e encurralaram os Tebanos, procedendo depois à sua perseguição e chacina pelas labirínticas ruas da cidade; como muitos Tebanos desorientados e atacados de todos os lados pela população em fúria foram selvaticamente aniquilados. Toda a perseguição é fértil em *ekphrasis*, de tal modo os movimentos, as ações e as reações são descritas pormenorizadamente, como se uma câmara de filmar, do alto das muralhas, acompanhasse toda a cena ao longo das ruas. É do contexto desta violenta perseguição que extraímos o seguinte excerto:

Na perseguição pela cidade, alguns subiram às muralhas e precipitaram-se daí abaixo, a maioria desses morreu; outros encontraram uma porta que não estava guardada e, tendo-lhes uma mulher dado um machado, eles puderam, sem serem vistos, cortar a tranca e sair, não muitos porque foram logo descobertos; entretanto, outros eram mortos aqui e ali ao longo da cidade. No entanto, o grupo mais numeroso e que se mantinha mais unido desembocou numa grande casa que estava junto da muralha e cujas portas se encontravam abertas, julgando que essas portas eram as da cidade e que davam acesso direto ao exterior. Vendo-os lá trancados, os Plateienses interrogaram-se se deviam lançar fogo à casa ou recorrer a outro meio [II. 4. 4].

A cena da peste é das mais memoráveis, comentadas e glosadas (Albert Camus, *A peste*) da obra de Tucídides. Ninguém consegue ficar indiferente ao seu caráter *pathético*. Mais uma vez, a descrição é realista, pormenorizada, emocionalmente impressionante e de um notável efeito visual. Ficou célebre a análise de Cochrane, que comparou a descrição das doenças do corpo político ateniense à forma como Hipócrates descrevia as doenças da anatomia física. Adam Parry contraria esta visão num importante ensaio consagrado ao estudo da linguagem empregue na construção desta cena: *The language of Thucydides' description of the Plague* (1969). Essencialmente, refuta as teses dos que encontram na construção da cena influências da linguagem técnica ou do modelo hipocrático<sup>193</sup>. Com algumas influências vocabulares dos géneros épico e trágico, a descrição da peste é, sobretudo, em termos de léxico e de estrutura,

---

<sup>193</sup> Parry desmonta os argumentos de Cochrane, Finley, Romilly e Gomme a favor da descrição da peste como um exercício científico inspirado pela medicina hipocrática ou como registo técnico de grande observação e precisão. Afirma claramente que na descrição da peste Tucídides nem segue o modelo hipocrático nem usa linguagem técnica. «I hope enough has been said to show that the vocabulary of the description of the Plague is not entirely, is not even largely, technical. I should like to suggest a directly contrary conclusion, that Thucydides, like Plato, had something of an abhorrence, or an aristocratic disdain, for technical ter-

uma peça poética original de Tucídides. A peste, tal como a guerra, é *pathos*, é uma catástrofe alimentada por sofrimento e destruição. É o pior de todos os desastres descritos por Tucídides, por isso é relatada com uma linguagem poética de intensidade apocalíptica<sup>194</sup>. Os termos que relatam a sua aparição na cidade sugerem um ataque militar: são verbos como ἐπιπίπτειν, ἐσπίπτειν, νικᾶν, ξυναιρεῖν. Tucídides apresenta-nos a doença como uma invasora não humana ou supra-humana, um inimigo demoníaco contra o qual nada pode a força humana. A peste é também o mais violento desafio à tentativa de Péricles para exercer qualquer espécie de controlo racional do processo histórico, uma vez que ela ocorre logo após o seu discurso otimista acerca do futuro. Assume, assim, um papel metafórico e dramático, uma imagem concentrada da guerra, significando em termos metonímicos a futura derrota dos Atenienses e a própria desordem e perversão moral da guerra: «Strong verbal echoes confirm our sense that the Plague is presented as a kind of concentrated image of the War (Parry 1972: 56). A cena ocupa seis capítulos. Transcrevemos aqui um excerto que não dispensa a leitura integral do episódio.

O caráter desta epidemia é superior ao que se possa contar e, de um modo geral, atacou cada um mais duramente do que consegue suportar a natureza humana. [...] Como não havia casas e eram obrigados a viver em cabanas sufocantes devido ao calor, o flagelo atacava sem controlo: os cadáveres jaziam uns por cima dos outros, os moribundos arrastavam-se pelas ruas e em direção a todas as fontes, movidos pelo desejo de água. Os lugares sagrados onde acampavam estavam cheios de cadáveres que tinham morrido aí mesmo. Extremamente pressionados pelo mal, os homens, sem saber o que fazer, deixavam de ter respeito seja pelo divino seja pelo humano. Foi assim que ficaram alterados todos os ritos fúnebres antes observados: cada um enterrava como podia; e muitos prestaram-se a funerais escandalosos, perante a falta do necessário, devido aos contínuos enterros já efetuados antes; uns, depois de depositar o seu morto em piras alheias, antecipando-se aos que as haviam erguido, pegavam-lhe fogo, e outros, enquanto um corpo era consumido, atiravam-lhe para cima o que eles transportavam e desapareciam [II. 50. 1, 52. 2-4].

A revogação da pena de morte dos Mitilenos (Tucídides: III. 49. 2-4) dá origem a um episódio de forte pendor dramático e visual. Inicialmente, os Ate-

---

minology, either of his own or of others' making. The evidence for such a conclusion is that Thucydides succeeds in giving us so physically precise a description without using the quasi-technical vocabulary which we in fact find in the early medical treatises» (Parry 1969: 170).

<sup>194</sup> «It is in short the most sudden, most irrational, most incalculable, and most demonic aspect of war in Thucydides' view of history» (Parry 1969: 176).

nienses tinham decidido destruir Mitilene, executar todos os homens e escravizar todas as mulheres e crianças. Com esse fim, enviam um barco à ilha com soldados encarregados de aplicar a sentença. No dia seguinte, arrependidos da dureza da pena, decidem revogá-la. Nesse momento, enviam outro barco de emissários com a finalidade de chegar à ilha a tempo de evitar a matança.

Imediatamente, enviaram outra trirreme a toda brida, temendo encontrar a cidade destruída se a anterior, que levava cerca de um dia e uma noite de avanço, chegasse primeiro. Como os embaixadores de Mitilene lhes puseram vinho e farinha na embarcação e prometeram-lhes grandes recompensas se chegassem antes, seguiram viagem com tal rapidez que os homens remavam ao mesmo tempo que comiam farinha amassada com vinho e azeite e, enquanto uns dormiam, os outros continuavam a remar. Por sorte, porque não soprava nenhum vento contrário, e a primeira embarcação ia sem pressa por causa da infeliz missão, ao passo que a segunda se apressava do modo referido, a primeira chegou apenas com o avanço suficiente para Paques ler o decreto e se preparar para cumprir a sentença, mas então a segunda atracou logo atrás e impediu a destruição. A que ponto Mitilene esteve próxima do perigo!

Connor, comentando este episódio, observa o quanto a corrida de barcos, pela sua vividez imagética e pela forma como envolve emocionalmente o leitor, contribui para que a objetividade ou a ausência de juízos do historiador seja mais uma estratégia de persuasão do que propriamente um objetivo, pois, sob a capa da objetividade, Tucídides acaba por fazer passar o seu próprio juízo: a sentença era injusta e excessiva. A técnica para fazer o leitor ler o que não está lá consiste em atrair o espetador para dentro da cena, despertar as suas faculdades críticas e avaliativas e suscitar nele uma resposta que contribua para a força dramática do texto<sup>195</sup>. Por consequência, Connor distancia o trabalho de Tucídides da antiga oratória e aproxima-o da novela moderna, nomeadamente, de Jane Austen, pela forma como a autora inglesa lida com emoções muito mais profundas do que as que aparecem à superfície do texto, pela forma como esta estimula o leitor a ler mais do que o que está escrito.

---

<sup>195</sup> «The race of the two triremes is told with such vividness and involvement and the attitudes of the participants themselves provide such a clear assessment of the situation that the evaluation is inescapable. Here again “objectivity”, or the avoidance of explicit judgments, is a technique rather than a goal. But now we can also see that part of the technique is to draw the reader in, to awaken our critical and evaluative faculties, and to make the energy of our own response contribute to the power of the text» (Connor 1984: 17).

Por fim, o cerco de Siracusa é um entre tantos episódios onde se descreve com fulgurante realismo as estratégias militares, os avanços e recuos, vitórias e derrotas no assalto e defesa de uma fortaleza. Mais uma vez, o pormenor, a vividez, o movimento, a ação-reação, a tensão dramática, o *suspense* são as tintas usadas para dar vida a uma cena que desperta automaticamente a imaginação do leitor e apela à sua capacidade de refiguração. Quem lê não pode deixar de ver a cena com os olhos da mente. O cerco de Siracusa estende-se por vários capítulos (VI. 96-104) e o mais difícil é escolher um excerto, sendo todos eles ótimos exemplos de *ekphrasis*. No curto passo que transcrevemos, destacamos o emprego da lítotes, como forma de reforçar a influência de Hermócrates na decisão dos Siracusanos de construir um muro.

No dia seguinte, uma parte dos Atenenses trabalhava no muro a norte da fortificação circular e os outros, acarretando pedras e madeira, empilhavam-nas, sem interrupção, em direção ao lugar chamado de Tróguilo, por onde ficava mais curto para eles a passagem do Grande Porto ao outro mar. Os Siracusanos – e dos generais não era Hermócrates quem menos influenciava a sua decisão – já não queriam mais correr o risco de defrontar com todos seus efetivos os Atenenses, mas parecia-lhes que a decisão mais acertada era ir erguendo um muro que cortasse a direito por onde o inimigo pretendia passar com o seu e, se conseguissem adiantar-se, cortarem-lhes a passagem [VI. 99. 1-2].

Todos estes recortes do texto tucididiano têm como finalidade demonstrar o quanto Tucídides é um mestre na produção de *enargeia*, causando no leitor o mesmo sentimento de espanto e de pasmo que sentiram aqueles que presenciaram os acontecimentos (Goldhill 2007: 5). Numa história assente, essencialmente, no testemunho do olhar (*opsis*), era normal que a *ekphrasis* fosse um instrumento privilegiado para fazer ver<sup>196</sup>. Nesse sentido, é curiosa a observação

---

<sup>196</sup> Com o regresso do acontecimento, da história política e da história contemporânea, o “ver” (*opsis*) e o “fazer ver” voltam a estar na ordem do dia, tal como o papel fundamental da testemunha, com novas complexidades resultantes do protagonismo dos media. No que concerne a este assunto, veja-se a dissertação de Hartog em *Le miroir d’Hérodote*, no capítulo intitulado «L’œil et l’oreille (1980: 271-316): «Mais l’événement ainsi exorcisé, fait “retour” aujourd’hui, autre, produit par les mass media, et la question de l’histoire contemporaine se trouve donc à nouveau posée. Or “le retour de l’événement”, n’est-ce pas aussi le retour de l’œil? [...] Mais précisément, cet événement qui fait retour, est mis en scène, et en se donnant à voir, il construit son propre champ de visibilité: “Il n’est jamais sans reporter-spectateur ni spectateur-reporter, il est vu se faisant, et ce ‘voyeurisme’ donne à l’actualité à la fois sa spécificité par rapport à l’histoire et son parfum déjà historique”; donc l’autopsie si l’on veut,

de Webb, de que a *ekphrasis* não procurava representar a realidade mas a percepção que se teve da realidade, ou seja, a forma *como se vê* a realidade<sup>197</sup>. Através da *ekphrasis*, o orador, poeta ou historiador procurava partilhar com o seu auditório ou leitores a imagem que lhe ficou na retina ou na mente de uma determinada realidade. A palavra procurava assim estimular um ato de ver, não com olhos mas com a mente. Em suma, a *ekphrasis* está em consonância com o programa de Tucídides, quando promete fornecer uma imagem clara (τὸ σαφὲς σκοπεῖν) ou um conhecimento claro (σαφῶς εἰδέναι) dos acontecimentos.

A *ekphrasis* está também em consonância com a ideia de *mimesis*. Tucídides pode afetar emocionalmente os seus leitores porque representa emoções e caracteres reais. Representando caracteres e emoções reais, o historiador obtém, correspondentemente, um efeito ético e *pathético* sobre os leitores<sup>198</sup>. Vivienne Gray (1987: «Mimesis in Greek historical theory») demonstra como o conceito de *mimesis* é usado enquanto termo técnico na teoria da história por críticos literários como Dionísio de Halicarnasso, no ensaio *Sobre Tucídides*, e Longino, *Sobre o Sublime*. Para estes autores, que têm sempre por base a história de Heródoto e, acima de tudo, a de Tucídides, a definição de *mimesis* é a seguinte: «The meaning of *mimesis* in history is the recreation of reality, encompassing recreation of both character and emotion» (Gray 1987: 469). Põem a tónica mais na imitação ou recreação da realidade do que na construção da intriga, mas não se afastam do sentido aristotélico do termo. A *mimesis* da natureza e

---

mais une autre autopsie: construite» (ibid.: 276-277). Mais recentemente, Calame, o filósofo que reflete a partir do pensamento de Ricœur, da pragmática linguística de Benveniste e da historiografia de Tucídides, faz eco das novas implicações e desafios que os mass media e as testemunhas dos campos de extermínio trouxeram à história do presente: «À l'égard de ce partage entre histoire ancienne et histoire récente, la multiplication des médias a rendu la situation de l'historiographie moderne particulièrement délicate. Ainsi en va-t-il en particulier des termes du débat sur les camps d'extermination et sur ses sinistres prémisses politiques. [...] Le rôle qu'y jouent les témoins oculaires et, par images interposées, les témoignages visuels est encore déterminant. L'intervention nouvelle de la photographie, de l'archive filmée et de l'enregistrement du témoignage oral laisse supposer qu'il en sera ainsi au-delà de la disparition des derniers rescapés d'un plan d'anéantissement qui fut conçu et appliqué de manière d'autant plus cynique et systématique que sa réalisation a précisément bénéficié des moyens techniques de l'ère industrielle. Certains d'entre eux ont d'ailleurs permis, de manière subséquente, d'en maintenir la mémoire visuelle et auriculaire» (2005: 30).

<sup>197</sup> «What is imitated in *ekphrasis* and *enargeia* is not reality, but the perception of reality. The word does not seek to represent, but to have an effect in the audience's mind that mimics the act of seeing (Webb 2009: 38).

<sup>198</sup> «The effect of such *mimesis* could be ethical or pathetic, depending on whether it involved representation of character or emotion» (Gray 1987: 473).

da vida envolve a *mimesis* do caráter e da emoção. E este tipo de *mimesis* é o que é usado tanto pela história como pela retórica e permite o efeito persuasivo e emocional sobre os ouvintes ou leitores:

So *mimesis* of nature and life involved *mimesis* of character and emotion. This sort of *mimesis* was required of both rhetoric and history, and, within history, of both speeches and narrative, in the first of which the character and emotion belonged to the speaker, and in the second of which the character and emotion belonged to the historian himself [ibid.: 473].

Para recrear os caracteres e as emoções reais, os oradores e os historiadores deviam usar os artifícios linguísticos que melhor permitissem essa identificação, ou seja, a linguagem devia imitar a própria vida, o texto devia organizar-se de tal modo que fizesse ver, como uma lente, os acontecimentos tal como aconteceram<sup>199</sup>. Era nisto que consistia a *mimesis*. E é assim que a vemos trabalhada com mestria por Tucídides e por todos os historiadores que daí em diante representam o passado ou o presente. A retórica, a ficção, mais do que um obstáculo torna-se um precioso instrumento de representação do passado, fazendo com que a história se aproxime da capacidade imagética e reconhecedora da memória.

Por fim, o estudo da *ekphrasis* e da *enargeia* constitui uma ótima forma de tentar obter informações sobre os hábitos de leitura e a personalidade dos leitores da Grécia do século V. Neste aspeto, Webb acaba por dar razão ao programa de pesquisa efetuada por Connor (1984), que parte justamente das solicitações que o texto de Tucídides dirige à imaginação e às emoções dos leitores para tentar definir o perfil desses leitores<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> «Where Gorgias' language is its own reality, and creates its own *erga*, Thucydides seeks to render language invisible, to make it a transparent lens directly onto the *erga* that are its subject. It is easy now to dismiss Thucydides' fascination with objectivity as hopeless, even disingenuous, but Thucydides courageously championed a difficult, but essential, type of writing» (Crane 1996: 220).

<sup>200</sup> «The study of *ekphrasis* and *enargeia* provides important information about ancient habits of reading and deeply rooted attitudes towards texts, which are seen as inviting imaginative and emotional involvement. These ancient modes of reading can be surprisingly different to our own: in the case of Thucydides' history, ancient readers saw not a dispassionate and objective account of events but a window onto the violent and turbulent events of the past. In these rhetorically oriented readings, the text opens up to the reader's imagination: the words on the page dissolve into images as they impact upon the mind» (Webb 2009: 195).

(Página deixada propositadamente em branco)



## CONCLUSÃO

Perante o emprego tão frequente da *ekphrasis*, elemento ficcional por excelência da prosa tucididiana, Goldhill clama que este não é o «objetivo e frio Tucídides», mas «o retórico»: «This is not the objective and cold Thucydides, but Thucydides the rhetorician, blinding the reader with his science, leading the reader away from analysis into passion and confusion» (2007: 6).

Em parte tem razão, em parte não. Não cremos que o objetivo de Tucídides seja cegar ou distrair os leitores da análise. Tucídides é reconhecido assim: por um lado, o escritor objetivo, imparcial, desapaixonado, austero; por outro lado, um mestre na arte de envolver emocionalmente o leitor e apelar à sua imaginação, através da construção de episódios plenos de intensidade dramática, realismo, detalhes, vividez, numa palavra, *ekphrasis*. Tucídides, historiador no sentido grego (*histor*), é aquele que vê e faz ver. A *opsis* é ponto de partida e ponto de chegada, é ponto de prefiguração e de refiguração. Pelo meio, fica a *mimesis* configuracional, mobilizada pela escrita, como elo entre o olho do historiador e a visão interior do leitor. A retórica da visão e da imagem perpassa o seu pensamento e o seu texto. Dominam, aliás, o pensamento dos Gregos da época, apaixonados pelo que se dá a ver: o teatro, as máscaras, os vasos, a retórica. A retórica ensina a fazer ver com os olhos da mente, ensina a construir imagens com as palavras, a pôr sob os olhos de forma intensamente real, para persuadir, sensibilizar e mobilizar o auditório. Mas do poder figurativo da linguagem ao poder ilusório e fraudulento da mesma e daí ao relativismo foi um passo muito curto. A reflexão de Górgias, Protágoras, mais tarde de Isócrates, Sócrates, Platão e Aristóteles é bem o espelho de um problema que inquietou filósofos, sofistas, dramaturgos e poetas, do classicismo ao helenismo. E assombra agora os ocidentais do século XX e XXI, às voltas com uma crise de confiança na linguagem, nas testemunhas e nas instituições, de um modo geral, devido a um certo relativismo que impregnou a maioria dos setores da sociedade, da religião à filosofia, às artes, à política, à economia, à história, ao jornalismo, ao direito. As perguntas que hoje se colocam não são muito

diferentes das que se colocou Tucídides e os Gregos do seu tempo: que podemos fazer com a linguagem, que andamos a fazer com a linguagem? Afinal, o que andam historiadores, jornalistas, homens do direito e políticos a fazer com a linguagem? A retórica verbal tem sido usada para o bem e para o mal: para justificar guerras, para obter poder, para cometer crimes, para manter tiranias, para defender ideologias, para manipular o passado, para montar fraudes, para vender jornais, para fazer comércio, para alimentar fantasias, para convencer maiorias. Em suma, para nos afastar da realidade, para criar um clima de suspeita, para instalar um ambiente de esquizofrenia.

A história enquanto arte, enquanto literatura, enquanto recreação mimética, não pode escapar ao problema da retórica verbal ou da ficção. É Hayden White e Roland Barthes, entre outros, quem no-lo lembra. É Ricœur e Ginzburg, entre outros, quem nos lembra também que com as provas, os documentos e a interpretação, enquanto atividade epistémica, em suma, com a crítica, a história e o direito podem sobreviver firmes na anarquia relativista; e ainda que história e retórica não têm que se dar mal. Que história e retórica sempre andaram de boas relações, demonstra-o uma análise da *Retórica* aristotélica e uma leitura da Arqueologia tucididiana. Mas esta simbiose não significa uma submissão ou dissolução da história na retórica ficcional. Transpondo para a atualidade, dissemos que as provas impedem a história de submergir completamente no campo da retórica ficcional, ao passo que a retórica evita que a história seja apenas um museu, uma crônica ou um glossário. As provas são o coração da retórica, propõe Ginzburg, com base nas suas leituras de Aristóteles e Tucídides<sup>201</sup>. Ricœur e Tucídides vão ainda mais longe. A retórica ficcional, em vez de ser um empecilho, pode ser um precioso auxiliar para fazer ver ou exhibir acontecimentos que demandam justiça, reconhecimento, memória. Tucídides fá-lo recorrendo à *ekphrasis* e à *enargeia*, estratégias desenvolvidas pela retórica. Significa isto que, tal como Ricœur, Tucídides recusa deixar a história render-se à ficção, mas aproveita da ficção o que pode dar valor ético à história e dignificar ainda mais o trabalho do historiador. Por diversas vezes, Tucídides insurge-se contra as manipulações dos hábeis manejaadores de palavras, mas quando toca a transmitir a violência e o horror da guerra, nada melhor do que

---

<sup>201</sup> «The fashionable reduction of history to rhetoric cannot be rejected by claiming that the relationship between history and rhetoric has always been tenuous and marginal. In my view, that reduction can and must be rejected by rediscovering the intellectual richness of the tradition started by Aristotle, particularly its central argument: that proofs, far from being incompatible with rhetoric, are its fundamental core» (Ginzburg 1999: 50).

explorar os recursos da retórica para criar *pathos* e induzir refiguração. Manifesta-se também contra os discursos e tradições de transmissão oral, pelo que têm de fugaz, de incerto, de enganador. Porém, ele, na posse de uma nova tecnologia, a escrita, vai ensinar-nos como se podem construir discursos verdadeiros que, ademais, nos ajudam a distinguir a verdade da ficção e a gravar no papiro “lições para sempre”. Lições humanas e políticas hoje ainda tão válidas que continuam a ser estudadas com o mesmo interesse e empenho de sempre por sociólogos, historiadores, politólogos. Para Tucídides, a escrita é um poderoso instrumento para transcender a *doxa*, a particularidade e a caducidade dos factos humanos e alcandorar a história no pedestal da *episteme*, do universal e do imortal. Por conseguinte, são injustas e difíceis de compreender as declarações de Aristóteles na *Poética*. Sobre essa problemática discorreremos amplamente, confrontando teses e ensaiando a nossa própria explicação.

Com o abandono do modelo positivista da história e a intervenção do *linguistic turn*, tornou-se inevitável que historiadores e epistemólogos comessem a assumir, com toda a naturalidade, a presença da retórica na história. E, com isso, muitas das críticas que foram dirigidas ao trabalho de Tucídides ao longo do século XX deixaram de fazer sentido. Sobre Ricœur já dissemos que reconhece a figuratividade e a persuasão retórica como elemento indispensável do texto histórico, como operador transitivo de factos que demandam reconhecimento e justiça e que, por conseguinte, a mente do leitor precisa de ver para não esquecer. Neste caso, a ficção deve ser contrabalançada com um rigoroso aparato documental e explicativo que garanta credibilidade à representância. Depois de Ricœur, outros historiadores e pensadores vieram pôr a ênfase no papel fundamental da literariedade da história, porquanto ela não só quer fazer ver como quer ser vista, isto é, quer sair do gueto dos eruditos e dar-se a ler com prazer ao público em geral.

Eis, pois, um elemento que a historiografia moderna, dita científica, não conseguiu escamotear. Dando seguimento a uma tradição que começa em Heródoto e tem em Tucídides o seu expoente máximo, o historiador moderno preocupa-se tanto em inquirir como em “fazer ver”.

L'historien moderne imite ainsi Thucydide, assumant la mission qu'il s'était originalement imposée: «dire le fait en nous faisant voir comment les choses se sont effectivement passées» [italico nosso]. On ambitionne à appréhender le fait historique, ainsi conçu en tant que perception dépurée de toute faille de contradiction, d'ambiguïté et d'incertitude quant à ses aspects de réalité constitutifs. Pour ce faire, on élimine du récit certaines données factuelles, pour y imposer d'autres, (ré)construites juste à ce propos. On peut alors nier, dans l'appréhension du fait historique, certains sens pour en affirmer d'autres (Pires 2003: 141-142).

E está obrigado, como eles, a selecionar, interpretar, relacionar, compor, escrever, mostrar; em suma, a prefigurar, configurar, refigurar. A retórica discursiva, o “fazer ver”, é uma consequência do próprio ato de *mise en intrigue*, e é a melhor forma de aproximar a história da memória<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> «C’est ainsi que les discours des historiens s’offrent désormais à nous comme des représentations configurantes de l’espace et du temps par le moyen d’opérations de sélection, de schématisation, de focalisation spatiale, de mise en séquence chronologique, de mise en intrigue et de description modélisante, de logique causale et argumentative insérant l’événement dans une conjoncture multiforme, de rhétorique discursive enfin dans un “faire voir” qui coïncide sans doute avec les images évoquées par la mémoire individuelle et collective» (Calame 2005: 37).

## BIBLIOGRAFIA

### I. RICŒUR

AAVV

- 1982 *Recherches sur la philosophie et langage. Cahier du groupe de recherches sur la philosophie et le langage de l'Université de Grenoble*, Grenoble.

Aristóteles

- 2004 *Poética* (trad. e notas de Ana Maria Valente, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- 2002 *Poética*; prólogo, trad. y notas de António López Eire y epílogo de James J. Murphy, Madrid, Istmo.

- 1992 *Poética* (trad., introd. e notas de Vicente Garcia Yebra), Gredos, Madrid.

- 1980 *La Poétique*, texte, traduction, notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot, Paris, Éd. Du Seuil.

- 1968 *Poetics*, introd., commentaires and appendices by Lucas, Oxford, 1968.

Allegra, L., Torre, A.

- 1977 *La nascita della storia sociale in Francia. Dalla Comune alle «Annales»*, Fondazione Luigi Einaudi, Torino.

Ankersmit, F. R.

- 1994 *History and Topology: The Rise and Fall of Metaphor*, University of California Press, Berkeley.

Arendt, H.

- 1983 *La condition de l'homme moderne*, Paris (2.<sup>a</sup> ed.).

Ariès, P.

- 1977 *L'homme devant la mort*, Seuil, Paris.

- 1978 *L'histoire des mentalités*, in Le Goff, Chartier, Revel 1978: 402-422.

- 1986 *A história – uma paixão nova*, in Le Goff, Le Roy Ladurie, Duby, et alii 1986: 9-40.

Arnaut, A. P.

- 2002 *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Proteu*, Almedina, Coimbra.

Aron, R.

- 1948 *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Gallimard, Paris.

- 1961 *L'histoire et ses interprétations. Entretiens autour d'Arnold Toynbee*, Mouton, Paris.
- 1964 *La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire*, Dilthey, Rickert, Simmel, Weber, J. Vrin, Paris (3.<sup>a</sup> ed. – 1938<sup>1</sup>).
- Baecque, A. de; Delage, C. (org.).  
1998 *De l'histoire au cinéma*, Ed. Complexe, Bruxelles.
- Barthes, R.  
1984 *Le Bruissement de la langue*, Seuil, Paris.
- Bebiano, R.  
s/d «Sobre a história como poética», in <http://ruibebiano.net/docs/hpoetica.pdf>, publicado in José d'Encarnação (org.), *As oficinas da história*, Colibri, Lisboa, 2000: 47-70.
- Bédarida, F.  
2001 «Une invitation à penser l'histoire: Paul Ricœur, La mémoire, l'histoire et l'oubli», *Revue historique*, 2001-3, n° 619, pp. 731-739.
- Benveniste, É.  
1966 «Le langage et l'expérience humaine», *Problèmes du langage*, Gallimard, Paris.
- Bloch, M.  
1952 *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*, A. Colin, Paris (2.<sup>a</sup> ed.).
- Bonifácio, F.  
1993 «O abençoado retorno da velha história», *Análise Social*, n.º 122, pp. 623-630.  
1999 *Apologia da história política. Estudos sobre o século XIX português*, Quetzal, Lisboa.  
1999b «A narrativa da época pós-histórica», *Análise Social*, n.º 150, Lisboa, pp. 11-28.
- Booth, W.  
1961 *The Rhetoric of Fiction*, University of Chicago Press, Chicago.
- Braudel, F.  
1949 *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, A. Colin, Paris.  
1969 *Écrits sur l'histoire*, Flammarion, Paris.  
1976 *História e ciências sociais*, Presença, Lisboa.  
1991 *Escritos sobre a história*, Presença, Lisboa.  
1995 *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Filipe II*, D. Quixote, Lisboa.
- Carrard, P.  
1992 *Poetics of the New History. French Historical Discourse from Braudel to Chartier*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/Londres.

Cassirer, E.

1972 *La philosophie des formes symboliques*, Ed. Minuit, Paris.

Catroga, F.

1988 “Positivistas e Republicanos”, in Torgal, Mendes, Catroga 1998: 101-134.

2001 *Memória, história e historiografia*, Quarteto, Coimbra.

2003 *Caminhos do fim da história*, Quarteto, Coimbra.

2009 *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Almedina, Coimbra.

Cedronio, M., et alii

1977 *Storiografia francese di ieri e di oggi*, Guida, Napoli.

Certeau, M.

1974 *L'opération historique*, in Le Goff et Nora, 1974, I: 3-41

1975 *L'écriture de l'histoire*, Gallimard, Paris.

1986 *A história – uma paixão nova*, in Le Goff, Le Roy Ladurie, Duby, et alii 1986, 9-40.

Chanu, P.

1978 *Histoire quantitative, Histoire sérielle*, A. Colin, Paris.

Charles, M.

1977 *Rhétorique de la lecture*, Seuil, Paris.

Chartier, R.

1989 «Le monde comme représentation», in *Annales*, 1989, vol. 44, n.º 6, pp. 1505-1520.

1995 «L'histoire ou le récit véridique», *Philosophie et histoire*, Centre Georges Pompidou, Paris, pp. 115-135.

1998 *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitude et inquiétude*, Albin Michel, Paris.

1998b «La vérité entre fiction et histoire», in Baecque, Delage 1998: 29-44.

2002 «Le passé au présent», in *Le Débat*, n.º 122, novembre-décembre 2002, pp. 4-11.

2006 «Récit et histoire», in *Mesure*, Savidan 2006: 954-958.

2007 «Mémoire et oubli. Lire avec Ricœur», in Delacroix, Dosse, Garcia 2007: 231-249.

Collingwood, R. G.

1946 *The idea of history*, Oxford University Press, London (reimp. 1963).

1946b «A história como re-presentação da experiência passada», in Gardiner 2004: 305-319.

2001 *A ideia de história*, Presença, Lisboa (9.<sup>a</sup> ed. – trad. Alberto Freire).

Danto, A. C.

1965 *Analytical Philosophy of History*, University Press, Cambridge.

Delacroix, C., Dosse, F., Garcia, P. (org.)

2007 *Paul Ricœur et les sciences humaines*, La Découverte, Paris.

2007b *Les courants historiques en France*, Gallimard, Paris.

Delacroix, C.

1995 «La falaise et le rivage. Du “tournant critique” à la conversion pragmatique des Annales», in *Espaces Temps*, n.º 59/60/61, 1995, pp. 86-111.

2005 «De quelques usages historiens de P. Ricœur», in Müller 2005: 99-123.

2007 «*Ce que Ricœur fait des Annales: méthodologie et épistémologie dans l'identité des Annales*», in Delacroix, Dosse, Garcia, 2007: 209-228.

Dilthey, W.

1900 «Origine et développement de l'herméneutique», in *Le Monde de l'Esprit I*, Paris, 1974.

Dosse, F.

1987 *L'Histoire en miettes. Des “Annales” à la nouvelle histoire*, La Découverte, Paris; (reed. Pocket, coll. Agora, 1997).

1996 «Paul Ricœur et l'écriture de l'histoire ou comment Paul Ricœur révolutionne l'histoire: Perspectives théoriques», in *Cahiers de recherche sociologique*, n.º 26, pp. 139-169.

1997 *Paul Ricœur: le sens d'une vie*, La Découverte, Paris.

2000 *L'histoire*, Armand Colin, Paris.

2000 «Le moment Ricœur de l'opération historiographique», *Vingtième siècle, revue d'histoire*, n.º 69, janviers-mars 2001, pp. 137-152.

2006 *Paul Ricœur, Michel de Certeau. L'Histoire: entre le dire et le faire*, L'Herne, Paris.

Dray, W.

1957 *Laws and explanation in history*, Oxford University Press, London.

1959 “*Explaining what*” in *History*, in Gardiner 1959, 403-408.

Dray, W. (org.)

1966 *Philosophical analysis and history*, Harper & Row, New York.

Duch, L.

1988 *Mito, interpretaci3n y cultura*, Herder, Barcelona.

Dulong, R.

1998 *Le Témoin oculaire. Les conditions sociales de l'attestation personnelle*, EHESS, Paris. Fay, B., Golob, E. O., Vann, R. T. (org.).

1987 *Historical Understanding*, Cornell University Press, Ithaca and London.

Febvre, L.

1953 *Combats pour l'histoire*, A. Colin, Paris.

França, J.-A.

1996 *História, que História*, Colibri, Lisboa.



- Franza, M. C. (org.)  
1982 *Fenomenologia e Tempo*, Roma.
- Frankel, C.  
1957 *Explanation and Interpretation in History*, in Gardiner 1959: 408-427.
- Fraser, J. T.  
1982 *The Genesis and Evolution of Time. A critic of Interpretation in Physics*, The University of Massachusetts Press, Amherst.
- Frege, G.  
1971 *Écrits logiques et philosophiques*, Seuil, Paris.
- Friedlander, S. (org.)  
1992 *Probing the Limits of Representation. Nazism and the "Final Solution"*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., Londres.
- Furet, F.  
1982 *L'Atelier de l'histoire*, Paris, Flammarion.  
1975 «De l'histoire-récit à l'histoire-problème», Furet 1982: 73-90.
- Gadamer, H.-G.  
1988<sup>3</sup> *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica filosófica*, Sígueme, Salamanca.
- Gallie, W. B.  
1964 *Philosophy and the Historical Understanding*, Chatto & Windus, London.
- Gardiner, P.  
1952 *The nature of historical explanation*, Clarendon U. Press, Londres.  
1959 *Theories of History*, The Free Press, Illinois.  
2004 *Teorias da história*, FCG, Lisboa (5.<sup>a</sup> ed. – trad. Vítor Matos e Sá).
- Geertz, C.  
1973 *The interpretation of Cultures*, Basic Books, New York.
- Ginzburg, C.  
1989 «Traces. Racines d'un paradigme indiciaire», in *Mythes, Emblèmes, Traces. Morphologie et histoire*, coll. «Nouvelle Bibliothèque scientifique», Paris.  
1991 *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (trad. port. Maria Betânia Amoroso de: *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500, 1976.*), Companhia das Letras, S. Paulo.
- Hamilton, P.  
1996 *Historicism*, Routledge, London and New York.
- Heidegger, M.  
1963 *Sein und Zeit*, Tübingen (10.<sup>a</sup> ed.).
- Hempel, C.  
1942 *The function of general laws in history*, in Gardiner 1959: 344-356.
- Henriques, F. (org.)  
2006 *A Filosofia de Paul Ricoeur: temas e percursos*, Ariadne, Coimbra.

Ingarden, R.

1974 *The Literary Work of Art*, Northwestern University Press. (trad. ing. de George G. Grabowicz: *Das literarische Kunstwerk*, Niemeyer, Halle, 1931, Niemeyer, Tübingen, 1961<sup>2</sup>).

1974b *A Cognition of the Literary Work of Art*, Northwestern University Press.

Iser, W.

1974 *The implied reader: patterns of communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

1985 *L'acte de lecture. Théorie de l'effet esthétique*, Bruxelles, P. Mardaga (trad. fr. de Evelyne Sznycer: *Akt des Lesens. Theorie aesthetischer Wirkung*, München, 1976).

Jauss, H.-R.

2003 *A literatura como provocação*, Passagens, Lisboa (2.<sup>a</sup> ed., trad. port. de Teresa Cruz: *Literaturgeschichte als Provokation*, Frankfurt, Suhrkamp, 1974).

1978 *Pour une esthétique de la réception*, Gallimard, Paris.

1989 «La fiction en histoire», in *Le Débat*, n° 54, mars-avril 1989: 89-113.

Kermode, F.

1967 *The Sense of an Ending: studies in the theory of fiction*, Oxford University Press, New York.

Koselleck, R.

1990 *Le Futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*, EHESS, Paris.

Labrousse, E.

1932 *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Dalloz, Paris.

1943 *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, P.U.F., Paris.

Lacombe, P.

1894 *De l'histoire considérée comme science*, Hachette, Paris.

Langlois, C.-V., Seignobos, C.

1898 *Introduction aux études historiques*, Hachette, Paris.

Leduc, J.

2008 *Histoire et vérité*, in [www.ihtp.cnrs.fr/historiographie](http://www.ihtp.cnrs.fr/historiographie).

Le Goff, J.

1963 *Temps du travail dans la "crise" au XIV<sup>e</sup> siècle: du temps medieval au temps moderne*, in Le Goff 1977: 75-76.

1977 *Pour un autre Moyen Age*, Gallimard, Paris.

1978 *L'histoire nouvelle*, in Le Goff, Cartier, Revel 1978: 210-241.

1984 «História», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória-História*, INCM, Porto, 158-259.

- 1986 *A história – uma paixão nova*, in Le Goff, Le Roy Ladurie, Duby, et alii 1986: 9-40.
- 1989 «Comment écrire une biographie historique aujourd'hui», in *Débat*, n.º 54, 1989, mars-avril, 48-53.
- Le Goff, J., Nora, P. (org.)  
1974 *Faire de l'histoire*, Gallimard, Paris.
- Le Goff, J., Chartier, R., Rével, J. (org.)  
1978 *La nouvelle Histoire*, Retz, Paris.
- Le Goff, J., Le Roy Ladurie, E., Duby, G., et alii (org.)  
1986 *A nova história*, Ed. 70, Lisboa.
- Lepetit, Bernard (org.)  
1995 *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*, Albin Michel, Paris.
- Lepetit, Bernard  
1995 *Histoire des pratiques, pratique de l'histoire*, in Lepetit, 1995: 9-22.  
1996 *De l'échelle en histoire*, in Revel 1996: 71-94.
- Levi, Giovanni  
1985 *L'eredità immateriale: carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, Giulio Einaudi, Torino.  
1989 *Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle*; (trad. de l'italien par Monique Aymard précédé de «l'histoire au ras du sol», par Jacques Revel), Gallimard, Paris.
- Mandelbaum, M.  
1977 *The Autonomy of Historical Knowledge*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Mardones, J. M.  
2005 *O retorno do mito*, Almedina, Coimbra, (trad. port. Anselmo Borges).
- Marin, Louis  
1975 *La critique du discours. Sur la "logique de Port-Royal" et les "pensées" de Pascal*, Minuit, Paris.  
1981 *Le Portrait du roi*, Minuit, Paris.  
1993 *Des pouvoirs de l'image*, Seuil, Paris.
- Marrou, H.-I.  
1954 *De la connaissance historique*, Seuil, Paris.
- Mattoso, J.  
1988 *A escrita da História. Teoria e métodos*, Estampa, Lisboa.
- Mendes, J. M. A.  
1987 *A história como ciência: fontes, metodologia e teorização*, Coimbra Editora, Coimbra.
- Mesure, Sylvie; Savidan, Patrick (org.)  
2006 *Dictionnaire des sciences humaines*, PUF, Paris.

Mink, L. O.

- 1966 *The Autonomy of Historical Understanding*, in Fay, Golob, Vann 1987: 61-88.
- 1968 *Philosophical Analysis and Historical Understanding*, in Fay, Golob, Vann 1987: 118-146.
- 1970 *History and Fiction as Modes of Comprehension*, in Fay, Golob, Vann 1987: 42-60.

Müller, B. (org.)

- 2005 *L'histoire entre mémoire et épistémologie. Autour de Paul Ricœur*, Payot, Lausanne.

Müller, B.

- 2005 «Cheminer avec Paul Ricœur. À propos de *La mémoire, l'histoire, l'oubli*», in Müller 2005: 15-35.
- 2005b «L'opération historiographique chez Paul Ricœur ou le statut de l'histoire dans l'épistémologie», in Müller 2005: 183-203.

Pomian, K.

- 1978 *Structure/Conjoncture*, in Le Goff, Chartier, Revel 1978: 534-552.
- 1984 *L'Ordre du temps*, Gallimard, Paris.
- 1989 «Histoire et fiction», in *Le Débat*, n.º 54, mars-avril 1989: 114-137.

Portocarrero, M. L.

- 2005 *Horizontes da hermenêutica em Paul Ricœur*, Ariadne, Coimbra.

Prost, A.

- 1996 *Douze Leçons sur l'histoire*, Seuil, Paris.

Rancière, J.

- 1992 *Les noms de l'histoire. Essai de Poétique du savoir*, Seuil, Paris.

Revel, J. (org.)

- 1996 *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Gallimard – Le seuil, Paris.

Revel, J.

- 1989 *L'histoire au ras du sol*, in Levi 1989: I-XXVIII.
- 1995 *L'institution du social*, in Lepetit 1995: 63-84.
- 1996 *Micro-analyse et construction du social*, in Revel: 1996, 15-36.

Ricœur, P.

- 1964 *Histoire et Vérité (HV)*, Seuil, Paris (2.<sup>a</sup> ed., reimp. 2003).
- 1970 «Qu'est-ce qu'un texte? Expliquer et comprendre», in Ricœur, *TA*, 137-159.
- 1975 *La métaphore vive*, Seuil, Paris (reimp. 2002).
- 1977 «Expliquer et comprendre. Sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire», *Revue Philosophique de Louvain*, 75, 126-147, in Ricœur, *TA*, 161-182.
- 1977b *Sémantique de l'Action*, Éd. du CNRS, Paris.
- 1980 «Pour une théorie du discours narrative», in Tiffeneau 1980: pp. 3-68.

- 1980b «The Contribution of French Historiography to the Theory of History», *The Zaharoff Lecture* (1978-1979), Oxford, Clarendon Press.
- 1981 «L'histoire comme récit et comme pratique. Entretien avec Paul Ricœur», in *Esprit*, 54, 155-165. Redação de P. Kemp e F. Marchetti.
- 1981b «Appropriation», in *Hermeneutics and Human Sciences. Essays on Language, Action and Interpretation*, Paris/Cambridge.
- 1982 «Entre temps et récit: concorde/discorde» in AAVV, *Recherches sur la philosophie et langage. Cahier du groupe de recherches sur la philosophie et le langage de l'Université de Grenoble*, Grenoble.
- 1982b «Il racconto e il tempo», in Franza 1982: 73-92.
- 1982c *Finitud y culpabilidad II: La simbólica del mal*, Taurus, Madrid.
- 1983 *Temps et Récit I: L'intrigue et le récit historique*, Seuil, Paris, (reimp. 2005)
- 1984 *Temps et Récit II: La configuration dans le récit de fiction*, Seuil, Paris (reimp. 2005)
- 1985 *Temps et Récit, III: Le temps raconté*, Seuil, Paris (reimp. 2005).
- 1986 *À l'école de la phénoménologie*, Vrin, Paris.
- 1986b *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*, Seuil, Paris.
- 1987 *Auto-compréhension et histoire* (texto proferido na abertura do simpósio internacional Paul Ricœur – “autocompreensão e história”, Granada, 23-27 de novembro de 1987, publicado in Martines, C. e Crespo, R., *Paul Ricœur. Los caminos de la interpretación*, Anthopos, Barcelona, 1991.
- 1987b «Myth and History», in M. Eliade (ed.), *The Encyclopedia of Religion*, McMillan, N.Y., London, vol. 10, 273-282.
- 1990 «Mythe (L'interprétation philosophique)»: *Encyclopaedia Universalis*, XV, Paris.
- 1992 «Le retour de l'événement», *Mélanges de l'école française de Rome*, 1992, vol. 104, n.º 1, pp. 29-35.
- 1994 «Histoire et rhétorique», *Diogène*, n.º 168, pp. 9-26.
- 1994 «Philosophies critiques de l'histoire: recherche, explication, écriture», in Gutorm Fløistad (org.), *Philosophical Problems Today*, I, Dordrecht-Boston-Londres, Kluwer Academic Publishers, Institut international de philosophie, pp. 139-201.
- 1995 *Réflexion faite: autobiographie intellectuelle*, Esprit, Paris.
- 1996 «Entre la mémoire et l'histoire», *Projet*, n.º 248, 7-16.
- 1998 «La marque du passé», *Revue de Métaphysique et de Morale*, n.º 1, 7-31.
- 1998b «Histoire et mémoire», in Baecque, Delage 1998: 17-28.
- 1999 *Historia y narratividad* (introd. e trad. Ángel Gabilondo), Ediciones Paidós, Barcelona, Buenos Aires, México.
- 2000 *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Seuil, Paris.
- 2000b «L'écriture de l'histoire et la représentation du passé», *Annales* n.º 4, vol. 55, p. 731-747.

- Robin, R.  
2005 «Entre histoire et mémoire», in Müller 2005: 39-73.
- Ryle, G.  
1949 *The Concept of Mind*, Hutchinson's University Library, London.
- Saramago, J.  
1990 «História e Ficção», in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 6 de março, 17-20.  
1999 «O tempo e a História», in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 27 de jan., 5.
- Schutz, A.  
1967 *The phenomenology of the social world*, Northwestern University Press.
- Soares, M.  
2006 *Tempo, mythos e praxis: o diálogo entre Ricœur, Agostinho e Aristóteles*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2013.
- Stone, L.  
1980 «Retour au récit, réflexions sur une vieille histoire», *Le Débat*, n.º 4, 116-142.
- Teixeira, J. S.  
2004 *Ipseidade e Alteridade. Uma leitura da obra de Paul Ricœur*, 2 vols., INCM, Lisboa.
- Tiffeneau, D. (org.)  
1980 *La narrativité*, Ed. du CNRS, Paris.
- Torgal, L. R.  
1998 *História, divulgação e ficção*, in Torgal; Mendes; Catroga 1998: 155-219.
- Torgal, L.R., Mendes, J. A., Catroga, F.  
1998 *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Vol. 2, Temas & Debates, Lisboa.
- Veyne, P.  
1971 *Comment on écrit l'histoire*, Seuil, Paris (reimpr. 2005).  
1974 *L'histoire conceptualisante*, in Le Goff et Nora, I, 1974: 62-92.  
1976 *L'inventaire des différences. Leçon inaugurale au Collège de France*, Seuil, Paris.  
1983 *Como se escreve a história*, Edições 70, Lisboa.
- Vovelle, M.  
1978 *L'histoire et la longue durée*, in Le Goff, Chartier, Revel 1978: 316-343.
- Weber, M.  
1965 *Essais sur la théorie de la science*, Librairie Plon, Paris (trad. alem. e introd. Julien Freund, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 2.ª ed., Tübingen, Mohr, 1951).
- White, H.  
1985 *Tropics of Discourse: essays in a cultural criticism*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

- 1991 “Teoria Literária e Escrita da História”, *Estudos Históricos*, vol. 7, n.º 13, Rio de Janeiro, 21-48.
- 1992 *Metahistoria: La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*, Fondo de Cultura Económica, México; (tradução de *Metahistory. The Historical Imagination in XIX<sup>th</sup> Century Europe*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/London 1973).
- 1992b *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*, Paidós, Barcelona/Buenos Aires/México; (tradução de *The content of the form. Narrative discourse and historical representation*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/London, 1987).
- Wright, H. von  
1971 *Explanation and Understanding*, Routledge and Kegan Paul, Londres.

## II. TUCÍIDES

### 1. EDIÇÕES, TRADUÇÕES E COMENTÁRIOS

- Alberti, I. B., *Thucydides Historiae*, vol. 1 (livros 1-2) 1972, vol. 2 (livros 3-5) 1992, vol. 3 (livros 6-8) 2000, Accademia Nazionale dei Lincei, Roma.
- Gomme, A. W., Andrewes, A., and Dover, K. J., *A historical commentary on Thucydides*, 5 vols., Oxford University Press, Oxford, 1945-81.
- Hornblower, S., *Commentary on Thucydides*, vol.1 (1991, livros 1-3), vol. 2 (1994, livros 4-5.24), vol. 3 (2008, livros 5.25-8.109), Oxford University press, Oxford.
- Romilly, J. de, Bodin, L., Weil, R., *Thucydide, La guerre du Péloponnèse*, 3 vols., Les Belles Lettres, Paris, 2009 (introd. et notes par Claude Mossé).
- Jones, S., Powell, E., *Thucydides, Historiae*, 2 vols., Oxford University Press, Oxford, 1942, reimp. 1963.
- Thucydides, *The Peloponnesian War*, Oxford University Press, Oxford, 2009 (trad. Martin Hammond).
- Tucídides, *Historia de la Guerra del Peloponeso*, Catedra, Madrid, 2005<sup>5</sup> (trad. Francisco Romero Cruz).

### 2. INSTRUMENTOS DE LÍNGUA E CULTURA

- Bétant, E.-A., *Lexicon Thucydideum*, É. Carey éditeur, Genebra, 1843.
- Gonçalves, F. R., *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1966.
- Goodwin, W. W., *Greek grammar*, St. Martin Press, 1983.
- Guthrie, W. K. C., *A history of greek philosophy*, 6 vols., Cambridge University Press, Cambridge, 1962-1981.

- Hornblower, S., Spawforth, A., *The Oxford Companion to Classical Civilization*, Oxford University press, Oxford, 1998.
- Liddel & Scott-Jones, H. S., *A greek-english lexicon, with a revised supplement*, Clarendon Press, Oxford, 1996.
- Prieto, M. H. et alii, *Índice de nomes próprios gregos e latinos*, FCG, Lisboa, 1995.
- Prieto, M. H. et alii, *Do grego e do latim ao português*, FCG, Lisboa, 1995.
- Queyrell, A., Queyrell, F., *Lexique d'histoire e de civilization grecques*, Ellipses, Paris, 1996.

### 3. ESTUDOS

- Adcock, F. E.,  
1963 *Thucydides and his history*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Arendt, H.  
2006 *Entre o Passado e o Futuro*, Relógio de Água, S<sup>ta</sup>. Maria da Feira.
- Aristóteles  
2004 *Poética* (trad. e notas de Ana Maria Valente, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- 2002 *Poética*; prólogo, trad. y notas de António López Eire y epílogo de James J. Murphy, Madrid, Istmo.
- 1992 *Poética* (trad., introd. e notas de Vicente Garcia Yebra), Gredos, Madrid.
- 1980 *La Poétique*, texte, traduction, notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot, Paris, Éd. Du Seuil.
- 1968 *Poetics*, introd., commentaires and appendices by Lucas, Oxford, 1968.
- Aron, R.  
1961 *Dimensions de la conscience historique*, Librairie Plon, Paris.
- Boulay, B.  
2005 «Histoire et narrativité. Autour des chapitres 9 et 23 de *La Poétique* d'Aristote», *Lalies* n.º 26, actes des sessions de linguistique et de littérature d'Aussou (22-27 août 2005), in [http://www.fabula.org/atelier.php?Historia\\_et\\_Poiesis](http://www.fabula.org/atelier.php?Historia_et_Poiesis)
- Bowersock, G. W.  
1965 «The personality of Thucydides», *Antioch Review*, n.º 25: 135-46.
- Brunt, P. A.  
1993 *Studies in Greek History and Thought*, Clarendon Press, Oxford.
- Bury, J. B.  
1908 *The ancient greek historians*, Dover Publications, Nova Iorque.
- Calame, C.  
1991 «Quand dire c'est faire voir: l'évidence dans la rhétorique antique», *Études de Lettres*, 4, 3-22.



- 2005 «Pour une anthropologie des pratiques historiographiques», *L'Homme* 2005/1, n.º 173, 11-45, in <http://lhomme.revues.org/index1568.html>.
- 2007 «Entre historiographie et fiction: indice, témoignage et tradition poétique (Hérodote et Thucydide)», *Vox Poetica* (15/01/2007), in <http://www.vox-poetica.org/t/rl/calameRL.html>.
- Canfora, L.  
1999 *Totalità e selezione nella storiografia classica*, Laterza, Bari.
- Catroga, F.  
2006 «Ainda será a história mestra da vida?», *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 32, pp. 7-34, in <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/issue/view/129>  
2009 *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Almedina, Coimbra.
- Châtelet, F.  
1962 *La naissance de l'Histoire*, Minuit, Paris.
- Cícero  
2000 *De Legibus*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.  
2002 *De Oratore*, London, Bristol.
- Clarck, M. T.  
1991 *The tragic science of political realism: power, necessity and deliberation in Thucydides*, The Johns Hopkins University.
- Cochrane, C. N.  
1929 *Thucydides and the science of history*, Oxford University Press, London.
- Cogan, M.  
1981 *The human thing*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Collingwood, R. G.  
1989 *A ideia de história*, Presença, Lisboa (7.ª ed.).
- Connor, W. R.  
1977 «A Post-Modernist Thucydides?», *CJ* 72, 289-298; in Rusten 2009: 29-43.  
1984 *Thucydides*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- Cornford, F. M.  
1971 *Thucydides Mythistoricus*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- Crane, G.  
1996 *The Blinded Eye. Thucydides and the new written word*, Rowman & Littlefield publishers, inc., Boston Way, Lanham, Maryland.  
1998 *Thucydides and the Ancient Simplicity. The Limits of Political Realism*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London.
- Detienne, M.  
2006 *Les Maîtres de Vérité dans la Grèce archaïque*, Le livre de poche, Paris.

- Dewald, C.  
 2009 *The figured stage: focalizing the initial narratives of Herodotus and Thucydides*, in Rusten 2009: 114-147.
- Dosse, F.  
 2000 *L'histoire*. Armand Colin, Paris.
- Dover, K. J.  
 1983 «Thucydides as 'History' and 'as Literature'», in Rusten 2009: 44-59.
- Edmunds, L.  
 1993 «Thucydides in the Act of Writing», in R. Pretagostini (ed.), *Tradizione e Innovazione nella Cultura Greca*, pp. 831-852, Rome; in Rusten 2009: 91-113.
- Erskine, A. (ed.)  
 2009 *A companion to ancient history*, Blackwell, Oxford.
- Fialho, Maria do Céu,  
 2003 «Mito, narrativa e memória», *Antiguidade Clássica: que fazer com este património? Colóquio à Memória de Victor Jabouille.*, Maio, 8-10. Centro de Estudos Clássicos, Lisboa: 127-134, 2004.
- Finley, John H.  
 1942 *Thucydides*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.  
 1967 *Three Essays on Thucydides*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- Finley, Moses I.  
 1981 *Mythe, Mémoire, Histoire*, Flammarion, Paris.
- Ginzburg, C.  
 1989 «Traces. Racines d'un paradigme indiciaire», in *Mythes, Emblèmes, Traces. Morphologie et histoire*, coll. «Nouvelle Bibliothèque scientifique», Paris.  
 1999 *History, rhetoric, and proof*, University Press of New England, Hanover and London.
- Goldhill, S.  
 2007 «What is ekphrasis for?», *Classical Philology*, vol. 102, n.º 1 (Janeiro 2007): 1-19.
- Goldhill, S. & Osborne, R. (eds.)  
 1994 *Art and Text in Ancient Greek Culture*, Cambridge University, Cambridge.
- Gomme, A. W.  
 1954 *The Greek attitude to poetry and history*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- Grant, J. R.  
 1974 «Toward knowing Thucydides», *Phoenix*, vol. XXVIII: n.º 1 (1974): 81-94.
- Gray, V.  
 1987 «Mimesis in greek historical theory», *American Journal of Philology*, vol. 108, n.º 3 (1987): 467-486.

- Gustafson, L. (ed.)  
2000 *Thucydides' theory of International Relations. A lasting possession*, Louisiana State University Press, Baton Rouge.
- Halliwell, S.  
2002 *The aesthetics of mimesis*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- Hartog, François,  
1980 *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*, Gallimard, Paris.  
2005 *Évidence de l'histoire*, Gallimard, Paris.
- Hornblower, S.  
1987 *Thucydides*, Duckworth, London.  
2004 *Thucydides and Pindar*, Oxford University Press, Oxford.
- Hunter, Virginia,  
1973 *Thucydides the artful reporter*, Hakkert, Toronto.  
1982 *Past and process in Herodotus and Thucydides*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- Kagan, D.  
2009 *Thucydides. The reinvention of history*, Viking, New York.
- Kemmann, A.  
1996 "Evidentia", in G. Ueding (ed.), *Historisches Wörterbuch der Rhetorik*, vol. III, Darmstadt: Niemeyer, Tübingen, cols. 33-47.
- Kemos, A.  
1994 «The influence of Thucydides in the Modern World», in <http://www.hri.org/por/thucydides.html>., artigo extraído de *Point of Reference*, shmeion anaforas, Fall 1994.
- Kennedy, G.  
1963 *The art of persuasion in ancient Greece*, Princeton University Press, Princeton.
- Kitto, K. D. F.  
1966 *Poiesis. Structure and thought*, University of California Press, Berkeley.
- Koselleck, R.  
1990 *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*, EHESS, Paris.
- Lamb, W. R. M.  
1914 *Clio enthroned: a study of prose form in Thucydides*, University Press, Cambridge.
- López Eire, A.  
2002 *Aristóteles, Poética*, Istmo, Madrid.  
2008 «La influencia de la Retórica sobre la Historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía» in *Talia Dixit* 3 (2008): 1-32, no sitio <http://www.unex.es/arengas/taliadixit.htm>.

Loraux, N.

- 1980 «Thucydide n'est pas un collègue», in *Quaderni di storia*, n° 12 (luglio-dicembre 1980): 55-82.
- 1986 «Thucydide a écrit la Guerre du Péloponnèse», in *Mètis. Anthropologie des mondes grecs anciens*, vol. 1, n.° 1 (1986): 139-161.
- 1997 «Un absent de l'histoire?», in *Mètis. Anthropologie des mondes grecs anciens*, vol. 12 (1997): 223-267.

Macleod, C.

- 1983 *Collected essays*, Clarendon Press, Oxford.

Marincola, J.

- 1997 *Authority and tradition in ancient historiography*, Cambridge University Press, Cambridge.

Marincola, J. (ed.)

- 2007 *A companion to greek and roman historiography*, 2 vols., Blackwell, Oxford.

Meinecke, F.

- 1970 *Varieties of History*, Vintage Books, New York, 1970 (2.<sup>a</sup> ed.).

Momigliano

- 1984 *La historiografía griega*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 1992 *Les fondations du savoir historique*, Les Belles Lettres, Paris.

Moraux, P.

- 1954 «Thucydide et la rhétorique», *Les Études Classiques* 22, 3-23.

Mudrovic, I.

- 2007 «El debate en torno a la representación de acontecimientos límite del pasado reciente: alcances del testimonio como fuente», *Dianoia*, vol. LII, n.° 59 (Noviembre 2007): 127-150.

Mugler, C.

- 1951 «Sur la méthode de Thucydide», *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, supplément *Lettres d'humanité*, n.° 4 (décembre 1951): 20-51.

Nogueira, A.

- 2000 *A filosofia do poder. Nomos e Physis e a lei do mais forte em Tucídides*, Universidade do Algarve, Faro.

Parry, A. M.

- 1969 «The language of Thucydides' description of the Plague», *BICS* 16, 106-108, in Parry 1989: 157-176.
- 1972 «Thucydides' historical perspective», *Yale Classical Studies*, Cambridge University Press, Cambridge, 47-61.
- 1988 *Logos and Egon in Thucydides*, Ayer Company Publishers, inc., Salem, New Hampshire.
- 1989 *The Language of Achilles and other papers*, Clarendon Press, Oxford.

Pineda, V.

- 2008 “Verdad, ficción y estrategias narrativas: nuevas perspectivas historiográficas”, *Talia Dixit* 3, 105-121.

Pippidi, D. M.,

- 1948 «Aristote et Thucydide: en marge du chapitre IX de la *Poétique*», *Mélanges de Philologie, de Littérature et d'Histoire Anciennes à J. Marouzeau*, Les Belles Lettres, Paris, 483-490.

Pires, F. M.

- 1998 «A retórica do método (Tucídides i.22 e ii.35)», in *Revista de História*, n.º 138 (1998): 9-16.
- 2003 «Thucydide et l'assemblée sur Pylos (IV.26-28): rhétorique de la méthode, figure de l'autorité et détours de la mémoire», *The Ancient History Bulletin* n.º 17, 127-148.
- 2007 *Modernidades tucidideanas*, Editora da Universidade de S. Paulo, S. Paulo.

Plutarco

- 1936 *De gloria Atheniensium*, Loeb Classical Library edition of the *Moralia*, vol. IV: 489-527.

Prost, A.

- 1996 *Douze Leçons sur l'histoire*, Seuil, Paris.

Rancière, J.

- 1992 *Les noms de l'histoire. Essai de Poétique du savoir*, Seuil, Paris.

Rocha Pereira, M. H.

- 1998<sup>s</sup> *Estudos de História da Cultura Clássica I – Cultura Grega*, FCG, Lisboa.

Rood, T.

- 1998 *Thucydides. Narrative and Explanation*, Oxford University Press, Oxford.

Romilly, J.

- 1956 *Histoire et raison chez Thucydide*, Les Belles Lettres, Paris.
- 1990 *La construction de la vérité chez Thucydide*, Julliard, Paris.
- 2005 *L'invention de l'histoire politique chez Thucydide*, Rue d'Ulm, Paris.

Rorty, A. O. (org.)

- 1992 *Essays on Aristotle's Poetics*, Princeton University Press, New Jersey.

Rusten, J. (org.)

- 2009 *Oxford Readings in Classical Studies*, Oxford University Press, Oxford.

Rusten, J.

- 2009 *Thucydides and his Readers*, in Rusten 2009: 1-28.

Sauge, A.,

- 1992 *De l'épopée à l'histoire. Fondement de la notion d'historiè*, Francfort, Peter Lang.

Ste. Croix, G. E. M.

- 1972 *The origins of the Peloponnesian War*, Duckworth, Londres.

- 1992 *Aristotles on History and Poetry (Poetics, 9, 1451a36-b11)*, in Rorty 1992: 23-32.
- Stahl, H.-P.  
 2003 *Thucydides: man's place in history*, The Classical Press of Wales, Swansea.
- Swain, S.  
 1993 «Thucydides 1.22.1 and 3.82.4», *Mnemosyne*, vol. XLVI, Fasc. 1 (1993): 33-45.
- Tucker, A.  
 2009 *A companion to the philosophy of history and historiography*, Blackwell, Oxford.
- Untersteiner, M.  
 1954 *The Sophists*, Basil Blackwell, Oxford (trad. ingl., *I Sofisti*, por K. Freeman).
- Várzeas, M.  
 2004 «Entre a história e a ficção. Os discursos na obra de Tucídides», *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, vol. II, Porto: 277-282.
- Veyne, P.  
 1971 *Comment on écrit l'histoire*, Seuil, Paris.
- Vlachos, A. S.,  
 1970 *Partialités chez Thucydide*, Collection de l'Institut Français d'Athènes, Athènes.
- Walker, A. D.,  
 1993 "Enargeia and the Spectator in Greek Historiography", *Transactions and proceedings of the American Philological Association* 123, 353-377.
- Wallace, W. P.  
 1964 «Thucydides», *Phoenix*, vol. XVIII: 4, (1964): 251-261.
- Weil, R.,  
 1960 *Aristote et l'histoire. Essai sur la «Politique»*, Klincksieck, Paris.
- Webb, R.  
 2009 *Ekphrasis, imagination and persuasion in ancient rhetorical theory and practice*, Ashgate, Surrey.
- Whirthmarsh, T.,  
 2002 "Written on the body: ekphrasis, perception and deception in Heliodorus' *Aethiopia*", in J. Elsner (ed.), *The Verbal and the Visual: Cultures of Ekphrasis in Antiquity*, *Aureal= Ramus* 31, Victoria, 111-135.
- Woodmann, A. J.,  
 1988 *Rhetoric in Classical Historiography. Four studies*, AP, London and Sydney.
- Zangara, A.,  
 2007 *Voir l'histoire. Théories anciennes du récit historique, II<sup>e</sup> siècle avant J.-C. – II<sup>e</sup> siècle après J.-C.*, Vrin, Paris.

---

Zanker, G.,

- 1981 “*Enargeia* in the Ancient Criticism of Poetry”, *Rheinisches Museum* 124, 297-311.

Zeitlin, F.,

- 1994 “The artful eye: vision, ekphrasis and spectacle in Euripidean theatre”, in Goldhill, S. & Osborne, R. (eds.), *Art and Text in Ancient Greek Culture*, Cambridge University, Cambridge, pp. 138-196.

Zoido, J. C. I.

- 2006 «El sistema de engarce narrativo de los discursos de Tucídides», in *Talia Dixit* 1 (2006): 1-28, no sitio <http://www.unex.es/arengas/taliadixit.htm>.
- 2011 *El legado de Tucídides en la cultura occidental – Discursos e historia*, CECH, Coimbra, in <https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/handle/123456789/61>.

(Página deixada propositadamente em branco)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Agamben (G.): 520  
Agostinho (S.): 152, 220, 221, 223, 224, 232, 242, 250, 257, 327  
Alcibiades: 173, 308, 463, 510, 550, 553, 556, 558, 563, 583  
Allegra (L.): 85  
Anaxágoras: 540  
Anaxímenes: 469  
Andócides: 510  
Aníbal: 186  
Ankersmit (F. R.): 377  
Antifonte: 471  
Arendt (H.): 228, 365, 408, 425, 428, 429, 443, 446, 448, 457, 465, 479  
Ariès (P.): 212  
Aristogíton: 510  
Aristófanes: 496, 510  
Aristóteles: 17, 24, 28, 35, 68, 118, 132, 139, 148, 155, 156, 159, 166, 167, 168, 180, 181, 189, 201, 205, 212, 219, 220, 221, 224, 227, 231, 233, 241, 257, 259, 276, 304, 308, 309, 321, 322, 327, 350, 353, 365, 370, 379, 405, 409, 425, 426, 437, 475, 477, 483, 489, 494, 496, 497, 504, 524, 525, 526, 527, 529, 534, 536, 545, 549, 552, 560, 562, 563, 566, 576, 577, 582, 583, 588, 594, 597, 598, 599  
Arnaut (A. P.): 337  
Aron (R.): 24, 51, 53, 64, 72, 77, 78, 81, 84, 103, 109, 161, 164, 169, 184, 185, 191, 192, 271, 338, 450, 455, 456, 460, 529, 531, 532, 533, 548  
Arquidamo: 463  
Artabano: 462  
Atenágoras: 463  
Auerbach (E.): 156, 366  
Austen (J.): 592  
Austin (J. L.): 70  
Barthes (R.): 236, 337, 361, 362, 366, 376, 378, 389, 391, 400, 554, 579, 580, 598

- Bebiano (R.): 31, 36, 208  
Benveniste (E.): 206, 242, 243, 327, 337, 362, 594  
Bergson (H.): 327  
Berr (H.): 88  
Bismarck: 185, 186, 192, 193  
Bloch (M.): 46, 48, 49, 52, 77, 85, 88, 89, 92, 176, 219, 249, 331, 333, 334, 339, 342  
Bodin (L.): 535  
Boécio: 150  
Boltanski (L.): 373  
Bonifácio (F.): 37, 315  
Booth (W.): 156, 286, 287  
Boulay (B.): 550, 552  
Bowersock (G.): 476  
Brásidas: 496, 505, 543  
Braudel (F.): 49, 61, 84, 88, 92, 103, 194, 199, 201-209, 211, 212, 214, 238, 326, 328, 342, 344, 355, 356, 401, 404, 405, 423, 529, 546, 548, 585  
Bruhl (L.): 341  
Brunt (P. A.): 473, 588  
Burckhardt (J.): 153, 159  
Calame (C.): 501, 583, 585, 584, 594, 600  
Camus (A.): 590  
Carbonell (C.-O.): 79  
Carrard (P.): 207, 208  
Cassirer (E.): 227  
Catroga (F.): 37, 44, 384, 407, 427, 434, 437, 447, 542, 560, 563  
Cedronio (M.): 85  
Certeau (M.): 24, 37, 270, 273, 275, 317, 320, 331, 344, 352, 382, 383, 400  
Chanu (P.): 101, 342  
Charles (M.): 287  
Chartier (R.): 37, 38, 85, 207  
Chase (J. H.): 154  
Châtelet (F.): 24, 402, 406-409, 430, 431, 448, 453, 462-464, 513, 533, 540, 541, 544, 559, 579  
Chateaubriand: 99  
Christie (A.): 154  
Cícero: 424, 447  
Cléon: 463, 474, 478, 484, 496, 510, 561, 575, 583  
Cochrane (C.N.): 25, 412, 423, 469, 476, 477, 486, 590  
Codefroy (E. F.): 174

- Cogan (M.): 448, 454, 472, 473, 487  
Coleridge (S.): 369  
Collingwood (R. G.): 24, 72, 117, 143, 215, 263, 270, 292, 302, 338, 370, 403, 459, 466, 495, 520, 529, 539, 543  
Comte (A.): 78, 334  
Condorcet: 30  
Connor (W. R.): 400, 438, 454, 460, 484, 487, 567, 568, 570-573, 595  
Cónon: 510  
Corneille: 542  
Cornford (F.): 25, 476, 482, 484, 485, 488, 491, 497, 539, 540, 574  
Coulanges (F.): 78  
Crane (G.): 409, 416, 417, 438-440, 474, 478, 488, 503, 504, 514, 572, 581, 582, 595  
Crítias: 407  
Croce (B.): 143, 153  
Danto (A.): 124, 125-130, 146, 148, 178, 182, 211, 212  
Dawkins (R.): 435  
Delacroix (C.): 37, 42, 43, 47, 61, 78, 85, 312, 341, 347, 385, 394  
Demóstenes: 450, 510  
Descartes (R.): 56, 542  
Detienne (M.): 437, 463  
Diderot: 126  
Dilthey (W.): 24, 53, 54, 64, 65, 68, 70, 109, 143, 215, 244, 270, 271, 302, 355, 385  
Diodoto: 463  
Dionísio de Halicarnasso: 421, 443, 476, 586, 587, 594  
Dosse (F.): 24, 29, 31, 35, 37, 39, 41, 47, 61, 78, 85, 87, 183, 207, 261, 312, 314, 341, 343, 347, 384, 385, 394, 405, 411, 421, 437  
Dray (W.): 104, 105, 112, 113-119, 122, 129, 140, 171, 175, 178, 184, 338, 340, 528  
Droysen (J. G.): 389, 474  
Duby (G.): 204  
Dulong (R.): 329, 520  
Durkheim (E.): 87, 91, 209  
Edmunds (L.): 435, 438, 518  
Eire (A. L.): 551  
Elias (N.): 273, 344, 357  
Empédocles: 540  
Engels: 548  
Ésquilo: 420, 476, 491, 496, 552, 554, 569  
Estenelaidas: 463  
Euclides: 498, 574

- Eurimedonte: 510, 578  
Eurípides: 470, 471, 489, 575, 580  
Febvre (L.): 46, 48, 77, 78, 85, 87, 93, 95, 100, 208, 341, 404  
Fernandes (R.): 18  
Fialho (M.C.): 18, 429  
Filipe II: 199-201, 203, 356, 585  
Finley (J. H.): 453, 470, 471, 482, 535, 574, 590  
Finley (M.): 405, 430, 509, 511, 563, 564, 565  
Fløistad (G.): 318  
Foucault (M.): 273, 344, 523  
Frankel (C.): 109, 110  
Fraser (J. T.): 299  
Frege (G.): 69  
Friendländer (S.): 316, 334, 364  
Fritz (K.): 403, 588  
Frye (N.): 156, 158, 236, 303, 573  
Furet (F.): 79, 203, 374  
Gadamer (H. G.): 284, 292, 296, 566  
Galileu: 65, 189, 332, 402  
Gallie (W.): 73, 75, 129, 140, 146-149, 175, 178, 179, 199, 231, 536  
Garcia (P.): 47, 61, 78, 85, 312, 341, 347, 385, 394  
Gardiner (P.): 103, 105, 107, 109, 111, 177  
Genette: 236  
Ginzburg (C.): 31, 311, 316, 332, 338, 346, 347, 365, 367, 400, 513, 521, 525, 526, 528, 554, 563, 585, 598  
Goldhill (S.): 584, 593, 597  
Gomez (A.): 384  
Gomme (A. W.): 420, 459, 460, 474, 482, 490, 491, 493, 494, 496-498, 554, 574, 590  
Gomperz: 539  
Górgias: 417, 469, 471, 514, 580, 586, 595, 597  
Grant (J. R.): 476, 485, 486  
Gray (V.): 554  
Greimas (A. J.): 236  
Guizot (F.): 154, 374  
Gustafson: 461  
Gylipo: 570, 583  
Habermas (J.): 365  
Halbwachs (M.): 323, 339  
Hartog (F.): 24, 61, 403, 411, 416, 420, 431, 436, 444, 507, 512, 513, 516, 518-520, 554, 562, 576, 593

- Hecateu de Mileto: 418, 429, 431, 432, 509
- Hegel: 66, 153, 162, 239, 292, 428, 459
- Heidegger (M.): 69, 152, 217, 220, 222, 228, 240, 244, 251, 256, 382
- Helánico de Mitilene: 419, 509
- Hempel (C.): 73, 74, 103-108, 112, 113, 124, 129, 158, 175
- Hermócrates: 463, 474
- Heródoto: 23, 24, 38, 39, 49, 89, 172, 173, 317, 402, 403, 405, 406, 408, 409, 415, 418, 419, 427, 429-433, 435-437, 439-443, 447, 452, 458, 459, 462, 483, 488, 491, 495, 496, 503, 506, 508, 509, 515, 516, 520, 523, 527, 542, 544, 547, 552, 553, 559, 564, 565, 568, 572, 578, 583, 587, 594, 598
- Hesíodo: 459, 488, 548, 565
- Hípias: 506, 510
- Hipócrates: 476, 490, 590
- Hobbes (T.): 480
- Homero: 201, 439, 442, 443, 462, 488, 496, 509, 525, 548, 587
- Horácio: 588
- Hornblower (S.): 411, 412, 418, 420, 423, 429, 449, 462, 468, 469, 474, 477, 478, 483, 488, 489, 490, 508, 509, 524, 525, 535, 561, 562, 574, 589
- Hume (D.): 70, 71, 198, 400, 411
- Hunter (V.): 404, 417, 419, 441, 442, 454, 455, 476, 477, 480, 481, 485, 503, 504, 512, 515, 516, 529, 533, 538, 539, 541-544, 547, 548, 549
- Husserl: 27, 39, 65, 69, 75, 182, 183, 220, 221, 240, 245, 256, 257, 302, 327
- Hypérbolo: 478
- Ingarden (R.): 289
- Iser (W.): 288, 289
- Isócrates: 514, 597
- Jacoby: 365
- Jakobson (R.): 337, 362
- James (H.): 571
- Jaspers (K.): 53
- Jauss (H. R.): 288, 292, 294, 296, 385, 387-390, 394
- Jones (H.): 413
- Joyce (J.): 290
- Kagan (D.): 461
- Kant (I.): 230, 231, 233, 240, 325, 327, 400, 542
- Kellogg (R.): 156
- Kemmann (A.): 584
- Kemp (P.): 25
- Kermode (F.): 232, 236

- Koselleck (R.): 247, 358, 381, 446  
Kuhn (T): 401  
Labrousse (E.): 84, 88, 95, 194, 312, 342, 344  
Ladurie (E.): 97  
Lamb (W. R.): 482, 497, 574  
Langlois (C. V.): 78, 89, 334, 434  
Le Duc (J.): 57  
Lepetit (B.): 340, 344, 347, 348  
Leucipo: 540  
Lévinas (E.): 252  
Levi (G.): 346  
Lloyd (G.): 343  
Le Goff (J.): 31, 37, 38, 47, 49, 85, 95, 98, 100, 102, 203, 273, 315, 342  
Longino: 594  
Loraux (N.): 403, 412, 433, 438, 476, 485, 505, 574  
Luciano: 563  
Luis XIV: 272, 374  
Mabillon: 401  
Macauley: 403  
Mandelbaum (M.): 171, 195-198  
Mandrour (R.): 343  
Mann (T.): 236, 252, 257  
Mannheim (K.): 160, 244  
Marcelino: 418  
Marchetti (F.): 25  
Marin (L.): 304, 351, 354, 371, 372, 386, 579, 583  
Marincola (J.): 416, 507  
Marrou (H.-I.): 24, 51, 53, 72, 77, 78, 81-84, 161, 164, 215, 271, 273, 335  
Marshall (G.): 460  
Marx (K.): 61, 153, 159  
Meinecke (F.): 572  
Mendes (J.): 44, 78, 79  
Meyer (E.): 403  
Michelet: 153, 158, 161, 277, 304, 374, 384, 435, 575  
Mink (L. O.): 141-158, 179, 182, 199, 231, 355, 357  
Momigliano (A.): 365, 401, 403, 409, 418, 421-423, 457-459, 504, 506, 507, 509, 511, 516, 533  
Montesquieu: 30, 173  
Mudrovcic (M.): 520

- Mugler (C.): 424, 541,  
Müller (G.): 236  
Newton (I.): 65, 183  
Nícias: 416, 450, 463, 510, 518  
Nicolau: 586  
Niebuhr (R.): 400, 402, 459  
Nietzsche (F.): 153, 360, 526  
Nogueira (A.): 18, 452, 455, 460, 538  
Noiriel (G.): 79  
Nora (P): 203, 273, 342  
Otto (R.): 305  
Parry (A.): 415, 435, 449, 468, 476, 484, 490, 506, 574, 590, 591  
Pausânias: 510, 523, 524  
Pepper (S. C.): 160  
Pereira (M. H. R.): 431  
Péricles: 470, 475, 484, 491, 494, 497, 524, 580, 583, 591  
Píndaro: 428, 569  
Pippidi: 554, 555, 557  
Pires (M.): 436, 504, 599  
Pisístrato: 509, 510  
Pitágoras: 459  
Platão: 150, 241, 262, 268, 269, 350, 353, 409, 426, 437, 459, 470, 471, 495, 496, 510, 526, 539, 551, 557, 569, 588, 590, 597  
Plotino: 242  
Plutarco: 480, 560, 570, 588  
Políbio: 38, 443, 459, 509, 553, 560, 575, 586  
Pomian (K.): 30, 87, 94, 96, 98, 327, 385, 387, 389-394  
Popper (K.): 55, 57, 104  
Portocarrero (M. L.): 28  
Powell (J.): 413  
Praxífanos: 563  
Propp (V.): 236, 360  
Prost (A.): 46, 56, 64, 78, 79, 153, 187, 191, 208-216, 335, 401, 585  
Protágoras: 463, 580, 597  
Proust (M.): 236, 252, 255, 257, 258  
Quintiliano: 586  
Rancière (J.): 37, 57, 203, 206, 208, 435, 585  
Ranke (L.): 24, 37, 78, 100, 153, 158, 275, 302, 374, 379, 400, 402, 403, 434, 572, 575  
Revel (J.): 85, 344-346

Rickert: 77

Ricœur (P.): 23-394, 399-401, 405, 406, 422, 434, 435, 446, 477, 480, 498, 499, 502, 503, 518, 519, 521, 529, 531, 534, 536, 545, 552, 559, 566, 567, 571, 577-579, 581, 583, 585, 588, 594, 598, 599

Robin (R.): 316

Romilly (J.): 403, 445, 446, 449, 451, 453, 454, 456, 463, 465, 479, 480-482, 498, 526, 530, 531, 533-538, 549, 560, 569, 570, 574, 590

Rusten (J.): 401, 435, 484, 487, 518

Ryle (G.): 108, 177

Saint-Hilaire (B.): 557

Salústio: 476

Sauge (A.): 436

Saussure (F.): 68, 359, 360, 391

Scholes (R.): 156

Schutz (A.): 244, 245, 247

Seignobos (C.): 51, 78, 89, 334, 434, 585

Shakespeare: 258

Simiand (F.): 48, 87, 89, 95

Simmel (G.): 77

Simónides (de Céos): 588

Soares (M.): 17, 219

Sócrates: 470, 471, 490, 597

Sófocles: 426, 525, 569

Sólon: 564

Spiegel: 365

Stahl (H.-P.): 487

St. Croix: 556, 558, 559, 562

Stendhal: 508

Stone (L.): 210, 311, 315

Stuart Mill (J.): 65

Swain (S.): 467

Tácito: 99, 452

Tackeray: 508

Teixeira (J.): 102, 219, 251, 270, 303

Temístocles: 510, 523

Teofrasto: 563

Thévenot (L.): 373

Thibaudet (A.): 490

Tiffeneau (D.): 28, 29, 36, 62, 79, 119, 125, 219



- Timeu: 38, 343  
Tito Lívio: 99, 491  
Tocqueville: 153, 159, 161, 277  
Tolstoï (L.): 304, 508  
Torgal (L. R.): 44  
Torre (A.): 85  
Tucídides: 24, 25, 29, 38, 39, 99, 171-174, 304, 317, 399-600  
Untersteiner (M.): 417  
Valla (L.): 401, 412, 433  
Várzeas (M.): 462  
Vernant (J. P.): 343  
Veyne (P.): 23, 24, 37, 123, 164-176, 180, 199, 201, 231, 270, 271, 273, 306, 399, 405, 553  
Vico (G.): 359  
Voltaire: 30  
Wahl (F.): 260  
Walker (A. D.): 584, 588  
Wallace (W. P.): 471, 485, 505, 575  
Walsh (W. H.): 142  
Webb (R.): 585, 594, 595  
Weber (M.): 53, 55, 77, 185, 187-193, 201, 245, 246, 259, 338, 456, 529, 530, 532  
Weil (R.): 555, 557, 563  
Whirthmarsh (T.): 584  
White (H.): 24, 41, 94, 153-164, 176, 180, 182, 214, 274-282, 298, 302, 303, 316, 317, 327, 362-363, 370, 376, 386, 388, 389, 395, 400, 422, 497, 521, 573, 579, 580, 598  
Wieviorka (A.): 520  
Wilamowitz (U.): 403, 431  
Windelband (W.): 86, 103  
Wittgenstein (L.): 70  
Woolf (V.): 236, 252, 254, 257  
Wright (G.): 55, 70, 71, 112-119, 121, 177, 184, 340  
Xenofonte: 443, 452, 558, 569  
Zangara (A.): 584  
Zanker (G.): 584, 586  
Zenão de Eleia: 459  
Zeitlin (F.): 584

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ação: 27, 59, 64, 67, 70, 72, 74, 76, 82, 118, 181, 223, 287, 297, 382, 562, 569, 584, 587, 589, 590
- Acontecimento: 30, 41, 44, 49, 57, 60-63, 68, 72, 73, 76-80, 94, 95, 99, 102, 105, 106, 111, 113, 114, 116, 117, 124, 126-128, 131, 134, 136, 139, 142, 144, 149-152, 157, 160, 164, 166, 167-174, 177-181, 186-188, 191-193, 199-206, 207-210, 212-214, 216, 230-233, 237, 238, 249, 263, 264, 267, 271, 273, 274, 276, 279, 283, 289, 304-306, 307, 327, 336, 337, 339, 350, 355-358, 366-368, 372, 374-378, 387, 399, 402, 406, 407, 411, 415-416, 426, 428, 429, 436, 439, 440, 442, 446, 447, 448, 454, 456-457, 458-460, 462, 464-466, 468, 470, 473, 478-480, 483, 486, 487, 491, 493, 507, 517, 520-522, 528, 530, 531, 534-541, 543-545, 547-549, 552, 553, 559, 560, 563, 572-574, 577, 578, 581, 582, 583, 585, 587, 589, 593-595, 598
- Akribeia*: 24, 411, 412, 440, 466, 467, 472, 482, 483, 489, 513, 518, 520, 589
- Análise: 48, 49, 63, 67-70, 76, 89-92, 115, 120, 178, 184, 382, 400, 568
- Analogia: 107, 161, 170, 175, 194-197, 205, 206, 212, 271, 275, 282, 284, 333, 393, 411, 415, 441, 445, 516, 546
- Análogo: 41, 42, 182, 190, 262, 275, 280, 282, 283, 296, 302, 379, 436, 447, 516
- Anamnesis*: 314, 321, 427
- Annales: 30, 46, 60, 62, 77-78, 84-89, 92, 93, 100, 101, 137, 165, 175, 176, 202, 203, 207, 311, 312, 326, 339, 344, 355, 384, 385, 401, 404, 546
- Apate*: 417, 419
- Arqueologia: 86, 344, 412, 423, 503, 509, 514, 523-528
- Arquivo: 55, 93, 240, 248, 249, 301, 314, 318, 319, 325, 329, 331, 346, 352, 369, 370, 503, 506, 509, 519, 546
- Atenas: 439, 450, 452, 456, 463, 465, 469, 470, 478, 479, 491-496, 505, 524, 525, 531, 533, 543, 545
- Atrekeia*: 440
- Autopsia* (observação): 402, 437, 506, 508, 512, 517, 519
- Calendário: 241-243, 251, 252, 259, 299, 300, 327, 369, 544, 546
- Causa: 49, 61, 70, 71, 74, 105, 158, 169, 171, 180, 187, 191, 198, 209, 215-216, 250, 484, 537, 538, 540-542, 544, 559

- Causalidade: 23, 49, 71, 87, 171, 187-191, 198, 212, 345, 532, 537, 540, 545, 547, 552
- Ciência: 24, 27, 30, 31, 35, 38, 43, 55, 57, 65, 72, 73, 78, 82, 85, 103, 107, 171, 172, 175, 208, 209, 239, 355, 389, 391, 400, 406, 408, 412, 435, 443, 463, 477, 529
- Compreensão: 24, 27, 35, 38, 42, 43, 47, 49, 53-55, 61-67, 68, 70-74, 76, 77, 81-84, 86, 91, 103, 115, 117, 120, 123, 128, 130-131, 135, 138-139, 142-145, 148-149, 152, 154, 160, 164, 169, 170, 172, 174, 175, 177, 178-181, 182, 184, 194, 199, 200, 214-216, 231, 246, 271, 279, 284, 294, 303, 314, 315, 317-319, 328, 334, 336, 337-340, 352, 354, 356, 362, 364, 394, 405, 448, 502, 520, 522, 529-532, 536, 538, 547
- Concordância: 147, 152, 162, 163, 179, 180, 223, 231, 259, 356
- Configuração: 40, 59, 123, 132, 141, 147, 149-151, 153, 162, 179, 184, 191, 199, 205, 213, 233, 285, 290, 296, 299, 318, 336, 345, 347, 353, 358, 360, 363, 367, 385, 388, 400, 405
- Conjuntura: 87, 94, 97, 101, 102, 177, 200, 202, 350, 358, 377
- Corinto: 450, 561
- Crítica: 40, 44, 48, 51, 55, 60, 76, 77, 79, 81, 112-118, 141, 152, 155, 156, 172, 176, 177, 180, 225, 234, 236, 265, 332, 365, 367, 393, 401, 402, 405, 415, 432, 433, 539, 583, 586
- Crônica: 60, 85, 156, 157, 176, 181, 215, 232, 243, 366, 479, 491, 528, 545, 552, 555, 557, 559
- Cuidado: 47, 54, 55, 222, 228, 251, 262, 354, 394, 402, 466, 483, 513, 573
- Dasein: 164, 221, 228
- Dialética: 24, 27, 43, 47, 50, 59, 63, 64, 66, 67, 70, 72, 76, 81, 147, 152, 162, 175, 177, 179, 183, 203, 205, 214, 217, 218, 228, 275, 280, 283, 284, 287, 290, 291, 295, 296, 310, 326, 331, 333, 352, 369, 371, 379, 382, 387, 490, 532
- Discordância: 147, 152, 168, 179, 180, 202, 223, 231, 256, 356
- Discurso: 23, 24, 30, 31, 54, 57, 67, 68, 80, 129, 154, 196, 206, 207, 234, 279, 280, 316, 318, 319, 325, 328, 336, 337, 340, 341, 350, 352, 353, 359, 362, 364, 365, 367-371, 373, 378, 381, 382, 386, 403, 412, 415, 416, 432, 434, 435, 438, 441-443, 434, 452-454, 462, 466-475, 476, 479-481, 483, 492-494
- Distentio animi*: 220, 224
- Dívida: 261, 275, 283, 284, 295, 302, 303, 310, 382
- Documento: 41, 42, 48, 50, 52, 53-55, 78, 84, 86, 240, 248, 249, 261, 276, 279, 301, 304, 329, 331, 333-335, 338, 339, 346, 352, 370, 386, 402, 413, 479, 491, 510, 516, 521, 523, 546, 555
- Doxa*: 171, 417, 441, 455, 482, 520, 553, 599
- Eikon*: 235, 313, 320, 351, 379, 527
- Ekphrasis*: 582, 584-587, 589, 590, 593-598
- Enargeia*: 422, 522, 579, 582-587, 593, 595, 598
- Entidade: 43, 62, 85, 194-197, 205, 207, 393

- Epileixis*: 417, 473, 514
- Episteme*: 24, 54, 56, 171, 322, 323, 401, 411, 482, 520, 549, 553, 559, 599
- Epistemologia: 24, 25, 35, 41, 43, 44, 45, 47, 54, 59, 62, 64, 73, 77, 80, 112, 113, 124, 127, 128, 132, 135, 137, 145, 152, 154, 155, 174-177, 180, 181, 184-195, 211, 261, 272, 298, 311, 314-318, 319, 323, 325, 329, 331, 333, 336-338, 344, 351, 355, 358, 362, 368, 375, 377, 380, 385, 388, 391, 400, 404, 405, 416-419, 434, 435, 437, 442, 482, 502, 517, 531, 545, 585
- Epitaphios*: 494
- Epoche*: 52, 53, 499, 567
- Ergon*: 434, 467, 575
- Espaço habitado: 325, 326
- Esparta: 450, 452, 456, 463, 478, 492, 495
- Esquecimento: 27, 38, 53, 310, 315, 375, 578, 583
- Esquematismo: 73, 233
- Estética da recepção: 288, 292, 293, 296, 567
- Estrutura: 43, 49, 59, 62, 68, 69, 81, 87, 94, 97, 102, 128, 144, 147, 153, 155, 157, 178, 179, 191, 197, 199-204, 206, 207-209, 211, 213, 218, 225, 227, 237, 291, 298, 301, 324, 350, 358, 359, 361-363, 377, 381, 385, 404, 405
- Estruturalismo: 25, 67-69, 96, 293, 314, 328, 360, 363, 390, 581
- Explicação: 24, 27, 35, 38, 42-44, 47, 49-50, 53, 55, 61-67, 70-74, 76, 77-83, 106-109, 110, 114, 115, 120-122, 128, 130, 131, 138-143, 144, 148, 157, 159, 160, 162, 168-172, 174-177, 180-182, 184, 190, 195, 198, 205, 211, 212, 214, 216, 218, 279, 284, 314, 315, 317-319, 328, 334, 336, 338, 340, 352, 502, 528-531, 538, 566, 568
- Facto: 30, 31, 41-44, 48, 53, 64, 73, 78-81, 83, 86, 87, 105, 135, 137, 141, 142, 147, 157, 160, 164, 165, 167-170, 180, 181, 336, 358, 366, 374, 378, 387, 388, 391, 393, 402, 403, 405, 411, 412, 414, 432, 433, 434, 439, 440, 446, 450, 453, 454, 465, 469, 472, 476, 478-481, 484, 493, 510, 515-517, 520, 521, 530, 536, 537, 581, 523, 599
- Fazer ver: 304, 440, 566, 573, 576, 585-588, 589, 593, 599
- Fenomenologia: 148, 196, 197, 218, 222, 223, 236, 238, 239, 245, 291, 298, 307, 310, 315, 319, 321, 329, 339, 381
- Ficcionalização: 239, 240, 298-299, 304, 310, 369, 386, 549, 582
- Filosofia da história: 77, 125, 155
- Followability*: 129, 130, 131, 141, 146, 149, 151, 178, 179, 231, 339, 529, 531
- Fontes: 182, 367, 388, 390, 393, 399-402, 415, 433, 439, 484, 502, 504, 506, 507, 509, 510, 514, 526, 527
- Frase narrativa: 124, 127, 129
- Generalização: 140, 189-191, 551
- Grandiosidade: 425-428
- Hermenêutica: 284, 287, 292, 294, 315, 353, 375, 380, 381, 388, 467

- Histor*: 23, 406, 435, 437, 504, 512, 576, 578, 583, 597
- História das mentalidades: 341-343, 345, 377, 382
- História econômica: 88, 95, 101, 102, 176, 342
- História estrutural: 101, 180, 193
- História factual: 77, 80, 87, 89, 93, 95, 99, 102, 193, 306, 346, 355, 366
- História política: 77, 88, 93, 98, 135, 176, 207, 311, 346, 355
- Historicização: 239, 307, 308, 369
- Historie*: 136, 435, 436
- History*: 117, 132, 133, 134, 135, 355, 409
- Ideia-tipo: 447, 455, 456, 465
- Ilusão: 290, 442, 567, 577
- Imagem: 218, 299, 304, 313, 319-322, 343, 351, 353, 368-372, 379, 386, 387, 399, 524, 577, 579-581, 586, 591, 594, 597
- Imaginação: 31, 50, 51, 62, 193, 216, 263, 265, 289, 291, 302, 320, 337, 343, 364, 370, 371, 386, 387, 390, 393, 573, 582, 585, 587, 593, 597
- Imortalidade: 426, 427, 429
- Imputação causal: 175, 184, 186-195, 195-198, 201, 205, 209, 215, 299, 338, 516, 529
- Indício: 358, 370, 400, 406, 412-414, 502, 511-513, 522, 523, 525-527, 529, 562
- Intencionalidade: 239, 337, 369, 374, 375, 377, 386, 387, 582
- Interpretação: 109, 110, 124, 246, 336, 366, 382, 401, 514, 568, 569
- Intriga: 26, 37, 55, 69, 122, 130, 154-168, 172-174, 180-181, 187, 190, 194, 196, 199-201, 205, 206, 208, 210-214, 224-226, 228-232, 234, 237, 279, 354-358, 363, 364, 366, 377, 385, 529, 536, 545, 551, 558, 559, 567, 573, 589, 594
- Intropatia: 72, 215
- Juiz: 114, 175, 188, 190, 234, 273, 314, 382, 449, 436, 512, 527
- Julgamento: 141-144, 175, 181, 186, 189, 190, 321, 367, 382, 499, 513, 515, 568, 571
- Katharsis*: 230, 566, 567
- Ktēma es aiei*: 23, 171, 444
- Legibilidade: 235, 364, 371, 372, 374, 376, 386, 599, 582
- Lei: 105, 112-116, 118, 132, 142, 143, 159, 164, 165, 168, 169-171, 177-181, 187-189, 191, 198, 405, 446, 449, 453, 459, 495, 529-531, 539, 555
- Leitor: 159, 168, 176, 179, 183, 199, 218, 224, 228, 231, 233-237, 261, 263, 283, 285, 287, 288, 290, 291, 293, 294, 304, 308, 317, 318, 323, 331, 352, 354, 356, 368, 372, 374-377, 383, 388-392, 399, 412, 416, 418, 419, 422, 423, 432, 433, 440, 441, 449, 454, 455, 461, 462, 465, 466, 487, 490, 492, 495, 497, 501, 504, 505, 513, 514, 535, 537, 548, 566, 568-574, 576, 581-589, 592-597, 599
- Leitura: 178, 182, 203, 207, 233, 234, 260, 274, 281,-287, 290, 294-308, 311, 317, 347, 375, 386, 392, 400, 454, 459, 511, 542, 545, 557, 560, 567, 569, 573, 588, 591, 595
- Lexis*: 370, 427, 582, 583, 588
- Linguistic turn*: 30, 42, 62, 123, 312, 363, 401, 434, 581, 599

- Logos: 407, 417, 434, 441, 445, 455, 467
- Longa duração: 87, 92-102, 204, 205-208, 238, 385, 404, 529
- Macro-história: 194, 207
- Mégara: 489, 494, 543
- Melos: 492, 581
- Memória: 246, 306, 310, 311, 313, 315-317, 319-324, 326-329, 331, 334, 337-339, 343, 350, 353, 362, 367-369, 378, 381, 384, 386, 387, 400, 401, 412, 415, 418, 427, 428, 429, 435, 483, 517-522, 566, 577-581, 582, 595, 598, 600
- Mesmo: 262, 270, 271, 275, 280, 282-284, 296, 302, 379
- Metáfora: 156, 234, 278-282, 284, 298, 299, 302
- Meta-história: 154-156, 159, 160, 316, 339
- Método: 142, 167, 172, 180, 183, 202, 273, 284, 380, 388, 401, 405, 542, 544
- Metodologia: 315, 401, 404, 405, 412, 422, 463, 521, 522, 529, 546, 580
- Micro-história: 194, 207, 262, 311, 315, 335, 339, 357, 377, 526
- Mimese: 59, 69, 75, 76, 183, 225, 234, 235, 237, 285, 293, 367
- Mimesis*: 24, 40, 59, 76, 117, 118, 123, 148, 153, 156, 183, 201, 206, 212, 224, 228-233, 378, 385, 399, 434, 529, 550, 559, 562, 567, 575, 577, 594-597
- Mise en intrigue*: 40, 60, 61, 123, 130, 180, 183, 187, 199, 212, 229, 233, 235, 317, 318, 359, 385, 529, 552, 600
- Mitilene: 492, 493
- Mito: 343, 389, 408, 416, 420, 427, 428, 515, 562-565
- Mneme*: 321, 379
- Modelo nomológico: 73, 103-105, 108, 110, 112-119, 123, 124, 129, 131, 138, 140, 142, 160, 175, 177, 178, 182, 210, 355
- Mythodes*: 411, 420, 422, 578, 581
- Mythos*: 69, 132, 155, 214, 225, 229, 236, 432, 515, 551-553, 559, 563, 566
- Narrativa: 72, 75, 76, 99, 103, 108, 118, 122-131, 133, 135, 138-144, 147, 148, 149, 151-155, 157-159, 161-166, 168-170, 175-182, 184, 190, 191-197, 199, 202, 203, 205-208, 209-215, 218-220, 223, 224, 226, 229-234, 236-238, 246, 247, 253, 260, 265, 272, 279, 280, 286, 298, 299, 303, 304, 307, 308, 314, 315, 326, 329, 336, 355-360, 361-367, 369-372, 377, 385, 386, 394, 399-403, 405, 406, 408, 415, 420, 426, 432, 438, 446, 452-454, 456, 462, 466, 468, 472, 484, 492, 493, 496, 501, 506, 518, 528-538, 542, 545, 548, 553, 554, 560, 563, 566, 568, 572, 573, 581-583, 585, 587
- Narratividade: 208, 218, 219, 229, 234, 238, 310, 337, 353, 355, 359, 376
- Narrativismo: 108, 118, 123, 141, 162-164, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 337, 355, 376, 581, 586
- Negacionismo: 316, 324, 334, 336, 365, 386, 579
- Neopositivismo: 76, 77, 474, 586
- Nova história: 88, 176, 181, 206, 208, 232, 340, 342

- Objetividade: 111, 176, 400, 406, 412, 415, 433-435, 443, 461, 465, 467, 468, 471, 476, 482, 486, 498, 501, 511, 575, 592
- Objeto: 114, 180, 207, 208, 210, 273, 289, 392, 404, 405
- Observação: 332
- Odisseia: 489
- Opsis*: 507, 593
- Outro: 248, 262, 270, 271, 274-275, 280, 282, 283, 296, 302, 379
- Paradigma: 199, 231, 233, 238, 332, 363, 384, 401, 429, 434, 438, 478, 481, 513, 525, 546, 548, 551, 561
- Paradigma indiciário: 332
- Passado: 228, 246, 249, 250, 257, 260, 262, 263, 266, 267-271, 282, 283, 292, 293, 295, 298, 299, 301-303, 314, 317, 318, 321, 322, 325, 329, 353, 354, 360, 361, 376, 379, 382, 386-391, 392, 393, 403, 404, 414, 429, 430, 434, 435, 440, 441, 445, 489, 511-517, 522-526, 555, 556, 564, 565, 567, 571, 573, 576, 577, 581, 582, 595, 598
- Pathos: 476, 484, 489, 501, 572, 589, 591, 599
- Peloponeso: 399, 400, 408, 409, 411, 445, 448, 451, 456, 460, 462, 470, 485, 489, 492, 494, 497, 498, 548, 554, 556, 559, 562, 570, 572, 574, 575, 576, 578, 580, 583, 585, 589
- Pentecontaeteia*: 421, 478, 489
- Peripécia: 224, 230, 231, 430, 548, 589
- Personagem: 99, 181, 194-199, 203-205, 212, 254, 255, 257, 259, 283, 286, 289, 308, 356, 375, 377, 393, 454, 470, 481, 529, 546, 550, 569, 587, 588
- Peste: 448, 449, 451, 476, 484, 491, 492, 505, 524, 589, 590
- Phronimos*: 504
- Plateias: 475, 478, 492, 493, 581, 589
- Poética: 23, 116, 154-155, 189, 205, 218, 224, 227, 231, 233, 237, 238, 285, 308, 477, 526, 528, 536, 550-552, 555, 557, 563, 566, 588, 599
- Poiesis*: 294, 405, 427, 428, 549-551, 562, 577
- Política: 135, 555
- Positivismo: 402, 434, 526, 599
- Pós-modernismo: 316, 377, 365, 366, 526
- Pragmática: 226, 323, 348, 385, 523, 551, 594
- Prática social: 339, 347, 348
- Praxis*: 182, 184, 196, 224, 225, 227, 363, 427
- Prefiguração: 156, 183, 277-279, 523, 546, 566, 597
- Presente: 222, 223, 256, 263, 264, 270, 283, 292, 351, 379, 381, 382, 414, 445, 448, 483, 511, 512, 516, 519, 525, 555, 595
- Processo: 107, 134, 140, 157, 198, 294, 295, 317, 323, 388, 403, 404, 407, 435, 473, 543, 576, 548
- Progymnasmata*: 587, 589



- Pronoia*: 450, 490
- Prova documental: 295, 309, 310, 317, 318, 325, 329, 333-336, 338, 362, 364, 377, 387-389, 406, 476, 502, 503, 521, 529, 583
- Prova indutiva: 115
- Prova pragmática: 115
- Questão: 86, 292, 334, 335, 338, 347, 351, 371, 377, 380, 394, 400, 401, 405, 413, 463, 551, 554
- Racionalismo: 463, 570
- Realismo crítico: 380
- Realismo político: 461, 462
- Reenactement: 263, 265, 267, 382
- Referente: 196, 234, 261, 284, 314, 316, 336, 337, 339, 340, 359-362, 367, 373, 374, 378, 384, 385, 467, 581, 586
- Refiguração: 183, 233, 234, 237, 239, 261, 282, 284, 285, 291, 295, 296, 303, 311, 369, 379, 386, 399, 546, 566, 567, 571, 573, 576, 593, 597, 599
- Representação: 194, 207, 261, 263, 275, 276, 279, 293, 302, 307, 310, 311, 314, 315, 316, 318, 319, 321, 324, 333-335, 336, 339, 341, 343, 347-351, 352-355, 359, 360, 362, 364, 365, 370, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 384, 439, 573, 577, 511, 580
- Representância: 153, 156, 234, 254, 261, 262, 275, 280, 283, 284, 295, 296, 298, 302, 306, 310, 319, 337, 353, 359, 369, 375-382, 386, 387, 394, 434, 574, 577, 582, 599
- Res*: 361, 387, 388, 408, 549
- Retórica: 154, 173, 275, 278, 279, 285-291, 304, 336, 337, 353, 360, 362-366, 370, 372-274, 386, 389, 399, 400, 408, 417, 438, 441, 453, 469-471, 474, 483, 503, 523, 525-528, 549, 554, 555, 563, 566, 571, 575, 578, 581-583, 588, 589, 598, 600
- Semeion*: 516, 522
- Semiótica estrutural: 225, 227, 235, 236, 336, 337, 359
- Ser-cómo: 280-282
- Shoah*: 313, 316, 364, 365, 367, 579
- Simpatia: 50, 51, 81, 132, 146
- Síntese: 144, 193, 194, 224, 400
- Siracusa: 463, 474, 492, 531, 532, 538, 570, 574, 587, 589, 593
- Sociologia: 209, 213, 216, 273, 339, 341, 342, 343, 446
- Stasis*: 543, 572, 578
- Story*: 75, 125, 129, 130, 133-136, 156-158, 177-180, 355, 363, 386
- Subjetividade: 177, 215, 400, 406, 433-435, 467, 468, 471, 476, 477, 478, 486, 498, 501
- Syngrapho*: 431, 432, 435, 438
- Tebas: 493
- Tekmerion*: 522, 527

- Tempo: 148, 151, 177, 184, 204-206, 207, 217-220, 223, 232, 233, 235-239, 326-237, 240, 242, 251-258, 299, 301, 335, 343, 351, 390, 399, 406, 407, 459, 492, 515, 516, 519, 523, 529, 537, 543-545, 547, 562
- Tempo cosmológico: 152, 223, 236, 251, 253, 255, 282, 298, 326, 546
- Tempo histórico: 102, 177, 199, 238-240, 244, 248, 251-256, 259, 270, 282, 298, 299, 301, 325, 328, 349, 545-547
- Tempo humano: 204, 219, 223, 239, 297, 307, 310
- Ter-sido: 80, 222, 228, 238, 256, 261, 274, 280, 299, 302, 308, 362, 379, 380, 382, 387, 582
- Testemunha: 147, 283, 318, 329, 330, 335, 337, 364, 378, 399, 506, 517, 519, 520, 529, 562, 581, 584, 593, 597
- Testemunho: 89, 90, 105, 201, 202, 261, 264, 325, 329-334, 337, 357, 364, 367, 375, 378, 399, 402, 406, 412, 418, 419, 442, 465, 483, 498, 502, 508, 511, 513, 519, 521-523, 526, 579
- Texto: 128-130, 141, 183, 200-202, 206, 214, 225, 227, 233, 234, 237, 260, 283, 285-288, 289-294, 296-298, 318, 333, 335, 351, 359, 369, 370, 374, 375, 393, 394, 401, 433, 434, 439-441, 451, 454, 466, 469, 487, 522, 534, 566, 567, 570-573, 581, 583, 588, 592, 593, 595, 597, 599
- Tópica: 172-174, 176
- Tournant critique*: 311, 385
- Traço: 90, 108, 123, 147, 150, 151, 179, 188, 195, 196, 206, 212, 282, 283, 290, 298, 301, 303, 307, 310, 323, 329, 331-335, 353, 355, 362, 371, 383, 482, 522, 527, 530, 546, 552, 553, 573, 574
- Tradição: 196, 199, 233, 324, 511, 515
- Tragédia: 158, 233, 236, 430, 447, 462, 469-471, 482, 484, 489, 497, 537, 559, 560, 566, 569, 574, 575
- Tyche*: 407, 417, 451, 457, 532, 536, 541, 542
- Universalização: 552, 564, 567
- Varição de escalas: 252, 336, 344, 347, 349, 352
- Variações imaginativas: 296, 298, 310, 394
- Ver-como: 281, 282, 298, 303, 566, 573, 575
- Verdade: 146, 284, 380, 400, 401, 402, 406, 411-417, 419, 420, 422, 433-436, 440, 441, 454, 468, 471, 472, 479, 480, 482, 483, 496-498, 502-506, 515-519, 574, 580, 588, 598
- Verificação: 55, 57
- Verosímil: 173, 224, 308, 309, 386, 388, 416, 483, 527, 532, 536, 551, 552, 567, 582
- Visibilidade: 259, 351, 352, 354, 364, 370-372, 376, 386, 387, 399, 579, 581-585

(Página deixada propositadamente em branco)

PRÉMIO  
DOUTORA MARIA HELENA  
DA ROCHA PEREIRA  
2011

instituído pela  
FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

na área de estudos clássicos  
FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

